



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL

MEYNARDO ROCHA DE CARVALHO

**MEMÓRIAS FERROVIÁRIAS E DITADURA CIVIL-MILITAR:  
IDENTIDADE DE CLASSE, PODER E ESQUECIMENTO EM MACAÉ**

RIO DE JANEIRO

2020

MEYNARDO ROCHA DE CARVALHO

**MEMÓRIAS FERROVIÁRIAS E DITADURA CIVIL-MILITAR:  
IDENTIDADE DE CLASSE, PODER E ESQUECIMENTO EM MACAÉ**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social, na linha de pesquisa Memória e Espaço, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito para obtenção do título de Doutor em Memória Social.

**Orientador:** Prof. Dr. Javier Alejandro Lifschitz

RIO DE JANEIRO

2020

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

C331m Carvalho, Meynardo Rocha de

Memórias ferroviárias e ditadura civil-militar: identidade de classe, poder e esquecimento em Macaé/ Meynardo Rocha de Carvalho. – Macaé, RJ, 2020.

354 f.: il. color.

Orientador: Javier Alejandro Lifschitz.

Tese (Programa de Pós-Graduação em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2020.

Referências: p. 332-354.

1. Memória coletiva. 2. Brasil - Política e governo - 1964-1985. 3. Ferroviários - Macaé (RJ). 4. Perseguição política - História - Séc. XX - Macaé (RJ). 5. Ditadura - História - Séc. XX - Macaé (RJ). I. Lifschitz, Javier Alejandro, orient. II. Título.

CDD 385.098153 23. ed.

CDU 625.1-51(815.3Macaé)"1964/1985" 2. ed.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL

**MEMÓRIAS FERROVIÁRIAS E DITADURA CIVIL MILITAR:  
IDENTIDADE DE CLASSE, PODER E ESQUECIMENTO EM MACAÉ**

MEYNARDO ROCHA DE CARVALHO

Aprovado em: 24 de abril de 2020.

**BANCA EXAMINADORA:**

---

**Prof. Dr. Javier Alejandro Lifschitz** - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

---

**Profa. Dra. Andréa Lopes da Costa Vieira** - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

---

**Prof. Dr. José María Gómez** - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO)

---

**Profa. Dra. Sandra Patrícia Arenas Grisales** - Universidad de Antioquia -Colômbia (UdeA)

---

**Prof. Dr. Daniel Arruda Nascimento** - Universidade Federal Fluminense (UFF)

---

**SUPLENTES:**

---

**Profa. Dra. Lobélia da Silva Faceira** – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

---

**Profa. Dra. Maria Paula Nascimento Araújo** - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)



Aos ferroviários macaenses e à memória de todos aqueles que acreditaram, e aos esforços dos que ainda acreditam na possibilidade de uma sociedade mais justa e democrática.

## AGRADECIMENTOS

Ao caríssimo Prof. Dr. Javier Alejandro Lifschitz, orientador tranquilo e amigo de ideais por uma sociedade latino-americana menos desigual.

Aos Professores da Banca Avaliadora que, de boa vontade, aceitaram participar da análise dessa tese contribuindo nesse importante passo de minha trajetória acadêmica.

Aos Professores e Amigos Queridos que tive a oportunidade de conhecer e fazer durante esse período de convívio na UNIRIO, que transformaram nossos encontros em momentos de satisfação e crescimento intelectual profícuo.

À Rede Internacional de Memórias Políticas em Perspectiva Latino-Americana, pelas trocas, identidades e produções.

Ao meu querido marido, Fábio Falcão Spacca, pelo apoio nos meus momentos de risos e lágrimas durante a construção desse trabalho.

Aos meus Pais, Rogério (*in memoriam*) e Gracinha, por todo incentivo, torcida e amor incondicional que nos unirá para sempre.

À minha Família de Porto Velho do Cunha - Carmo (RJ), sanguínea, e à minha “Família Macaense”, por afeição, ambas tão importantes em apoio, acolhimento e afeto-alimento tão necessários.

À Evelyn Valente, irmã do coração, responsável pela minha mudança de Juiz de Fora (MG) para Macaé, cidade que se tornou parte de minhas experiências e objeto de meus estudos.

À Amiga-irmã, Débora de Souza Pinto Lacerda, por tudo durante esse tempo, que não cabe em palavras.

À Amiga Querida, Wilma Nery Magalhães, por todo afeto e compreensão necessária durante esse período.

Ao Vereador e amigo, Luciano Diniz, que me colocou em contato com as trajetórias dos ferroviários macaenses.

Ao Museólogo, VilcsonGavinho, amigo, “sabedor macaense”, com quem sempre tive a oportunidade de dialogar Macaé, esclarecer dúvidas e refinar conhecimentos previamente.

À Professora Ivânia Ribeiro, companheira de ofício na área Educação, pelo apoio das informações técnicas e disponibilidade pronta.

Ao Amigo Querido, Anísio Rodrigues, pelos socorros acadêmicos nas horas mais incertas.

Aos Amigos sinceros, aos entrevistados e mediadores, a tantos profissionais parceiros e instituições, aos alunos queridos, todos que ao longo dos últimos anos contribuíram de alguma forma com a oportunidade de refletir essa proposta de trabalho que não se exclui da vida vivida.

Ao Invisível que me sustenta e me equilibra mediante os enfrentamentos diários.

Agradecer, ter o que agradecer, e abraçar!

(...)

Um silêncio de torturas  
E gritos de maldição  
Um silêncio de fraturas  
A se arrastarem no chão.  
E o operário ouviu a voz  
De todos os seus irmãos  
Os seus irmãos que morreram  
Por outros que viverão.  
Uma esperança sincera  
Cresceu no seu coração  
E dentro da tarde mansa  
Agigantou-se a razão  
De um homem pobre e esquecido  
Razão porém que fizera  
Em operário construído  
O operário em construção.

(Trecho do poema *O operário em construção*,

Vinícius de Moraes, 1959)

## RESUMO

No ano de 2013, em consonância com o trabalho da Comissão Nacional da Verdade criada em 18 de novembro de 2011, pela então Presidente da República Federativa do Brasil, Dilma Rousseff, fora também criada por decreto do Poder Executivo macaense a Comissão Municipal da Verdade de Macaé. Com o objetivo de apurar as violações aos Direitos Humanos cometidas no espaço territorial do Município, entre 1961 e 1985, especialmente ao período imediato e subsequente ao Golpe de Estado de 1964.

Dos levantamentos parciais registrados pela Comissão Municipal em seu Relatório Final sobressaíram os ferroviários como a classe trabalhadora mais importante do município, tanto em termos de sua sustentação econômica, quanto em organização política transbordante à própria categoria. Ao tempo que, com a implantação da Ditadura civil-militar, tornaram-se também, imediatamente, o grupo mais perseguido pela nova estrutura estatal. A começar pelas prisões mais arbitrárias ao desmonte gradativo de toda estrutura que fazia de Macaé uma cidade ferroviária desde o final do século XIX.

O trabalho *Memórias Ferroviárias e Ditadura Civil-Militar: identidade de classe, poder e esquecimento em Macaé* procura compreender o sentido da criação de uma Comissão da Verdade no Município, considerando para isso o grau de (des)valorização das memórias e do próprio passado local a partir de dois cortes fundamentais favoráveis ao esquecimento: o silenciamento gerado pela própria ação do Estado ditatorial ao longo dos seus vinte e um anos de vigência direta e suas consequências continuadas; e a transição da economia do Município de padrão interno e nacional para a economia do petróleo, de identidade forasteira e padrão internacional desenraizado.

Baseado especialmente nas perspectivas de construção de uma memória política da classe ferroviária, o trabalho procura dar voz às experiências de indivíduos perseguidos direta ou indiretamente pelo Estado de exceção, assim como trazer à tona algumas memórias da Macaé ferroviária frente à ditadura, no sentido de reconstrução também por representações, da atmosfera imediata do medo frente àqueles novos tempos, bem como, da instabilidade da segurança individual própria aos períodos de exceções democráticas.

## ABSTRACT

In 2013, in line with the work of the National Truth Commission created on November 18, 2011, by the then President of the Federative Republic of Brazil, Dilma Rousseff, the Municipal Commission was also created by decree of the Executive Branch of Macaé's Truth. With the objective of investigating the violations to Human Rights committed in the territorial space of the Municipality, between 1961 and 1985, especially in the immediate period and subsequent to the 1964 Coup d'état.

Of the partial surveys recorded by the Municipal Commission in its Final Report, railway workers stood out as the most important working class in the municipality both in terms of their economic support and in political organization overflowing to the category itself. At the same time, with the implantation of the Civil-Military Dictatorship, they also immediately became the group most persecuted by the new state structure. Starting with the most arbitrary prisons to the gradual dismantling of the entire structure that made Macaé a railway city since the end of the 19th century.

The work *Railway Memories and Civil-Military Dictatorship: class identity, power and forgetfulness in Macaé* seeks to understand the meaning of creating a Truth Commission in the Municipality, considering the degree of (un) valuation of memories and the local past from two fundamental cuts in favor of oblivion: the silencing generated by the dictatorial state's own action over its twenty-one years of direct duration and its continued consequences; and the transition from the Municipality's economy from an internal and national standard to the oil economy, of foreign identity and uprooted international standard.

Based especially on the perspectives of building a political memory of the railway class, the work seeks to give voice to the experiences of individuals directly or indirectly persecuted by the State of exception, as well as to bring to light some memories of Macaé railway against the dictatorship, in the sense of reconstruction, also through representations, of the immediate atmosphere of fear in the face of those new times, as well as of the instability of individual security, proper to periods of democratic exceptions.

## RESUMEM

En 2013, en línea con el trabajo de la Comisión Nacional de la Verdad creada el 18 de noviembre de 2011, por la entonces Presidenta de la República Federativa de Brasil, Dilma Rousseff, también se creó la Comisión Municipal de la Verdad de Macaé, por decreto del Poder Ejecutivo. Con el objetivo de investigar las violaciones a los Derechos Humanos cometidas en el espacio territorial del Municipio, entre 1961 y 1985, especialmente en el período inmediato y posterior al Golpe de Estado de 1964.

De las encuestas parciales registradas por la Comisión Municipal en su Informe Final, los trabajadores ferroviarios se destacaron como la clase trabajadora más importante del Municipio, tanto en términos de su apoyo económico como en la organización política que desborda a la categoría misma. Al mismo tiempo, con la implantación de la Dictadura Civil-Militar, también se convirtieron inmediatamente en el grupo más perseguido por la nueva estructura estatal. Comenzando por las prisiones más arbitrarias hasta el desmantelamiento gradual de toda la estructura que convirtió a Macaé en una ciudad ferroviaria desde finales del siglo XIX.

La obra *Memorias Ferroviarias y Dictadura Civil-Militar: identidad de clase, poder y olvido en Macaé* busca comprender el significado de la creación de una Comisión de la Verdad en el Municipio, considerando para ello el grado de (des) valoración de los recuerdos y de los propios pasado local a partir de dos cortes fundamentales a favor del olvido: el silenciamiento generado por la propia acción del estado dictatorial durante sus veintiún años de duración directa y sus continuas consecuencias; y la transición de la economía del Municipio de un estándar interno y nacional, a la economía petrolera, de identidad extranjera y estándar internacional desarraigado.

Basado especialmente en las perspectivas de construir una memoria política de la clase ferroviaria, el trabajo busca dar voz a las experiencias de individuos perseguidos directa o indirectamente por el Estado de excepción, así como sacar a la luz algunos recuerdos del ferrocarril de Macaé contra la dictadura, en el sentido de reconstrucción, también a través de representaciones, de la atmósfera inmediata de miedo ante esos nuevos tiempos, así como de la inestabilidad de la seguridad individual, típica de los períodos de excepciones democráticas.

## ÍNDICE DAS FIGURAS

- Figura 01** - Propaganda oficial do Governo Brasileiro, 2014: *Para que nunca se esqueça, para que nunca mais aconteça.* .....pág. 51
- Figura 02** - Campanha da Câmara dos Deputados, 2014: *Para que nunca se esqueça, para que nunca mais aconteça.*.....pág. 52
- Figura 03** - Identidade visual da Comissão Municipal da Verdade de Macaé. ....pág. 58
- Figura 04** - Arte para o Relatório Final da Comissão Municipal da Verdade de Macaé: *Para que não se esqueça. Para que nunca mais aconteça.* .....pág. 65
- Figura 05** - Ferroviários: Sr. Waldyr Tavares e Sr. Lauro Martins - reunião da Comissão Municipal da Verdade de Macaé .....pág. 71
- Figura 06** - Pier da Cia. Estrada de Ferro Macahé & Campos em Imbetiba, 1900. ....pág. 112
- Figura 07** - Porto de Macaé, na Imbetiba, no período Imperial com navios da Cia. Macahense de Navegação. ....pág. 113
- Figura 08** -Ambrótipo retratando o engenheiro Emilio Lavandera, dos ferroviários pioneiros em todo norte fluminense, estabelecido em Macaé.....pág. 114
- Figura 09** - Bonde da Cia. Ferro Carril de Macahé na Rua Direita (Avenida Rui Barbosa) C. 1910. ....pág. 116
- Figura 10** - Carte de Visite, em albúmen, retratando André Thenot, engenheiro responsável pela projeção e implantação da *Via-Ferrea Agricola de Quissaman*.....pág. 120
- Figura 11** -Edilberto Ribeiro de Castro e Francisco Benedito de Barcelos, Tibila, presidente e operário padrão da Cia. Engenho Central de Quissaman. ....pág. 125
- Figura 12** - Vista aérea da cidade de Macaé, vagões na Praia Campista, 1925.....pág. 132
- Figura 13** - Painel confeccionado pelos formandos da Escola Ferroviária de Imbetiba (SENAI), representando os diplomandos de 1948, professores e diretoria, 1945. ....pág. 133
- Figura 14** - Estação da Leopoldina em Macaé/RJ. C. 1910. ....pág. 144



<b>Figura 15</b> - Grupo na plataforma de desembarque da Estação da Cia. Estrada de Ferro da Leopoldina, em Macaé/RJ. C. 1930. ....	pág. 145
<b>Figura 16</b> - <i>Planta Geral de Macahé</i> feita pelo Serviço de Malária do Estado do Rio de Janeiro, 1925.....	pág. 146
<b>Figura 17</b> - Vista aérea da cidade de Macaé, mostrando o complexo ferroviário, 1930. ....	pág. 146
<b>Figura 18</b> - Manifesto contra a tentativa de invasão de Cuba por contra-revolucionários cubanos apoiados pelo governo norte-americano. Rio de Janeiro, 1961.....	pág. 197
<b>Figura 19</b> - Diplomação de Aristóteles de Miranda Melo como Deputado Estadual do Rio de Janeiro em 15/12/1962 .....	pág. 197
<b>Figura 20</b> - Recorte de jornal evidenciando o conflito entre a direita e a esquerda e incriminando como culpados o Deputado Estadual Aristóteles de Miranda Melo e o Deputado Federal Demisthócleses Baptista, ambos do PST - Partido Social Trabalhista .....	pág. 207
<b>Figura 21</b> - Os ferroviários Batistinha, Jorge Rocha e Aristótelis. 07/03/1979. ....	pág. 207
<b>Figura 22</b> - Propaganda eleitoral de Eduardo Serrano, 1958. ....	pág. 216
<b>Figura 23</b> - Propaganda eleitoral para vice-prefeito (Antonio Otto) e deputado estadual (Antonio Curvelo Benjamin), no tempo em que prefeito e vice podiam concorrer como cargos independentes, 1958. ....	pág. 217
<b>Figura 24</b> - Campanha eleitoral de Eduardo Serrano à Prefeitura de Macaé, 1958. ....	pág. 217
<b>Figuras 25 e 26</b> - (frente) Telegrama de intimação a Waldyr Tavares para julgamento militar no Rio de Janeiro, 1967; (verso) Bilhete de Waldyr Tavares informando à esposa a condenação. ....	págs. 283 e 284
<b>Figura 27</b> - Instalações das Oficinas Ferroviárias de Imbetiba já em decadência nos anos 1970. ....	pág. 296
<b>Figura 28</b> - Obras para instalação da Petrobras em meados dos anos 1970, onde se pode ver ao lado os velhos galpões das Oficinas Ferroviárias de Imbetiba. ....	pág. 297
<b>Figura 29</b> - Ginásio em decadência do Clube Ypiranga, local utilizado como prisão política em 1964. ....	pág. 315

<b>Figura 30</b> - Sede do Ypiranga Futebol Clube - década de 1970.....	pág. 318
<b>Figura 31</b> - Clube Ypiranga - Sr. Lauro Martins, Presidente da Comissão Municipal da Verdade de Macaé em entrevista para o canal de TV Globonews. Destaque para o muro lateral pixado em protesto contra a ditadura. 2014.....	pág. 319
<b>Figura 32</b> - Avenida Rui Barbosa - Centro de Macaé, década de 1970. ....	pág. 319
<b>Figura 33</b> - Avenida Rui Barbosa - Em destaque, no primeiro plano à esquerda, o prédio (sobrelaja) onde funcionou o Sindicato dos Ferroviários da Leopoldina.....	pág. 320
<b>Figura 34</b> - Ponte de ferro sobre o Rio Macaé, década de 1970.....	pág. 321
<b>Figura 35</b> - Coreto da Praça Veríssimo de Melo, década de 1940. ....	pág. 321
<b>Figura 36</b> - Delegacia de Polícia Municipal, década de 1970. ....	pág. 322
<b>Figura 37</b> - Forte Marechal Hermes. ....	pág. 323
<b>Figura 38</b> - Estação Ferroviária de Macaé, década de 1970.....	pág. 324
<b>Figura 39</b> - Vagões sucateados ao lado da antiga Estação Ferroviária.....	pág. 324
<b>Figura 40</b> - Placa identificatória do popular Sindicato dos Ferroviários.....	pág. 325
<b>Figura 41</b> - Galeria dos Ferroviários Imortais - Associação dos Aposentados, Pensionistas e Ex-ferroviários da R.F.F. S. A.....	pág. 325
<b>Figura 42</b> - Resistentes linhas férreas.....	pág. 331

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ANL - Aliança Nacional Libertadora

CFESP - Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional

CNV - Comissão da Verdade de Macaé

COLINA - Comando de Libertação Nacional

DOPS - Departamento de Ordem Política e Social

ESG - Escola Superior de Guerra

FAFIMA - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Macaé

GEIA - Grupo Executivo da Indústria Automobilística

IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IPES - Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil

OBAN - Organização Bandeirantes

ONU - Organização das Nações Unidas

PC do B - Partido Comunista do Brasil

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PDT - Partido Democrático Trabalhista

PETROBRAS - Petróleo Brasileiro S.A.

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

POLOP - Organização Revolucionária Marxista - Política Operária

PP - Partido Progressista

PR - Partido da República

PRB - Partido Republicano Brasileiro

PSB - Partido Socialista Brasileiro

PSC - Partido Social Cristão

PST - Partido Social Trabalhista

PT - Partido dos Trabalhadores

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

PTC - Partido Trabalhista Cristão

PTN - Partido Trabalhista Nacional

RFFSA - Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

STM - Supremo Tribunal Militar

TFP - Tradição, Família e Propriedade

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

VPR - Vanguarda Armada Revolucionária Palmares

## LISTA DOS ENTREVISTADOS

### 1) Testemunhos à Comissão Municipal da Verdade de Macaé

**Adriana Bacellar Leite e Santos** - macaense, jornalista, filha do médico Ricardo Moacyr Leite e Santos, ex-presos político do regime militar.

**Cristina dos Santos Miranda** - macaense, funcionária pública, filha do professor de história Abílio Valentino de Miranda (falecido), que preso pelo regime militar, perdeu a matrícula como professor do Estado.

**Elizabeth Franco de Azevedo** - macaense, professora aposentada, sobrinha do célebre advogado Cláudio Moacir de Azevedo (falecido), defensor dos presos políticos em Macaé em 1964.

**José Augusto Abreu Aguiar** - macaense, professor de história, grande conhecedor da história local (falecido em 2019).

**Júlia Miranda Brandão** - macaense, filha do professor de história Abílio Valentino de Miranda (falecido), que preso pelo regime militar, perdeu a matrícula como professor do Estado.

**Lauro Martins** - macaense, ferroviário aposentado, sindicalista, ex-presos político, foi Presidente da Comissão Municipal da Verdade de Macaé.

**Márcia Certório** - traianense, professora, filha do ferroviário Alberto Certório (falecido), maquinista, preso político em 1964.

**Marta de Luna dos Santos** - cearense, filha do camponês Generino Teotônio de Luna (falecido), que foi preso pelo regime militar em 1964.

**Ronaldo Tânus Madeira** - macaense, advogado, filho do engenheiro agrônomo José Lyra Madeira (falecido), preso pela ditadura em 1964.

**Valter Domingues Costa** - macaense, professor universitário, estudou física na Rússia durante a ditadura, filho de Walter Quaresma Costa (falecido), ferroviário, sindicalista, vereador, que preso pela ditadura militar, teve seu mandato cassado.

**Waldyr Tavares** - macaense, ferroviário aposentado, sindicalista, ex-presos político.

## **2) Entrevistas exclusivas para esse trabalho**

**Eilton Fonseca** - carioca, petroleiro aposentado, organizador do livro "Estação Bendengó - uma trilha de luta dos ferroviários macaenses", primeiro trabalho local a tratar desse assunto.

**Ivânia Ribeiro** - macaense, professora, ex-vereadora, sindicalista.

**Maria José Corrêa Martins** - macaense, professora aposentada, esposa do ferroviário Lauro Martins.

**Miriam Cristina Ribeiro Benjamin Franco Pacheco** - macaense, enfermeira, filha do político macaense Antonio Curvello Benjamin.

**Venício de Oliveira** - macaense, ferroviário aposentado, sindicalista, ex-vereador, preso político em 1964.

**Valquíria Costa Amado da Silva** - macaense, professora aposentada, filha de Walter Quaresma Costa (falecido), ferroviário, sindicalista, vereador, que preso pela ditadura militar, teve seu mandato cassado em 1964.

**Paulo Roberto dos Santos Mello** - macaense, agrônomo aposentado, filho do ferroviário, líder sindicalista e deputado estadual Aristóteles de Miranda Melo (falecido), que teve mandato cassado e precisou se exilar na Bolívia durante após o Golpe de 1964.

**Sérgio de Souza Valente** - macaense, técnico de rede aposentado, filho do ferroviário Washington Valente.

**Lauro Martins** - macaense, ferroviário aposentado, sindicalista, ex-presos político, foi Presidente da Comissão Municipal da Verdade de Macaé.

**Márcia Certório** - trajanense, professora, filha do ferroviário Alberto Certório (falecido), maquinista, preso político em 1964.

### **3) Outras entrevistas**

**Francisco Benedito de Lacerda** - macaense de Quissamã (falecido), maquinista, considerado funcionário padrão do Engenho Central de Quissamã.

**José Carlos de Oliveira** - macaense, ferroviário aposentado, ex-aluno do SENAI, ex-preso político.

**Olinto Bordalo** - português radicado em Macaé (falecido). Foi comerciante e vereador.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>pág. 22</b>
<b>2. Capítulo I - DITADURA E REPARAÇÕES - MEMÓRIAS E PODER.....</b>	<b>pág. 39</b>
<b>2.1. Notícia de jornal (condenação) .....</b>	<b>pág. 39</b>
<b>2.2. Notícia de jornal (trajetória).....</b>	<b>pág. 42</b>
<b>2.3. A Comissão Nacional da Verdade – implicações .....</b>	<b>pág. 45</b>
<b>2.4. Uma Comissão da Verdade para Macaé .....</b>	<b>pág. 55</b>
<b>2.5. Ferroviários e ditadura: ouvir e registrar o inaudito.....</b>	<b>pág. 66</b>
<b>2.6. Sobre “Homens de ferro” .....</b>	<b>pág. 72</b>
<b>2.6.1. Cenário: paisagem e espaço .....</b>	<b>pág. 73</b>
<b>2.6.2. Solidariedade e conscientização.....</b>	<b>pág. 78</b>
<b>2.6.3. Política e transbordamento .....</b>	<b>pág. 82</b>
<b>2.6.4. Golpe e exceção .....</b>	<b>pág. 86</b>
<b>2.6.5. Prisões e torturas .....</b>	<b>pág. 94</b>
<b>3. Capítulo II - MACAÉ: HISTÓRIAS E MEMÓRIAS COTIDIANAS DE UMA CIDADE FERROVIÁRIA.....</b>	<b>pág. 109</b>
<b>4. Capítulo III - LABOR E IDENTIDADE - SINDICALISMO E REDES POLÍTICAS .....</b>	<b>pág. 147</b>
<b>4.1. Ecos – Ou primeiras memórias registradas .....</b>	<b>pág. 154</b>
<b>4.2. Ecoam greves e conflitos na organização da classe.....</b>	<b>pág. 164</b>



4.3. Documentos avulsos - Ordem política e social nos anos 1940.....	pág. 169
4.3.1. 1º e 2º documentos.....	pág. 170
4.3.2. 3º documento .....	pág. 171
4.3.3. 4º documento .....	pág. 178
4.4. Lideranças ferroviárias – Locomotivas do movimento.....	pág. 186
4.4.1. Toti - o barbeiro ferroviário .....	pág. 192
4.4.2. Batistinha - advogado e sindicalista .....	pág. 199
5. Capítulo IV - UMA DITADURA NO MEIO DO CAMINHO .....	pág. 208
5.1. Íterim político (Ou o caso do impeachment do Prefeito Eduardo Serrano) .....	pág. 210
5.1.1. Alteridade, democracia e poder.....	pág. 210
5.1.2. O caso Serrano .....	pág. 213
5.1.3. Tragédia, poder e memória: possibilidades de compreensão .....	pág. 226
5.2. Da punição de Sísifo à esperança onírica .....	pág. 231
5.3. Memórias em amálgama (ou o tempo das polarizações).....	pág. 233
5.4. Malhas da Esquerda - intelectuais macaenses .....	pág. 243
5.5. Confrontações - o golpe em movimento.....	pág. 251
5.6. Penélopes macaenses .....	pág. 266
6. Capítulo V - LUGARES E MEMÓRIAS EM DIAS DE ESQUECIMENTOS .....	pág. 285
6.1. Primeiro movimento (ditadura e rodoviarismo).....	pág. 288

<b>6.2. Segundo movimento (descoberta de petróleo) .....</b>	<b>pág. 291</b>
<b>6.3. Cidade, cultura e ambivalências.....</b>	<b>pág. 299</b>
<b>6.4. Lugares, passado (restos) .....</b>	<b>pág. 302</b>
<b>7. CONCLUSÃO.....</b>	<b>pág. 326</b>
<b>8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>pág. 332</b>
<b>9. REFERÊNCIAS ARQUIVÍSTICAS, JORNALÍSTICAS E MULTIMEIOS</b>	
<b>.....</b>	<b>pág. 348</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Provisoriamente não cantaremos o amor,  
que se refugiou mais abaixo dos subterrâneos.

(Carlos Drummond de Andrade)<sup>1</sup>

As memórias ferroviárias macaenses resistem perante a fluidez do passado marcadas tanto pelo natural movimento da sociedade, quanto pelos apagamentos intencionais dessas memórias incômodas, de cunho operário e matrizes democráticas. São memórias políticas estrategicamente demarcadas em seu cunho ideológico classista, de intencionalidade avessa a toda expropriação aos trabalhadores, aos direitos humanos, ao terrorismo de Estado, e aos avanços da democracia brasileira.

Trazidas novamente à tona pelo temporário projeto da Comissão Municipal da Verdade de Macaé, essas memórias mostraram toda sua potencialidade de conscientização junto à esfera pública no cenário do município. Quando, mais uma vez, foram tratadas com a parcialidade própria às disputas no jogo de forças posto entre as necessidades carregadas por elas em fazerem lembrar e as prerrogativas advindas de um outro lado, na preferência em mantê-las no esquecimento.

Ressurgidas oficialmente a partir de 2014, as memórias ferroviárias concorreram também com as atenções à crise econômica que sacudia o cenário de euforia vivido no município desde o final dos anos 1970, responsável em parte pelo desleixo com as coisas do passado, numa desenfreada valorização do presente e de um incerto futuro. Já que Macaé tornara-se o município da região Norte Fluminense com maior projeção mundial devido às imensas reservas petrolíferas descobertas em sua bacia oceânica. O que ocasionou a instalação de uma das principais sedes da PETROBRAS (Petróleo Brasileiro S.A.) no país e a atração de inúmeras outras empresas e pessoas do mundo inteiro que se estabeleceram na região em atendimento às demandas provenientes da economia do petróleo. O que lhe gerou mudanças profundas e sem precedentes em outras cidades brasileiras.

Ao contrário do que projeta quem o conhece de fora, o município com todas essas potencialidades não se transformou em um eldorado como reputado pela imaginação a lugares

---

<sup>1</sup> Do poema: "Congresso Internacional do Medo". In: ANDRADE, Carlos Drummond. **Antologia Poética**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006. p. 159.

com altíssima arrecadação e acolhimento do “progresso” como Macaé, que chegou a produzir 80% do petróleo bruto nacional. A administração pública local nunca conseguiu estabelecer um diálogo profícuo com a grande transformação que ocorria internamente no município, muito menos gerir a cidade dentro dos altos padrões de qualidade aos quais estava submetida a indústria do petróleo, que através de suas ações corriqueiras, direta ou indiretamente, gerava uma verdadeira "revolução". Assim, cada vez mais os fossos foram sendo estabelecidos entre a economia mundial do petróleo presente (ou a Macaé do petróleo) e a realidade local da cidade (a Macaé resto de si mesma) que ia acompanhando obrigada a todo aquele processo imensurável e desconhecido (SILVA et al, 2019).

As grandes mudanças ocorridas no perfil do município, principalmente a chegada de tantos “forasteiros” do Brasil e de outros países do mundo, entre o final do anos setenta e início dos oitenta, transformaram a cidade numa metafórica Babel tomada de um grande afã pelo novo, pelos petrodólares, pelo progresso no qual as pessoas mal conseguiam refletir que havia um desentendimento mútuo no ar, desde as intenções materiais aos sonhos que se prometiam, mas que não se podiam realizar. Cremos que nesse contexto coletivo esteja um dos elementos capitais da desconexão entre passado e presente na qual se inscrevem o desleixo com a memória e a história local em consonância com a perda da própria identidade da cidade.

Encastelava-se no esquecimento a “Princesinha do Atlântico”, desaparecia na paisagem ideológica a “Moscouzinho Brasileira”.<sup>2</sup>A cidade ferroviária ia ficando para trás. A sua nova história parecia se escrever apenas do presente em direção ao futuro. Mas que futuro tão almejado era aquele ninguém sabia, nem mesmo os técnicos do petróleo. Pois havia uma grande incógnita sobre o que se vivia, que parece nunca ter sido desvendada ou respondida.

Em meio a esse contexto de desconexões com o passado, agravado em necessidade de revisão devido ao marcante impacto da Ditadura civil-militar no município, a proposição de trabalhos como o da Comissão Municipal da Verdade de Macaé deveriam (num contexto vigoroso de construção democrática) ocupar lugar de destaque e valoração pública. Já que apesar do corte social ocorrido com o advento do petróleo, o valor do resgate das memórias locais, com implicações tão finas com a história do país, tem aplicabilidade ampla à compreensão da sociedade atual que vivemos. No entanto, não foi assim que ocorreu.

---

<sup>2</sup> Identificações populares da Cidade de Macaé que fazem menção, respectivamente, à cidade balneária, tranquila e aconchegante do passado; e a cidade ferroviária, ideológica e movimentada até a implantação da Ditadura civil-militar nos anos 1964.

Em janeiro de 2014, fui instigado a participar do processo seletivo de historiador para composição da equipe de pesquisas da Comissão Municipal da Verdade de Macaé. A Comissão havia sido criada pela Lei nº 3.982/2013, de 31 de julho de 2013, com o objetivo de subsidiar o trabalho da Comissão Nacional da Verdade no esclarecimento das graves violações aos direitos humanos acontecidas no espaço territorial de Macaé, entre 1961 e 1985, no sentido da efetivação do direito à memória e à verdade histórica.

Embora o projeto tivesse se iniciado de fato em setembro de 2013, até então muito pouco tinha sido feito de trabalho prático, tendo o mesmo estado circunscrito às questões burocráticas e organizacionais. Faltava-lhe uma equipe técnica e, pelo que me pareceu, faltava também um pouco de entusiasmo por parte dos membros nomeados para sua composição. Não sei se a palavra entusiasmo seria a mais adequada para ser usada em relação à tratativa de assuntos tão indigestos no sentido humanitário, quanto os que deveriam vir à tona dos anos ditatoriais a partir do trabalho da Comissão. Mas, de fato, para além das histórias e memórias individuais ou coletivas, o objetivo final da Comissão era a perspectiva ativa de fortalecimento da democracia através da construção de acesso à memória e à verdade. Esse sim, um tema empolgante. Mas como fazê-lo senão pelo caminho do conhecimento da própria trajetória democrática no país com foco nos períodos de exceção?

Devido ao convite do então Vereador Luciano Diniz, do Partido dos Trabalhadores (PT-Macaé) à época, talvez mais por amizade do que por competência comprovada, acabei enviando um currículo à Câmara Municipal de Macaé e fui selecionado com a justificativa de conhecimento da história da cidade e integração às instituições locais. Já que eu era morador da cidade desde 2004 e, como professor de história, eu havia desenvolvido alguns projetos com alunos do ensino superior da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Macaé (FAFIMA), dos quais eu destaco o “Memórias da Cidade”.<sup>3</sup> Creio que o conhecimento da cidade e de um grau mais a fundo de sua história tenham me valido bastante.

No entanto, o meu trabalho com a Comissão da Verdade de fato só seria iniciado em abril de 2014, com a minha percepção imediata de um pouco de falta organização (ou talvez fosse de envolvimento) institucional. Eu não conhecia qual era a lógica de funcionamento da Câmara Municipal, instituição que pela lei de criação seria a responsável pela Comissão Municipal da Verdade de Macaé. Mas percebi, já nos primeiros dias, que eu seria o

---

<sup>3</sup> Projeto de pesquisa desenvolvido com alunos da primeira turma de Graduação em História da FAFIMA com patrocínio da Fundação Educacional de Macaé - FUNEMAC (agora extinta).

responsável pelo desenvolvimento do projeto. Especialmente após a primeira e a segunda convocação dos membros titulares para consequentes reuniões de trabalho, e o comparecimento fora um fracasso.

Dois fatos singulares me marcaram nesse início de processo, a começar pelo segundo: a participação no encontro organizado pela Comissão Nacional da Verdade, em maio de 2014, na cidade de São Paulo, para apresentação dos resultados parciais dos trabalhos das Comissões Estaduais e Municipais. Ocasão na qual nós não tínhamos nada, ou melhor, tínhamos apenas um roteiro do que pretendíamos fazer. Viagem que valeu mais pela troca de experiências com outros membros e pesquisadores de comissões (infelizmente, um processo descontinuado) do que pelas nossas contribuições à reunião, pois que nossa condição era ainda de grande inconsistência. Já o primeiro fato, foi conhecer o ferroviário aposentado, sindicalista, ex-presos político e militante, Sr. Lauro Martins, que assumiria como segundo Presidente da Comissão Municipal da Verdade de Macaé ainda naquele abril de 2014. Quando a advogada Andréa Vasconcellos Meirelles, à época também Presidente da OAB local, deixava o cargo de Presidente da Comissão para assumir a Secretaria Municipal de Assistência Social.

O Sr. Lauro (de uma memória fantástica), no processo contínuo de dedicação aos trabalhos, foi uma espécie de cerne da Comissão em Macaé. A partir de uma perspectiva de participação caracterizada pelas próprias experiências e pelos laços de companheirismo com antigos ferroviários macaenses.

O trabalho que fluiu de início sem grandes entraves a não ser os naturais, quais sejam, a desconfiança, o medo, a descrença na seriedade do mesmo em consonância com o assunto ditadura, sofreria, em janeiro de 2015, uma interrupção brusca por questões políticas internas à própria Câmara, que deveria ter sido a instituição a proteger-lhe o desenvolvimento. Uma longa história de intrigas palacianas a partir de grupos políticos em disputa pelo poder. De modo que o projeto foi encerrado na instituição mas continuado no âmbito particular. Já que havia, de nossa parte, um compromisso afetivo e cidadão estabelecido com as pessoas que haviam acreditado na veracidade de intenções do trabalho e acolhido o convite da Comissão à colaboração. Acreditando ser a primeira vez desde 1964 que poderiam contar suas histórias amparadas por aparato legal em consonância com movimentos similares em ocorrência no âmbito estadual e nacional. Posto que os projetos das comissões, pelo país inteiro, através da audição de vozes que por décadas permaneceram silenciadas, permitiam o questionamento de

posicionamentos historicamente endurecidos e a permanência de uma memória nacional consolidada.

O Relatório Final da Comissão, que perdera muito das projeções iniciais do que poderia ser, foi concluído em outubro de 2015 e enviado à Câmara para publicação. Onde ficara engavetado mais de um ano, vindo a ser publicado oficialmente em março de 2017, numa celebrada Sessão Extraordinária daquela casa legislativa. O evento encerrava publicamente o trabalho da Comissão. Embora, muitos ali não soubessem que por detrás da beleza plástica do relatório permanecia um hiato preenchido pelo silêncio das vozes que não falaram, ou esvaziado pela descontinuidade de um trabalho sério, porém, incomodativo. Afinal, para quê mexer com isso [Ditadura]? Questionamento que ouvimos várias vezes ao longo do trabalho, nas buscas pelas testemunhas e de vereadores da própria Câmara Municipal em desestímulo à sua realização.

Fato é que das pesquisas para a Comissão Municipal da Verdade de Macaé sobressaíram três grupos locais interligados pelas ideologias de esquerda e perseguidos pelo Estado ditatorial entre 1964 e 1985: intelectuais, camponeses e ferroviários. Dos quais, esses últimos, pela trajetória de cidade ferroviária que Macaé fora, se destacaram em seu movimento operário transbordante para outras categorias, ao longo dos anos 1930 até o Golpe Militar de 1964, resguardando, por isso mesmo, importantes memórias sobre o período.

Com a frustração gerada pela descontinuidade do projeto na Câmara Municipal, tive o desejo de avançar na compreensão daquela que havia sido a categoria de trabalhadores mais importantes do município até o início da Ditadura. Contexto no qual surgiu a ideia de apresentação de um projeto de pesquisa ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social (UNIRIO), no qual obtive êxito.

Surgido, portanto, a partir do desenvolvimento descontinuado da Comissão Municipal da Verdade de Macaé, o recorte do olhar para o vasto passado macaense estava determinado: a cidade ferroviária, seus ferroviários, as lutas trabalhistas e os transbordamentos de sua politização no município. No entanto, como fazê-lo? Como pensar essa classe trabalhadora que foi tão expoente em Macaé a partir de tão poucos fragmentos disponíveis no presente e a exaustão do próprio tempo?

Procuramos assim, estabelecer um contributo amistoso entre História e Memória, de modo a tornar possível a leitura de uma Macaé passada, ferroviária, não mais existente; e, ao

mesmo tempo, percebê-la pelo campo da memória social, a partir dos agenciamentos próprios à memória política na dimensão da importância desse passado no presente. Quando, apesar da pouca documentação existente, algumas e importantes foram as vozes que se disponibilizaram a rememorem as trajetórias ferroviárias, seja para a própria Comissão da Verdade, seja com exclusividade para o nosso trabalho. Trazendo portanto, à tona, importantes memórias sobre a cidade ferroviária especialmente em relação ao período de polarizações políticas que antecederam ao Golpe de 1964, e aos dias subsequentes, de perseguições, prisões e medos.

Utilizando da metodologia da história oral \_ouvir, registrar, transcrever e analisar\_ prosseguimos na intenção de captar para além do dito as mensagens presentes nas entrelinhas, de modo a preencher as lacunas não alcançáveis pela História, mas possíveis de serem esclarecidas pelo campo da Memória, a equilibrar as possíveis desconexões entre estrutura e os sujeitos (THOMPSON, 1987). Especialmente a partir da emotividade e da relação intersubjetiva, capaz de captar indícios que, sem a dada importância na hora do registro, seriam perdidos (PASSERINI, 2011, p. 40).

Na recuperação dessa tessitura a partir da oralidade sobressaíram as esperanças em torno da formação da classe, o sentido de pertencimento à categoria ferroviária, as frustrações próprias a processos de disputas, as desarticulações, o ostracismo, e a ditadura. O que nos levou a crer que os relatos orais tenham cumprido o papel a se constituírem como pontes a esse passado nem tão distante assim (PORTELLI, 2016).

Considerando, portanto, a metáfora de um cabo de guerras tensionado, nas perspectivas possíveis entre o lembrar e o esquecer, nos colocamos na escuta a favor da valorização das memórias, pela abertura de espaços sociais novos nos quais houvesse o interesse na audição das “velhas vozes”, testemunhas em parte das trajetórias, componentes legítimas da macro história do Brasil, somente em parte registradas. Nos colocamos ainda a favor dos direitos humanos e contra toda injustiça histórica, cobrando posturas de revisão e abertura de possibilidades através da Justiça de Transição, ou da simples valorização da Memória Social macaense.

Num curto e incrível texto intitulado *O historiador e os morcegos*, o historiador José Murilo de Carvalho (2004) referencia a categoria dos historiadores ao desejo ambicioso de produzir conhecimento novo. Embora não possamos circunscrever essa ambição apenas aos historiadores, talvez a eles (grupo no qual me incluo por formação primeira) os conselhos do experiente José Murilo transmitam um recado de forma retumbante. Posto que formados



dentro de uma tradição metodológica impositiva, muitas vezes geradora de barreira para produções criativas e de interesse ao leitor, a quem, pela lógica e sentido, o trabalho acadêmico deve alcançar de alguma maneira.

De acordo com o texto, em contato com o objeto de pesquisa, é preciso estabelecer uma relação dialógica que implique em uma postura ativa de saber ouvir, ao mesmo tempo, em que se construa interpretações consoantes, sem imposição de uma suposta verdade, no caso do próprio historiador. “*Esticar as antenas, liberar a imaginação, abrir-se a novas referências aproximando-se de outras modalidades do conhecimento*” são conselhos do grande historiador.

Talvez, por admiração e paradigma, sem que houvesse uma reflexão discutida, sempre pensei os ferroviários, metaforicamente, como “homens de ferro”. De ferro não apenas pela nomenclatura referente à sua categoria e à linha férrea em si, mas de ferro devido à resistência e tenacidade, à dureza dos enfrentamentos que marcaram suas trajetórias contra as forças impositivas da exploração trabalhista, das multiplicadas manifestações opressoras oriundas do capitalismo dominante.

Ao pensá-los assim, não posso dizer que não os vinculo livre e imediatamente ao personagem *José*, da poesia homônima de Carlos Drummond de Andrade (2006, p. 30). Um José sem nome importante, que ama, que protesta; e que apesar dos descaminhos do mundo que lhe advieram sobre a sorte, ele, José, continua vivo. Não morre, é duro.

Dessa forma, a poesia de Drummond marcada por memórias da vida em Minas Gerais em enfrentamento ao tempo novo no contexto da cidade grande (o Rio de Janeiro), reflete a quase todo instante sobre aquilo que permanece no cenário em que a vida muda, sobre o mundo que outras forças externamente se sobrepõem fazendo com que os bens mais caros e consequentemente mais bem guardados permaneçam, por segurança (ou ameaça), no campo imaterial da memória. Até que lhes sejam possíveis condições seguras para virem à tona. Embora as dúvidas existentes sobre as possibilidades ou não dessas condições se tornarem possíveis em um tempo vindouro.

Assim, se as contribuições do campo da literatura refletem inspiradoras como referências complementares para se pensar as trajetórias objetivas do homem, a mitologia grego-romana portadora da mensagem atemporal, posto que oriunda do conhecimento *ab initio*, é inspiradora da imaginação necessária e compositiva na estruturação desse trabalho.

No qual o homem, ou melhor, os homens da cidade e os homens de ferro se posicionam como o seu centro.

Associado em primeiro lugar à Memória Social, no fluxo interdisciplinar que o campo pressupõe, propomos o entendimento das “Memórias Ferroviárias” dentro das perspectivas englobantes e componentes das memórias de ferroviários, funcionários das antigas empresas ferroviárias do município, em culminância com a Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA) já no início da segunda metade do século XX; quanto às memórias dos indivíduos da cidade, no compartilhamento de experiências referentes ao tempo da Macaé ferroviária.

Portanto, se dentro desse encontro as memórias generalizadas da cidade ferroviária recriam os cenários quase romanceados para os velhos acontecimentos, as memórias dos ferroviários, específicas do mundo do trabalho ou de suas consequências políticas, reconstroem possibilidades para o entendimento da identidade de classe, das disputas de poder na cidade a partir de sindicatos e partidos políticos. E até dos esquecimentos, quando essas memórias se tornaram incomodativas, amedrontadas e, porque não dizer, vencidas pela Ditadura civil-militar e, finalmente, pelo "progresso petrolífero" que chegou em Macaé na década de 1970 e permanece.

Assim, apresentamos *Memórias Ferroviárias e Ditadura Civil-Militar: identidade de classe, poder e esquecimento em Macaé*, organizado na forma a seguir:

O primeiro capítulo, *Ditadura e reparações – Memórias e poder*, reflete em seu título a dualidade presente quando tratamos do campo da memória. Já que a potência do lembrar só se estabelece no jogo de forças contra o esquecer, e vice-versa (GONDAR, 2016). Assim, trabalhamos a ideia do esquecimento proposital e nocivo promovido pela Ditadura, numa espécie de parceria bem sucedida e complementar capaz de gerar o esvaziamento social do sentido de lembrar dentro da perspectiva ingênua de questionamentos afirmativos como: Para quê? Por que mexer com isso? Já faz tanto tempo... Para os quais as respostas já são pré-concebidas e convictas de que não vale a pena.

Por outro lado, tratamos da potência da memória quando a mesma se torna uma ameaça pelo simples fato de existir. Ameaça a quem? Por quê? Perguntas que tentamos responder apresentando o “caminho fundo” que precisou ser feito a fim de que um tribunal internacional condenasse o Brasil para que, só então, o Governo Federal se sentisse na obrigação de instalação de um projeto de comissão da verdade. Quando em países vizinhos da

América Latina, que tiveram histórias de exceção semelhantes à nossa, todos já haviam, de alguma forma, feito a implantação de comissões para investigação de períodos ditatoriais, muito embora, nem sempre os resultados tenham sido os mais efetivos devido os reveses das forças contrárias. Visto que ao se levantar questionamentos sobre o passado, sobre os processos político-sociais de violência e exceção desenrolados e propositalmente esquecidos, levantam-se também os seus espectros. Que embora eternamente existentes, agitam-se e manifestam-se de forma plena, atuante, presente. É nesse sentido, que Javier Lifschitz (2016) afirma que *“a memória política mobiliza espectros, e todo espectro supõe uma presença paradoxal: a aparição de algo que não tem corpo, mas que traz uma mensagem. É algo que não se pode ver, mas que se escuta. O espectro faz a política escutar”*.

Infelizmente, o ato de “escutar” não é um ato naturalmente democrático. Permeia forças em disputas estabelecidas entre o ouvir e o calar. De modo que a escuta é seletiva, favorável a grupos, muitas vezes conturbada, desvirtuada. A escuta que repetida ao longo dos anos pós-ditadura tem sido a da conveniência. A escuta de um silêncio contraditório, quando na intimidade de muitos indivíduos injustiçados, de grupos perseguidos, há a permanência do que Michael Pollack (1989) chamou de silêncio gritante. Gritos abafados politicamente, silenciados pelo medo, pela menor importância, pela falta de espaços de audição e da valorização do passado com imparcialidade. De modo que o próprio jogo político se faz de forma contraditória. Há continuidade no que se julgou descontínuo, recomeçado pela arrumação estratégica sob a bandeira da Anistia, em favor dos grupos no poder, perpetuadores do silêncio dos vencidos. Ou dos discursos esvaziadores das vozes oprimidas, portanto, discursos silenciadores e espectrais.

Procuramos, então, refletir nesse primeiro capítulo do trabalho sobre o papel dessa memória coletiva, conforme nos propõe Maurice Halbwachs (2004). A memória ferroviária do grupo que lembra em consonância com uma cidade inteira que sofre os impactos do Golpe de 1964. No diálogo da subjetividade em transbordamento com o social, construímos todo o trabalho. Quando entendemos que as tramas dos destinos despontavam como vidas paralelas, como se fossem as próprias linhas por onde corriam os trens. Mas, que, no entanto, lado a lado, despertavam-se em interesses mútuos, se tocavam, se confundiam e se construía em redes de sociabilidades, desde as memórias específicas dos ferroviários à falta de memória coletiva, refletida no último capítulo. Atentando para os usos dessas memórias plásticas que, mesmo quando guardadas (esquecidas), estão estabelecidas em conexão com os poderes em jogos de força na sociedade vigente (ASSMANN, 2011).

O segundo capítulo, *Macaé: histórias e memórias cotidianas de uma cidade ferroviária*, procura reconstruir a dinâmica empreendida pela chegada da ferrovia no município. Se constrói inicialmente a partir da perspectiva historiográfica que aponta, desde a segunda metade do século XIX, as razões para a construção dos ramais ferroviários regionais a partir do êxito da produção agrícola. Seja ela baseada nas plantações de café ou, ainda, com grande presença no Norte Fluminense, nas imensas plantações de cana de açúcar. Ambas dependentes de meios de transportes eficientes para facilitação do comércio desses produtos, especialmente com a Corte do Brasil.

Foi nesse contexto que seria fundada em 1871 a *Estrada de Ferro Macahé & Campos*, que complementando o trajeto do interior até o Rio de Janeiro com suas embarcações, destacou Macaé como importante centro logístico regional através de seu Porto de Imbetiba.

Ainda no final desse século, por problemas internos à companhia regional e mesmo pela expansão do capitalismo inglês próprio daquele tempo, especialmente pelo interesse nas ferrovias direta ou indiretamente ligadas à Inglaterra, chega na região a *The Leopoldina Railway Company Limited*, através da compra gradativa dos trechos das estradas de ferro locais. Iniciava-se aí um novo período de expansão para Macaé ao mesmo tempo em que a cidade ia se tornando cada vez mais identificada com a qualificação ferroviária. Avanço das linhas, grande oficina, aumento dos seus trabalhadores e muita exploração. Condições fundamentais para o surgimento do movimento operário e de gradativa criação da identidade entre os ferroviários a desdobrar-se em ações ao longo da primeira metade do século XX.

O terceiro capítulo, *Labor e identidade de classe – sindicalismo e redes políticas*, procura compreender a formação da classe ferroviária em Macaé num processo contínuo que vai do trabalho nas Oficinas de Imbetiba às manifestações sindicais transbordantes em representações político-partidárias de organizações ferroviárias. Compreendendo a identidade a partir das formas de aceção do mundo, das expectativas, modos de agir e esperanças futuras próprias à condição de operários da ferrovia (SILVA et al., 2004).

Assim, procuramos entender a formação de tal identidade a partir dos primeiros registros sobre a categoria elencados no primeiro e único livro sobre a trajetória ferroviária no município, intitulado *Estação Bendegó: uma trilha de lutas dos ferroviários macaenses* (FONSECA, 1996). Partindo da identidade refletimos a formação da classe, perpassando pelo viés clássico da análise de Marx (2011) à perspectiva revisada de Edward Thompson (1987), a partir dos quais procuramos entender a classe a partir da relação de confrontos entre

indivíduos coletivamente identificados pelas experiências em comum contra outros indivíduos identificados com a exploração dos meios materiais ou imateriais aos quais os primeiros estavam submetidos.

No quarto capítulo, *Memórias em amálgama: uma ditadura no meio do caminho*, procuramos entender o alto nível das tensões estabelecidas em Macaé, quando, cada vez mais, a polarização entre o sindicalismo, especialmente dos ferroviários, se chocava com as posturas conservadoras resistentes, especialmente representadas no município pela Associação Comercial e Industrial de Macaé.

Enquanto a historiografia, de modo geral, reputa ao ano de 1961 o marco decrescente para o Golpe Militar de 1964, em Macaé, propomos esse marco a partir de 1958 quando a eleição do candidato a prefeito Eduardo Serrano criou um ambiente de efervescência e inconformação da tradicional elite local, o que resultaria, no início de 1960, no seu processo de *impeachment*. Antecedido, porém, por uma verdadeira novela marcada por perseguições políticas, calúnias, declarações de sexo homoafetivo, denúncias de gastos ilegais na prefeitura que desestabilizaram totalmente o seu mandato. Um governo eleito a partir de uma campanha que prometera ser “*a esperança dos sofredores e oprimidos*” da cidade que, na verdade, recompunha lugares políticos e ameaçava territórios dominados.

Por outro lado, como período de polarização potencializada, foram anos de graves transbordamentos dos discursos sindicalistas ferroviários marcando a cidade por greves e influências a outras categorias de trabalhadores municipais.

Estabelecido o Golpe e todas as suas consequências imediatas, várias mulheres assumiram a gestão de suas famílias, como verdadeiras Penélopes a tecerem a vida e encontrarem soluções até à volta ao lar dos seus esposos presos pelo novo regime governamental.

Finalmente, o quinto capítulo, *Lugares e memórias em dias de esquecimentos*, procura refletir a partir da concepção de memória de Theodor Adorno (2001), e suas perspectivas para elaboração do passado, quais as trajetórias históricas e econômicas que culminaram na Macaé do esquecimento. Nesse sentido, percorremos as políticas nacionais de favorecimento ao rodoviarismo iniciadas nos anos 1950 e que alcançaram o seu auge durante os governos militares. Culminando, na prática, com a troca do modal de transporte ferroviário para o transporte rodoviário no país, o que levou o primeiro à condição agonizante. Refletindo

em Macaé que, na condição de cidade ferroviária, sofreu diretamente, material e imaterialmente, o desmonte dessa estrutura característica desde o início do século XX.

Se a continuidade, por vinte e um anos consecutivos, dos governos ditatoriais significou o silenciamento da história local pretérita e o esvaziamento da condição de ferroviários que se caracterizara exatamente pela atividade e pelo movimento, a descoberta das reservas petrolíferas no final dos anos 1960 e a consequente instalação da Petrobras levaram ao surgimento de uma nova cidade com novas perspectivas que seriam construídas rapidamente em mudanças da noite para o dia. Suplantava-se a Macaé Ferroviária, surgia a Macaé do Petróleo. No entanto, se as mudanças materiais eram drásticas e as descontinuidades imperavam, as memórias, as histórias, os lugares permaneceriam, muito embora, em parte latentes ou em processos de apagamentos.

Para entender os esquecimentos vigentes da cidade ferroviária utilizamos como baliza as proposições de Pierre Nora (1993) a partir do clássico conceito dos lugares de memórias. E procuramos, então, refletir sobre esses lugares macaenses, restos de outros tempos, esquecidos, porém, presentes no cenário da cidade.

\*\*\*

Dentro da concepção da História como *Magistrae Vitae*, que vigoraria mais fortemente no século XIX, mas, verdadeiramente, nunca deixaria de influenciar a forma de se fazer história de lá pra cá, Charles Rollin (1825), em seu *Histoire Ancienne*, reproduziu a máxima de Cícero<sup>4</sup>, “e lhe dá razão ao ter sido chamada de testemunha dos tempos, de tocha da verdade, de escola da virtude, de guardiã dos acontecimentos e se fosse permitido falar assim, de fiel mensageira da Antiguidade” (PAYEN, 2011).

No entanto, não há dúvidas de que gradativa e continuamente o fazer histórico foi se atualizando, tentando resolver os próprios questionamentos internos que implicavam na maneira de ver o mundo e, conseqüentemente, interpretá-lo e reproduzi-lo enquanto narrativa. O movimento iniciado na França partir da Revista *Annales d'histoire économique et sociale*(1929-1939)ou, simplesmente, Escola dos Annales<sup>5</sup>, foi o grande marco inicial para

---

<sup>4</sup> Em Cícero (*De Oratore*, II, 36) a história é definida como *testis temporum, lux veritatis, vita memoriae, magistra vitae, munti avetustatis*.

<sup>5</sup> A revista teve quatro títulos: *Annales d'histoire économique et sociale* (1929-1939); *Annales d'histoire sociale* (1939-1942, 45); *Mélanges d'histoire sociale* (1942-1944); *Annales: économies, sociétés, civilisations* (1946). Sobre o assunto e as novas perspectivas na escrita da história apresentadas, bem como as críticas ao velho

essas generosas transformações na forma que a escrita da história acederia ao longo do século XX a ponto de ser reconhecida como *la nouvelle histoire*.<sup>6</sup> Assunto sobre o qual existe uma vastíssima bibliografia que não caberia aqui ser discutida. Nosso desejo é refletir a partir da grande virada pós-estruturalista dos anos 1970 e as consequentes porosidades que passaram a permear o “muro” no qual se fechava a história, numa espécie de *mise en abyme* não apenas na área de conhecimento, mas no esforço de captar a polissemia componente das trajetórias do ser humano, seu principal objeto de compreensão.

Segundo José Carlos Reis (2010), em seu pequenino, mas grandioso livro *O desafio historiográfico*, ele afirma que, "*o conhecimento histórico pós-estruturalista aborda um mundo humano parcial, limitado, descentrado, em migalhas. Aparece um olhar em migalhas, assistemático, antiestrutural, antiglobal, curioso de fatos e indivíduos*" (p.111).

As implicações dessas novas possibilidades conformadoras se fazem sentir em todas as áreas do conhecimento e, naturalmente, corroboram no campo das ciências humanas e sociais a valorização das trajetórias de indivíduos e grupos, como experiências do feito, do vivido, do experimentado. Até então diluídas dentro das acepções macro, tanto da história, como de outras áreas. Nesse sentido, que vai da coadjuvância ao protagonismo, reaparece a enorme importância das memórias, tanto coletivas, quando individuais, no desvelamento do homem a partir das relações que se estabelecem do presente para com o passado.

No ensaio denominado *Presente, Futuro e Passado*, um dos grandes representantes da filosofia crítica da história na Inglaterra do século XX, Michael Oakeshott (2003), faz interessantes reflexões sobre esses aspectos. Ao relativizar o tempo cronológico, implicando, portanto, em campos demarcados, como é o passado para a história, dá enorme crédito às construções feitas a partir do presente. Já que para ele, "*tanto o futuro quanto o passado emergem de uma leitura do presente; e um futuro ou passado em particular estão qualificados a serem evocados a partir de um presente particular.*"

---

modelo de fazer história, vide: BURKE, Peter. **A Escola dos Annales – 1929-1989. A Revolução Francesa da historiografia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

<sup>6</sup> *La nouvelle histoire* é o título de uma coleção de ensaios editada pelo renomado medievalista francês Jacques Le Goff. Le Goff também auxiliou na edição de uma maciça coleção de ensaios de três volumes acerca de "novos problemas", "novas abordagens" e "novos objetos" em conexão com as "novas" proposições francesas de se fazer a história, chamada *École de Annales*. A nova história é a história escrita como uma reação deliberada contra o paradigma tradicional, aquele termo útil, embora impreciso posto em circulação pelo historiador de ciência americano Thomas Kuhn. Será conveniente descrever esse paradigma tradicional como a "história rankeana", conforme o historiador alemão Leopold von Ranke (1795-1886). A nova história aponta para as várias possibilidades e abordagens possíveis no sentido de compreensão do passado. BURKE, Peter (org.). **A escrita da história**. Novas perspectivas. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

Portanto, o que a memória nos apresenta não deixa de ser uma continuidade consciencial na qual aquele que lembra se reconhece em ligação continuada ao que no presente se é como pessoa, personalidade, ou vítima.

Cronologicamente, se estamos falando de um tempo no qual seja possível “recolher” essa memória em primeira mão, talvez em segunda, as perspectivas de distanciamento em relação ao passado referido por Oakeshott, naturalmente, se diminuem muito. Aproximando-nos, portanto, desse novo modelo de história que se vale da memória, denominada, de maneira geral, como História do Tempo Presente.<sup>7</sup>

Para o historiador francês Henry Rousso (2016), a história do tempo presente é um tipo de conhecimento constituído pela mediação memorialística sobre eventos catastróficos. Naturalmente, a relativização do sentido de catástrofe depende do contexto social e político, da maneira como a testemunha se envolveu com o fato/acontecimento. Portanto, para a constituição desse tipo de história, que também poderíamos chamar de contemporânea, a concepção de memória, do relato testemunhal, configura-se como material fundamental para o o historiador, que se torna o mediador do processo. Nesse sentido, o produto desse movimento dialogado é a história como produtora de algum conhecimento mediado.

No que tange à questão da memória nessa relação tão próxima com a história, ela é o principal elo da história em construção com o passado, o que configura para Rousso o verdadeiro antídoto contra o chamado presentismo. O que ele considera um verdadeiro mal ou a principal crítica sobre a história do tempo presente (ROUSSO, 2016, p. 302).

Num último, e creio que, suficiente esforço no sentido de mediação entre Passado, História e Memória, retomo aqui, brevemente, alguns pontos das reflexões do também historiador francês Philippe Joutard (2013), para quem apesar dos conflitos históricos (pleonasticamente) entre história e memória, é possível um processo de aliança e reconciliações. Isso porque, na visão de Joutard (talvez um tanto tradicionalista), a história é a narrativa do passado buscando o seu distanciamento, enquanto a memória, ao contrário disso, procurará manter uma forte relação afetiva com o passado ativada pelo tempo presente.

Para Joutard há um senso pedagógico na aproximação dessas memórias, depoimentos e experiências, já que se aprende muito sobre o mundo, os processos em discussão e as trajetórias dos indivíduos nessa relação direta com esse “presente-passado”. Dele sobressaem

---

<sup>7</sup> Corrente que surge na França e recorta esse período especialmente a partir da Segunda Guerra Mundial.



o sentido da multiplicidade de expectativas ou possibilidades de futuro. Talvez por isso, por tratar de memórias relacionadas também a expectativas e possibilidades, é que Joutard as categoriza como formas de representação do passado. Ou o que poderíamos chamar de verdades múltiplas de um passado próximo, valoroso, assistemático, porém, identitário. Porque nem as memórias, nem as representações se estabelecem fora do jogo social que a todo tempo é jogado.

As reflexões precursoras de Halbwachs<sup>8</sup>, publicadas postumamente nos anos 1950<sup>9</sup>, estabelecem-se na centralidade das relações obrigatoriamente existentes entre sociedade e memória. Num dialogismo circular de produção e identidade próprios da interdependência recorrente entre ambas. Notadamente, as acepções desse autor se organizam a partir de um ponto inicial pré-existente que é a sociedade, que se legitima no indivíduo, embora esse seja parte de sua composição essencial e reflexo de suas características coletivas. De modo que dentro do que poderia ser entendido como a regularidade de uma comunidade, a força do todo social imprime-se na composição do indivíduo que a ele pertence a partir de elementos em comum, como valores, costumes, signos, que se tornam seus pontos de ligação e interação coletivos. Por conseguinte, elementos basilares na constituição das memórias e, ao mesmo tempo, chaves fundamentais para suas decodificações.

Ao considerarmos a memória como um conhecimento que se estabelece sempre em seu tempo atual sobre o passado, implicitamente consideramos a influência das imposições sociais de cada tempo presente sobre a tomada dessa memória, seja ela coletiva ou individual. De modo que a memória individual, na compreensão de Halbwachs, é a manifestação singular do coletivo superposicionada ao processo de vida histórico de cada indivíduo. Organizáveis ainda, na retomada do coletivo, em grupos escalonados dentro de uma mesma sociedade. O que implica, a partir daí, em subdivisões de memórias dentro de um mesmo grupo social e, conseqüentemente, no jogo de forças entre valorar, lembrar e esquecer, presentes em todos os grupos sociais contemporaneamente constituídos.

Curiosamente, em consideração à imponência da história e de outras áreas do conhecimento ao longo do século XX, a memória social deixou-se passar semi-despercebida frente a todo racionalismo e rigidez das estruturas intelectuais e acadêmicas dominantes. O

---

<sup>8</sup> Sociólogo francês (1877-1945), criador do conceito de memória coletiva no âmbito das ciências sociais.

<sup>9</sup> HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

que lhe valeu ao ser gradativamente redescoberta, uma aparência jovial, embora seu enraizamento no tempo e o conseqüente cabedal acumulado profundamente valoroso.

Valendo-nos de mais uma imagem metafórica ao longo do texto, a memória tem sido uma espécie de oráculo que todos sabem que existe, mas, que, no entanto, é recorrido por outras áreas do conhecimento à medida da conveniência e necessidade. De certo, por preservar algo de novo que dá sentido e aprofundamento mesmo à áreas aparentemente divergentes. Já que todos os grupos sociais existentes são geradores de memórias, numa dualidade incontestável, como se nas experiências de vidas as memórias fossem algo inseparável como “corpo-e-alma”.

Segundo Jô Gondar (GONDAR et al., 2005), no clássico livro *O que é memória social?*, o conceito de memória social se encontra num processo de construção continuado a partir dos constantes problemas que chegam a esse campo do conhecimento. E ela reforça que, *"no campo da memória social o conceito está sempre por ser criado: é um conceito em movimento. Por esse motivo, ele jamais poderá configurar-se em uma definição estanque e unívoca, já que, em razão de sua própria condição transversal, sofre um permanente questionamento"* ( p. 15).

Assim, a memória mimetiza-se a outras áreas, torna-se camaleônica ao se construir entre o velho e o novo, ao se permitir estar em constante movimento de forma na ação de reconstrução do passado, sem, no entanto, se perder na deformação de seu próprio campo. E, dessa maneira, contribui com tantas outras áreas do conhecimento através dos poros que lhe são qualidades transversais na construção dos conhecimentos novos nos tempos presentes, para os quais tanto a transversalidade, quanto a transdisciplinaridade são condições totalmente relevantes.

Refletir, portanto, sobre memória tomando como características principais algo que vai além da disciplina (no sentido disciplinar, ordenador), que a transpõem, nos leva obrigatoriamente a estarmos preparados física, mental, e psicologicamente para compreendermos a diversidade das vozes falantes através delas. Vozes múltiplas, polissêmicas, às vezes, destoantes, porém, necessariamente respeitáveis pelo valor da experiência contida em cada uma dessas vozes presente-passado, independente de onde ou de qual grupo social ressoem.

Dessa maneira, na abertura do campo da memória social à condição da múltipla escuta, importa divergir polissemia de algaravia, já que o que se espera desses diálogos possíveis é a construção de algo novo a partir da emersão do passado de experiências memorializadas (guardadas, algumas quase perdidas), de algum sentido produtivo, identitário, humanizante, cidadão. Sentidos, na maioria das “vozes”, sobrepujados pelas dobras do poder ou pelos jogos de forças que apostaram no esquecimento ou na polissemia babélica improdutiva, componentes dos variados contextos e sociedades humanas. Dessas interrelações entre memórias e poder, vozes e memórias têm sobressaído, com grande relevância, como elementos fundamentais em processos de lutas políticas e reconhecimento de identidades, trabalhando na recomposição de processos culturais; mas, também, no sentido legal, do exercício da justiça, tanto individual, quanto coletiva, contribuindo na difícil tarefa da construção de sociedades mais justas (VIEIRA et al., 2016).

Considerando as memórias cotidianas da Macaé Ferroviária, mas, especialmente, o resgate das memórias fragmentadas e intencionalmente diluídas dos perseguidos pela Ditadura a partir de 1964, cremos que o contributo amistoso entre a memória e a história seja o único meio possível para fazê-lo. Elencando para essa certeza, não apenas a falta de documentação em grande parte destruída pelo próprio Estado ditatorial ou, por civis, em defesa a ele; mas a ativez do esquecimento e da morte que calaram vozes, e continuam calando, para sempre.

Assim, pois, ainda que poucas, as vozes que emergiram do passado em testemunhos a um tempo em que se mesclou coletivismo, esperanças, e muitos sofrimentos, por si só já se erigem em forma de memórias-monumentos da cidade.<sup>10</sup> De uma Macaé subposta, para a qual, as memórias dos ferroviários são patrimônio cultural<sup>11</sup> da história local, na dualidade conflitante de força e fragilidade da qual sobressai a relevância de não se deixar esquecer as experiências coletivas de nossa sociedade.

---

<sup>10</sup> “A palavra latina *monumentum* remete para a raiz indo-europeia *men*, que exprime uma das funções essenciais do espírito (*mens*), a memória (*memini*). O verbo *monere* significa ‘fazer recordar’, de onde ‘avisar’, ‘iluminar’, ‘instruir’. O *monumentum* é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filosóficas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos.” LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996. p. 535.

<sup>11</sup> “É necessário pensar na produção de patrimônios culturais não apenas como a seleção de edificações, sítios e obras de arte que passam a ter proteção especial do Estado, mas, conforme propõe o autor citado (José Reginaldo Gonçalves, 1996. p. 22), como “narrativas”, ou, como sugere Mariza Veloso Motta Santos (1992), tomando de empréstimo a formulação de Michel Foucault, como uma “formação discursiva”, que permite “mapear” conteúdos simbólicos, visando descrever a “formação da nação” e constituir uma “identidade cultural brasileira”. FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina, CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 66.

## 2. Capítulo I: Ditadura e reparações – Memórias e poder

Mas você não morre,

você é duro, José!

(Carlos Drummond de Andrade)<sup>12</sup>

### 2.1. Notícia de jornal (condenação)

No dia 15 de dezembro de 2010, o jornal *Folha de São Paulo* comunicava, através de sua coluna *Poder*, que o Estado brasileiro havia sido condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos. Cujo principal motivo para a condenação fora o desaparecimento não solucionado de sessenta e duas pessoas na Guerrilha do Araguaia, entre os anos de 1972 e 1975.<sup>13</sup>

A matéria do jornalista Bernardo Mello Franco informava que a sentença determinara que o Estado identificasse e punisse os responsáveis pelas mortes e afirmara que a Lei de Anistia não poderia ser usada para impedir a investigação sobre o caso.

A condenação do Brasil frente à Organização dos Estados Americanos (OEA), órgão ao qual a Corte está diretamente vinculada, colocou o país numa condição de evidência internacional, trazendo à tona, naquele final do ano de 2010, as profundas marcas de violências deixadas pelos governos militares que se sucederam no país após o Golpe de 1964. De modo que a sentença estabelecia responsabilidades apontando para a obrigatoriedade da retomada das investigações sobre o caso, bem como, a aplicação de decisões penais correspondentes aos responsáveis, em consonância com a lei e os direitos humanos. Já que, para a Corte Interamericana, “*as disposições da Lei da Anistia carecem de efeitos jurídicos e não podem seguir representando um obstáculo para a investigação, nem para a identificação e punição dos responsáveis.*”

Embora a Guerrilha do Araguaia se apresente como um dos episódios mais emblemáticos no contexto dos “Anos de Chumbo”<sup>14</sup> no Brasil, com o assassinato confirmado

<sup>12</sup> Do poema “José”. In: ANDRADE, Carlos Drummond. Op. Cit. p. 30.

<sup>13</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po1512201020.htm>. Acesso em 25 de outubro de 2019.

<sup>14</sup> Os quase nove anos compreendidos entre 13 de dezembro de 1968, com a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5) e a sua extinção em 13 de outubro de 1978 pelo Regime Militar, representam a face mais cruel da

de sessenta e duas pessoas que se indispuseram contra o Estado ditatorial e mais outras oito pessoas que constam como desaparecidas, infelizmente ele não foi o único ato brutal do período (PAES, 1995). Os desaparecimentos, as torturas, as perseguições aos inimigos, ou supostosinimigos do regime se tornaram práticas corriqueiras e banalizadas para a manutenção do estado de exceção que se instalou em oposição ao regime democrático. Nesse caso, vale lembrar que a Guerrilha do Araguaia inspirada na Grande Marcha da China<sup>15</sup>, como expressão do Partido Comunista do Brasil, planejou estabelecer um grande movimento comunista rural a partir do interior do país que materializasse não apenas a contrariedade e reação ao estado ditatorial vigente, mas também, um dos pontos mais simbólicos interpostos entre a democracia e a ditadura no país: a luta pela divisão justa das terras no Brasil. Ou simplesmente, a reforma agrária que havia sido uma das principais bandeiras do Governo João Goulart, deposto pelo Golpe de 1964.<sup>16</sup>

Se a determinação do tribunal internacional por um lado obrigava o Brasil a responder publicamente pelo desaparecimento forçado dos guerrilheiros mortos por tropas federais, reavivando as atrocidades ocorridas naquela época; a decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos expunha também a fragilidade da Lei de Anistia em vigor no país, bem como, o lapso gerado pelo esquecimento produzido sobre aquele cinzento período da história nacional. Abrindo um espaço ainda não dimensionado na sociedade brasileira, até então, para o esclarecimento desse e de outros graves casos de violações aos direitos humanos ocorridos durante a Ditadura militar. A considerar ainda, as imposições pelo tribunal de envidamento de todos os esforços na busca de tais esclarecimentos, a realização de ato público para reconhecimento da responsabilidade internacional e, finalmente, a recomendação para a criação de uma Comissão da Verdade, conforme o Plano Nacional dos Direitos Humanos, lançado no ano de 2009.

A matéria da *Folha de São Paulo* trazia ainda, em sua conclusão, as considerações do então ministro da Defesa, Nelson Jobim, de que o país poderia evocar sua própria Lei da Anistia para revogar tais condenações. Muito embora fosse da consideração do Palácio do Itamaraty a obrigatoriedade do Estado brasileiro cumprir tais determinações, posto ser

---

ditadura no país, na qual ocorreu o maior número de perseguições, desaparecimentos, torturas impostos pelo endurecimento da repressão no país.

<sup>15</sup> Marcha de apoio a Mao Tsé-tung, ocorrida em 1934, na qual em torno de 100 mil combatentes percorreram 10 mil quilômetros.

<sup>16</sup> Sobre a Guerrilha do Araguaia, um importante trabalho: MERCHI, Patricia Sposito. **Os protagonistas do Araguaia: trajetórias, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha (1972-1974)**. 2012. 401 páginas. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

signatário do Pacto de São José da Costa Rica ou, mais precisamente, da Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Consideração que parece ter sido a mais plausível para o país. Talvez, não necessariamente por um senso de obediência cega, mas, especialmente, pela fragilidade da Lei de Anistia brasileira, que estabeleceu em seu conteúdo generalista um grande hiato de justiça, memória e verdade, entre o período ditatorial já decadente em forças e a Nova República, que se iniciou oficialmente a partir de 1985.

Aprovada pelo Congresso Nacional em 28 de agosto de 1979, a Lei nº 6.683, em seu artigo primeiro, concedia anistia a todos quantos,

no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexo com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares.<sup>17</sup>

Embora a lei se componha de mais outros 14 artigos, desdobrando-se em inúmeros parágrafos, é no artigo primeiro citado que se encontra o espírito de sua estratégica intenção. Já que o mesmo ao estabelecer legalmente um lugar único para os beneficiários da anistia, seja para vítimas da ditadura, seja para os perpetradores do látigo ditatorial, unifica-os em uma mesma condição aparentemente de favorecimento para os primeiros (as vítimas), até então consideradas inimigas do Estado. Lugar que corrompeu favoravelmente a prática da ditadura brasileira, que em sua ação cotidiana, diferia muito bem quem pertencia e estava ao lado do Estado e quem se opunha a ele. Condição esta fundamental (então legalmente desaparecida) para o estabelecimento de todos os processos de perseguição, insegurança, torturas e outras violências em nome da segurança nacional. Ao anistiar vítimas e algozes, a Lei de Anistia nacional desrespeitava as trajetórias individuais experimentadas durante a ditadura, a memória dos fatos e os direitos fundamentais da sociedade brasileira, quando não, os direitos humanos de forma mais ampla.<sup>18</sup> Muito embora, a projeção pública do governo sobre a Lei de Anistia em nenhum momento chamasse a atenção para o que se perdia em termos de justiça, apenas para o que se ganhava em termos de prosseguimento e da liberdade.

<sup>17</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6683.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm). Acesso em 25 de outubro de 2019.

<sup>18</sup> CARAPUNARLA, Emmanuel Deodato. **Lei da Anistia: criação política em detrimento aos direitos fundamentais**. Disponível em: <file:///C:/Users/Cliente/Downloads/5822-Texto%20do%20artigo-29279-4-10-20140819.pdf>. Acesso em 25 de outubro de 2019.

É nesse sentido, de não correspondência à realidade dos fatos e, ao mesmo tempo, de composição de um cenário fictício para o tempo novo que alvorecia, que a Lei de Anistia iria estabelecer uma narrativa de reconciliação com o passado pelo esquecimento.<sup>19</sup> Valorizando ainda, mesmo que subliminarmente, a fragilização e a fragmentação, nos anos seguintes, das memórias referentes ao período de estruturação do Golpe de 1964 no país, e dos próprios vinte e um anos que compuseram esse doloroso estágio da vida política nacional. De modo que os novos tempos republicanos se iniciariam marcados pela alegria do retorno à democracia, porém, altamente maquiados, mascarados mesmo naquele cenário, sob a face oculta e dissoluta de uma certa continuidade da ditadura.

Nem responsabilização e punição aos representantes do Estado pelos crimes cometidos; nem reparação às vítimas do regime; muito menos a restauração da verdade sobre o que havia acontecido nas duas longas décadas de Ditadura civil-militar no país.<sup>20</sup>

## 2.2. Notícia de jornal (trajetória)

Em menos de um ano após a notícia da condenação do Brasil pela Corte Interamericana ser publicada pela *Folha de São Paulo*, ainda em repercussão aos assuntos por ela levantados, a manchete em destaque no jornal *O Globo*, do dia 19 de novembro de 2010, fora a de que: “*Documentos da Ditadura dizem que Dilma ‘assessorou’ assaltos a bancos*”.<sup>21</sup>

A economista mineira Dilma Vana Rousseff<sup>22</sup> havia sido eleita pelo Partido dos Trabalhadores (PT), no final do ano anterior, para o mais alto cargo da República brasileira. Se tornando a primeira mulher a assumir a presidência do país em 01 de janeiro de 2011, em

<sup>19</sup> Entrevista ao Prof. Dr. José Maria Gómez, publicada originalmente em [Rio Pesquisa](#), Ano IX, Nº 34 (Março de 2016). Disponível em: <http://memoriasreveladas.gov.br/index.php/ultimas-noticias/178-para-nao-repetir-o-passado>. Acesso em 10 de agosto de 2019.

<sup>20</sup> Para caracterização dos governos ditatoriais no país iniciados pelo Golpe de 1964, vamos utilizar a partir de agora a terminologia “civil-militar” apresentada por René Dreifuss em seu trabalho mais célebre sobre a estruturação e desenvolvimento político-econômico desse período. No qual uma das evidências históricas apresentadas é a de que o sistema que alimentou o golpe e a ditadura fora misto, composto tanto por grupos civis, como por militares. A esse respeito vide: DREIFUSS, René Armond. **1964 – a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1981.

<sup>21</sup> Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/documentos-da-ditadura-dizem-que-dilma-assessorou-assaltos-bancos-2922841>. Acesso em 23 de outubro de 2019.

<sup>22</sup> Dilma Vana Rousseff, mineira, economista, aos 62 anos se tornou a primeira mulher presidente do Brasil em 31 de outubro de 2010. Alcançou a marca de 56,05% dos votos válidos, o que correspondeu a 55.571.529 votos. Sua campanha contou com o engajamento do então presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, cujos recordes de aprovação do governo chegaram a 83%. A aliança para sua eleição, no segundo turno, contou com a participação de 11 partidos, quais sejam: PT, PMDB, PC do B, PR, PDT, PRB, PSC, PSB, PTC, PTN e PP. Disponível em: <http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/10/dilma-rousseff-e-primeira-mulher-eleita-presidente-do-brasil.html>. Acesso em 23 de outubro de 2019.

convergência à continuidade política do governo anterior e aos questionamentos referentes à Ditadura civil-militar, da qual fora uma vítima.

A matéria dos jornalistas Evandro Éboli e Jailton de Carvalho tivera lugar à medida que o Supremo Tribunal Militar (STM) liberara, naquela ocasião, os dezesseis volumes documentais contendo o processo movido pelo governo militar contra a então estudante universitária, Dilma Rousseff. E não deixava de ser uma autorização em parte tardia, considerando-a uma “faca de dois gumes”, já que a tentativa de acesso a esses autos, ainda durante o período eleitoral, fora intencionado, porém negado pelo STM.

Em se tratando das perspectivas ora subliminares, ora abertamente tendenciosas construídas pelos meios de comunicação, o peso dado pela matéria a uma “*assessora*” de assaltos a banco, numa leitura rápida e historicamente descontextualizada, parece implicar mais em valores éticos e morais de impacto social em tempos de eleições, do que propriamente esclarecer sobre a realidade dos fatos, conforme eles realmente se deram. No entanto, tendo sido liberados para acesso somente ao final do seu primeiro ano de mandato, a publicização da trajetória de lutas políticas da Presidente Dilma contra a ditadura vinha agregar, junto a um todo posto em evidência, como mais uma peça solta a ser encaixada na composição dos desvendamentos necessários sobre o período ditatorial no país.

Em sua juventude, no ano de 1964, a estudante Dilma integrara-se aos 16 anos como militante na Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (POLOP). Mais tarde, em 1969, passara a fazer parte do movimento Comando de Libertação Nacional (COLINA), que fora um movimento contrário ao regime militar e adepto à luta armada ao fazê-lo. A partir da inserção no COLINA, Dilma passara a vivenciar a clandestinidade própria aos identificados como inimigos do governo e, portanto, alvo de suas perseguições permanentes. O que resultara inclusive no abandono do curso de economia na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em sua cidade natal, Belo Horizonte. Naquele mesmo ano de 1969, quando houvera um endurecimento repercutido em perseguições, prisões, desaparecimentos e mortes pela ditadura, o grupo COLINA integrara-se à Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), passando então, unidos, a se chamar Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares). Notadamente, através dessa união estratégica, o grupo respondia, na medida do possível, às ações do Estado ditatorial projetando-se esperançosamente na libertação do país e ideologização de uma sociedade nova possível. Em 1970, no entanto, Dilma Rousseff fora presa pelo regime, tendo sido submetida a interrogatórios e torturas na estrutura de



repressão da Organização Bandeirantes (OBAN), em São Paulo. Bem como, nos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, respectivamente, nos Departamentos de Ordem Política e Social, mais conhecidos como DOPS.<sup>23</sup>

O processo que voltava à tona em novembro de 2011, após longo silenciamento pós-anistia, retratava parte de uma trajetória de vida em movimento organizado e coletivo contra a estrutura não democrática estabelecida no país através do Golpe de 1964, dialogando positivamente com a retratação imposta pela Corte Interamericana de Direitos Humanos. Nesse contexto, e segundo gume da faca, Dilma passava da suposta alcunha ditatorial condenatória que lhe fora imposta como assessora a atos ilícitos (assaltos a banco), para a condição revisionista de vítima do Estado de exceção, considerando o abuso praticado por representantes do Estado sobre seus direitos fundamentais, tanto como ser humano, quanto cidadã brasileira.

Conforme ressaltou a matéria de *O Globo*, na denúncia coletiva contra o grupo VAR-Palmares revelada em 2011 por autorização do STM, a universitária Dilma aparecia como a “*Joana D’Arc da subversão*”. Além do destaque feito pelo procurador da denúncia que anotou sobre ela: “*É figura feminina de expressão tristemente notável*”. Anotação que certamente fazia referência ao lugar de relevância da estudante dentro do esquema de combate à ditadura representado pelos grupos aos quais ela fez parte. Destacando-se, por exemplo, a partir de sua capacidade de organização, a formação de novas células militantes, atuando ainda como tradutora de textos e professora de marxismo. Ainda de acordo com a matéria, em observação ao VAR-Palmares, a partir de um relatório escrito pelo delegado Newton Fernandes, da Polícia Civil de São Paulo, Dilma aparece como “*uma das molas mestras e um dos cérebros dos esquemas revolucionários postos em prática pelas esquerdas radicais*”. O mesmo delegado registrou “*tratar-se de uma pessoa de dotação intelectual bastante apreciável*”, o que nos parece um enorme elogio advindo da própria estrutura de repressão que desejava à época prendê-la. Tendo logrado tal sucesso posteriormente e, conseqüentemente, aplicado a ela as injunções dessa condição de destaque dentro da estrutura revolucionária.

---

<sup>23</sup> Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/dilma-rousseff/>. Acesso em 25 de outubro de 2019.

Em 2008, quando Dilma ocupava o cargo de Ministra-chefe da Casa Civil, em pronunciamento no Senado Federal sobre a militância contra a ditadura, respondeu ao senador Agripino Maia, quando este acusou-a de ter mentido em interrogatório que,

- Não é possível supor que se dialogue com pau de arara ou choque elétrico. Qualquer comparação entre a ditadura militar e a democracia brasileira só pode partir de quem não dá valor à democracia brasileira - disse Dilma, que emocionou a plateia que a ouvia na ocasião. - Eu tinha 19 anos. Fiquei três anos na cadeia. E fui barbaramente torturada, senador. Qualquer pessoa que ousar dizer a verdade para interrogador compromete a vida dos seus iguais. Entrega pessoas para serem mortas. Eu me orgulho muito de ter mentido, senador. Porque mentir na tortura não é fácil. Na democracia se fala a verdade. Na tortura, quem tem coragem e dignidade fala mentira. E isso, senador, faz parte e integra a minha biografia, de que tenho imenso orgulho. E completou: - Aguentar tortura é difícilimo. Todos nós somos muito frágeis, somos humanos, temos dor. A sedução, a tentação de falar o que ocorreu. A dor é insuportável, o senhor não imagina o quanto.<sup>24</sup>

Sem partir para o aprofundamento de toda a trajetória da vida política da cidadã Dilma Rousseff, nos interessa aqui chamar a atenção para uma colocação dela no Senado, que retorna no contexto de seu governo presidencial e corrobora em desdobramentos práticos no cenário posto. Já que respondendo ao senador, ela afirma que, “*na democracia se fala a verdade*”. Assim, pois, por coincidência da condenação do Estado brasileiro ter ocorrido no último ano do governo que lhe antecedeu, por deferência à Organização dos Estados Americanos, ou por uma crença pessoal marcada pela própria experiência de que a democracia deve ser contexto para a exposição de verdades silenciadas pela violência que, em seu governo, foi criada a Comissão Nacional da Verdade, em 18 de novembro de 2011.

### **2.3. A Comissão Nacional da Verdade - implicações**

Criada pela Lei nº 12.528/2011, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) estabelecia-se como uma das respostas oficiais do Estado brasileiro à Corte Interamericana de Direitos Humanos. Pelo fato de ter sido condenado diretamente pelo caso do massacre do Araguaia e, amplamente, por todos os crimes semelhantes referentes ao mesmo contexto, acobertados pela Lei nacional de Anistia de 1979.

Também era uma resposta formal à sociedade civil brasileira, já que mediante o lugar de conforto ao qual o Estado havia se colocado, aceitando a tradição do esquecimento gerada

<sup>24</sup> Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/documentos-da-ditadura-dizem-que-dilma-assessorou-assaltos-bancos-2922841>. Acesso em 23 de outubro de 2019.

pela Lei de Anistia, foi dela, da sociedade civil, que ao longo dos anos, partiram os movimentos de buscas de respostas, desvendamentos da realidade suprimida e manutenção do desejo de posturas frente a herança ditatorial por parte do Estado brasileiro, então democrático.

No contexto permanente desse movimento da sociedade civil organizada, e não do Estado brasileiro, é que foi possível o lançamento do livro *Brasil, nunca mais*<sup>25</sup>, em 1985; do diálogo que levou à criação da *Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos*<sup>26</sup>, no governo presidente Fernando Henrique Cardoso; e da criação da *Comissão de Anistia sobre Perseguidos Políticos*.<sup>27</sup> Além de ações de menores destaques, porém, de grande importância na manutenção da esperança e do que poderíamos metaforizar como chama da justiça a ser feita no país. Em legitimidade ao desejo de grande parte da sociedade civil, frente a um passado não passado, perpetrado por uma ditadura que prescindiu, também, da cooperação de cidadãos civis para o seu sucesso. Assim, a Comissão Nacional da Verdade foi criada com a finalidade precípua de “*apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988*”.<sup>28</sup> Incluindo, portanto, no rol de sua ampla finalidade, os abusos subsequentes à ditadura varguista, denominada de o Estado Novo<sup>29</sup>, que havia inaugurado no país as perseguições, na disposição classificatória de interesses políticos entre direita e esquerda, como contemporaneamente entendemos essas posições.

Na instalação da CNV, em maio de 2012, em cerimônia realizada no Palácio do Planalto (Brasília - DF), que contou com a presença dos ex-presidentes da República, Luiz Inácio Lula da Silva, Fernando Henrique Cardoso, José Sarney e Fernando Collor de Mello, a presidente em exercício, Dilma Rousseff, deu posse aos membros integrantes da Comissão,

<sup>25</sup> ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: nunca mais**. Petrópolis: Vozes, 1985. Não apenas o livro referendado, mas todo o projeto homônimo coordenado por Dom Paulo Evaristo Arns, o Rabino Henry Sobel e o Pastor presbiteriano Jaime Wright, realizado entre 1979 e 1985, tornou-se uma referência documental sistematizada sobre a extensão da repressão política no Brasil entre o ano de 1961 e 1979. Desvelando perseguições, torturas, desaparecimentos pelo aparelho repressivo construído no Brasil.

<sup>26</sup> Criada pela Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995, que além do reconhecimento de inúmeras pessoas desaparecidas em virtude de ações do regime ditatorial, tinha ainda as seguintes competências: proceder ao reconhecimento de outras pessoas desaparecidas; proceder ao reconhecimento de pessoas que, por terem participado ou terem sido acusadas de participação em atividades políticas, faleceram, por causas não naturais, em dependências policiais ou assemelhadas; localizar os corpos de pessoas desaparecidas no caso da existência de indícios quanto ao local de ocultação ou sepultamento.

<sup>27</sup> Criada pela Medida Provisória nº 2.151, de 28 de agosto de 2001 (posteriormente, Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002), tem o intuito de defender perseguidos e ex-presos políticos, trabalhando pela recuperação moral e econômica de seus familiares, no caso da existência de mortos e desaparecidos.

<sup>28</sup> Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/institucional-acesso-informacao/a-cnv.html>. Acesso em 26 de outubro de 2019.

<sup>29</sup> O período de governo denominado de Estado Novo, embora tenha durado apenas entre 1937 a 1945, estabeleceu um *modus operandi* próprio à perseguição política, em continuidade pela história política do país.

composta por: Cláudio Fonteles, Gilson Dipp, José Carlos Dias, João Paulo Cavalcanti Filho, Maria Rita Kehl, Paulo Sérgio Pinheiro e Rosa Maria Cardoso da Cunha. Cujo prazo de trabalho se comporia de dois anos a contar daquela data.

Naquela ocasião, num discurso marcado pela austeridade do cargo ocupado, mas também pela carga emocional da própria experiência pessoal, a Presidente Dilma demarcou a importância do conhecimento da totalidade da história do país, ressaltando a necessidade de fazê-losem o balizamento do ódio ou do revanchismo para a construção de uma sociedade pacificada. Já que, de acordo com suas colocações, *“a ignorância sobre a história não pacífica, pelo contrário, mantém latentes mágoas e rancores”*. E complementou:

O Brasil merece a verdade, as novas gerações merecem a verdade e, sobretudo, merecem a verdade factual aqueles que perderam amigos e parentes e que continuam sofrendo como se eles morressem de novo e sempre a cada dia. É como se disséssemos que, se existem filhos sem pais, se existem pais sem túmulo, se existem túmulos sem corpos, nunca, nunca mesmo, pode existir uma história sem voz. E quem dá voz à história são os homens e as mulheres livres que não têm medo de escrevê-la.<sup>30</sup>

Internamente, a estrutura de trabalho da CNV foi definida a partir de decisões colegiadas que, em julho de 2012, estabeleceram três subcomissões de pesquisas, quais foram: 1) geração e sistematização de informações; 2) relações com a sociedade civil e instituições; 3) comunicação externa.

Já a partir de dezembro de 2012, sob a necessidade de divisão e escalonamento da pesquisa, a CNV estabeleceu 13 grupos de trabalho, segmentados a partir de temas que procuraram abarcar a diversidade das áreas envolvidas pelas violações dos direitos humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Ficando, portanto, assim constituídas: 1) ditadura e gênero; 2) Araguaia; 3) contextualização, fundamentos e razões do golpe civil-militar de 1964; 4) ditadura e sistema de Justiça; 5) ditadura e repressão aos trabalhadores e ao movimento sindical; 6) estrutura de repressão; 7) mortos e desaparecidos políticos; 8) graves violações de direitos humanos no campo ou contra indígenas; 9) Operação Condor; 10) papel das igrejas durante a ditadura; 11) perseguições a militares; 12) violações de direitos humanos de brasileiros no exterior e de estrangeiros no Brasil; e 13) o Estado ditatorial-militar.

---

<sup>30</sup> Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/institucional-acesso-informacao/a-cnv/57-a-instalacao-da-comissao-nacional-da-verdade.html>. Acesso em 26 de outubro de 2019.

Esses grupos de trabalho capilarizaram-se em relações de cooperação com outras comissões estaduais e municipais que foram sendo estabelecidas pelo país influenciadas pela primeira. O que possibilitou o acesso à grandiosa quantidade de informações dos mais diversos lugares do Brasil, realizações de dezenas de eventos na perspectiva dessa temática ou outras correlatas e, acima de tudo, a geração de uma atmosfera de reflexão social sobre a ditadura e seus efeitos coletivos e nas trajetórias individuais, nunca antes preconizada em território nacional. Período no qual foram colhidos 1121 depoimentos, realizadas 80 audiências e sessões públicas, dezenas de diligências investigativas e perícias técnicas por 20 estados da federação.

Foi dessa maneira que, depois de dois anos e meio de trabalho, o relatório final da Comissão Nacional da Verdade foi entregue à Presidência da República e disponibilizado, sob aplausos e críticas, à população brasileira em dezembro de 2014.<sup>31</sup> Ocasão em que também se encerraram os trabalhos da CNV.

Em análise ao relatório, a começar pelas críticas, dificilmente um trabalho desse volume e com a pretensão de abarcar um período histórico longo e conturbado (1946-1988) poderia dar conta de tudo o que se passou nele. Apesar do processo de cooperação que foi estabelecido e as inúmeras parcerias regionais, a multiplicidade das “*graves violações de Direitos Humanos*” perpetradas ao longo do período investigado tornaram o trabalho colossal à medida que o fio da história, das inúmeras memórias ia sendo puxado. Convertendo, por isso mesmo, aquilo que despreziosamente fora pré-avaliado como um trabalho possível em um trabalho difícil de ser colocado um ponto final.

Uma outra questão crítica tornada pública partiu diretamente do STM, numa postura midiática de autodefesa e esclarecimentos que, no entanto, pareceu ser muito mais demarcadora de espaços divergentes dentro do próprio Estado brasileiro e das discussões em pauta, do que propriamente, de colaboração institucional com o cerne do trabalho da CNV. No dia 15 de dezembro de 2014, através da Agência Brasil de notícias, o STM publicou nota apontando “inverdades” no relatório final da Comissão. Segundo o Tribunal, “*a comissão*

---

<sup>31</sup> O relatório final da Comissão Nacional da Verdade se encontra disponível para download no endereço eletrônico: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/institucional-acesso-informacao/a-cnv.html>. Acesso em 25 de outubro de 2019.

*errou ao tomar o STM como “retaguarda judicial [...] para a repressão [...] conivente ou omissa às denúncias de graves violações de Direitos Humanos”.*<sup>32</sup> Esclarecendo, ainda, que

na realidade, a Justiça Militar da União (JMU) não 'teve papel fundamental na execução de perseguições e punições políticas', não 'institucionalizou punições políticas' e tampouco ampliou, para si mesma, sua competência para o 'processamento e julgamento de civis incurso em crimes contra a segurança nacional'.<sup>33</sup>

Outro olhar crítico sobre o trabalho entregue partiu de discussões acadêmicas herdeiras de interpretações clássicas que, embora não divergentes das perspectivas dos Direitos Humanos, compreendem como cerne da Ditadura civil-militar (1964-1985) os aspectos econômicos, que atuantes mais fortemente sobre o período fortaleceram a condição de dependência do Brasil ao capital internacional de países em expansão. Numa espécie de neocolonização forçada a modernização capitalista dependente que prescindiu romper com o discurso das massas populares e, por isso, apoiou ditaduras mistas não apenas no Brasil, mas por toda a região do cone-sul americano.<sup>34</sup> Como aponta, por exemplo, a interpretação de Florestan Fernandes (2005) que insere a ditadura dentro dessa lógica contraditória de modernização e dependência. Tornando as ditaduras modernizantes denominadores comuns às trajetórias e histórias recentes também desses países vizinhos, como Argentina, Chile, Bolívia, Uruguai, Paraguai (MENDES, 2013). De modo que, dentro então dessa lógica, o destaque dado às violações aos direitos humanos se inscrevem em uma narrativa mais amplada que dentro das dimensões dadas pelo relatório, que em alguns momentos se perde das primeiras. Especialmente quando a anotação dos delitos praticados em nome do Estado, no trabalho da CNV, não são oficialmente acompanhados de processos a serem apreciados pela justiça.

Pelo viés acadêmico mais recente, a pesquisadora Fernanda Sarkis (2019), em trabalho desenvolvido na Universidade do Porto (Portugal), propõe que as limitações presentes no trabalho da CNV fazem parte de um grande acordo pactuado em torno da Lei de Anistia, reafirmado ao longo dos dois anos e meio de atividades da Comissão Nacional da Verdade.

Segundo ela, as tais limitações que sempre aparecem quando ressurgem o tema ditadura são afirmações de um pacto de reconciliação nacional, de modo que o tema ao ser abordado sempre reapareça de forma amenizada, e nunca por um viés combativo, digamos, justiceiro. O

<sup>32</sup> Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2014-12/stm-aponta-equivocos-e-critica-relatorio-da-comissao-nacional-da>. Acesso em 25 de outubro de 2019.

<sup>33</sup> Idem.

<sup>34</sup> Ditaduras mistas, entre as forças armadas e as elites econômicas, especialmente representantes de interesses capitalistas que fugiam à população de modo geral, embora essa, passasse a servir de massa de manobra em apoio à essas ditaduras.

que não pode deixar de ser considerado, visando as imbricações históricas entre o próprio Regime Militar e os grupos sociais detentores do poder no país, dos quais os grandes conglomerados de comunicação são representações legítimas.

Ainda assim, partindo para o reconhecimento da grande contribuição dada pelo trabalho da CNV, nos parece óbvio que sua grandiosidade está para além das informações compiladas em seu relatório final. Reconhecendo, inclusive, a monumentalidade deste, finalizado em três generosos volumes. A importância deste trabalho também não está apenas nas respostas formais que foram dadas aos órgãos internacionais e à sociedade civil. Mas sim, na abertura de um hiato sócio-temporal no qual o Brasil pode passar em revista, de alguma maneira, sua própria história, possibilitando, de forma mais generalizada e midiática, a emergência coletiva da necessidade de valoração da memória social reparatória. Quando a proposição de resgate da verdade foi desvinculada da reparação financeira por si só, minimizadora da gravidade dos processos em discussão. Reconhecendo a responsabilidade do Estado e as relações entre o tempo presente e os impactos evidentes do recente passado em dimensionamentos e projeções cotidianas nas identidades e consequentes ações políticas da sociedade brasileira.

Nesse sentido, de alguma conscientização produzida em desdobramento ao trabalho da CNV no país, nos remete ao conceito de memória como *vis*, proposto pela pesquisadora alemã Aleida Assmann (2011, p. 33). Já que, como potência a memória *vis* atua dentro da dimensionalidade cronológica referendando as experiências sociais atuais, mas, ao mesmo tempo, abrindo espaços para projeção de novas inclusões conscientes. O que na prática, seja por alguma mudança de postura decorrente ou pelo menos pelo acesso à informação ainda que não diretamente exercida em atos, possibilite a ação transformadora em algum tempo futuro. O que dentro do movimento dialógico próprio da cultura de uma determinada sociedade se comporta como força que vai de encontro à conformação. E embora a força da tradição conformadora seja muito intensa, o gradativo acesso às informações inovadoras estabelece-se em mudanças lentas, porém, ativas no campo da memória coletiva, fazendo a autora compreendê-la como uma “*massa plástica*” moldável de acordo com a tônica dos poderes em jogos de força numa mesma sociedade.



**Figura 01** - Propaganda oficial do Governo Brasileiro, 2014: "*Para que nunca se esqueça, para que nunca mais aconteça.*"



Fonte: Governo Federal. Brasília (DF). Disponível em:  
<http://www.scoopnest.com/tag/DitaduraNuncaMais/> Acesso em: 6 de novembro de 2016.



**Figura 2** - Campanha da Câmara dos Deputados, 2014. “*Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça.*”



**Fonte:** Câmara dos Deputados. Brasília (DF). Disponível em: <http://marceloauler.com.br/para-que-nao-se-esqueca-para-que-nunca-mais-aconteca/> Acesso em: 6 de novembro de 2016.

A partir dessa compreensão, o trabalho da Comissão Nacional da Verdade pode ser entendido, mesmo com um enorme atraso, como a primeira bandeira institucionalizada e de grande porte daquela convergência política nacional. Atuando como baliza para multiplicados movimentos correlatos que vislumbraram a partir das novas verdades expostas, alguma pauta de justiça, equilíbrio na compreensão do presente e exercício de mudança da sociedade brasileira. Um grande passo no sentido real de reparações públicas com o passado, doloroso, mas necessário. Como soera acontecer nos países vizinhos, que com histórias semelhantes, todos já haviam estabelecido algum tipo de comissão interna no sentido de desvelamento do passado recente.

A primeira Comissão da Verdade da América Latina foi instalada em 1982 na Bolívia, tendo encerrado os seus trabalhos três anos após a sua criação. Contribuiu para o apontamento de 155 casos de desaparecidos políticos além do resgate dos restos mortais de muitos deles.<sup>35</sup>

<sup>35</sup> Os casos citados aqui na sequência estão disponíveis em: <https://www.camara.leg.br/noticias/373460-comissoes-da-verdade-no-mundo/>. Acesso em 30 de novembro de 2019.

Em 1983 foi a vez do surgimento da *Comissão Nacional de Desaparecidos*, na Argentina. Que apontou mais de nove mil desaparecidos políticos em apenas um ano de trabalho, registrados no relatório que levou o nome de “*Nunca más*”, expressão que resume o sentido da criação dessas comissões. No Chile, sob um jogo de forças mais impiedoso, a *Comissão de Justiça e Verdade* foi criada em 1996, no entanto, extinta após cinco meses de sua criação. Curto período de trabalho, mas com apontamento de centenas de casos de torturas e execuções sumárias. O Uruguai estabeleceu sua *Comissão de Investigação da Situação das Pessoas Desaparecidas e suas causas* que funcionou por apenas sete meses entre o ano 2000 e 2001, apresentando um total de 164 desaparecimentos com evidenciadas participações do Estado ditatorial.

Finalmente, Paraguai e Peru haviam sido os dois últimos países a fazerem instalações de comissões semelhantes no início dos anos 2000. No Peru, a Comissão foi criada no ano de 2003 e levantou um número estimado altíssimo de mortos e desaparecidos. Ao todo foram sessenta e nove mil casos de pessoas, vítimas de ações combinadas tanto do Estado, quanto do grupo *Sendero Luminoso*.<sup>36</sup> A grande maioria dessas vítimas compostas por integrantes de comunidades indígenas, nativas do Peru. E, por fim, o Paraguai, que em 2004 teve sua *Comissão de Verdade e Justiça* criada pelo congresso nacional com foco principal na ditadura do General Alfredo Stroessner, que perdurou de 1954 a 1989. Os trabalhos encerrados em 2008 apresentaram inúmeros casos de violação dos Direitos Humanos, inclusive com destaque para os casos de abusos sexuais a meninas menores, com idades entre 13 e 15 anos.

Independente das peculiaridades de cada país e da forma como esses trabalhos se desenvolveram, é preciso refletir sobre os pontos de convergências dessas comissões considerando seus efeitos positivos e as histórias de violências oficiais que justificaram as necessidades de suas criações. O que não significa dizer que em tais países a sociedade automaticamente se tornou mais justa, a violência herdada do Estado plenamente controlada, entre outros fatores. Mas importa atentar que, através do reconhecimento oficial pelo Estado (ainda que temporariamente mediante as tensões internas), forças políticas contrárias à violência posta organizaram-se no sentido do enfrentamento, no restabelecimento do valor das memórias política e das vidas suprimidas. Conseqüentemente, nas possibilidades

---

<sup>36</sup> Grupo de guerrilha peruano de inspiração maoísta criado na década de 1960 em combate às implicações militares e ao regime imposto a partir de 1968. Suas ações geraram grandes impactos no campo durante a década de 1960, passando a impactar também os espaços urbanos a partir dos anos 1970 e oitenta. Tornando-se, portanto, um grave problema ao Estado ditatorial que perdurou até 1980. AZEVEDO, Antonio Carlos do Amaral. **Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 415.

democráticas geradas através de suas utilizações públicas e coletivas inscritas nas prerrogativas legais da Justiça de Transição.

Queremos crer que mediados pelo cânone da justiça formal, e mesmo essa demasiadamente marcada pelo controle dos “vencedores” sociais, falte sensibilidade popular para o entendimento dos trabalhos das comissões da verdade inspirados pela inovação nos enfrentamentos propostos pela Justiça de Transição. O que é inteligível. No entanto, fugindo desse aspecto, é perceptível em todos os contextos nos quais comissões da verdade foram instaladas o parecimento de processos contrários ao desenvolvimento de suas propostas. Já que o controle sobre o passado reverte em reflexos totalmente intencionais sobre o presente e à continuidade da história. Naturalmente, como essas comissões só são necessárias em condições sociais de desigualdade e violência, há nesses mesmos contextos continuados grupos que se beneficiaram ou ainda se beneficiam de insistirem em “passar o passado”. Tornando-se partidários da invenção do re-início social como se isso pudesse ser feito sobre as trajetórias experimentadas por cada sociedade. Nesse aspecto, remexer em histórias reverte em conflitos silenciosos, ou não.

Segundo o Dicionário de Direitos Humanos da Escola Superior do Ministério Público, a partir do entendimento da Organização das Nações Unidas (ONU),

a justiça de transição é conceituada como o conjunto de abordagens, mecanismos (judiciais e não judiciais) e estratégias para enfrentar o legado de violência em massa do passado, para atribuir responsabilidades, para exigir a efetividade do direito à memória e à verdade, para fortalecer as instituições com valores democráticos e garantir a não repetição das atrocidades.<sup>37</sup>

Elaborado pela primeira vez em 1991 pela professora Ruti Teitel,<sup>38</sup> da Escola de Direito de Nova Iorque, *Transitional Justice* procurou refletir e abarcar a partir de uma visão inovadora no campo do direito as grandes mudanças em processo no Leste Europeu e na América Latina a partir do final dos anos 1980, quando essas regiões retornavam a contextos democráticos, depois de longas e marcantes experiências com governos de exceção. Segundo a própria autora, “*como a função do direito é promover a construção da mudança política, manifestações jurídicas transicionais são mais vivamente afetadas por valores políticos em*

---

<sup>37</sup> Disponível em: <http://escola.mpu.mp.br/dicionario/tiki-index.php?page=Justi%C3%83%C2%A7a%20de%20transi%C3%83%C2%A7%C3%83%C2%A3o>. Acesso em 30 de outubro de 2019.

<sup>38</sup> Disponível em: [https://www.nyls.edu/faculty/faculty-profiles/faculty\\_profiles/ruti\\_g\\_teitel/](https://www.nyls.edu/faculty/faculty-profiles/faculty_profiles/ruti_g_teitel/). Acesso em 20 de outubro de 2019.

*regimes de transição do que em contextos onde o Estado de Direito encontra-se firmemente estabelecido”* (TEITEL, 2003 apud SANTOS, 2010). De modo que o próprio conceito de transição não se aplica apenas às situações externas às quais ele se refere primeiramente. Já que essas situações ao se apresentarem com características instáveis próprias do movimento de mudança e adaptação no sentido de um novo Estado de Direito tendem a refletir na própria atuação da justiça, tornando-a, por sua vez, adaptável aos diferentes contextos transicionais. Dentro dessa compreensão, na qual se inscreve a própria trajetória desse modelo de justiça, a autora do termo preconiza três fases no que poderíamos compreender como de seu amadurecimento enquanto campo da justiça. A primeira, referente ao momento inicial, traz como principal pilar os posicionamentos do Tribunal de Nuremberg, no pós Segunda Guerra Mundial, quando se estabeleceram importantes precedentes jurídicos, notadamente, voltados à circunscrição contextual do Holocausto. A segunda fase relaciona-se ao fim das ditaduras na América Latina e à queda da União Soviética, contextos marcados por graves disputas de poder e questionamentos sobre as identidades fragmentadas ao longo do processo. E a terceira fase caracteriza-se pela própria normalização desse campo inovador do direito em consonância com os processos de globalização do paradigma e a criação do consenso em torno do convívio e utilização do passado recente e, muitas vezes, traumático, no âmbito da justiça, que não se pode apagar.

Considerando, portanto, a intenção justa de reconstrução de novas perspectivas de memória e verdade a partir do olhar coletivo como referência de ação impositiva do Estado ditatorial, que só se efetivava a partir da singularidade individual dos testemunhos de violência, nos parece que a porta de entrada nessa dimensão passado-presente no Brasil se dá pelo viés dos Direitos Humanos (PIOVESAN, 2000). Que seria, portanto, a marca indelével das motivações, das equipes e dos resultados dos trabalhos das Comissões da Verdade em todo país.

#### **2.4. Uma Comissão da Verdade para Macaé**

A criação da Comissão Municipal da Verdade de Macaé ou, popularmente, Comissão da Verdade de Macaé, foi fruto, no sentido amplo, da influência que a Comissão Nacional da Verdade gerou sobre todo território nacional. Com impactos maiores em regiões nas quais as trajetórias de lutas políticas foram mais consolidadas e as ações da ditadura conseqüentemente mais grotescas. Contexto no qual Macaé se encaixava perfeitamente, especialmente pela

trajetória do movimento operário dos ferroviários no município, que embora não tenha sido o único elemento processual, teve uma importância muito grande visto que o suposto desejo de fala dos “velhos ferroviários da Leopoldina” sobre suas experiências com a ditadura, naquela confluência nacional, teria o sentido de resgate e valorização da categoria e, ao mesmo tempo, de didática dentro dos jogos de força política local. Jogos nos quais não poderíamos classificar a influência política de tais ferroviários como peso sem importância já que, tradicionalmente, mesmo após o encerramento definitivo das atividades ferroviárias em Macaé, eles continuaram sendo referências políticas na cidade, herança de um tempo de grandes atividades politizantes transformadas em tradição. A ponto do atual Sindicato dos Ferroviários, no bairro Miramar, ter se tornado um roteiro simbólico de comícios ao longo das muitas campanhas políticas municipais, estaduais e federais ocorridas no município. Campanhas que no pós-redemocratização se utilizaram do cruzamento da Avenida Santos Moreira com a Rua Getúlio Vargas como ponto fundamental para a discussão política macaense. Fato este, que dentre outros, no nosso entendimento, colocou os ferroviários como o primeiro fator decisório para a concretização de uma Comissão da Verdade no município.

As relações partidárias em amplo fluxo entre o Partido dos Trabalhadores nacional e seu diretório local também se apresentaram como um ponto importante para a constituição da Comissão Municipal. Considerando que a CNV surgiu no terceiro mandato consecutivo do PT no país, tendo sido os dois primeiros governos do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (1º de janeiro de 2003 a 1º de janeiro de 2011), e o terceiro, da presidente Dilma Vana Rousseff (a partir de 1º de janeiro de 2011). Perspectiva que, em termos políticos, estabelece uma série de interpenetrações contextuais nos governos regionais, sejam eles controlados pelo partido do chefe do executivo ou não. Cremos que esse tenha sido o segundo fator preponderante, inclusive a partir do esforço no processo de criação da Comissão centralizado, internamente na Câmara Municipal, no Gabinete do vereador Luciano Diniz (PT à época) e, posteriormente, com a participação do vereador Marcel Silvano (PT), que se tornariam ambos membros nomeados da Comissão que se formaria.

O terceiro ponto se estabeleceu a partir das relações entre então presidente da OAB - Macaé (Ordem dos Advogados do Brasil – 15ª Subseção de Macaé), Dra. Andréa Vasconcellos Meirelles, e a Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, que fora primeiramente presidida pelo também advogado, Wadih Damous, oriundo de dois mandatos à frente da OAB-RJ. Períodos nos quais a instituição demarcou firmemente a necessidade de compatibilização entre o combate aos crimes e a valorização dos direitos humanos. O que nos

parece ter sido a primeira liga da relação entre a instituição e as comissões, tanto do Rio, quanto de Macaé. Além disso, o avô da Dra. Andréa Vasconcellos Meirelles, Armando de Sá Vasconcellos<sup>39</sup> (fotógrafo e jogador de futebol), havia sido preso político no município, o que dava a ela um elã pessoal e familiar na oportunidade de tratar tal tema.

A partir desses elementos apresentados em interação própria de ano pré-eleitoral para Presidente da República, Senadores, Deputados Federais e Estaduais, tivemos o cenário constituído no qual foi acertada a criação da Comissão da Verdade de Macaé junto ao Executivo municipal. Sendo assim, foi através da Lei nº 3.982/2013, do Gabinete do Prefeito, Dr. Aluizio dos Santos Júnior (do Partido Verde, à época), que se estabeleceu a Comissão Municipal da Verdade no âmbito do Município de Macaé e deu outras providências. Tendo definida em seu Artigo 1º a finalidade de “*acompanhar e subsidiar a Comissão Nacional da Verdade nos exames e esclarecimentos às graves violações dos Direitos Humanos praticadas no período de 1961 a 1985*”. Enquanto em seu Artigo 2º definiu como prioridade

a apuração das graves violações aos Direitos Humanos cometidas no espaço territorial de Macaé, por representante do Estado, ocorridas no período referido no artigo anterior, em especial ao subsequente ao Golpe de 1964, a fim de contribuir para a efetivação do direito à Memória e à Verdade Histórica.

Validando o momento específico em desdobramento no país, a Lei, em seu Artigo 7º fortaleceu que a Comissão Municipal “*colaborará com a consecução dos objetivos da Comissões Estadual e Nacional da Verdade*”, dentre os quais estavam:

- I – Auxiliar no esclarecimento dos fatos, na identificação e na apresentação pública das estruturas, locais, instituições e circunstâncias relacionadas à prática de violações aos Direitos Humanos referidos nesta lei e ocorridos no período disposto no artigo 1º;
- II – Buscar informações sobre eventuais ramificações nos diversos aparelhos estatais e na sociedade concernente à prática de violações aos Direitos Humanos;
- III – Encaminhar à Comissão Nacional da Verdade toda e qualquer informação obtida que possa auxiliar no alcance dos objetivos aqui expostos;
- IV – Colaborar com todas as instâncias do Poder Público para apuração de violações de Direitos Humanos, observadas as disposições legais;
- V – Recomendar a adoção de medidas e Políticas Públicas preventivas;
- VI – Promover, com base nos informes obtidos, a reconstrução da história dos casos de graves violações de Direitos Humanos, observadas as disposições legais, bem como colaborar para que seja prestada assistência às vítimas e seus familiares, na hipótese de óbito daquelas.

---

<sup>39</sup> Vide descrição do mesmo no terceiro capítulo – “3º Documento”

Já em seu Artigo 8º, para a consecução dos objetivos previstos, a Lei recomendou medidas de praxe como utilização de entrevistas, recolhimento de testemunhos, pesquisa documental, realização de diligências para coleta ou recuperação de informações, além de celebração de convênios com instituições plausíveis na colaboração com a finalidade do trabalho da Comissão.

Considerando os pressupostos inalienáveis dos direitos humanos e as perspectivas construtivas do trabalho através de pesquisa sobre o passado, até então não havia nada de absolutamente novo a partir da projeção legal. A problemática que mais tarde surgiria no entorno dela não estava circunscrita à documentação escrita disponível para consulta ou na execução do conteúdo legal. Mas se estabeleceria a partir de disputas políticas internas na estrutura do Poder Legislativo macaense, em cujas dependências a Comissão funcionaria, e pelo qual teria suas despesas custeadas, conforme o Artigo 14º da Lei de criação.

**Figura 03** - Identidade visual da Comissão Municipal da Verdade de Macaé





Motrizes políticas invisíveis, presentes o tempo todo na constituição do desenvolvimento das sociedades, que se apresentam diluídas como elementos fundamentais no estabelecimento dos rumos aos quais as leis, a macropolítica e, mesmo, a cultura de um determinado grupo social vai se encaminhar. E cremos que, tenham sido elas também as responsáveis pelo esvaziamento do empenho dos membros nomeados para conduzirem os trabalhos da Comissão. Já que, de modo geral, eles não assumiram o trabalho para si, muito menos atenderam as convocações (inversamente) que lhes foram feitas pela equipe de pesquisa para definição das estratégias de ação, em abril de 2014. Condição que, se por um lado conduzia o trabalho mais para o campo de uma tradicional pesquisa histórica e memorialística, por outro, caracterizava-o cada vez mais como de cunho político, vinculado aos mandatos dos vereadores do PT anteriormente citados.

No entanto, se retornarmos à sua Lei de criação, a Comissão deveria se compor a partir dos seguintes membros: dois vereadores que estivessem exercendo mandato indicados pelo Presidente da Câmara; dois advogados atuantes no Município de Macaé indicados pela OAB/Macaé; um advogado atuante no Estado do Rio de Janeiro, indicado pela OAB/RJ; e dois cidadãos macaenses indicados pela sociedade civil. Em nenhum momento transparecendo a adaptabilidade, as conveniências, e a realidade estabelecida entre a publicação da Lei e o trabalho da Comissão na prática.

Talvez aqui, após essas primeiras reflexões sobre a composição da Comissão, possamos levantar um questionamento sem que tenhamos uma resposta convicta para ele. Afinal de contas, quais seriam as motivações práticas, para além da política partidária, ou das próprias trajetórias de vida, capazes de envolver o indivíduo no projeto de uma Comissão da Verdade em um contexto no qual sua leitura mais comum foi o do entendimento do passado como: “remexedor de dores”, “aproximador da violência política e de seus reflexos”, em um cenário marcado (o município de Macaé) por “interesses avantes” tão disparitários à memória e à própria história? Qual seria o tempo disponível para essa dedicação democrática quando a própria crença na política local compunha-se de trajetórias tão desgastadas?

Apesar de algumas hipóteses nos serem suscitadas a partir da nossa própria experiência junto ao desenvolvimento do projeto da Comissão da Verdade, vamos preferir retornar a essas reflexões no Capítulo 5 desse trabalho. No entanto, cremos ser importante o registro de uma pergunta que nos foi feita em junho de 2014, por uma professora local, de



história<sup>40</sup>, ao sairmos de um evento acadêmico na Cidade Universitária de Macaé: “*Você tem certeza que na Câmara Municipal de Macaé haverá espaço para o desenvolvimento de um projeto do cunho de uma Comissão da Verdade?*” Oficialmente, a resposta não poderia ser nem positiva, nem negativa. Afinal, como já salientamos em relação às experiências de outras comissões nos países vizinhos, nem sempre o que se planeja em termos políticos é o que de fato se executa na prática. A própria natureza de um trabalho de pesquisa, sobre temas tão traumáticos e violentos, tende a assumir características muito específicas a se desdobrarem de acordo com as possibilidades possíveis ou contornáveis de cada caso particular. Mas, de fato, na conjuntura que o país estava atravessando, “espaço” para o desenvolvimento do trabalho havia, sem, naturalmente, que houvesse uma predeterminação de como esse desenvolvimento se daria. Posto que, enquanto coordenação de pesquisa, no jogo de forças prós e contras, estivéssemos à mercê de tais injunções. Ou, mesmo, expostos ao “olho do furacão”.

A saída da Dra. Andréa Meirelles da presidência da Comissão da Verdade para assumir a Secretaria Municipal de Assistência Social, em abril de 2014, gerou o distanciamento da OAB/Macaé em relação à Comissão, implicando diretamente na ausência de seus membros representativos. Mais um aspecto no fortalecimento da internalização do trabalho na Câmara Municipal, quando assumiu a presidência, num mandato com viés representativo-político-emocional, o ferroviário aposentado, Sr. Lauro Martins.

A presença do Sr. Lauro à frente da Comissão deu sentido à mesma a despeito dos desencontros entre a Lei e a realidade. Visto que ele se colocou numa postura do fazer, herança de uma longa trajetória como sindicalista, liderança de vários movimentos em prol dos direitos dos ferroviários no município. Ex-presos político da ditadura iniciada em 1964, a sua trajetória de vida pessoal já se tornava o primeiro marco de consolidação do trabalho, além de possuir uma memória excepcional que balizou e avalizou muitas vezes o encaminhamento do mesmo. Naturalmente, com algumas limitações técnicas, que a equipe tentou compor, equilibrando os resultados.

Uma equipe efetivamente pequena, formada por um coordenador e quatro estagiários contínuos (tendo participado mais dois estagiários por um curtíssimo período de tempo), mediante a grandiosa quantidade de trajetórias e acontecimentos que marcaram o Município de Macaé no período pré, durante e depois da Ditadura civil-militar. Um volume imenso de informações soltas, silenciadas ou perdidas que, dificilmente, mesmo nos dois anos previstos

---

<sup>40</sup> Profa. Dra. Ana Lúcia Nunes Penha.

para a execução do projeto poderiam ser buscados e sistematizados por estrutura técnica tão limitada. Especialmente considerando que a lógica da pesquisa no campo da história e da memória não obedece a regras pré-fixadas de produtividade. Dependendo, portanto, de uma série de fatores inusitados, dentre os quais, no campo da história oral e da memória social, o tempo de convencimento do indivíduo detentor de memórias para a concessão das entrevistas ou testemunhos é apenas um deles. Nesse sentido, a reconhecida figura do presidente da Comissão teve um enorme contributo, já que muitas pessoas procuradas imediatamente abriam as portas para ele (porque era ele), ou para nós, em consideração a ele. Muito embora, nem todas essas pessoas estivessem dispostas a voltarem ao tempo e às agruras vivenciadas na época da ditadura através da perspectiva do rememorar.

De três tipos foram as negativas apresentadas pelas pessoas que preferiram não tocar em suas memórias, posto que lá elas estavam. Os primeiros foram aqueles que, por incapacidade de lidar com elas, no sentido próprio do sofrimento ou do trauma, preferiram mantê-las fechadas, no campo do subjetivo. Embora numa postura simpatizante e de compreensão da legitimidade do trabalho em desenvolvimento. O segundo grupo foi aquele composto por familiares em primeiro ou segundo grau dos indivíduos perseguidos e/ou presos pela ditadura que não se encontravam mais vivos no ano de 2014. Filhos, netos, sobrinhos que, embora conhecedores dos fatos pelas conversas familiares os detinham em formatos muito fragmentados e, por conta disso, não se sentiram à altura de elaboração de tais narrativas, preferindo adotarem posturas de não participação, ainda que também simpatizantes ao trabalho. E, finalmente, o grupo das pessoas que embora tendo sofrido as injunções da ditadura, por questões particulares, ou por serem oriundas do próprio Exército Brasileiro, por benefícios adquiridos *a posteriori*, ou “*por terem mudado de lado*”, como dizia o Sr. Lauro, optaram por não participarem do projeto, quando desconfiadas em relação à intenção do trabalho da Comissão e a justificativa por detrás dele para se voltar ao assunto depois de tantos anos.

A insegurança em relação à exposição da vida pessoal numa cidade de 250 mil habitantes, na qual os laços de conhecimento e referências familiares ainda permanecem fortes, especialmente no campo das relações políticas, é um fator importante a ser considerado em relação ao projeto da CVM. Outro fator importante que também não pode ser desconsiderado é o fato de que após a morte natural de tantos indivíduos que foram vítimas da ditadura, de tantas mudanças que se estabeleceram no cenário local, distanciaram e tornaram opacos, para muitos descendentes, o sentido de passar a limpo, ainda que pela

Justiça de Transição, questões referentes àquele tempo. Cremos que esse contexto tenha sido determinante na forma falha (ou melhor, específica) como a Comissão da Verdade se desenvolveu em Macaé. Gerando a partir da multiplicidade desses elementos culturais os impactos *sui generis* na conformação de um modelo inspirado no nacional (a Lei) à execução de um trabalho marcado por características bem locais.

Em termos práticos, o trabalho efetivo da Comissão da Verdade de Macaé se iniciou com a Sessão Solene realizada na Câmara Municipal, no dia 10 de abril de 2014, cujo objetivo foi a reintegração simbólica dos mandatos de três vereadores e seus respectivos suplentes, cassados, por aquela mesma Câmara, em Sessão Extraordinária de 20 de abril de 1964. Conforme a justificativa também “extraordinária” apresentada pelo Legislativo macaense em apoio ao golpe:

Artigo 1º - No interesse da paz e da honra nacional, ficam cassados os mandatos dos vereadores Walter Quaresma Costa, Aberto Ramires da Costa do PSB, Alcebíades Vieira do PSB e, ainda dos suplentes Ricardo Moacir Leite e Santos, Valdir Curvelo, Abílio Miranda do PSB, em virtude dos mesmos exercerem atividades políticas contrárias ao Regime Democrático, conforme o Ato Institucional em seus Artigos 7º e 10º.

Artigo 2º - Esta entra em vigor na data de sua aprovação.

Sala das sessões em 20 de abril de 1964.<sup>41</sup>

Nesse curto trecho da ata da Sessão Extraordinária, cabe destacar dois pontos que nos chamaram a atenção: o primeiro deles diz respeito diretamente aos vereadores cassados, Walter, Alberto e Alcebíades. Os três ferroviários, provenientes do movimento operário em vinculação com as Oficinas Ferroviárias de Imbetiba, que por projeção sócio-profissionais, em representação ao grupo de ferroviários e suas bandeiras político-ideológicas, haviam alcançado o mandato democrático na Câmara Municipal.

O segundo ponto diz respeito ao partido político ao qual os mesmos eram filiados. O Partido Socialista Brasileiro (PSB)<sup>42</sup> nascido sob o lema “Socialismo e Liberdade” era o que se poderia dizer uma manifestação diferenciada do Partido Comunista do Brasil (PCB), surgido em 1947 a partir da Esquerda Democrática, movimento com origem no ano de 1945 em defesa das transformações sociais e das liberdades civil e política. Portanto, em 1964, ou na grande maioria dos anos nos quais o Partido Comunista foi mantido na ilegalidade, o PSB

<sup>41</sup> **Relatório da Comissão Municipal da Verdade de Macaé.** Macaé/RJ: Câmara Municipal de Macaé, 2016. p. 47.

<sup>42</sup> Disponível em: <http://www.psb40.org.br/quem-somos/nossa-historia-2/>. Acesso em 10 de novembro de 2019.

se colocou como uma opção plausível, sem desvirtuamento da causa dos trabalhadores e do nacionalismo, que foram suas marcas relevantes. Naturalmente, colocadas em contradição com o regime instalado, embora este se apresentasse como defensor da democracia.

O trabalho da Comissão prosseguiu sem incidentes até meados de janeiro de 2015 quando, por um comunicado verbal, a equipe de pesquisa (a que realmente existia) foi convidada a esvaziar a sala na qual estava instalada no prédio da antiga sede da Câmara Municipal. O comunicado oriundo da presidência da Câmara informava também que no dia 18 de janeiro (dia de pagamento dos salários na Câmara) ocorreria o último pagamento à equipe de trabalho.

Curiosamente essa atitude drástica não tinha diretamente a ver com o trabalho da Comissão em si, e sim com questões internas entre parlamentares e a possibilidade de assunção à presidência da casa, ora em disputa. Porém, a maneira desrespeitosa e inesperada com a qual o trabalho em andamento fora tratado nos fez compreender que para o próprio Legislativo ele não passava de uma manifestação modista vinculada a um partido político através do mandato de dois vereadores. Sendo assim, ficava clarotambém naquele contexto não haver respeito ao passado, nem à memória em si, mas apenas ter havido uma ocasião temporáriafavorável ao acolhimento da Comissão da Verdade que não passou de uma atitude de conveniência política, apesar do interesse verdadeiro dos dois vereadores diretamente envolvidosno projeto. Cabendo, portanto, à equipe, o esvaziamento da sala em poucos dias, sem uma solução determinada do que seria feito com o material já colhido e com as tratativas em andamento a serem efetuadas. Já que, dentro da normalidade prevista em cronograma, o desenvolvimento da pesquisa prosseguiria até o mês de setembro de 2015, quando deveria se compilar o relatório final.

Mediante nossa fraqueza política e a imposição do Legislativo, decidimos em conjunto com a equipe encerrarmos o trabalho externo previsto para a Comissão. No entanto, decidimos também que daríamos o tratamento adequado e possível ao material que já tínhamos em mãos. Fase inesperada do trabalho que seria realizado agora de forma voluntária, no âmbito de nossa própria residência. Especialmente em respeito às memórias das pessoas ouvidas, à expectativa pública gerada em torno do projeto, e o compromisso com a democracia, ao qual todos nós nos sentíamos intimamente vinculados ao assumirmos nossos lugares na equipe em identidade com a importância local da Comissão. O que implica dizer que a desistência do projeto sem uma finalização adequada implicaria corroborar o abuso de

poder e desrespeito ao sentido primeiro da Comissão, que em sua missão precípua previa “*a apuração das graves violações aos Direitos Humanos cometidas no espaço territorial de Macaé, por representante do Estado*”. Que, de certa forma, estava acontecendo novamente, talvez, sem que o Legislativo como um todo se desse conta da gravidade dos acontecimentos. Ao mesmo tempo em que em nosso entendimento a constrangedora situação refletisse o *modus operandi* de cunho político, pessoal e instável característico das ações da Câmara Municipal macaense. Condição que, na prática, obnubilava a ação democrática e transicional em voga, e impossibilitava a empatia em relação ao lugar do outro (os perseguidos pela ditadura no município). O que não deixava de ser um reflexo continuado de uma ditadura mal sanada e, conseqüentemente, de uma democracia incompleta a se repetir pelo país afora.

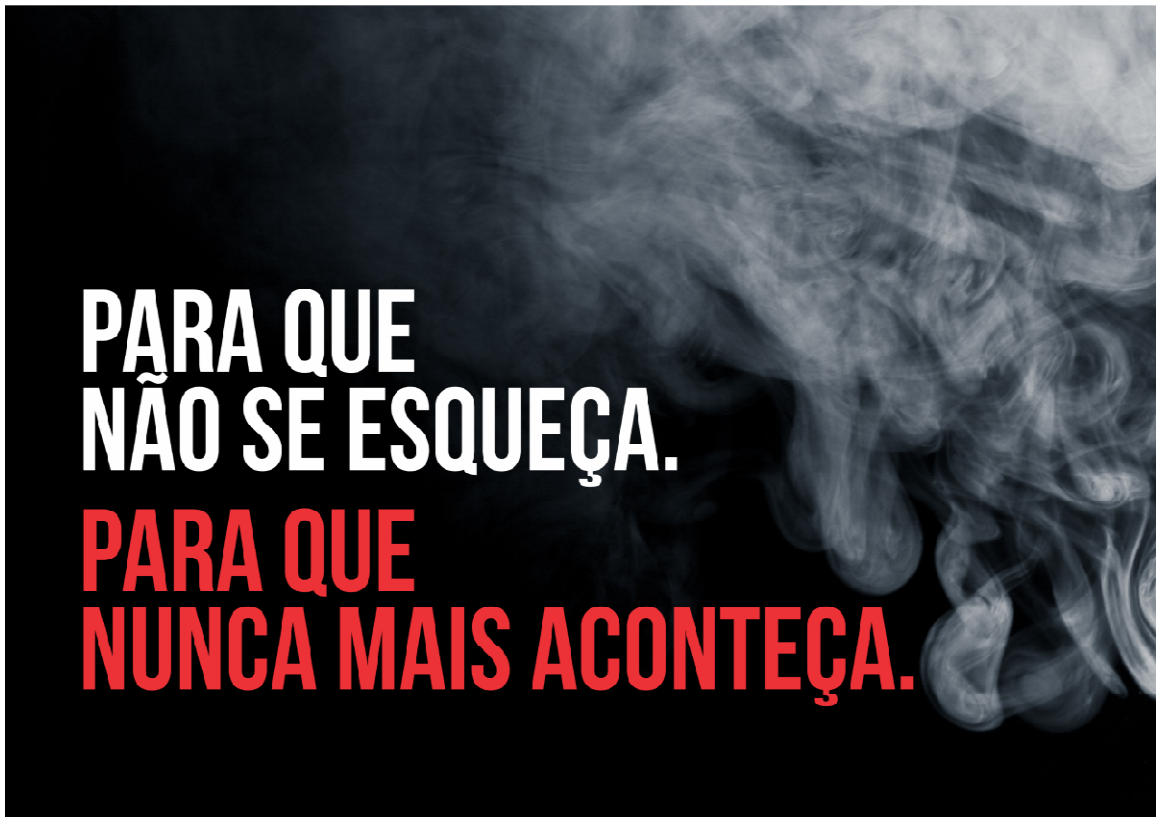
Finalizado em outubro de 2015, o Relatório da Comissão Municipal da Verdade de Macaé foi entregue ao Gabinete do vereador Luciano Diniz na mesma ocasião. Ainda a partir das questões internas, o mesmo permaneceu por mais um ano engavetado. Somente no final do ano de 2016 houve o interesse da Mesa Diretora da Câmara em publicá-lo, para finalmente ser lançado e distribuído gratuitamente, em Sessão Solene de grande apelo e participação pública, no dia 17 de março de 2017.

Singelo mediante o que poderia ter sido, mas legítimo à sua missão e trajetória própria, o Relatório publicado é composto do seguinte conteúdo: 07 textos analíticos sobre o período mais documentos; 02 entrevistas publicadas postumamente, elaboradas na década de 1980 com dois professores macaenses presos pela ditadura; 02 sessões solenes realizadas pela Câmara Municipal; 01 fórum de participação popular intitulado “Clube Ypiranga: prisão temporária da ditadura militar”, com participação de representantes e pesquisadores da Comissão Nacional e Estadual da Verdade; 02 incursões a locais de prisões e torturas, quais sejam, a antiga Delegacia de Polícia de Macaé e o próprio Clube Ypiranga, ambos com acompanhamento de pesquisador da Comissão da Verdade do Rio; 09 testemunhos-entrevistas com pessoas perseguidas pelo regime militar ou familiares destas, divididos em quatro categorias: a) Ferroviários; b) Intelectuais; c) Camponeses; d) Outras memórias.

Inspirado na metáfora de um grande quebra-cabeças do qual poucas peças haviam sido encontradas, numa expressividade clara do passar do tempo, do medo, da descrença e da própria morte das testemunhas, ele se divide em 08 capítulos, mais a introdução e a conclusão. Todos eles envoltos numa atmosfera de esfumaçamento e de falta de clareza

total, como se em se tratando do período do Regime civil-militar no Brasil, uma névoa insistisse em se fazer presente permitindo apenas uma visão parcial de tudo o que aconteceu.

**Figura 04** - Arte para o Relatório Final da Comissão Municipal da Verdade de Macaé



**Fonte:** Acervo da Comissão Municipal da Verdade de Macaé, Macaé (RJ)– Câmara Municipal de Macaé - 2015

Portanto, no trabalho das Comissões da Verdade ou qualquer outro de resgate de acontecimentos durante a ditadura no Brasil, as memórias individuais têm um papel de extrema relevância por terem se mantido inacessíveis aos agentes do Estado, embora submetidas à ação da passagem do tempo e a traumas individuais indefinidos. Entendemos como memória individual as lembranças de todas as situações pessoais, boas ou ruins. Mas aqui queremos valorizar especialmente aquelas memórias marcadas pelos traumas de situações limites, como os gerados pelas ditaduras latino-americanas (TAVARES, 1999), contexto no qual o trabalho se insere.

Depois de tantos anos, dentre várias outras memórias oportunizadas por uma suposta integridade proposta pela Comissão Municipal da Verdade de Macaé, as vozes de alguns

resistentes ferroviários, antes inaudíveis em seu silêncio gritante, ecoaram em uníssono lembrando suas trajetórias em favor de uma democracia mais ampla no país. Dando sentido ao discurso, enquanto se encontravam no lugar do entre passado x presente x futuro, e todos os desafios propostos pelo lembrar e esquecer.

Ainda que não valorizadas como verdades absolutas (até porque essas não existem), as memórias ferroviárias sobre a ditadura despontam nesse trabalho como perspectivas individuais sobre a prática múltipla da violência estatal, cumprem o papel de reagruparem épocas, dando sentido de preenchimento aos vazios estabelecidos por não terem sido cobertos pelo exercício tradicional da história (SARLO, 2007). Nesse sentido, ainda que uma possível narrativa histórica sobre o assunto tomasse como elemento principal a imparcialidade, para nós, a subjetividade das memórias tornam-se os ingredientes fundamentais para um tipo de construção em exercício democrático contribuindo para o entendimento dos fatos a partir do presente. Tanto para tomar conhecimento deles, quanto para aqueles que os narram como velhas experiências.

Fragmentadas enquanto restos de vidas violentadas, emergem como peças fundamentais na montagem de um grande quebra-cabeça quando deixam de ser lembranças individuais para potencializarem-se politicamente ao encontrarem-se com outras memórias e constituírem-se em testemunhos de experiências, amalgamando-se para contribuir com a História do Brasil, fruto da disputa de interesses e poderes (AGAMBEN, 2008, p. 146).

De acordo com Selligman-Silva (2008), *“para a psicanálise, a experiência traumática não pode ser assimilada de modo completo; por isso ocorre a repetição constante, alucinatória, por parte da vítima, da cena do impacto.”* O que dependendo do grau de efetivação da seqüela, tanto física, quanto psíquica, pode acompanhar a vítima pelo resto de sua vida. Mesmo assim, paradoxalmente frente a esses restos subjetivos e a fragmentação gerada pelo desenrolar do trauma e da própria vida, entendemos que essa memória amalgamada cumpre o seu papel, contribuindo para processos de Justiça de Transição frente à contínua e interesseira força para o seu esquecimento.

## **2.5. Ferroviários e ditadura: ouvir e registrar o inaudito**

Com o Golpe de 1964, as formas de agir usadas pelos militares desconsideraram os direitos humanos e a democracia, apelando para atrocidades. Sob a violência amparada pelo

Estado, todo processo de conquistas de direitos que vinha sendo gradativamente construído pelos ferroviários em Macaé e no país, como um todo, fora desestruturado. A tradição revestida de hipocrisia e ordem, então representada pelo Estado ditatorial, desarticulava sindicatos, fazia com que papéis fossem destruídos para segurança dos trabalhadores, levaria inúmeras pessoas às prisões. Mas, embora a escassez de registros tradicionais dessa história e a ordem silenciosa da cidade, os fatos permaneceram latentes na memória daqueles que viveram com protagonismo tais experiências de exceção ou nos que ouviram e assimilaram tais relatos, contados por outras gerações, marcando-se também pela ditadura.

As memórias ferroviárias e dos próprios ferroviários se mantiveram presentes no cotidiano macaense ainda que na condição oscilante de uso-esquecimento. Reaparecendo hora por hora em momentos específicos, especialmente em períodos pré-eleitorais, quando infladas de sentidos democráticos eram tomadas como bandeiras de campanhas progressistas. Apontando, portanto, revisões políticas de velhas posturas ou projetando novos candidatos à condição de uma possível democracia. O que dá sentido de relevância à compreensão, pelo menos em parte, dessa categoria profissional que, agindo localmente, mas vinculada a uma rede ideológica nacional e internacional, construiu sua identidade a partir da luta por direitos trabalhistas e cidadãos. E que ao fazê-lo através de seu sindicato e da consequente participação política, implicou-se em relações de poder e mando numa sociedade altamente tradicional.

Considerando o auge dessas lutas a segunda metade dos anos 1950, é de relevância observar que naquele momento o Estado brasileiro cada vez mais focava seus interesses no transporte rodoviário, esvaziando o valor simbólico e prático dos ferroviários enquanto uma das categorias mais importantes para a logística de transportes nacionais. Bem como, mais ativa nas discussões sobre direitos e participação política no país.

Refletir sobre os impactos da ação direta da ditadura sobre essa categoria profissional gerando o seu silenciamento e forçando o esquecimento histórico de sua importância na disseminação de significados na construção da democracia brasileira nos parece de grande importância. Especialmente no momento em que o Brasil revive (e quase constantemente) a crise do Estado Democrático de Direito que, sob contrição, vai sendo espoliado e gradativamente reduzindo conquistas históricas aos interesses do sistema capitalista internacional, mediado por muita corrupção e cada vez menos por participação social.



Enquanto categoria trabalhadora nacional, os ferroviários atravessaram da segunda metade do século XIX para o longo século XX num processo constante de produção tanto da sua atividade principal, quanto da formação identitária e cidadã da própria condição de ser ferroviário, e o que isso significou continuamente em cada momento específico da trajetória da categoria. Inclusive no sentido de atingir o que podemos classificar como classe, em consonância com a tomada de consciência do dever, mas, também, da exploração contextual à qual estavam submetidos (ARRIGHI, 1996). Elementos estruturais continuados em avanço e confronto durante todo o século XX, dos quais o Golpe de 1964 e a consequente ditadura precisam ser entendidos como expressão das forças em confronto, em consonância com aquele momento específico da história mundial.

As narrativas ferroviárias demonstram os confrontos travados entre estes e o modelo de ação do Estado opressor estabelecido, declaradamente, pelo Golpe civil-militar de 1964. Mas previamente existente através de um sistema de tensões sociais claramente percebidas pelos trabalhadores na própria luta de sua classe. Um modelo pré-estabelecido, em confronto cotidiano, tornando-se praticamente o que poderíamos chamar de um confronto tradicional, que exigia posturas tradicionais de ambos os lados. Condição que seria desfeita já no primeiro dia pós Golpe, que se mostrara truculento desde as primeiras horas, inaugurando, portanto, novos modelos de coerção e enfrentamentos aos quais os trabalhadores não estavam condicionados. Esse reposicionamento do Estado estabeleceu novas regras de um “jogo” jogado há muito tempo, no entanto, sem nenhum tipo de combinação com o adversário. Gerando, então, a verdadeira desconpreensão entre esses outros, o que poderíamos metaforicamente chamar de um “diálogo não dito”. Exatamente como consequência desse espaço não preenchido pela compreensão, nem pelas posturas de enfrentamentos tradicionais utilizadas ao longo dos anos, avançou o crescimento da tortura e outros modelos de violências capazes de estabelecerem falas, quando as mesmas não eram espontâneas por não se contextualizarem na bilateralidade própria dos diálogos. E ainda que todas as violências impetradas unissem os dois lados, as marcas mais profundas dessa ligação se mantiveram naqueles que ficaram em posições de questionamento ou contrariedade àquele novo Estado imposto. Já que a violência foi a opção do Estado de exceção, naturalmente, não pactuada com a categoria trabalhadora ou com o cidadão perseguido (GARCIA, 2009).

Assim, percebemos que no convívio com o Estado de exceção proporcionado pelo regime militar o aprendizado de como se lidar com a inexatidão tenha sido um dos obstáculos mais difíceis de serem superados. E, verdadeiramente, de modo geral, o foi. Porque,

socialmente, na pacata cidade de Macaé, as pessoas estavam acostumadas a conviverem com as “coisas em seus lugares” e balizarem-se por posturas dentro de uma lógica tradicional. De modo que, quando tudo fugiu à expectativa do que se acreditava dentro de uma luta categórica e ética, instalou-se o que podemos chamar socialmente de caos, caracterizado por insegurança, medo e violências oficializadas e indefinidas. Penetrando profundamente em todos os âmbitos sociais e manifestando-se nas pessoas tanto em reações físicas, quanto psicológicas (SOFSKY, 2006).

A inexatidão ecoava nos questionamentos do que aconteceria com os trabalhadores presos por defenderem seus direitos pessoais com transbordamento numa sociedade mais justa; no desaparecimento de presos que eram mudados de prisões e, portanto, tidos como desaparecidos; na falha da justiça quando os resultados dos julgamentos já estavam pré-estabelecidos. E até mesmo na dúvida em relação aos encontros com as visitas na cadeia, quando na posição oposta estava a arma engatilhada pronta para desferir a bala da morte. Nessas condições, quais as certezas e garantias? No estado de inexatidão instalado não havia nenhuma delas!

Depois de tantos anos, registrados pela Comissão Municipal da Verdade de Macaé, quatro desses depoimentos foram descortinando algumas memórias reveláveis, marcadas por traumas, tristezas, indiferenças e, ainda, algumas esperanças. Enquanto outras tantas foram definitivamente apagadas pelo tempo ou pelas marcas profundas e incaptáveis que nos permitem percebê-las, porém, não alcançá-las quando fortemente delimitadas pelo choro e pelo silêncio que se faz presente na pausa do próprio testemunho.

Apenas quatro ferroviários. Quatro testemunhos circunstanciais colhidos pela Comissão da Verdade de Macaé para uma cidade inteira de construções e dispersões históricas, além de esquecimentos cômodos.

Dois ferroviários ativos, participantes: Lauro Martins e Waldir Tavares; dois ferroviários já falecidos, rememorados: Alberto Certório e Walter Quaresma. Testemunhos representativos não apenas de outro tempo (passado), nem da ausência mediante o presente; mas, discursos subjetivos capazes de constituírem-se em trajetória individual em transcendência coletiva ao articularem-se pela ação política que os materializou no reconhecido capítulo da história do país legitimado pelos seus próprios agentes como “Revolução de 64”. De modo que, ultrapassando a condição temporal do acontecimento, retornavam à cena pública como vozes até então inauditas, deslegitimadas, para constituírem-

se enquanto potência e possibilidade de novas verdades. As verdades a se fazerem, ainda não estruturadas, agregadoras por inclusão de cada trajetória individual a partir de uma nova ética, também ainda incompleta (FOUCAULT, 2002).

Nesse sentido, ante a história oficial calcificada, a considerar ainda o desvalor do passado pelo homem volátil do tempo presente, essas trajetórias pessoais aqui rememoradas por várias vezes já foram criticadas como inverdades. O que nos leva a crer que o peso das trajetórias individuais parecem muito pouco frente a uma sociedade que se pauta por proposições massivas, ainda que essa massa se alimente de supostas verdades trópicas, politicamente esvaziadoras, no que tangem à reflexão sobre os valores democráticos. Sendo portanto este o cenário coletivo estabelecido, ao configurar-se dentro dele, o próprio trabalho da Comissão não hauriu o valor constitutivo e apreciativo devido numa sociedade democrática. Quando em seu próprio desvalor estava presente, muitas vezes, o senso de incompreensão gerado pelos olhares mais apressados e coletivizantes. Ou, ainda, a velha concorrência existente entre memória e história, da qual embora sem o interesse de tomarmos partidos, acreditamos que somente na colaboração entre elas esteja o caminho de alguma completude a ser construída no presente. Única justificativa de sentido para ambas, especialmente, quando tratamos de contextos ditatoriais, que em seus efeitos no indivíduo rompem a cronologia das épocas, abrindo brechas historiográficas a serem preenchidas pelas memórias. Que passam, então, a adquirirem valoração jurídica, moral e política (SARLO, 2007).

Ao tomarmos memórias de indivíduos pertencentes a uma determinada categoria, somos obrigados a refletir sobre as marcas sociais presentes nessas memórias e dos grupos de convivências aos quais esses indivíduos estavam inseridos. De modo que acessar o passado pelo fio da memória é, frequentemente, senão obrigatoriamente, deixar-se interpenetrar por memórias alheias em forma de espelhamento e reflexo. Num processo de trocas constantes entre o indivíduo e o grupo ao qual este esteve inserido. Sendo assim, o conceito de grupos de memória no sentido de categorização coletiva de um grupo de pessoas nos interessa como balizamento. Já que para Maurice Halbwachs o indivíduo que lembra é sempre um indivíduo inserido e habitado por grupos de referência. E as memórias desse indivíduo são construídas em relação ao grupo, sem, no entanto, que haja a perda de sua subjetividade frente à composição social (HALBWACHS, 2004, p. 58).

**Figura 05** - Ferroviários: Sr. Waldyr Tavares e Sr. Lauro Martins (camisa vermelha) - Reunião da Comissão Municipal da Verdade de Macaé.



**Fonte:** Acervo da Comissão Municipal da Verdade de Macaé. Macaé (RJ). Autor: Meynardo Rocha de Carvalho, 2014.

Em consonância com a história oral, Michael Pollak<sup>43</sup> propõe que mediante os traumas gerados pelo pela violência de Estado, como é o caso do nazismo, das ditaduras ou outras situações similares, das quais além de geração de vítimas, há a geração histórica de um silêncio opressor, somente a partir da escuta é possível à transposição dos sofrimentos como se fosse a quebra de uma maldição imposta.

De acordo com essa sutileza, importa refletir que o silêncio gerado não apenas pela história, mas também por uma memória oficial, oprimiria tais vítimas ao vazio da descrença e da renegação. Embora desse lugar possa haver a emanção do que Pollak (1989) chamou de silêncio gritante, não haveria consonância social para que tais brados silenciosos pudessem ser ouvidos. De onde se pressupõe que, numa sociedade na qual prevaleçam os parâmetros dos vencedores, a memória dos vencidos encontre um lugar de sobrevivência periférico sob o tecido social. Ali permanecendo latente como memória ativa, porém sem forças para romper os padrões definidos pelo Estado ou outras forças dominantes quaisquer.

---

<sup>43</sup> Michael Pollak foi pesquisador do Centre National de Recherches Scientifiques – CNRS, ligado ao Institut d’Histoire du Temps Present e ao Groupe de Sociologie Politique et Morale. Ocupou-se em seus estudos com as relações entre política e ciências sociais e desenvolveu nos últimos anos de sua vida pesquisa sobre sobreviventes dos campos de concentração e sobre Aids. Faleceu em junho de 1992.

Cabe, portanto, à história oral, por muito tempo considerada uma história menor dentro do campo de conhecimento da história, privilegiar os testemunhos dos excluídos, dos marginalizados, e aqui dos ferroviários vitimados pela ditadura mediante os enfrentamentos político-sociais. Permitindo a partir desses testemunhos memorialísticos a valorização de novas verdades, agora múltiplas.

## **2.6. Sobre “Homens de Ferro”**

Ao retomarmos os quatro testemunhos ferroviários registrados pela Comissão da Verdade de Macaé, dois diretos e dois indiretos, não podemos deixar de refletir na volatilidade presente nas memórias e no próprio ato de lembrar favorecido por uma condição não natural, como a ação da Comissão da Verdade. Que agindo de acordo com um tempo político e externo ao indivíduo, impacta e revolve registros distantes trabalhando em favor de uma memória não natural, mas operante e política de acordo com o próprio contexto do projeto em andamento. Depois de tantos anos, retomar as trajetórias de vidas, os impactos sociais experimentados, as emoções de estar vivo mediante a inconstância da própria vida; ou referendar as experiências da pessoa ausente frente à diluição da categoria ferroviária gerada pelo efeito do tempo e a ação da descontinuidade natural, são elementos importantes a serem considerados ao se avaliar os testemunhos.

Se a metáfora utilizada no título dessa parte do texto, “sobre homens de ferro”, se refere também à permanência das memórias dos ferroviários mediante às intempéries político-sociais correntes, o próprio ferro em si não está isento à ação do meio. E são as marcas, as oxidações e a ferrugem que lhe permitem a fidelidade ao tempo de resistência, de modo que esse produto final rememorado, em se tratando do ser humano, agente histórico, não representa a vida atual em si. Mas, sim o que restou dela ou a experiência atual em continuidade a outros tempos, a que também podemos nos referir como memórias.

Dessa maneira, por mais que se desejassem testemunhos plenamente ordenados, a memória é remodelada a partir de razões muito pessoais, ora em fluxos grandiosos, ora introspectivos. Ambos mediados pela emoção, pela vontade de contar tudo, ou, ainda, pelo silenciamento, pelas experiências nebulosas sob ação do tempo ou sob a ação de alguma justificativa íntima e pessoal que não permite que elas voltem à tona.

Conscientes dessas condições, passamos aos trechos dos relatos de vidas sobre o quatro ferroviários, aqui sistematizados em cinco divisões, quais sejam: *Cenário e paisagem; Solidariedade e conscientização; Política e transbordamento; Golpe e exceção; Prisões e torturas*. Que embora procurem dar uma ordenação às memórias registradas, originalmente elas foram colhidas de forma independente, respeitando os dados individuais, ao mesmo tempo em que tendo como fio condutor o pertencimento à categoria ferroviária, as consequentes ações da ditadura, no cenário dinamizado pela linha do trem entre Macaé e região.

### **2.6.1. Cenário: paisagem espaço**

A noção de paisagem acompanha o ser humano desde as eras mais primitivas a que se tem registro. A obrigatoriedade de estabelecer relacionamento dialógico com o ambiente no seu entorno fez com que o homem gerasse, a partir de perspectivas variadas, a produção de conhecimento dinâmico entre os elementos físicos, biológicos e antrópicos. Reproduzindo-os a partir das perspectivas de sua compreensão em possibilidades integradas às existências componentes do grupo humano ao qual pertencessem, e a outros, por extensão interpretativa (MAXIMIANO, 2004).

Sociologicamente, o conceito de paisagem se coloca como algo então produzido pelo ser humano, estabelecido entre a base oferecida pelo meio físico e as formas de utilizações e transformações impostas pelo homem a partir da grande quantidade de critérios próprios da ação humana. De modo que o conceito de paisagem torna-se ponto de partida para a compreensão de elementos políticos, econômicos e culturais definidores da complexidade contextual de cada sociedade que, como resultado de um processo, podemos definir como espaço geográfico (CASTILLO, 2002).

Portanto, na amplitude do que está inserido na complexidade de um determinado espaço geográfico, nos interessam as perspectivas individuais ou coletivas tangíveis às questões de identidade social, das interações territoriais, sejam elas materiais ou simbólicas e, ainda, as afetações próprias ao campo da memória que dão sentido a esse trabalho.

Dos quatro ferroviários registrados em testemunhos pela Comissão da Verdade de Macaé (Lauro Martins, Waldyr Tavares, Alberto Certório e Walter Quaresma)<sup>44</sup>, todos brasileiros, casados, e de cor branca, apenas o Sr. Alberto Certório não era macaense de nascimento. Sendo descendente de uma família de imigrantes italianos de sobrenome originalmente *Sartori*, que haviam se fixado na em Trajano de Morais (RJ). Região que mantinha facilitado contato com Macaé após a construção da linha férrea inaugurada em 1877. A mesma passava por Trajano de Morais e outras localidades serranas para alcançar, finalmente, o município de Santa Maria Madalena, cidadezinha mais alta e distante na mesma serra fluminense.

Esses quatro ferroviários tiveram suas vidas marcadas pela Ditadura civil-militar iniciada em 1964, geradora de sulcos profundos que alcançaram diretamente suas famílias. Implicando em reflexos sociais perturbadores da normalidade que nos chegam aos dias atuais a partir dos matizes das memórias, alimentadas por emoções e por traumas, que são marcas ainda mais profundas. Multiplamente demarcadas nas pessoas do entorno, especialmente familiares, tornaram-se impossíveis serem esquecidas, mantendo-se ativas, seja por trocas de informações ou compartilhamento de sofrimentos. Ainda que fragmentadas e feitas em vários pedaços, como as próprias vidas alquebradas à época dos fatos.

Pautados por essas memórias, podemos afirmar que as vidas desses ferroviários sofreram grandiosos impactos dentro do intervalo temporal entre 1964 e 1985. Graves mudanças nunca dimensionadas na forma como aconteceram implicando em reflexos difíceis de serem mensurados ainda que pelas subjetividades e emoções que transbordam junto com as memórias. De modo que, muito gradativamente, as vidas se alteraram assim, e muito: Lauro Martins, ferroviário, envolvido em ações sindicais, perseguido, preso, torturado, ameaçado de demissão, transferido, precisou viver onze anos longe de Macaé mediante a insegurança política daqueles tempos, aposentado; Waldyr Tavares, ferroviário, envolvido em ações sindicais, perseguido, preso, torturado, julgado à revelia no Rio de Janeiro, preso, torturado e finalmente solto após mais de meio ano de reclusão, demitido, readmitido, aposentado; Alberto Certório, ferroviário, dedicado à família e ao catolicismo, preso de supetão na Estação de Conceição de Macabu por não abandonar o seu posto de trabalho, levado para o Rio de Janeiro, torturado, solto por interferência política, silenciado, aposentado; Walter Quaresma,

---

<sup>44</sup> É importante destacar, que os ferroviários Alberto Certório e Walter Quaresma já eram falecidos em 2014, quando o trabalho da Comissão Municipal da Verdade de Macaé foi desenvolvido. Os testemunhos colhidos pela Comissão da Verdade sobre esses dois ferroviários, portanto, foram dados por seus filhos.

ferroviário, liderança sindical, vereador eleito por dois mandatos, perseguido, preso, vereador com mandato cassado, ameaçado de demissão, aposentado.

Os testemunhos sobre esses quatro homens passam por estes momentos balizadores de suas histórias. Balizas de vidas que, no ato, pareceram mais conduzir à perda do caminho do que demonstrarem algum horizonte de referência como se a uma baliza, especialmente, quando demarcaram momentos de proximidade com a morte, pelo medo, pelo sofrimento, pela dor. Mas após todo esse tempo, retornam ao presente, registradas, revelando pelo viés da memória interessantes cenários nos quais foram estabelecidas as relações de cada um deles com as realidades no entorno. Assim, iniciamos a partir do que podemos definir não apenas como os pontos de partida técnicos dos testemunhos, como também do momento de sensibilização de cada um desses ferroviários para aquilo que tomaram dentro da concepção individual como senso de responsabilidade coletiva, de sentido de estar presente no mundo. Como podemos acompanhar a seguir.

#### Lauro Martins:

Quando menino, cresci e vivi o forte movimento mundial do pós Segunda Guerra. Ainda no primário me interessava pelo movimento político mundial e, na juventude, meus amigos e eu éramos muito interessados no que acontecia na política. Neste ponto juntei-me a grêmios estudantis e ajudei a formar a UNE de Macaé, na qual vim a ser vice-presidente, tendo Carlos Emir, que no futuro viria a ser por duas vezes, o prefeito de Macaé, como presidente.

Começamos, então, a organizar movimentos estudantis usando eventos de recreação como jogos de ping-pong e dominó em momentos de conscientização política voltada para a esquerda com princípios do socialismo. Tentando combater, assim, o capitalismo selvagem da época.

Naquela época o presidente do Brasil era Getúlio Vargas, e ele tinha como forte no seu governo o sindicalismo orientado pelo PTB. Fiz prova e passei para ser aluno aprendiz do SENAI Ferroviário, a partir daí comecei a me inteirar sobre as greves que reivindicavam melhores salários e os confrontos sindicalistas. Os ferroviários eram aguerridos na luta para melhoria do sistema e da qualidade de vida para o povo brasileiro. Isso era início dos anos 1950, em (19)54 Getúlio Vargas suicidou. Neste tempo, já estava no terceiro e último ano do curso, e com o suicídio de Vargas os ferroviários fizeram um movimento muito grande e constataram que só os operários apoiavam Getúlio.

Os ferroviários já tinham a rejeição da classe política de direita de Macaé. Incluída nesta classe estavam os comerciantes, e várias outras questões de interesses políticos da cidade, principalmente a Câmara Municipal e a Prefeitura onde esses interesses eram representados.

(Testemunho do Sr. Lauro Martins para a Comissão Municipal da Verdade de Macaé – em 19 de junho de 2014. **Relatório da Comissão Municipal da Verdade de Macaé.** Câmara Municipal de Macaé (RJ): 2016. p. 67.)



Waldyr Tavares:

Eu sou Waldyr Tavares, macaense, brasileiro.

Exatamente aos 16 anos eu me envolvi no movimento por melhores condições sociais. Eu já era secretário do meu pai que era quase analfabeto. Fazia uns trabalhos de escrita para ele, na segunda residência da ferrovia. Um dia, cheguei lá na estação ferroviária e vi que estava cercada pela polícia e de gente do exército, aquela coisa toda. E perguntei ao *Dondo* por que eles (os soldados) estavam ali. Recebi a resposta de que vieram para reprimir a greve da turma inglesa aí... e prenderam uns caras; e disse que um tal de Aristóteles tinha sido preso. E eu perguntei “que Aristóteles?”. Recebi como resposta: “Um amigo meu, *bombardeiro*, ele é Guarda-Freio, um cara bom lutador por mais dinheiro, a turma ganha pouco...”. Eu entrei assim psicologicamente naquele clima. Realmente foi assim.

E perguntei se por causa da luta pela melhoria de salário precisava aquilo tudo (soldado, polícia). Achei errado logo. Puxa, a pessoa ganha pouco... Luta pela melhoria de salário e acontece tudo isso?

E eu trabalhando com eles ali, com os Mestres de Linha, nesse setor que está jogado, todo sujo, eu andava por ali com o meu pai. Eu trabalhava (ajudando a ele), ali com ele na barraca. Cada Mestre de Linha tinha uma barraca. E eu ficava na barraca. Isso era na Rede Ferroviária. Eu não era profissional dali. Eu era o filho do Mestre de Linha, que ajudava o pai. Tive grandes “professores”. Conheci gente importantíssima. Anos mais tarde eu vi a importância daqueles relacionamentos com aqueles grandes homens. Ficava com os caras da ferraria. Eram amigos do meu pai. Tinha o Chico Grande, o Chico Pequeno e o Chico Gordo, que eram analfabetos. A maioria dos trabalhadores eram analfabetos. Foram meus primeiros “professores”; embora analfabetos. Eram amigos do meu pai. Uma lição de vida o exemplo deles para mim.

Considero uma coisa bonita ter tido o relacionamento com esses caras. A grande importância disso eu só fui perceber depois...quando eu já estava na Rede.

Era a *Leopoldina Railway*.

(...)

Eu sempre fui um indivíduo não muito chegado a sonhos. Minha mãe e meu pai eram analfabetos. Meu pai era português, oriundo do campo, trabalhador do campo, analfabeto, veio para aqui com os seus 19 anos, com dois irmãos. Atravessou o Atlântico. Peitudos eles. Foi para Santos e depois foi para o Rio, e depois veio para Macaé. Minha mãe veio de Macabuzinho (Conceição de Macabu – RJ), também do campo. Se casaram. E diziam sempre para a gente o seguinte: todas as pessoas que baterem na nossa porta sem comida, deem comida; sem roupa, deem roupa. E assim nós temos seguido. Agora mesmo veio um cara e bateu na minha porta pedindo uma moeda. Eu disse a ele que não tinha. Mas dei comida pra ele e o cara comeu e ainda perguntou se poderia levar o garfo. Ele não conseguiu comer tudo... Há coisas que não parecem importantes, mas são importantes. Esse foi o nosso primeiro passo.

E junto com a classe operária, eu e o meu pai vimos os caras espoliados, não tendo um prato de comida; e um prato de comida que mereciam ter.

(Testemunho do Sr. Waldyr Tavares para a Comissão Municipal da Verdade de Macaé – em 19 de junho de 2014. **Relatório da Comissão Municipal da Verdade de Macaé**. Câmara Municipal de Macaé (RJ): 2016. p. 72.)

Sobre Alberto Certório (por sua filha, Márcia Certório):

Meu pai morava em Trajano de Moraes. Constituiu a família toda em Trajano. Trabalhava na Rede Ferroviária. Fazia sempre esse trajeto de viagem (Trajano x Macaé). Minha mãe conta que quando ele estava em casa, quando retornava da viagem, ele cuidava da horta e do pomar. Colhia uva, melancia, laranja. Tinha criação. Eu me lembro muito dessa horta, era uma coisa linda. Tinha uma plantação de calas brancas, que quando florescia era muito bonita. Eu era criança e me lembro disso. A vida do meu pai era essa: trabalhava e se dedicava à família. Em casa, cuidando da plantação, da criação. E a minha mãe também era muito zelosa. Fazia uns biscoitinhos para ele levar para o lanche, na viagem. Se ele tinha que pegar o trem pela madrugada, minha mãe acordava de madrugada e fazia a comida dele fresquinha, para ele levar. Era assim a vida deles, de dedicação. Meu pai era um homem dedicado à família. A minha lembrança deles é essa.

Dizem que ele viajava muito, incluindo o Rio de Janeiro também. Toda essa região que tinha trem... Eles (os ferroviários) viajavam muito. Ele passava dias fora de casa.

Ele era condutor. Depois de condutor, passou a ser chefe do trem.

(Testemunho do Sra. Márcia Certório para a Comissão Municipal da Verdade de Macaé – em 24 de setembro de 2014. **Relatório da Comissão Municipal da Verdade de Macaé**. Câmara Municipal de Macaé (RJ): 2016. p. 78.)

Sobre Walter Quaresma (por seu filho, Valter Domingues Costa):

Meu pai, Walter Quaresma Costa, sempre se apresentou como um sindicalista, fiel aos ideais libertários da classe operária, sem, contudo, se colocar cegamente contra a atividade patronal como eram na época muitas manifestações sectárias. O movimento sindical era para ele como a escola de cidadania dos operários e seus familiares. Envolvia toda a família nas atividades do sindicato, nas festinhas sociais, das discussões políticas nas eleições, quando os políticos disputavam os votos dos ferroviários, e assim por diante.

(Testemunho do Sr. Valter Domingues Costa para a Comissão Municipal da Verdade de Macaé – em 04 de dezembro de 2014. **Relatório da Comissão Municipal da Verdade de Macaé**. Câmara Municipal de Macaé (RJ): 2016. p. 85.)

Os quatro registros testemunhais partem de pontos originais diferentes para encontrarem-se mediados pelo senso de responsabilidade coletiva e pelas atividades ferroviárias locais, denominador comum na paisagem e nos espaços compartilhados por esses quatro homens. Convergentes em recortes temporais com ênfase no final dos anos 1940 e o perpassar dos anos 1950, a vida desses ferroviários se cruzaria feito teia, numa trama construída por ações sociais e políticas, gradativamente conectadas pelas linhas e os trens da *Leopoldina Railway Company Limited*. Transcendendo, daqueles dias ao passado, pelo forte histórico-herança vigente na região de tradição ferroviária presente desde o final do século XIX. E impulsionando-os ao futuro, em perspectivas do fazer, próprios da vida humana.

Quatro pontos convergentes a partir de histórias individualizadas: o movimento estudantil secundarista e formação no SENAI ferroviário, com os primeiros contatos com o movimento grevista por Lauro Martins; o aprendizado prático e cotidiano de Waldyr Tavares, ao acompanhar o pai no trabalho na linha do trem, cujos grandes professores foram os próprios ferroviários, em aprendizado-ensinamento que transpunha o trabalho técnico em si; a dedicação à família, à sua horta e pomar, o desejo de uma vida dignificada através do trabalho na condução dos trens da Leopoldina, por Alberto Certório; o movimento sindical ferroviário como a escola de cidadania e o envolvimento de Walter Quaresma na política local, como representação dos ferroviários, mas também de muitas famílias macaenses que desejavam oportunidades em uma sociedade mais próspera e menos desigual.

Das quatro perspectivas de vidas, independente das especificidades, é possível auferir os sonhos (ainda que indesejados) que impulsionaram cada uma delas. Na verdade, dentro de uma lógica de continuidades e de sensibilidades coletivas, familiares ou não, como desvincular trajetórias de sonhos? As memórias do ferroviário Waldyr Tavares registram esse atravessamento (que recortamos novamente), quando trajetórias familiares, passado e presente se misturaram em identidade do que se é, da natureza daquilo que se pretendeu e que se constituiu enquanto características cidadãs ativas.

Eu sempre fui um indivíduo não muito chegado a sonhos. Minha mãe e meu pai eram analfabetos. Meu pai era português, oriundo do campo, trabalhador do campo, analfabeto, veio para aqui com os seus 19 anos, com dois irmãos. Atravessou o Atlântico. Peitudos eles. Foi para Santos e depois foi para o Rio, e depois veio para Macaé. Minha mãe veio de Macabuzinho (Conceição de Macabu – RJ), também do campo. Se casaram. E diziam sempre para a gente o seguinte: todas as pessoas que baterem na nossa porta sem comida, deem comida; sem roupa, deem roupa. E assim nós temos seguido. Agora mesmo veio um cara e bateu na minha porta pedindo uma moeda. Eu disse a ele que não tinha. Mas dei comida pra ele e o cara comeu e ainda perguntou se poderia levar o garfo. Ele não conseguiu comer tudo... Há coisas que não parecem importantes, mas são importantes. Esse foi o nosso primeiro passo.

(Testemunho do Sr. Waldyr Tavares para a Comissão Municipal da Verdade de Macaé – em 19 de junho de 2014. **Relatório da Comissão Municipal da Verdade de Macaé**. Câmara Municipal de Macaé (RJ): 2016. p. 75.)

### 2.6.2. Solidariedade e conscientização

A solidariedade presente no cotidiano dos ferroviários nos parece ser uma das marcas inaugurais da categoria em Macaé. Notadamente, uma cidade do interior na qual os laços identitários correspondiam a uma expressão própria da cultura local, fortalecidos por

perspectivas ideológicas em desenvolvimento. Nesse sentido, fortaleceu-se na cidade uma espécie de integração entre categorias sociais que em maturação convergiu para conscientizações político-ideológicas em favorecimento a grupos sociais de base, sem nunca, no entanto, deixarem de se pautar por aspectos solidários, uma marca continuada da ação trabalhista macaense. Sentido, no qual os camponeses, especialmente da região da Virgem Santa, aparecem vinculados aos ferroviários. Bem como, o que eles chamavam de intelectuais, referindo-se às pessoas com mais alto nível de estudos, como professores, médicos, agrônomos etc., que também partilhavam dos objetivos políticos presentes nas bandeiras dos ferroviários. Conforme propõe o ferroviário Lauro Martins, em seu testemunho para a Comissão da Verdade de Macaé:

Na década de 50 foi quando mais cresceu a ferrovia em Macaé, havia um número muito grande de passageiros intermunicipais, dentre os quais estavam Campos, Vitória, Itapemirim e o Rio de Janeiro, a sede do estado. Éramos cerca de 1200 na ativa, entre linha, tráfego e mecânica.

Foi tão grande a importância dos ferroviários no movimento que depois acabaram pagando por isso. Fazíamos mutirões para melhorar as moradias dos próprios ferroviários. Foi decretada por Getúlio Vargas a “Semana Inglesa”, onde parávamos de trabalhar no sábado às 12:00h, nestes dias montávamos os mutirões e quando a casa de um companheiro precisava de reformas ou mesmo ser construída, nós nos juntávamos para ajudar uns aos outros. Nós também nos preocupávamos em dar apoio aos camponeses. Era, então, perto da década de 60, quando quem governava como presidente era Juscelino Kubitschek, um governo democrático; os chamados “Anos Dourados”.

(...)

Os camponeses, neste tempo, lutavam para conseguir a posse da terra, para diminuir os grandes latifúndios improdutivos e minimizar o sofrimento de quem vivia na zona rural. Os ferroviários conscientizavam os camponeses de seus direitos e lutavam ao lado deles para que eles tivessem acesso a terra.

(...)

(E em relação aos professores os intelectuais) Houve sim, foi muito bonita a nossa ligação, eles nos orientavam muito, faziam palestras para a gente, os intelectuais e os médicos. Chegaram até a fundar o Partido Socialista Brasileiro em 1961, nos convidaram até para fazer parte do partido. A maioria de nós era militante do Partido Comunista, mas, na clandestinidade, não tínhamos então a possibilidade de participarmos do processo político de Macaé, não tinha como.

Essa nossa ligação com os intelectuais, os professores e os colégios daqui de Macaé, entre eles o Colégio Macaense, que hoje é o Colégio Luiz Reid, e outros colégios, nos ajudou a formar salas de aula noturnas para adultos, visto que o nível de escolaridade da maioria da população da cidade era muito baixa. Um desses casos era o pessoal da Leopoldina, que dominavam a prática do seu trabalho e não a teoria. Os professores foram primordiais para formação destas turmas e até mesmo eu, que era um professor do SENAI, ajudei como pude.

(Testemunho do Sr. Lauro Martins para a Comissão Municipal da Verdade de Macaé – em 19 de junho de 2014. **Relatório da Comissão Municipal da Verdade de Macaé**. Câmara Municipal de Macaé (RJ): 2016. p. 67.)

Destaca-se das memórias de Lauro Martins o imbricamento entre solidariedade e conscientização política. Já que, se por um lado, o sentido de solidariedade corresponde às proposições de ajuda, apoio, assistência, por outro lado, o exercício dessas ações só se complementam no encontro com o outro ser humano. Seja o outro ferroviário, outra categoria de trabalhadores, o objetivo mútuo, capaz de aliançar os indivíduos, ao tempo que os enriquece de sentidos produzidos pelo encontro social.

Para o ferroviário Waldyr Tavares o processo de conscientização está inscrito dentro de um processo histórico próprio às Oficinas de Imbetiba, base fundamental da empresa ferroviária inglesa no município. Onde não apenas se consertava e produzia peças para manutenção da ferrovia, mas se geravam ideias atuantes nos trabalhadores em reflexo aos líderes ferroviários de outras épocas. A conscientização gradativa do próprio lugar no processo de produção, na opinião dele, não se dava de forma continuada, mas num processo de idas e voltas demarcado pelo viés econômico com reflexos de cunho social. Como um namoro entre “uma filha bonita” e um ferroviário de Imbetiba. Questões que, embora vinculadas ao econômico em sua origem, socialmente eram percebidas no campo das desigualdades sociais históricas.

(Sobre a formação da consciência política) Foi através da Oficina da Imbetiba. Lá que estavam os verdadeiros caras, indivíduos, companheiros que começavam uma reação contra aquela miséria terrível, aquele ambiente sujo de trabalho. Está entendendo?

(Sobre lembrar o ano) Não; isso eu conheci só... eu nasci em 30 (1930). Tinha o Francisco Martins – era o líder, e ele ia para trás da pedreira ali e se reunia com a turma durante o trabalho. E os outros perguntavam: “– O que nós vamos fazer hoje?”. Alguém ficava fazendo a cobertura dele (do Francisco Martins). Naquele tempo...eu não vi isso...Eu soube disso. Eu entrei pra ferrovia em 1952. Mas a gente já conhecia a respeito do Francisco Martins. Eu não tive a honra de conhecer o Francisco Martins pessoalmente. Ele era o pai de um líder sindical nosso.

A consciência veio quebrada. Agora, mais recentemente, é que eu fui saber realmente o que era consciência. Consciência política, social e filosófica.

(Sobre os ferroviários na formação da consciência política) Trabalharam muito bem. O pessoal trabalhou muito bem. E até hoje temos os reflexos. Essa luta da classe operária nessa condição que você está falando aí, não foi somente em Macaé, foi geral, internacional. Foi também na França, na Inglaterra, essa luta foi internacional. Havia uma formação de classe que nós começamos a estudar. A Revolução Francesa, por exemplo, criou a burguesia que iria atravessar a Mancha (referindo-se ao Canal da

Mancha) para a Inglaterra, para a área Industrial. O que teve de mais importante na Industrial? A criação da classe operária. Isso repercutia aqui, se fosse assim... mas foi ao contrário... A luta estava ali. Nós estávamos no 1º degrau. O Joaquim Pimenta, um emérito professor que foi do Colégio Pedro II, ele dizia o seguinte: que a classe depois, como classe, era primeiro o que? Para o aumento do salário. Começou a “enfiar isso na cabeça de todos”. E salário é o que? É economia. Então esse trabalho todo de greve e de formação da classe operária veio em cima da questão econômica. A questão toda era em cima do salário. A questão era toda econômica. Eles pagavam... Eles pagavam...Botavam um dinheirinho dentro de um envelope.

Os ingleses, quando vieram para cá foram completos. Fizeram armazém ao lado da escola. Preparavam os meninos para o trabalho, para entrar no lugar dos velhos que já tinham dado até a última gota de sangue. E depois isso se aprimorou com o SENAI (e nós estamos aqui com alguns professores que trabalharam no SENAI, os colegas) para preparar os meninos para o trabalho. As questões todas de greve, de formação da classe operária veio em cima do econômico. Era uma luta, uma greve econômica, no começo.

(Sobre a divisão social existente em Macaé)Grande, enorme. Muito grande. Tão grande que o sujeito que tinha uma filha bonita que todos queriam namorar ele não queria que a filha namorasse alguém que fosse da Imbetiba (operário de oficina), que trabalhasse na ferrovia, trabalhador da oficina. O cara andava de tamanco... Isso eu assisti. Eu tinha 7 ou 8 anos de idade. Na hora do almoço a turma (da oficina) almoçava e ficava ali, sentada. Um deles, o Diógenes, conhecido como Gegê, namorava a minha irmã.Eu vi isso acontecer. Eu comecei a me entrosar. A turma ficava ali... E ali era rejeitado. Os caras achavam que tinha que ser alguém daqui de fora, do grande comércio.

Mas voltando então, ao que nós não concluímos... Pimenta, em seu livro sobre classe, diz o que? Que as greves são degraus. A primeira é econômica, que dá meia condição ao sujeito para ele fazer greve. Que a primeira é pelo econômico. Começa assim: o cara ganha um dinheirinho a mais. Exemplo: eu, você e Lauro e depois descobrimos que Lauro é mais inteligente, mais destemido, mais aceso. Então, ele deve dirigir, ser o líder, com ousadia. Ele deve dirigir as greves. Como? Com ousadia de liderança. Essa liderança faz o que? Essa liderança faz esse líder ser alguma coisa: “Que tal ele ser vereador?” Ele vai ser o vereador. A gente já elege o indivíduo que vai ser um elemento de proa. Então, essa greve passa a ser uma greve política. Já que temos os vereadores... aqui tivemos 2, 3, 4... 6. Então nós já temos essas pessoas que são os dirigentes e daí teremos os partidos, evidentemente. Por exemplo, aqui nós tivemos o Partido Comunista – que foi formado por vários companheiros e foi falado por muito tempo, até hoje. Pimenta ensina que a segunda fase da greve é a fase da greve esclarecedora, que merece ser olhada. Mas ainda não podemos dizer que chegamos no terceiro degrau. O terceiro é revolucionário, quando já eliminamos a questão do caminho pacífico. Ah... o cara fez aquela lei, não tem lei nenhuma. A Constituição diz “do povo, para o povo...”. Do povo coisa nenhuma, é mentira!!!

(...)

(1964) Saímos de um sindicato pesado, classista, para uns sindicatos amarelos, pelegos. Mas tínhamos elementos muito importantes no sindicato. Tínhamos P.....(?), Balueira (?), Aristóteles; e era um sindicato de proa, pesadão mesmo. Com o revisionismo, o sindicato ficou miudinho. Ficou um sindicato sem-vergonha.... Uma pena! Ficamos aqui com 13 companheiros segurando essa barra...

(Testemunho do Sr. Waldyr Tavares para a Comissão Municipal da Verdade de Macaé – em 19 de junho de 2014. **Relatório da Comissão Municipal da Verdade de Macaé**. Câmara Municipal de Macaé (RJ): 2016. p. 72 e 73.)

Das suas memórias sobressaem também tanto a postura intelectual da compreensão da luta de classes estabelecida por etapas formais e gradativas, quando as greves, conforme lembradas de suas leituras, são metaforicamente pensadas como degraus que precisavam ser escalados para alcançarem objetivos mais amplos; quanto a divisão social exemplificada na impossibilidade do namoro entre uma “moça bonita” e um trabalhador da oficina, ações cotidianas de uma cidade ferroviária, vão sendo dadas suas percepções na construção da própria conscientização, do indivíduo ao grupo, e vice-versa. Já que, em termos coletivos, ações e nomes de ferroviários históricos, a eleição de “companheiros” como vereadores, representantes da categoria na Câmara Municipal e, até mesmo como deputados, na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, parecem ter sido grandes exemplos inspiradores, ao mesmo tempo, que grandes vitórias do movimento dos ferroviários. Ou, como ele próprio sugere, grandes ousadias frente um modelo de sociedade hermético a esses tipos de participações. De modo que, o Golpe de 1964, metaforicamente, teve o papel de fazer submergir o movimento que estava “na proa”. Tornando o sindicato, o movimento, os ferroviários e a própria ferrovia miudinhos, conforme a compreensão do “Sr. Tavarinho”, como ele é conhecido por seus velhos companheiros de trabalho.

### 2.6.3. Política e transbordamento

Ao tratarem das relações entre ferroviários e política partidária sobressai no testemunho de Valter Domingues Costa, filho do ferroviário Walter Quaresma, uma interessante observação no processo eleitoral de seu pai, que foi eleito para dois mandatos como vereador em Macaé. Sendo cassado em 20 de abril de 1964, em Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Macaé, “*consoante à intervenção necessária, justa e patriótica das Forças Armadas, no sentido de preservação da paz e liberdade do povo*”.<sup>45</sup> Assim como sobressai no testemunho do ferroviário Lauro Martins, as relações dos ferroviários macaenses com a eleição para presidência do país.

<sup>45</sup> Ata da Reunião Extraordinária realizada em 20 de abril de 1964. **Relatório da Comissão Municipal da Verdade de Macaé**. Câmara Municipal de Macaé (RJ): 2016. p. 47 e 48.

Seja em âmbito local ou nacional, é importante atentar para a questão da legenda partidária à qual se vinculavam esses candidatos ferroviários. Embora no trecho seguinte do testemunho de Valter Domingues apareça o registro de que a legenda partidária não era o mais importante, é preciso entender qual o sentido de suas palavras. Considerando que a representação política exercida por um candidato ferroviário nunca fora a expressão de uma vaidade política individual. Mas sim o desejo de representação, no meio parlamentar, da classe trabalhadora à qual ele representava. Se na formação dessa classe os ideais originários do Partido Comunista haviam balizado ideologicamente a sua conscientização, naturalmente, esses ideais precisavam estar presentes na legenda partidária à qual os ferroviários se vinculavam. Considerando, no entanto, as constantes perseguições ao Partido Comunista e a inconstância da legalidade de sua legenda, o Partido Socialista Brasileiro passou a ser uma opção estratégica no cenário político nacional. No fundo, como veremos no terceiro capítulo, os ferroviários com identidade sindical sólida eram identitários do “Partidão”, embora, politicamente fizessem se representar por partidos mais brandos e legalmente aceitos.

Retomando, portanto, ao processo eleitoral que levou seu pai à vereança, Valter Domingues Costa respondeu que, “*se lembrava como se fosse aquele dia*”. E disse que:

A campanha para a eleição e depois para a reeleição do meu pai era muito simples. Como era um dos candidatos do setor ferroviário, sindicalista, e a massa eleitoral que representava sua classe era preponderante no município, era fácil concorrer com o apoio de sua classe.

Como os ferroviários representavam uma massa eleitoral altamente conscientizada e unida em torno de seu sindicato, uma candidatura oriunda da organização classista era tranquila.

Não era importante a legenda político-partidária que apoiasse uma candidatura dessa natureza. Mas o Partido Socialista Brasileiro, PSB foi uma legenda aliada às candidaturas sindicalistas até mesmo pela sua própria ideologia.

(Testemunho do Sr. Valter Domingues Costa para a Comissão Municipal da Verdade de Macaé – em 04 de dezembro de 2014. **Relatório da Comissão Municipal da Verdade de Macaé**. Câmara Municipal de Macaé (RJ): 2016. p. 85 e 86.)

Importa destacar nessas anotações o sentido de simplicidade apontado por Valter Domingues Costa em seu testemunho, já que esse senso refere-se a uma época na qual a consciência política ferroviária já era algo consistente no município e a possibilidade da eleição para vereador se dava com certa tranquilidade. Tanto que, em 1964, além de Walter Quaresma (seu pai), foram também cassados os vereadores Alberto Ramires e Alcebíades Vieira. Três vereadores ferroviários, além de seus suplentes, representantes de outras



categorias trabalhistas, Ricardo Moacir Leite e Santos (médico), Abílio de Miranda (professor) e Valdir Curvelo (ferroviário). No entanto, historicamente, não podemos imaginar que a construção desse lugar na sociedade macaense tenha sido fácil, mas resultado das lutas da categoria desde início do século XX contra as posições patronais dos ingleses da Leopoldina. Ou seja, estamos tratando de um tempo em que boa parte do trabalho já tinha sido feito, embora em termos políticos o trabalho nunca fique totalmente pronto. É um processo contínuo, como aparece no registro das memórias de Lauro Martins:

(Sobre representatividade nas eleições locais) Sim, a gente sempre colocava nossos representantes aqui (na Câmara), um número até bom, geralmente os ferroviários. Não só existiam os ferroviários de esquerda, como os contrários a nós também.

Não era todo ferroviário que era de esquerda, tinham aqueles que eram contra o socialismo, não apoiavam as greves e eram contra os companheiros de esquerda que conseguíamos eleger lá na Câmara. O Walter Quaresma e o Aristóteles eram de esquerda, se candidataram, alguns ferroviários votaram neles. Houve até um caso de um ferroviário de direita, que era presidente da Câmara na época, que ajudou a cassar o mandato do *Rombiara*, o nome dele era Roberto Garrido.

(Sobre eleições nacionais) Jango tinha uma relação muito próxima com os ferroviários através de Batistinha, Presidente do Sindicato dos Ferroviários. Batistinha chamava-se Temisthócleides Batista, um homem inteligentíssimo e muito sério, lutava pela classe dos ferroviários, um ícone. Acho difícil que haja outro de seu quilate e com sua postura como líder sindical.

Eram tão próximos, ele e Jango, que no exílio de Jango no Uruguai ele foi junto, tinham uma relação muito afetiva.

Quando Jango assumiu o poder nós estávamos no auge de nossa força política no Brasil (as esquerdas), Juscelino havia nos aberto um leque muito grande; a UDN fez uso do marketing na candidatura de Jânio da Silva Quadros, ele estava em evidência como governador de São Paulo. Os ferroviários tinham compromisso com Jango e Jango era muito forte na classe operária. Ele participava de uma eleição inusitada, o candidato a presidente tinha chapa só de candidato a presidente e outra chapa só para candidato a vice-presidente. No final, Jânio veio com Milton Campos candidato a vice da UDN, nós apoiamos a candidatura de Marechal Henrique Batista Duffles Teixeira Lott, que não gostava da gente e nem nos queria em seu palanque, mas Jango abriu o palanque para os ferroviários, fazendo uma campanha disparada para vice-presidente. Jango deu uma surra no candidato a vice de Jânio e no próprio Jânio. O vice acabou por ter mais votos que o próprio presidente, pois era simpático e aguerrido na questão sindicalista, era um sucessor de Getúlio Vargas.

Jango tinha sido ministro do trabalho, instituindo o salário mínimo, o 13º salário e uma série de conquistas do trabalhador. Os trabalhadores por sua vez estavam com Jango para o que desse e viesse.

(Em relação às medidas \_ Reformas de Base\_ anunciadas pelo então presidente João Goulart após o episódio do parlamentarismo e o Golpe de 1964) Não só para o golpe militar, mas também para a insatisfação da classe conservadora, pois ele (Jango) anunciou os projetos da reforma agrária, foi para os conservadores um baque terrível. Pois a reforma agrária seria realizada por bem ou na marra, o país não poderia mais ter essa característica colonial, com latifúndios concentrados nas mãos de meia dúzia de famílias.

A reforma agrária não só era um ponto base de seu governo, como também ele queria que o lucro produzido no país permanecesse aqui, o que não ocorria naquele

momento, pois o país não tinha grandes empresas nacionais, somente multinacionais. Além, é claro, de taxar grandes fortunas, para diminuir as desigualdades sociais do Brasil, Jango foi quem arrancou com estas ideias no governo dele, para começar a traçar as linhas de um país mais humano e com mais igualdade. Jango pagou caro por isso, mas não abrimos mão dele e ficamos com ele até o fim.

(Testemunho do Sr. Lauro Martins para a Comissão Municipal da Verdade de Macaé – em 19 de junho de 2014. **Relatório da Comissão Municipal da Verdade de Macaé**. Câmara Municipal de Macaé (RJ): 2016. p. 68 e 69.)

Além de todas as prerrogativas históricas que vinculavam os trabalhadores ao então Presidente João Goulart, a bandeira da reforma agrária, de longe, vinha sendo motivo de discussões no município de Macaé, tendo nos anos 1950 se tornado um campo de lutas colaborativas dos ferroviários.

A exemplo das Ligas Camponesas em Pernambuco, o ideário da reforma agrária em Macaé esteve vinculado ao também nordestino, Generino Teotônio de Luna. Liderança nata, que ao se estabelecer em Macaé aproximou-se dos ferroviários e de outras lideranças sensíveis à causa para organizar os camponeses na região rural da Fazenda Virgem Santa (hoje bairro Virgem Santa), conforme abordaremos no quarto capítulo desse trabalho. Com a criação de uma associação de agricultores, desfiles anuais no Dia do Trabalhador e a posse de terras, Generino dialogava com as propostas de João Goulart, mas sucumbiria em seus propósitos concomitantemente à queda do presidente.

Contou-nos o Sr. Lauro que, já ocupando o cargo de Presidente da República, Jango participou de um encontro informal com ferroviários no Rio de Janeiro, por intermédio do líder sindicalista Batistinha, no qual ele teve a oportunidade de estar presente. A importância da categoria ferroviária no país e o apoio à Campanha da Legalidade para que Jango assumisse, mesmo sob ameaça, em 1961, fizeram do Presidente muito próximo aos ferroviários brasileiros. Segundo o Sr. Lauro, seria impossível esquecer a simplicidade de Jango e a sua capacidade de “inflamar” os trabalhadores no incentivo e desejo de construção de um Brasil novo, falando a eles ali tão proximamente. Recordou o ferroviário que, o Presidente dizia que não era possível o país continuar com características coloniais mantidas até então. E que a reforma agrária era uma prerrogativa urgente para a democratização interna, diminuição das desigualdades e do crescimento desordenado das cidades, ao mesmo tempo, que seria fundamental para a autonomia do país. Discurso que, segundo o Sr. Lauro,

fez com que ele e outros ferroviários presentes voltassem para Macaé cheios de ânimo, como se estivessem prenhes de esperança no presidente e no país que poderia ser construído.<sup>46</sup>

#### **2.6.4. Golpe e exceção**

Como não poderia ser diferente, o golpe civil militar de 1º de abril de 1964 deixou marcas indeléveis na memória dos ferroviários macaenses. Como o próprio nome pressupõe, o estado de exceção implementado por um golpe estabelece-se enquanto espaço sócio-político indeterminado, entre o estado de direito em processo de erosão e o estado de necessidade próprio à consumação das exceções. Processo que, embora inaugurador de novas medidas jurídicas que lhe corroborassem a existência recente, não podiam ser compreendidas dentro do campo do Direito, considerando o Direito como elemento de referência numa sociedade politicamente estabilizada (AGAMBEN, 2004). No sentido desse entendimento, cremos que em parte considerada pelos próprios representantes do novo Estado, por consciência pré-golpe ou mesmo pela tradição democrática do país, que muitos atos asseguradores da continuidade do regime instalado foram escondidos da opinião pública, mediante a censura dos meios de comunicação. Ou, demonstrados apenas em parte, quando não houve possibilidade de ocultação total dos mesmos em favorecimento à manutenção da aura da justiça tradicional e legitimidade legal.

Assim, observando as etapas do golpe iniciado em 31 de março de 1964 e consumado nos dias que se seguiram, é possível compreender todas as fases contraditórias daquele processo em conspiração com o estado democrático de direito, até ali conquistado pela sociedade brasileira.

Em seu princípio houve um imediato colapso dos veículos de comunicação favoráveis aos trabalhadores, contribuindo para uma atmosfera de insegurança, medo e expectativas não dimensionáveis do que poderia acontecer e de que forma já estava acontecendo. Embora, naquela ocasião, a suposição de alguma tentativa de golpe político fosse previsível pela sociedade civil, a expectativa da permanência vitoriosa de João Goulart na Presidência da República enchia de esperanças todos os seus partidários e simpatizantes das causas por ele defendidas.

---

<sup>46</sup> Entrevista complementar com o ferroviário Lauro Martins – exclusividade para este trabalho, em 1 de fevereiro de 2020. Macaé -RJ.

Segundo Valter Domingues Costa,

Desde o final 63 todos nós sentíamos que alguma coisa de especial estava para acontecer. Eu vivia neste momento, provisoriamente, no Rio de Janeiro, em um alojamento sindical dos ferroviários no Bairro Estácio de Sá. Lá se comentava muito sobre os acontecimentos políticos. As tais Reformas de Base e a Reforma Agrária que o Presidente João Goulart propunha vinham em rota de colisão com os privilégios dos grupos de poder do velho sistema. As greves em todos os setores eram uma constante. O país estava praticamente paralisado. O então deputado federal Leonel Brizola, cunhado do Presidente, vociferava palavras de ordem revolucionárias aconselhando o povo a se organizar nos chamados Grupos dos Onze. Coisa sem muito sentido prático, porém acirrava os ânimos dos que se sentiam ameaçados. Ninguém acreditava que poderia haver uma solução pacífica...

(Testemunho do Sr. Valter Domingues Costa para a Comissão Municipal da Verdade de Macaé – em 04 de dezembro de 2014. **Relatório da Comissão Municipal da Verdade de Macaé**. Câmara Municipal de Macaé (RJ): 2016. p. 85 e 85.)

A realidade de um golpe político dificilmente pode ser considerada plenamente pacífica, porque ao ligar-se a parâmetros de uma guerra civil não declarada, obrigatoriamente se colocará frente a frente com a insurreição e os processos de resistência. Ainda que os mesmos se deem de forma subcutânea ao tecido social estabelecido. Nesse sentido, podemos compreender que um golpe, por si só, foge às regras pré-estabelecidas e configurações das tradições sociais construídas ao longo de muitos anos. E é nesse sentido, que um golpe antidemocrático, embora pressupondo-se a favor da democracia (como foi o caso de 1964), obrigatoriamente precisa pactuar-se com a violência, com a tortura, e com o amplo desrespeito aos direitos humanos para manter-se vigente. A ruptura do estado de direito e o silenciamento daqueles que se lhe opõem faz parte do seu processo de vigência. Já que sua funcionalidade está diretamente vinculada à capacidade de inversão do desejo da maioria da população (qual seja, no caso, os eleitores de João Goulart para vice-presidente com mais votos do que o próprio presidente eleito), em favor de uma minoria, ou de motivos escusos alheios aos interesses macros do próprio país. Desequilíbrio incondicional com os pressupostos da pirâmide democrática, necessitando, portanto, de novos artifícios capazes de sustentação da nova configuração em processo.

Se em momentos de pós-golpes é comum a observação da violência física e psicológica sob a tutela dos novos estados, em períodos imediatamente anteriores a quaisquer golpes políticos a utilização das grandes mídias em favor de sua prévia legitimação serão passos indispensáveis à sua consolidação. Provocando reações às mais adversas, mas, acima de tudo, criando um clima de oficialidade e salvação em favor do golpe. Nesse sentido, destaca-se para

os ferroviários macaenses a importância das notícias que chegavam pelo rádio em sustentação à resistência à derrubada do governo legítimo, assim como a significação impactante do silenciamento dessas emissoras, abertamente partidárias do estado de direito, na descontinuidade democrática. Conforme relembra Lauro Martins, sobre aquele dia 31 de março de 1964.

Eu me lembro muito sobre esse dia. Foi um dia histórico pra gente, um dia capital na vida da gente! Acordei cedo, como sempre, para trabalhar. E fui na padaria. A gente comprava pão perto de casa, no Miramar, eu morava num prédio ali, num apartamento. E quando eu cheguei na padaria eu estranhei o que estava havendo. Já havia companheiros ferroviários que tinham recebido notícias de que estavam havendo problemas no Rio de Janeiro, e que nós, ao invés de irmos para o trabalho, deveríamos ir para o Sindicato, pois haveria pronunciamento e, talvez, entrássemos em greve. Isso tudo porque havia uma tentativa de golpe no ar, mas não era coisa definida. Os exércitos estavam trocando farpas. E aí nós fomos para o Sindicato, passamos o dia em conversas...

Existia uma emissora de rádio que já estava colhendo informes no Rio de Janeiro e informando que o Brasil estava passando por um momento perigoso. Havia todo um clima de golpe militar. Aí nós sintonizamos a Rádio Mayrink Veiga, no Sindicato, e começou a tocar o Hino Nacional e, posteriormente, houve pronunciamento do pessoal de Jango que fazia parte do governo. Secretários, generais, vinham na Rádio falar que o Brasil não ia aceitar o golpe.

Nós começamos a tomar conhecimento das ameaças a Jango, na tentativa de golpe. Aí permanecemos reunidos aguardando mais informes do Rio de Janeiro.

A greve foi decretada e todos os ferroviários foram procurar as entidades de classe, os sindicatos, as delegacias, para estudarem como a coisa ia se desenvolver, e quais medidas a gente teria que tomar. E assim passamos o dia inteiro, em questões controversas. Às vezes uma hora dava uma notícia, daqui a pouco desdizia.

Começaram então a mostrar o que estava acontecendo em Brasília. Pronunciamento de Brizola, Waldir Pires, aquele pessoal de Jango que estava à frente do governo. Logo fizeram pronunciamentos defendendo a permanência de Jango, indo contra aqueles que estavam tentando dar o golpe no Brasil. E nós aqui ficamos aguardando ansiosos! A gente não tinha muito o que fazer. Macaé é uma cidade do interior, uma caixa de ressonância. E tudo se resolve em Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro. De vez em quando, a gente recebia uma notícia que alegrava. A Rádio sempre tocando o Hino Nacional, o Hino da Bandeira, e chamando o povo para o patriotismo. Incitando o povo a se colocar contra o golpe.

Chegou a parte da tarde e a coisa continuou na mesma.

Lá pelas dez, onze horas da noite, a gente tinha notícia que os militares estavam entrando nas emissoras, fechando emissoras, que era pra gente tomar cuidado, que não nos deixássemos levar por mentiras que viessem ao ar quando tomavam as emissoras, eles botavam pessoas para dizerem que o Brasil já estava dominado, que Jango já tinha fugido do país.

(Testemunho do Sr. Lauro Martins para a Comissão Municipal da Verdade de Macaé – em 27 de fevereiro de 2015. **Relatório da Comissão Municipal da Verdade de Macaé**. Câmara Municipal de Macaé (RJ): 2016. p. 41.)

Por um olhar menos envolvido à época, Valter Domingues Costa, estudante aprovado para o Curso de Física da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, rememorou, para a Comissão da Verdade de Macaé, o dia seguinte às observações de Lauro Martins, próprias ao contexto sindical ferroviário. Como filho de ferroviário, estando no Rio de Janeiro naquele fatídico 1º de abril de 1964, as memórias sobre aquele dia e os dias que se seguiram retornaram claramente, conforme ele contou:

Lembro-me perfeitamente da situação criada no Rio de Janeiro no dia 1º de abril de 1964. Naqueles dias eu estava tratando da minha inscrição na Faculdade de Física, na então Universidade do Brasil, hoje UFRJ. Cessaram-se toda movimentação na cidade. Tudo parecia calado e as ruas estavam vazias, sem movimento. Parecia um feriadão nacional. Apenas os veículos militares passavam pelas ruas de vez em quando. Nada mais. Nenhuma notícia! Nenhuma informação! Com o passar dos dias logo se percebia que a situação mudara radicalmente. O que viria depois não era uma incerteza. Mas com o passar dos dias já se podia perceber que a situação que se formou veio para ficar. Algumas pessoas conhecidas ouviam a Rádio Gaúcha com os chamamentos de Leonel Brizola e o detalhamento do que realmente se passava. Percebia-se que o Brasil estava diante do perigo de uma guerra civil. O jeito era esperar para ver.

Com o passar dos dias surgiam notícias do que se passava em Macaé, Campos, nas Oficinas de Triagem. Meu pai e muitas outras pessoas foram presas, a maioria delas em seu local de trabalho, inclusive ele, meu pai. Consegui uma carona até Macaé, não me lembro como. Não dispunha de dinheiro algum e o restaurante onde comiam os estudantes estava com as atividades interrompidas. Ao chegar a Macaé soube que presos de Macaé, na sua maioria, foram conduzidos à Base da Marinha em Niterói. Minha mãe e irmãs insistiam em ir até lá para saber notícias e se possível ter um contato com eles. Assim fizemos e uns dias depois visitamos aquele ambiente improvisado onde muitos eram os que lá estavam detidos. Falamos com o pai por uns poucos minutos. Ele estava preocupado, mas cheio de moral. Pediu-nos calma e cuidado porque a situação era muito perigosa. Outros amigos de Macaé também estavam lá. Ao regressarmos a Macaé soubemos que os prisioneiros foram transferidos para o Ginásio Caio Martins, em Niterói, onde permaneceram até o retorno a Macaé.

(Testemunho do Sr. Valter Domingues Costa para a Comissão Municipal da Verdade de Macaé – em 04 de dezembro de 2014. **Relatório da Comissão Municipal da Verdade de Macaé**. Câmara Municipal de Macaé (RJ): 2016. p. 85 e 86.)

Ainda sobre a ocasião do golpe, Waldyr Tavares lembrou que estava em Macaé, numa relação de cuidados com a filha mais nova, recém-nascida, quando o Exército “berrou”:

Eu tenho assim em memória que nós estávamos dando banho na menina que está ali (apontando para a fotografia antiga de um bebezinho num quadro na parede da sala), eu e mãe dela (voz embargada) e só estávamos esperando o Exército berrar. E dizer alguma coisa sobre o golpe. Alguém chamou aqui na casa e disseram: “\_Olha, eles estão prendendo...” E eles vieram me apanhar, mas eu pensei: “\_Não vão me apanhar, não...”

Só estávamos aguardando ele berrar. Já estava tudo arrumado para o golpe, só faltava falar, né? Ficamos na casa, aqui. Vão me pegar. Mas eu vou sair. Vou pular pra lá... Enrolei a menina num pano. E pulei ali. E dali tinha um pedreiro que morava na outra

casa, pulei para outra. E a cunhada dele estava varrendo e se assustou comigo e eu disse que a polícia vinha me pegar, e ela podia me entregar. E ela disse que não, e me escondeu no banheiro.

Isso ficou muito claro, a coisa da brutalidade.

Entraram aqui em casa, olharam os livros. Esses livros aí. Tudo livro comunista! Perguntaram pelos livros e minha mulher disse que era outra coisa... Perguntaram a minha mulher: “\_Cadê o seu marido? E esses livros aí?” Eram livros de história, de uma coleção que eu ainda tenho aí. Eles (os policiais) recuaram. E eles não conseguiram ver os livros, mas os livros que eles queriam estavam na frente deles, mas eles não eram super-homens para enxergar. Eu emparedei os livros que eu queria, os que eu não queria acabar com eles. Estavam ali na frente, mas eles não eram super-homens. E foi assim. E eu consciente de que não podia ser preso, nem me entregar.

(Testemunho do Sr. Waldyr Tavares para a Comissão Municipal da Verdade de Macaé – em 19 de junho de 2014. **Relatório da Comissão Municipal da Verdade de Macaé**. Câmara Municipal de Macaé (RJ): 2016. p. 73 e 74.)

Os dias e, posteriormente, os anos que se seguiram ao golpe tornaram a situação cada vez mais perigosa para aqueles que publicamente se lhe opuseram. Com acento de perseguições àqueles que, historicamente, estiveram posicionados a favor de manifestações de esquerda, do movimento sindical, e em defesa dos direitos dos trabalhadores de modo geral. Nesse caso, as perseguições que se desdobraram aos ferroviários e grupos afins em Macaé foram muito grandes. Já que a cidade se constituía num reduto de operações ferroviárias ao longo do século XX, o que lhe gerou, a partir dos embates de patrões versus empregados, uma atmosfera de lucidez e politização. Além de complexa dependência econômica à ferrovia, inferindo ainda, na própria cultura local a ponto de ser apelidada de “Moscouzinho Brasileira”.

Nesse contexto histórico, agora sobreposto pelo estado de exceção, a ditadura se estabeleceu vibrante e inovadora constituindo-se a partir de desconstituições de regras e de maneiras convencionadas de comportamento. Tudo era novo, não se sabia mais quem era o inimigo político quando as novas configurações governamentais agregavam o colaboracionismo oportunista estabelecendo uma espécie de estado-monstro alimentado por ações civis e, principalmente, militares.

De acordo com René Armand Dreiffus (1982), em sua clássica análise, o golpe de estado que se concretizou em 1964 foi o resultado de uma clara combinação entre interesses civis e militares objetivando adequar o Estado brasileiro aos interesses do capital multinacional associado. Contexto no qual embora a bandeira anticomunista tenha sido a vertente mais popular do processo em voga, para o capital internacional em conspiração no

país havia o interesse na criação de condições favoráveis à sua expansão monopolista. Importando destacar que, dentro que se definiu como “civil e militar” há estratificações específicasna origem dessas duas categorias diluídas no sentido de popularização à medida que a ideologia golpista se espalhava pelo país. Embora civis, há uma relação direta dessa terminologia com a classe empresarial brasileira e internacional em associação com intelectuais e militares, que Dreiffus denominaria de elite orgânica. Principal responsável pela desestabilização do populismo do Presidente João Goulart e, conseqüentemente, representação dos interesses capitalistas multinacionais e associados dentro do perfil de governo que se pretendia inaugurar. Dentro da categoria dos militares destacou-se o grupo vinculado à Escola Superior de Guerra (ESG), o verdadeiro espaço de produção ideológica do Estado Maior das Forças Armadas, onde se geravam as estratégias de poder para um possível redirecionamento do país. Os militares esguianos se mantiveram amplamente ideologizados pelo pensamento americano infiltrado ao longo dos anos em ações formativas e colaboracionistas do governo americano com o brasileiro através da própria ESG. Portanto, eram favoráveis à associação ao capital estrangeiro e a todas as bandeiras sugeridas por este como forma de desestabilização do populismo e outras representações políticas nacionalistas. Apesar de ao longo do regime ditatorial terem se destacado na estrutura administrativa do governo, para a realização do golpe contaram com o amplo apoio dos militares conservadores, de extrema direita, profundamente anticomunistas e, conseqüentemente, avessos a tudo que remetesse ao governo e à pessoa do Presidente João Goulart.

Ainda dentro das articulações político-ideológicas institucionalizadas, produzidas para a efetivação do golpe, é necessário destacar a importância do IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais)<sup>47</sup>, que fundado em 1961 fazia a grande orquestração interna a partir da representação dos interesses do capital multinacional e associado. Coalização que sairia vitoriosa em 1964. De modo que os fatos de daquele ano são a coroação de um processo gradativamente construído, estruturado mais especificamente após a renúncia do Presidente Jânio Quadros. Situação que despertaria um alerta mundial sobre o país, já que Jango era visto como a maior expressão populista do cenário político brasileiro, o que, conseqüentemente,

---

<sup>47</sup> Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) – Fundado oficialmente em fevereiro de 1962, a articulação para sua criação vincula-se contrariamente à posse de João Goulart no ano anterior. O IPES é o resultado da fusão de grupos de empresários organizados no Rio e em São Paulo e rapidamente ganhou a adesão das classes produtoras das outras unidades da federação. Promoveu intensa campanha anti-governamental. Associando as propostas do governo ao comunismo, a entidade utilizou os mais diversos meios de comunicação na defesa da "democracia" e da livre iniciativa. O Instituto chegou a ser condecorado pelo Regime Militar como de “utilidade pública”, em 1966. Suas atividades se encerraram definitivamente em 1972.



seria demarcado em suas ações governamentais, quando a direção do país caíra inesperadamente em suas mãos.

A mesma surpresa que, provavelmente, teve o então vice-presidente João Goulart em viagem à China alcançou os potenciais golpistas de 1961. No entanto, apesar de toda movimentação contrária, inclusive com a implementação de um parlamentarismo de ocasião, não houve condições técnicas e organizacionais para a consolidação de um golpe de estado naquele momento. Embora sua definição mais acertada se consolidasse naquele momento.

A ameaça de uma suposta “República Sindicalista”, supostamente incentivada por Jango, criou as condições perfeitas para as atividades do IPES em consonância ainda, com o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática).<sup>48</sup> Esses institutos tiveram papéis fundamentais na restrição da organização das classes trabalhadoras no país ao tempo que envidavam esforços na consolidação do crescimento econômico de acordo com o modelo capitalista tardio, dependente, altamente vinculado aos interesses multinacionais. A produção de marketing ideológico, o financiamento de campanhas políticas conservadoras, a fabricação da não governabilidade de Jango levaram Dreiffus a sugerir que estas instituições foram os verdadeiros partidos políticos da burguesia. Superando em interesses, limites e valoração os tradicionais partidos políticos brasileiros na consolidação de um verdadeiro golpe de classe.

Em discussão contemporânea e convergente às proposições de Dreiffus, Nicos Poulantzas propõe a noção de Estado como expressão das relações de forças de classes na sociedade capitalista (POULANTZAS, 1985, p. 169). Portanto, trazendo intrinsecamente a possibilidade das constantes adequações, quando a noção de classe, por si só, adequa-se à possibilidade de um constante movimento, senão como regra, mas como potência dentro do próprio sistema. Ainda para Poulantzas, o Estado capitalista é atravessado pelas relações de produção e lutas de classes, relativizando o próprio sentido de autonomia então à serviço da burguesia que, nesse caso, o tomou como organização estratégica para dominação. O que nos leva à compreensão tradicional de que, um estado estável é a expressão de uma sociedade com pouquíssima mobilidade, favoravelmente adequada a um determinado grupo social dominante. Ou, a expressão de uma sociedade que compreendia o espaço possível de

---

<sup>48</sup> Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) – Fundado em 1959 por Ivan Hasslocher, atuou fortemente e sem nenhum escrúpulos no propósito de combater o comunismo no Brasil e influir nos rumos do debate econômico, político e social do país. Hasslocher fundou mais ou menos no mesmo período a agência de propaganda Incrementadora de Vendas Promotion, subsidiária daquele instituto. Devido à ostensividade de suas ações na campanha eleitoral de 1962, foi investigado por uma Comissão Parlamentar de Inquérito e judicialmente fechado em 1963.

mobilidade, convívio e direitos adequados ao viés democrático. Que por não ser o caso do Brasil daquele início da década de 1960, configurou-se no golpe, de onde se conclui que, as relações de forças que se condensam na expressividade do Estado não se conformam apenas com frações do bloco no poder, mas, especialmente, entre essas e as classes dominadas, as quais se pretendem mantê-las na condição de imobilidade. Estabelecendo como meios para essa condição-freio ou manutenção da inércia o próprio aparelho econômico, bem como o aparelho ideológico e o repressivo.

Apesar das críticas às macro-interpretações propostas pelas teorias do Estado de Poulantzas, especialmente a partir dos anos 1980, quando irrompeu uma série de interpretações baseadas nos micropoderes sociais, não podemos deixar de considerar suas interpretações ao tratarmos dos acontecimentos da década de 1960 no Brasil. Especialmente ao entendemos haver coerência entre o golpe de estado dado, quase como numa jogada final do capitalismo internacional e da burguesia nacional, mediante o suposto irrompimento de um golpe de esquerda no país, a materializar-se pela bandeira do sindicalismo e das classes trabalhadoras (MARTIN, 2008).

Parece-nos ainda haver necessidade de conjugação das interpretações macro com as novas diretrizes apresentadas pelas teorias que o criticaram, à medida que continuamos a observar o Estado a ser balizado cada vez mais por interesses que fogem aos interesses democráticos, ainda que para isso, haja correlações colaborativas a partir dos micropoderes sociais.

A partir das proposições genealógicas de Dreiffus e Poulantzas, do Estado e da tomada deste, a ditadura brasileira iniciada em 1964 se assemelhou, metaforicamente, à mitológica Hidra de Lerna. Cujas simples presença envolvia o ambiente com seu hálito venenoso capaz de intoxicar qualquer um que se aproximasse dela, pelo simples ato vital da respiração (BRANDÃO, 2002). Seja por cooptação, no estímulo às denúncias (ainda que falsas), à ideologização irresponsável e corrupção de modo geral; seja na fidelidade em sua execução, sobre o que ou quem quer que fosse no seu caminho.

Herdeira dos genes malignos de seus pais, Tifão e Equidna, outros dois monstros mitológicos, a Hidra fazia representar com a sua presença o mal oriundo das profundezas da terra, quando não, o que havia de mais vil nas profundezas do próprio ser humano. Dona de sete cabeças monstruosas, tinha o dom de regenerá-las ao ter qualquer uma delas atingida. O que lhe permitia a onipresença e continuidade tão assustadoras, capazes de fazerem

estremecer corpo e alma de qualquer um que se lhe deparasse, bem como as estruturas sociais, jurídicas e culturais da sociedade organizada. Tornando-se, com sua presença, inauguradora de um velho-novo tempo: plúmbeo, triste, monstruoso. Íterim para consumação das graves exceções.

À mitologia cumprea função ontológica de situar o homem no mundo, de interpretar o convívio com o inexplicável, presente, assim, em determinados contextos e realizações humanas (BURKET, 1991). Como se a Hidra de Lerna fosse a materialização do mal naquela atualidade, que em termos éticossignificou, em inversão, a deformação dos homens cooptados pela ditadura. Quando em mimetismo a esta, foram instrumentos do inconcebível, fugindo essas ações ao campo de uma lógica cotidiana reproduzível. Apenas podendo ser alcançadas a partir do compartilhamento pelo acesso restrito e descontinuado das memórias.

#### **2.6.5. Prisões e torturas**

Após a consumação do golpe, inúmeras prisões arbitrárias foram realizadas em Macaé e região. Considerando o perfil ferroviário-sindicalista da cidade, a ordem era, antes de qualquer coisa, prender para depois averiguar. O que fez com que um número enorme de trabalhadores, oriundos da ferrovia ou não, passassem por situações até então não imaginadas para uma cidade politizada, porém tranquila, como era o caso de Macaé.

A despeito das justificativas golpistas, a ditadura inaugurou no país um novo marco regulador em relação às prisões. Pela primeira vez o preso deixava de ser um indivíduo considerado uma ameaça para a sociedade, oriundo das classes marginalizadas do sistema, para se configurar como indivíduos trabalhadores, com famílias constituídas e endereços fixos. Além, de no caso de Macaé, ser conhecidos por todos.

De *locus* do controle social as prisões da ditadura passavam à condição de locais de coibição de formas de pensamento e, portanto, de punições políticas. Abrindo espaços para torturas e eliminações referentes ao novo sistema político vigente, e não em relação ao controle e à segurança da sociedade como um todo. Por outro lado, a manutenção da ambiguidade que acompanha a história das prisões no mundo não deixava de estar presente naquele contexto. Já que, se a princípio se prendia para proteger a sociedade de um problema social, esse problema havia obrigatoriamente que ter sido produzido por ela mesma. Da mesma forma que o avanço do sistema capitalista e o convívio com as disparidades sociais

geradas pelo sistema eram responsáveis pelo avanço da politização dos trabalhadores, da formação dos sindicatos e, por fim, das expectativas de conseguirem condições políticas e sociais melhores. Retornando, portanto, ao velho jogo de forças apontado por Poulantzas.

Mantinhm-se através da prisão as consequências de cunho originalmente religioso ligado ao verbo penitenciar: o aviltamento, a humilhação, e a exclusão social como características tradicionalmente produzidas pela história das prisões, de modo geral (AGUIRRE et al., 2009). Embora, em termos de ditadura, nada fosse generalista.

Das memórias de Márcia Certório, ressurgue o dia da prisão do seu pai, Alberto Certório, na Estação Ferroviária de Conceição de Macabu – RJ:

Meu pai foi preso porque ele não fugiu. Ele ficou no lugar. Ele não abandonou o trem. Os amigos que não foram presos saíram do local. É como se deixassem o trem à deriva. Meu pai não saiu do lugar. Ele permaneceu no lugar. Era como se o meu pai dissesse: “\_Não tenho nada a temer. Vou ficar aqui.” Entendeu?

(...)

Minha irmã diz que depois de preso em Conceição de Macabu, meu pai foi trazido para Macaé. E daqui de Macaé foi levado para o Rio de Janeiro.

Minha irmã conta isso... Ela lembra de muita gente em casa, na casa da minha mãe, sem saber para onde meu pai foi levado. E a minha irmã mais velha diz que foi por intermédio do político Celso Peçanha<sup>49</sup>, que foi através de telefonemas dele, depois de bastante tempo, que se descobriu onde meu pai estava. E foi a partir daí que meu pai foi solto. Se não fosse ele, meu pai ia sumir...

E o relato do meu pai, quando ele chegou, foi de que sofreu tortura, de que ele ficou nu em cima de latas, de duas latas, e ali ele era interrogado para dizer o que ele não sabia dizer. Quando interrogavam ele, levavam o amigo dele (Luiz Peruzzi), que foi preso com ele na Estação de Trem de Conceição de Macabu, para outra sala. E faziam barulho. E a gente sabe que eles tinham recurso de gravação, como se estivessem torturando e falavam... “\_Esse aqui já era, virou comida de peixe.” E ele foi ficando ali, sem comida, sem nada, só naquela tortura ali... E o meu pai, depois, quando foi solto, foi para a casa da irmã dele em Friburgo. Uma irmã casada (já falecida). E a família deu apoio a ele. A família cuidou dele em Nova Friburgo. Minha irmã conta assim... chegou lá como um mendigo, na casa da irmã dele.

(...)

(Após a prisão e o retorno do pai para casa)Meus irmãos mais velhos que presenciaram e tem esse tipo de lembrança contam que ele ficou muito deprimido, chorava muito. Não parava de chorar. E não podia ouvir barulho.

Pelo que eles contam, eu acho que a tortura foi física e psicológica. Meu pai era um homem alto, muito alto. Meu pai ficar em cima de uma lata nu. O constrangimento. Ele não tirava a roupa perto de ninguém.

Para a época, na década de 60, era desonroso estar nu na presença de outra pessoa, de outro sexo, em cima de uma lata, tendo que se equilibrar, ouvindo coisas ditas em outra sala, sendo perguntando a respeito de coisas que “você” não sabe e sem entender

---

<sup>49</sup> Político campista, ligado ao PTB; governador do Estado do Rio de Janeiro (1961-1962) pelo PSD.

o porquê você está ali. A violação da integridade vai a um nível que não temos legitimidade para falar sobre.

Você imagina... meu pai era um homem muito íntegro. Imagina uma pessoa passar isso aí... Os relatos que eu tenho são esses. Ele não falava sobre isso. Eu posso dizer para vocês que meu pai nunca falou sobre isso comigo. O que eu sei é tudo relato dos meus irmãos mais velhos.

(Esse assunto) Ainda é um tabu. Não sei se vocês viram o depoimento da Miriam Leitão (Jornalista). Ela colocou na mídia, depois de muito tempo sem falar sobre isso, ela falou. Por que ela não falava? Eu entendo que meu pai fez a mesma coisa que a Miriam: deu curso à vida. Ele optou pela vida, quando escolheu esse tipo de critério (o silêncio). E tal como a Miriam Leitão fez (...). E vai colocando tudo na gaveta, conforme o depoimento que deu à Marília Gabriela.<sup>50</sup>E ela não sabe se um dia abrirá essa gaveta.

(Testemunho da Sra. Márcia Certório para a Comissão Municipal da Verdade de Macaé – em 24 de setembro de 2014. **Relatório da Comissão Municipal da Verdade de Macaé**. Câmara Municipal de Macaé (RJ): 2016. p. 79-81.)

A situação da prisão de Alberto Certório, em seu local de trabalho, na Estação Ferroviária de Conceição de Macabu, denota em primeiro lugar dois parâmetros em encontro. Duas formas de ações divergentes em suas origens e, portanto, em estranhamento e confronto. O testemunho de sua filha, Márcia Certório, o tempo todo referencia a postura íntegra e reservada de seu pai, apontando para um modelo de conduta que circulava entre o trabalho, a religião católica e a vida em família. Um *ethos* próprio do cotidiano das cidades do interior, balizadas por uma cultura de moralidade e ética próprias. Sentido que, naquele momento da prisão, vinha à tona em não abandonar o posto de trabalho, não deixar o trem à deriva. Visto que, pela sua lógica, não havia feito nada de errado e, portanto, não tinha nada a temer.

Por outro lado, em confronto à postura pessoal, a ação dos responsáveis pela sua prisão divergia completamente daquele *ethos* originário, obedecendo a novos parâmetros sóciopolíticos incompreensíveis dentro da continuidade circular da vida de Alberto Certório, e de tantos outros, vitimados pela ditadura. De modo que é possível compreender, que um novo tempo, de novas referências éticas (ou de ausências delas) estava se impondo junto com o golpe civil militar. O golpe se estabelecia como se fosse uma mudança de regras no meio do jogo.

Outros três pontos em específico sobressaem desse relato: a tortura, o estado pós-tortura, o silêncio.

---

<sup>50</sup> Jornalista brasileira, esteve à frente de vários programas famosos de entrevistas na TV.

Dentre as várias modalidades de desrespeito e gradações de violações sofridas, o testemunho ressalta a especificidade do momento dos interrogatórios. Muito embora, desde a prisão incompreendida, passando por tratamentos inadequados em cidades diferentes até chegar ao Rio de Janeiro, se complementem dentro de um leque de desrespeito aos direitos humanos e, por conseguinte, violações à vida com impactos físicos e psicológicos.

A modalidade de tortura imposta a Alberto Certório, especificamente na hora dos interrogatórios, se registrou em testemunhos sobre o período como uma prática muito utilizada pelos militares. Tecnicamente simples, sem depender de grandes aparatos estruturais, compunha-se de duas latas estreitas sobre as quais o interrogado precisava se equilibrar, mantendo-se nu, com um pé em cada uma delas. A humilhante condição da nudez, sob constante ameaça, tornava-se fácil de ser suportada mediante os golpes que eram desferidos nas partes íntimas do interrogado, ali expostas. No caso dos homens, o alvo desses golpes era a bolsa escrotal, já que devido à sensibilidade dos testículos, as pancadas provocavam dores lancinantes que induziam ao encolhimento do corpo, embora eles precisassem continuar em equilíbrio sobre as latas. Condição de sofrimento propícia para se arrancar informações, até mesmo as não sabidas pelos prisioneiros políticos.

A desumanidade dos tratamentos impostos no cotidiano da prisão, coroados com as sessões de torturas, deixavam marcas indeléveis nos presos gerando graves desequilíbrios físicos e psíquicos naqueles que conseguiam deixar aquele ambiente vivos. O estado visual deplorável ao qual Alberto Certório chegou à casa da irmã em Nova Friburgo denota a ação da prisão política sobre o corpo físico, agora macerado, que para o novo regime parecia tão descartável quanto às ideologias trabalhistas nele contidas. Marcado após a tortura, o corpo parecia trazer em si os próprios algozes, que visíveis ou não, mantinham-se presentes, profundos na subjetividade do preso, do ex-presos, do para sempre perseguido político como marca imaterial perene. Daí, o psiquismo somatizar no corpo feito em desespero, a audição de ruídos que, provavelmente, remetiam à condição indefesa da prisão. Quando o choro compulsivo do “pai de família” exprimia alguma coisa de inconfessável, ou de intraduzível, à todos aqueles que estiveram à sua volta após o seu retorno.

O relato de outro filho de preso político ferroviário, embora aparentemente mais ameno, nos aponta o caos estabelecido pela detenção de seu pai, Walter Quaresma. Preso em pleno local de trabalho, as Oficinas Ferroviárias de Imbetiba, que depois de passar pela triagem em Macaé fora levado para a base da Marinha em Niterói.

Meu pai foi preso por algumas semanas, e depois de perder o emprego na ferrovia passou a responder um pesado processo policial-militar por longos anos. Foi absolvido por unanimidade pelo Tribunal Militar que o julgou, e também os outros companheiros de Macaé, de todas as absurdas acusações que lhes imputaram.

(sobre mais alguém da família ter sido preso) Não, ninguém mais foi preso, mas todos nós sentíamos muito ameaçados até mesmo pelas difíceis condições de vida que se seguiram, sem meios seguros de sobrevivência da família.

(Testemunho do Sr. Valter Domingues Costa para a Comissão Municipal da Verdade de Macaé – em 04 de dezembro de 2014. **Relatório da Comissão Municipal da Verdade de Macaé**. Câmara Municipal de Macaé (RJ): 2016. p. 85.)

A condição de restrições financeiras e sociais com as quais a família Quaresma passou a conviver não foi exclusividade dela. A prisão seguida de demissão foi um modelo utilizado pelos militares sobre os trabalhadores, reduzindo-os à humilhante posição de necessitados. Condição essa que, mais do que humilhar pela necessidade material, implicava em exilá-los a um espaço social externo à condição original na qual haviam construído suas trajetórias, que era a de trabalhadores. Considerando, ainda, o desemprego como uma situação problemática para qualquer pessoa no mundo capitalista, adicionemos a essa condição de desempregado o valor reverso do emprego na cidade que havia se constituído identitariamente no entorno da ferrovia, transbordado em conscientização política e, agora, convivendo com o revés desse processo, numa espécie de epicentro regional de ações da Ditadura civil-militar.

Finalmente, passamos aos fragmentos dos dois últimos testemunhos, rememorados pelos próprios ferroviários Waldyr Tavares e Lauro Martins, que viveram na pele as experiências aqui contadas.

A começar pela prisão de Waldyr:

(E o Senhor foi preso?) Uma “porrada” de vezes. Só depois que foi todo mundo preso. Depois do incidente do Clube Ypiranga. Agora na Anistia, vieram visitar o Ypiranga – que eu chamo de *campo de concentração*. Eu não estive preso aí nesse clube, mas eu me proponho a nunca mais entrar nele, a não ser para salvar alguma vida. Aí então, com o pessoal da Anistia, eu disse: “\_Mas o companheiro Amorim vai levar o senhor até lá dentro.” E eles fotografaram tudo lá.

Eles me conheciam como comunista. Disseram que eu era comunista. E tinham a ordem de prisão de todo elemento de esquerda... aquela coisa toda. Me prenderam muito tempo depois. Eu fui preso aqui na porta. Mas eu fiquei muito protegido. Aqui não faltava lugar pra eu bater e encontrar abrigo. Esses velhos companheiros que eu comecei a conversa falando deles com vocês (Chico disso e Chico daquilo...); teve um que colocou o filho dele trepado em cima da mangueira para vigiar, para eu tomar um pouco de sol no quintal dele. E ele dizia: “\_Aqui *filho da puta* nenhum entra não, não pega você, não!” E dali eu comecei a sair. Ia para casa de um e de outro. E me segurando... vendo o que fazer, esperando a reação. Dali me levaram direto para a delegacia e depois para o xadrez.

Cumpri pena no Rio de Janeiro. Na cadeia de vigilância do Centro do Rio. Tem uma cadeia ali, velha, que ela tem uma galeria e o xadrez é de um lado e de outro. Nós ficamos eu, Juarez Pereira Moreira – que chamavam de Zebê e Onézimo Monteiro, que era um sujeito bom, mas muito falador, falando bobagem na hora errada. Ficamos nós três.

Quando acabamos de ser condenados por um tribunal de araque, porque depois disso eu me formei em Direito e fui entender daquele julgamento. Aquilo lá foi preparado para condenar e não para julgar. Nós fomos condenados.

(...)

Era um mês de junho. E de lá já saímos direto para a cadeia.

Essa CLD foi de junho de 1967. Nós saímos da cadeia perto do AI-5. Se a gente fica, eu não estava aqui dando essa entrevista emocional, se demorasse mais dois meses.

Fiquei preso por uns seis meses, por aí... Mais um pouquinho. E completamos por aqui (Macaé).

No Rio de Janeiro só ficamos presos nessa cadeia, no Maracanã. Não houve mudança de local.

(Testemunho do Sr. Waldyr Tavares para a Comissão Municipal da Verdade de Macaé – em 19 de junho de 2014. **Relatório da Comissão Municipal da Verdade de Macaé**. Câmara Municipal de Macaé (RJ): 2016. p. 74 e 75.)

Da narrativa de Waldyr Tavares, agora já no momento extremo do conflito entre partidários do golpe, representados pela polícia e pelo exército, contra os ferroviários “comunistas”, quando a perspectiva de prisão eminente já havia se tornado uma realidade para muitos companheiros de trabalho e de sindicato, sobressai, mais uma vez, a solidariedade vigente naquele momento. Que avaliada pela perspectiva dicotômica entre golpe e resistência, nos parece se comportar como uma relação discreta de cunho revolucionário, no sentido de apoio e completude, quando se extinguia a liberdade, os direitos, e a própria democracia. Waldyr fora ajudado pelos seus vizinhos, velhos companheiros da Rua Antero Perlingeiro, que o conheciam e sabiam de suas ideias e das bandeiras de enfrentamento pacífico levantadas por ele junto com seus outros companheiros ferroviários. De modo que, ser solidário, proteger o amigo, fazia parte de uma ordem cotidiana cultural construída ao longo dos anos. Que naquele momento entrava em colapso, desorganizada pela ação da ditadura.

Sobressai ainda de suas memórias a trajetória das pessoas presas naquele momento de convulsão social na cidade, quando a própria delegacia não comportava a enorme quantidade de indivíduos tornados presos de uma hora para outra. Mais de uma centena de pessoas foram recolhidas, muitas no próprio local de trabalho, alterando o conceito ilibado concernente ao pai de família trabalhador, para o de comunista, conseqüentemente, ameaçador e desordeiro. De modo que poucos foram presos na Delegacia da cidade, simplesmente por falta de espaço.



O que levou imediatamente à cooperação de membros da elite local com o regime implantando a partir do empréstimo, feito pela diretoria, do Ginásio do Clube Ypiranga para servir de prisão temporária e imediata ao Regime civil-militar. Ou seja, o Ypiranga passou a ser o primeiro lugar de prisão para muitas pessoas naquele momento, visto o espaço da Delegacia ter se tornado diminuído mediante aquele evento extraordinário. Do Ypiranga, onde estiveram presos algo em torno de uma centena e meia de pessoas, os considerados sem envolvimento profundo com o comunismo ou com agitações sindicais foram libertos após alguns dias. Já os considerados envolvidos, foram transferidos para a região do Rio de Janeiro, com destino desconhecido na época. Mais tarde, após as solturas, soube-se que haviam sido levados para a Fortaleza de Santa Cruz da Barra, popularmente conhecida como Ponta d'Areia, em Niterói. Podemos dizer que esse foi o caminho mais comum percorrido, embora o caso de Waldyr se configure como uma exceção, que por ter conseguido se livrar da prisão imediata, não chegou a ser levado para o Ypiranga. Mas teve passagens pela delegacia local, e mais tarde, em 1967, foi julgado e cumpriu prisão no Rio de Janeiro. Onde ele conta qual foi o tipo de tortura experimentado.

(Sobre sofrer tortura) Tortura insuportável não foi. Mas foi um tipo de tortura. Primeiro, julgaram a gente como pessoas ruins. Ficamos com vários outros presos. Não quero julgar ninguém, mas ficamos no meio de vários bandidos. E graças à audácia e à fineza de trato do companheiro Zebê, que é o Juarez, ele tinha facilidade tremenda de lidar com as pessoas, inclusive com os bandidos. Ele ouvia muito rádio. E conhecia os bandidos (risos). Um negócio incrível, rapaz! Ele sabia que fulano foi preso no morro tal... sicrano em situação tal... Aí ele fez “aquela chegada maneira” pra gente.

(Tortura) Os caras lá tinham um sistema de revezamento. Tinha um camarada lá na Delegacia onde ficamos que era um “*gentleman*”. Chegava pela manhã na porta do xadrez e dizia “Meus bons dias a todos” (sic), “Os senhores passaram muito bem a noite?”. Depois dizia que o local estava sujo e precisava de limpeza. Pedia a mangueira. Nós éramos 14 presos na cela. Mandava ligar a mangueira e jogava água no chão, molhando o chão todo e depois jogava água na gente, dizendo que estava muito calor. E isso em pleno mês de junho. Dois presos saíram de lá com pneumonia e eram caras novos. Um com 21 anos. Não eram velhos, não. Era esse tipo de coisa... Tudo isso era feito por um homem que nos tratava com toda a educação, mas um certo tipo de sarcasmo. Era esse tipo de coisa e psicológica...

Também tinha um outro tipo de tratamento. Era comum engatar a arma e apontar como se fosse atirar. Não era com a gente, não. Era com os outros. Até que um dia eu fui chamado: “\_ Waldir Tavares”. “\_Sou eu, e sai”. Eu pensei: “hoje chegou o meu dia...”. O cara dizia que tinha duas senhoras querendo me visitar.

E eu vi ao longe batendo as mãos e gesticulando para mim. Era a minha cunhada e a irmã do meu cunhado. Era a Cléia e a Tenira, irmã da minha mulher. Elas ainda estão vivas. E nessa ida para eu encontrar com as minhas cunhadas, o cara me alertou “\_Não vai fugir, não, heim.” E o cara engatou a arma, dizendo para eu ir ter com as visitas. Eu fiquei esperando o tiro. E eu duvidei das visitas. Achei que ele ia atirar em mim. Ao me encontrar com as cunhadas elas disseram: “\_Eu vi tudo!” E eu falei para elas que não era para me matar, mas para me assustar. Minhas cunhadas viram. E elas

perguntavam: “\_ Vocês vão sair daí quando?” E eu respondia: “\_ Não sei...” Esse era o tipo de tortura!

Um cara era tratável, mas fazia coisas absurdas. Outro era um cara maluco, falava coisas provocativas. E o outro cara era durão, mas não perturbava.

(Sobre os nomes dos carcereiros) Eles não eram chamados pelo nome. Ninguém era chamado pelo nome. Eram chamados por “sujeito”, ou “cara” ou, ainda, “amanhã entra outro”, mas não pelo nome.

E outras nuances aconteceram no julgamento, mas aquilo não era julgamento. Quando saímos da 1ª Região, fomos entregues a um Comissário (antes de descer para o xadrez) e ele nos perguntava o que nós tínhamos feito. E nós dissemos “nada não”. E ele disse “guenta aí que vocês vão descer”. Descer era ir para o Maracanã.

E nunca mais que prendiam a gente. Já eram onze horas da noite. E o comissário começou a dizer que iria sair no outro dia de manhã. Mais tarde ele disse: “\_ Vocês ficam fazendo esse negócio de política aí, e deu nessa merda”.

(Testemunho do Sr. Waldyr Tavares para a Comissão Municipal da Verdade de Macaé – em 19 de junho de 2014. **Relatório da Comissão Municipal da Verdade de Macaé**. Câmara Municipal de Macaé (RJ): 2016. p. 74 e 75.)

Sobressaem aqui alguns critérios próprios ao *modus operandi* da estrutura coercitiva implementada pela ditadura, de acordo com a experiência de Tavarinho. Talvez, pudéssemos utilizar a expressão falta de critérios para caracterizar o que aconteceu no “tribunal de araque”, na prisão mista com bandidos e no próprio comportamento subjetivo dos carcereiros em relação aos presos. A partir dessas observações, nos chama atenção, mais uma vez, a necessidade do preso político lidar com o indefinido, que ia desde a estrutura institucional (o tribunal) aos próprios funcionários da prisão. Nada estava estabelecido naquele tipo de relação na qual o preso era julgado pelos feitos do passado, mas as regras do julgamento pertenciam a um sistema novo, de modos desconhecidos a ser decifrado no dia a dia. A ponto de uma simples visita familiar à prisão se tornar a oportunidade, pelo menos na avaliação do preso, de ser o momento de eliminação de sua vida, a todo o momento ameaçada. Da educação de fino trato utilizada por um carcereiro à dureza do terceiro que não incomodava, tudo era insegurança. E na insegurança estava a descontinuidade da vida ou o que poderíamos chamar de um futuro tornado imponderável. Assim, a violência se estabelecia a partir da sua execução real materializada, da mesma forma que acontecia de maneira ficcional construída. E não há violência que não gere marcas possíveis ou não de serem cicatrizadas.

Do motivo da prisão, “*ser comunista*” à expressão impetrada pelo comissário “*ficam fazendo esse negócio de política aí, e deu essa merda*”, há uma indução à produção da culpa no indivíduo. De modo que ele se sentisse responsável por estar passando pela situação em

processo, bem como, pelo futuro indefinido que ainda passaria. Que poderia ser longo ou brevíssimo, mas nunca não violento.

Finalmente, passamos às experiências da prisão do ferroviário Lauro Martins:

Fomos presos. Foram uns 160 ferroviários e mais um grupo enorme de intelectuais.<sup>51</sup> Após o golpe, imediatamente começaram as prisões.

Os intelectuais foram os primeiros a serem presos pois tinham registros em partidos, a própria confissão deles eram denúncias de outros, já que muitos deles estavam envolvidos em movimentos sem terra e sem teto. Havia muitas destas perseguições, alguns foram enviados imediatamente para o Rio de Janeiro. Ficamos muito apreensivos pois nos disseram que havia um navio ancorado que era para prender preso político, e como foram presos muitos líderes do movimento, achamos que se eles fossem levados para estes navios eles iriam sofrer muito. Mandaram também para o Estádio Caio Martins, onde eles montaram verdadeiros campos de concentração para os que foram presos no Rio, Niterói e outros lugares.

(Sobre ser preso no Estádio Caio Martins) Não, eu fui preso e até cogitaram me mandar para lá, mas acabei por ficar aqui mesmo em Macaé, no Clube Ypiranga. Este foi o nosso *campo de concentração*.

O Ypiranga era um clube social que se dispôs a receber os presos políticos. Na época o presidente do clube era Rômulo Lago Leite, que cedeu espaço para que o Ypiranga também se tornasse um campo de concentração de presos políticos.

As prisões começaram imediatamente, demorou um pouco mais para os ferroviários porque nós ainda estávamos de greve e eles esperavam que voltássemos ao trabalho para nos prender. Muitos voltaram e outros não, mas os que voltavam eram encaminhados para a cadeia, onde hoje é a Delegacia da Polícia Federal<sup>52</sup>, ali eles nos colocavam em celas pérfidas misturados com os bandidos, sofremos muito.

Eles nos pegavam aos poucos, pois ali não cabia todo mundo, aí faziam uma espécie de triagem por periculosidade que eles achavam que cada um tinha, daí eles mandavam para o Rio, para presídios que não sei quais são ou nos mandavam para o Ypiranga. Eu mesmo passei três dias na Delegacia, numa cela, depois de vários questionamentos, de fazer a tal das triagens e de várias intimidações.

(Sobre o espaço no Ypiranga) Tinha um ginásio, que está em ruínas agora, pois é um lugar amaldiçoado. Éramos jogados ali ao relento, dormíamos no chão, nas marquises ou nos lugares onde ficavam os assistentes, não comíamos, não deixavam que a gente levasse colchões ou cobertores e passávamos frio, a privada era uma coisa horrível e o banho somente frio, nós que éramos mais jovens corríamos e pulávamos afim de conseguir tomar a ducha gelada, mas companheiros já idosos não conseguiam fazer isso e ficavam sem banho. Era horrível, horrível mesmo!

Ali passaram uns 160 ferroviários que aguardavam os seus processos ou transferência para outras prisões. Eu mesmo recebi meu processo que levou tempo para ser julgado, pois no inquérito policial militar eles queriam que a gente confessasse coisas que não havíamos praticado, e nos intimidando, queriam nos obrigar a assinar confissões. Colocavam a prisão no escuro e diziam que ia sortear um dos presos para morrer naquele dia, retiravam presos de uma determinada cela e colocavam para outra, só que não sabíamos disso e ao ouvir os tiros, à noite, achávamos que tinham sido mortos, depois dos tiros eles voltavam as celas e falavam: “quem será o próximo a ser sorteado?”

<sup>51</sup> Refere-se a professores, médicos, indivíduos com formação superior.

<sup>52</sup> Em 2014, ano do testemunho, a Delegacia da Polícia Federal citada ficava na Rua Roberto Silveira, nº 427. Hoje não existe mais delegacia nesse endereço. O antigo prédio está vazio.

Ninguém dormia, ninguém tinha sossego, não sabíamos se era dia ou noite pois as celas eram mantidas continuamente no escuro. Horrível...

Torturas... sim, houve torturas em Macaé, principalmente com pessoas idosas... foi desumano, pessoas de 70 ... 80 anos (choro) torturadas e saindo dali a vida se acabava para eles.

(o testemunho precisa sofrer uma interrupção devido a forte comoção do Sr. Lauro)

Fiquei três dias preso onde hoje é a Polícia Federal, eu não conseguiria identificar quem fez o inquérito policial comigo, pois vieram de fora, trocavam os delegados para não ter qualquer ligação emocional com as pessoas do lugar, até os policiais eram trocados. E falavam que em todos os lugares era assim.

Lembro muito de um militar truculento, aliás, nem sei se era militar, pois ele estava à paisana e ele insistia muito, quando eu estava sendo questionado pelo delegado, que eu confessasse senão a coisa ia ficar feia pra mim. Não gostava da presença dele ali, eu ficava nervoso, pois ele era muito forte e intimidava a gente.

Houve violação dos direitos humanos, eles não respeitavam nada. Eu era jovem, tinha 25 anos e aguentava tudo aquilo que acontecia ali, mas houve amigos meus que, de tão amedrontados, tentaram o suicídio na hora em que tinham que passar pelo inquérito policial militar, e idosos, que após passarem pelo inquérito, nunca mais foram os mesmos. Idosos que hoje, na democracia que dizem que existe \_eu não acredito\_ tem os seus direitos respeitados. Não se faz com um idoso o que se faz com uma pessoa mais jovem. Muitos colegas meus de setenta e poucos anos ficavam depressivos com o tratamento que recebiam, eu tentava consolá-los e dizia que íamos sair dali, mas em casa eles não conseguiam se reabilitar mais.

(Testemunho do Sr. Lauro Martins para a Comissão Municipal da Verdade de Macaé – em 27 de fevereiro de 2015. **Relatório da Comissão Municipal da Verdade de Macaé**. Câmara Municipal de Macaé (RJ): 2016. p. 70 e 71.)

Das memórias dos ferroviários Waldyr Tavares e Lauro Martins sobressaem o episódio do Clube Ypiranga como um dos mais marcantes no imediato pós-golpe em Macaé. Embora não tenha sido preso lá, Waldyr Tavares refere-se ao local como campo de concentração, e se propõe a nunca mais entrar naquele prédio, a menos que fosse para salvar uma vida. Proposição que se constitui como elo de uma cadeia de solidariedades continuadas entre os ferroviários macaenses, mesmo após as aposentadorias, o desmonte da empresa, e o término dos anos ditatoriais. Solidariedade que retorna ao início de suas histórias como operários, e gradativa construção de uma primeira identidade entre eles, os ferroviários.

Diferente de Waldyr, as memórias de Lauro Martins são plenas da experiência da prisão no Clube, em perspectivas individuais e coletivas. Já que para lá fora mandado após passar alguns dias presos na antiga Delegacia de Polícia, e no Ypiranga encontrar uma grande quantidade de “companheiros” ferroviários, além de intelectuais suspeitos. Convergem, no entanto, a alcunha de campo de concentração, quando ainda as referências ao Clube o

colocam como um lugar amaldiçoado, justificando, inclusive, o estado precário de conservação no qual ele se encontrava no ano do registro dessas memórias.

Em termos locais o Clube Ypiranga representou a parte civil do golpe em Macaé. Não que todos os civis apoiadores do golpe fizessem parte do Clube como sócios ou frequentadores, mas como um clube da elite macaense, frequentado pelos comerciantes mais bem sucedidos, por fazendeiros, pela “*society*”, conveio ao seu diretor, certamente com amplo apoio em nome da ordem, emprestar parte dele (o ginásio anexo) para servir como prisão temporária do novo regime. O que por um olhar reverso, não deixava de se estabelecer também como um ato importante de solidariedade ao regime, já que nem só de denúncias isoladas se constituiu a teia enredada para o sucesso do golpe naquele ano de 1964. O apoio empresarial em consonância aos seus interesses, como apontou René Dreiffus, foi uma das colunas fundamentais no entorno da estruturação de todo o processo consolidado. Naturalmente, em menores proporções do que as referências feitas pelo autor sobre o capital multinacional associado, o que não significa que os tentáculos desse capital não chegassem até à cidade. Fosse pela longa trajetória da ferrovia de capital inglês em processo de substituição por uma política de transporte rodoviária, fosse pela adesão em massa por sua elite à ideologia contagiante proposta pelo grande capital. De uma forma ou de outra, Macaé estava inserida no movimento.

Retomando as colaborações ao regime através do icônico episódio do Clube, a metáfora de um campo de concentração aparece como definidora das péssimas condições de tratamento físicos e psicológicos recebidas pelos presos no Ypiranga, bem no centro da cidade de Macaé e ao lado da sede dos poderes constituídos, como a Câmara Municipal e a própria Prefeitura à época. Embora saibamos a distância existente entre um verdadeiro campo de concentração nazista e as condições do Ypiranga na ocasião do golpe militar, não podemos deixar de compreender e respeitar tais referências, considerando o valor da experiência traumática e as concepções pessoais advindas dela. Que para nós estão numa dimensão de não julgamento, mas de consolidação do amálgama historicamente incompleto, se não pela dimensão do registro histórico, pela morte de vários companheiros de prisão que saindo dali, *a vida literalmente acabava para eles*.

Há um sentido interessante na comparação feita pelos presos de Macaé com as experiências dos campos de concentração alemães, segundo Primo Levi, não há aqui de fora uma capacidade plenamente decifrável da experiência interna ao campo, quando o acesso a

eles se dá apenas pelo âmbito da narrativa memorialística. A recorrência à memória dos fatos exposta após um tempo de distanciamento dos acontecimentos, talvez se torne fundamental, já que a opressão vivida gera alguma incapacidade de compreensão com sentido. Havendo, portanto, que fruir o tempo de *sobre'vida* após o trauma para encontrar o fio narrativo capaz de orientar a descrição da própria experiência desumanizante (LEVI, 2016).

Embora a violência traumatizante se inscreva numa instância particular e subjetiva, não é possível descolar essa vítima do contexto social ao qual ela está inserida, o que corresponderia aos valores socioculturais perpetradores das regras de conduta, da moral constituinte dos “trabalhadores pais de famílias”. É na direção contrária a essas posturas que as marcas das violências sofridas em muitos casos não obtinham possibilidade de cicatrização. Porque não eram físicas, mas estavam indelevelmente marcadas no campo do psiquismo. Em muitos casos, na maioria deles, à época, inacessíveis (ANDRE, 2013).

Na reelaboração da experiência traumática vivida em abertura para as demais experiências semelhantes está o sentido coletivo das memórias políticas como definidoras de lugares sociais, identidades de grupos e expectativas. Posto que no coletivo estão fundadas as razões para a imposição dessas violências, sejam nazistas ou militares, de modo que, no mesmo sentido coletivo, em força contrária, as memórias devem encontrar o tônus que combata de forma democrática e cidadã as razões. Assim é que abrir-se em testemunhos da experiência de violência sofrida, ainda que possam encontrar reduzido eco social, no sentido pessoal pode ser de suma importância por funcionar como a quebra de um silêncio de muitos anos, o grito para a retomada da vida e superação do trauma, como o passado que não passa (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 69). Somente a partir da superação do trauma cambiando-o em potência criativa é possível confrontar esse tipo de violência legitimada proveniente de um modelo estatal atuando como força política massacrante, defensora e reprodutora da organização social tradicional (ARENDR, 2009), para a qual cabem todos os métodos de dominação que, embora múltiplos, confluem para um mesmo sentido: “ordenar”!

Enquanto memórias, construídas na dialética a partir do presente, naturalmente revelam-se marcadas pelo imaginário sobre o indizível, que somente as atualizam e as identificam<sup>53</sup>, proporcionando a elas se situarem no lugar do entre, em intercessão com o

---

<sup>53</sup> SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma – A questão dos testemunhos de catástrofes históricas. In.: **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, vol. 20, nº 1, p. 65-82, 2008. p.70. O autor propõe a imaginação como elemento de enfrentamento à crise do testemunho. Noção amplamente percebida ao acompanhar os depoimentos na Comissão Municipal da Verdade de Macaé.

passado e em abertura horizontal para a possibilidade de construção de uma sociedade com expectativas mais coletivas em espelhamento às suas próprias realidades.

Sobre a lembrança de amigos presos, Sr. Lauro contou:

Todos... todos. João Batista, Zebê, Tavarinho, Jorge Paco-Paco, Geraldo Cara Suja... nós dormíamos todos amontoados e com frio no chão do Ypiranga, os intelectuais... Alvinho esteve preso ali comigo, o pai de Ronaldo, seu José Madeira, Onésimo Monteiro... muitos deles... todos eles. Eu lembro muito de Carlito Cruz, a gente brincava e falava “\_Vai tomar banho!” E ele respondia: “\_Deus me livre!” E tinha também o Ziroca, que a esposa trazia o *toddy* quente e ele não podia tomar o banho depois que tomava o *toddy* quente, então ele esperava esfriar, mas muitas vezes ele não tomava banho e a gente brincava e ria para tentar aliviar aquele ambiente. Hoje eu espero que de onde ele estiver ele me perdoe, mas eu somente tentava aliviar a situação.

(Sobre amigos desaparecidos pela ditadura) Não, desaparecidos não, mas morrer devido a tortura sim, principalmente os de mais idade. Posso citar aqui o nome de nosso delegado sindical o Lumumba, que na verdade chamava-se Alcendino Silva, ele passou um bom pedaço lá nas cadeias de Niterói e quando ele voltou estava muito debilitado e doente. Eles tinham esta tática, torturavam as pessoas e quando estavam debilitados diziam que podiam ir para casa, que já tinham cumprido a prisão, na verdade era para morrer em casa e não nas delegacias.

(Testemunho do Sr. Lauro Martins para a Comissão Municipal da Verdade de Macaé – em 27 de fevereiro de 2015. **Relatório da Comissão Municipal da Verdade de Macaé**. Câmara Municipal de Macaé (RJ): 2016. p. 70 e 71.)

Considerando os nomes rememorados dos vários companheiros, numa leitura historiográfica haveria a necessidade da recomposição dos dados identitários de cada um deles, se foram condenados, se sobreviveram após a prisão. No entanto, também considerando a metáfora utilizada pela própria Comissão da Verdade de Macaé na construção do seu relatório, a de um quebra-cabeças incompleto, aqui retomamos essa consideração metafórica ao entendermos que os dados não se completam perfeitamente. A perseguição, o medo, a necessidade extinção de provas mediante a ditadura fez com que uma enorme quantidade de documentos fossem desaparecidos. A intervenção no Sindicato, as mortes, o silenciamento das pessoas corroboraram uma espécie de esfacelamento material, contexto no qual o campo da memória sobressai como um cofre de segurança de informações, muito embora, essas informações não possam ser consideradas completas. São como peças de um enorme quebra-cabeças que dão a entrever os quadros políticos, sociais, de violência, no entanto, não o mostram completamente. Abrindo, assim, espaço para a completude a partir da sensibilidade, do senso de justiça e das experiências de vida do próprio leitor dessas memórias, que em sentido dialético, passam a importar na composição desses quadros não finalizados.

Sobre os locais de prisão em Macaé, componentes da estrutura da nova ordenação estatal e fundamentais nessa trama de violência e desrespeito aos direitos humanos, sobressaem a Delegacia, o Clube Ypiranga, além do Forte Marechal Hermes. Que o Sr. Lauro afirma se ramificar em outros pontos de observação e controle.

O Forte tinha ramificações de pseudo-comandos revolucionários para dedurar e delatar o pessoal, para poder fazer peso para prisões e inquéritos. Nós os chamávamos de dedos-duros e eles se diziam revolucionários, só não posso apontar com certeza quem seriam estas pessoas ou em que casas se reuniam estes dedos-duros contra nós, os ferroviários e os intelectuais.

Fui preso em maio 64, respondi a inquérito policial e paralelo a isso nós respondíamos a inquéritos administrativos na Rede Ferroviária, onde os ferroviários que tivessem mais implicações ou eram apontados como comunistas eram demitidos. Quem era indicado uma vez por um dedo-duro recebia 15 dias de suspensão, dois dedos-duros trinta dias de suspensão, e quem era apontado por três era mandado embora, sumariamente, sem recurso e sem direito a nada. Foram mais de vinte ferroviários nesta situação aqui em Macaé, sem direito algum, covardemente demitidos, deixando as famílias na miséria, foram duplamente julgados e punidos.

Não cheguei a ser demitido, fiquei suspenso por 15 dias. Passei pelo inquérito e pela chamada triagem durante trinta dias no Ypiranga, então começaram a liberar alguns, já que tinha passado o que eles chamavam de “perigo”. Liberados, nos era recomendado que não ficássemos muito na rua, em botequins ou reunidos conversando, pois seríamos presos novamente.

Os nossos processos foram para a Região Militar, e no andamento destes nós éramos chamados para respondê-los. Teve ferroviário que foi condenado a cumprir um... dois anos. O meu processo não evoluiu por falta de dedo-duro, porque parece que morreu dedo-duro ou mataram também. Este processo até hoje eu não vi, não sei do que se trata ou do que estava sendo acusado, só sei que éramos eu e mais quatro acusados devido ao nosso envolvimento com o Major (Costa Braga).

(Testemunho do Sr. Lauro Martins para a Comissão Municipal da Verdade de Macaé – em 27 de fevereiro de 2015. **Relatório da Comissão Municipal da Verdade de Macaé**. Câmara Municipal de Macaé (RJ): 2016, p. 70 e 71.)

Na relação entre lugares e vidas particulares teciam-se, gradativamente, as redes de intrigas e conflitos, histórias e memórias componentes desse período tenebroso da história do Brasil, cuja boa parte dos seus grandes atos foram desenrolados em Macaé, devido à especificidade de sua economia e da ação de seus ferroviários.

Perguntados sobre as impressões referentes a essas trajetórias, pessoais ou familiares, sobre os enfrentamentos pré e pós-ditadura, se teria valido a pena, e a oportunidade de resgate dessas memórias, eles responderam:

(Márcia Certório) Posso não lembrar de muitas coisas porque eu era pequena, mas ficam na memória como carimbo.



Eu tenho o maior prazer em contribuir, para que as futuras gerações não venham cometer o mesmo erro. É oportunidade.

(Valter Domingues Costa) Tal como foi construída a história de todos os que lutaram e lutam com objetivos definidos, conscientes de suas responsabilidades perante a sociedade, a família e a si próprios. Conscientes de que a vida é algo muito mais complexo do que a mera aparência existencial que constatamos com as limitações de nossos sentidos e conhecimentos. Temos muito mais a dizer o que somos à medida que o tempo passa constatando mais e mais a veracidade dessa afirmativa.

Foi um prazer dar esse depoimento.

Desejo sucesso a todos da Comissão da Verdade ao serem protagonistas do registro desta importante página da História do Brasil.

(Waldir Tavares) Valeu. E vai valer daqui pra frente mais ainda, pois nós até bem pouco tempo (ano passado), nós estávamos correndo atrás do povo, ensinando, mostrando, confabulando sobre a democracia. Porque eles enrolam... Falam democracia... mas nós sabemos que a democracia é uma democracia de classe.

Teriam que ser duas democracias. (...)

Teve um desses padres (um desses italianos) e o torturador disse: “– Você pode ir embora, mas é seu corpo que vai, porque você já morreu há muito tempo.” O cara chegou lá e se suicidou. (risos). Eh, não é brincadeira, não!(...)

Só gostaria de agradecer pelo interesse na nossa história através dessa “entrevista”.

Lauro me deu essa oportunidade!

(Lauro Martins) É uma pergunta que você me faz que é muito dura (emocionado), eu tenho orgulho de ter lutado pelo povo brasileiro e se precisar eu luto novamente, eu não tenho medo. Acho que valeu a pena e se hoje nós temos uma pseudo-democracia, foi porque nós lutamos para que acontecesse, senão ainda estaríamos nas mãos dos militares, da ditadura militar.

(pausa/ emocionado)

Eu gostaria de dedicar tudo isso aos meus colegas, aos que já morreram e aos que estão vivos, que foram amigos que nunca traíram uns aos outros, que são colegas do coração.

Nos parece que, em parte, a proposição de uma Comissão Municipal da Verdade de Macaé se cumpriu, ao reconhecer a extensão social dos ferroviários como vítimas da Ditadura civil-militar no Brasil e a sombra negativa de todo esse processo político estendida aos dias atuais. Validando-se, ainda, em recuperar a dignidade daqueles que puderam se pronunciar, ou daqueles que foram pronunciados por não estarem mais no tempo do presente, ao qual pertence o campo da memória. Uma minoria mediante à situação, sem heroísmo, mas na perspectiva da cidadania, de compreensão por outro ângulo da trajetória da história recente do país, agregando-lhe esses novos contributos e compreendendo cada um desses homens no processo de construção do Estado Democrático de Direito, sob a bandeira da luta legítima, que necessita ser continuada.

### 3. Capítulo II – Macaé: histórias e memórias cotidianas de uma cidade ferroviária

Sãopalavras no chão  
e memórias nos autos,  
As casas inda restam,  
os amores, mais não.

(Carlos Drummond de Andrade)<sup>54</sup>

A história de Macaé na primeira metade do século XX se confunde com a história da ferrovia, as consequências de sua passagem pela região e as memórias que se registraram sobre a cidade ferroviária na qual ela se transformara.

Primeiramente vinculadas ao escoamento da produção agrícola regional, ainda durante o século XIX, os ramais ferroviários surgiram como medidas tecnológicas para o facilitamento do transporte das volumosas cargas, tanto de café, quanto de açúcar, característicos da lavoura da Região Norte Fluminense, incluindo a região serrana. Além de outros produtos secundários, pois, se o café e o açúcar foram os dois produtos de grande destaque no cenário<sup>55</sup>, não podemos deixar de considerar as relevantes quantidades de aguardente, madeiras, milho, farinha, feijão, bagas, doces, polvilhos, algodão, couros entre outros produzidos na região. Fazendo da economia do norte da Província do Rio de Janeiro identificada com a lavoura do café e da cana de açúcar, porém, diversificada em suas práticas produtivas cotidianas (SILVA, 1881).

Tendo como justificativa para sua implantação os interesses particulares dos grandes produtores regionais, historicamente conhecidos como os barões do café, ou, no caso do Norte Fluminense, também os barões do açúcar, as estradas de ferro que surgiram ao longo do século XIX foram expressões diretas do capital mercantil em consonância com as instituições imperiais. Fosse através dos debates iniciais nas Câmaras Municipais, ou, especialmente, através de ações coordenadas e representativas na Assembléia Provincial, onde o jogo de forças e interesses regionais se fazia notar, transformando-se de aspirações em projetos

<sup>54</sup> Do poema “Estampas de Vila Rica”. In: ANDRADE, Carlos Drummond. Op. Cit. 77.

<sup>55</sup> Sobre o destaque e importância da exportação de açúcar e café do Brasil tanto no Primeiro, quanto no Segundo Reinado, ver: BETHELL, Leslie, CARVALHO, José Murilo de. O Brasil da Independência a meados do século XIX. In.: BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina. Da Independência à 1870**. Vol.III. São Paulo: EdUSP, 2009, p. 695-769.

possíveis de serem executados. Nesse sentido, percebemos no referido período a formação de investimentos a partir de capitais privados e públicos, para que juntos, pudessem dar conta da execução de projetos de altos custos, como era o caso da implantação das ferrovias (PENHA, 2014, p.232). Essa combinação fundamental estava prevista, de certa forma, desde a Lei Feijó (Lei nº 101), de outubro de 1835, que autorizava a criação de companhias que pudessem dar conta da construção de estradas de ferro no Brasil, com destaque para os trechos de ligação entre a Capital do Império e as províncias de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Bahia. Para as quais a lei previa o privilégio de quarenta anos de exploração. Mas que, no entanto, somente depois de quase vinte anos, em 1854, foram inaugurados os primeiros trechos de linhas férreas no país (LANNA, 2005, p. 07).

Produtos de grandes debates e influências regionais na política imperial, as primeiras implantações se deram a partir de trechos específicos de maiores interesses político-econômicos, fazendo com que o projeto macro previsto na Lei Feijó não se cumprisse da forma pré-ordenada. Refletindo, ainda, nos trechos construídos, os interesses regionais e o poder de articulação na política imperial que, de modo geral, envolviam o aval governamental para a garantia da integridade dos capitais nacionais ou ingleses necessários. Esses últimos, seja de forma direta ou indiretamente, já que tanto as locomotivas, quanto a grande maioria de materiais utilizados para essas vultosas obras eram originários, de uma maneira ou outra, da Inglaterra.

Já os capitais nacionais, ou pelo menos o poder político que os garantiam, eram expressões da acumulação do capital mercantil provenientes do velho modelo de *plantation* colonial<sup>56</sup>, com destaque para os produtos da lavoura sob amão de obra escrava. Isso quando a acumulação primária desses capitais não estava diretamente ligada ao tráfico de negros africanos para o Brasil<sup>57</sup>, atividade geradora de grandes fortunas, como a do Barão de Nova Friburgo, Antonio Clemente Pinto, por exemplo, sócio-acionista da *Estrada de Ferro de Cantagalo*. Que sob o produto desse modelo de acumulação e das interações políticas imperiais, “recebeu garantia de juros e aquisição de 1/3 de suas ações pelo governo

---

<sup>56</sup> Conceito utilizado pela historiografia para indicar a grande unidade agrícola voltada para o mercado externo; a grande exploração agrária teria sido consequência “natural” do sentido da colonização, baseada no tripé “latifúndio, monocultura e trabalho escravo.” Ou seja, a grande lavoura colonial que vai adentrar como base da economia imperial. VAINFAS, Ronaldo (direção). Dicionário do Brasil Colonial. 1500-1808. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000. p. 489.

<sup>57</sup> CANO, Wilson. “Reflexões sobre o papel do capital mercantil na questão regional e urbana do Brasil.” Texto para discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n. 177, maio 2010, p.1. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=1807tp=a> Acesso em 5 de setembro de 2019.

*provincial, tendo em vista a dificuldade de incorporação dos capitais necessários para o seu funcionamento”* (PENHA, 2014, p. 227).

Partindo do macro cenário político para a implantação da ferrovia no norte fluminense, somente em 1871 a *Estrada de Ferro Macahé & Campos* teve a aprovação de seus estatutos, e a partir de então surgiram as negociações para utilização de trechos de outras ferrovias, de modo a complementarem o trajeto até Niterói. Já que o velho desejo premente ao longo do século XIX fora o de algum tipo de ligação facilitada entre o norte da Província e a Corte imperial. Fosse isso iniciado a partir da obra de um *magnífico canal Campos-Macahé*; fosse através da ferrovia, que pela lógica daqueles novos tempos, ia se tornando a realidade.<sup>58</sup> De modo que, embora de grande expressividade pelos locais por ela cortados, a ferrovia necessitava se complementar por outros meios de transportes tradicionais, ou vice versa, a fim de que mercadorias (e pessoas) chegassem aos seus destinos. Era preciso baldear.

Por possuir uma interessante característica logística que se afirmaria ao longo dos anos, a cidade de Macaé se constituiu geograficamente numa espécie de sorvedouro para toda a região do seu entorno. Estabelecendo-se como rota de escoamento da produção agrícola devido à posição estratégica e natural do seu Porto de Imbetiba.<sup>59</sup> Historicamente, a Enseada de Imbetiba, “*formada por uma pequena reentrância da costa, entre a ponta de Imbetiba e a ponta do Forte, forma um porto natural*” (LOBO JÚNIOR et al., 1990, p. 32), que desde os séculos mais remotos vinha sendo utilizada para fins comerciais devido à mansidão de suas águas, protegidas bem à frente pelo Arquipélago de Santana.<sup>60</sup> Portanto, através das atividades portuárias marítimas complementavam-se trajetos, tanto de mercadorias, quanto de pessoas. Vetorizando, em ida e volta, a Região Norte Fluminense, especialmente, ao Rio de Janeiro, então, Corte do Brasil.

Segundo Antonio Alvarez Parada (1995), em seu *Histórias curtas e antigas de Macaé*, coube à *Cia. Estrada de Ferro Macahé & Campos*, pioneira em todo o norte fluminense, a

<sup>58</sup> **Contratos Pendentes de Execução.** Rio de Janeiro. Typ. Do Correio Mercantil de M. Barreto, Filhos & Octaviano, Rua da Quitanda, n. 55, 1873, p. 24. APERJ.

<sup>59</sup> Nome originário da língua indígena tupi, cujo significado mais aceito é o de “*praia alta*”. In: PARADA, Antonio Alvarez. **Histórias Curtas e Antigas de Macaé.** Rio de Janeiro: Artes Gráficas, 1995, p. 263-4, vol. II.

<sup>60</sup> Um dos primeiros registros feitos à essas ilhas se deu em 1558, pelo pastor calvinista francês Jean de Léry. Ele e André Thevet são os primeiros europeus a descreverem a região e citarem o nome indígena que viria ser Macaé: “*Também existem três pequenas ilhas, chamadas ilhas de Maq-hé, junto das quais fundeamos em dormimos uma noite.*” LÉRY, Jean de. **História de uma viagem feita à Terra do Brasil, também chamada América.** Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2009. p. 102. Já as anotações de André Thevet, publicadas em Paris em 1555 estão em: THEVET, André. **Singularidade da França Antártica, a que chamam de América.** São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1944. Curiosamente, a marca dos franceses permaneceu. O arquipélago que é composto de três ilhas: Santana (a maior), o Ilhote Sul e a Ilha do Francês.

construção das docas e dos primeiros ancoradouros do Porto de Imbetiba. Estabelecendo o marco da técnica através da mão humana sobre o velho porto natural. Ao mesmo tempo, a obra integrava o porto à dinâmica da linha férrea, que naquela época prescindia do complemento do transporte marítimo.

**Figura 06** - Pier da Cia. Estrada de Ferro Macahé & Campos em Imbetiba. 1900.



**Fonte:** *Colleção D. Rosa Joaquina* (Vilcson Gavinho), Macaé-RJ. Fotografia Gelatina-prata. Autor: Luiz Sólton de Sá Vasconcellos.

Presidida à época pelo ilustre médico e político Dr. Adolpho Bezerra de Menezes, que naqueles anos também era chefe do Clube Liberal do Rio de Janeiro, este se dirigiu à Princesa Regente através de ofício de 9 de janeiro de 1872 solicitando autorização para execução de trabalhos pela empresa ferroviária, conforme descrevemos na íntegra, tanto por registro, quanto por curiosidade:

A Sereníssima Princesa Dona Isabel, Regente do Império

Senhora: Os empresários da Estrada de Ferro Macahé e Campos precisando para serviço da mencionada companhia, de um ancoradouro seguro para seus vapores,

embarque e desembarque de mercadorias e passageiros, fizeram necessários estudos na enseada de Imbetiba, ao lado sul da Barra de Macaé, e por eles reconheceram a possibilidade de ali se fazer as obras que forem necessárias e convenientes àquele fim; e se propõem os suplicantes a construir docas na referida enseada, logo que sejam reclamadas pelo aumento do Comércio e pelo Alfandegamento do Porto para o que apresentarão, no tempo em que lhes for marcado, os respectivos planos; enquanto, porém, não a realizam em fatos, os Suplicantes vêm respeitosamente, requerer a Vossa Alteza Imperial autorização para construir todas as obras na dita enseada de Imbetiba, que lhes parecer conveniente à boa ordem e segurança do serviço a que se obrigou a Companhia Macahé e Campos pela linha complementar de navegação daquele porto a esta Corte, na forma do contrato celebrado com o Governo Provincial e segundo os Estatutos aprovados pelo Governo Imperial por Decreto nº 4803 de 18 de outubro de 1871, obrigando-se os Suplicantes às condições do Decreto nº 1748, de 13 de outubro de 1869 e a todos mais que Vossa Alteza Imperial, em sua sabedoria, julgar conveniente ou necessário e assim também solicitar desde já o aforamento dos terrenos de marinhas. E sendo essa concessão indispensável à boa execução da empresa – de iniciativa individual e sem ônus para o Estado – a fim de ligar a linha da estrada de ferro à complementar de navegação, favorecendo à produção com transporte rápido, seguro e fretes baratos, aguardam os suplicantes da indefectível justiça de V. A. I. favorável deferimento. – E. R. Moê – Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 1872.

**Figura 07** - Porto de Macaé, na Imbetiba, no período Imperial com navios da *Cia. Macahense de Navegação*. 1877.



**Fonte:** *Collecção D. Rosa Joaquina* (Alzira Rosa dos Santos Gavinho Thomaz), Macaé-RJ. Fotografia Albúmen. Autor: Marc Ferrez.



**Figura 08** - Ambrótipo retratando o engenheiro Emilio Lavandera, um dos ferroviários pioneiros em todo o norte fluminense, estabelecido em Macaé.



**Fonte:** *Collecção D. Rosa Joaquina* (Vilson Gavinho), Macaé-RJ. Fotógrafo: Francisco Manoel da Rocha Lima. Macaé/RJ, c. 1870.

Estudando o emblemático *Almanaque Laemmert* também se pode aferir que foram 31 os primeiros ferroviários no Município, pioneiros em todo o norte da Província do Rio de Janeiro, ocupando cargos administrativos e técnicos. No escritório trabalhavam: gerente, guarda-livros, pagador, almoxarife, fiel, porteiro e continuo. Já a parte técnica era composta por engenheiros, ajudantes, condutores, desenhistas, escriturários, administradores e maquinistas.<sup>61</sup> Homens cujas histórias pessoais o tempo apagou. No entanto, da fisionomia de um desses pioneiros ficou um registro iconográfico, preservado na *Colleção D. Rosa Joaquina*.<sup>62</sup> Trata-se de um precioso e raríssimo ambrótipo<sup>63</sup> retratando o engenheiro Emilio Lavandera, *conductor* (1874) e *chefe de tracção* (1875), da *Macaé & Campos*, ressaltando que a engrenagem motora de uma locomotiva, naquele tempo, era considerada uma tecnologia sofisticada, necessitando ser conduzida por profissionais com qualificações técnicas apuradas e formação superior.

Cabendo aqui observar que “o decreto provincial de 29 de setembro de 1871 autorizou o estabelecimento de carris de ferro com tração animalada no município” (LOBO JÚNIOR et al., 1990, p. 33) com exclusividade à *Companhia Ferro Carril de Macaé*, iniciativa de Januário Candido de Oliveira, fato que pode ser registrado como a gênese do transporte ferroviário na cidade, embora sobre uma curta linha urbana que ia do sopé do Morro de Santana à enseada do Forte, na Praia de Imbetiba, sendo inaugurada em 28 de junho de 1872.<sup>64</sup>

---

<sup>61</sup> ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DA CÔRTE E PROVINCIA DO RIO DE JANEIRO [Almanaque Laemmert]. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1874, p. 110-1, Província.

<sup>62</sup> Acervo privado, sem fins lucrativos, localizado na cidade de Macaé (RJ), cuja grande importância é reconhecida em âmbito Estadual e Municipal. Ver: SILVA, Margareth (Coord.). **Guia Do Patrimônio Documental do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Justiça e Interior; Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1997, p. 103-4. KNAUSS, Paulo (Coord.). **Roteiro Documental para a História de Macaé**. Macaé, RJ: Prefeitura Municipal de Macaé; Fundação Macaé de Cultura, 2004, p. 126-9.

<sup>63</sup> Ambrótipo, criado em 1851, é uma imagem fotográfica negativa em placa de vidro, sobre fundo negro, lançado como alternativa ao Daguerreótipo, igualmente acondicionados em belos estojos e emoldurados por *passee-partouts* em metal dourado. Vide: KOSSOY, Boris. **Dicionário histórico-fotográfico brasileiro: fotógrafo e ofício da fotografia no Brasil (1833-1910)**. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2002, p. 33.

<sup>64</sup> O Morro de Santana é um acidente geográfico marcante na paisagem de Macaé, por se destacar tanto em altura mediante a região plana, como por ter sido historicamente o local sobre o qual os Jesuítas colonizadores, no século XVII, ergueram uma capela em homenagem à Gloriosa Santana; já a enseada do Forte faz referência ao *Forte Marechal Hermes*, inaugurado em 15 de abril de 1910, na área onde existia a *Fortaleza de Santo Antonio do Monte Frio*, do século XVII. São dois “cartões postais” de Macaé.



**Figura 09** - Bonde da *Cia Ferro-Carril de Macahé* na Rua Direita (Av. Rui Barbosa]. C. 1910.



**Fonte:** *Colleção D. Rosa Joaquina* (VilsonGavinho), Macaé-RJ. Fotografia Gelatina-prata. Autor: Luiz Sólton de Sá Vasconcellos.

Com o passar dos anos, os primeiros ramais ferroviários criados seccionadamente, atendendo apenas a trechos mais importantes por decisão de seus investidores, foram gradativamente se integrando a outros, estabelecendo o que seria o início de uma tessitura dura, de linha férrea, a “bordar” para sempre, histórias e memórias de lugares e pessoas. Que, de forma direta ou indireta, seriam impactadas com a chegada do trem à estação, ou simplesmente, pela passagem da ferrovia em sua região.

Ainda de acordo com sua Síntese Geo-Histórica, a implantação das primeiras linhas férreas em seu território inaugura para Macaé um período áureo, tanto no que concerne ao desenvolvimento da região, quanto às constantes presenças de nobres no município, chegando “*o Imperador D. Pedro II consagra-la como a sala de visitas do Império*” (LOBO JÚNIOR et al., 1990, p. 32).

A partir de Macaé, como centro logístico regional, em 1874 estabelece-se o ramal Macaé x Carapebus, que se completaria em 1875, chegando à cidade de Campos dos Goytacazes. Cidade de maior expressão política e econômica do norte fluminense ao longo do século XIX, com destaque na ocupação de postos na política e na administração geral,

provincial e municipal entre 1822 e 1889. Na qual aparece em segundo lugar geral com 15 representações, perdendo apenas para o Rio de Janeiro, que aparece com 22 postos ocupados; Niterói aparece com 13 representações, enquanto Macaé não figura na listagem em específico. Podendo estar incluído no que a autora do estudo chama de Outras Câmaras Municipais, com 44 representações ao longo dos respectivos anos (GOUVÊA, 2008, p. 278). Força política da qual o Município de Campos dos Goytacazes já havia dado mostras com a aprovação na Assembléia Provincial da grandiosa obra do *Canal Campos-Macahé*.<sup>65</sup> Obra hidroviária aprovada com base na lei de 8 de maio de 1839, que dava o direito de obter crédito mediante empréstimo e que, “*sancionada pelo Conselheiro Tomás Gomes dos Santos sob a Lei nº 333, de 11 de maio de 1844, concedeu ao governo provincial o crédito extraordinário de mil quatrocentos e trinta e dois contos de réis para sua construção*” (PENHA, 2014, p. 59).<sup>66</sup>

Projetado pelo inglês *John Henry Freese*, aproveitando-se do relevo alagadiço e das inúmeras lagoas que compõem a região, a grandiosa obra iniciada em 1844 e concluída em 1872 foi por inúmeras vezes vistoriada *in loco* por autoridades imperiais, inclusive pelo próprio Imperador Pedro II, em março de 1847 (TORRES et al., 2008, p.39). Contudo, em paralelo a esse grande empreendimento finalizado atendendo aos interesses políticos e econômicos de Campos dos Goytacazes especialmente, a construção da linha férrea significava um grande passo logístico ao estabelecer essa nova ligação com Macaé, condenando definitivamente ao ocaso o sentido do *Canal Campos-Macahé*. A obra que fora estabelecida em projeto na primeira metade do século XIX para ser a grande via de ligação e transporte de mercadorias produzidas e consumidas nas inúmeras propriedades rurais ao longo do trecho entre essas duas cidades, cairia em desuso após apenas três anos de sua inauguração, por comportar-se instável em seus trechos navegáveis e incompatível à celeridade temporal e tecnológica características da ferrovia.

Sobre essa crise do canal, o Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro, de 1948, traz o seguinte registro de Alberto Ribeiro Lamego:<sup>67</sup>

O canal ficou construído no dia 1º de fevereiro de 1872 e foi iniciada a navegação regular pelas suas águas, partindo nesse dia para Macaé o vapor “Visconde”... Decorridos três anos, a navegação do canal foi abandonada, por ter sido aberto o

<sup>65</sup> A respeito dos jogos de forças políticas em ação durante o período imperial no Brasil, e a forma de ação dos partidos, vale aprofundar-se em: CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 201 a 226.

<sup>66</sup> Essa tese da historiadora Ana Lúcia Nunes Penha discute brilhantemente o enredo e a construção do famoso canal, tendo sido inclusive premiado e publicado pelo APERJ em 2014.

<sup>67</sup> Nascido em Campos dos Goytacazes em 1896, foi geólogo, geógrafo e historiador, e publicou obras clássicas para o entendimento da geografia da Região Norte Fluminense, bem como seu processo de ocupação.

tráfego por linha férrea, em 13 de junho de 1875, pois os interessados preferiam esse meio de comunicação, mais rápido e cômodo (p. 103).

Já no relatório preparado pelo engenheiro Ewbank da Câmara<sup>68</sup> sobre o trecho da estrada de ferro que ligava o Porto de Imbetiba a Campos dos Goytacazes, no ano de 1875, entre muitas observações ele anotou:

A primeira seção apresenta grandes extensões mais ou menos regulares, à exceção, porém, dos cinco últimos quilômetros, que ainda reclamam movimentos de terra e só com o tempo poderão alcançar consolidação conveniente. (...)

A 2ª seção pode considerar-se ainda em construção, não só porque os aterros e cortes ainda não foram ultimados, como porque trata-se atualmente de construir obras de arte, tão indispensáveis a uma linha, que percorre extensíssimos brejos e desenvolve-se em terreno, sujeito a grandes inundações (TAVARES et al., 2014, p. 71).

Em 30 de agosto de 1877 inaugurou-se a *Via-FerreaAgricola de Quissaman*, pertencente a *Cia. Engenho Central de Quissaman*, aproximando a nobiliárquica Freguesia Nossa Senhora do Desterro de Quissamã à sede do município. Muito embora pertencente geograficamente à Macaé naqueles tempos imperiais, Quissamã que se localiza numa região entre as duas cidades, Macaé e Campos dos Goytacazes, talvez pela abrangência do poder construído pelo 1º Visconde de Araruama, José Carneiro da Silva<sup>69</sup>, se mantivesse num entremeio de relações sociais, econômicas e políticas também entre ambas.

Cabe aqui chamar a atenção para o grandioso processo de industrialização que se dava na Freguesia de Quissamã, idealizado por João José Carneiro da Silva, mais tarde Barão de Monte de Cedro, caçula do Visconde de Araruama, que formando em Direito, em 1863, retornou de São Paulo cheio de ideias progressistas e modernizadoras para as lavouras decana de açúcar, base principal da fortuna de sua família. Após longo processo de convencimento de seus pares, em associação a membros de seu próprio clã, os Araruama (ou Carneiro da Silva), fundaram, em 1875, a sociedade anônima *Cia Engenho Central de Quissaman*<sup>70</sup>, cujo capital inicial ficou estipulado em 700 contos de réis, subdividido em 3500 ações no valor

<sup>68</sup> Foi um dos engenheiros responsáveis por supervisionar obras públicas na Província do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX).

<sup>69</sup> Sobre a linhagem dos Carneiro da Silva e a construção do Engenho Central de Quissamã, vide: SILVA, Leonardo de Vasconcellos. **Memória visual e afetiva de Quissamã**. Quissamã: Prefeitura Municipal de Quissamã, 2006, p. 18-61.

<sup>70</sup> A primeira diretoria, presidida por Bento Carneiro da Silva (Conde de Araruama), teve nomes como: Manuel Carneiro da Silva (Visconde Ururahy), José Caetano Carneiro da Silva (Visconde de Quissaman), Dr. Francisco Ignácio Silveira da Motta (Barão de Villa Franca), Dr. João José Carneiro da Silva (Barão de Monte de Cedro), Comendador Julião Ribeiro de Castro, Conselheiro João de Almeida Pereira Filho, Dr. José Ribeiro de Castro Sobrinho, Coronel José Manuel Carneiro da Silva, Dr. Euzébio de Queirós Mattoso Ribeiro e Dr. Manoel de Queirós Mattoso Ribeiro.

nominal de 200 mil réis, com aprovação dos estatutos pelo Decreto Imperial 6.033, de 6 de novembro 1875<sup>71</sup>, no curto prazo de apenas um mês e meio após a formação da sociedade.<sup>72</sup>

O responsável técnico pela implantação da *Cia. Engenho Central de Quissaman*, numa área de quatro mil metros quadrados, foi o engenheiro francês Miguel Mano, nomeado “engenheiro-director”, tendo como assistentes os também franceses e engenheiros Severiano Bassères, primeiro “chefe da fabricação”, e André Thenot, responsável pela projeção e instalação da *Via-Ferrea Agricola de Quissaman*, com cerca de 38 quilômetros, duas estações e sete subestações. Com o retorno de seus companheiros à França, *Monsieur* Thenot acumulou os cargos de “engenheiro-director” e “chefe da fabricação”, deixando-os para comandar a *Usina de Barcellos*<sup>73</sup>, em São João da Barra (RJ), sendo substituído por Luís Forlin e Leopoldo Gilles. O primeiro inspetor da linha foi André Pisani.<sup>74</sup>

Inaugurada em 12 de setembro de 1877, a esplêndida fábrica de açúcar, movida à vapor, passou a concentrar a produção fabril do açúcar de maneira moderna e com alto nível de qualidade na pequena Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Quissamã. Estabelecendo não apenas o marco de ser o primeiro engenho desse tipo na América do Sul, mas inaugurando na Região Norte Fluminense a divisão na produção, que também seria um dos marcos na consolidação do sistema capitalista *a posteriori*. Ou seja, a partir de relações embasadas na rede familiar e matrimonial, com base na riqueza da produção canavieira do norte fluminense, construía-se o moderno para a produção industrial do doce açúcar, embora sobre as raízes amargas da acumulação de riquezas a partir da escravidão negra.

---

<sup>71</sup> ALMEIDA, Thomaz José Coelho de (Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas). **Relatório Apresentado á Assembléa Geral Legislativa**. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1877, p. 27-9.

<sup>72</sup> PARADA, Antonio Alvarez. **Histórias da Velha Macaé**. Macaé/RJ: Edição do Autor, 1980. p. 151-7.  
BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello. **Açúcar e Modernização: O Caso de Vila Franca**. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Brasília/Rio de Janeiro: IHGB, (outubro-dezembro) 1985, n. 349, p. 91-114.

PARADA, Antonio Alvarez. **O Barão de Monte de Cedro**. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Brasília/Rio de Janeiro: IHGB, (outubro-dezembro) 1982, n. 337, p. 83-103.

<sup>73</sup> OSCAR, João. **Escravidão e Engenhos: Campos, São João da Barra, Macaé, São Fidélis**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1985, p. 188-191.

<sup>74</sup> ALMANAK ADMINISTRATIVO MERCANTIL E INDUSTRIAL DA CÔRTE E PROVINCIA DO RIO DE JANEIRO [Almanaque Laemmert]. Rio de Janeiro: Casa de Eduardo e Henrique Laemmert/Typographia Universal: (1876, p. 168), (1877, p. 179), (1878, p. 166), (1879, p. 202-3), (1880, p. 149) (1883, p. 401), (1885, p. 961-2).

**Figura 10** - *Carte de Visite*, em albúmen, retratando André Thenot, engenheiro responsável pela projeção e implantação da “*Via-Ferrea Agricola de Quissaman*”.



**Fonte:** *Colleção D. Rosa Joaquina* (Vilcson Gavinho), Macaé-RJ. Fotógrafo: ANE. M<sup>ON</sup>. G. LE GRAY & C<sup>IE</sup>, Paris/França, c. 1875.

Segundo o memorialista Antonio Alvarez Parada (1980)<sup>75</sup>, em suas Histórias da Velha Macaé, “*tudo foi festa naquele dia. E, como não podia deixar de acontecer, surgiram versos anônimos, os de uma certa Saudação a Quissamã por ocasião de seu Engenho Central e Estrada de Ferro Agrícola*”:

Veste galas, princesa das campinas  
 Na festa do trabalho  
 É justo esse prazer que te inebria  
 (...)  
 Já sob a força de potentes máquinas  
 Giram grossos cilindros  
 Que espremem, esmagando as róseas canas,  
 De cujo caldo brota  
 Brilhante açúcar que cristal parece.  
 (...)

Destacando a importância dessa indústria para a região e para o Império do Brasil, ainda em Antonio Alvarez Parada encontramos o registro de Suas Majestades Imperiais, Dom Pedro II e D. Thereza Christina Maria, embarcando na Corte, na noite de 27 de novembro daquele ano de 1977, no vapor *Imbetiba* da *Companhia Macahé & Campos*, com destino a Macaé:

Na manhã do dia seguinte, 28, o navio ancorava na Imbetiba, onde esperavam os irmãos Bento Carneiro da Silva, então não mais Barão e sim 2º Visconde de Araruama, e Manoel Carneiro da Silva – genro do Duque de Caxias – então Barão de Ururahy. Do porto mesmo a imperial comitiva rumou em trem especial até a Estação de Entroncamento (atual Conde de Araruama) e de lá para a fazenda de Mandiquera, onde foi servido o almoço, uma senhora refeição plena de requintes. Terminada esta, o Imperador, a Imperatriz e seus acompanhantes tomaram o caminho do Engenho para presenciarem a fabricação do açúcar.

Curiosamente, o *Tribuna do Povo*, de 1 de dezembro de 1883, nº 1, p.1 trouxe a público uma indagação sobre a importância vultosa de mil contos de réis investidos pelo governo imperial na obra do “*Cia. Engenho Central de Quissaman*” (PENHA, 2014, p. 255).

---

<sup>75</sup> Antonio Alvarez Parada, professor de química, literato, “cidadão” foi o maior memorialista macaense, registrando o cotidiano, as histórias e a identidade da Cidade e do Município, aos seus olhos ou por pesquisa documental, como um todo, em várias obras. É considerado por isso, e pela ausência de muitos documentos, uma importante fonte para a memória local.

Ao tempo, que os mesmos sócios do empreendimento, todos no entorno dos Araruama por filiação ou matrimônio, não haviam feito investimento de capitais nas obras ferroviárias para a região, a ponto de se tornarem sócios das estradas de ferro que a eles tanto beneficiariam.

Embora não havendo uma resposta efetiva à postura dos Araruama, muito provavelmente, vale ressaltar que embora não fossem associados, talvez por não ser a área tradicional de negócios da família, muitos membros dessa aristocracia rural fizeram pesados investimentos em ações da *Cia. Estrada de Ferro Macahé & Campos*, caso do Dr. Francisco Nicolau Carneiro Nogueira da Gama, Barão de Santa Monica, que comprou duzentas ações, no valor unitário de duzentos mil réis, que integrou o expressivo dote de sua filha, Rosa Monica do Loreto Lima Nogueira da Gama, que casou-se com o Dr. Augusto Marianno Gavinho Ribeiro de Castro (Proprietário da *Cia. Macahense de Navegação*), sobrinho-neto dos primeiros viscondes de Araruama, conforme *Escritura Ante-nupcial Pacticia*, datada de 29 de junho de 1881.<sup>76</sup>

No entanto, a linha férrea privativa do *Engenho Central*, foi sempre merecedora de grandes investimentos, seja na importação de locomotivas ou na manutenção de seus ramais.<sup>77</sup> Foi criada para atender as necessidades da empresa, ou seja, o transporte de cana das fazendas até a usina, e o escoamento da produção de açúcar até a estação do Entroncamento (hoje Conde de Araruama). Desde o início, um único e luxuoso vagão atendia, exclusivamente, aos membros das famílias proprietárias, todos parentes da primeira Viscondessa de Araruama (1799-1878), cujo corpo foi transladado, neste chamado “*vagão da presidência*”, de Campos dos Goytacazes (RJ), para sepultamento em Quissamã.<sup>78</sup> Já no século XX, a usina entendeu a necessidade de coletivizar o transporte férreo, disponibilizando vagões para a população, quase toda ligada à empresa, seja como funcionários ou fornecedores. Um panfleto, de 1934, intitulado *Uma Festa em Conde de Araruama*, convoca a população avisando que “*a usina fará correr muitos trens em todas as suas linhas, para que ninguém falte à festa.*”<sup>79</sup>

Nesse tempo, já era funcionário, como maquinista, Francisco Benedito de Barcelos (1894-1992), o Tibila, que trabalhou por mais de sete décadas para a usina, chegando a condição de funcionário mais antigo, sendo homenageado como operário-padrão na festa do

<sup>76</sup> Livro de Escrituras, n.º 47, fls. 26/27. Cartório do Primeiro Ofício de Registros de Protestos, Títulos e Documentos e Tabelionato de Macaé/RJ.

<sup>77</sup> URURAHY, Visconde de. **Relatório Apresentado à Assembléa Geral dos Accionistas – Companhia Engenho Central de Quissaman**. Rio de Janeiro: Typographia Pereira Braga & C., 1894, p. 11-2.

<sup>78</sup> MACEDO, Nylson; SILVA, Leonardo de Vasconcellos. **A Ferrovia Agrícola de Quissaman e suas conexões regionais**. Quissamã/ RJ: Prefeitura Municipal de Quissamã, 2012, p.175.

<sup>79</sup> UMA FESTA EM CONDE DE ARARUAMA [panfleto promocional]. 1934. Impresso. Acervo: *Collecção D. Rosa Joaquina* (Vilson Gavinho), Macaé-RJ.

centenário, em 1977, quando recebeu uma medalha comemorativa cunhada pela *Casa da Moeda* (OLIVEIRA, 2011, p. 208-9). Já em 1990, aos 96 anos de idade, deu o seguinte depoimento:

**VG:** O Senhor é de Quissamã, certo? [...] Por que Tibila?!

**FBB:** Sim! Nascido e criado! [...] Mas, esse nome de Tibila, bem dizer é apelido, né?! É de menino, quando montava [jôquei] pra Seu Luiz de Queirós [Mattoso], no Prado. Eu era bom! Seu Visconde [de Ururahy] da [Fazenda] Machadinha, que dizia: - Moleque Tibila! [...] Daí ficou, mas não sei. [...]

**VG:** Como era ser maquinista da usina [Cia. Engenho Central de Quissaman]? Muito trabalho?! Muita história?! [...]

**FBB:** Quando dava a entressafra, eles botavam um trem de passageiros. Quando chegava dia de domingo, tinha um trem de missa, de Conde [de Araruama] para a Freguesia. Pegava a ‘carneirada’ toda [referindo-se a família Carneiro da Silva], deixava eles na Igreja [Matriz de N. S. do Desterro], voltava na usina, botava lenha e água, voltava, pegava os carros, iaem Conde de Araruama e trazia o trem de passageiros. [...] Chegava aqui, deixava os passageiros, me preparava de novo, e quando era três e meia, quatro horas, apanhava eles e levava tudo para as fazendas deles. [...]

Os companheiros da [Cia. Estrada de Ferro] Leopoldina, em Macaé, tinha muita força, tinha gente na política, ganhavam bem! Fui chamado pra [trabalhar] lá, muitas vezes. Nunca quis! Largar minha vida?! Nunca, nunca! Nós aqui, nunca fomos de fuzarca. Os Ribeiro de Castro [família proprietária da usina] sempre pagava pouco, mas direitinho, considerava os empregados. Cada um no seu lugar, claro! A gente sabia nosso lugar, obedecia. Entende?! [...]

Uma vez, veio aqui um tal fulano, conhecido lá na Imbetiba, com ideia de comunista. Que nós tinha que ser do sindicato, tinha que lutar. Lutar pra quê?! Esse aí foi preso, andou sumido, bateram nele, fizeram o diabo! Pra quê isso?! [...]

**VG:** O que é um comunista?! O Senhor sabe me dizer?

**FBB:** O Governo [Militar, estabelecido com o golpe de 1964] falava que era gente vagabunda, que explodia banco, prendia gente [sequestrava?], fazia arruaça nas cidades. Era o que dava no Rádio. Nós acreditava, mas não sei. É, não sei! Aqui em Quissamã, chegou nada disso, sempre é igual, não muda nada. [...]

BARCELOS, Francisco Benedito de – Tibila**[FBB]**: depoimento [mar. 1990]. Entrevistador: Vilcson Gavinho**[VG]**. Quissamã/Macaé-RJ. 2 fitas K-7 (120 min.) <sup>3</sup>/<sub>4</sub> ppsstereo. Acervo: Collecção D. Rosa Joaquina, Macaé (RJ).

O depoimento do Sr. Tibila traz registros muito significativos a partir de sua experiência como maquinista particular da família Carneiro da Silva, mas também, das considerações feitas por ele a partir de sua realidade quissamaense sobre os ferroviários de Imbetiba. Como homem do século XIX, sempre vinculado ao serviço a uma das famílias



proprietárias mais importantes da região, seu discurso é marcado pelo tom conservador próprio aos interesses dos patrões, avessos a todo tipo de questionamento e mudanças nas estruturas sociais que colocassem em risco a continuidade dessa concentração de poder. Dessa convicção adquirida, sobressai, por exemplo, a classificação indireta de que os ferroviários vinculados à Leopoldina gostavam de “fuzarca”, contrapondo-se a essa postura, apresenta o valor ao servilismo e obediência aos lugares pré-definidos na estrutura social e trabalhista, na qual os proprietários da Usina os tratavam com muita consideração. Deixando claro, mesmo por considerações indiretas, as claras opiniões sobre continuidades e mudanças.

De suas ricas memórias cotidianas sobre o distrito de Quissamã ressalta-se a importância do catolicismo como elo conservador cultivado pelas famílias tradicionais. Semanalmente demarcando a presença e os valores pela passagem do “trem de missa”, quando a nobreza da terra deixava suas fazendas para o culto público, de importância também política, na Igreja Matriz de Nossa Senhora do Desterro. Imagem que, indiretamente, corroboraria o movimento nacional de cunho católico conservador denominado Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), que fundada em 1960, teria grande importância no abalo do governo de João Goulart e, conseqüentemente, favoreceria em legitimação o cenário para o Golpe de 1964. Inclusive com perspectivas locais, como veremos no capítulo quatro.<sup>80</sup>

Curiosamente, ao olhar de Quissamã para Macaé, em posicionamento e perspectiva aparentemente tão distantes, Tibila chama os ferroviários de Imbetiba de “companheiros”, provavelmente se referindo ao ofício. Já que, em termos ideológicos, para os quais a palavra companheiro tradicionalmente costuma ser utilizada, havia um imenso fosso de distanciamento entre eles, apesar do reconhecimento pelo velho maquinista quissamaense da força política dos ferroviários da Leopoldina. Muito embora, a memória oficial divulgada pelo Regime, e registrada por Tibila, fosse a de que comunista era “*gente vagabunda, que explodia banco, prendia gente e fazia arruaça*”. E que apesar de um tom de dúvida, demarcado pela expressão “*mas não sei*” na sua narrativa, ele afirmou, que era aquilo que se acreditava.

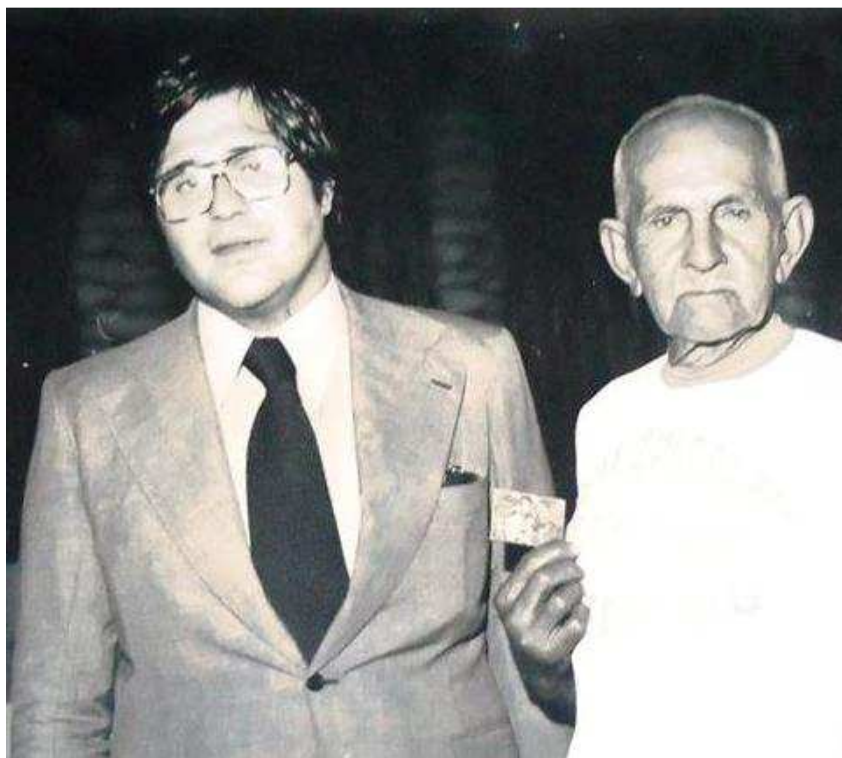
Importa ressaltar nesse ponto da perspectiva histórica que ferrovia e desenvolvimento econômico se produziram numa relação de causa e consequência, e vice-versa, gerando

---

<sup>80</sup> Uma referência crítica e interessante sobre a TFP é o seguinte trabalho: Zanotto, Gizele (2007), **Tradição, família e propriedade (TFP): as idiossincrasias de um movimento católico (1960-1995)**, Tese de Doutorado, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. 2007.

riquezas e desenvolvimento, além de referências geográficas identitárias a lugares pouquíssimos conhecidos e, em alguns casos, de pequeníssima importância antes da passagem da linha férrea. Por exemplo, a *Cia. Estrada de Ferro Barão de Araruama* (PARADA, 1995, p. 49), também iniciada em 1877, que ligava ao Rio de Janeiro o município de Santa Maria Madalena, na região montanhosa, que para ser acessado passava por outras localidades que se beneficiaram com a extensão da ferrovia, como a importante freguesia macaense de Conceição de Macabu. Mas também outros lugarejos serranos como Trajano de Morais, Visconde de Imbé, Manoel de Morais, e finalmente, a própria Santa Maria Madalena. Todos eles grandes produtores de café, mas com imensas dificuldades de escoamento da produção antes da implantação da linha férrea, devido à distância do litoral e as dificuldades no trajeto de relevo acidentado até o porto de Macaé.

**Figura 11** - Edilberto Ribeiro de Castro e Francisco Benedito de Barcelos, *Tibila*, presidente e operário padrão da *Cia. Engenho Central de Quissaman*.



**Fonte:** *Collecção D. Rosa Joaquina* (Vilson Gavinho), Macaé-RJ. Fotografia p/b. Quissamã/Macaé/RJ, 1977. Sem autoria.

Segundo a memorialista Helianna Barcellos de Oliveira (2011, p. 65-6), em seu livro *Mascate de sonhos, memórias de uma quissamaense*, a Estação Conde de Araruama também era conhecida como Entroncamento ou Estação de Santa Fé. Num breve relato referente a meados do século XX, ela descreve a imagem que lhe volta no tempo como se retornasse de Niterói para passar férias em Quissamã, depois que sua família se mudou para a capital no ano de 1949, quando os retornos à terra natal ficaram cada vez mais marcados pela observação e pela saudade geradora de memórias:

Parei por alguns minutos e comecei a recordar o tempo em que ela estava sempre muito movimentada, com passageiros vindos da Serra, de Campos, do Rio de Janeiro, fazendo baldeação ou aguardando o Expresso, sempre atrasado.

Nos trens havia carro de primeira classe com assentos em palhinha e de segunda classe, com seus duros bancos de madeira. O carro restaurante cheio de charme completava a beleza da viagem.

Enquanto o trem não chegava, doces saborosos eram consumidos, vendidos pela garotada com seus baús de latão decorados com flores ou cobertos com alvos panos de saco. Eram alegres, anunciando guloseimas com vozes estridentes. Não faltava a laranja descascada, o milho cozido e os bijus.

Logo que o trem parava na estação, os conservadores apareciam, colocando graxas nas rodas, óleos e verificando a lenha para que nada acontecesse pelos caminhos.

Da Serra, vinha o vagão charuto trazendo saborosa água de Itapuã para a alegria dos moradores que tinham problemas de água potável. Estas águas também abasteciam o pessoal do Engenho.

Era sempre festa o horário do Rápido, que demorava pouco na estação, do Expresso, com os seus atrasos, e do trem Noturno.

O transporte dos passageiros para a Freguesia era feito pelo chamado Carro do Horário dos senhores Zé Benedito, Coronel, Heleno, Álvaro Araújo, Milton Calunga. Quando havia muito atraso e os motoristas não estavam mais esperando, era oferecida uma pequena gratificação pela preferência da chamada ao telefonista do posto telefônico, senhor Oswaldo Victorino.

Gastava-se quase uma hora neste percurso devido ao estado precário da estrada, que mais parecia uma trilha. Quando chovia, era impossível atravessar o pontilhão da estiva.

Os automóveis passavam lotados de passageiros com as senhoras e senhorinhas sentadas, e os cavalheiros elegantemente vestidos usando guarda-pó e boné, em pé nos estribos. As malas eram amarradas com cordas e o carteiro, senhor Andrade, se ajeitava como podia trazendo encomendas, cartas, jornais da cidade e o resultado do jogo do bicho.

Era uma imagem cômica e linda, que tinha como público, pendurado nas janelas, todos os curiosos que queriam ver quem estaria chegando a passeio ou voltando de vez.<sup>81</sup>

---

<sup>81</sup> No final do ano letivo de 1949, Dona Leninha, como é popularmente conhecida, se mudou para juntar-se à família em Niterói; outro ponto a esclarecer, é que a Estação Conde de Araruama não fica dentro de Quissamã, distando alguns quilômetros da cidade.

Diferente do olhar interno e do mundo do trabalho do Sr. Tibila, a narrativa da Sra. Helianna revela um saudosismo de quem olha de fora, referente a um tempo não mais existente, com as peculiaridades próprias do passado. Do qual também sobressaem as desigualdades sociais presentes desde o cenário da estação aos bancos duros do trem, reservados aos passageiros de segunda classe.

Retornando ao século XIX, finalmente em 1880, complementa-se o trecho da ferrovia Rio Bonito – Niterói e, em 1888, através da *Estrada de Ferro de Cantagalo* é construído o prolongamento ligando Rio Bonito à Macaé. De modo que, a partir de 1888, Macaé já conseguia se ligar à Corte diretamente através de trajeto ferroviário. Nesse mesmo ano de 1888, estabeleceu-se a ligação entre Macaé e a outra região serrana do município, dessa vez chegando a ferrovia até Glicério.

Das anotações e memórias de Antonio Otto de Souza<sup>82</sup>, surge um fato curioso em relação à chegada da ferrovia à Glicério. O nome popular do local era Crubixais, em referência ao terreno geograficamente acidentado e ao riacho nascido nas vizinhanças do Pico do Frade.<sup>83</sup> Crubixais, na linguagem indígena da região, queria dizer “*rio de seixos*”. No entanto, quando da inauguração da estação, a então *Cia. Leopoldina Railway*, em homenagem ao senhor ministro de Viação e Obras Públicas, o paulista General Francisco Glicério, resolveu homenageá-lo, definindo o nome da estação de Glicério, em detrimento ao nome original do lugar, de origem indígena. Não satisfeitos com a permuta impopular e desonra à tradição, por volta de 1945 o Instituto Brasileiro de Geografia retorna o nome do local a Crubixais, fazendo o inverso, impondo-o inclusive à Estação da Leopoldina. Segundo Antonio Otto, em São Paulo havia um município com o nome Glicério e era preciso evitar os desvios de correspondências. No entanto, por uma proposição equivocada apresentada por um membro da Câmara Municipal de Macaé, à época do retorno do nome original, que foi aprovada, estabeleceu-se legalmente o nome Glicério, que se mantém até os dias atuais em homenagem ao ministro paulista. “*Confinado*” entre os municípios de Trajano de Moraes e Conceição de Macabu, e os distritos de Cachoeiros e Iriri, Glicério foi o distrito macaense que

---

<sup>82</sup> Foi um político e escritor macaense natural do distrito de Glicério; foi escrivão de paz e chegou a condição de vice-prefeito e prefeito de Macaé em 1960.

<sup>83</sup> Ponto mais alto do município de Macaé, com 1429m de altitude.

mais produzia café naqueles tempos.<sup>84</sup> Daí, para além da disputa pelo nome do lugar, a importância da ferrovia ligando o distrito ao Porto de Imbetiba.

Foi exatamente no limiar do século XIX que grandes mudanças estavam para acontecer com a cidade, a começar pela agonia do Porto de Imbetiba como reflexo da compra da *Cia. Estrada de Ferro de Macahé & Campos* pela *Leopoldina Railway Company Limited*, no ano de 1898 (KNAUSS, 2001, p. 59). Segundo Antonio Alvarez Parada, o assunto já tinha sido pauta de uma sessão da Câmara Municipal de Macaé, em 2 de dezembro de 1888 (dez anos antes) em uma conferência com o curioso título “*Questão de vida ou morte para Macaé e para todo o norte da Província do Rio de Janeiro*”, na qual o jornalista Augusto de Carvalho denunciara o cerco que vinha acontecendo em torno das empresas ferroviárias regionais num claro objetivo de monopolização das mesmas pelos ingleses.

Em meio a esses acontecimentos, houve um grande esforço dos macaenses desde o início dos anos 1880 para a criação de uma alfândega à altura da importância do porto da cidade, que chegou a ser o sexto em movimentação durante o período imperial. Surgiram vários discursos de cunho político, como o do Conselheiro Francisco Belisário Soares de Sousa, a retumbarem na Câmara dos Deputados, porém, com poucos efeitos em relação à manutenção prática do Porto de Macaé.

Basta a Câmara refletir que o porto da cidade de Macaé é o ponto inicial de uma estrada de ferro ligada a mais cinco, das quais algumas pequenas, porém outras de grande futuro, e que abraçam também o movimento natural desse porto (PARADA, 1995, p. 167).

Curiosamente, as clamantes vozes locais, os abaixo-assinados submetidos às autoridades imperiais, mesmo a inquietação das famílias mais poderosas da região, como os Araruama, não foram suficientes para aplacar a sanha dos ingleses. Ao que Augusto de Carvalho registrou:

No meio de tanto barulho, e depois de tantas dores e incessantes vigílias, a montanha pariu um enfezado ratinho: \_Foi nossa Mesa de Rendas considerada de “primeira classe”! Tanto esforço para rachar um palito! É o característico da Administração Pública do Brasil!<sup>85</sup>

<sup>84</sup> SOUZA, Antonio Otto. Porque Glicério e não Crubixais. *Academia* – Órgão Oficial da Academia Macaense de Letras, nº 14, p. 17, jul. 1967.

<sup>85</sup> Augusto de Carvalho - “Alfândega de Macahé” – série de artigos publicados em o jornal “*O Século*” em 20/02, 27/02, 06/03, 08/05 e 15/05/1887. (referências incompletas)

Embora, a Mesa de Rendas do Porto de Imbetiba, através de um aditivo da Câmara dos Deputados na Corte, tenha sido autorizada a elevar-se à categoria de Alfândega, “*na classe que lhe competir*” (PARADA, 1995, p. 162); chegando a ser construído um prédio para tal, e inaugurada a Alfândega com toda pompa em 6 de dezembro de 1896, esta, no entanto, funcionou apenas por pouquíssimos anos. Pois já nascia fadada ao tempo da chegada dos “ingleses de sangue férreo”, para os quais o transporte marítimo macaense, talvez, fosse o último dos interesses.

Em 1886 a *Leopoldina Railway* conseguiu adquirir o ramal Rio Bonito-Macaé da *Estrada de Ferro de Cantagalo*, e em consequência de uma rentável unificação, a empresa de capital inglês resolveu comprar a *Estrada de Ferro Macahé & Campos*. No entanto, esse desejo não se cumpriu, de imediato, porque não houve um acordo entre a diretoria da empresa *Makahé & Campos*, que não aceitou vendê-la. Os ingleses, no entanto, mudaram a estratégia e, em 1890, compraram em torno de dez mil ações da Companhia, passando, a partir daí, opinarem nas diretrizes da empresa.

Em maio de 1898 os ingleses conseguiram adquirir o trecho que ligava Macaé ao distrito de Glicério, então pertencente à *Estrada de Ferro Central de Macahé*. E, finalmente, em 12 de novembro de 1898, a *The Leopoldina Railway Company Limited* conseguiu adquirir completamente a linha, até então, pertencente à *Companhia Macahé & Campos*.

A verdade é que o ano de 1898 marca uma grande virada na história do transporte ferroviário no Brasil, já que em decorrência de disputas comerciais e avanço do capitalismo inglês, forma-se uma empresa específica para assumir e administrar o patrimônio da antiga Estrada de Ferro da Leopoldina. A *The Leopoldina Railway Company Limited* foi estruturada em Londres, no dia 06 de dezembro de 1897, recebendo autorização do governo brasileiro para funcionar em território nacional a partir do Decreto nº 2.797, de 14 de janeiro de 1898.<sup>86</sup> Seus primeiros diretores para o período foram: Rob. H. Benson, F. H. Barrow, R. E. Brouger e J. H. Whicks, conforme registrou a *Wileman's Brazilian Review*.<sup>87</sup> O grandioso trabalho a ser empreendido pela nova empresa foi praticamente o de reestruturação das ferrovias nos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo, reconstruindo e reformando linhas,

<sup>86</sup> Coleção de Leis do Brasil - 1898, Página 137 Vol. 1 pt. II (Publicação Original). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2797-14-janeiro-1898-525228-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 15 de agosto de 2019.

<sup>87</sup> **Wileman's Brazilian Review**. The Brazilian review: a weekly record of trade and finance. Vol. 11, nº 30, 28 de julho 1908, Rio de Janeiro, pp. 787-810. Disponível em: [http://memoria.org.br/ia\\_visualiza\\_bd/colecao\\_wileman/wileman\\_numeros.php?c=950011908](http://memoria.org.br/ia_visualiza_bd/colecao_wileman/wileman_numeros.php?c=950011908). Acesso em 15 de agosto de 2019.

unificando as bitolas, além da incorporação de todos os bens e empreendimentos das estradas que foram sendo adquiridas, especialmente da antiga Leopoldina. Tudo isso foi feito com subsídios do governo brasileiro, que facilitou em muito a presença dos ingleses por aqui, conforme o Decreto nº 2.896, de 9 de Maio de 1898, assinado pelo Presidente da República, Prudente de Moraes:

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a The Leopoldina Railway Company, Limited, na qualidade de continuadora dos negocios da Companhia Estrada de Ferro Leopoldina,

Decreta:

Artigo unico. São transferidos à The Leopoldina Railway Company, Limited, mediante as condições constantes das clausulas que a este acompanham, as concessões, privilegios, garantia de juros e outros favores de que pelos respectivos decretos e contractos gosava a Companhia Estrada de Ferro Leopoldina em relação às vias-ferreas de Campos a Carangola com os seus ramaes de Itaperuna a Poço Fundo e Murundú a Santo Eduardo, de Santo Eduardo a Cachoeiro de Itapemirim, Central de Macahé, Prolongamento da do Barão de Araruama. Leopoldina com o ramal do Sumidouro e Norte Railway.

Capital Federal, 9 de maio de 1898, 10º da Republica.<sup>88</sup>

A partir do momento em que os ingleses conseguiram dominar os trilhos de Niterói a Campos dos Goytacazes, o Porto de Imbetiba entrou em processo de colapso. Além dos preços mais acessíveis ofertados pelos ingleses em sua companhia, era como se um novo tempo, uma nova moda entrasse em vigor no norte fluminense. Os trens correndo em linhas sob o controle dos ingleses passariam a tramar um novo *modus operandi* da vida na região e, especialmente em Macaé, de forma marcante, praticamente monopolizada. Em 5 de março de 1904 fora definitivamente extinta a recente Alfândega construída em Macaé e o porto entrava em processo de sucateamento e desuso. Era a vez dos trens dos ingleses.

Apesar de todos esses acontecimentos, o bairro de Imbetiba não deixaria de estar no centro dessa nova fase da ferrovia, nem de todo processo identitário que se desenvolveria em Macaé a partir da instalação da companhia dos ingleses. Pois fora na Imbetiba, em anexo ao velho porto, que a antiga *Companhia Macahé & Campos* manteria suas oficinas, armazéns, almoxarifados e depósitos para mercadorias em trânsito. Ao ser comprada pelos ingleses,

---

<sup>88</sup> Decreto nº 2.896, de 9 de Maio de 1898. Transfere à The Leopoldina Railway Company Limited as concessões, privilegios, garantia de juros e demais favores de que gosava a Companhia Estrada de Ferro Leopoldina em referencia às vias ferreas abaixo mencionadas. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2896-9-maio-1898-524601-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 19 de agosto de 2019.

imbuídos de espírito agressivo de crescimento capitalista, o local sofreria várias adaptações, mas seria mantido dentro de uma visão logística e empresarial de investimentos, tornando-se, portanto, oficinas de produção de peças e reparos de locomotivas. Surgindo com o crescimento da empresa as tradicionais “Oficinas de Imbetiba”, berço do movimento ferroviário na cidade que transbordaria em influências para toda região. Afinal, se estrategicamente para os ingleses Macaé se localizava no intermédio entre a capital do Estado do Rio de Janeiro, Niterói, e o Estado Espírito Santo, destino que logo seria alcançado por eles; historicamente, Macaé mantinha-se no papel de vértice regional no recebimento de mercadorias, demarcado-se, então, pelo necessidade domovimento dos trens e, então, pela nova sede das oficinas dos ingleses.

Em 1923, a *Revista Commercial, Órgão da Associação do Commercio, Industria e Lavoura de Macahé*<sup>89</sup>, trouxe um interessante artigo sobre as Oficinas de Imbetiba no qual ficava clara a importância dessas oficinas para a cidade já naquela década. Importa destacar que a Revista da Associação era uma espécie de noticiadora do que economicamente dera certo para o município. Considerando que a própria Associação se denominava como um órgão progressista e representante das classes conservadoras, o que aparentemente parece um contrassenso. Mas prossigamos no que concerne ao progresso ou, mais especificamente, às Oficinas de Imbetiba:

Esta importante seção da Companhia Leopoldina, instalada no arrabalde de Imbetiba, é uma das mais bem montadas do gênero. Possui dois possantes motores que fazem acionar maquinismos diversos em número superior a sessenta, tendo um excelente martelete que imprime o máximo desenvolvimento ao trabalho; vinte tornos mecânicos dos mais reputados fabricantes, grande quantidade de máquinas de furar e aplainar; boas seções de carpintaria, serraria e pintura, aparelhos de oxigênio, máquinas de ar comprimido, etc.

São essencialmente destinadas estas oficinas a construção de carros e vagões, reparos e montagens de locomotivas, fundição, etc.

São as mesmas dirigidas por hábil engenheiro mecânico, um chefe geral e diversos chefes de seções, ocupando cerca de 250 operários, dispendendo mensalmente, mais ou menos quarenta contos de réis. Tem Liceu, Cooperativa e posto médico a cargo do ilustre clínico Dr. Júlio Olivier. Entre os seus operários que são em geral verdadeiros modelos de disciplina e amor ao trabalho, dignos de trabalharem em qualquer das mais importantes oficinas do Brasil.

Como se pode notar, aos poucos, Macaé fora se tornando uma cidade ferroviária. Não podemos dizer que exclusivamente ferroviária porque não existe cidade que possua uma característica ou atividade econômica exclusiva. Mas, predominantemente, ferroviária, a partir

---

<sup>89</sup> **REVISTA COMMERCIAL:** Órgão da Associação do Commercio, Industria e Lavoura de Macahé. Impressa nas Oficinas da Emp. Graphica Campos, Junho de 1923, p. 20.



das marcas da presença da *Leopoldina Railway*, o traçado das linhas, o apito dos trens e dos turnos de trabalho, além de todo o movimento no entorno, desde a Estação às Oficinas de Imbetiba; do Liceu educativo com foco na mão de obra ferroviária; juntos, foram elementos que deram ritmo àquela cidade do interior que, gradativamente, se reestruturava a partir de uma atividade econômica principal: a ferroviária. Nesse momento da história, pelo perfil ferroviário, industrial e operário que a cidade foi ganhando, podemos dizer que Macaé foi rompendo com o seu passado de modos agrários e imperiais e se tornando modernizante, enquanto Campos dos Goytacazes se mantinha numa aura de continuidade, embora a passagem da ferrovia e o avançar do século XX.

**Figura 12** -Vista aérea da cidade de Macaé, vagões na Praia Campista. 1925.



**Fonte:** *Collecção D. Rosa Joaquina* (Alzira Rosa dos Santos Gavinho Thomaz), Macaé-RJ. Fotografia Gelatina-prata. Autor: Rosa Joaquina dos Santos Gavinho.

Sobre o *Lyceu Operário de Imbetiba*, citado pela *Revista Commercial*, importa dizer que foi uma escola primária, fundada em 1911, primeiramente, voltada para os filhos dos operários da Leopoldina. Na qual eram oferecidos tanto o curso correspondente ao que seria o ensino fundamental I (antiga 1ª a 4ª série), alfabetizante, além de cursos profissionalizantes direcionados à formação de mão de obra para a própria empresa. Estratégia na qual se percebe

a visão de continuidade dos ingleses, ou uma espécie de cooptação de profissionais necessária à manutenção dos interesses capitalistas, próprios do processo em desenvolvimento, que não era um modelo exclusivo de Macaé, mas do próprio sistema (FONSECA, 1996, p. 31).

**Figura 13** - Paineis confeccionados pelos formandos da “Escola Ferroviária de Imbetiba” (SENAI), representando os diplomandos de 1948, professores e diretoria. 1945.



**Fonte:** *Colleção D. Rosa Joaquina* (Alzira Rosa dos Santos Gavinho Thomaz), Macaé-RJ. Fotografia Gelatina-prata. Autor: Rosa Joaquina dos Santos Gavinho.

Nos anos 1940, o *Lyceu Operário de Imbetiba* deixou de existir, sendo substituído pela Escola Profissional Ferroviária (SENAI), e, ainda depois, Centro de Formação Profissional de Macaé. Mas manteve a função de preparar aprendizes para trabalharem nas Oficinas Ferroviárias de Imbetiba ou para o mercado externo (FROSSARD e GAVINHO, 2007, p. 55). Lógica de continuidade inaugurada no país em 1934, com a criação do Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional (CFESP), em São Paulo, e que trazia os conceitos e métodos relacionados à formação profissional que seriam então nacionalizados a

partir da fundação do SENAI.<sup>90</sup> O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial surgiu da aliança entre o governo do Presidente Getúlio Vargas e a iniciativa privada, no intuito de preparação de mão de obra qualificada para atuação na indústria nacional em pleno movimento desenvolvimentista da década de 1940.

“Menino do SENAI” que fora, o Sr. José Carlos de Oliveira (Santinho), ferroviário aposentado, com 83 anos em janeiro de 2015, quando concedeu entrevista para composição do livro comemorativo do centenário da Associação Comercial e Industrial de Macaé, relembrou:

Eu entrei para o SENAI da Leopoldina em 20 de março de 1947 (com 15 anos) (...) Todo pai queria colocar seus filhos na Leopoldina. Era o melhor emprego de Macaé. E eu também tinha vontade, pois eu via as possibilidades do SENAI. Eu sou da terceira turma, de 1947, mas o SENAI tinha começado em 45. Já tinha a turma de 1945 e 1946. Eu estava radiante para ir para lá, até que veio o chamado e eu fui.(...) Naquela época, você cursava os três anos de SENAI e automaticamente já estava contratado (CARVALHO, 2016, p. 65-7).

Como fica claro nas memórias do Sr. Santinho, havia uma expectativa social estabelecida em torno de se entrar para o SENAI e, posteriormente, ser admitido como funcionário da Leopoldina. O que, de certa forma, se dava numa espécie de continuidade.

Da entrevista com o também ferroviário aposentado, Sr. Venício de Oliveira, que também foi um dos meninos do SENAI, sobressai um orgulho imenso de ter sido parte daquela escola de formação profissional.

O SENAI foi a grande escola da gente. A gente tem um orgulho imenso de ter passado pelo SENAI. Eu fico até emocionado de me lembrar. Lá eu aprendi o ofício de caldeireiro metalúrgico, mas tinham muitos ajustadores, carpinteiros, ferreiros. O SENAI deu pra gente a oportunidade de conhecermos a importância da ajuda operária ao país. Dali eram enviados profissionais prontos para muitos lugares do Brasil.

(Entrevista com o Sr. Venício de Oliveira, ferroviário aposentado, macaense, ex-presó político, em 03 de março de 2020. Macaé -RJ).

Considerando o fato do Sr. Venício ser negro, questionamos a ele na entrevista, como era o tratamento em relação aos negros dentro do SENAI e, mesmo, dentro da Leopoldina. Afinal de contas, Macaé ainda se constituía uma sociedade bastante discriminatória, embora o

---

<sup>90</sup> SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, criado pelo decreto-lei nº 4.084, de 22 de janeiro de 1942. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/senai/institucional/>. Acesso em 02 de setembro de 2019.

senso de proximidade existente remetendo a uma certa harmonia social. Ao que ele respondeu que:

O SENAI foi uma escola que não discriminou as pessoas. Então, nós negros, tivemos a oportunidade de participar de tudo, de uma forma que em outros lugares não se via. Essa participação de negros, em termos de oportunidade, se via mais na ferrovia. Mas isso nunca foi discutido lá. Não era o nosso problema principal. O nosso foco era a política honesta do trabalhador. A gente era muito jovem ainda, talvez não percebesse o preconceito que existia na sociedade, mas lá esse não foi o foco, o tratamento foi igual para todos.

(Entrevista com o Sr. Venício de Oliveira, ferroviário aposentado, macaense, ex-presos político, em 03 de março de 2020. Macaé -RJ).

Da resposta do Sr. Venício sobressaem dois pontos interessantes que, ao mesmo tempo em que negam o preconceito social, o afirmam. Segundo ele, embora talvez não percebessem o preconceito corrente na sociedade por ainda serem jovens estudantes entre quatorze e dezoito anos, afirma que, dentro do SENAI o tratamento igualitário se dava de uma forma que não se via em todos os lugares sociais. De onde podemos deduzir que o SENAI, e mesmo o emprego na ferrovia, promoveu uma ascensão do trabalhador, independente de sua cor de pele. Até porque, como afirmou o Sr. Santinho, era o melhor emprego da região, independente das explorações trabalhistas que ocorriam lá dentro. Em relação a essa questão da cor da pele, somente a partir das memórias dos próprios trabalhadores é possível aferir essa agregação, considerando que esses dados não se encontram registrados em termos documentais. Pelo menos não ao alcance público do pesquisador.

Retornando à ferrovia e à presença dos ingleses, embora em termos do capitalismo mundial eles representassem um novo momento colonizador sobre o Brasil e outras nações tecnicamente subdesenvolvidas (BASBAUM, 1986, p. 142-3), na experiência do homem comum da cidade que recebia a ferrovia e seus serviços, de modo geral, eles simbolizavam o progresso, no sentido popular e prático dessa compreensão.

O desenvolvimento tecnológico representado principalmente pelas estradas de ferro, mas também pela abertura de fábricas, instalação de telégrafos, linhas telefônicas, iluminação elétrica entre outros serviços públicos, fez com que a Inglaterra saísse na frente, dentro do que podemos entender como o avanço do capitalismo sobre as nações periféricas, numa busca desenfreada pela formação de monopólios, que na curiosa expressão de Fonseca (1996, p. 29), era como se fosse um *“polvo gigantesco estendendo os seus tentáculos”*, de modo a tudo

adquirir. Experiência viva de Macaé conservada através dos registros documentais, das memórias, e das marcas da ferrovia que permanecem na cidade.

Naturalmente, dentro dessa lógica do polvo de densos tentáculos, a ordem dos lucros dos empreendimentos ingleses não estava baseada na cordialidade entre patrões e empregados, embora a imagem fictícia da docilidade e harmonia apresentada pelo registro anterior feito pela *Revista do Commercio* do ano de 1923.

À guisa de compreensão do clima da pacata cidade ferroviária primeira metade do século XX, antes do fatídico Golpe de 1964, importa aqui recuperar algumas memórias registradas ao longo dos anos. São anotações de moradores, admiradores, cronistas, sem a preocupação da metodologia histórica ou acadêmica, mas que registraram trajetórias e fatos curiosos ou cotidianos sobre Macaé ao longo de suas vidas. Em consequência disso, sendo classificados, na atualidade, como *memorialistas macaenses*. Uma expressão afetiva, que nos parece estar à altura desses escritores que procuraram registrar o que viveram na cidade, também afetuosamente.

Em 1978, rememorando um eventual e grande dia do longínquo ano de 1927 que certamente lhe ficara marcado na memória e de outros macaenses de seu tempo, o jornalista Rubem Almeida Pereira<sup>91</sup>, registrou num jornal da cidade que,

Macaé se engalanara para receber, naquele final de ano de 1927, o seu ilustre filho, Dr. Washington Luís Pereira de Souza, então presidente da República dos Estados Unidos do Brasil.

No dia 18 de dezembro, entre vivas e foguetórios, chegava, desembarcando na Estação da Leopoldina, o presidente da República, acompanhado por ministros de Estado, pelo presidente do Estado do Rio de Janeiro, Dr. Manoel Duarte, e por numerosos políticos.<sup>92</sup>

Essas narrativas sobre a Macaé ferroviária são os poucos registros anotados das muitas lembranças soltas que ainda percorrem a cidade. E ao chegarem até nós, facultam o intercâmbio de experiências como se nos colocássemos numa viagem a um tempo passado, duradouro ainda nas lembranças e nas narrativas provenientes dessas. Naturalmente, um passado épico, como propõe Walter Benjamin a partir do olhar particular de cada narrador, daquilo que talvez mais os tenha impressionado, tornando-os mantenedores da memória viva

---

<sup>91</sup> Nascido em Quissamã em 1907, formou-se em Humanidades no Colégio São Bento do Rio de Janeiro. Foi funcionário Público Municipal em Macaé e atuou ainda como jornalista, poeta e escritor.

<sup>92</sup> PEREIRA, Rubem de Almeida. Viagem Presidencial a Macaé. **Jornal O Debate**, jul. de 1978. Dados incompletos.

de uma cidade que não existe mais. Passado da cidade que se compartilha para que outros a experimentem ainda, e também. Na perspectiva de imersão e companhia do homem que viveu a Macaé ferroviária e, que por isso, também lhe é parte indispensável da sua história.<sup>93</sup>

Jorge Picanço Siqueira<sup>94</sup>, com um olhar mais apurado à experiência cotidiana, registrou em seu *Cartas à Françoise* que,

os bondes puxados a burros, eu não conheci. Só vi fotografias. Eram dois e trabalhavam alternadamente, mas na hora do trem ia juntos para a estação ferroviária esperar os passageiros.

Sou do tempo do ônibus Imbetiba-Matadouro, dirigido por Benício ou Otacílio Caramelo. Também só andava em ônibus a passeio aos domingos, com Jair, Rita, Mirandina, Lucila e Zezé, irmã de Pery e Amaury.

Mas os ferroviários usavam o ônibus para ir ao trabalho nas oficinas da Leopoldina, onde está a Petrobras. Só alguns, porque a maioria ia de bicicleta, levando café em garrafas de vidro com rolhas de cortiça, pois não havia garrafas térmicas...

Assim, às onze horas, quando tocava o búzio, era hora do almoço e os ferroviários saíam de bicicletas, uma verdadeira revoada, embalados, para ganhar tempo e almoçar com mais calma. A mesma coisa era a saída do trabalho, às quatro horas da tarde. O apito da Imbetiba, búzio, marcava as horas da cidade (SIQUEIRA, 1990, p. 31).

A narrativa de Picanço, referindo-se provavelmente a meados dos anos 1940 a 50, nos remete a uma cidade marcada pelo apito das Oficinas de Imbetiba ou da Leopoldina, como ele preferiu registrar. É curioso refletir em termos de identidade ou pertencimento que toda uma cidade, ainda que indiretamente ligada às atividades ferroviárias, se deixasse balizar pela regularidade de um apito de compreensão coletiva. E conseqüentemente, a partir dele, permeasse o desencadeamento das atividades individuais em qualquer canto dessa mesma cidade, fosse a dona de casa, o senhor da venda, o padre da igreja. Ou, mais diretamente, um simples ferroviário para quem o búzio informava que eram horas... de modo que sua entrada ou saída do trabalho fosse marcada pela “revoada” de bicicletas. Imagem que impacta pelo coletivo, mas que se constrói a partir de cada individualidade na necessidade de “ganhar a

---

<sup>93</sup> Nesse parágrafo, mesclando a narrativa com a composição da memória da cidade, refiro-me a Walter Benjamin, ao refletir sobre o narrador e as perspectivas que lhe compõem a própria experiência narrativa. Segundo Benjamin, é a partir da experiência pessoal que o narrador conta ou relata a outros o que viu, o que viveu. E o faz de forma livre, capaz de permitir àquele que lhe ouve a narrativa, uma viagem ao tempo pessoal da própria narrativa. BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, W. **Magia e técnica e história e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197 a 221.

<sup>94</sup> O médico macaense Jorge Picanço Siqueira, de uma tradicional família, escreveu vários livros de crônicas memorialísticas sobre Macaé. Françoise é a sobrinha, a quem ele dá a conhecer uma Macaé que já não existia mais, através das memórias registradas nessa obra.

vida” respaldada pelo emprego na Leopoldina. O que implicava em toda dinâmica comercial macaense, inclusive na subsistência da *Pharmácia Siqueira*, que pertencera a seu pai.

Outro elemento interessante que sobressai das memórias de Picanço, de forma indireta, é a linearidade da cidade à época. Com uma população de aproximadamente 27.839 habitantes em 1950<sup>95</sup>, Macaé se estendia em boa parte do seu traçado urbano em uma área plana, o que facilitava a utilização do transporte econômico e rápido através das bicicletas. Representavam, praticamente, o “semi-automóvel possível” ao trabalhador ferroviário, além de ser um elemento agregado à cultura da cidade praticamente até o final dos anos 1970. O próprio memorialista afirma ter sua bicicleta e seu irmão Jair a dele, mas, quando entanto, eram utilizadas apenas para passeio. Apontando, assim, discretamente, também a diferença social a partir da utilização das simples bicicletas no cotidiano.

Sobre as viagens de trem entre Macaé e a Capital do Estado, Picanço registra para sua sobrinha Françoise, brindando-nos com a experiência:

Saíamos de trem, mas, às vezes, chegávamos em Niterói, *Nyctheroy*, de automóvel ou de ônibus. É que o trem enguiçava e tomávamos qualquer condução que passasse. Até em carroceria de caminhão eu já viajei. Mas não podia viajar de qualquer maneira. As senhoras iam de chapéu. Os homens de guarda-pó. A máquina, - Ramona, Baronesa – soltava carvão para tudo quanto é lado. A gente chegava pretinho, mas chegava (p.33).

Tradicionalmente eram três os trens regulares que passavam por Macaé nessa época: o Expresso, o Rápido e o Noturno.

Certamente, no registro acima, o memorialista está se referindo a uma viagem feita no Expresso, que por ser o mais antigo e tradicional, era famoso em relação aos atrasos, além de utilizar um maquinário menos tecnológico. Era puxado pela típica Maria Fumaça com nomeações exclusivas difundidas pelos moradores da cidade.

Importa ainda destacar de suas anotações sobre a viagem, os hábitos adequados ao indivíduo que fosse empreender a trajetória. Desde os trajés (que ele chama a atenção em mais de uma anotação), à disposição para o enfrentamento da própria viagem em si, conforme finaliza suas relações com os trens em outra anotação do mesmo livro:

A gente só viajava de trem da Leopoldina. Para Niterói e para Conceição de Macabu. Mais para Niterói, nas férias de julho e nas de fim de ano. A Conceição, nós íamos aos aniversários de Manoelito e de Aparecida.

<sup>95</sup> Disponível em: [https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/23584/23584\\_4.PDF](https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/23584/23584_4.PDF). Acesso em 2 de setembro de 2019.

A viagem era horrível. Um trem que sempre atrasava muito, puxado pela máquina Ramona, jogando carvão para tudo quanto era lado, sacudindo demais. As senhoras com chapéus e os homens com guarda-pós. A máquina não podia ver uma bomba d'água que tinha que parar para beber água, mesmo que não fosse numa estaçõzinha. E ainda tínhamos que fazer baldeações: para Conceição, em Conde de Araruama; para Niterói, em Visconde de Itaboraí. O pior é que, às vezes, chegava numa estação como Rio Bonito, Rio Dourado ou outra e lá vinha o aviso: “\_Vai demorar uma hora!” E demorava muito mais. Também, já passava atrasado em Macaé. E, na estação, a gente cansava de esperar. Quando o trem chegava, era uma luta para arranjar lugar. As passagens não eram numeradas.

Nas paradas, estavam os vendedores ambulantes: passarinhos, pastéis, goiabadas, empadinhas, além de docinhos.

Sei que a viagem era o dia inteiro. Por isso, quando gente viajava não era para voltar logo. Ficávamos, em Niterói, mais de um mês. Em Conceição, demorávamos poucos dias.

Um dia apareceu o Rápido. Melhorou. Tinha até carro restaurante. Uma novidade. A viagem demorava menos, quando não atrasava. O trem para o Rio de Janeiro possuía até vagão de luxo, o *pulmann*. Mas a gente só ia para Niterói.

Para Conceição de Macabu a coisa era melhor. Baldeação em Conde de Araruama. Muito mais perto. A gente ia chegando e vendo a pracinha, hoje Praça Santos Dumont, com o busto do nosso Tio Melchíades Picanço, homenagem da terra ao jurista ilustre, em frente a igreja. (...)

Hoje está tudo diferente, os trens estão acabando. Às vezes, carregam cargas. Expresso e Rápido acabaram. Havia ainda o Noturno. Seu Siqueira ia ao Rio ou a Niterói muito às pressas; não ficava; voltava no Noturno.

Com a Estrada Amaral Peixoto, os trens foram acabando (p. 104-106).

Partindo das experiências de Jorge Picanço para as memórias de Armando Borges<sup>96</sup> não apenas sobre os trens, mas a Macaé ferroviária, vamos encontrá-lo como se fosse um expectador macaense a observar a vida cotidiana numa dimensão de tempo própria da memória, como se ele estivesse parado e todo o tempo e vida acontecendo à sua volta:

Os trens Expressos saíam de Niterói e do Rio de Janeiro às cinco horas da manhã, e se encontravam em Itaboraí; lá formavam um único trem com destino à Vitória do Espírito Santo. Chegava a Macaé às 11 horas.

Os Rápidos passavam para o Rio às 13 horas e para Campos às 16 horas. Os Noturnos passavam para o Rio à meia noite e meia, e para Campos às 4 horas da madrugada. O Expresso para o Riopassava em Macaé, às 15 horas.

De todos os trens de passageiros que passavam por Macaé, o que mais movimentava a cidade era o Expresso da manhã, como era chamado o Expresso que vinha do Rio e de Niterói.

---

<sup>96</sup> Foi um tradicional comerciante macaense, por várias vezes presidente da Associação Comercial e Industrial de Macaé. Memorialista ou cronista de Macaé por amor pela cidade que o acolheu. Muitos de seus textos são reproduções de documentos mais antigos aos quais ele teve acesso. Muitos desses documentos hoje inexistentes.



Era impressionante a correria das pessoas com destino à Estação na hora da chegada do Expresso. Do centro, logo cedo, começavam os telefonemas para a Estação, consultando o agente, se o Expresso estava atrasado ou se chegaria no horário normal.

Fato curioso é que, as pessoas que iam à Estação nos horários dos trens, algumas iam para o verem, para passearem na Estação e verem os passageiros. Outras iam esperar parentes ou amigos; outras o faziam para sobreviverem. Eram os vendedores ambulantes de doces, salgados, frutas, etc.

Assim, enquanto duraram os trens de passageiros, inclusive a Litorina, carro único, com tração própria a diesel criado mais tarde, um grande número de macaenses se distraía na Estação Ferroviária (BORGES, 1996, p. 97-8).

Tomando o olhar de Armando Borges como expectadordaEstação de trem, nos remetemos, por extensão, às memórias de Joaquim Murteira<sup>97</sup>, português de nascimento que chegou à cidade em 1913, e que ao olhar na direção contrária e contemplar o oceano que emoldura Macaé, registrou:

Foi com o coração ainda dorido que, pela primeira vez, contemplei o céu e as praias de Macaé. Sentado na pedra da Praia de Imbetiba, com água do mar aos meus pés, senti a dor da saudade e o conforto do céu. E imaginei: o Oceano Atlântico que banha as praias de Macaé, cujas águas batem nos meus pés, é o mesmo das praias da minha terra natal... e foi sobre estas águas que eu vim para esta terra. (...) (TAVARES et al, 2014, p. 77).

Do saudosismo de Murteira, destacam-se pontos importantes para a compreensão da cidade que estamos, por algum ângulo, buscando apresentar. Sem deixar de atentar para a Praia de Imbetiba, ou ao seu velho porto, que se repetem ao longo desse capítulo, subliminarmente, fica anotado, que ele (Murteira) como sendo cidadão de outra terra, pertencente a outro povo, chegara através das águas... *“e foi sobre estas águas que eu vim para esta terra”*. Exatamente, por onde, ao longo de muitos anos, e mesmo séculos, tudo aquilo que era novidade, ou quase tudo, chegava à Macaé.

Para citar dois fatos díspares no tempo, porém representativos desse caminho feito pelas águas do oceano, começo pela ancoragem, no ano de 1558, do navio que levava o pastor Jean de Léry e colonos missionários de Genebra à França Antártica, na Baía de Guanabara (na disputa colonial da França com o Império Português pelo domínio do Brasil). Que ao ancorarem numa certa região, o pastor registrou em seu diário:

---

<sup>97</sup> Português de nascimento, chegou a Macaé em 1913, formou-se arquiteto-construtor e também atuou como jornalista; foi vice-cônsul de Portugal em Macaé, além de membro da Academia Macaense de Letras.

Depois de costearmos a terra desses *Ouetaca*, avistamos outra região próxima chamada de Maq-hé [Maca'é] e habitada por outros selvagens que (...) não devem se comprazer com os vizinhos tão brutais e ferozes que têm.

Nessas terras, vê-se à beira-mar um grande rochedo em forma de torre, tão reluzente ao sol que muitos pensam tratar-se de uma espécie de esmeralda; “Esmeralda de Maq-hé”. (...)

Também existem três pequenas ilhas, chamadas ilhas de Maq-hé, junto das quais fundeamos e dormimos uma noite (LÉRY, 2009, p. 102).

E um segundo fato marcante, já na altura do Segundo Reinado no Brasil, quando Suas Majestades Imperiais desembarcaram, no ano de 1877, para seguirem de trem até Quissamã, a fim de conhecerem, em funcionamento, o primeiro Engenho Central da América do Sul. Fato já comentado neste capítulo.

Ou seja, até o alvorecer do século XX, a novidade vinha pelo “caminho do mar”, por estar Macaé geograficamente localizada na esquina do Atlântico com seu Rio homônimo, e se deixar banhar não apenas pela grandiosidade e mistérios de seu oceano, como também, pela expectativa do que ou quem poderia chegar através de seu antigo porto. De modo que o mar não se aparta de sua trajetória, de seu cotidiano e de suas velhas histórias (SILVA et al., 2019, p. 20).

Porém, chegados aqueles novos tempos, nos quais os caminhos já eram de ferro, talvez, tal como Armando Borges observara, nossos olhos também estivessem mais atraídos para a Estação Ferroviária do que propriamente para o mar. Afinal, com a Alfândega fechada e o Porto desativado, o mar de Imbetiba provavelmente não passasse de uma paisagem cotidiana e monótona aos olhos acostumados à sua beleza natural.

E embora sem a beleza natural de Imbetiba, a Estação passou a representar o contrário da monotonia. Era o lugar da novidade, do movimento em todos os sentidos, de trens e pessoas, no vai e vem da vida, movidos por questões tão particulares.

Era o dinheiro nômade que circulava rapidamente pela cidade estimulando o comércio ambulante; eram os rostos tão desconhecidos que, apenas de passagem nos trens, para Campos, Vitória, Santa Maria Madalena, deixavam no ar um certo questionamento, como se fosse um enigma a ser desvendado pelos curiosos: quem seriam? Por quais motivos estariam viajando? Iam para onde se não desceram em Macaé?

E as novidades da moda na Capital? Os jornais, as revistas, as correspondências?

Outras vezes, era a Estação o ponto de encontro: o parente querido chegando de viagem, o amigo que já não se via há muito tempo ou que partia para uma viagem longa... um lugar de chegadas e partidas tão importante no contexto da cidade, que passara a ter uma rua popular e, especialmente, denominada de a Rua da Estação. Atualmente, embora sem trens, a Estação continua estabelecida no mesmo lugar, cujo endereço atual é Rua Euzébio de Queiroz n° 678.

Em entrevista ao carteiro aposentado Sr. João Batista Martins, em fevereiro de 2016, também para o livro comemorativo do Centenário da Associação Comercial (CARVALHO, 2016, p. 70-73), ele revelou o seguinte:

As correspondências chegavam em malas de lonas que vinham pelo trem Expresso e eram entregues pelo condutor de malas: Oscar Bernard de Araújo, popular Casinho. Tinha um triciclo muito velho, mas ainda dava para fazer o movimento. Eram para chegar aqui meio dia, mas era muito difícil, só chegava 2, 3, ou 4 horas da tarde. Aí vinham as correspondências pra gente fazer a distribuição, tinha dia que nem dava pra entregar no dia. Eu ia nas casas, principalmente para entregar jornal, na época o jornal vinha pelos Correios, eram jornais como o Correio da Manhã, Diário Carioca... (...) Mas o serviço dos Correios se interrompia quando a Leopoldina fazia greve, aí não tinha trem, as malas não vinham, acumulava serviço. Depois a repartição passou a mandar um caminhão trazer... tudo acumulado!

Embora a importância da Estação, a sensibilidade dos olhares e experiências na cidade foram diversos. O que, de certo modo, demonstrava-se a necessidade dos trens, a importância das linhas, sem deixar de se refletir entre a paisagem natural e a paisagem do progresso em construção. Nesse sentido, em 1932, em *O Linguarudo*, jornal semanal da cidade, o jornalista Hamilton Neiva publicou em sua primeira página:

A Praia de Imbetiba é maravilhosa... tem-se vontade de descansar naquele fulvo areal, ouvindo o bramir das vagas, vendo o espraiar das ondas, contemplando também o infinito, onde o céu e o mar se tornam uno...

O espírito vai desprendendo-se lenta e suavemente, elevando-se sempre mais, atingindo a imarcessível paragem, cuja beleza incomparável sentimos, mas não podemos definir.

Imbetiba, poesia, amor...

O incessante marulhar, único a quebrar a solidão do ambiente, é melodia divina que prende, deleitando. Não se tem ânimo para dali sair, tão acentuado é o encantamento.

(...) **Macaé só tem a empanar-lhe o brilho, a arcaica estação ferroviária, cujo edifício – de madeira, velho e anti-higiênico – causa má impressão.**<sup>98</sup> (grifos nossos)

<sup>98</sup> NEIVA, Hamilton. Macaé. *O linguarudo*. Macaé, 19 de julho, 1932, p. 1.

Arrematando o aspecto negativo da velha Estação de Macaé em disparidade com a cidade e a importância de suas características cada vez mais ferroviárias, em janeiro de 1938, em documento oficial, o então prefeito do Município, Dr. Télió Barreto, escreveu ao Interventor Federal no Estado do Rio de Janeiro, Exmo. Snr. Comandante Ernani do Amaral Peixoto:

Venho apelar a V. Ex. no sentido de determinar que a Companhia Leopoldina Railway faça construir aqui uma estação que condiga com o desenvolvimento desta cidade. A estação de Macahé necessita ser substituída o quanto antes. A atual é um velho barracão, sem conforto, com grave inconveniente de, para galgá-la, ser necessário atravessar a linha férrea, onde transitam trens permanentemente.

Várias são as estações recentemente construídas no Estado.

Solicitava, pois, de V. Ex. que dentre as nova construções que se fizerem, se incluísse a de Macahé, acompanhando a Leopoldina, dest'arte, o surto de progresso que vem passando essa cidade.

Renovo a V. Ex. os meus protestos de mais alto apreço e da distinta consideração.<sup>99</sup>

Sociologicamente refletindo, apesar das contradições entre o primeiro prédio de madeira e suas representações transbordantes, a Estação passara a ser o lugar de conexão de Macaé com o restante do mundo. Se a Imbetiba representava o saudosismo ea poesia, a Estação representava o progresso. Pois as linhas dos trens conduzindo novidades atualizavam, localmente, o que estava acontecendo Brasil a fora, na sociedade, na política, no mundo do trabalho. Especialmente considerando Macaé ter se tornado um centro de mão de obra e logística ferroviária regional. Esse o grande diferencial da presença da *Leopoldina Railway* na cidade, visto que não se tratava apenas de mais uma Estação no meio de um caminho. Mas, para além disso as linhas se enraizavam em novos modelos de trabalho, coletivizados, que iam dos funcionários da própria Estação à grande quantidade de operários concentrados nas Oficinas de Imbetiba, sob o controle dos ingleses. E ao conectarem-se a ramais e lugares múltiplos, tomando parte da dinâmica de pessoas e os mais diversos expedientes, através das linhas estabelecia-se uma espécie de *rede social*, fixa, dura, de ferro. Demarcando não apenas o tempo cronológico da cidade com o apito dos búzios das oficinas; mas transpondo a vida do homem, seja por influência material ou imaterial, daquilo que o trem trazia, ou pelo simples movimento da passagem das composições em meio à cidade, gerando atravessamentos. Movimentos que produzidos pelos trens através das linhas ou pela manutenção das delas, nas oficinas, foram gerando novos homens “transpostos” pelas diversas visões sociais, pelos novos

<sup>99</sup> Ofício nº38, 27 de janeiro de 1938, Macaé. Peixoto, Ernani do Amaral. Ofício expedido pela PMM solicitando intervenção para a construção de uma nova estação de trens e consonância com o desenvolvimento da cidade.

modos de compreensão do mundo, pelas lutas por direitos trabalhistas e pelas novas formas de vivenciarem suas próprias histórias.

**Figura 14** - Estação da Leopoldina em Macaé/RJ. C. 1910.



**Fonte:** *Colleção D. Rosa Joaquina* (VilsonGavinho), Macaé-RJ. Fotografia Gelatina-prata. Autor: Luiz Sólton de Sá Vasconcellos.

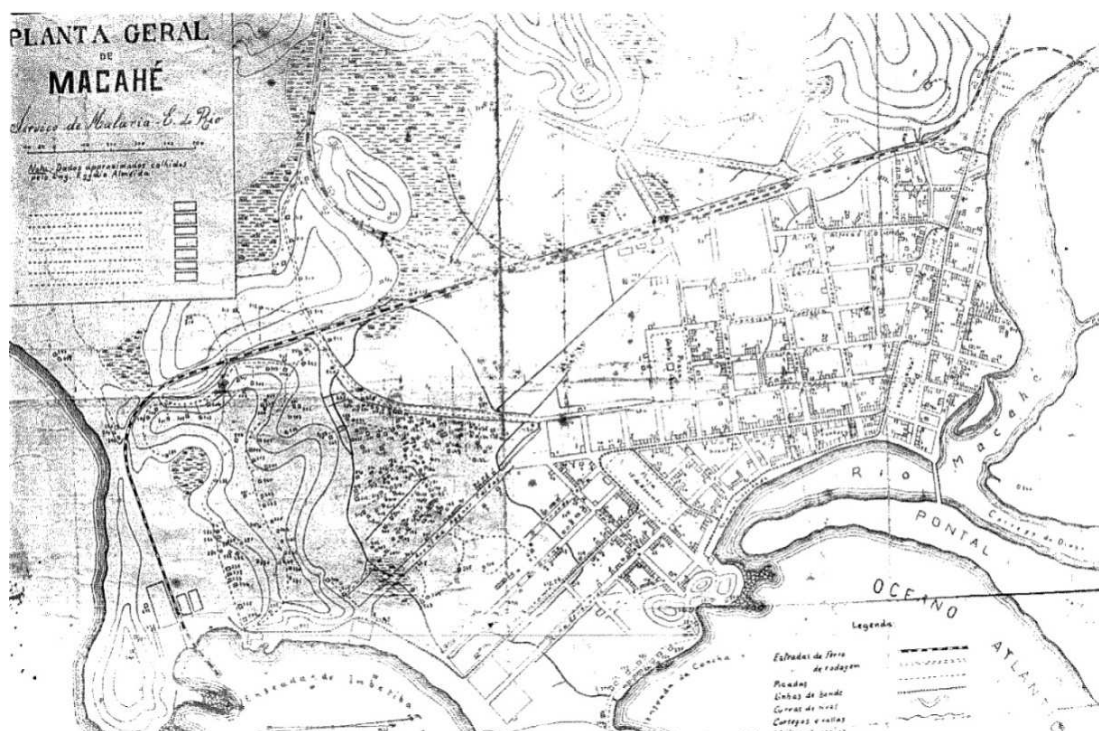
**Figura 15** - Grupo na plataforma de desembarque da Estação da Cia. Estrada de Ferro Leopoldina, em Macaé/RJ. C. 1930.



**Fonte:** *Colleção D. Rosa Joaquina* (Alzira Rosa dos Santos Gavinho Thomaz), Macaé-RJ. Fotografia Gelatina-prata. Autor: Luiz Sólton de Sá Vasconcellos.



**Figura 16** - *Planta Geral de Macaé* feita pelo Serviço de Malária do Estado do Rio de Janeiro. 1925.



**Fonte:** *Collecção D. Rosa Joaquina* (Alzira Rosa dos Santos Gavinho Thomaz), Macaé-RJ. Fotografia Gelatina-prata. Autor: Rosa Joaquina dos Santos Gavinho.

**Figura 17** - Vista aérea da cidade de Macaé, mostrando o complexo ferroviário. 1930.



**Fonte:** *Collecção D. Rosa Joaquina* (Alzira Rosa dos Santos Gavinho Thomaz), Macaé-RJ. Fotografia Gelatina-prata. Autor: Rosa Joaquina dos Santos Gavinho.

#### 4. CAPÍTULO III – Labor e identidade de classe – sindicalismo e redes políticas

Como vai o homem  
junto de outro homem,  
Sem perder o nome?<sup>100</sup>

Embora na história somente com a pós-modernidade o conceito de identidade tenha se tornado foco de grande interesse para os pesquisadores, especialmente com o surgimento e avanço dos Estudos Culturais na segunda metade do século XX, a esse tempo o tema da identidade não já era uma proposta nova para as Ciências Sociais.<sup>101</sup> Tendo marcado também grande importância nos campos da Filosofia e da Psicologia, de modo que a partir das variações de sua compreensão, o conceito tem se colocado como fundamental para a reflexão sobre a autocompreensão social de indivíduos e grupos. Atuando, portanto, na forma de aceitação de mundo, expectativas, modos de agir e memórias futuras. À maneira que a própria compreensão de si passa, obrigatoriamente, pela lembrança do passado e os aspectos da trajetória percorrida em consonância com a sociedade no entorno (SILVA et al, 2006).

A partir da perspectiva dos Estudos Culturais, o conceito de identidade congregou reflexões interdisciplinares sobre as hierarquias sociais, expandindo, dessa forma, concepções que já se consideravam primordiais no campo da Antropologia. Colaborando, assim, para a compreensão do homem histórico a partir do diferente de si ou da própria diferença. De modo, ainda, que a diferença se constituiu como um ingrediente fundamental para a interpretação social dos grupos humanos, seus escalonamentos e das identidades provenientes e impactantes sobre eles (SILVA et al., 2004).

No bojo dessa compreensão, concluiu-se que se a diferença é um elemento externo ao indivíduo ou a determinado grupo, o senso identitário se estabelece como construção relacional a partir de pontos de identificação em comum frente aquilo que lhes é diferente ou opressor. Aproximação e divergência elaboradas dentro da dimensão histórica, que abarca todo esse envolvimento social dos iguais, frente aos diferentes. Posições de aproximação e

<sup>100</sup> Do poema “Especulações em torno da palavra homem”. In: ANDRADE, Carlos Drummond. Op. Cit. p. 295.

<sup>101</sup> Embora para muitos a expressão pós-modernidade se estabeleça a partir da queda do Muro de Berlim (1989) e o estabelecimento das crises das ideologias ocidentais no final do século XX, existem muitas discussões no entorno. Para aprofundamento, recomendo: ADELMAN, Miriam. Visões da Pós-modernidade: discursos e perspectivas teórica. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, p. 184-217



repelência que se integram às construções culturais do homem (ou dos homens) em relação no seu tempo.<sup>102</sup>

Nesse sentido, o contributo da cultura de uma determinada época em interação com os homens de seu tempo tem um papel primordial enquanto reprodução de si mesma, bem como, formulação de novos sentidos culturais a partir de uma base herdada. Segundo Ruth Benedict, “a cultura é como uma lente através da qual o homem vê o mundo” (BENEDICT, 1971). De modo que, lentes diferentes, geram visões diferenciadas de mundo em sua origem. Assim, pois, partindo da herança cultural vigente, elaborada gradativamente durante muitas gerações de determinada sociedade, estabeleceu-se certo valor social ou uma espécie de condicionamento que gera orgulho na ação depreciativa ao comportamento daqueles que não fazem parte do grupo cultural genuíno. No entanto, na complexidade da compreensão de como a cultura opera e se estabelece, importa destacar que ela se subdivide mesmo dentro de uma mesma comunidade com interpenetrações demarcadas por grupos sociais internos, estabelecendo, a partir desse escalonamento, valorizações diferenciadas para mais ou para menos. Quase sempre padronizadas a partir do grupo social dominante. De forma que essa apreciação diferenciada se dê em questões de ordem moral, valorativa, nos comportamentos sociais e até em posturas corporais divergentes entre esses grupos (LARAIA, 2006, p. 67-8). Classificados, então, pelo senso comum como educados, ou mal educados; ordeiros, ou desordeiros, bons ou maus partidos, entre outras possibilidades.

Considerando, portanto, a diferença, composta por elementos materiais e imateriais formadores dos valores sociais e da própria cultura, nos interessa aqui, no sentido de enriquecimento da nossa reflexão, associar ao conceito de identidade o conceito de imaginário social, proposto por Bronislaw Backso (1985). Para ele, o imaginário é algo que paira acima da realidade palpável do cotidiano, embora se implique a ela a partir de relações de trocas e reforços de posicionamentos sociais, estabelecendo-se através da apropriação simbólica em garantia à conformação de obediência e ordem conjugada às relações de sentido e poderio. De modo que o imaginário se coloca numa condição de continuidade se assumido como postura vigente. Bem como, pode se colocar numa postura de descontinuação e enfrentamento,

---

<sup>102</sup> Sobre o vocábulo *Culture*, Tylor (1832-1817) o definiu de forma ainda vigente, e que nos interessa no sentido mais amplo de compreensão da cultura: “tomado em seu amplo sentido etnográfico é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade”. TYLOR, Edward. **Primitiveculture**. New York: Harper Torchbooks, p.1.

quando a partir dos próprios elementos simbólicos acessíveis, em apropriação, se estabelece como força cultural que vai de encontro à ordem estabelecida, que tende a se perpetuar.

Acreditamos que no caso de grupos identitários a partir do espaço e condições de trabalho, o imaginário se dê no processo de enfrentamento entre as diversas forças sociais conformadoras, quando mudanças políticas são mobilizadas por uma nova ideologia, como um conjunto de crenças voltados para a ação (ZIZEK, 1996, p. 9), permitindo a configuração de novas identidades coletivas. Dessa maneira, apesar das dificuldades na movimentação de referências sociais tradicionais no campo empírico, o campo do imaginário avança além desse primeiro, projetando expectativas e disponibilidades para os enfrentamentos necessários como força ativa acrescentada a uma potência real.

Dentro desse contexto, de tradições e criação de novas realidades, o termo ferroviário passou a ser percebido para além da função profissional gramaticalmente designada para se estabelecer como adjetivo ou qualidade extensível a esse, desde que apresentasse posturas contrárias ao discurso político da situação. Percepção que sobressaiu das interessantes memórias de Miriam Benjamin recordando as conversas de seu pai, o famoso político macaense Antonio Curvello Benjamin.<sup>103</sup>

Durante toda a minha vida eu ouvia muitas "histórias" de meu pai Antonio Curvello Benjamin. Eram muitas as narrativas nas quais ele usava a expressão: "fulano é ferroviário", referindo-se a alguém que estivesse agindo ou se expressando contrário a alguma ideia ou que tivesse uma postura diferente dos demais. Quando criança era assim que eu entendia... E essa forma de se expressar não era usada por meu Pai apenas para se referir à classe trabalhadora dos ferroviários, mas, sim, para adjetivar ou definir toda e qualquer pessoa que se mostrasse contrária a uma ideia numa determinada conversa ou em algum contexto.

Mais tarde, já adulta, participei de um curso para conselheira do Conselho de Direitos das Mulheres - o CODIM, e durante uma aula sobre a história de Macaé eu pude entender que os ferroviários não eram apenas uma categoria de trabalhadores ligados à Rede Ferroviária Federal, antiga Estrada de Ferro Leopoldina, porém um grupo que atuava politicamente de forma contrária, fazendo oposição ao sistema vigente. Como meu Pai era um político da situação na política local e regional, no período compreendido entre as décadas de 40 a 70, ficou claro pra mim que quando ele adjetivava uma determinada pessoa chamando-a de "ferroviário", estava se referindo a alguém que fosse contrário ao que ele pensava. E essa expressão acabou sendo incorporada por toda a família para se referir a alguém que se coloca contrário a opinião da maioria.

(Entrevista com a Sra. Miriam Cristina Ribeiro Benjamin Franco Pacheco, macaense, enfermeira, exclusiva para essa pesquisa em 26 de junho de 2018 - Macaé -RJ).

---

<sup>103</sup> Político macaense, tendo ocupado os cargos de vereador, prefeito, deputado estadual pelo PTB. Curiosamente, em um dos seus 3 mandatos como prefeito, entre 1955 e 1959, antecedeu o complicado governo do Prefeito Eduardo Serrano, que será tratado no quarto capítulo.

Retomando a questão dos ferroviários macaenses e o processo genealógico de sua formação identitária sociocultural e política, a partir do mesmo contexto social, que envolve dominantes e dominados, surgiram as representações da realidade constituídas por múltiplos sentidos ou percepções do mundo. O que potencializou a construção dos novos discursos sociais plenamente identificados às condições desse grupo, constituídos por um modo novo de entendimento, embora esse prisma não fosse gerador de uma perspectiva unívoca. Especialmente quando as representações passam a ter tamanha importância no âmbito identitário do novo grupo, dado aos valores, domínios e símbolos que carregam insitivamente (CHARTIER, 2002). De modo que o amálgama em formação, no caso dos ferroviários, se compusesse por indivíduos diversificados em seu interior, marcados por suas próprias subjetividades, bem como, por distinções sociais demarcadas por classificações do senso comum como: ricos e pobres, brancos e negros, letrados e iletrados. E, finalmente, ingleses e brasileiros. Elementos em processo de contato e reação corroborando o surgimento do que seria a cultura operária macaense, ativos e em processo contínuo de construção (BATALHA et al., 2004). Já que o estabelecimento das oficinas da *The Leopoldina Railway* inauguravam localmente a grande dinâmica do trabalho no espaço coletivo, próprio ao modelo fabril do seu país de origem, a Inglaterra.

Considerando que ao sentido das representações é dado construir a presença, mesmo quando a ausência ou a inexistência de algo se constitui no jogo de forças para a dominação da realidade; nas experiências cotidianas dos trabalhadores, impingidas pela exploração capitalista, mas potencializadas pelo movimento coletivo em prol da mudança, tanto o desejo como a esperança de uma realidade nova se estabeleceram na configuração das relações solidárias e de identificação coletiva. Quanto nas acepções psicológicas individuais determinantes da mediação de cada qual com a sociedade no entorno (GINZBURG, 2001, p. 85).<sup>104</sup>

Considerando como paradigma interpretativo a clássica análise histórica de Edward P. Thompson (1987) sobre a formação da classe operária inglesa, é possível inferir alguns pontos de interesse que corroboram nossa percepção sobre o caminho percorrido pelos ferroviários macaenses na construção dessa mesma relação integradora e coletiva que entendemos por classe.

---

<sup>104</sup> O ensaio "Representação: a palavra, a ideia, a coisa" traz uma reflexão interessante sobre a utilização de manequins nos funerais de reis europeus, como representações culturais, ainda que, na idade Média e Moderna.

A compreensão de classe inscrita dentro de aspectos sociais e históricos coaduna um processo lento na sua formação, porém, não demarcado, nem estático, que passa, em primeiro lugar pela compreensão da diferença existente em escalonamentos na sociedade na qual os indivíduos estejam inseridos, para muito depois, atingir o nível de consciência e de classe propriamente dita. Considerando, no entanto, que esse processo depende de algum elemento mobilizador externo ao próprio indivíduo ou grupo em aglutinação, nos parece que o senso da identidade de cunho trabalhista ferroviário, gradativo e coletivizante, configurou-se como esse elemento fundamental na constituição dessa classe em Macaé.

Estamos propondo, portanto, que a observação dessas diferenças sociais fundamentais para a integração do grupo foram deflagradas a partir das relações de trabalho desenvolvidas nas Oficinas de Imbetiba. Onde desde a primeira década do século XX os ferroviários iniciaram posicionamentos reivindicatórios de melhores condições de trabalho e valorização financeira contra os patrões ingleses, representantes, naquele momento, do modelo econômico internacional. Num processo dual no qual a representação do capital estrangeiro expansionista não podia deixar de ser acompanhada da resistência dos trabalhadores, tal como os exemplos de lutas travadas anteriormente na Europa com o avanço da exploração capitalista. De modo que o movimento operário se inscrevesse em perspectivas internacionais, apesar das demarcações das características locais próprias (FORTES et al, 2013).

Embora Macaé se mantivesse como uma sociedade muito extratificada naquele início de século (e continuamente), a naturalização das desigualdades sociais por si só não daria o tônus necessário a um movimento classista, notadamente, então, impulsionado pelas condições fabris fornecidas pelo ambiente das Oficinas. Lá, numa junção de elementos fundamentais, as representações de múltiplas desigualdades sociais carregadas pelos trabalhadores, o trabalho exploratório imposto pelos ingleses, as más condições de salubridade, entre outras; bem como o imaginário nascente de condições trabalhistas e sociais mais adequadas, deflagraram o processo que muito mais tarde seria representado pela força coletiva dos ferroviários (FORTES et al, 2013, p. 37).

Ainda em desdobramento da perspectiva thompsoniana, é possível perceber no processo formador da classe a construção de novas perspectivas culturais adesas à identidade do grupo que, oriundas de relações originalmente de trabalho, tenderam a confrontar, de forma clara ou subliminar, proposições culturais tradicionais mantenedoras do modelo social estático e inquestionável presente nas sociedades capitalistas e desiguais (FORTES, 2006).

Creemos que seja nesse ponto, do questionamento cultural que transcende a própria condição de trabalho para espalhar-se em outros campos sociais, que a ação continuada da classe trabalhadora tenha ido além da condição de mercantilização do trabalho. O impacto da classe nas esferas políticas e culturais foram os principais elementos de incômodo gerados pela constituição da classe ferroviária em Macaé, porque impactaram em mudanças sociais, que continuam sendo, ainda atualmente, o grande tabu à elite do sistema (POLANYI, 1980, p. 94).

Na busca da compreensão da formação da identidade da classe ferroviária macaense nos remetemos aos primeiros registros sobre a memória dos ferroviários. Ao tomarmos contato com eles, importa refletirmos sobre a importância dos mesmos como as poucas referências do chão de fábrica sobre o modelo de trabalho empregado pela *The Leopoldina Railway Company Limited*. Visto que as experiências sociais em uma cidade ferroviária, também geradoras de memórias, estão distantes das experiências internas dos ferroviários, e das memórias geradas por dentro das atividades da empresa. As quais diferenciamos aqui chamando-as de memórias de ferroviários, especificamente. Sejam estas no âmbito próprio do trabalho em si, ou nos enfrentamentos continuados contra as diretrizes da Leopoldina, na busca contínua de melhores condições de vida no sentido mais amplo. Embora sejam memórias construídas a partir de lugares diferentes, elas se conjugam como partes integrantes para uma possível compreensão do contexto social da época. Bem como, para a compreensão das trajetórias culminantes ao lugar dessa categoria “ferroviários” na sociedade macaense.

Se dentro desse dualismo de concepções as memórias generalizadas da cidade ferroviária (ou memórias ferroviárias) recriam o cenário para os acontecimentos; as memórias específicas, dos ferroviários, reconstróem a possibilidade de entendimento da identidade da classe, das disputas de poder na cidade a partir dos sindicatos e partidos políticos, culminando com o posicionamento da categoria frente ao Golpe Civil-Militar de 1964, e vice-versa.

Notadamente marcada por emoções e sentimentos, essas lembranças não são apenas de cunho pessoal, mas participam de uma série de significados implicados em meio a fortes enfrentamentos de interesses diversos, a partir dos quais tornaram-se inesquecíveis. E por abarcarem o sentido coletivo, importa compreender que, a conexão com esse passado individual atravessa necessariamente as lembranças de outros homens, como se a rememoração se estabelecesse na trama de uma grande rede que aqui podemos definir como memória ferroviária macaense. Nela, se as emoções e os pontos de vista individuais partem de

posições com alguma diversidade, a consolidação dessas emoções precisam do encontro com o outro para constituírem-se enquanto evocação de classe, substantivo por excelência coletivo (SOUZA et al, 2010).

Para Halbwachs,

a memória coletiva tira sua força e sua duração do fato de ter por suporte, um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que se lembram, enquanto membros do grupo. Dessa massa de lembranças comuns, e que se apoiam uma sobre a outra, não são as mesmas que aparecerão com a mesma intensidade para cada um deles. Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que eu mantenho com outros meios. Não é de admirar que, do instrumento comum, nem todos aproveitam do mesmo modo. Todavia quando tentamos explicar essa diversidade, voltamos sempre a uma combinação de influências que são, todas, de natureza social (2004, p. 58).

Considerando, portanto, o ambiente e as circunstâncias motivadoras dessas memórias, reaparecem o local e as condições de trabalho, bem como os interesses dos trabalhadores envolvidos como elementos de aproximação, com forte imposição na geração do sentimento de associação. Mas, ao mesmo tempo, como base para outras condições identitárias. Gerando uma espécie de espelhamento tanto no sentido da coesão coletiva, quanto na individuação emocional. Em cujo fluxo, como trama de uma teia de sentidos dialéticos<sup>105</sup>, em plena movimentação de elaboração e ao mesmo tempo de refazimento, está a construção da memória de cunho político. Que segundo, Javier Lifschitz (2015, p. 15), são memórias cujo perfil estratégico necessitam situarem-se publicamente, a partir de ações de grupos de interesse, de modo a interferirem na dinâmica social vigente. O que as leva, obrigatoriamente, ao confronto com outras ações estratégicas de grupos que pretendem manter memórias dominantes, ou memórias hegemônicas.<sup>106</sup> Notadamente, as memórias aqui resgatadas não emergem a partir de um movimento próprio da categoria ferroviária. Mas voltam à tona na

---

<sup>105</sup> Importa aqui destacar o sentido de dialética entre Marx e Hegel. A visão marxista propõe uma crítica à ao conceito de dialética hegeliano por esse transpor a realidade material e se potencializar de sentido espiritual, enquanto essência do homem. Já para Marx, a dialética se constitui de algo muito mais "duro", palpável, estabelecido a partir das relações de produção. MARX, Karl. **Sagrada Família**. São Paulo: Boitempo, 2003. p. 173. Nesse trabalho, o sentido de dialético que nos interessa está entremeado pelas duas influências, visto que não entendemos esse "operário esperançoso" que aparece no trabalho somente vinculado a uma essência ou à materialidade.

<sup>106</sup> "com laidea de acción estratégica queremos destacar que la memoria política existe a partir del hecho que grupos la sitúen, intencionalmente, en la esfera pública. Y como la finalidad de esta acción estratégica es interferir en ese espacio público, eso genera confrontas con otras acciones estrategias que buscan mantener, conservar memorias hegemónicas. Luchas de, y por lamemoria". LIFSCHITZ, Javier Alejandro. **La memoria política y sus espectros**. El terrorismo de Estado en América Latina. Editorial Académica Española, 2015. p. 15.

perspectiva acadêmica de valorização das memórias políticas desse grupo, que mediante o golpe militar e as grandes mudanças ocorridas na cidade, perderam a força de o fazê-lo, por si sós.

As memórias de ferroviários sobre a primeira metade do século XX, oralmente contadas e recontadas dentro das oficinas e espaços coletivos de trabalho, nos parecem terem atuado como combustíveis que, ao alimentarem as histórias valorosas relativas àquela categoria específica de trabalhadores, também funcionaram como força de aglutinação e resistência. Atuando, ainda e portanto, em favor da busca de direitos e consolidação do desejo negativo em relação a tudo aquilo que se tinha de continuidade, para consolidar-se em alguma coisa nova, ainda por se construir. Foram, desse modo, ativas politicamente na formação da consciência de classe dos próprios ferroviários no cotidiano dos espaços de trabalho. Como continuam sendo memórias políticas de suma importância à reflexão político-social dos nossos dias.

#### **4.1. Ecos - Ou primeiras memórias registradas**

No dia primeiro de setembro de 1932, quando fui admitido na ferrovia, na qualidade de aprendiz de ajustador... No interior das oficinas fiquei abismado com a quantidade de caldeiras, locomotivas e outros veículos em reparação, mesmo naquele amontoado de ferro, paus e outros detritos, bem como o cheiro ardente do carvão de pedra e a abundante fumaça das chaminés da oficina. Aquela multidão de homens sujos de graxa, forjas acesas e aquele pandemônio de som, misturados com o barulho e outros sons... Pude me certificar de que a exploração do trabalho humano era brutal. Os ingleses eram patrões desalmados que tinham em mira somente explorar o trabalho brasileiro até a última gota de sangue.

Não existia nenhuma lei trabalhista que amparasse o operário, por isso, eles pagavam salários miseráveis. Não havia nas oficinas, qualquer instalação sanitária... A privada era apenas uma vala de cimento, de aproximadamente 30 centímetros de largura, por uns cinco metros de comprimento, onde todos faziam suas necessidades fisiológicas. Não existia água tratada. Era esta acumulada em um depósito que nunca havia sido lavado e também bebia-se nos contêineres das locomotivas.

O aprendiz quando admitido, trabalhava três meses de graça. O quarto mês era para caixa de aposentadoria e pensões. Somente do quinto mês em diante ele começava a ganhar 200\$ por hora, equivalente a 1\$600 por dia... A maioria dos chefes de família moravam nas encostas do Morro do Carvão, de Santana, de Botafogo, Aroeira e à beira do rio, na Barra, em casas sem o menor conforto. O grau de analfabetismo era muito alto. (...)

(Walter Quaresma, "Recordações", 24-07-91, *Macaé Hoje*, 03-08-91. Apud FONSECA, 1996, p. 34-5)

Apesar da importância delas, são poucas as memórias ferroviárias registradas das primeiras décadas de trabalho nas Oficinas da Leopoldina em Macaé. Como as “*Recordações*” acima afirmam, o analfabetismo era muito grande. Mas, independente disso, a existência de uma das sedes da *Leopoldina Railway* no município colocava os funcionários no tempo da produção, que, de modo geral, é incompatível com o tempo dos registros documentais intencionais. Em sua maioria, no mundo do trabalho, as pessoas apenas vivem suas experiências, sem se darem conta de que a própria experiência é uma “oficina” de geração de memórias.

Essas “*Recordações*” do Sr. Walter Quaresma, referentes à distante década de 1930, foram publicadas, muito *a posteriori*, numa coluna do jornal “Macaé Hoje”, descontinuadas, como tantas outras, sobre a trajetória das classes trabalhadoras de modo geral. E representam um dos poucos registros primários de memória referentes àquela época.

Chama nossa atenção no relato a impressão na memória do ferroviário, do primeiro contato com o cenário da oficina, em setembro de 1932, quando o ainda jovem aprendiz de ajustador se colocou “*abismado*” mediante a grandiosidade confusa do seu novo local de trabalho. Que o impressionara a partir de todos os sentidos, fazendo-o classificar-lhe como um verdadeiro pandemônio. A quantidade de caldeiras, o cheiro ardente do carvão de pedra, a abundante fumaça. Sons, misturados com outros sons... e muitos homens sujos de graxa.

Curiosamente, ao lermos as recordações do Sr. Walter, os homens não aparecem como os elementos centrais nele dado ao tamanho impacto gerado pelo ambiente. Mas, aparecem em continuidade à grande oficina, onde eles (os trabalhadores) eram muitos, e sujos de graxa. Uma característica comum, talvez a primeira liga a aproximá-los na perda de uma inocência social normalizadora, e assemelhá-los, como operários, na condição da exploração do trabalho imposto pelos ingleses.

Naquela época, geograficamente, os ferroviários eram moradores oriundos da periferia daquela sociedade, tanto em relação ao centro da cidade, quanto a partir das condições difíceis de sobrevivência. No entanto, não seriam essas as condições externas que despertariam o sentido de identidade daqueles “chefes de família”. Mas, sim, as condições brutais de trabalho nas oficinas dos ingleses, que forjariam junto com a manutenção da ferrovia a produção de homens novos, como o próprio Walter Quaresma, que mais tarde, seria um exemplo dessa



grande mudança. Mobilizariam-se em prol dos seus interesses proletários<sup>107</sup>, ao mesmo tempo que imprimiriam novos padrões de comportamento local, questionando, direta ou indiretamente, o velho modelo tradicional de sociedade, excludente e elitista, na qual viviam.

Ainda sobre a memória daquelas primeiras décadas, somente em 1996, numa espécie de trajetória reversa até os anos 1970, vinha a público o primeiro trabalho organizado de caráter memorialístico e historiográfico sobre os ferroviários da Leopoldina no município de Macaé. A obra intitulada *Estação Bendengó - uma trilha de luta dos ferroviários macaenses*<sup>108</sup> nos parece então fundamental para a compreensão da história de uma cidade marcada pelas experiências ferroviárias. Que, no entanto, foi assolada por uma espécie de esquecimento planejado pelos governos ditatoriais, complementado pelo *boom* do descobrimento do petróleo e todas as suas consequências a partir do final dos anos 1970. Condições que reportaram aquela ativa Macaé Ferroviária ao campo frágil da memória não registrada e dos novos interesses ligados à economia do petróleo. Especialmente quando seus personagens mais ativos, os próprios ferroviários, foram cada vez mais se debilitando pela ação do tempo, pela exclusão do mercado de trabalho (especialmente através de aposentadorias) e pelos impactos silenciosos gerados pela ação traumática da ditadura sobre homens antes tão aguerridos.

Ainda que os “ecos” que nos chegam daqueles tempos não sejam genuinamente mitológicos, e sim memoriais, a sobrevivência deles dependeria da repetição cíclica, da continuidade da experiência, ou da anotação duradoura. Já que os mitos originais, surgidos no *illo tempore*, dependiam da conjugação inseparável entre mito e rito, experienciados coletiva e ciclicamente para que não se perdessem da memória dos povos nas sociedades ágrafas. Portanto, ainda que as memórias internas que nos chegam das primeiras décadas ferroviárias em Macaé soem como ecos resguardados pela própria categoria, a sobrevivência plena dessas memórias dependeria da repetição alimentada pela continuidade da experiência ferroviária, ou

---

<sup>107</sup> Nesse trabalho estamos tomando o termo proletariado com o mesmo sentido de operariado, nos referindo àqueles que estão submetidos ao modo de produção capitalista, tendo o trabalho assalariado como mediador das relações de produção.

<sup>108</sup> Eilton era petroleiro, vindo de fora, com atuação junto ao sindicato da categoria. Talvez essa vertente tenha lhe facultado o olhar diferenciado sobre a trajetória os ferroviários macaenses, e lhe impulsionado a coleta de dados que permitiu a consolidação desse livro. Por transferências internas na empresa, o autor deixou de residir em Macaé no final dos anos noventa. Atualmente é petroleiro aposentado, e reside no Rio de Janeiro.

mesmo, da anotação duradoura. Algo que, de modo geral, não aconteceu (ELIADE, 1992, p. 84).<sup>109</sup>

Dada a ruptura ocorrida entre ferrovia e cidade, ferroviários e experiências livremente memoráveis, o estabelecimento de uma desmemória “letárgica” foi se impondo em movimento de correnteza que tudo arrasta, escorrendo resoluto e cotidianamente ao longo dos anos, à semelhança do Rio Macaé tão cheio de identidade, mas que se diluina grandezas do oceano, perdendo-se no absoluto comum (VERNANT, 1990, p.144).<sup>110</sup> Numa analogia plausível e metafórica entre os novos tempos versus as velhas memórias “desinteressantes”!

O trabalho de Eilton Fonseca destaca a trajetória da classe trabalhadora urbana mais importante para Macaé do início do século XX até os anos 1970. Composto por muitas reflexões historiográficas, com forte tendência ao viés sindicalista do autor, o destaque do livro está nos trechos de entrevistas concedidas por "históricos ferroviários" locais, nas quais as memórias da Leopoldina chegam até nós como se fossem ecos daqueles primeiros tempos de conscientização e lutas. E embora os ecos não sejam as falas originalmente ouvidas, não deixam de comunicar a mensagem original, por repetição, àquele que os ouve.

Em entrevista realizada com Eilton Fonseca<sup>111</sup>, ele nos informou que a motivação para a elaboração do livro tinha a ver com o seu envolvimento no movimento sindical:

Eu militava no movimento sindical petroleiro e por este motivo fui demitido 2 vezes, e na segunda resolvi utilizar meu tempo pra escrever sobre a história dos ferroviários que no meu entendimento precedia a historia atual que estava sendo vivida pelos petroleiros. Eu já conhecia alguns ferroviários, mas foi através da Ivânia que ficou mais fácil falar com eles sobre este projeto e entrevistá-los para o mesmo.

Perguntado sobre uma marca perceptível, na época das entrevistas, que caracterizasse a classe ferroviária macaense, ele nos respondeu que a continuidade das lutas pelos direitos dos aposentados era um dos pontos mais presentes àquela época. O que nos pareceu bastante lógico. Tanto porque os ferroviários que existiam tinham que estar obrigatoriamente aposentados devido ao encerramento das atividades da empresa na cidade. Quanto pelo sentido que as discussões em torno dos seus direitos lhe valiam em continuidade a um

<sup>109</sup> Aqui, pensamos a lógica da repetição e resguardo das históricas como propostas por Mircea Eliade, para quem “o mito conta uma história sagrada e primordial que teve lugar no começo do Tempo, *ab initio*. (...) O mito é pois uma história do que se passou no *illotempore*, e que dependia fundamentalmente da experiência ritual para que não se perdesse da memória dos povos.

<sup>110</sup> Referência a *Lethe*, como o rio do esquecimento, apagador do tempo presente.

<sup>111</sup> Eilton foi entrevistado, virtualmente, em 28 de outubro de 2019, com exclusividade para esse capítulo da tese.

processo interrompido durante a ditadura, o que então lhes fortalecia como continuidade de vida e sentidos. Segundo Eilton, *“todos a quem busquei estavam bem interessados em registrar suas memórias das lutas e histórias vividas, apenas um deles não quis participar alegando que não confiava mais em suas memórias devido às crises passadas de alcoolismo.”*

À surpreendente resposta do autor, do interesse de participação de todos, excetuando um, nos parece fugir de uma regra básica em testemunhos memorialísticos, quase sempre marcados por algum desconforto, um pouco de desconfiança e, às vezes, até mesmo o desejo de não mexer em memórias tão bem guardadas. No entanto, como álibi à disponibilidade dos ferroviários, pressupomos a importante intermediação da Profa. Ivânia Ribeiro, macaense, de grande intimidade ao meio sindicalista e às tradicionais famílias de ferroviários existentes em Macaé. Inclusive com grande concentração dessas famílias no Bairro Miramar, um bairro operário-ferroviário, no qual Ivânia cresceu e mora até os dias atuais. Como militante-membro do Partido dos Trabalhadores (PT), de grande identidade com o perfil sindicalista dos ferroviários, a professora Ivânia sempre se manteve num diálogo muito próximo com eles, inclusive sendo eleita vereadora em 1992 e exercendo mandato de forte representação democrática na Câmara Municipal de Macaé entre 1993 e 1996.

Um outro álibi interessante à realização do trabalho foi a condição de Eilton, demitido da Petrobras pela segunda vez por atuar no sindicalismo contra as diretrizes da empresa à época. O que certamente causou grande identidade com os ferroviários entrevistados, todos eles de perfil sindicalista, com largas cargas de injustiças trabalhistas sobrepostas em seus ombros ao longo dos anos de ferroviários na ativa. E, por fim, acreditamos que, ainda sob a influência da promulgação da Constituição de 1988, e a abertura democrática aparentemente apontando novos horizontes, o desejo de dizer o que havia sido silenciado, no sentido de contribuição com uma nova sociedade, tenham sido motivadores da anuência dos entrevistados em relação ao projeto.

Segundo Eilton, ele utilizou de uma metodologia que mesclava entrevistas coletivas e individuais, além de pesquisa documental para composição do livro. Finalmente, perguntado sobre a importância do resgate da memória dos ferroviários macaenses e a contribuição que o livro dera com o registro dessas memórias, ele nos disse: *“Acredito ter sido o primeiro a registrar do ponto de vista da luta de classes estas memórias e registros deste importante período de luta dos trabalhadores macaenses com a história sendo contada pelos próprios trabalhadores.”*

No contexto mitológico, o substantivo eco é um castigo que relembra a todo instante à Ninfa homônima de que não deveria ter usado de astúcia para enganar a deusa Juno e proteger as outras ninfas que se divertiam com o marido da deusa (BULFINCH, 2006, p. 107), aqui, porém, queremos entender eco como a possibilidade de repetição e comunicação do que foi dito.<sup>112</sup> De modo que as narrativas de vida contadas fossem protegidas da morte total (o esquecimento), e ganhassem potencialidade de vida através da rememoração, comunicando aos nossos dias, algumas experiências e trajetórias dos ferroviários macaenses.

Muito longe da mitologia, mas assemelhando-se a ela pela repetição, nos interessam as respostas anotadas que ecoam até nós, por meio do registro de algumas memórias daqueles primeiros tempos. Talvez, no nosso caso, tal como Eco, nosso problema esteja nas muitas possibilidades de perguntas frente a impossibilidade de obtenção da quantidade correspondente de respostas. Já que o que aqui nos chegam são apenas os ecos das experiências originais. A memória não registrada, apesar de em alguns casos ter sido ouvida e sabida, volatilizou-se no distanciamento do tempo, dos interesses, e de outras incertezas.

Ao ser lançado em 1996, o trabalho de Eilton rompeu em parte o grande silêncio que havia se estabelecido após os traumáticos vinte e um anos de ditadura e a continuidade de suas reverberações nas experiências dos ferroviários.

Segundo o Sr. Walter Quaresma, na década de 1930 se deu a formação do que seria o processo de tomada de consciência e organização da classe ferroviária em Macaé, com o surgimento de algumas lideranças operárias que se destacaram frente os ferroviários: Agripino Francisco Martins, André Martins de Oliveira, Zizo (sic), Aparício Arsênio foram alguns deles. Embora ainda incipiente, era o início de um processo de construção gradativa de enfrentamento do medo e desfazimento das convicções de obediência cega, a partir da conscientização política. Já que, *“ainda em minoria começaram a frequentar o sindicato com a consciência de que tinham de lutar por uma vida mais digna e melhores condições de trabalho e salário, incentivando a participação do restante dos trabalhadores”* (FONSECA, 1996, p. 36). Contraditoriamente, o vai e vem dos trens da companhia que os explorava, e para os quais eles trabalhavam na manutenção, os colocavam em contato com o movimento

---

<sup>112</sup> Na mitologia grega, a ninfa Eco é condenada a dizer sempre a última palavra, apenas em forma de resposta descontinua, e nunca ser a primeira a falar. O fato acontecera, numa ocasião na qual a deusa Juno saíra em busca de seu marido, do qual desconfiava estar se divertindo com as ninfas. Ao se sentir enganada, pelo longo diálogo gerado pelas hábeis respostas de Eco, a forma de castigo encontrada pela deusa Juno fora condená-la à repetição, apenas em resposta, nunca em primeira instância, de modo que não pudesse gerar diálogo, apenas ecoar, ou repetir, continuamente, a última palavra.

sindical nacional, influenciando-lhes, em Macaé, o aparecimento do movimento operário local de base ferroviária.

Momento em que houve o deslanche de uma longa trajetória de lutas que culminaria com as perseguições políticas aos ferroviários, abertamente, a partir de 1964. Embora sempre existentes, mas de maneira velada ao longo dos muitos anos. O desmantelamento da classe ferroviária fizera parte da estrutura montada pelo Estado ditatorial, trabalhando não apenas na descontinuidade do funcionamento das ferrovias (por um viés de cunho econômico-dependente); mas, especialmente, no desmanche das instituições classistas e de representações coletivas, reduzindo, gradativamente, o indivíduo a si mesmo, frente à impetuosidade do Estado. Uma espécie de retorno, a partir de 64, ao distante ano de 1911, de quando chegam notícias da primeira greve de ferroviários em Macaé. Que pelas muitas divisões internas de interesses e falta de organização compacta, fora facilmente desestruturada pelos gestores da ferrovia.<sup>113</sup> Fazendo valer o dividir para enfraquecer, da mesma forma que, em via contrária, gerar a união, para ganhar força.

Refletindo sobre o conceito de classe, Marx apresenta uma interessante acepção do mesmo, quando diz que:

Milhões de famílias existindo sob as mesmas condições econômicas que separam o seu modo de vida, os seus interesses e a sua cultura do modo de vida, dos interesses e da cultura das demais classes, contrapondo-se a elas como inimigas, formam uma classe. Mas na medida em que existe um vínculo apenas local entre os parceiros, na medida em que a identidade dos seus interesses não gera entre eles nenhum fator comum, nenhuma união nacional e nenhuma organização política, eles não constituem classe nenhuma (MARX, 2011, p. 142).

Portanto, a condição de classe não se dá por uma perspectiva natural nas sociedades. Classe é fruto de algum senso de compreensão pelo indivíduo do seu lugar dentro de sociedades desiguais, coadunado por outrem, e dispostos ao processo de enfrentamento, lutas, ou quaisquer outros adjetivos que remetam à condição de ir de encontro sentido de promoção de mudanças naquele determinado cenário social.

Ao avaliarmos, portanto, o nascimento do movimento operário no início do século XX, não podemos deixar de considerar que em sociedades de base escravista como a brasileira, o valor da desigualdade gravemente explícito nas relações tendeu, no pós-abolição,

---

<sup>113</sup> Essa greve é referida por Eilton Fonseca em consonância à narrativa dos ferroviários, posto que nenhum deles, à época da construção de sua pesquisa, tinha idade suficiente para ter vivido e lembrar de tal acontecimento.

a migrar para posturas de dissimulações de cordialidade e indistinções sociais. De modo que, embora o nível de desigualdade vigente se mantivesse altíssimo, na superficialidade das relações sociais elas se apresentavam sob a máscara da normalidade (HOLANDA, 1995).<sup>114</sup> O que no nosso entendimento, culturalmente, contribuiu para dificultar o processo de compreensão coletiva das desigualdades vigentes. O que exigiu, ainda mais fortemente, a necessidade de algum elemento externo pujante para impulsionar o movimento de compreensão de desigualdades e apreciação das similitudes, convergindo para o compartilhamento dos ideais, o que sim, já podemos chamar como base de uma determinada classe social.

Retomando, portanto, aos ferroviários macaenses, mesmo frente às contrariedades impostas pela empresa inglesa, em seu início (e ao longo de toda sua trajetória) não há obrigatoriamente senso de classe formado apenas por se ingressar como funcionário da Leopoldina. Condição que numa perspectiva marxista seria gerada gradativamente. Mas que, no entanto, não seria necessariamente plena. Já que possuir um cargo na empresa não remetia o indivíduo às perspectivas políticas, ideológicas, culturais, e até mesmo econômicas necessárias à composição da identidade de classe. Sobressaindo, muitas vezes, os interesses econômicos em detrimento dos demais componentes políticos, a concepção de classe, em termos ferroviários, vai obrigatoriamente se confirmar a partir do envolvimento deles nas atividades sindicais. O que não era uma realidade para todos.

Na atualização do pensamento marxista, a proposição do historiador britânico Edward Thompson (1987) nos parece adequada à complementação do entendimento, ao propor o sentido de classe, em primeiro lugar, como algo dinâmico e histórico. Para, em seguida, complementar o seu entendimento a partir da relação de confrontos entre indivíduos coletivamente identificados pelas experiências em comum contra outros indivíduos identificados com a exploração dos meios materiais ou imateriais aos quais estão submetidos. Aspectos que dão ao conceito a mobilidade do refazimento no espaço e no tempo, próprios da produção capitalista.

Confrontando com o sentido de classe como algo estável e uniforme, é possível considerar as próprias diferenças dentro do grupo formador, aglutinadas a partir das trajetórias individuais no entorno de interesses identitários, capazes de amalgamarem-se sem impedirem

---

<sup>114</sup> Na base do conceito do “homem cordial” desenvolvido por Sérgio Buarque de Holanda, está a manutenção da sociedade patriarcal, desigual e, ao mesmo tempo, integrada. É o cerne de sua tese sobre a constituição do Brasil.

a disponibilidade ao constante movimento interno a partir das próprias individualidades que não se perdem, mas se conjugam.

Segundo Norbert Bobbio *et al* (1998), em complementação a Thompson, o lugar que o indivíduo ocupa no processo produtivo é o elemento básico para a formação da classe. Que se baseia em contraposição aos antagonismos do próprio processo produtivo, porém, no nível político. Nesse sentido, o ambiente fabril, ou como poderíamos pensar no ambiente coletivo das Oficinas Ferroviárias de Imbetiba ofereciam condições favoráveis para o florescimento da integração classista. Nele a entrada de ideias tradicionalmente dominantes passavam a encontrar dificuldades para penetração, já que blindados pelas perspectivas convergentes da produção, homogeneizavam-se enquanto bloco de interesses coletivos, amalgamados então pelo senso de pertencimento.

Considerando classe, portanto, como uma categorização não estática, podemos entendê-la como um processo em constante necessidade de manutenção através da ação contínua dos ferroviários contra aquilo que eles consideravam adversidades impostas à sua categoria. Ou, ainda, a partir das esperanças em um futuro de cidadania e direitos, em busca de um possível equilíbrio social desejado.

Em Macaé, a construção desse ideário de classe ferroviária passou por várias etapas em sua formação, refletindo o movimento crescente do operariado brasileiro em âmbito nacional, bem como, o desenvolvimento das complexas relações impostas pelo sistema capitalista expansivo no município. O difícil diálogo com os ingleses da Leopoldina, seja pela diferença da língua e cultura, seja pelos ideais conflitantes que os aproximava no ambiente aos operários, certamente foi o primeiro impulso para um movimento de resistência e força que só poderia mesmo ser detido por uma imensa “*pedra no meio do caminho*” (ANDRADE, 2006, p.267). Ou seja, a Ditadura.

A eficiência das ações do Estado ditatorial estaria na coordenada dissolução da rede institucional ferroviária no país, ao mesmo tempo em que desconstruiria, pela perseguição individual e pelo medo gerado, o ideário de embate operário construído ao longo de muitas décadas. Já que durante toda a primeira metade do século XX, a tomada de consciência operária, a repercutir no sentido de classe, fora estabelecida a partir de um cotidiano movimento do indivíduo similar para o indivíduo com identidade em comum. De forma que, se as condições de exploração semelhantes entre operários os aproximavam enquanto ferroviários, a subjetividade das expectativas, esperanças e experiências de cada um não se

perdiam ao condensarem-se em propostas coletivas. Respeitando esses tempos individuais de associação ao movimento, o consenso de classe se tornou um efetivo repositório de perspectivas esperançosas em processo de agregação contínua, que se ampliou pelo discurso hereditário da própria categoria de trabalhadores, com maior ou menor liga a partir dos movimentos particulares da vida de cada um de seus componentes. Assim, pois, podemos afirmar que classe é memória coletiva implicando em ações individuais; ao tempo que também é história, por se recompor por ações individuais demarcando os acontecimentos coletivos da sociedade em seus respectivos tempos (BLOCH, 1997, p. 55).<sup>115</sup>

No processo da formação da classe ferroviária macaense, podemos pensar também na gradativa ruptura com os padrões impostos pela sociedade tradicional local. Já que o sentido de pertencer a algo novo, de processualconscientização para os operários, produziria automaticamente uma espécie de ruptura para geração de novos paradigmas, ainda que ideológicos. Quais sejam os balizadores da postura da categoria social, ou mais amplamente da classe para si, que se confrontaria com os interesses de outros grupos opositores. Ao mesmo tempo em que mediante as novas posturas, o surgimento do julgamento social externo por juízos de valor e qualidades morais, quase sempre estiveram confrontantes com o novo posicionamento dos operários. Por agirem fora do padrão de obediência e ordem historicamente observado pelo grupo social maior no qual estavam inseridos. O novo assustava e despadronizava, embora os valores éticos e morais socialmente naturalizados fizessem parte de uma longa construção histórica.

Assim, elementos de ordem cultural, política e econômica, indissociáveis no contexto social, precisavam ser movimentados pela classe no sentido de implementação da ampla mudança desejada, a prorromper no próprio Estado, que precisaria necessariamente adquirir identidade adesa aos trabalhadores (ACANDA, 2007). Nesse sentido, a tomada da consciência para si vai ao encontro do propósito de uma sociedade nova, cuja ordem em consonância com os propósitos dos trabalhadores conscientizados desconstrói pelo entendimento e propõe pela experiência do que não se deseja mais. Dentro da lógica desse movimento, não é o cenário social externo que se modifica primeiro. Antes, é preciso que algum processo gradativo de mudança se dê em forma de conscientização individual e coletiva para, em seguida, refletir-se nas ações modificadoras (ou revolucionárias) na sociedade vigente. É ainda nesse movimento que, a ideia de formação de um bloco

---

<sup>115</sup> Referência à definição do historiador francês Marc Bloch, que dentre outras acepções, definiu a história como “o estudo do homem no tempo”.



hegemônico pressupõe o reconhecimento do lugar comum reservado aos trabalhadores na ordem capitalista que se pretende mudar (GRAMSCI, 2004).

Internamente à oficina, num processo de retroalimentação, o maceramento dos corpos dos ferroviários em longas e excessivas horas de trabalho, os salários incompatíveis e, de modo geral, a produção da exploração dos trabalhadores seriam elementos fundamentais à geração de marcas indelévels, gênese para atitudes com identidade proletária e a produção das memórias no futuro. Já que as marcas produzidas por ações dolorosas, materiais ou não, das quais sobressaem a dor e o sofrimento físico e moral, foram observadas por Nietzsche como um dos meios mais eficientes para impressão de memórias no indivíduo, em contraposição ao esquecimento do que é vão (NIETZSCHE, 2002). Porém, é preciso atentar aqui que, no período ao qual estamos nos referindo, tratamos de memórias em construção. O que não impede que a mesma observação nietzschiana possa ser usada no sentido do não apagamento, mas para sobrepor outras memórias que desnivalem essas primeiras, para níveis mais abaixo numa escala de lembranças individuais ou coletivas. Cremos que as perseguições a que os operários foram sujeitados, mas, especialmente, o tratamento violento imposto mais tarde pelo Estado ditatorial (tanto na ditadura varguista, quanto na de 1964) trabalharam nesse sentido.<sup>116</sup> Gravar memórias do que realmente deveria ser lembrado: a dor, o medo, o trauma, a superar as memórias das trajetórias trabalhistas que, num sentido mais ideológico, vislumbravam perspectivas de reformulação daquelas sociedades. E a todo tempo que essas memórias viessem à tona, causariam impactos no sentido da promoção da mudança social, da democratização, do questionamento das desigualdades. O que para as classes dominantes nunca foi interessante.

#### **4.2. Ecoam greves e conflitos na organização da classe**

Até o ano de 1932 não havia uma legislação própria que regulamentasse o lugar da greve dentro do movimento trabalhista crescente no país, tanto em relação ao empregado, quanto em relação ao empregador. Muito embora, movimentos grevistas isolados já ocorressem desde a segunda metade do século XIX, obtendo mais veemência a partir do início

---

<sup>116</sup> Embora o Estado ditatorial personalista de Vargas divergisse do Estado ditatorial militar dos anos sessenta, o efeito da violência sobre o indivíduo não abre espaço para a discussão de qual teria sido pior. Aqui entendemos a violência na perspectiva do indivíduo que a sofreu e não a partir de sua gênese.

dos anos 1900. Obedecendo a uma dinâmica paralela entre o gradual processo de industrialização e o desejo por melhores condições de vidas a partir dos empregos e salários.

Somente a partir de 1930, com entrada de Getúlio Vargas na Presidência da República<sup>117</sup>, estabeleceu-se uma visão administrativa focada na questão trabalhista. Foi nesse contexto que se deu a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio iniciando-se um longo processo de organização e controle do movimento operário em vigoroso crescimento. Importa observar que a legislação que seria criada a partir de então, funcionaria numa espécie de reação a uma categoria social em crescimento, e ao mesmo tempo, cada vez mais indispensável social e economicamente ao país: os operários ou trabalhadores urbanos.

A tomar como exemplo o processo de controle posto em funcionamento pelo governo, o decreto nº 21.396, de 12 de maio de 1932, estabelecia comissões mistas de conciliação entre empregados e empregadores, com a função de decisão de dissídios, que dificilmente chegavam a convicções satisfatórias aos trabalhadores. O mesmo decreto dispunha, em continuidade ao controle, penalidades aos funcionários que suspendessem o trabalho. Demonstrando claramente uma tendência ao favorecimento do empregador, no fortalecimento ao que seria uma cultura nacional da obediência, ou mesmo, uma espécie de ordenação social que seria amplamente publicizada ao longo da Era Vargas.

No que concerne ao âmbito do trabalho, a historiadora Ângela de Castro Gomes chama a atenção para as polarizações favorecidas pela nova legislação, que atingiriam sua plenitude entre 1937 e 1945, com o estabelecimento do Estado Novo. Destacando ainda, em consequência à criação do Ministério do Trabalho, a exigência do registro obrigatório aos sindicatos para que os mesmo pudessem permanecer em funcionamento. Arelado a isso, e aos próprios direitos trabalhistas recém-criados, estabeleceu-se ainda a obrigatoriedade de filiação dos trabalhadores aos sindicatos autorizados para que estes pudessem ter acesso aos direitos "condicionados" aos trabalhadores. Em meio a tudo isso, inaugurou-se, como de forma nunca antes vista, intensa repressão ao comunismo e a perseguição aos líderes sindicais genuínos, em favorecimento aos chamados líderes sindicais pelegos, partidários dessa nova política do governo (GOMES, 2005).

---

<sup>117</sup> Getúlio Dorneles Vargas assume a presidência da República em 01 de novembro de 1930 a partir da Revolução que derrubou o Governo de Washington Luiz e impediu o presidente eleito Júlio Prestes assumir o cargo. O governo de Vargas que duraria 15 anos, subdividiu-se em Governo Revolucionário, Governo Constitucional e o Estado Novo, os últimos oito anos ditatoriais do presidente.

Na Constituição de 1934, apesar das discussões por imposição de deputados classistas, o direito à greve não foi reconhecido. O que talvez tenha fortalecido o empenho dos trabalhadores numa espécie de “cabo de guerra”, no qual de um lado se colocavam patrões apoiados pela legislação trabalhista, e do outro, o próprio movimento operário que, nas lutas, ia se estabelecendo. Os ferroviários macaenses não ficaram de fora desse processo. Como registrou Eilton Fonseca, a partir das inúmeras conversas com alguns deles no início dos anos 1990.

Em 1934 as condições eram precárias, havia muitas perseguições e os operários, para se organizarem e se comunicarem uns com os outros, estabeleciam uma senha. Em função dos baixos salários, os trabalhadores faziam muitas horas extras, chegando a trabalhar 18 horas, e muitas vezes, dobrando o serviço. As reivindicações eram de 50% de aumento salarial e um plano de classificação de cargos e salários. Na época, não se sabia quem era ajudante de 1ª, 2ª e 3ª classes. Não existia um Plano de Cargos e Salários.

Havia uma organização embrionária e não existiam finanças para sustentação do movimento, que, então, se ampliava nacionalmente, englobando o Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo. Era preciso organizar a greve, e vários companheiros foram escolhidos, tais como: Manoel Martins de Oliveira (Agita), Agripino Francisco Martins, Arsênio e alguns outros. Formada a comissão de finanças, a senha usada para a declaração de greve foi “Joana morreu”... (FONSECA, 1996, p. 37)<sup>118</sup>

Em continuidade a esse processo grevista, a partir da entrevista coletiva com os ferroviários Walter Quaresma, Dandão e Lauro Martins, ele registrou:

Depois de sucessivas reuniões em espaço aberto, isto é, atrás do morro de Imbetiba, por exemplo, onde constantemente se reuniram os operários para ouvirem as explicações dos seus dirigentes, onde de uma elevação nas proximidades do Farol Velho, ao pôr-do-sol que derramava os seus últimos raios desenhando a silhueta humana, quase cadavérica, pálida e desnutrida de Agripino, que falava com toda vibração. Suas palavras emocionadas induziam a todos a prestarem a atenção e mantinham seus liderados em profundo silêncio. Aquela figura esquelética transmitia o germe da confiança e da certeza da vitória eminente sendo interrompido somente pela rouquidão ou pela tosse oriunda da tuberculose... Que corroía seus pulmões. Depois falava André Martins de Oliveira. Este era um homem de estatura mediana, lábios grossos, de cor negra, respeitado pela sua postura sempre correta em favor do movimento operário. Depois de falar sobre a nossa unidade para a conquista da vitória, André propôs a criação de uma comissão de finanças, a fim de angariar donativos para a sustentação do movimento que iria ter despesas com transportes dos companheiros para outros estados como Minas e Espírito Santo.

Foi constituída por aclamação, a comissão de finanças: presidente, Cantídio da Silva Pinto; tesoureiro, Arsênio; secretário, Zizo e mais os auxiliares: Macunem Campos e Álvaro Moreira de Miranda. A comissão teria que angariar recursos, não só nas

<sup>118</sup> É preciso atentar que a metodologia utilizada por Eilton Fonseca é o que poderíamos chamar de compilatória. A partir de memórias individuais ou coletivas, ele estabeleceu grande parte do livro. No entanto, sem dar uma identificação específica a quem disse determinada informação, como a parte citada. Embora de grande valor informativo, ele utilizou um formato próprio, nem do campo da história, nem especificamente do campo da memória social.

oficinas, mas também com os funcionários do tráfego comercial e dos transportes, que não sua maioria não participava do movimento, com medo, ou até mesmo talvez, por falta de conscientização... Naquela época, os grupos que trabalhavam de sapatos e gravatas ainda tinham a ilusão de que eram da administração e que por isso não poderiam participar do movimento grevista. Ficava, então, a tarefa, por conta dos companheiros operários das oficinas de Imbetiba, que eram, na realidade, os verdadeiros defensores das reivindicações da classe... A comissão de finanças teve que contar, na realidade, com os poucos recursos obtidos nas oficinas de Imbetiba, através de donativos e com a rifa de uma bicicleta adquirida à crédito...

A greve durou cinco dias e alcançou retumbante vitória, conseguindo todas as reivindicações. Os trabalhadores passaram a adquirir maior confiança no movimento, que a partir daí começou a se fortalecer cada vez mais (p. 38-9).

Sobressaem ainda das memórias da década de 1930 os conflitos dentro da própria oficina, já que nem todos os ferroviários aderiam ao movimento. E, ao contrário disso, alguns inclusive, se infiltravam nas reuniões para depois informarem às chefias o que estava acontecendo. Sobre essa postura, os entrevistados registraram o nome do funcionário conhecido como “Macu”, de Campos dos Goytacazes; além de João Alves Barcelos, que era chefe geral das oficinas mecânicas, do tráfego e da via permanente. Tido pelos ferroviários do movimento como *“perseguidor sistemático dos operários, grande bajulador da administração inglesa, recepcionando sempre os patrões quando em visita às instalações”* (p.39). Segundo as memórias, esse era um funcionário pedante e que evitava falar com operários ao encontrá-los pelas ruas da cidade. O que, naturalmente, o colocava numa condição de afastamento e antipatia por parte dos ferroviários que não comungavam de suas posturas desvirtuadas. Portanto, eram tratados com a pecha de “amarelos”. Ou seja, funcionários que ao invés de amalgamarem-se coletivamente em prol dos seus próprios direitos, optavam pela indiferença ou pela traição e puxa-saquismo, para usarmos uma linguagem mais de chão-de-fábrica. Notabilizando a perspectiva marxista de que a própria formação da classe é processual. Da qual o senso de unidade é lentamente construído a partir de aspectos econômicos, mas também culturais referentes ao cenário social em questão. De onde sobressaem, ainda, as divergências de opiniões entre os que já se encontravam em movimento, e os que ainda não haviam entendido o seu sentido. Alguns nunca o entenderiam. Esses optariam, mesmo dentro do contexto de exploração imposto pelos ingleses, pela manutenção do *status quo* no qual estavam historicamente inseridos. Essa bipolarização de lados dentro da oficina foi o combustível necessário para muitas situações de confrontos entre trabalhadores.

Em continuidade à entrevista anterior, os ferroviários contaram que,

Quando terminou a greve... Os companheiros que trabalhavam nas bancadas pegavam um pedaço de pau um nome de um amarelo qualquer e botava de plantão, para dar uma coça nele depois. Um companheiro nosso, chamado José Yohor, certo dia, depois do almoço, sentou numa prensa e falou: \_Acabou a greve, mas agora nós vamos punir os amarelos, traidores de nossa classe, que existe aqui dentro. Em primeiro lugar vamos pegar o Pedro Salvador e meter o pau nele agora. Pedro Salvador ouviu aquilo, sacou de uma garrucha (era guarda-costas da chefia) e acabou levando uma garrafa de cachaça na cara, sabe-se lá de quem, desaparecendo em seguida.

A punição dos amarelos se estendeu por toda a oficina; em cada repartição o couro estava comendo. Houve várias trocas de socos nos vários setores... Os companheiros acabaram conseguindo que João Barcelos fosse demitido... O presidente do sindicato (que já existia no Rio de Janeiro) João Batista Lobo veio a Macaé e fez um pedido pessoal para que João Barcelos fosse reintegrado. O pedido foi aceito em função da liderança de João Batista, muito respeitado pela categoria... O movimento, então, foi expandindo-se e o Sindicato da Leopoldina passou a ser considerado um dos mais fortes do Brasil.

Até 1936 ainda não havia oficialmente um sindicato de ferroviários em Macaé. O que existiam eram delegacias sindicais estabelecidas em pelo menos três sedes locais, quais sejam na Rua da Glória, na Rua Direita e na Praia da Concha. Esses núcleos originais foram fundidos e o Sindicato dos Ferroviários de Macaé surgiu nos anos 1940. Com um órgão de representação oficial, caixa de ressonância do que acontecia no país em termos de movimento operário da categoria, era dado um grande passo no que concernia ao consenso de classe, na cidade ferroviária.

Por outro lado, a Constituição de 1937, que estabelecera o Estado Novo varguista, tratou as greves como atos antissociais. Consequentemente, tornando-as proibidas. De modo que se torna perceptível, especialmente a partir desse período ditatorial do governo Vargas, o aumento do controle desfavorável à classe trabalhadora. Muito embora, na análise de alguns historiadores, toda a dedicação à causa trabalhista desenvolvida por Vargas desde sua entrada na presidência em 1930, fosse uma via de mão dupla em relação aos trabalhadores. Que já sinalizava desde o início o favorecimento e, ao mesmo tempo, o controle.

Segundo Lilia Schwarcz e Heloisa Starling (2015), o presidente Vargas

criou as leis de proteção ao trabalhador – jornada de oito horas, regulação do trabalho da mulher e do menor; lei de férias, instituição da carteira de trabalho e do direito a pensões e à aposentadoria. Na outra, reprimiu qualquer esforço de organização dos trabalhadores fora do controle do Estado – sufocou, com particular violência, a atuação dos comunistas. Para completar, liquidou com o sindicalismo autônomo, enquadrando os sindicatos como órgãos de colaboração com o Estado e excluiu o acesso dos trabalhadores rurais aos benefícios da legislação protetora do trabalho (p. 322).

São consequências dessa visão governamental o decreto-lei nº 1.237, de 02 de maio e 1939, que organizou a Justiça do Trabalho no país, e que dispunha sobre penalidades aos grevistas, numa mão dupla de “favorecimento” e ameaças; e o decreto-lei 9.070, de 15 de março de 1946, que dava à greve o amplo entendimento de suspensão ou abandono coletivo do trabalho, dando ao Estado o direito de declarar qualquer greve ilegal. O decreto proibia ainda, com mais especificidade, as paralisações em empresas definidas como fundamentais. Tais como, as empresas de transporte, energia e bancos. Confrontando-se, portanto, diretamente com o lugar dos ferroviários dentro desse processo de embates e conquista de direitos. Greves, somente aquelas autorizadas pela Justiça do Trabalho, mediante o não cumprimento do dissídio por parte do empregador. No entanto, o dissídio tinha sentido reduzido à questão salarial, quando as reivindicações dos trabalhadores, na maioria das vezes, ia além da questão monetária, embora essa sempre aparecesse como baliza do movimento. Vislumbrava-se um horizonte de direitos e condições imperceptíveis, devido ao viés culturalmente desigual daquela sociedade. Na qual, de imediato, muitos trabalhadores não alcançavam a diferença entre direitos e benesses, abrindo um espaço fundamental para atuação dos sindicatos, como instituições críticas e esclarecedoras.

Ainda em 1946, com a promulgação da nova Constituição, o fim do Estado Novo e o retorno à democracia, o governo do General Eurico Gaspar Dutra restabeleceu o direito à greve pelos trabalhadores, facultando a efervescência do movimento operário, embora, sob vigilância e desconfiança, ainda que de forma velada. Nesse período a mesclagem entre o movimento operário dos ferroviários e de outras categorias com as diretrizes do Partido Comunista do Brasil (PCB) estabeleceram laços vigorosos, facultando à retomada de um movimento sindical extremamente politizante e aguerrido aos posicionamentos ideológicos.

### **4.3. Documentos avulsos - Ordem política e social nos anos 1940**

Durante o curto e problemático período de trabalho da Comissão Municipal da Verdade de Macaé, o então 2º Presidente da Comissão, o ferroviário aposentado, militante, ex-presos político, Sr. Lauro Martins, passou à equipe de pesquisa algumas cópias do que chamaremos de “documentos avulsos”, da década de 1940. Eram documentos vinculados a órgãos de controle e repressão social, como Delegacia de Polícia, Secretaria de Segurança Pública, Divisão de Ordem Política e Social (DOPS). Segundo ele, um “companheiro” tinha conseguido isso e dado a ele. Embora cópias escaneadas, percebe-se a legitimidade dos

mesmos pelas próprias marcas do tempo, carimbos, assinaturas, nomes e lugares reconhecidos citados e etc. O que tornava esses documentos, embora avulsos, muito interessantes.

No entanto, mediante a descontinuidade da Comissão e do próprio material, além de representarem fatos referentes à década de 40, esses documentos acabaram por não fazerem parte do relatório elaborado pela Comissão Municipal da Verdade de Macaé. Já que o recorte temporal da mesma eram fatos ocorridos entre 1964 e 1985, dos quais os documentos distavam, merecendo pesquisa mais dedicada no sentido de integrá-los. À medida, no entanto, que avançamos na tentativa de compreender as memórias ferroviárias macaenses, construídas a partir das trajetórias dessa classe operária no município, começamos a perceber que alguns desses documentos avulsos se encaixavam como peças de um quebra-cabeça<sup>119</sup>, às vezes continuado, outras tantas, descontinuado, na composição dessas relações e memórias da cidade. Importa compreendê-los dentro de uma sequência de posturas gerais que reiteram um processo acirrado de disputas, veiculado a partir de reclamações políticas, denúncias de indivíduos e o movimento trabalhista no município. Corroborando a compreensão do clima político no município de maneira mais ampla, não pretendemos sequenciar as trajetórias particulares dos indivíduos "anotados" secretamente nesses documentos que passamos a apresentar.

#### **4.3.1. 1º e 2º Documentos**

Em 24 de junho de 1946 fora encaminhada ao delegado de Macaé, oriundo diretamente da Presidência da República que o havia recebido, uma cópia do seguinte telegrama, para providências:

Comitê Municipal Partido Comunista do Brasil Macaé vem protestar junto a V. Excia. sentido provocações feitas elementos atrabiliários escondendo interesses inconfessáveis conspirando comprometendo Governo V. Excia. massa operária objetivo malévolo atirar nosso glorioso partido ilegalidade.

Antonio Cruz, Secretário político.

Ao que o então delegado de Macaé, Italo Baroni, respondeu através de ofício ao Dr. Alvim de Souza, Delegado Chefe de Ordem Política e Social do Estado do Rio de Janeiro:

---

<sup>119</sup> A temática do quebra-cabeça incompleto foi usada primeira no relatório da Comissão da Municipal da Verdade de Macaé. Ou seja, faltam muitas peças, mas se compreende a cena.

**DELEGACIA DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE MACAÉ****Of. nº 265/46**

Macaé, 27 de junho de 1946.

ASSUNTO: Devolve expediente informado.

Snr. Dr. Delegado Chefe

Informo a V. S. com relação ao expediente anexo, que esta Delegacia desconhece qualquer “provocação feita por elementos atrabiliários” no seio dos operários desta cidade. Sendo, portanto, improcedentes as alegações constantes do telegrama do Comitê Municipal do Partido Comunista do Brasil em Macaé, dirigido ao Exmo. Sr. Presidente da República.

Cordiais saudações

Italo Baroni

Delegado de Polícia

A Sua Senhoria o Senhor Doutor Alvim de Souza

DD. Delegado da Divisão de Ordem Política e Social do E. Do Rio.

Como fica claro através dos documentos, havia uma situação de tensão instalada em Macaé naquele ano de 1946, o que provavelmente justificou o envio do ofício do Comitê do Partido Comunista diretamente ao expediente do Presidente da República. Certamente no intuito de fazer valer as prerrogativas do retorno à ordem democrática, que oficialmente o Presidente da República representava. No entanto, havia uma espécie de má vontade política (ou antipatia) continuada em relação ao Partido Comunista, extensiva ao movimento operário, fazendo com que as autoridades municipais desejassem exercer sobre ambos o rigor e o autoritarismo próprios do Estado Novo. Como a sequência dos próximos dois documentos deixa transparecer.

**4.3.2. 3º Documento**

Embora o documento que apresentaremos seja um tanto longo, pois se trata de um ofício-relatório secreto do Delegado de Polícia de Macaé, Sr. Jorge Aquino, ao Excelentíssimo Prefeito do Município de Macaé, Dr. Álvaro Teixeira de Assunção, datado de 18 de novembro de 1946, cujo assunto é o comunismo em Macaé; preferimos reproduzi-lo na íntegra, tanto no sentido de resguardo, quanto de oferecer aos interessados, as curiosidades, que vão desde a linguagem, passando pela maneira da escrita, bem como, a identificação das



figuras consideradas responsáveis pela propagação do comunismo no município naqueles referidos anos. Como podemos ler no conteúdo do documento a seguir:

DELEGACIA DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE MACAÉ

Em 18, de novembro, de 1946.

OFÍCIO SECRETO.

Assunto: - O COMUNISMO EM MACAÉ

Senhor Doutor Prefeito:

1- Atendendo ao seu pedido verbal, venho, em caráter secreto, apresentar-lhe este relatório sobre “O COMUNISMO EM MACAÉ”.

2- Há meses, vinha pensando num trabalho dessa natureza; entretanto, com o advento da Constituição de 1946, as anteriores instruções da DIVISÃO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL tornaram-se caducas, automaticamente. Far-se-iam mister novas instruções, ainda que secretas, dado o clima constitucional, para que pudesse me aventurar em terreno de tamanha responsabilidade. Aguardo-as até hoje...

3- Quando por aqui passaram, regressando de sua viagem a Campos, em dias do mês passado, o General ZENÓBIO DA COSTA e Coronel OSCAR ROSA NEPOMUCENO DA SILVA ouviram uma exposição que lhes fiz da situação local, face ao comunismo. Foi quando o último, Coronel NEPOMUCENO, pediu que lhe fizesse um relatório a esse respeito, secreto, pois desejava informar ao interventor HUGO SILVA.

4- Já havia colhido os elementos principais para o aludido relatório quando V. S., cumprindo determinação de seus superiores, me solicita idêntica medida. Ao atender V.S., creio-me desobrigado para com o Coronel NEPOMUCENO.

-----X-----

5- O Comunismo é conhecido no mundo inteiro como um partido político invejavelmente organizado. A semente moscovita encontrou, porém, em Macaé, campo fértil para seu desenvolvimento e multiplicação.

6- Os chamados postos-chaves estão entregues a indivíduos capazes, dedicados, esforçados, incansáveis, com enorme influência sobre as massas, em virtude da posição que ocupam, pertencentes todos ao P.C.B. municipal.

7- Interessante é que a quase totalidade dos dirigentes sai dos quadros do funcionalismo público federal, estadual e municipal. E não são, simplesmente, funcionários públicos, mas chefes de serviço, o que é pior, sabido que o exemplo vem de cima. A Polícia, diante deles, nada significa. Enquanto eles dispõem, em vontade, dos carros confortáveis de suas repartições, a Delegacia de Polícia de Macaé – uma das mais importantes do Estado, sob o ângulo político-social – possui, apenas, aos dez grandes distritos municipais, uma caminhonete velha, permanentemente em conserto. É uma lástima!

8- A enumeração total dos comunistas, sobre ser tarefa morosa, tem uma importância relativa. Por isso apresentarei aqueles nomes principais, de que depende o sucesso do movimento, com breve notícia da periculosidade de cada um deles.

9- São os seguintes:

a) ENALDO GAMA ARAÚJO, agrônomo, chefe da Inspeção Agrícola, residente à rua Barão de Cotegipe, 8. A Inspeção Agrícola

está transformada, implicitamente, numa célula comunista das mais importantes, graças à ação comunizante de seu chefe. Lá, fazem-se reuniões comunistas, mimeografam-se boletins comunistas, deposita-se pixe para pixamento das paredes da cidade. Nisto, o chefe é, preciosamente auxiliado pelo funcionário da Repartição de nome EZER, fanático militante. ENALDO, segundo apuramos, é natural de Santa Catarina, tendo sido chefe do núcleo a extinta Ação Integralista Brasileira, bandeando-se, depois, para o Comunismo. A atuação de ENALDO é ostensiva. Esquece-se de sua condição de chefe de uma repartição federal e, pessoalmente, como pudemos observar várias vezes, deita boletins pelas mesas dos cafés e botequins da cidade.

**b)** EZER SANTOS, acima referido. Escriturário da Inspetoria Agrícola. Influente do Partido. Orador. Um dos maiores articuladores. Rua da Igualdade, Vila São José, casa 7.

**c)** SIDNEY V. AGUIAR, Secretário Político do Partido. Segundo dizem, candidato a deputado estadual pelo PCB. Funcionário público estadual, encarregado da cultura física da juventude macaense. Certa feita, interpelado sobre a possibilidade de perder o cargo, em virtude de sua posição política teria respondido que o seu contrato com o Estado é bilateral, vale dizer, com ônus para ambas as partes. Antigo comunista, vive para o comunismo, tendo convertido toda a família ao seu credo. Um tio, COLOMBIANO DE AGUIAR, mais conhecido por COLÔ, mantém uma célula em plena zona rural, com vasta literatura, escola, etc., no lugar denominado “Areia Branca”. SIDNEY foi expulso da Aeronáutica (sargento). Por ocasião do levante de 35. Doutrinador, por excelência. No último comício comunista, de que nos dá notícia o boletim junto, concitou os adeptos bem como o povo em geral a batalhar pelas eleições municipais, contra qualquer ideia de classificar Macaé entre aquelas cidades que a Constituição considerou sob intervenção...

**d)** BENEDITO CARVALHO, Reside à Travessa Gouvêa, 9. Considerado o mais velho, digo, o mais antigo dos comunistas locais. Elemento perigoso, influente. Funcionário público municipal, exercendo o cargo de prático de engenharia, verdadeiramente nas funções de engenheiro, pois a Prefeitura não tem engenheiro. A administração municipal sofre com a sabotagem desse elemento, que dificulta, até, o abastecimento d’água à cidade. Os operários da Municipalidade vivem sob a influência dele.

**e)** JORGE COSTA, Funcionário Público Municipal. Tesoureiro da Prefeitura. Mistificador. Quer passar por não comunista. Diz-se pessedista municipal dissidente. Proprietário do jornal “O Rebate”, tendo sido presenteado por Amaral Peixoto ou seu governo com maquinaria moderna. Quando da última mudança de Prefeito nesta Cidade, assumiu, por orde do Governo, a responsabilidade do expediente da Prefeitura. Nessa ocasião, conseguiu que os comunistas fizessem um comício em frente ao Paço Municipal, que, então, seria profusamente iluminado. Entretanto, a ação policial não se fez esperar, tendo sido baixada uma portaria de caráter geral designando os locais únicos para comícios... No “O Rebate” são impressos os boletins comunistas. Há pouco, foi acusado de comunista pelo pároco local, em plena igreja, o que redundou numa reação violentíssima pelas colunas de “O Rebate” contra o padre. Embora, como se disse, querendo passar por não comunista, os seus amigos são os comunistas e comunista é o seu ambiente. *Ex-ferroviário, tendo deixado amigos na Leopoldina, os quais sofrem a sua influência.* (grifos meus)

**f)** JOSÉ MAIA FILHO, Engenheiro. Funcionário Público Federal. Residente à rua Marechal Deodoro, 4. Chefe do Serviço da Baixada Fluminense neste setor. Comunista, como toda família, inclusive o pai. Numa das vezes que AGILDO BARATA esteve aqui, houve uma reunião de que resultou fundar-se o “Comitê Pró Melhoramentos de Macaé”, assumindo José Maia Filho a sua direção. Certa vez, PRESTES

passou por aqui, sendo, então, saudado, por JOSÉ MAIA FILHO. Perigoso, quando não como comunista propriamente dito, por ser chefe de um serviço onde trabalha um sem número de pessoas. Ultimamente, possivelmente por infiltração, em querido fazer acreditar que é petebista... Admirador da engenharia russa. Deseja visitar a Rússia.

**g)** NESTOR FUNDÃO DE ALMEIDA, Auxiliar do Serviço da Baixada Fluminense, subalterno de JOSÉ MAIA FILHO. Articulador. Chefe da célula distrital (1º distrito), sediada ostensivamente na principal artéria da cidade. Viaja, frequentemente, ao interior, sempre acompanhado de uma grande e volumosa pasta. Fanático mesmo.

**h)** NELSON CAMILO, Chefe do Serviço de Malária. Médico. Cidadão educado, tratável, culto. Sofrendo complexo de cor (mulato). Muito discreto, para uso externo. Lida com um grande número de funcionários, todos alfabetizados, por isso mesmo eleitores.

**i)** LEONARDO YAROCHEWSKI, Russo. Diz-se engenheiro, químico e médico. Jacta-se de gozar a intimidade das mais evidentes figuras da política nacional. “Íntimo” de Getúlio e Amaral Peixoto. Diz ter descoberto gasolina sintética, extraída da laranja. Quando os mercados externos se fecharem à nossa laranja, teria ele proposto a Getúlio a fabricação de gasolina sintética, aproveitando a laranja de Nova Iguaçu. A maquinaria teria que ser feita nos Estados Unidos. Mas, o capital estrangeiro, colonizador... Ao que tudo leva a crer, embora não resida no município de Macaé, mas no de Casimiro de Abreu (Rio Dourado), onde possui uma fazenda, é o grande orientador dos comunistas locais. Está aliciando elementos para uma viagem “cultural” à Rússia. Segundo ele, o Dr. JOSÉ MAIA FILHO, já citado, deseja participar dessa viagem... YAROCHEWSKI está, diariamente, em contato com elementos comunistas de Macaé.

**j)** JOÃO DE BRAZ VITOLA, *Comissário de compras, agindo na Estrada de Ferro Leopoldina, entre Barão de Mauá (Rio de Janeiro) e Macaé.* (grifos meus) Residente à Praça Veríssimo de Melo. Comunista dos mais perigosos, a despeito da maneira delicada de tratar. É, não há dúvidas, o correio comunista, entre Rio e Macaé. De passagem pela Estação de Rio Dourado, entende-se com YAROCHEWSKI, de que demos notícia no item i. Tal como SIDNEY VASCONCELOS AGUIAR, item c, foi expulso da Aeronáutica (sargento) quando do levante comunista de 35. Indivíduo pouco escrupuloso.

**k)** ARMANDO VASCONCELOS, Fotógrafo.<sup>120</sup> Filho de Solón, também fotógrafo, já falecido. É um dos maiores entusiastas do movimento comunista. Sempre sorridente. Insinuante. Bom fotógrafo. Nos comícios comunistas que se tem feito aqui, funcionou ele como locutor. Grande capacidade de arregimentação. Na porta de seu atelier vê-se essa coisa chocante: uma placa de esmalte branco, de tamanho regular, com os seguintes dizeres: “POSTO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO”. Um posto do Ministério do Trabalho em casa de comunista fotógrafo!

**l)** JOSÉ DE AZEVEDO CUNHA, *Ferrovário. Delegado do Sindicato dos Ferrovários. Operário das oficinas de Imbetiba, da Leopoldina, cujo efetivo é de 400 e tantos operários.* (grifos meus)

**m)** OLCER LACERDA, Bancário. Gerente do Banco Predial do Estado do Rio. Pertencente à categoria dos misticadores. No PCB há sempre um número de indivíduos que não convém aparecer, pois o prejuízo deles seria do partido também. Assim, OLCER LACERDA, gerente do Banco Predial do Estado do Rio de Janeiro. É natural de Minas Gerais, mas reside há algum tempo no Estado do Rio. É raro o burguês que lhe indo ao gabinete não saia de lá com uma assinatura da “Tribuna Popular”. OLCER faz o contrato de mútuo, mas arranca uma

---

<sup>120</sup> Veio a ser avô de Andréa Vasconcellos Meirelles, que foi a primeira presidente da Comissão Municipal da Verdade de Macaé.

assinaturazinha da “Tribuna”. Admite, no máximo, que lhe chamem de simpatizante, e procura justificar essa simpatia com as injustiças sociais que andam por aí... Amigos e ambiente comunista. Nas suas palestras, mostra-se irreverentemente contra o clero e os militares.

n) MARIO CAMPOS, Comerciante. Dono da Padaria Francesa, sita à Avenida Rui Barbosa, principal artéria da cidade. Particularidade: esta Padaria tem apenas 2 portas; no entanto, não teve ele dúvidas em ceder uma delas para instalação da sede distrital do PCB, ficando, portanto, com uma só para o seu comércio. Até onde vai a paixão sectária!

o) RUI MOUTINHO DE ALMEIDA, *Ferroviário. Jovem ainda. Auxiliar de escritório. Mal elemento. Preso no Carnaval passado por embriaguez e desordem. Elemento de infiltração. Ora pertence à chamada “Ala Moça”, ora ao PSD, não deixando nunca de ser comunista e privar da sociedade dos comunistas. Na última greve dos ferroviários, foi um dos mais exaltados grevistas, tendo assaltado a cabine de uma máquina que vinha de Barão de Mauá afim de desalojar o maquinista, quase vitimado.* (grifos meus)

Aí estão, Senhor Prefeito, os orientadores do Comunismo em Macaé. O número de militantes e adeptos é grande, tanto que imaginam os comunistas uma estrondosa vitória nas próximas eleições de janeiro, na zona do 1º distrito municipal. O povo sabe que eles não estão mentindo nesse particular. Todos sentem a gravidade do problema, bem como não podem esconder a sua tristeza por saberem que não tem para onde apelar. A Constituição... Enquanto isso, o Comunismo, que é o único partido, realmente, organizado, ganha terreno. A questão de descontinuidade econômico-financeira é uma grande aliada. Eles exploram, quanto podem, essa circunstância, que alguns podem afirmar que é mundial, mas que eles retrucam com a afirmativa de que na Rússia, não, não ocorre tal.

-----

O Senhor Doutor Prefeito queria aceitar meus cumprimentos e disponha inteiramente não só de minha pessoa como da Repartição que dirijo, para qualquer efeito, principalmente para assunto de tão alta relevância como o que ora nos prende a atenção. O Brasil nunca precisou tanto de sacrifício, dedicação e patriotismo como no momento que passa. Aceitemos a nossa responsabilidade! Viva o Brasil!

JORGE AQUINO = Delegado de Polícia.

Ao Exmo. Snr. Dr. ALVARO TEIXEIRA DE ASSUNÇÃO, dd. Prefeito do Município de MACAÉ.

Considerando a reputação da organização concernente ao Partido Comunista, conforme o item 5 do documento, bem como a suposta fertilidade encontrada em Macaé pela "semente moscovita", dentre os indivíduos marcados, a princípio gostaríamos de chamar a atenção dos que se relacionam diretamente com a questão ferroviária. Nesse sentido, destacamos em primeiro lugar a figura de Jorge Costa, letra “e”, identificado pelo relatório do delegado como funcionário público municipal, ocupando o cargo de tesoureiro da Prefeitura. Tendo a deferência, inclusive, de ter assumido o expediente da Prefeitura, a partir de ordens superiores, por ocasião da última mudança de prefeito no município. E ter sido presenteado

por pelo Presidente do Estado, Amaral Peixoto<sup>121</sup>, com maquinário moderno para o seu jornal. O que, ao nosso ver, denota, de certa forma, alguma inserção do cidadão citado dentro dos quadros políticos da época, ainda que seja a partir do uso político e o controle de informações pelo seu jornal local. Portanto, talvez, em sua ficha, o que mais se destaque seja o fato dele serentão, o proprietário de “O Rebate”, jornal de grande influência no município, sob acusação relatorial de que, em cujas oficinas, se rodavam também boletins comunistas. E finalmente, a condição de ex-ferroviário, da qual o delegado destaca que “*rendo deixado amigos na Leopoldina, os quais sofrem a sua influência.*”

Outro nome que merece destaque no relatório é o de João de Braz Vitola, letra “j”. Qualificado como “*comunista dos mais perigosos a despeito da maneira delicada de tratar*”, João não é identificado exatamente como ferroviário, mas, sim, como comissário de compras. No entanto, a sua periculosidade se remete diretamente às ligações facilitadas entre o interior e a cidade do Rio de Janeiro através da Estrada de Ferro da Leopoldina. Já que o mesmo, embora morando na Praça Veríssimo de Melo, num endereço central de Macaé, faz o trajeto entre Macaé a Estação Barão de Mauá (aparentemente constante), tornando-se, certamente, na suposição do delegado, “*o correio comunista*”, conforme sublinhado no relatório. Ao que o delegado ainda o qualifica como “*indivíduo pouco escrupuloso*”, cremos que pelo fato de o mesmo ter sido expulso da Aeronáutica como suposto revoltoso em 1935.<sup>122</sup> Conforme o relatório menciona, sem dar maiores detalhes.

O terceiro nome a ser destacado é o de José de Azevedo Cunha, letra “l”, esse sim, ferroviário, ocupando uma posição importantíssima no centro de uma suposta rede comunista macaense. O relatório o identificou como “*Delegado do Sindicato dos Ferroviários e operário das oficinas de Imbetiba, da Leopoldina*”. E embora no documento secreto ele tenha sido um dos que mereceu menor destaque em termos de qualificações e referências negativas, o perigo eminente em relação à sua figura era o número de operários das oficinas, que o relatório quantificou, à época, em quatrocentos e tantos operários. Deixando no ar a preocupação das imbricações políticas históricas entre coletividade e o marxismo a partir do

---

<sup>121</sup> Ernâni do Amaral Peixoto foi nomeado interventor federal do Estado do Rio de Janeiro em 1937, pouco antes de Vargas decretar o Estado Novo. Cargo que ocupou até 1939, quando se licenciou do mesmo e mudou-se para os Estados Unidos, após se casar com a filha do então Presidente da República, Alzira Vargas. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/peixoto-ernani-do-amaral>. Acesso em 20 de outubro de 2019.

<sup>122</sup> Provavelmente a referência “revoltoso” faz menção à participação direta ou indireta na Intentona Comunista de 1935. Os documentos não trazem maiores detalhes.

famoso conclave de Karl Marx (1848), no encerramento do seu Manifesto Comunista: *“trabalhadores do mundo inteiro, uní-vos!”*

O senhor Mário “Bretel” Campos, que aparece na letra “n” do relatório estava longe de ser ferroviário, era comerciante, dono da Padaria Francesa, da qual, segundo o documento, cedeu uma porta para sede distrital do PCB, o que não era pouca coisa. Já que o delegado classifica essa cessão de *“paixão sectária!”* É que apesar do distanciamento profissional entre o proprietário da padaria e os ferroviários, destaca-se na sua descrição o endereço onde sua padaria estava situada, a *“principal artéria da cidade”*. Cenário no qual, as grandes lutas ideológicas no decorrer dos anos, com destaque para as ações vinculadas ao movimento operário, vão se suceder.

Finalmente, o relatório que se encerra com a citação de nomes referente à letra “o”, menciona o ferroviário, ocupante do cargo de auxiliar de escritório, Rui Moutinho de Almeida. Destacado como *“jovem ainda”*, o documento imediatamente o taxa de *“mau elemento”*. Pertencente ao que o delegado chamou de *“Ala Moça”* do partido, destaca que, *“na última greve dos ferroviários, foi um dos mais exaltados grevistas”* e que quase vitimara o maquinista, no desejo de desalojá-lo, ao assaltar a cabine de uma máquina que vinha de Barão de Mauá.

A referida greve ocorrera no ano anterior, 1945, quando ainda no contexto do Estado Novo havia enorme repressão aos operários e suas lideranças pela polícia e a contribuição sindical, que estava proibida, era feita de forma clandestina, pelo menos pelos ferroviários. Mantendo acesa, apesar da pressão centralizadora do Estado através dos órgãos de controle, a chama dos direitos e organização dos trabalhadores. O que nos leva à certeza de que seja exatamente na mudança de regimes, entre o fim do Estado Novo e o início do Governo Dutra, e, conseqüentemente, na necessária mudança nos modos de agir da polícia, que se registre o lamento-justificativa do delegado no item 2 do referido relatório, por não ter feito um relatório desse teor, por vontade própria, anteriormente. E o caráter desse, ser obrigatoriamente, secreto:

Há meses, vinha pensando num trabalho dessa natureza; entretanto, com o advento da Constituição de 1946, as anteriores instruções da DIVISÃO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL tornaram-se caducas, automaticamente. Farse-iam mister novas instruções, ainda que secretas, dado o clima constitucional, para que pudesse me aventurar em terreno de tamanha responsabilidade. Aguardo-as até hoje...

### 4.3.3. 4º Documento

O quarto documento avulso que nos chegou às mãos foi produzido quase cinco meses após o terceiro apresentado. Mais uma vez, trata-se de um ofício com origem na Delegacia de Polícia do Município de Macaé, datado de 06 de maio de 1947. O assunto, dessa vez, é a fina relação entre o comunismo e o Sindicato dos Ferroviários da Leopoldina. No entanto, o documento está incompleto, não estando presentes nas duas páginas que o compõem em parte, o nome do Delegado que o assina, nem o do “Tenente Coronel Secretário”, ao qual ele é endereçado. Falta também o programa das comemorações do dia 1º de maio daquele ano. Mas, mesmo assim, o documento é bastante interessante, especialmente nas menções que faz à figura de Aristóteles de Miranda Melo, importante líder político regional, com grande atuação à frente dos ferroviários, categoria à qual fazia parte. Bem como, ao assunto principal do mesmo. Vamos ao documento:

#### DELEGACIA DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE MACAÉ

**Of. nº 127/47**

Em 6, de maio, 1947.

ASSUNTO: - O comunismo e o Sindicato dos Ferroviários da Leopoldina.

Senhor Tte. Coronel Secretário:

O SINDICATO DOS FERROVIÁRIOS DA LEOPOLDINA, DELEGACIA DE MACAÉ, fez executar no dia 1º de maio, “Dia Internacional do Trabalho”, o programa anexo.

2. Por ele, verá V. Excia. Que houve um desfile, seguido de comício na Praça Veríssimo de Melo.

3. Conquanto não ignorasse que a Polícia do Distrito Federal havia proibido passeatas e desfiles, ignorava, entretanto, medida de semelhante da Secretaria de Segurança Pública do Estado. O “Diário oficial” nada trouxe, nem me chegou qualquer ofício ou circular a respeito. Dias depois é que, lendo jornal atrasado da cidade de Campos, vi uma nota do Delegado Amyl Richaid proibindo tais manifestações, em nome do Secretário de Segurança Pública.

4. Do seguinte constou o desfile: banda de música, alunos do SENAI (Oficinas ferroviárias de Imbetiba) e quarenta e poucos ferroviários, empunhando, cada qual, um cartaz, comdizeres assim: “NÃO SOMOS CARNE PARA CANHÃO”; “TUDO POR VOLTA REDONDA”; “TUDO PELO DIREITO DE GREVE”; “SINDICALIZAÇÃO PARA O CAMPO”; “VIVA O CAPITALISMO PROGRESSISTA”; “CASAS OPERÁRIAS COM O DINHEIRO DOS INSTITUTOS”; “PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNI-VOS”; “TERRA! TERRA!”; “PÃO! PÃO!”; “REAGIREMOS CONTRA QUALQUER INTERVENÇÃO MATERIAL EM NOSSOS SINDICATOS”; “ABAIXO O

IMPERIALISMO”; “HONREMOS OS QUE FICARAM EM PISTÓIA”; “ONDE HÁ FASCISTAS NÃO HÁ 1º DE MAIO”; etc.

5. Quando o desfile chegou à Praça Veríssimo de Melo, teve início o comício. No coreto, estava instalada a aparelhagem de rádio transmissão e auto-falantes pertencentes ao PCB, Comitê Municipal de Macaé. Como operador, vimos o célebre comunista local EZER SANTOS, funcionário do Ministério da Agricultura, servindo emprestado à Inspetoria Agrícola Estadual desta cidade. Delegado do Partido Comunista local ap IV CONGRESSO COMUNISTA, agitador eficiente, fanático militante.

6. Os elementos componentes do desfile foram, cuidadosamente, identificados como comunistas. Interessante é que o Sr. ENALDO GAMA DE ARAÚJO, exonerado, há tempos, pelo Interventor HUGO SILVA das funções de Chefe da Inspetoria Agrícola, por ter transformado a sua repartição em célula extra do comunismo, esteve presente ao desfile dos “ferroviários” e foi incansável na “árdua” tarefa de colocar em boa forma o pessoal, dando posição e instruções a cada um. Interpelado, nessa ocasião, pelo Delegado se era, também, ferroviário, respondeu seca e malhumoradamente: “Não; sou sem trabalho”, e virou as costas. No coreto, e fora dele viam-se todos os chefes comunistas locais. Impressão geral do povo: desfile e comício nitidamente comunistas.

7. A atual diretoria do Sindicato dos Ferroviários do Rio de Janeiro, DELEGACIA DE MACAÉ, é composta dos seguintes diretores: ARISTÓTELES DE MIRANDA MELO, conhecido por “TOTE”, Delegado Sindical, condutor de trem, comunista; GERALDO JAIME COELHO, Secretário, trabalhista; JOSÉ CIRIACO NETTO, tesoureiro, comunista. Verdadeiro assalto ao sindicato, segundo informações fidedignas. A Diretoria anterior lia por outra cartilha; eis senão quando, inesperadamente, por insinuação do líder sindical BARRETO GOMES, comunista, ferroviário, ex-candidato a deputado federal, os comunistas ferroviários locais, pondo em jogo a sua disciplina e capacidade de organização, convocaram uma assembleia extraordinária e, com número legal, e elementos comunistas na quase totalidade, elegeram nova diretoria, que é a acima indicada. De lá para cá, ambiente e propósitos comunistas. Em conversas com alguns ferroviários do PTB (PARTIDO TRABALHISTA) soube que, por meios normais, não será fácil mudar a situação, dado que os demais ferroviários não tem o hábito disciplinado de atender às convocações do órgão de classe.

8. Há tempos, havia em Macaé mais um Sindicato, o dos Empregados em Construção Civil. Em 1937, desapareceu. Agora, no comício dos “ferroviários”, foi anunciado para breves dias o seu renascimento. O mais entusiasta ao anunciar o próximo evento foi o delegado sindical ARISTÓTELES DE MIRANDA MELO, já mencionado.

9. O discurso proferido por ARISTÓTELES DE MIRANDA MELO começou por explicar a origem das comemorações do 1º de maio: “\_massacre dos operários de Chicago em 18... Em 1946 não houve comemorações porque o Ministro era NEGRÃO DE LIMA, dono de bancos. Ali estavam por conta da Carta Magna de 1946. Combateu os últimos redutos fascistas: \_Espanha, Portugal e Turquia. Apologia do direito de greve. Diz que os cariocas não puderam desfilar graças aos “reacionários que cercam o governo do GENERAL DUTRA”. (...)

Comparando o terceiro e o quarto documentos, percebe-se que eles se entrecruzam, sobressaindo em ambos uma grande preocupação com o “perigo comunista” vigente em Macaé. Ao mesmo tempo em que ambos documentos são produtos de um estado de vigilância



constante rondando esses supostos comunistas. Vide, por exemplo, a exoneração citada, do Sr. Enaldo Gomes de Araújo.

Se no terceiro documento há uma relação mais elaborada entre comunistas e funcionários públicos, nesse quarto, a qualificação comunista estabelecesse-se, quase que totalmente sobre os ferroviários, responsáveis pelo desfile e o comício em comemoração ao Dia Internacional do Trabalho. Desfiles que se repetiram durante muitos anos sob organização de seu sindicato com a agregação de outras classes trabalhadoras do município. Que, por tradição, se concentravam na Praça Washington Luís, de onde percorriam a “principal artéria da cidade” a Avenida Rui Barbosa, numa espécie de panfletagem da classe trabalhadora conscientizada, para finalmente, se estabelecerem em comício, ou ações semelhantes, na Praça Veríssimo de Melo, cujo coreto durante muitos anos foi palco para esses tipos de manifestações políticas.<sup>123</sup> Não apenas por parte dos ferroviários.

Durante as escutas das testemunhas e a realização das pesquisas pela Comissão da Verdade de Macaé nos pareceu claro, e isso foi reafirmado por ferroviários, inclusive pelo próprio Sr. Lauro Martins, que eles (ferroviários) haviam sido, nos anos 1950 e início dos sessenta, os principais responsáveis pelo processo de conscientização da classe operária macaense, tanto dentro dos setores de trabalho da Leopoldina, quanto, de forma transbordante, a outros grupos locais, como camponeses, professores, comerciários etc. Informação que nos pareceu bastante lógica pela convicção afirmativa dos testemunhos e de duas rodas de conversas (de registros não autorizados) ocorridas no ano de 2014, com alguns “velhos” ferroviários, que haviam sido militantes políticos em favor de direitos trabalhistas e haviam sofrido punições a partir do Golpe de 1964. Uma dessas rodas de conversas ocorreu na própria sala de reuniões do antigo prédio da Câmara Municipal de Macaé<sup>124</sup>, inclusive com

---

<sup>123</sup> Ainda no século XIX, a então Vila São João Batista de Macaé teve estruturação do seu traçado urbanístico original, que ainda hoje se estabelece como uma espinha dorsal da cidade. O engenheiro contratado pela Câmara Municipal foi Henrique Luiz Niemeyer Bellegarde, que nascera em Lisboa e chegara ao Brasil ainda criança, com cinco anos de idade. Coursou engenharia militar no Rio de Janeiro e chegou à condição de engenheiro-chefe da Seção Norte da Província do Rio de Janeiro. Ao estabelecer o seu projeto, em 1837, baseou o traçado em três grandes ruas paralelas: a Rua Direita (a principal); a Formosa, que se dirigia ao interior, e a rua da Praia. O projeto se completava com duas praças nos extremos das ruas: a Praça da Alegria (que se tornaria Praça Washington Luís) e a Praça da Matriz, que depois se chamaria Praça Veríssimo de Melo. Esses e outros melhoramentos foram realizados no sentido de elevação da Vila à Cidade, que aconteceu em abril de 1846.

<sup>124</sup> O prédio que foi construído para residência no século XIX, já foi utilizado como Prefeitura, como Câmara Municipal e, atualmente, é sede do Centro Cultural do Legislativo Macaense. Em 2014, funcionava como sede antiga da Câmara Municipal após essa ter sido transferida para um novo prédio. Endereço: Praça Gê Sardemberg, s/n, Centro.

um representante da Comissão da Verdade do Rio; e outra no Sindicato dos Ferroviários e Pensionistas da RFFSA.<sup>125</sup>

Embora o Presidente da Comissão tenha conseguido a presença de um "antigo ferroviário" dos tempos áureos do movimento, a sua participação estava condicionada à negação de qualquer tipo de registro dos encontros. Fato que foi seguido à risca. O desconforto desse senhor em relação à ditadura era muito grande (segundo Sr. Lauro), que ele não aceitava nenhum tipo de gravação, fotografia ou registro que envolvesse a vinculação pública de sua pessoa em temas relacionados com o seu passado (ou poderíamos dizer, com suas próprias memórias). E apesar dele ter comparecido, sob as relações de amizade com o Sr. Lauro, mesmo um tanto suspeito, rememorou muitos fatos referentes ao processo de militância, das greves e passeatas, mas, especialmente, ao sofrimento de 1964 (sem tocar na palavra tortura). Infelizmente, não há registros sobre seu caso no Relatório Final da Comissão, pelo respeito à condição imposta por ele, ao voto de confiança ao Sr. Lauro em comparecer em ambas situações, e nosso respeito à sua própria história.

Em situações como essas, o lugar do pesquisador, ou simplesmente daquele que escuta testemunhos memorialísticos, é de grande enriquecimento pessoal, embora a efemeridade dessa memória volatilizável, já que não registrada.

Retomando, portanto, as inter-relações entre os documentos apresentados, tornam-se perceptíveis que as conexões entre o comunismo e o Sindicato dos Ferroviários estabeleceram-se de forma pública, a partir da década de 1940, especialmente quando o Sindicato passou a ser liderado por Aristóteles de Miranda Melo. Há, portanto, a partir do cruzamento de testemunhos e documentos, uma ampliação temporal desse imbricamento, que nos leva a outras percepções.

A primeira percepção se refere ao apelido "*Moscuzinho Brasileira*", adquirido por Macaé, aparentemente, nos anos 1940. A cidade, já com forte viés operário, devido aos ferroviários, e com vasta representação do funcionalismo público, fervilhava na luta por direitos trabalhistas. Além do forte viés comunista alimentado pelo *modus operandi* multiplicador utilizado pelos supostos elementos locais, alimentados pelo vai e vem das informações fomentado pela linha férrea. "Tote", por exemplo, era condutor de trens, o que o colocava num movimento constante entre Macaé e outras cidades ferroviárias, facilitando seu perfil persuasivo e mesmo de compreensão do que estava se passando fora do município. De

---

<sup>125</sup> Associação dos Aposentados, Pensionistas e Ex-Ferroviários da R.F.F.S.A. popularmente conhecido como Sindicato dos Ferroviários de Macaé, situada na Rua Getúlio Vargas, 65, Miramar.

modo que a linha do trem se estabeleceu como um elemento de vinculação também a favor da unidade dos trabalhadores da categoria.

A segunda percepção diz respeito à organização em torno do Partido Comunista, o que aparece como um elogio às avessas registrado nos dois últimos documentos; e da ação a partir de células partidárias, ou células comunistas. Ou seja, grupos organizados a partir de regiões, identidades profissionais etc., que comungavam os ideais do partido e organizavam estratégias políticas no sentido de sua promoção.

Se por um lado, no terceiro documento, os ferroviários nem apareceram como os principais na ordem da listagem organizada pelo delegado, nem foram destaques na introdução do mesmo, visto que esse lugar, no levantamento do responsável pela Delegacia de Macaé, era ocupado por funcionários públicos das esferas federal, estadual e municipal. No quarto documento, o seu sindicato é identificado como uma célula claramente comunista.

A *Leopoldina Railway* só se tornaria uma empresa pública federal em 1950, passando a se chamar Estrada de Ferro da Leopoldina. Com a encampação, os ferroviários, até então funcionários do setor privado, passaram à condição de funcionários públicos federais. Era o adeus ao tempo dos ingleses, mas, ao mesmo tempo, o início do ocaso das ferrovias em território nacional.

Em 1956 haveria a criação da Rede Ferroviária Federal S.A, e a conseqüente encampação pela União de várias empresas ferroviárias que atuavam no país. O decreto de criação da Rede Ferroviária S.A. havia sido enviado ao Congresso em abril de 1952, pelo então Presidente da República, Getúlio Vargas. No entanto, como registrou o jornal “O Rebate” (o tal jornal do Sr. Jorge Costa), no dia 2 de outubro de 1956, o projeto “*dormira longo sono*” nas comissões internas do Congresso.

Apesar da coincidência entre o registro do delegado no ofício de 1946, referindo-se aos funcionários públicos e o viés comunista dez anos antes, não nos parece exatamente essa a explicação para a afinidade entre ferroviários e a identidade comunista transbordante no município de Macaé. Nos chama mais a atenção, o fato que, à medida que o PCB foi tornado definitivamente ilegal em abril de 1947 e a perseguição às células locais foram abertamente autorizadas, a obrigatória manutenção do trabalho coletivo nos diversos setores da empresa ferroviária fortaleceu a coletivização política entre eles. Muito embora todos estivessem cotidiana ou ocasionalmente reunidos em nome do trabalho na empresa.

Fundado em 1922, o Partido Comunista do Brasil surgiu com o ideal de implementar um possível reposicionamento do proletariado em crescimento no país, cuja maior bandeira era o combate ao processo exploratório que acompanhava o sistema capitalista vigente. Refletindo ainda as ideologias da Revolução Russa de 1917<sup>126</sup>, desde a sua fundação já fora visto com desconfiança pelos políticos tradicionais e seus respectivos partidos. De modo que fundado em abril, em junho do mesmo ano já fora colocado na ilegalidade pelo então Presidente da República Epitácio Pessoa. Recuperou sua legalidade em janeiro de 1927 e, em agosto do mesmo ano, fora novamente tornado ilegal. Tendo formado nesse curto período de tempo o Bloco Operário, legitimando sua ideologia de agregar para fortalecer-se. O que acontece gradativamente mesmo nos períodos de polarização entre a legalidade e ilegalidade.

Entre 1929 e 1935 o partido legal movimentou-se habilmente no cenário político nacional, agregando ao seu quadro de membros, em 1934, Luiz Carlos Prestes que retornara da União Soviética. A partir desse março, com o avanço internacional do nazi-fascismo e o surgimento no Brasil do Integralismo que lhe refletia as propostas, o PCB apoiou a formação da ANL - Aliança Nacional Libertadora (REIS FILHO, 2014) da qual Prestes se tornou presidente de honra.<sup>127</sup> Mediante a frustrada tentativa de tomada de poder e implantação de um governo proletário e de esquerda através da Intentona Comunista de 1935, a ANL foi totalmente desmontada a partir da sua ilegalidade decretada pelo governo Vargas, e a consequente prisão de seus líderes. Esse duro golpe na esquerda nacional em mobilização no país seria culminado em 1937, quando Vargas decretou o Estado Novo, estabelecendo uma ditadura “protetiva” da infiltração do comunismo no Brasil, que duraria até 1945. Durante todos esses anos ditatoriais, o PCB permaneceu na ilegalidade, seus quadros foram desmantelados através da perseguição do estado ditatorial. O retorno à legalidade em 1945, quando da publicação da nova constituição, deu ao partido uma espécie de período de reorganização institucional. No entanto, os ideais aos quais ele representava politicamente nunca haviam deixado de estarem em efervescência nos grupos legitimadores de sua base no

---

<sup>126</sup> Revolução que derrubou o Estado Absolutista Czarista na Rússia e implementou o Socialismo no país. Para uma discussão mais aprofundada, consultar: SECCO, Lincoln. O centenário da Revolução Russa. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142017000300081](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142017000300081). Acesso em 30 de outubro de 2019.

<sup>127</sup> A Aliança Nacional Libertadora surge em decorrência do aumento das propostas políticas fundamentadas na ideologia da extrema direita, tendo como principal representante à época, o Partido Integralista, ou os "Camisas Verdes". Quando foi lançado o comitê diretório nacional da ANL em 1935, a presidência de honra foi dada a Luís Carlos Prestes, que já era reverenciado no Brasil como um grande nome contra a direita e o fascismo.

país. De modo que a cada retorno da ilegalidade o seu impacto político era amplamente sentido, gerando, portanto, a histórica ameaça.<sup>128</sup>

Retornando aos trabalhadores da ferrovia, independente de cada momento de proibição, a política estava no substrato do trabalho coletivizante realizado por eles. Além da manutenção de um sindicato sob forte liderança que em sua representação formava um forte elo com sua própria base. E que, embora funcionando sob forte influência da cartilha comunista, o que lhe dava a própria alma da existência, legalmente não estava proibido em sua representação. Complementando-se, portanto, nos processos contínuos de defesa dos interesses do trabalhador em consonância com a reflexão sobre o lugar desse trabalhador no processo produtivo. O que, provavelmente, tenha sido a grande marca do Sindicato dos Ferroviários da Leopoldina, ir além dos desejos imediatos da classe. O que também, em termos sociais e políticos, caracterizou os seus diretores, em alguns momentos mais do que em outros, como “fortes lideranças”. Foi dentro desse contexto, que nos anos seguintes, sobressaiu em Macaé em consonância com o Brasil inteiro, o sentimento de unidade ferroviária, com um forte perfil pedagógico e representativo. Refletindo, em termos locais, a Moscouzinho Brasileira a todo vapor.

Conformação passível de ser comparada à leitura freiriana sobre oprimidos e ação pedagógica, na qual o processo de conscientização do explorado necessita passar por uma espécie de formação educacional que transcenda a escola como estrutura sistêmica, de modo que ele compreenda sua própria condição dentro da estrutura social. Já que, de modo geral, os opressores, ao fazê-lo, geram, na própria unilateralidade exploratória, a convicção da obediência e as regras morais que o conduzem a adequação ordenadora, sem questionamentos. Por isso, para Freire, a conscientização deveria passar obrigatoriamente pela compreensão do mundo produtivo ao qual o indivíduo estava inserido, e da flexibilidade desse mundo em si. Desde as impressões materiais, registradas em seus corpos; às impressões culturais, presentes no dia a dia. O que só seria possível se dar a partir de um processo de ensinamento-aprendizagem oriundo da comunhão dos oprimidos, respaldando a coesão do grupo, possibilitando o surgimento ou a manutenção do partido ou, simplesmente, as redes de embate e resistências que ele (sujeito-trabalhador) fora capaz de mobilizar (FREIRE, 2013).

---

<sup>128</sup> Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/QuestaoSocial/PartidoComunista>. Acesso em 20 de outubro de 2019.

Nesse sentido que, vivenciado no campo material em prejuízo das atividades produtivas, o estado de greve atesta uma fase interessante nesse processo de educação do trabalhador. Enquanto expressão de classe, opera no sentido de geração de simbiose uns com os outros, favorecendo a ação integrada a partir das condições em comum geradoras da identidade. Ao reelaborá-los como classe, a conscientização da força gerada pela união, propõe-se em ação sistêmica contrária à forma que capitalismo também sistematicamente estabelece: gerando primeiro o sentido de pertencimento vazio, cooptando individualmente para enfraquecer, e atuando na produção do desejo do consumo e da acumulação. Expressões de pura perspectiva burguesa, que agem como se fossem os motores do sistema, capazes de naturalizarem toda produção de desigualdades, revelando em sua base, por conseguinte, valores, concepções e interesses da classe capitalista.<sup>129</sup> Ao contrário disso, o direito de greve como expressão de classe necessita legitimar-se na diluição do indivíduo para amalgamá-lo em potencialidade com o outro, fortalecendo a perspectiva de obtenção de direitos individuais, porém adquiridos coletivamente; identificados com as necessidades econômicas e socioculturais daquele grupo de semelhantes, plasmando-lhes esperanças (ENGELS, 1982). De modo que, no âmbito dos aspectos psicológicos da classe, indissociáveis do todo complexo que é o ser humano, a esperança aparecerá sempre como a possibilidade de um retorno do desejo subjetivo para um estado de sociedade fora das condições de exploração e precariedade demarcadoras das trajetórias de cada um. Afinal de contas, toda greve, direta ou indiretamente, traz consigo o sentido de enfrentamento do sistema, e da abertura de novas possibilidades, sejam elas políticas, econômicas ou sociais.

Assim, na posição de intermediação entre as condições externas e internas nas quais cada indivíduo socialmente é estabelecido, as imposições do cotidiano o condicionam e ponderam, dinamizando-o entre a realidade cartesiana e suas construções psíquicas ampliadas, classificáveis de formas variadas, tais como sonho, desejo, esperança (FREUD, 2012). Corroborando a possibilidade de uma Cocanha operária (FRANCO JÚNIOR, 1998), como representação idealizada da classe trabalhadora, em espelhamento à liberdade democrática, à menor, ou inexistente, disparidade socioeconômica e cultural, capazes de na abundância e transbordamento coletivos, sobrepujam-se aos impositivos do mundo capitalista como ele é.

---

<sup>129</sup> Sobre o direito burguês e as perspectivas de uma justiça identificada com o mesmo grupo, cabe olhar: MIAILLE, Michel. **Introdução Crítica ao Direito**. Lisboa: Estampa, 1989.

Ao contrário dessa luta em conjunto, movida por sonhos, os órgãos de controle e repressão por agirem em nome das forças opressoras, embora travestidos da roupagem do Estado, obrigatoriamente trabalham no sentido do desmantelamento da coletividade trabalhadora. Cujo principal objetivo é retornar o sujeito à condição inicial de fraqueza e dominação, gerada pela sua individualidade e superada pela sua inclusão na condição de classe.

#### **4.4. Lideranças ferroviárias – locomotivas do movimento**

A partir dos anos 1940, a figura icônica do líder sindical Aristóteles de Miranda Melo foi de enorme importância no fortalecimento histórico dos ferroviários macaenses e à conscientização sobre a necessidade dos enfrentamentos classistas e as esperanças que se disseminaram pela região.

Por ocasião dos trabalhos da Comissão Municipal da Verdade de Macaé as memórias em torno de sua liderança vieram repetidas vezes à tona. Na concepção do ferroviário aposentado Lauro Martins, se a Comissão da Verdade de Macaé tivesse que homenagear alguém com um nome, deveria ter sido o de Aristóteles.

##### **O carisma e o sindicalismo**

Aristóteles de Miranda Melo, mais conhecido por “Toti”, era uma figura carismática, assim de uma liderança aflorada.<sup>130</sup>

Eu o conheci morando ali na Rua Tiradentes. Tinha uma família grande, pai de uma grande família. Tinha um filho chamado Horácio que foi meu colega, contemporâneo. Houve uma participação muito grande dele na política ferroviária comigo.

O Horácio, que a gente chamava carinhosamente de Horacinho, foi meu colega de SENAI e, posteriormente, nós desincumbimos uma tarefa no meio político sindical que era atender camponeses e participar da ocupação para efeito de reforma agrária em Macaé. E aí, fora o Horácio, o Aristóteles era uma liderança notória no meio ferroviário. Era guarda-freio e sindicalista. Ele fazia mais trabalho político lá no Rio, porque tinha mais expressão; uma pessoa que era muito conhecida na ferrovia. Ele conseguiu alinhar uma nova liderança e modelo de trabalho diferente no sindicalismo ferroviário. O ideal dele era comunista-marxista.

Tinha um irmão que era liderança em Macaé que se chamava Álvaro Miranda. Álvaro era uma liderança já sendo superada porque ainda era da linha do “caudilhismo” de Getúlio Vargas, do PTB. Aristóteles entrou em atrito com essas lideranças em todas as áreas da Leopoldina nas quais ele atuava: Itapemirim, Vitória, Macaé, Campos e Rio de Janeiro. E conseguiu fazer uma nova política sindical que a gente deu o nome de “pau puro”. E a gente conseguiu naquela época grandes vitórias interessantes para os trabalhadores. Foi quando começou a se destacar esse tipo de

<sup>130</sup> Encontramos o registro documental do apelido de Aristótelis tanto grafado como Tote, quanto Toti. Em trechos que não sejam citação, optamos pela segunda opção: Toti.

trabalho sindical, que aliado à política da época, mais especificamente a Jango (João Goulart), a gente “botou fogo” no Brasil, sindicalmente.

(Testemunho do Sr. Lauro Martins para a Comissão Municipal da Verdade de Macaé – em 13 de março de 2015. **Relatório da Comissão Municipal da Verdade de Macaé**. Câmara Municipal de Macaé (RJ): 2016. p. 17)

O período que vai do início dos anos 1950 ao golpe de 1964 configurou-se como o de maior autonomia e força relativas para as organizações sindicais brasileiras. Se do final dos anos 1930 até meados dos anos 1940 essas organizações se viram completamente tolhidas pelo Estado Novo de Getúlio Vargas, o íterim do governo Dutra possibilitou um processo de oxigenação dessas organizações e a reestruturação de suas propostas de ações sob lideranças mais criativas e solidárias. O que permitiu o redimensionamento dos sindicatos, configurando-os como importantes blocos de impacto e pressionamento das políticas salariais do governo federal. Processo que se estabeleceu a partir do ritmo acelerado do desenvolvimento econômico pelo qual passava o país. Além de outras questões mais localizadas, mas não menos importantes, como o Movimento de Renovação Sindical (1957-1960), que agregou sindicalistas críticos do PCB, católicos de esquerda e grupos sindicalistas independentes; bem como a histórica aproximação entre comunistas e petebistas, após o fim do Estado Novo (MATTOS, 1999).

Dos três sindicatos que mais se destacaram em número de associados e consequentes atuações classistas, quais sejam bancários (75%), metalúrgicos (50%), os ferroviários chegaram a alcançar no período pré-golpe o registro de 85% de trabalhadores associados. Dezesete mil ferroviários num total de vinte mil. Contexto no qual, em termos de retaguarda regional, se inseriu a marcante atuação de Toti.

A forte influência do PCB, bem como a incapacidade de gestão de todos esse processo, levou ao fracasso a política de colaboração de classe de Vargas entre 1951-54, que já havia alcançado relativo sucesso em seu governo anterior. Naturalmente, com alguma relativização, considerando o formato antidemocrático dos últimos oito anos do governo.

Assolado pela crescente inflação no país e pelos reflexos do salário mínimo sem aumento desde 1951, estourou em março de 1953 a Greve dos Trezentos Mil. Iniciada na indústria têxtil, mas que se entabulou como efeito dominó sobre outras categorias, incluindo os ferroviários. Colocando à mostra o descontrole do governo sobre as categorias



trabalhadoras organizadas em seu país. Era como se um dos pilares históricos da trajetória varguista não representasse mais a segurança ou a gratidão esperada em relação ao presidente.

Mediante a formação da Comissão Intersindical de Greve, numa busca de resgate do controle da situação, Vargas nomeou o então presidente do PTB, João Goulart, para ministro do trabalho. Apesar da simpatia de Jango entre as classes trabalhadoras, nos parece que a questão alcançara uma dimensão bem além da pessoal. Uma grande pressão social irrompia forças em desalinhamento entre a população do país, via sindicatos, e o governo de Getúlio Vargas (WEFFORT, 2003). O que levou ao aumento de 100% do salário mínimo em 1º de maio de 1954. Ato que se configurou muito mais como resultado do desequilíbrio político vigente, do que propriamente, interesse pelas classes trabalhadoras. Sem contar o impacto negativo desse anúncio para as classes patronais. O fim trágico do governo com o suicídio do presidente representou, em parte, todas as forças em desalinhamento atuando sobre Vargas, que se compuseram numa espécie de “labirinto de perdição”.

Durante os governos de Juscelino Kubitschek e de Jânio Quadros, a potencialização sindical se manteve expressa em dois âmbitos: a capacidade de mobilização e a consequente participação capilarizando-se desde os grandes eventos grevistas nas capitais aos reflexos desses no interior, Brasil a fora. Notadamente, é importante destacar o processo de politização da classe trabalhadora construída ao longo dos anos, inclusive ao revés do controle de patrões e do próprio governo. Bem como, da influência das instituições sindicais em protagonismo naquele momento da história do país.

Em outubro de 1957 estourou a Greve dos Quatrocentos Mil, em São Paulo, cuja principal reivindicação era o aumento de 45% do salário mínimo e medidas governamentais que barrassem a carestia desenfreada de produtos básicos no país. A cooptação do apoio político dos trabalhadores fez com que o governador de São Paulo, Jânio Quadros, primeiro declarasse a greve legal, cambiando-a em alguns dias para a classificação da ilegalidade. O que além de não satisfazer os grevistas, implicou na falta de sustentabilidade de opiniões políticas, próprias ao momento convulsivo, no qual a declaração de legalidade da greve pelo governo do estado poderia levar a consequências sociais inesperadas e irremediáveis. Embora esse movimento tenha sido dissipado depois de dez dias com algumas conquistas relativas por parte dos trabalhadores, a escalada inflacionária recorrente no governo de JK seriam os grandes motores para a recorrência às greves, cujas reivindicações foram quase sempre vinculadas à defasagem salarial frente à corrida da inflação. Condição que abria espaço para

outros tipos de protestos, já que a insatisfação salarial nunca se colocava como um motivo desvinculado de outras aspirações dos trabalhadores sindicalizados. O “leque” aberto pela didática sindicalista sob inspiração das conquistas internacionais comunistas implicava, junto com a melhoria dos salários, condições de vidas mais adequadas aos trabalhadores de modo geral.<sup>131</sup>

Em 1960 a força da massa trabalhadora se demonstrou mais uma vez através da realização do III Congresso Sindical Nacional dos Trabalhadores, em São Paulo, movimento do qual resultou uma espécie de racha entre as forças sindicais identificadas com os princípios comunistas e as lideranças de cunho mais brandos, que seriam classificadas novamente de “pelegas”. Essa divisão demonstrou, na verdade, um processo de polarização de forças atuantes junto aos trabalhadores, com todas as inserções próprias ao jogo político vigente. Dentro desse contexto, é possível observar a marcação das posições cada vez mais exacerbadas dos grupos sindicais, que se manifestariam no final de 1960 na Greve da Paridade. A greve teve por objetivo questionar a disparidade salarial entre trabalhadores de empresas controladas pelo governo (ferroviários, marítimos e portuários) e o próprio governo, em virtude dos salários dos militares muito superiores aos das categorias grevistas. No entanto, mudou para si uma enorme quantidade de questionamentos em jogo na política nacional, que ia demarcando posições em confronto. Gradativamente, a classificação comunista x não comunistas ia se estabelecendo como o grande fosso da divisão social no início daquela década. A ameaça do estado de sítio pelos ministros militares foi uma proposição tanto em causa própria, quanto em relação ao silenciamento da razoável exigência dos trabalhadores. No entanto, como presidente, Juscelino colocou-se no caminho do meio, próprio a um governo que chegava ao fim sem dar espaço para a proposição dos ministros militares.

Segundo Lauro Martins, ainda sobre Toti, sua liderança foi de local a estadual,

Ele fez um lastro dessa liderança sindical mais autêntica, sem estar ligado ou aparelhado à máquina estatal governamental, como era o sindicalismo do PTB, sob o comando de Getúlio. Então apareceu como essa liderança forte no meio dos ferroviários, e assim como Batistinha (Demisthóclides Batista), que foi candidato a deputado federal e se elegeu, Toti veio como candidato a deputado estadual dos ferroviários, para juntos darem mais força, poder e força ao sindicalismo, sendo nossos representantes nas câmaras legislativas.

---

<sup>131</sup> Disponível em:

[https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O\\_movimento\\_sindical\\_urbano\\_e\\_o\\_CGT](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_movimento_sindical_urbano_e_o_CGT) . Acesso em 30 de novembro de 2019.

Aí a gente se organizou. Apoiamos a candidatura dele. Ele foi muito votado em Macaé, que tinha muito voto em nível estadual, mas ele precisava de votos em outros lugares do Estado, e ele não foi bem votado nesses lugares. Mas só com os votos de Macaé, deu para fazê-lo primeiro suplente de deputado estadual.

Aí ele não tomou posse como deputado, nem como primeiro suplente, não houve vaga para ele. Mas o trabalho dele continuou muito importante no meio ferroviário. Teve uma época que nós fizemos uma greve muito forte e teve intervenção militar. Sempre que se fazia greve era o exército que intervinha no movimento e aí se faziam as negociações. Mas à princípio, eram as prisões. O exército procurava os “cabeças” \_ era cabeça que se chamava\_ davam os nomes dos cabeças e dos piquetes para serem presos.

Nós fizemos uma jogada na época, já que Toti era o primeiro suplente. Quem estava atuando como deputado estadual era Antônio Benjamim (Antônio Curvelo Benjamim), ex-prefeito de Macaé que tinha acabado o mandato e se candidatado a deputado, e que teve mais votos do que Toti, deixando-o como primeiro suplente. Aí nós procuramos Benjamim para evitar a prisão de Toti, e pedimos a ele para ele se licenciar do mandato, como se ele estivesse doente. Pedir licença e automaticamente convocar Aristóteles para o lugar dele; e ele aceitou numa intermediação política com a gente, porque nós também tínhamos apoiado ele para prefeito anteriormente. Nós ferroviários.

E aí Aristóteles assume e a greve continua; as prisões foram relevantes, mas nós saímos vitoriosos com a greve e, logo após, Benjamim retorna à Câmara, e Aristóteles retorna ao movimento sindical ferroviário.

Ele fez um bom trabalho na Câmara, primeiro um pronunciamento defendendo a greve dos ferroviários, já que ele tinha imunidade parlamentar, e aquilo surtiu efeito e a gente achou que foi boa ideia, essa ida dele para a Câmara para não ser preso. Porque a prisão dele poderia enfraquecer o movimento. Se ele fosse preso imediatamente, a gente ficaria com o comando difícil aqui em Macaé. Isso ainda dentro do Governo Juscelino, ele avança com o processo de sindicalismo até a ditadura militar.

(Testemunho do Sr. Lauro Martins para a Comissão Municipal da Verdade de Macaé – em 13 de março de 2015. **Relatório da Comissão Municipal da Verdade de Macaé**. Câmara Municipal de Macaé (RJ): 2016. p. 17 e 18)

A força de mobilização e aglutinação dos sindicatos fez surgir no ano seguinte o Pacto da Unidade e Ação (PUA), movimento de representação intersindical com intensa mobilização entre 1961 e 1964. Já que as ações políticas lideradas pelos ministros militares, estabelecidas contra a legitimidade em assumir a Presidência da República pelo Vice-Presidente João Goulart, repercutiram diretamente como um golpe contra a classe trabalhadora de modo geral.

Por ocasião da renúncia do presidente Jânio Quadros, em agosto de 1961, imediatamente a expressiva quantidade de dezoito mil funcionários da Companhia Estrada de Ferro da Leopoldina se mobilizaram em uma greve em prol de Jango. Esse movimento se espalhou por outras categorias de trabalhadores atentas à gravidade do desmonte democrático em processo no país. Sem conseguir reverter completamente o processo, posicionaram-se em

fideliidade ao presidente no sentido de reversão do parlamentarismo “amenizante” e sem fundamentação, instaurado no país. Até que, finalmente, o plebiscito de 6 de janeiro de 1963 devolveu o presidencialismo ao presidente em exercício. Desse momento em diante, houve uma gradativa precipitação de forças entre “comunistas” representados pela classe trabalhadora e seus sindicatos, especialmente, e dos grupos contrários ao comunismo, representados por um projeto amplo de associação ao capital internacional, dissimulado numa postura decriminalização dos movimentos trabalhistas. Estava posta clara e irreversivelmente a “grande” ameaça de uma República Sindicalista, base de todas as articulações que implicariam no golpe que derrubaria João Goulart de 31 de março para 1º de abril de 1964. Ocasão em que mais uma vez uma grande greve, com ampla mobilização, foi instaurada em apoio à legalidade, embora já fosse tarde demais. O caminho para a ditadura já era um “beco sem volta”, conforme propõe o testemunho de Lauro Martins.

#### **A ditadura e o exílio**

Aristóteles ficou em Macaé \_mantinha casa, família, tudo aqui em Macaé\_ mas vivia mais no Rio de Janeiro na Delegacia Central do Sindicato dos Ferroviários da Leopoldina , ele era Secretário Geral, que depois foi substituído por Nilson Ferreira, na outra chapa.

Aristóteles era visado. Em qualquer coisa que acontecesse no país ele era visado, o nome dele era logo investigado, policialmente, pelo exército, por tudo. E aí, já nas vésperas do golpe militar ele esteve em Macaé tentando orientar a gente, e esperando a consolidação do golpe. Mas ele tinha facilidade no transporte ferroviário. Ele era guarda-freio e todos o conheciam e lhe davam proteção.

Quando ele viu que não tinha mais jeito mesmo, o golpe estava consolidado, não havia mais o que fazer, ele consegue embarcar no trem e fugir. Ele embarcava a qualquer hora! Por ser guarda-freio lhe deram cobertura, e ele foi ao Rio de Janeiro, e conseguiu a Embaixada, me parece que da Bolívia. Eu não tenho grande certeza. Batistinha foi para o Uruguai, conseguiu. E ele conseguiu adentrar a Embaixada da Bolívia. E aí foi exilado na Bolívia, creio eu assim. Eu tenho quase certeza que foi para a Bolívia. Depois não tivemos mais notícias.

(Testemunho do Sr. Lauro Martins para a Comissão Municipal da Verdade de Macaé – em 13 de março de 2015. **Relatório da Comissão Municipal da Verdade de Macaé**. Câmara Municipal de Macaé (RJ): 2016. p. 18).

Contextualizado ao movimento sindicalista desde o final dos anos 1940 até 1964, quando foi obrigado a se exilar na Bolívia, Aristóteles de Miranda Melo trazia como marca principal o carisma vinculado ao sindicalismo, como observou Lauro Martins. Aliado a essa que talvez fosse uma de suas principais características, trazia também a capacidade, considerada fantástica, de agregar, esclarecer e aglutinar pessoas aos ideais que congregava. Como líder nato, mas ao mesmo tempo, homem de sua época, conseguiu com suas

características próprias responder à altura as expectativas em torno de si em transbordamento aos seus companheiros ferroviários, filiados ou não ao movimento sindical. Talvez, o seu carisma exprimisse uma característica política singular, capaz de lhe favorecer o diálogo com a estrutura política do período, marca que se consagrou como populismo.

Segundo Maria Helena Capelato (1992), todos os presidentes do país que governaram entre o fim do Estado Novo e o Golpe Civil Militar atuaram utilizando-se de características configuradas ao populismo. Entre essas características destacaram-se o carisma do líder, a demagogia, o assistencialismo em relação aos trabalhadores e às camadas médias, capazes de gerarem um sentimento de confiabilidade nem sempre baseado em um lastro de veracidade. Já para Francisco Weffort (2003), o populismo trazia em si uma ambiguidade cambiante ora à democratização, ora ao autoritarismo. De modo que podemos entender que esse modelo político em si se estabeleceu num espaço do entre. Uma encruzilhada política do século XX, em diálogo mesclado, entre espelhamento e conflito de tudo que acontecia no mundo ao longo dos anos de sua vigência. Ainda em Weffort, encontramos a opinião de que, como modelo de governo, o populismo reagia às pressões populares, mas como política de massa, forjava suas intenções de estado. Portanto, nessa alternância que podemos entender como própria ao movimento político de uma época, os grandes líderes, sejam eles políticos partidários, ou sindicais, como é o caso de Toti também de Batistinha, utilizavam-se da maleabilidade em forma de carisma, em diálogo com o modelo político vigente em seu tempo. Muito embora, mantivessem suas bases ideológicas firmes, em identidade com a categoria trabalhista da qual haviam emergido, e com a qual mantiveram-se em simbiose até o fim de suas vidas.

#### **4.4.1. Toti – o barbeiro ferroviário**

Na narrativa do Sr. Paulo Roberto dos Santos Mello, Toti aparece num misto de pai e sindicalista, a partir do olhar de um filho que, claramente, expressa a admiração pela dedicação de seu pai às causas sindicais, talvez não compreendidas profundamente naquela época.

Meu pai era casado com Isabel, conhecida como Bebê, eles tiveram 9 filhos. E desde que eu me entendo por gente, e eu nasci em 1947, eu via meu pai... meu pai antes de ser ferroviário ele era barbeiro. O pai dele era barbeiro também... então eu me lembro que eu era pequenininho, morava no bairro dos Cajueiros, na Rua Tiradentes, e meu pai chegava... ele trabalhava fora, na Leopoldina lá em Minas, e vinha toda semana. E quando ele chegava em casa, já tinham os companheiros dele que vinham para conversar com ele, mas ao mesmo tempo para cortar cabelo, fazer barba. Ele fazia da

turma toda. E nisso, eu sentado ali olhando, pois ele também cortava o cabelo da gurizada, eu ficava ali olhando e ele dando aula para os caras sobre o movimento sindical, como era, como funcionava, aquilo tudo... Aquele pessoal pouco letrado, vamos dizer assim. E aquilo, desde pequenininho, aquilo me impressionava. Eu já ficava encucado com aquilo, papai entender dessas coisas. Você via pelo comportamento que ele tinha dentro de casa, e a maneira dele ver e fazer as coisas, que ele era uma pessoa diferente das outras pessoas em volta. Inclusive dos meus parentes. Eu, por exemplo, tinha uma tia, que era irmã dele, que era beata de igreja. Vivia dentro da igreja. E ele vivia brincando com ela, debochando daquela condição... mas a gente era criança e não entendia. Só que com o passar do tempo, a gente foi vendo que o meu pai estava há mil anos na frente dessa gente. E hoje eu percebo que ele tinha uma clarividência naquela época, que hoje a gente não acha fácil por aí. Faz uns tempos atrás eu encontrei com um primo (Frederico) e ele me disse que havia ido num shopping e ficou aguardando a esposa num lugar do lado de fora. E tinha um senhor do lado e começaram a conversar. Aí meu primo disse que era de Macaé e o senhor perguntou a ele de qual família ele era. E ele falou a família do pai dele. Aí o senhor disse que estava perguntando porque ele havia conhecido uma pessoa de Macaé que havia sido a pessoa mais importante da vida dele. Então meu primo perguntou a ele quem era essa pessoa e o senhor disse que era o Toti. Meu primo então disse: \_Mas o Toti era irmão da minha mãe. Então o senhor ficou muito emocionado e disse: \_Rapaz, então você é sobrinho do Toti. O Toti foi a pessoa mais importante que eu já vi na minha vida. Eu hoje, o que eu sou, eu devo àquele homem... E fez muitos elogios e contou muitas histórias. Essas coincidências incríveis da vida.

(Entrevista com o Sr. Paulo Roberto dos Santos Mello – filho de Aristóteles de Miranda Mello – em 17 de dezembro de 2019, em sua residência em Niterói - RJ)

Em entrevista para esse trabalho, o Sr. Paulo destacou vários aspectos da vida do seu pai, que demonstram a percepção, aparentemente, muito mais forte de filho para pai, do que de filho para um pai sindicalista. No entanto, não há como separar questões tão imbricadas, quando a história da família foi tão marcada pela trajetória do sindicalista que construiu sua própria história no movimento entre Macaé e outros locais no entorno de trabalho e ação política. Além disso, as lacunas no conhecimento do filho sobre a trajetória do "pai-sindicalista" apontam para a ação política representada pelo esquecimento ou pela necessidade (involuntária) de manter-se desinformado à época. Para retornarem em questionamentos atuais e desejo de compreensão, pela própria família, de detalhes importantes da vida de um homem que à princípio estivera tão próximo a eles e que eles só conheceram em parte, sem dimensionar a importância local de suas atividades e mesmo o alcance regional de sua ação sindicalista. Condição própria ao trabalho de resgate proposto pela memória política, tanto no sentido intencional de dar destaque à trajetória pessoal do homem sindicalista, quanto, em alcance mais amplo, de resgatar o sentido das causas sociais que o moveram. Já que, em termos nacionais, na dimensão do sistema político ou da esfera pública, essas causas continuam sendo questões urgentes à manutenção da expressão democrática no país. No entanto, em boa parte, permanecem sobrepostas pela memória oficial

produzida a preencher as mentes por uma cultura histórica tradicional, conseqüentemente, possibilitando pouco ou quase nenhum espaço à memória política da classe trabalhadora. Fazendo com que, o simples exercício de retomada desse tipo de memória politizada, tenha um papel intencional, ainda que seja minimamente o de reclamar o seu lugar na trajetória dos acontecimentos históricos (LIFSCHITZ, 2014).

Assim, se as memórias da vida em família retornam com facilidade, as referentes ao sindicalista são reconstruídas em parte, numa disjunção entre passado e presente, como se houvesse uma ponte entre essas duas partes e não pudesse ser completamente atravessada. Questão que, definitivamente, preconiza o lugar do pai como liderança política de seu tempo.

#### **Memórias evaporadas**

Mas me impressiona como dentro da nossa família a gente sabe tão pouco sobre a vida e a importância dele. Eu acho que isso também é um pouco do efeito da própria ditadura. Hoje eu procuro saber, me inteirar das coisas... porque eu já estou numa idade que não deve mais obrigação, não tenho mais medo. Antes eu precisava e dependia de muita gente, então a gente tinha que ficar com o “freio de mão” puxado. Tipo: eu não sou ninguém, não quero saber de nada. Mas a partir do momento que a gente tá livre, a gente quer saber e dizer como foi. Mas, por exemplo, eu não sei como meu pai entrou para a ferrovia. São coisas que a gente não conseguiu saber...

A maioria dos ferroviários que trabalhavam lá eram pessoas semi-analfabetas... e o meu pai, tinha um pouquinho mais de conhecimento, tinha até uma letra muito bonita. Eu acho que isso facilitou a entrada dele na Leopoldina, mas não faço ideia direito de como ele foi ser ferroviário. Mas, na região, era praticamente o único lugar que empregava... era a ferrovia.

(Entrevista com o Sr. Paulo Roberto dos Santos Mello – filho de Aristóteles de Miranda Mello – em 17 de dezembro de 2019, em sua residência em Niterói - RJ)

Tomando como exemplo a própria reflexão pessoal, há clareza de que boa parte da falta de memória sobre o sindicalismo e a ditadura se constituem enquanto ausência gerada. Talvez aqui, pudéssemos nos referir a uma certa proteção dada pelos próprios sindicalistas em relação aos familiares. Ou, ainda, numa visão paternalista do período, a existência de uma divisão entre o que seria o sindicalismo dos homens, ferroviários, pais de família, e a vida da própria família, circunscrita ao mesmo contexto, mas acomodada em subdivisões internas próprias àquela sociedade. Pelo menos enquanto foi possível manter essa divisão vigente, já que à medida que o golpe é dado e a ditadura instalada, as linhas dessas subdivisões passam a não serem mais respeitadas, metafóricamente, dessas linhas se faz um verdadeiro nó.

### **Infância na cidade ferroviária**

Quando eu era criança, na Macaé ferroviária, o que eu não posso me esquecer é do búzio (sirene das oficinas que marcava as horas específicas). O horário nosso era marcado de acordo com o apito do búzio. Nessa época também, que eu ainda era criança, eu já tinha um irmão (Horácio) que já era estudante do SENAI. Depois ele passou a ser ferroviário. Eu lembro mais dele já como ferroviário. Eu me lembro assim, mais ou menos dessas coisas.

Ao lado da minha casa era (morava) ferroviário, na frente da minha casa era ferroviário, duas ou três casas ao lado da minha casa eram ferroviários... Isso tudo na antiga Rua dos Cajueiros, nº 57, hoje Rua Tiradentes. Era um lugar de ferroviários. Inclusive tinha uma vilinha ali perto, que era chamada de Vila Operária. Lá morava o Walter Quaresma.

Além do Horácio, eu tive um outro irmão, Luiz, um pouco mais velho do que eu. Quatro anos mais velho, que eu não sei precisar a época exata, que conseguiu um emprego na Ferrovia. Eu não sei direito dessa história, mas minha irmã contou que minha mãe foi conversar com o Aroeira, e esse Aroeira conseguiu o emprego para o meu irmão lá na Leopoldina. Acho que escriturário, coisa assim. Acho que isso foi durante a ditadura. E depois esse Luiz foi trabalhar no Rio de Janeiro, acabou estudando direito e passou a ser advogado da Rede Ferroviária Federal. Então na minha família, meu pai e dois irmãos foram ferroviários. E tinha um primo do meu pai, que chegaram a pensar que era irmão dele, mas era primo, Álvaro Miranda. E existiam umas divisões entre eles, que eu não entendia. Mas dentro do sindicalismo nem todo mundo tinha a mesma corrente. Esse primo do meu pai era mais ligado ao PTB, defendia Getúlio Vargas; e tinha outra corrente que não concordava com Getúlio Vargas, que era a linha do meu pai. Meu pai era do Partido Comunista, da linha de Luiz Carlos Prestes. Isso eu não tenho a menor dúvida. Então tinha uns conflitos partidários, na forma dos entendimentos. Que no meu modo de ver não deveriam acontecer, mas aconteciam.

(Entrevista com o Sr. Paulo Roberto dos Santos Mello – filho de Aristóteles de Miranda Mello – em 17 de dezembro de 2019, em sua residência em Niterói - RJ)

Fato é que a vida se cruzava, se distinguia, se classificava de maneira tão ajustada que se torna impossível perceber a dinâmica da cidade e das famílias sem considerar as atividades ferroviárias da Leopoldina como mediadoras dessas experiências. Havia uma ordem social estabelecida. Talvez mais de uma, já que podemos pensar numa ordem funcional da sociedade demarcada pelos seus costumes, cultura, modo de produção. Ao mesmo tempo, que as próprias atividades sindicalistas, das quais Toti sobressaía como um ícone, tivessem a função de alterar em parte essa ordem vigente. Causando, portanto, para muitos, a classificação dos sindicalistas, quando não dos ferroviários como um todo, como desordeiros, agitadores sociais e outros adjetivos que, analisados fora do senso comum, nada mais significam do que referências contrárias à manutenção de uma ordem existente. Muito embora, essa ordem não seja satisfatória para todos os grupos sociais. Devia, portanto, se manter enquanto tradição.

Das memórias do Sr. Paulo Roberto sobressai o pai ocupando um cargo importante no Sindicato dos Ferroviários no Rio de Janeiro, de onde seria impulsionado à candidatura



política a Deputado Estadual, enquanto o presidente do sindicato, Demisthócleles Batista, o Batistinha, se lançaria como Deputado Federal.

#### **Do Sindicato à Câmara dos Deputados**

Eu me lembro do meu pai como secretário geral do Sindicato dos Ferroviários no Rio de Janeiro, com o Batistinha. O presidente era o Batista. Eu ainda era bem criança. Isso por volta de 1958. Eu tinha uns dez ou onze anos, e às vezes, eu vinha com minha mãe e a gente ficava no Sindicato, na Rua Sampaio Ferraz, no bairro do Estácio. Disso eu não me esqueço. São coisas que a gente não pode esquecer.

(...)

Meu pai ficou como suplente para deputado estadual em 1958. Já nas eleições de 1962 ele foi eleito. Exerceu o mandato durante 1963 e foi cassado imediatamente em 1964. No primeiro dia do golpe ele já foi um dos primeiros da lista. Antes dele viajar para o exílio, eu fui com minha mãe na Embaixada da Bolívia. Aí cheguei lá na Embaixada e tinham várias pessoas, não era só ele. Aí, o meu pai, eu nunca me esqueço, nos levou para apresentar um cidadão chamado Coronel Nicholls, demonstrando muita afinidade com ele. Papai era terrível para fazer amizades. E estava lá também, uma pessoa que hoje é senador, chamado José Serra, que na época era estudante. E pra esse José Serra, o meu pai fazia uma cara de quem “comeu e não gostou”. (risos) Naquela época, heim... como papai acertava na mosca. Tipo querendo dizer, esse cara está aí, mas o negócio dele é outro. Eu me lembro dessas coisas, era um dia frio. Eu me lembro do frio daquele dia. E eu não lembro o que se comentava... não tenho os detalhes daquele dia. Minha mãe não se envolvia com política. Só cuidava da família, dos filhos. Ela nunca falava nada a favor, nem contra.

(Entrevista com o Sr. Paulo Roberto dos Santos Mello – filho de Aristóteles de Miranda Mello – em 17 de dezembro de 2019, em sua residência em Niterói - RJ)

Provavelmente, no desenrolar dessas memórias familiares, as que mais impactam são as referentes ao período do exílio do pai. Com o golpe, o Deputado Estadual Aristóteles de Miranda Melo não perdera apenas o cargo na Assembleia Legislativa, mas fora também demitido o ferroviário. Perdera o cargo de chefe do trem na Rede Ferroviária Federal, com publicação de sua demissão no Diário Oficial do dia 9 de outubro de 1964.

Abria-se, com o golpe, um período de graves implicações para toda família. As interpenetrações dos campos, a quebra das conveniências, a revisão da cultura e as sanções sociais, sejam as oficiais do Estado, ou aquelas perpetradas pela sociedade apoiadora do novo regime. Era como se as linhas das várias vidas se embolassem, e já não havia mais possibilidade de continuidade do diadema de acordo com a ordem reconhecida das coisas.

**Figura 18** - Manifestação contra a tentativa de invasão de Cuba por contra-revolucionários cubanos apoiados pelo governo norte-americano (Aristóteles aparece segurando o cartaz referente ao apoio dos ferroviários da Leopoldina). Rio de Janeiro, 1961.



**Fonte:** Arquivo do Jornal O Estado de São Paulo e Fundo Última Hora. Catálogo: Trabalho e trabalhadores do Brasil. p. 128 – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – Fundação Getúlio Vargas.

**Figura 19** - Diplomação de Aristóteles de Miranda Melo como Deputado Estadual em 15/12/1962. (Legenda da foto escrita pelo próprio Aristóteles à filha: "Ilka, para você uma lembrança de minha diplomação como Deputado Estadual ocorrida em 15/12/1962").



**Fonte:** Acervo Particular do Sr. Paulo Roberto dos Santos Mello. Niterói (RJ). Sem identificação do fotógrafo. 1962.

Abria-se o período de implantação, da pior forma, de uma nova ordem, da qual ninguém estava isento das consequências. Sobre esse período, não apenas a Dona Isabel se destacara, mas muitas outras esposas, que passaram a protagonizarem osustento moral de suas famílias num momento de caos.

### **Sobre a mãe e a vida revolta**

Olha, rapaz, eu fico até com vontade de chorar.

Hoje, eu vejo a minha mãe (pausa para choro, muito emocionado) naquela luta com os filhos, aquele monte de filhos, três menores, Geraldo e Horácio presos, minha irmã Ilka, que era professora de escola rural e foi demitida, não pode mais dar aula. E a minha mãe sozinha segurando essa barra toda. (choro) Muita gente não aceitava essa situação lá. Mas hoje eu compreendo que meu pai não era um cidadão comum, meu pai era um revolucionário. Hoje eu sei disso. Talvez naquela época eu não soubesse. Mas hoje eu sei que ele era,taí a importância dele. E a minha mãe segurou essa barra sozinha. (pausa para choro).

Foi terrível!

(...)

A gente morava em Macaé, mas meu pai quando foi eleito deputado estadual, ele alugou um apartamento aqui (Niterói). E a gente vinha para cá... ficava aqui, porque ele tinha que trabalhar. Aí depois, quando veio a ditadura e ele perdeu o cargo, minha mãe entregou o apartamento e conseguiu arrumar um outro, mais barato, e a gente ficou por aqui. E eram os meus irmãos que ajudavam a pagar. Eu tinha uma irmã que trabalhava em banco, e sempre um ajudando ao outro.

O Horácio foi preso no Clube Ypiranga, em Macaé. E Geraldo que morava aqui em São Gonçalo, foi preso no Estádio Caio Martins. E minha irmã perdeu o emprego de professora. Aí você imagina as pessoas que não estavam envolvidas na luta sindicalista e partidária não entendiam. Você veja a maldade desses ditadores, o que esses fascistas faziam com as famílias.

(Entrevista com o Sr. Paulo Roberto dos Santos Mello – filho de Aristóteles de Miranda Mello – em 17 de dezembro de 2019, em sua residência em Niterói - RJ)

Finalmente os anos foram passando, a ditadura aos poucos foi perdendo a força, era preciso dar continuidade à vida tanto aqui no Brasil, quanto lá na Bolívia, onde Toti havia se exilado. No verso de uma foto enviada ao Brasil, com dedicatória à sua filha Ilka, ele escreveu:

Vai essa foto tirada em 1º de maio entre os trabalhadores de Bolívia, sendo a maioria deles mineiros. A foto é uma aproximação. Este que se encontra a meu lado esquerdo é o companheiro que vive comigo há oito meses.

La Paz, 1 de maio de 1965.

Com as saudades do pai.

Se por um lado, as relações de saudades demonstradas através das correspondências com a filha Ilka marcaram todo o período do exílio de Toti, por outro, importa perceber que a relação com os mineiros bolivianos, a troca de experiências, numa espécie de solidariedade latino americana, marcaram, e talvez, possam ter preenchido em parte, a experiência do sindicalista longe do seu país. Afinal, as marcas da exploração dos trabalhadores, da constante recolonização dos países periféricos e, conseqüentemente, das bandeiras levantadas pelos ferroviários aqui no Brasil, poderiam ser compartilhadas em qualquer país com trajetória semelhante a nossa, como era o caso do Bolívia. De modo que, mesmo nas dificuldades do exílio, as experiências políticas, sociais e humanitárias ganhavam um sentido de enriquecimento pessoal e potencialização das lutas coletivas, que não poderiam parar. E que parecem ter sido o móvel de Toti, o sentido de sua existência, até a extinção natural dela. Uma vida marcada e corrida em linha, como se os seus principais destinos se definissem de um lado por Macaé (a cidade natal querida) e por outro o sindicalismo (por um Brasil sonhado, em boa parte dignificado).

Quando ele retornou do exílio, ele voltou para Niterói. Minha mãe morava em Niterói. Mas ele ia muito para Macaé, ficava para lá e para cá.

Mesmo quando ele volta do exílio, e essa volta dele foi uma volta assim... não autorizada, veio por conta dele, mas parece que por aqui a coisa já não estava tão dura, já tinha mudado um pouquinho. E ele foi para Macaé e começou a ajudar em organização de sindicato, estar junto com professores, refazer o movimento. E eu cheguei a levá-lo em algumas dessas reuniões. Ele não tinha carro, então às vezes eu ajudava levando ele. Só que eu estava em outra “órbita”, não me envolvia com aquilo.

(Entrevista com o Sr. Paulo Roberto dos Santos Mello – filho de Aristóteles de Miranda Mello – em 17 de dezembro de 2019, em sua residência em Niterói - RJ).

#### 4.4.2. Batistinha –advogado e sindicalista

O movimento sindical brasileiro perdeu, dia 5 de junho, um dos mais combativos líderes das décadas de 50 e 60; Demisthócleses Baptista, o Batistinha, 65 anos, foi assassinado com seis tiros de revólver, enquanto dormia. Batistinha passava alguns dias no Rio de Janeiro, logo voltaria para sua residência em Iriri, ES.<sup>132</sup>

---

<sup>132</sup> **Boletim Informa CUT** – Publicação semanal da Executiva Nacional da Central Única dos Trabalhadores destinada à informação das CUTs estaduais, regionais, departamentos e entidades filiadas. nº 222, 1 a 15 de julho de 1993. p. 10.

Com a notícia acima, o *Boletim Informa CUT* disparava para todo Brasil a informação do assassinato do Batistinha. Ocorrido em situação discreta, num quarto de hotel na cidade do Rio de Janeiro. Aos 65 anos de idade, e uma experiência de vida sindical ímpar passados por momentos mais críticos da história do país, Batistinha estava no auge de sua maturidade intelectual, e com grande capacidade de contribuição ao movimento sindical brasileiro, já bastante desconfigurado. Por ocasião de sua morte, ele exercia a função de advogado, profissão à qual se dedicou após 1968, quando saiu da prisão em função de suas atividades como sindicalista-ferroviário ao longo de muitos anos pré-1964. Assessorava, então, o Sindicato dos Trabalhadores na Rede Ferroviária Federal, no Rio, onde deram fim à sua vida. Baluarte do movimento sindical ferroviário, certamente sua presença incomodava, tanto pela experiência pretérita, quanto pela capacidade de diálogo a partir de sua formação, com tudo o que o Brasil havia passado e o que estava passando naquele momento. As continuidades entre a ditadura e a Nova República eram claras, portanto, muitos ódios, reminiscências e também continuidades no campo pessoal deveriam seguir naquele início da década de 1990.

Demisthócleles Baptista, o velho Batistinha, “*vinha denunciando irregularidades na tentativa de privatização da Rede Ferroviária Federal, além de fazer constantes denúncias contra a diretoria do Sindicato dos Ferroviários da Leopoldina*”.<sup>133</sup> Eis o motivo do crime, o desfecho de uma vida em grande parte dedicada à sua categoria, os ferroviários.

Mediante a dificuldade de encontrar seus familiares e, portanto, resgatar memórias a partir do tempo presente, trabalharemos a partir de uma longa entrevista do próprio Batistinha, do início dos anos 90, quando relembrou fatos de sua vida como ferroviário e sindicalista. O trabalho intitulado *Batistinha, o combatente dos trilhos*, organizado por Betânia Gonçalves Figueiredo, foi uma iniciativa do Centro de Memória Ferroviária/Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro — Universidade Federal do Rio de Janeiro. A partir de registros eivados de memórias, pessoais, familiares e coletivas, Batistinha se revelou múltiplo, de onde sobressaiu o homem, o ferroviário, o advogado e o sindicalista em trajetória do Espírito Santo ao centro dos acontecimentos políticos nacionais, a cidade do Rio de Janeiro.<sup>134</sup>

#### **Desde o começo: a identidade ferroviária**

Meu pai era auxiliar de estação, um salário baixíssimo, e naquela época era baixo mesmo, porque a empresa era propriedade privada dos ingleses, se chamava

<sup>133</sup> Idem.

<sup>134</sup> Todos os registros fazem parte da mesma entrevista, transcrita na obra citada. Nesse sentido, apenas informaremos a página do trecho citado, sem repetir exaustivamente a referência da obra. Reorganizamos a sequência das falas facilitando o melhor entendimento, sem, no entanto, interferir no conteúdo. Dividimos em 7 blocos que intitulamos no sentido de organização.

Leopoldina Railway. (...) Eu entrei na empresa em 1942, como aprendiz, mais ou menos com 15 ou 16 anos. (...) Na empresa fui trabalhar no armazém (...) despachava mercadorias (...) trabalhava das 8h às 17h. Almoçava em casa - era uma hora de almoço - e depois das cinco horas corria, tomava um banho e ia para o colégio. Meu tempo era muito curto. (p. 19)

(...) o velho [o pai] tinha em relação à cultura, ele que não pode estudar, um apreço muito grande. Dava um valor muito grande ao colégio. Lá em casa podia faltar dinheiro para o pão, agora para o lápis, não. (p. 20).

(...) meu irmão Deusdeth (...) me orientou muito. Indicava os livros que eu devia ler. Sempre tive muita fome de leitura. Lia tudo que me caía na mão: os romancistas soviéticos e os primeiros romancistas russos, como Dostoiévski (...). Também li O Capital, de Marx, numa tradução muito ruim. (...) Li Jorge Amado, (...) li o Graciliano Ramos, o José Lins do Rego (...) também Raquel de Queiroz, com O Quinze. Líamos Euclides da Cunha, muito importante até hoje (p. 21).

A cidade [Cachoeiro do Itapemirim] tinha poucas opções de emprego: ou você trabalhava no comércio, ou na ferrovia, ou numa fábrica de tecidos, que havia próxima à linha do trem. Então, geralmente ferroviário casava com moça da fábrica. (...) Eu, por exemplo, tenho duas irmãs casadas com ferroviários, e elas trabalhavam na fábrica de tecidos. E também eu acabei casando com uma moça desta fábrica. Aos domingos ia com meu pai assistir às sessões do Centro Operário e assistia também ao movimento sindical. Eu acompanhava papai nas assembleias e reuniões do sindicato. Lá [Cachoeiro] tem uma delegacia sindical, e acompanhávamos as coisas bem de perto. (p.20).

As diretorias dos sindicatos eram pelegas, mas havia um trabalho de base muito grande, as bases gostavam das assembleias, onde geralmente se criavam comissões (...). Para cada reivindicação, a título de ajudar a diretoria do sindicato, se criava uma comissão, que checava os direitos e criava condições que contribuía para deflagração da greve. (...) Para vocês terem uma ideia, logo após a Constituição de 1946 foram os ferroviários a fazerem a primeira greve. Em 1948, mais outra. Essa greve de 1948 teve uma importância muito grande, porque ela visava estatizar a empresa, tirar do domínio dos ingleses. (p. 22).

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves (coord.). Batistinha, **o combatente dos trilhos**. Rio de Janeiro: Arquivo de Memória Operária IFCS/UFRJ & Centro de Memória Ferroviária do Sindicato dos Ferroviários da Central do Brasil, 1994.

Filho de João Batista e Carmem Faria Batista, Demisthóclede Baptista<sup>135</sup> era descendente de uma família de ferroviários, já que seu avô também havia sido funcionário da Leopoldina. Ao entrar para a companhia em 1942, como menor aprendiz, Batistinha dava continuidade a uma tradição familiar, ou seguia uma das poucas opções de emprego que existiam em Cachoeiro do Itapemirim, sua cidade natal. Portanto, até aqui, sua história não tem nada de original, não foge à realidade de outros rapazes de quinze ou dezesseis anos que ingressavam na ferrovia, casavam com uma moça da fábrica de tecidos, constituíam suas vidas dentro de um círculo cultural previsto e restrito, no interior do país. Talvez, o seu grande diferencial estivesse no gosto pela leitura, no apreço pelo conhecimento incentivado pelo pai,

<sup>135</sup> Há variação na escrita do sobrenome Batista, ora aparecendo com “p” Baptista; ora aparecendo sem o “p”. No registro da Câmara dos Deputados o sobrenome aparece sem o “p”.

que, por sua vez, não teve oportunidade de estudar, e pelo irmão, que o orientava nas escolhas das marcantes leituras.

O baixo salário do pai, a já tradicional exploração pelos ingleses proprietários da Leopoldina, as diretorias pelegas do sindicato dos ferroviários formavam um cenário comum, não necessariamente entendido como normal pelo olhar do jovem ferroviário Batistinha. Certamente, as muitas leituras, principalmente dos clássicos socialistas, o remetessem a novas possibilidades de mundo, ideológicas, propícias de serem implementadas naquelas condições precárias, por isso mesmo, aderentes ao discurso da transformação.

A começar pela transformação pessoal, a entrada de Batistinha na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Espírito Santo, lhe abriria a possibilidade de destaque junto aos seus amigos de trabalho, como também, de destaque dentro do quadro de carreira da empresa, quase sempre tão sem mobilidade pela impossibilidade dos ferroviários darem prosseguimento aos seus estudos.

#### **Um advogado entre os operários da Leopoldina**

A ferrovia sempre teve quadro de carreira (...). E todo empregado que se formasse num curso superior tinha preferência para recrutamento, desde que a empresa precisasse daquele serviço (...). Eles [dirigentes da empresa] jamais esperavam porque naquela época era muito difícil estudar, que um cara vindo lá da base pudesse vir a ter diploma universitário. Nunca tinha ocorrido aquilo na empresa, e principalmente sendo um cara como eu, caixeiro de armazém.

Aí me formo advogado e eles não puderam, não tiveram como recuar de me dar o cargo. (...) havia um Departamento de Assistência ao Ferroviário (...). E o DAF tinha um serviço jurídico para prestar assistência a viúvas e em problemas criminais. Fui lotado no DAF. Minha trajetória foi essa, de caixeiro a advogado. Dava meio expediente de manhã, porque naquele tempo o ferroviário de escritório só trabalhava seis horas. (...) Eu cumpria meu horário de manhã no DAF, chegava cedo, umas 7 ou 8 horas. (p. 29)

Nas oficinas havia mais mentalidade operária. (...) A base operária de qualquer ferrovia é mesmo as oficinas. O pessoal da viagem permanente era geralmente recrutado no campo. Já o pessoal da estação e do escritório trabalhava de gravata (...). (p.34).

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves (coord.). Batistinha, **o combatente dos trilhos**. Rio de Janeiro: Arquivo de Memória Operária IFCS/UFRJ & Centro de Memória Ferroviária do Sindicato dos Ferroviários da Central do Brasil, 1994.

O discurso de Batistinha destaca a “ousadia” que havia sido sua formação em Direito. Curiosamente, como costuma acontecer em sociedades desiguais, não havia uma proibição formal para que a formação universitária acontecesse. A impossibilidade do acesso se dava por outras vias, pobreza, dificuldade, cansaço que, quase sempre, colocavam e colocam a impossibilidade de uma forma dissimulada, numa espécie de barreira invisível. Daí ele

destacar a surpresa da direção local da empresa, já quem em nenhum momento anterior àquele, um funcionário, no caso um caixeiro de armazém, tivesse obtido o diploma de ensino superior.

Trabalhar de gravata, apenas seis horas por dia, o colocava numa situação de apartamento dos ferroviários que trabalhavam nos setores mais básicos da empresa. No entanto, pela própria trajetória familiar, e pela sua experiência original, a consciência de que a oficina era a base operária da ferrovia não havia se perdido. Pelo contrário, era na oficina, em concordância com a sua própria função, que se produzia a ferrovia em si. Nela também, seria possível produzir novos tipos de ferroviários, forjar homens novos. Portanto, é desse espaço mútuo, que surge a ideia de um Batistinha sindicalista, uma representação nova, ideal às aspirações daqueles homens que representavam o “chão de fábrica” no interior.

### **Surge o sindicalista**

(...) foram eles [ferroviários que em 1954 se opunham às 'diretorias pelegas'] que me indicaram para presidir uma chapa para o sindicato. Eu (...) era estudante ainda, tinha vinte e poucos anos, mas já estava fazendo vestibular para Direito na Universidade do Espírito Santo. Tanto que fiz vestibular já no sindicato, em 1954. Foi a primeira vez que se fez uma chapa sindical vinda do interior. Eu vinha representando Cachoeiro [do Itapemirim] e toda aquela região até Vitória; outro companheiro por Macaé [RJ], e Jacy Barbetto representando Campos.

Coaraci Martins de Oliveira, que era comunista e de Macaé, (...) foi transferido para Cachoeiro. Ele era artífice e lá me conheceu. Depois, no Rio [de Janeiro], o Coaraci participou de uma reunião do Partido Comunista para discutir problemas da composição da chapa. Ele disse que tinha uma indicação para presidente. Queriam saber se o indicado era do Partido. Ele falou que não, que era uma pessoa de Cachoeiro, da confiança dele, e que me indicava para presidente. (...) Foi a primeira vez que a cabeça da chapa veio do interior porque o maior colégio eleitoral era no Rio, em Barão de Mauá [estação inicial da antiga Estrada de Ferro da Leopoldina, onde também se localizava a sede da ferrovia], no escritório da empresa. Então, geralmente, os candidatos, ou pelo menos o cabeça, vinham daí. (p. 22).

Quando cheguei [ao Rio, como presidente do sindicato] estava sendo criada uma comissão em defesa do salário mínimo de 2400 cruzeiros e para realizar o Primeiro de Maio. (...) Fui presidente da comissão de festejos [do Dia do Trabalho] e da luta pelo aumento do salário mínimo, que conquistamos. (p.24).

Um mês após a morte de Getúlio [Vargas] paramos na ferrovia, lutando pelo salário mínimo de 2400 cruzeiros (...) e pelo adicional por tempo de serviço.

Eram greves reivindicatórias contra o atraso de pagamento. Costumava haver muito atraso. (...) Ia atrasando muito o pagamento, e um dos nossos compromissos da campanha eleitoral era exigir o pagamento em dia. (p. 23).

Demissões em massa, e aqueles [ferroviários] que tinham estabilidade foram transferidos de seus locais de trabalho, todos. (...) Após a greve me mandaram para São Geraldo, uma pequena cidade de Minas (...). Foi castigo mesmo. (p. 25).

Toda greve nossa saía um boletim, *Suburbano amigo* era o título. Sempre achei o seguinte: 80% da greve é de opinião pública. Você tem que estar com ela a seu favor, de acordo com você, o resto é organização.

No dia marcado [para uma greve] cheguei a Barão de Mauá ao meio-dia, exatamente o horário em que saía um trem para Campos [norte do RJ]. Cheguei e disse ao maquinista que estávamos em greve e o trem não podia sair. O companheiro atendeu prontamente. (p.31).



FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves (coord.). Batistinha, **o combatente dos trilhos**. Rio de Janeiro: Arquivo de Memória Operária IFCS/UFRJ & Centro de Memória Ferroviária do Sindicato dos Ferroviários da Central do Brasil, 1994.

A eleição de Batistinha para presidente do Sindicato dos Ferroviários da Leopoldina, já vinculado ao Partido Comunista do Brasil, demonstra não apenas uma nova fase sindical no país, mas uma força ativa em articulação, existente entre as lideranças político-sindicais do interior com as lideranças da capital. De modo que sua eleição se configurou como a primeira vez em que, pelo menos o “cabeça de chapa” não era oriundo do Rio de Janeiro, ou regiões imediatamente adjacentes ao colégio eleitoral Barão de Mauá. Destaque-se ainda, nesse processo, o papel do ferroviário Coaraci Martins, com prestígio para bancar a candidatura de Batistinha, mesmo ele não sendo ainda filiado ao PCB naquele primeiro momento. Coaraci, que havia sido transferido de Macaé para o Espírito Santo, representava não apenas a força da interlocução, mas a representatividade que Macaé havia construído no campo das lutas trabalhistas ao longo da primeira metade do século XX. Além disso, a chapa encabeçada por Batistinha agregava também a força-apoio-representação dos ferroviários de Campos dos Goytacazes, estabelecendo-se, na dinâmica contrária da própria linha férrea, um projeto de retroalimentação sindical do interior para a capital.

Tendo chegado ao Rio de Janeiro no auge dos questionamentos trabalhistas contra o governo Vargas, a gestão de Batistinha ia se destacar não apenas pela defesa do salário corrigido e em dia, mas também, pelos direitos adicionais que deviam se agregar às construções à médio prazo e seguranças posteriores aos trabalhadores ferroviários.

Apesar das punições internas vigentes à época, a perspicácia de Batistinha o coloca em evidência social ao fazer com que as greves transbordem aos interesses apenas da categoria, ao mobilizarem a opinião pública em apoio às causas dos movimentos. Para as quais, ele afirmava que dependiam apenas de 20% de organização, cabendo os outros 80% a essa mobilização gerada através de uma espécie de propaganda da greve.

A essa altura, no Rio de Janeiro, a vida do líder sindicalista do interior do Espírito Santo se mesclava com os graves acontecimentos da vida nacional. A partir de 1955 ele passaria a fazer parte como membro da Liga de Emancipação Democrática (LEN), uma associação da sociedade civil que tinha por objetivo defender as liberdades democráticas e lutar pelo desenvolvimento econômico independente do país. Já em 1961, frente às grandes

disputas sociais e políticas que se estabeleceram para que o então Vice-Presidente João Goulart pudesse assumir o cargo de presidente vago, Batistinha confirmava sua enorme popularidade junto aos ferroviários ao conduzir o “Trem da Legalidade”, tendo a bordo mais de cinco mil ferroviários em apoio a Jango.<sup>136</sup>

Dentro desse mesmo contexto, cada vez mais aguçado de disputas no país, e também cada vez mais demarcado por interesses conflitantes, ele seria eleito deputado federal pelo Rio de Janeiro em 1963. Uma candidatura viabilizada pelo Partido Social Trabalhista (PST), ao qual se filiara mediante a clandestinidade do PCB.

#### **O uso da Tribuna burguesa**

Eu concorri pelo Estado do Rio, na época a Guanabara era separada. O Partido me indicou (...). Nunca fiz muita fé no Parlamento (...) até que um dia um rapaz me convenceu... 'Você vai e faz como Lênin. Lênin dizia que a gente deve usar a tribuna burguesa'. (p.43).

Na ferrovia (...) o Partido existia, e aquelas pessoas que você mais admirava, você ia ver e o danado era comunista. Aquela pessoa mais combativa era comunista. (...) Na ferrovia havia o Partido Comunista (...) era clandestino, mas você identificava algumas pessoas, outras não. Eles estavam sempre presentes (...). (p. 43).

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves (coord.). Batistinha, **o combatente dos trilhos**. Rio de Janeiro: Arquivo de Memória Operária IFCS/UFRJ & Centro de Memória Ferroviária do Sindicato dos Ferroviários da Central do Brasil, 1994.

Fica claro pelo seu discurso que sindicalismo e comunismo se entrelaçavam dentro da estrutura de trabalho da ferrovia. Cabendo, portanto, às manifestações sindicais ainda permitidas, manter a chama dos ideais acesatall quando da fundação do Partido Comunista do Brasil, em 1922, numa espécie de defesa da honra ideológica e pelos direitos dos próprios trabalhadores. “*Eles estavam sempre presentes!*”

No entanto, já era 1963, havia um cenário político pesado em curso. Embora os variados tipos de resistências, o golpe esfacelou a estrutura sindicalista brasileira, desmantelou vidas, criou um vácuo propício à dominação de uma política daninha, à qual nomearam revolucionária.

#### **Golpe e exílio-resistência**

Veio o golpe e nós resistimos. Quanto tudo acabou, retirei organizadamente os ferroviários da Leopoldina, usando viaturas da empresa. Requisitei, botei nosso pessoal de motorista para

<sup>136</sup> Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/batista-demistoclidides>. Acesso em 5 de dezembro de 2019.

levar todo mundo para Caxias [Baixada Fluminense]. Eu tinha uma base política muito grande em Caxias. Além dos ferroviários havia a Petrobras, a FNM, e eu esperava alguma resistência no sul [do país]. Se houvesse essa resistência, tínhamos condições de fazer alguma coisa em Caxias.

Fui exilado em julho de 64. Entrei na Embaixada do Uruguai, aqui no Rio (...). Entrei no ia em que fui cassado, 9 de abril. Foi quando saiu a relação da cassação dos mandatos e direitos políticos. Quando voltei do Uruguai, parei em São Paulo, tendo [o ferroviário paulista Rafael] Martinelli como anfitrião. Tínhamos interesse em reorganizar o movimento sindical paulista. Essa foi a tarefa que recebi do Partido. (...) Começamos um trabalho de reorganização na região do ABC. (...) Estava todo arrebatado o movimento sindical, mas a Igreja jaesta dando uma boa contribuição. (p. 50).

E depois no Rio mandei fazer um levantamento dos processos contra mim e consultei os advogados do Partido. Disseram que eu ia pegar uma cadeia de leve, dois anos. (p. 51). (...) veio a eleição para o sindicato [dos ferroviários] da Central. O pessoal [uma das chapas concorrentes] foi lá para o meu escritório, ganhamos a eleição, depois veio a greve [de 1986]. O pessoal não tinha mesmo experiência e achou importante eu ajudar. (p. 52).

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves (coord.). *Batistinha, o combatente dos trilhos*. Rio de Janeiro: Arquivo de Memória Operária IFCS/UFRJ & Centro de Memória Ferroviária do Sindicato dos Ferroviários da Central do Brasil, 1994.

Após o retorno do exílio, Batistinha ainda cumpriu dois anos de reclusão no Presídio de Ilha Grande (RJ) devido à sua atuação sindical e a “livre interpretação” dessas ações pelo governo militar através da Lei de Segurança Nacional. O sindicalismo, no entanto, estava no seu sangue, era o sentido da sua vida pública, portanto era preciso atuar, continuar na busca de caminhos que possibilitassem (ainda) um país mais adequado. O tempo, no entanto, havia se passado. Mediante o desmonte das empresas ferroviárias, a dispersão dos companheiros, agora aposentados, amedrontados, mortos, já não havia uma retaguarda como existira em outros tempos. Batistinha continuava um expoente, uma projeção ativa de sua própria trajetória de vida, mas já não existia a base ferroviária que lhe mantivesse de pé. Destemido, lançara-se ao combate, às denúncias, ao desejo de transformação. Mas era tarde, havia um descontexto estabelecido entre sua militância e o processo de privatização da Rede Ferroviária Federal. Os seis tiros que o mataram, talvez só fizessem acertar esse descompasso, muito embora, representassem, cada vez mais, o estado em que se encontrava o Brasil, o caminho pelo qual o país havia se embrenhado. Como se fosse possível celebrar o tempo novo, em apagamento às legítimas trajetórias pessoais e políticas que se desenrolaram até aquele momento.

**Figura 20** - Recorte de jornal evidenciando o conflito entre a direita e a esquerda e incriminando como culpados o Deputado Estadual Aristóteles de Miranda Melo e o Deputado Federal Demisthócleides Baptista, ambos do PST – Partido Social Trabalhista.



**Fonte:** Acervo Particular do Sr. Armando Barreto – Macaé - RJ. Sem data (provavelmente entre 1º de janeiro de 1963 e abril de 1964). Sem dados completos.

**Figura 21** - Da esquerda para a direita, os ferroviários Batistinha, Jorge Rocha e Aristótelis – Data registrada no verso da foto: 07/03/1979.



**Fonte:** Acervo Particular do Sr. Paulo Roberto dos Santos Mello. Niterói (RJ). Sem local definido.

## 5. Capítulo IV - Uma ditadura no meio do caminho

Nunca me esquecerei desse acontecimento  
na vida de minhas retinas tão fatigadas.

(Carlos Drummond de Andrade)<sup>137</sup>

Em entrevista com o ferroviário aposentado Venício de Oliveira sobre suas memórias como funcionário da Leopoldina e mais tarde da Rede Ferroviária, suas lembranças o remeteram ao tempo de estudante do SENAI, quando, segundo ele, começou a tomar o "gostinho" do que era ser ferroviário. Que passava desde o orgulho de vir a pertencer àquela categoria, aos esclarecimentos políticos e culturais que faziam parte da formação deles como jovens aprendizes profissionais.

A partir de de suas memórias é possível relacionar o senso de esperança que mobilizava a classe ferroviária em torno de seu sindicato, numa perspectiva interessante de projeção daquele tempo ao futuro de país desejado.

Como ferroviários, a maior intenção nossa de mudança no país nem era partidária. Era cultural. O nosso sonho de mudança era os governos entenderem que quem produz é a classe operária, e que ela precisava ser valorizada. Assim como todos brasileiros, sem discriminação. O sindicato representava a esperança pela organização, uma defesa para os trabalhadores que sonhavam mais alto do que apenas com os interesses salariais. Os interesses eram da classe. Interesse em igualdade, em valorização da classe operária. A gente sempre soube que tanto o Brasil, como qualquer outro país só se desenvolve com o trabalho. Por isso, nosso primeiro objetivo era a defesa do trabalhador, a classe operária.

(Entrevista com o Sr. Venício de Oliveira, ferroviário aposentado, macaense, ex-presos político, em 03 de março de 2020. Macaé -RJ).

Ainda da conversa com o Sr. Venício, sobressaiu o sonho de uma ampla mudança cultural na sociedade brasileira, na qual, mesmo participando enquanto aprendizes nesse processo à época, os ferroviários atuavam também como balizas desses ideais na sociedade macaense. Corroborando, como registrado pelo próprio ferroviário, uma espécie de compreensão primeira, que os colocava na vanguarda de desejo e propaganda das mudanças sociais nas quais eles acreditavam.

Em seu trabalho intitulado *A noite dos proletários*, o filósofo francês Jacques Rancière (1988) remete o leitor a uma reflexão no campo das experiências dos trabalhadores por ele

---

<sup>137</sup> Do poema "No meio do caminho", ANDRADE, Carlos Drummond. Op. Cit., p. 267.

estudados que, no mínimo, foge ao lugar comum de quando se pensa na classe trabalhadora, nas suas expectativas e nas lutas consequentes que envolvem esse processo. Diferente de estudar o local do trabalho, ou mesmo as noites utilizadas pelo sistema produtivo para fazer esses trabalhadores produzirem em horas extras, Rancière preferiu refletir sobre as experiências dos trabalhadores fora do ambiente de trabalho. Nas noites transcendentais à produção tradicional e ao descanso dos corpos esgotados pela jornada diária, nas quais os trabalhadores se encontravam em diversas experiências de sociabilização através das quais se projetava o futuro e produziam memórias referentes ao sonho coletivo. As noites compostas por jogos, bebidas, apostas e outras pequenas diversões, até pela dificuldade de sua apreensão em termos de registros, não são elementos comuns ao se propor um estudo sobre a classe operária.

Ao refletir sobre esse espaço imaterial de liminaridade (TURNER, 1974)<sup>138</sup>, Rancière recuperava mais as evidências das expectativas construídas pelos trabalhadores do que propriamente as experiências produtivas que os classificavam na condição de operários. A quebra da linearidade histórica por momentos de elaboração e compartilhamento de sonhos coletivos, de esperanças em novos tempos e renovação de condições sociais, ao mesmo tempo em que lhes amalgamavam enquanto sujeitos-coletivos, possibilitava-lhes o impulso necessário à continuidade da vida, dura e laboriosa, como se fazia no dia adia na condição de trabalhadores.

Embora o seu trabalho não se proponha à reflexão do conceitual definidor de classe, os processos de espelhamento-identificação dos grupos estudados ficam claros, já que “*o diálogo estabelecido com os desejos, com os sonhos operários, encaminha definições das identidades proletárias tão fundamentais aos jogos de dominação e resistência presentes no cotidiano do mundo do trabalho*” (RANCIÈRE, 1988, p. 24). Que mesmo eivado do materialismo que o impulsiona, projeta reações libertárias que o combatem e dão sentido às vidas dos trabalhadores que o completam, ou que lhe são a própria alma.

Refletindo, portanto, sobre homens que sonham, amam e tem esperanças, torna-se impossível desvincular o desejo de emancipação que lhes acompanha da experiência coletiva e social compartilhada. Visto que, se no campo imaterial se estruturam os sonhos, são as

---

<sup>138</sup> Podemos compreender liminaridade como um estado subjetivo, de ordem psicológica, neurológica ou metafísica, consciente ou inconsciente, de estar no limite ou entre dois estados diferentes de existência. Na antropologia, também pode ser entendido como momentos transitórios de quebra momentânea da realidade da vida.

práticas cotidianas que lhes revelam como representações, ainda que na incompletude própria ao mundo dominado pelo capital que se opõe a elas. Pressupõe-se a partir dessas convicções que as memórias do “*sonho operário*”, tal como observadas por Rancière, são recorrentes à condição humana onde haja a exploração capitalista e os adaptados espaços de liminaridade tão indispensáveis à organização social da existência.

Captadas a partir de registros memorialísticos individuais, essas memórias tornadas clandestinas frente às estruturas patronais de dominação em outros tempos reconstróem-se como se fossem “*resumos condensados de uma história social individual*”, como propôs Michael Pollak (1989, p.11). E como tais, comunicam elementos comuns próprios à compreensão da identidade de grupo aos quais estejam vinculadas. Ao mesmo tempo em que comunicam as tensões e contradições provenientes das revisões e críticas em relação ao passado, também componentes desses registros de vidas, em individualidade e simbiose próprias aos grupos humanos em compartilhamentos sociais que vão da classe trabalhadora a recortes mais amplos e complexos, como os que se inscrevem na ampla cena política de uma cidade, como a Macaé ferroviária recorrente.

Os sonhos ferroviários, definidos por certos grupos sociais em suas representações, como desordem comunista, aparecem compartilhados por outros grupos, em adequação e adição de esperanças identitárias como possibilidades democráticas. Sentido novo no contexto de uma sociedade tradicional, capaz de geração de efervescência e atualização da potência transformadora daqueles que passaram a lhes compartilhar o desejo de mudança, da criação de uma sociedade nova que não podia mais tardar. Cenário social estabelecido no final da década de 1950 e que persistiria de encontro ao período de exceção que se estabeleceria no início da década seguinte.

## **5.1. Íterim político (Ou o caso do impeachment do Prefeito Eduardo Serrano)**

### **5.1.1. Alteridade, democracia e poder**

Na busca da compreensão dos impactos políticos e sociais postos em movimento a partir da eleição do Prefeito Eduardo Serrano, no ano de 1958, retomamos as reflexões do filósofo Rancière (2014), agora em seu trabalho intitulado *O ódio à democracia*, publicado pela primeira vez como um ensaio, no ano de 2005, na França.

Para Rancière, ao mesmo tempo em que a base da democracia se estabelece teoricamente a partir da prerrogativa da igualdade, é exatamente a aproximação com a experiência social de igualdade que tem se dado a essência das reações contrárias à ela. Explicáveis, na concepção do filósofo, como o rompimento da tradição secular na qual os sistemas governamentais sempre se estabeleceram a partir das distinções existentes entre os indivíduos. Fossem elas baseadas nas filiações humanas ou nas escolhas divinas. Perspectivas quebradas pelo discurso democrático ao tornar acessível a qualquer cidadão a potencialidade de se chegar à condição de governante, independente dos laços de família, das posses adquiridas e, até mesmo, da origem social do indivíduo.

Por outro lado, independente do discurso progressista ao qual se vincula a proposta democrática, o sistema parlamentar constitucional como expressão continuada da própria democracia tem sido cooptado, ao longo de décadas, pelos interesses das elites sociais. Transformando o funcionamento do Estado, e mesmo a própria instituição, numa esfera de privilégios que, por sua vez, restabelece a desigualdade supostamente vencida a partir de sua criação (RANCIÈRE, 2014, p. 69).

Nesse axioma sobre a democracia está a justificativa dos governos em afastamento ao povo, restringindo-se a interesses específicos da tradição elitista representada. Muito embora, o manifestado senso de inclusão e igualdade mediante o momento do voto, quando os diferentes são valorizados como elementos legitimadores da democracia vigente.

Assim, pois, que em termos de digressão e entendimento, refletir sobre a democracia grega e a condição primordial de alteridade torna-se um parâmetro interessante para se pensar o caso do impeachment sofrido por Eduardo Serrano, prefeito eleito do município de Macaé, depois de vencer um acirrado processo de disputa no ano de 1959. Quando, numa perspectiva nova para o município, pela primeira vez se elegera um candidato livre de tradições políticas locais e plenamente identificado com a população mais pobre da cidade.

Acusado de incapacidade mental e administrativa através de laudo médico e uma urdida trama elaborada por seus inimigos políticos, Serrano renunciaria ao cargo em setembro de 1960, tendo permanecido, em meio às grandes perseguições pessoais, por apenas um ano e seis meses à frente do executivo municipal. Dando mostras de que, embora o contexto democrático de sua eleição e a condição paritária do seu eleitor, o candidato que vencera o pleito com maior quantidade de votos do que a soma dos votos de todos os quatro demais candidatos à prefeitura, tendo levado ao mais alto cargo municipal a representação da



periferia e a promessa de "*esperança aos sofrendores e oprimidos*", não teria espaço de continuidade na administração. Já que a governabilidade na democracia brasileira não pertencia paritariamente aos eleitores, mas aos *donos do poder* municipal, arraigados à tradição e ao controle do modelo político vigente (FAORO, 2001).

Considerando inúmeros parâmetros, a democracia ateniense e a democracia brasileira dos anos 1950 são muito diversas. No entanto, nos interessa refletirmos a partir da primeira atentando especialmente para as diferenças no sentido de inclusão e exclusão do outro, como alteridade e divergência, desconhecimento e dominação.

Entre os elementos fundamentais para compreensão das disparidades entre a democracia ateniense e a democracia brasileira dos anos 1950 está a concepção da sociedade grega para o sentido de cidadania, naturalmente excludente da participação feminina pela inferioridade natural lá considerada, dos escravos, e de todos aqueles que não compartilhavam os costumes de Atenas, tornando-se politicamente incapazes de obterem a compreensão intelectual necessária para uma participação efetiva na vida da *pólis*.

Na democracia da Grécia antiga o consenso social da diferença e o espelhamento dessa realidade na própria estrutura do modelo político-administrativo era condição básica para a estruturação dos valores democráticos, bem como para o engendramento de diretrizes sócio-administrativas que refletissem a diversidade de valores e indivíduos, pré-existentes à concepção daquele modelo de sociedade. Construindo-se, portanto, a partir da alteridade vigente na qual o diferente complementava o sentido de elaboração de uma identidade grega, humana e, no caso em questão, cidadã (VERNANT, 1985, p. 31).

Como reflexo distante do modelo grego, a democracia brasileira contemporânea ampara-se na proposta de tolerância, respeito e inclusão do outro, ou na paridade de opiniões de cada um; o que na teoria faz com que cada indivíduo componente desse todo seja alçado inadvertidamente à condição individual de cidadão, independente de sua etnia, classe social, ou grau de formação. Historicamente, no entanto, essa democracia atende a interesses tradicionais de grupos dominantes, arraigados a valores e interesses consensuais, potencializados por uma sociedade imperial censitária, com penetração nas instituições contemporâneas, nos valores e mesmo na cultura ampla da sociedade brasileira.<sup>139</sup>

---

<sup>139</sup> Tomo aqui uma visão clássica para cultura, apropriada ao caso em questão: "Cultura é o conjunto de práticas, das técnicas, dos símbolos e valores transmitidos às novas gerações para garantir um estado de coexistência social". BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Cia. das Letras, 1992. p. 16.

Respondendo por um processo de continuidades epelo somatório de intenções avessas ao reconhecimento objetivo e da identificação processual das diferenças, que seriam capazes então de, identificados, promoverem a equiparação no sentido compensatório, quando não, cidadão. Isso porque no sentido moderno, a individuação do homem democrático o toma como unidade e não como complexidade construída pela trajetória histórica coletiva.<sup>140</sup>

Podemos classificar a democracia brasileira, em termos teóricos, como avessa à alteridade social, base *sine qua non* da natureza histórica do modelo democrático. Considerando a referência cultural grega na conformação nietzscheana do que ele definiu como senso apolíneo e suas manifestações cotidianas, essa democracia pode ser compreendida tal como, metáfora de ordem, de continuidade e manutenção do *status quo* (NIETZSCHE, 1972). Geradora de reflexão pessoal e reprodução social de aparência polida em consonância com o bom senso social, a regra, a classe. O que se converte em devaneio entre a natureza empírica de sua composição múltipla e a realidade aparente de sua unidade. Nela, todas as manifestações que transcendam esse espaço pré-demarcado pela definição tradicional do possível, também dito como o correto, necessita ser remodelado, enformado para o moldar-se, conter-se, adequar-se aos padrões de uma democracia pré-estabelecida e não paritária. Condição na qual não cabem posturas adversas à ordem tradicionalmente vigente, ou simplesmente, que tragam à tona a representação da alteridade que, embora seja teoricamente sua base não manifesta, precisa manter-se dissimulada no comedimento da condição cidadã.

### 5.1.2. O caso Serrano

Em meio às lutas operárias dos anos 1940, chega em Macaé para se recuperar de uma enfermidade o Sr. Eduardo Serrano. Embora natural de Vila Velha (ES), onde nascera em 1910, Serrano trabalhava em Niterói como auditor fiscal do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro, de onde aposentara-se após o fim de licença médica, fixando residência na cidade. Era solteiro, tinha pele clara, aparentando meia idade; tinha estatura média, era muito falante e simpático, bom orador e com grande poder persuasivo.<sup>141</sup>

---

<sup>140</sup> Sobre as continuidades entre a Colônia e a República, uma interessante leitura é: LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. O município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.

<sup>141</sup> Dois trabalhos interessantes fazem menção ao emblemático caso do Prefeito Eduardo Serrano em Macaé, um no campo da Comunicação Social e outro no campo da História, respectivamente. Ambos referendaram em parte

Mesmo estando no interior, Serrano não perdera os contatos políticos que detinha na Capital do Estado (Niterói) e, a partir daí, iniciou um trabalho pessoal de assistência social junto à população mais carente de Macaé. Certidões de nascimento, carteiras de identidade e outros documentos eram graciosamente entregues aos requerentes. Grande conhecedor de leis e trâmites da Justiça, começou a atuar como rábula junto ao Ministério Público, sem cobrar nenhum honorário à nova clientela macaense. Dentre os atendimentos de toda ordem que prestava, destacou-se por atuar em causas trabalhistas, sempre agindo em favor dos empregados. Tendo sido reconhecido por privilegiar as "verdades dos clientes, especialmente nas causas trabalhistas", sem se apegar às disposições das partes patronais. Ações que consumiam a maior parte do que recebia de aposentadoria, sem nenhum prejuízo ao serviço que prestava. Movimento também que, além de benefício pessoal ao requisitante, foi estabelecendo uma rede de informações no entorno de sua figura, então identificado como uma espécie de benfeitor dos desvalidos da cidade.

Em 1947, Serrano fundou o *Escritório de Assistência Social Eduardo Serrano*, no qual passou a fazer institucionalmente o atendimento da população macaense. Conseguiu o reconhecimento da municipalidade, de modo que o escritório fosse classificado como de utilidade pública municipal.

Numa cidade pacata de mais ou menos 28 mil habitantes, controlada politicamente por uma elite tradicional de fazendeiros e comerciantes, embora já “perturbada” pelos ferroviários e pelo senso de direitos fomentado por estes, a popularidade adquirida por Eduardo Serrano passou a incomodar os políticos locais, que viam com desconfiança o seu desvelado trabalho. Vale aqui destacar que, tal como a inserção social de Serrano deveu-se muito ao clima favorável pré-estabelecido pela trajetória do movimento ferroviário, a sua projeção como político é uma manifestação da atmosfera combativa estabelecida no município, que não poderia se concluir sem a influência declarada ou subliminar do sindicalismo ferroviário.

Embora sem que nenhuma ação político-partidária efetiva tivesse sido posta em prática até então por Serrano, pela visão política tradicional seria impossível tanto devotamento sem que houvesse algum interesse oculto. Ou mesmo o interesse mais óbvio,

---

essas reflexões, por serem pioneiros no assunto: VALENTE, Evelyn Soares. **O Jornal O Rebate enquanto palco de produção de sentido: o caso do prefeito de Macaé Eduardo Serrano**. Monografia (Curso de Pós-Graduação Lato Sensu – Especialização em Literatura, Memória Cultural e Sociedade). Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos, Campos dos Goytacazes. 2005. / SILVA, Marinete dos Santos. **O caso Eduardo Serrano: onde se cruzam política e homossexualidade**. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.

que seria a auto inserção política de Serrano usando para isso do prestígio junto aos grupos mais periféricos da cidade, especialmente do Morro do Carvão, onde ele chegou a fixar moradia.<sup>142</sup> Muito embora, não pertencesse genuinamente àquele núcleo habitacional onde se fixara.

Forasteiro e com atitude diferenciada no seio da tradicional sociedade macaense, em anos eleitorais os políticos se aproximavam de Serrano já que o mesmo se configurava como um cabo eleitoral importante, conseguindo arrebanhar grande quantidade de votos para o candidato que recebesse o seu apoio. No entanto, a partir do momento que o próprio Serrano demonstrou suas primeiras pretensões políticas, os donos do poder perceberam o perigo que ele significava. O "Pai dos Pobres"<sup>143</sup> se convertia numa ameaça aos poderosos de Macaé.

Em 1958, Eduardo Serrano definiu-se como pré-candidato a prefeito, mas não foi aceito por nenhum partido local, tendo que fundar em Macaé o Partido Republicano (PR) para que pudesse dar prosseguimento às suas pretensões. Entre os candidatos a vice-prefeitos, de outros partidos e chapas, Antonio Otto de Souza era o candidato mais proeminente. Desenhava-se uma eleição atípica, com disputas veladas e representações inovadoras. Mediante esse confronto político explicitado, configurando-se a chapa de Serrano com grande inserção nas áreas periféricas, começou-se a ventilar a partir de seus concorrentes uma possível homossexualidade de Serrano, que de forma pública e agressiva tentava gerar um pré-impedimento, ainda que moral, à sua corrida ao mais alto cargo do Executivo municipal.

Em seu livro *Histórias e Lendas de Macaé*, o proeminente comerciante Armando Borges, membro e por inúmeras gestões Presidente da Associação Comercial, disse que, "*já conhecido na cidade como pederasta passivo, os seus casos amorosos foram difundidos de boca em boca, por pessoas que temiam um dia ter como chefe do executivo uma pessoa de tão baixo moral. A sociedade macaense não aceitava*" (BORGES, 2005, p. 176).<sup>144</sup>

Uma observação a ser feita é que a sociedade ilustre do centro da cidade, acostumada ao controle das instituições e do poder, não aceitava Serrano como possível prefeito, como propôs Armando Borges; mas a população periférica, a que ele tanto assistia, não via sua suposta homossexualidade como impedimento a nada. Pelo contrário, Serrano se configurava

<sup>142</sup> Antiga localização macaense contígua ao Bairro dos Cajueiros, com grande concentração de população pobre e negra, e também ferroviários.

<sup>143</sup> Nomenclatura dada pela população macaense, provavelmente uma alusão à figura de Getúlio Vargas, que assim também fora chamado numa referência à implantação das leis trabalhistas no país.

<sup>144</sup> Armando Borges foi um comerciante macaense, inúmeras vezes presidente da Associação Comercial de Macaé. Tendo sido inclusive o gestor da construção da sede atual da Associação.

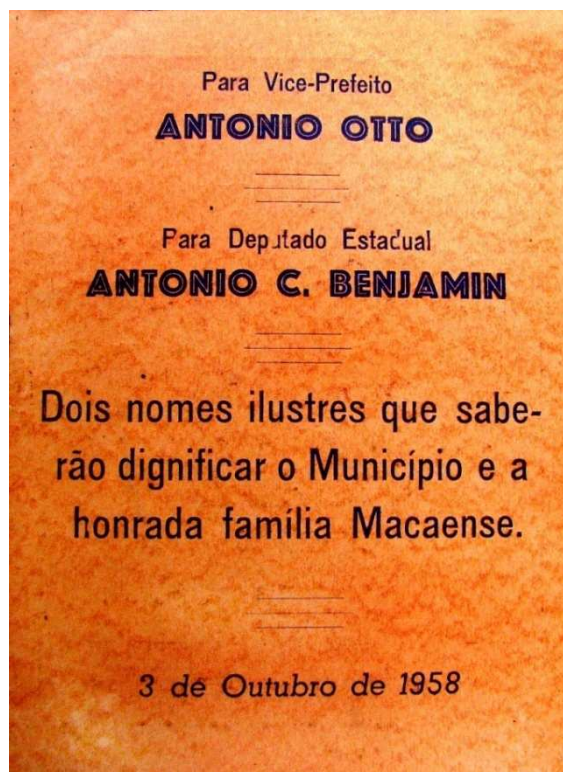
como uma esperança daquelas comunidades, o sonho de se fazerem representadas próximas e oficialmente na política macaense dali em diante. O que poderia configurar o surgimento de um novo tempo de esperanças democráticas.

**Figura 22-** Propaganda eleitoral de Eduardo Serrano - 1958.



**Fonte:** Acervo particular de Luiz Cláudio Bittencourt– Macaé - RJ.

**Figura 23** - Propaganda eleitoral para vice-prefeito e deputado estadual, em tempo que prefeito e vice podiam concorrer por partidos diferentes - 1958.



**Fonte:** Acervo particular de Luiz Cláudio Bittencourt. Macaé- RJ- 1958.

**Figura 24** - Campanha eleitoral de Eduardo Serrano à Prefeitura de Macaé - 1958.



**Fonte:** Acervo particular de Luiz Cláudio Bittencourt. Macaé -RJ - 1958.



Dentre os grupos sociais que apoiaram Serrano, estavam em parte os ferroviários, especialmente os mais inseridos nos debates e na conscientização advinda da luta contra a exploração dos patrões adicionada da intenção de extensão de direitos básicos à população do município que vivia à revelia desses. Muito embora não tenha havido o consenso da categoria em exclusividade de apoio a um candidato a prefeito, a possível eleição de Serrano poderia ser um grande basta, pois era entendida como o possível rompimento com o modelo viciado de se fazer política baseado no uso do povo durante a campanha e descarte logo após o processo eleitoral. No que tange à participação ferroviária, em termos macropolíticos, o apoio a Serrano coroava um processo classista gradativo de conquistas estabelecido desde as Oficinas de Imbetiba no início do século então vigente.

Realizado o pleito em 3 de outubro de 1958, o resultado inesperado definiu como eleito Eduardo Serrano para o executivo municipal, enquanto para governador foi eleito Roberto Silveira, do PTB. Serrano suplantara em quantidade de votos candidatos tradicionais, como Elias Agostinho e Gerson Miranda (preferido do governador eleito), além de José Calil Filho e Antônio Cunha.

Em entrevista para o projeto do Centenário da Associação Comercial e Industrial de Macaé, o Sr. Olinto Bordalo, português de Almendra radicado em Macaé desde 1951, contou que a eleição de Serrano havia sido excepcional. Que as disputas haviam sido muito grandes, e que embora tivessem tido cinco candidatos ao cargo de prefeito do município, Serrano teve maior quantidade de votos do que os outros quatro candidatos juntos. De suas memórias sobressaíram as vitórias das apostas que ele vencera exatamente sobre o resultado dessas eleições, o que lhe permitiu voltar ao seu país natal pela primeira vez após chegar ao Brasil. Por possuir um bar em frente à Praça Washington Luiz, praticamente à frente da então sede do Executivo, ele tinha na ocasião da entrevista uma fresca memória dos fatos, o que lhe fez classificar como uma 'zebra' o surpreendente resultado daquelas eleições.

Sobre a Macaé da época e a corrida eleitoral de 1958, ele nos contou que,

Você imagina o preconceito que era naquela época... Uma moça não podia andar de bicicleta na rua, a moça que andava de bicicleta era prostituta... era da “casa das mulheres” porque andava de bicicleta. O gay tinha que ir embora de Macaé, não tinha espaço para ele, a própria família não aceitava. Não tinha uma garantia...

Eduardo Serrano era um advogado brilhantíssimo, em matéria de leis trabalhistas era uma coisa! E passou a fazer justiça, coisa que não tinha... O cara trabalhava uma vida inteira numa casa de comércio, era mandado embora e ficava por isso mesmo, não tinha nenhuma garantia; saía sem direito a nada. Tinha um instituto para cada profissão, (...) o cara ia lá e eles tinham que pagar a indenização, e com isso, ele criou

a fama junto a pobreza e, ao mesmo tempo, a raiva dos patrões. É automático... e os patrões da Associação Comercial.

O sindicato só tinha o dos Ferroviários, era o único organizado... Aí Serrano ganhou fama e resolveu se candidatar-se a prefeito. Então foi o que ele fez... e todo mundo falava: \_Ah, não vou votar naquele viado! Falavam, mas à noite iam lá na casa dele se aconselhar, escondido! Com vergonha. Ele morava lá na esquina, na Rua Coronel Amado, depois foi morar no Morro do Carvão.

Resultado: para a pobreza ele era um “Brizola” da época; e a classe mais rica, dos patrões, preconceituosa e com dinheiro, ficou indignada com “o empregado” que começou a exigir o que tinha direito. (...)

Então veio a eleição e eu ganhei muito dinheiro na eleição de Serrano. Eu gostava de apostar e ele era o símbolo da aposta... eu apostava, eu adorava apostar... eu ganhei tanto dinheiro que foi a primeira vez em onze anos que fui a Portugal, andei de avião a primeira vez, pela Pan Air (CARVALHO, 2016, p. 128).<sup>145</sup>

Como resultado daquele pleito a Câmara de Macaé ficou composta da seguinte forma: Francisco de Assis Almeida Pereira, Jovelino Antonio Proença e Gê Sardemberg da UDN; Alcides Ramos, Lacerda Agostinho, José Machado Barcelos, Joaquim Lobo dos Santos e Itamir Abreu do PSP; Joaquim Amaral Filho, Carolino Curvelo Benjamim, Antonio Manoel Cure e Bento Fidélis Rosendo do PTB, Roberto Mourão e Walter Quaresma pelo PSB, Manoel de Araújo Jatobá pelo PDC e apenas dois vereadores eleitos pelo partido do prefeito eleito, o Partido Republicano, Alcides Vieira e Luis Pinheiro. Assim sendo, Eduardo Serrano tomou posse em 1º de março de 1959, já com forte oposição interna na Câmara Municipal.

Dali em diante a paz do Prefeito cairia completamente por terra. E os problemas envolvendo sua gestão não parariam mais. A começar pela perseguição imposta pelo próprio Governador eleito. Embora apoiado por Serrano na campanha, Roberto Silveira tinha interesses na eleição de um concorrente de Serrano, Gerson Miranda (Mirandinha), visto que o mesmo era neto de Tarcísio Miranda, político muito influente na região de Campos dos Goytacazes e padrinho político do então Governador. Na opinião do Sr. Olinto, Roberto Silveira era um grande político, mas ao coordenar uma campanha contrária ao Prefeito eleito de Macaé, cometera um grande erro.

Naquela época, Macaé se sustentava em parte pela arrecadação de poucos impostos, portanto, o que realmente garantia a viabilidade administrativa do município eram os repasses de verbas do Governo Estadual. Com o não repasse devido à falta de vontade política do

---

<sup>145</sup> Entrevista concedida pelo Sr. Olinto Bordalo, comerciante aposentado, que acompanhou todo esse processo de debates e disputas em seu antigo bar, na Praça Washington Luiz, defronte a sede da antiga Prefeitura. Entrevista concedida em 29 de novembro de 2013, na ocasião com 81 anos, para o projeto de Comemoração do Centenário da Associação Comercial e Industrial de Macaé.



Governador Roberto Silveira, houve um grande impacto negativo no funcionalismo público, que não tinha como receber seus salários em dia. Fato que ao impactar o governo de Serrano, fragilizava sua administração, visto que a contrariedade da população era tomada a partir de acusações pessoais, com denúncias de “pederastia” do Prefeito. Acusações que partiram de seus inimigos políticos e que foram sendo consolidadas através de depoimentos suspeitos no processo movido pelos vereadores de oposição contra o prefeito.

Em julho de 1959, apenas três meses após a posse do prefeito, a Câmara Municipal de Macaé criou uma Comissão Especial para apurar irregularidades denunciadas contra Serrano, conforme relatório entregue em janeiro de 1960. A crise política foi tomando um corpo desproporcional com reflexos diretos na administração do município.

Enquanto as investigações da Comissão continuavam, uma forte campanha que articulava opinião pública, jornal e rádio, visava a desmoralização completa e irrecuperável de Serrano. Para tanto, eram também usados alto-falantes pela cidade para que as sessões da Câmara, repletas de acusações contra o prefeito, fossem reproduzidas com alcance à população de uma maneira geral.

Ainda em dezembro de 1959 a situação se tornaria mais complicada, já que de acordo com dados do Processo Administrativo da Câmara Municipal de Macaé contra o prefeito, tornado Processo Crime na Comarca de Macaé, doze pessoas foram chamadas a depor contra Serrano. Nesses depoimentos foram relatadas tentativas do prefeito de manter relações com guardas municipais que eram destacados a vigiarem sua casa.<sup>146</sup>

Intimado a depor mediante a Comissão Especial de Inquérito da Egrégia Câmara Municipal de Macaé, no dia 23 de dezembro de 1959, o Sr. Félix José, ex-comandante da Guarda Municipal, respondendo às perguntas da Comissão, disse que:

Quando era comandante da Guarda Municipal desta cidade, que era composta de 36 guardas, recebeu uma ordem do Sr. Prefeito Eduardo Serrano para destacar, todas as noites, um guarda para ficar em sua residência, dele Prefeito, e lhe forneceu a lista dos elementos que deveriam ser destacados para tal; que esta lista inicialmente constava de 14 nomes; muitos que tinham servido em tal mister e pertencentes a referida lista pediram ao depoente para não destacá-los mais para a casa do Prefeito porque este aproveitava a circunstância para solicitá-los para com ele ter relações sexuais; que,

---

<sup>146</sup> Processo Administrativo da Câmara Municipal de Macaé contra o prefeito Eduardo Serrano. Comissão Especial, ano 1959-60. **Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Macaé**. O processo é um grande apanhado de denúncias, jornais, documentos e outras provas contra o prefeito, solicitando por fim o seu afastamento. O processo encontra-se desmontando, não sendo possível referir especificamente à ordem do número de página. Por ocasião de consulta ao mesmo, em dezembro de 2019, o processo encontrava-se arquivado em duas pastas plásticas.

nesta parte que ele tem pessoal e que lhe foi referido, confirma o depoimento do Sr. João Batista Pereira, que lhe foi lido, Sr. Presidente; que o Sr. Romário, ex-guarda, e Carlos Ferreira, também guarda municipal e motorista do Prefeito, disseram ao depoente, o primeiro que teve relações sexuais com o Prefeito e o segundo, e o segundo o Prefeito quis forçá-lo, num hotel de Niterói a ter relações com o mesmo Sr. Serrano, isto é, com ele Prefeito, e sendo que o Sr. Carlos Ferreira não aceitando, foi enviado de regresso a Macaé (...).<sup>147</sup>

Provavelmente pertencente à referida lista de guardas municipais “preferidos”, o Sr. Romário Ribeiro Costa, em depoimento do dia 23 de dezembro de 1959, na Câmara Municipal e em consonância ao primeiro citado anteriormente, disse que,

no exercício de suas funções de guarda municipal numa noite, estando de guarda nas imediações da casa do Prefeito Eduardo Serrano, o Sr. Prefeito o convidou para entrar e ficar sentado na cama dele Prefeito e começou a se encostar nele depoente, prometendo a este que lhe ia dar boa vida; e o depoente estando necessitado de receber os seus vencimentos atrasados, e em dificuldade financeira, visto como de há muito não recebia os seus vencimentos, resolveu aceitar as solicitações do Prefeito e praticou ato sexual com ele, de pederastia, para ver se assim conseguia receber os seus vencimentos; que no referido ato o depoente foi agente ativo e o Prefeito foi o passivo; que o depoente pelas mesmas razões e condições, três vezes praticou atos sexuais com o Sr. Prefeito; que pode informar que os guardas que eram destacados para a casa do Prefeito eram escolhidos por ele; e estes ao invés de guardarem a casa, eram destinados a dormir com ele; (...) que em virtude de tais procedimentos imorais do Prefeito, o funcionalismo em geral e diversos servidores do município, e mesmo o povo todos tomaram conhecimento de tais imoralidades; que os servidores da prefeitura nunca recebem os seus vencimentos, estando em grande atraso, em regime de fome, e só estão em dia os afeiçoados do Prefeito, que constituem pequena minoria; que o Prefeito tem arrecadado mas não faz obras públicas, e nem paga os servidores; que pode informar que o Prefeito recebeu do Estado quatro milhões de cruzeiros das quotas municipais; que pode informar que recentemente o Prefeito recebeu mais de um milhão do Governo Federal, da quota do imposto de renda (...).

O depoimento do Sr. Romário Ribeiro da Costa, assim como outros existentes, imbrica a questão sexual a favores para recebimento dos salários atrasados. E seria mais um que no processo contra o Prefeito costura uma grande teia desfavorável a Serrano, na qual sobressaem as suas supostas predileções sexuais, os salários atrasados dos servidores da Prefeitura de Macaé, o favorecimento de alguns servidores, e a utilização de “vales” (dinheiro) apanhados pelo prefeito do caixa da prefeitura para executar as mais diversas atividades. Entre elas, algumas medidas bem populistas, como as acusações de reformas de casas entre outras.

---

<sup>147</sup> Depoimento do Sr. Félix José no referido Processo crime aberto pela Câmara Municipal contra o Prefeito.

Embora as acusações tão impactantes, é curioso que a população que o elegera com diferencial, em tão pouco tempo, estivesse totalmente convencida da desmoralização do Prefeito, a menos que a opinião pública estivesse de fato sendo manipulada pelos jornais locais, mas especialmente pela rádio, de apelo oral, e amplamente penetrável na base da população.

Longe da capacidade de julgar o que é verdadeiro e o que é falso no conteúdo dos depoimentos, percebe-se na leitura do processo uma grande má vontade contra o Prefeito que, em nenhum momento de seu mandato obteve o apoio da maioria dos vereadores locais. Ainda a partir de uma leitura rasa dos registros dos dados processuais, há um imediato consenso de que o Prefeito não tinha condições administrativas para permanência no cargo. No entanto, a partir do conhecimento de sua trajetória política e, especialmente, do depoimento do Sr. Olinto Bordalo, cujas memórias vieram esclarecer o que se registrou em papéis como atas, depoimentos e outros documentos oficiais, de que o superlativismo no tratamento dado ao caso do Prefeito Eduardo Serrano foi uma marca em todo o seu julgamento. Inclusive no parecer médico constituído enquanto de sua ausência na cidade, impedindo-o de permanecer no cargo para o qual havia sido eleito.

Segundo o Jornal O Rebate de 17 de janeiro de 1960, referindo-se ao processo contra o Prefeito, registrou que,

O recinto do Legislativo superlotado para prestigiar a histórica reunião e tomar conhecimento do mais fedorento processo conhecido até hoje, a começar da parte político-administrativa ao moral de seu dirigente (...) Para concluir com a parte moral, repleta de depoimentos estarrecedores e de monstruosidades e imundícies, que a Comissão de Inquérito, em sinal de respeito, andou bem em não unir em libreto para distribuição à Justiça, as autoridades e ao público como a coisa mais infecta que se tem conhecimento nesse mundo de Jesus Cristo.<sup>148</sup>

Com o processo aguardando julgamento na Justiça, a Câmara Municipal de Macaé propôs um recurso para afastar o Prefeito imediatamente. Aproveitou a ausência de Serrano da cidade que tinha ido a Niterói para tratativas financeiras de interesse do município, e recorreu à indicação de três médicos conceituados na cidade (Dr. Antônio Luiz Lindeberg Nogueira, Dr. Sady de Almeida Gomes, e Dr. Jorge Ribeiro da Silva Caldas), solicitando parecer sobre a pessoa do Prefeito. Horas após, o parecer médico já era reconhecido como documento válido pelo Cartório do 2º Ofício, de propriedade do Sr. Elias Agostinho, que foi

---

<sup>148</sup> **Jornal O Rebate**. Macaé, 17 de janeiro de 1960. páginas 2 e 3.

um dos concorrentes derrotados ao cargo de prefeito. O documento que afirmava e reconhecia a incapacidade psíquica e física de Eduardo Serrano para gerir o município foi completamente baseado na difundida questão da sua homossexualidade. E mesmo quando toca em questões improbidades administrativas, a causa primária dessas estava vinculada à sua condição psíquica homossexual. Um tipo de homossexualidade presuntiva e inata, basilar do início ao fim de todo o julgamento que lhe foi imposto, e que concluiu sobre a impossibilidade de uma administração normal e harmônica a partir de um indivíduo em tais condições, como aponta parte do parecer médico em seu embasamento.

“O homossexualismo quando inato, não depende do exemplo, do contágio, da falta de indivíduo de sexo oposto. Não depende de solicitações perversas e nem se o evita com castigos, reprimendas, proibições e carceragens. Ele independe de tudo isso e viceja apesar disso tudo. Nada o detém, coisa alguma será capaz de o refrear. Até o próprio decoro desaparece. A autocrítica existe, mas a propulsão mórbida vence tudo e abafa todos os interesses, todos os pudores e vaidades. Até mesmo a honra perece sob a inevitabilidade do signo”. (H.I. “Psico-patologia, p. 158/159)

Segundo AFRÂNIO PEIXOTO (Medicina Legal, vol. II 4ª ed. p. 206): “O carácter comum dessas perversões é que são todas dependentes de uma degeneração psíquica, mais ou menos pronunciada: muitas vezes não faltam nem os grossos estigmas que os denunciam. Por isso mesmo nem sempre essas espécies tem uma identidade própria e são misturadas de vários sintomas ou síndromes degenerativas.”<sup>149</sup>

Partindo do embasamento teórico do documento para a aplicação ao caso de Serrano, os três médicos afirmaram que:

Pela constante observação de sua postura em sociedade, pelos “altos e baixos”, pela antítese de seus atos, como, por exemplo: antes de ser eleito recebia todo mundo em sua casa, gregos e troianos, com toda a familiaridade, e logo após a eleição, colocou, contra toda a tradição municipal, guardas nas portas para não permitir o acesso do povo ao seu gabinete.<sup>150</sup>

Além da contratação e descontração de servidores e de uma precoce aposentadoria do serviço público, que certamente, também o indisponibilizava para exercer a condição de prefeito. Cargo público da maior importância para qualquer município brasileiro.

A partir do discurso médico sanitário, os dados sobre a doença de Serrano foram tornados canônicos e o parecer tornou-se o documento necessário para a cassação imediata

<sup>149</sup> Parecer médico que incapacita o Sr. Eduardo Serrano para a função de prefeito do município. O documento faz parte do Processo Administrativo da Câmara Municipal de Macaé contra o prefeito Eduardo Serrano. Comissão Especial, ano 1959-60. **Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Macaé.**

<sup>150</sup> Idem.

dos poderes do então Prefeito, ainda no dia 19 de janeiro de 1960, quando assumiu o governo o então o Vice-Prefeito, Antonio Otto de Souza.

Daí em diante, com a sociedade macaense completamente dividida e uma batalha judicial acirrada, estava posto um cenário trágico entre as forças conservadoras e historicamente controladoras da política local *versus* os eleitores de Serrano, ou os indivíduos com alguma reflexão imparcial, que percebiam, acima da campanha de difamação pública, o jogo pela conservação do poder estanque ao grupo tradicionalmente dominante, custasse o que custasse.

Mediante a cassação, Serrano impetrou um mandato de segurança contra a Resolução da Câmara Municipal, justificando todo processo ter corrido à sua revelia. Em 1º de setembro de 1960, a justiça deu ganho de causa a Serrano, que encaminhou-se à noite para a prefeitura que se encontrava com as luzes cortadas, permanecendo no recinto trabalhando à luz de velas. Tornando os acontecimentos ainda mais novelescos e midiáticos. Embora legalmente de volta ao poder, as pressões políticas e os efeitos das investidas contrárias ao seu mandato eram irreversíveis. Sociedades de classes encabeçadas pela Associação Comercial já haviam dado entrada a um ofício assinado por várias dessas entidades solicitando a apuração de irregularidades na administração de Eduardo Serrano.

Diante da pressão da sociedade, Serrano demonstrou a possibilidade de renúncia se o seu vice também renunciasse. Já que o mesmo era ligado à Associação Comercial e Industrial de Macaé, e passou a ser um ponto de inserção dos interesses controladores da mesma no processo de *impeachment* que ia se construindo contra ele, o Prefeito. Depois de muitas disputas, pressões e negociações, o então presidente da câmara dos vereadores, Lacerda Agostinho (empresário próspero e vereador)<sup>151</sup>, conseguiu convencer ao Prefeito a renunciar o cargo junto com o Vice, Antonio Otto. Como pela lei brasileira na ausência do prefeito e do vice assume o cargo o presidente da Câmara dos Vereadores, aquilo pareceu uma artimanha muito favorável ao próprio Lacerda Agostinho. Que precisou então se comprometer com a renúncia em relação à ocupação do cargo também. Assim sendo, em 15 de setembro de 1960, o Prefeito enviou à Câmara um documento comunicando sua renúncia e a do Vice-Prefeito, valendo a partir do dia 21 daquele mês. O nome indicado para assumir a prefeitura foi o do vereador Alcides Ramos, proveniente do distrito de Quissamã, muito pouco conhecido em

---

<sup>151</sup> Empresário de sucesso em Macaé, Lacerda Agostinho era o dono da famosa Fábrica de Bebidas Lynce, que entre outras coisas, produzia o famoso refrigerante *Moranguito* e o histórico *Licor Pessegueiro*. Por muitos anos produtos simbólicos do Município de Macaé.

Macaé e, portanto, fora do imbróglho político que se tornara a sede do município. A partir do momento em que a renúncia foi oficializada, o Governo do Estado liberou as cotas de subsídio municipal em atraso e a crise político-econômica, de certa forma, foi apaziguada em Macaé.<sup>152</sup>

É curioso perceber que, embora eleito com quantidade tão expressiva de votos, igualitários perante o jogo democrático, os eleitores de Serrano não tiveram protagonismo em sua defesa prática nas ruas. De certo modo, em meio a toda aquela situação política moralista e rocambolesca, ficava claro a disparidade prática do valor dos votos, situação que não deixava de desmoralizar a democracia vigente, quando a vontade dos poderosos, por uma série de artifícios legais e ardilosos, se fazia prevalecer sobre a vontade da grande maioria da população que o elegera. Denunciando, ainda, que, por enquanto, Macaé continuaria a mesma.

No entanto, embora eliminado o Prefeito Eduardo Serrano, a luta que ele representava, a de igualdade e acesso à democracia, não chegara com ele ao fim. Mas, ao contrário, o precedera na amplitude do discurso dos ferroviários e o sucederia ganhando ainda mais consciência em outros grupos sociais. Esses grupos se somariam aos ferroviários em torno de ideais democráticos já que a categoria havia conseguido transbordar suas bandeiras, ao longo da primeira metade do século XX, e concentravam em si toda a representatividade de luta por direitos e defesa das classes oprimidas, simbolicamente representados pelo seu Sindicato, à Avenida Rui Barbosa nº 270, bem em frente ao imponente prédio da Associação Comercial (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Para o sistema político local, frente à democracia e à representação partidária, os ferroviários se encontravam na mesma condição da falta de distintivo de Serrano. Como operários e representantes da aglomeração de projeções trabalhadoras, se constituíam enquanto confrontação da tradição política local incomum à participação de simples operários. Quando o sentido de classe empoderava a partir da igualdade como amálgama fortalecedor da categoria. Ao tempo que, considerando as origens sociais humildes, a ilusão da individualidade distintiva e separatista, no caso dos ferroviários, somente os enfraqueceria.

---

<sup>152</sup> **Entrevista do Sr. Francisco Agostinho, 79 anos**, comerciante, filho do Sr. Lacerda Agostinho e atual dono da Fábrica Lynce. Entrevista concedida em 20 de dezembro de 2013.

### 5.1.3. Tragédia, poder e memória: possibilidades de compreensão

Segundo Ecléa Bosi (1999, p. 454), "*a memória dos acontecimentos políticos suscita uma palavra presa à situação concreta do sujeito.*" Portanto, identidade e memória são processos complementares, embora não necessariamente naturais. A leitura de si no contexto social e a condição de lembrança estão diretamente relacionadas ao estabelecimento dos vínculos marcantes entre os indivíduos e os acontecimentos sociais. Especialmente, quando estes transpõem aspectos afetivos, ideológicos, de trabalho ou outros a partir das experiências prévias de vida a serem rememoradas no futuro, em conjugações pretéritas com os eventos marcados de forma mais densa ou fragmentária.

Considerando, no entanto, a natureza dos eventos intencionalmente produzidos, e aqui queremos atentar para os de cunhos políticos, podemos afirmar que memória e eventos são polos distanciados e contínuos, projetando percepções instigadas sobre o andamento da história, a naturalizar no futuro, através da memória, o que de fato nunca foi natural. Mas pertencente aos jogos de poder implacáveis sobre a ação da memória coletiva. Nesse sentido, as representações compreendidas enquanto processos culturais e de geração de sistemas simbólicos (CHARTIER, 1988) corroboram o sentido identitário não apenas por projeção de um passado selecionado e inscrito na concepção do valor de lembrança, mas pela instituição no ato do evento da geração de um senso de identidade (SILVA et al, 2003, p. 14). O que permitirá infiltrar-se na realidade individual ou coletivamente vivida para inscrever-se enquanto monumento político futuro, ou simplesmente, referência de quem, historicamente, lembra referendado por valores e identidades repetidos em consensuais opiniões (GONÇALVES, 2003).

Nesse contexto de compreensão, numa clara conexão entre memória e história, importa questionar o valor da história enquanto referência de contextos sociais dominados por elites tradicionais. Quando as referências de passado monumentalizadas nas memórias dos indivíduos quase sempre quebram a conexão fiel com os eventos para registrarem-se contingenciadas por interesses de grupos dominantes, políticos, econômicos ou mesmo culturais. Cooptando os indivíduos a uma identidade social exteriormente construída, da qual ele se torna primeiramente produto, para só depois de mediado, tornar-se um agente histórico ideologizado.<sup>153</sup>

---

<sup>153</sup> No contexto democrático, somente com consciência de si em relação ao todo, é possível exercer o papel cidadão e de transformação social.

Na condição de mediado antes mesmo de ser agente, se é que poderíamos pensar um momento da história, um *illo tempore* (ELIADE, 1992, p.84-88) no qual a condição de pureza se sobrepusesse à condição de mediação estabelecida pela vida em sociedade, talvez a discussão sobre a razão de uma verdade social, quando não histórica, pudesse ser legitimada. Desconsiderando, porém, essa possibilidade, a história, a memória, o documento ou qualquer meio que leve à condição de lembrança, de guardar uma experiência eventual, tendem a desnaturalizarem-se para enquadrarem-se na perspectiva social das verdades em consonância com interesses de grupos detentores dos aspectos fomentadores dessas lembranças, ou esquecimentos. Assim, o que se tem gravado na memória e torna-se paradigma de comportamento para uma sociedade inteira, não necessariamente é a realidade, mas o registro desnaturalizado do que se deve, no âmbito individual ou coletivo, lembrar (NIETZSCHE, 2007).<sup>154</sup>

Considerando que lembrar e esquecer são partes de um *continuum*, cabe aqui resgatar a percepção dionisíaca presente no trágico processo protagonizado pelo então prefeito de Macaé, Eduardo Serrano. Para isso, retomamos essas considerações como polos complementares, ou mesmo no sentido de avesso, que só é possível existir a partir do outro lado (NIETZSCHE, 2011).

No contexto dessa reflexão, consideramos dionisíacas as representações expressas pela figura de Serrano dentro do contexto da época. A abertura às novas experiências sócio-políticas e cidadãos capazes de trabalharem em prol de uma sociedade modernizante a partir do êxtase do encontro de uma campanha baseada na periferia; na promessa de inauguração de um tempo novo na política municipal, na projeção dos sonhos e da liberdade potencializados pelo acesso à cidadania pelo povo pobre. Expectativas presentes na campanha e eleição de Serrano frente a uma estrutura política de "alma" hermética, que embora adesa à democracia, só a conhecia moldada aos interesses tradicionais, compostos pelos mesmos nomes, pelas mesmas famílias, pelos velhos lugares demarcados. Condições que faziam da política local a representação criada de uma ordem estrutural em consonância a um racionalismo excludente, defensor de uma suposta verdade justa, em nome da justiça, mas avesso a qualquer tipo de inclusão social, tanto na política, quanto na sociedade. Postura que, na nossa interpretação, estamos tomando como expressões sociais apolíneas.

---

<sup>154</sup> Para Nietzsche, o esquecimento é o natural e não a memória. Portanto, essência e identidade são produtos da violenta construção da memória em detrimento do esquecimento.



Como outras cidades brasileiras de características semelhantes, Macaé vivia aparentemente o fluxo ameno da vida pacata do interior de país, embora, subcutaneamente, mantivesse a polarização demarcada pelo desejo "revolucionário" de mudanças representado pela força de seus ferroviários, e ora, em digressão política, pela esporadicidade da figura de Serrano. Enquanto por outro lado, uma qual força de manutenção da tradição se mantinha muito forte, com raízes muito profundas naquela sociedade. Nesse último contexto, o simples estabelecimento na cidade de um forasteiro, profissional jovem, porém aposentado, que passou a dedicar-se a atender a população desatendida sem nada cobrar por isso, se tornou um motivo de admiração com forte gradação para a desconfiança e o espanto. Já que na realidade daquele período, o acesso às diretrizes que constitucionalmente qualificavam o indivíduo como cidadão, como, por exemplo, o acesso aos direitos trabalhistas, não era uma realidade corrente no município. Efeito de um coronelismo perpetuado tanto pelos modos de produção baseados no campo, como pela mentalidade de um tempo lento, avesso às mudanças, plenamente alimentado por costumes sociais e vícios políticos potencializadores de amplas continuidades.

Lido pela cidade que o recebera Serrano era o outro (TODOROV, 2003, p. 3-5), sem eira nem beira, sem tradição familiar, propriedades ou nome construído no cotidiano das tradições macaenses. Era a encarnação da incerteza e da dúvida, porque assim como se fixa e se estabelece de uma hora para outra na cidade, o que o prenderia nela? Era um homem irreferenciado numa terra em que o *fio do bigode* ainda caracterizava um elemento de honra, de respeito e moral.<sup>155</sup> Tal como Dioniso errante, chegou naquela Macaé e arrebatou uma imensa plêiade de admiradores nas periferias onde a exclusão histórica amenizava a rigidez dos padrões sociais valorativos permitindo que "*um outro diferente*" pudesse ser acolhido, especialmente quando esse era o portador de alguma bandeira de esperança e da representatividade de direitos sonhada (VERNANT, 2000, p. 144). Ainda que identificado com a periferia \_ parte dialógica na composição da cidade\_ tornava-se com ela expressão da alteridade vertical, acima da experiência cotidiana de uma suposta ordem escrita na tradição da normalidade. Embriagando pela esperança política democrática a crença numa nova ordem possível a partir de uma experiência fronteira e porosa com capacidade para potencializar o fluxo e não retê-lo como verdade pré-estabelecida.

---

<sup>155</sup> A expressão pelo fio do bigode faz referência às tratativas entre cavalheiros que dispensavam documentos escritos, precedendo ao lacre, à assinatura ou a rubrica, e se baseavam na honra representada pelo fio de bigode trocado.

Dessa composição entre exclusão estática e identidade em fluxo, naquele cenário de democracia apolínea e euforia dionisíaca, estava posto o contexto para o desenrolar dos fatos e execução da tragicidade política experimentada através da disputa pelo poder representado pelas instituições municipais e a demarcação em ânimos e valores morais e corporais no comportamento cotidiano daqueles homens na cidade. Uma disputa trágica que dividia a Macaé em dois grandes lados adversos, qual sejam: o da tradição política municipal há muito estabelecida; e a de uma nova ordem, entendida pelos primeiros como a "barbárie", a desordem e o caos.

Nesse sentido, nenhum ponto fraco melhor do que a homossexualidade poderia metaforizar a selvageria ou a barbaridade encarnada pelo então prefeito Eduardo Serrano. Mais uma vez, numa classificação social em consonância com a apreciação colonial, a suposta homossexualidade de Serrano era tida na apreciação dos seus inimigos políticos como "*monstruosidade e imundície*" tal como anotada nas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, de 1707*, nas quais a prática da homossexualidade era considerada *o hediondo pecado*,

tão péssimo e horrendo, e tão em contrário com a ordem da natureza, e indigno de ser nomeado, que se chama nefando, em que não se pode falar, quanto mais cometer. Provoca tanto a ira de Deus que por ele vem tempestades, terremotos, pestes, e fomes, (...)

Portanto, ordenamos que se houver alguma pessoa tão infeliz, e carecida do lume da razão natural, e esquecida de sua salvação, (o que Deus não permita) que se ouse cometer um crime, que parece feio até mesmo ao Demônio (...).<sup>156</sup>

Mas foi pelo aspecto da medicina, irrompido na Europa e no Brasil em torno da homossexualidade no século XIX, que Serrano seria afastado pela primeira vez de seu mandato público (FRY, 1985). A autoridade médica aliada aos interesses políticos, consumara-se na conceituação da incapacidade, baseada na avaliação parcial sobre a sexualidade do prefeito enquanto o documento registrado em cartório tornara-se o portador definitivo da verdade, que por ser incontestável àquele grupo local, dava abertura ao julgamento do *impeachment* do prefeito em viagem à capital do Estado em busca da liberação de recursos financeiros para o Município de Macaé.

---

<sup>156</sup> **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia.** Feitas e ordenadas pelo Ilustríssimo e Reverendíssimo Senhor D. Sebastião Monteiro da Vide, 5º Arcebispo do dito Arcebispado e do Conselho de Sua Majestade: propostas e aceitas em sínodo diocesano que o dito senhor celebrou em 12 de junho d 1707. São Paulo: na Typographia2 de Dezembro, de Antonio Louzada Antunes. 1853. p. 331 e 332.

Através da análise foucaultiana, na qual a capilarização do poder se estabelece em consonância múltipla e localização indefinida (FOUCAULT, 1996), é possível compreender o evento em questão tanto de uma maneira mais óbvia e evidente, quanto através da dissonância social, na qual a volúpia das relações estabelecidas, com enraizamentos de há muito aprofundados, são definitivamente determinados a combater qualquer grave alteridade, antes de combater um suposto prefeito gay de Macaé. A potência desse embate não pode ser entendida como uma disposição exclusivamente organizada para aquele momento trágico da história local, mas fora gestada na ordem da tradição, à pecha da Colônia, numa concepção separatista entre o indivíduo e o outro, na qual a esse último não é permitido se amalgamar ao primeiro senão para a manutenção do seu *status quo*, porém nunca em diálogo paritário de espelhamento-reconhecimento.

Desse desconhecimento mútuo, a ameaça que o outro gera é o elemento fundamental para a manipulação das instituições representativas de modo a não permitir que, através delas, haja a geração de um novo tempo, no qual a fronteira ou a margem tomem o lugar do centro desarticulando a ordem e recriando o microcosmo através de novos modelos de relações, sejam sexuais, socioculturais ou políticas.

Toda potencialidade que o outro apresenta passa a constituir-se como parâmetro de desconfiança e conseqüente rejeição em consonância com a concepção de uma verdade que não considera a multiplicidade intrínseca à sociedade como realidade construtiva. Portanto, o modelo sistêmico ideologicamente criado e diluído enquanto padrão social vigente, retoma, no caso de Eduardo Serrano, com força total. E embora se materialize nas tomadas de decisões de um pequeno grupo político tradicionalista local, é na grande rede de comentários, dizeres, boatos supostamente indefesos tramados contra ele, que a cidade como um todo corrobora a sua queda (FOUCAULT, 1979). Quase que totalmente inebriada por construções éticas ideologicamente alicerçadas numa verdade única e superior, combatente de toda e qualquer alteridade. A crucificação pública pela possível homossexualidade deflagrada pela rádio, pelos jornais ou mesmo pela opinião cooptada de muitos de seus eleitores focava na total incapacidade pessoal administrativa (daí a necessidade de interdição), ao mesmo tempo em que desfocava a razão simples, porém contínua de toda essa trama política, cuja causa não estava verdadeiramente numa pessoa, mas em toda e qualquer possibilidade de subversão da ordem, nesse caso metaforizada pelo sentido de "*esperança dos sofredores e oprimidos*" que Eduardo Serrano pessoalmente encarnava.

Consumada a renúncia do prefeito, resvalada também em seu vice, no dia 21 de setembro de 1960, as vozes que ao revirarem memórias paradigmáticas e outros conteúdos difamadores se levantaram para denunciar a homossexualidade do prefeito como a maior vergonha municipal de todos os tempos, seriam as mesmas que trabalhariam pelo silêncio imperturbável, o esquecimento de tamanha desmoralização; para que uma suposta paz voltasse a reinar no município e todas as coisas voltassem à ordem, como se uma "causa-força primeira do universo" corroborasse aquela sociedade tradicionalmente como ela era.

Estando, no entanto, os autores dessas vozes potencializados com a ideia de manutenção da ordem, e do poder que lhes retornava em parte às mãos, abria-se um período decrescente para o estabelecimento de uma ordem mais ampla, na qual não mais “um Eduardo Serrano” a ser perseguido, mas os ideais mobilizadores da mudança, representados em maior parte na cidade pela categoria dos ferroviários. Quando a passos largos o sentido de confronto e disputa enfrentavam-se diariamente em propósitos e disposições do que cada um dos lados sociais acreditava como sendo o caminho certo, muito embora, não necessariamente legítimo.

## 5.2. Da punição de Sísifo à esperança onírica

A pensar a trajetória dos trabalhadores ferroviários desde as primeiras décadas do século XX, vamos encontrá-los num longo processo coletivo de força contra as barreiras que foram se impondo em seu caminho para a inclusão social, a cidadania, os direitos trabalhistas.

No início, submetidos à brutal exploração nas Oficinas da Leopoldina, cujo regime de trabalho tinha maior fidelidade às continuidades da escravidão do que propriamente ao período democrático em transcorrência; acoçados pela tuberculose gerada pela insalubridade; pela ameaça da perda do emprego e pela total exploração pelos patrões ingleses enquanto na posse dos espaços de produção, os ferroviários macaenses viviam a experiência do emprego como se prestassem contas à uma punição mítica estabelecida desde o início dos tempos pela condição da pobreza e a necessidade da venda da força de trabalho. Manifestando-se, ainda, por maneiras diversas nas condições individuais ou potencializando-se de uma só vez e coletivamente, no analfabetismo, nas péssimas condições de moradias, no "*direito apenas de morrer*" exauridos pelos esforços diários, como registrou o ferroviário Maurício de Lacerda, ainda no distante ano de 1920. (Apud. FONSECA, 1996, p. 34).<sup>157</sup> Tal como Sísifo

---

<sup>157</sup> Maurício de Lacerda. "Leopoldina". *Voz do Povo*, nº 17, vol. 2, 16 de junho de 1920.

mitológico que se tornara conhecido ao longo dos séculos por executar um trabalho pesado e rotineiro, sem que de maneira alguma, por encantamento, pudesse se livrar dele (FERRY, 2012). Tratava-se de um castigo para contundi-lo, pelo sofrimento, a entender que os mortais não tem a liberdade dos deuses. Devendo, portanto, concentrarem-se nos afazeres da vida cotidiana, tornando-se satisfeitos com a monotonia das coisas e obediência das regras postas.

Partindo dessa comparação metafórica para a dura realidade do diadía, importa reconhecer a necessidade de algum espaço de liminaridade na vida desses homens, no qual fosse possível a experiência do sonho travestido de esperança no sentido mais amplo e mais simples também da vida humana. Já que sem a esperança, torna-se, de alguma maneira, quase insuportável viver.

Sem esperanças no futuro não teria sentido prático qualquer movimento trabalhista, ou expectativa de mudança individual ao tratarmos de interesses de uma categoria a curto e médio prazo. E assim como a história tem sido partidária ao longo de sua ampla construção em não anotar a esperança como contributo da realidade humana, apesar da sua fluidez totalmente anti-positivista, o seu não registro se caracteriza como uma grande perda, porque certamente ela se constitui elemento fundamental à boa parte das potencializações humanas. Capazes de tornarem o homem forte, de fazê-lo rolar suas pedras diárias de morro acima, embora a descomunal força contrária.

Ao passo que a esperança tanto o transporta para um tempo projetado além de toda sua realidade, que embora em nenhum lugar historicamente registrada, se lhe completa como indissociável da condição humana, tornando-se também fundamental à produção da memória subjetiva. Assim é que o indivíduo marcado por condições constrangedoras no dia a dia, cuja possibilidade de morte (mesmo metafórica) seja a maior expressão delas, transpõe o natural para se construir mimeticamente com o imponderável; driblando o seu destino para manter-se vivo, ainda que fisicamente alquebrado. Portanto, mesmo que culturalmente o tempo das mudanças sociais e revisões de desigualdades seja muito lento, a quebra da linearidade histórica, num produtivo diálogo com os desejos mais pessoais, assim com os referenciais de grupo, amenizavam a dominação que se impunha sobre os trabalhadores. Ao passo que na resistênciase fortalecia também o processo de identidade proletária.

É ainda a esperança a ligação entre o passado e suas condições de vida adversas com o sonho de um futuro bom, dialética de ida e volta como o movimento dos trens conectando

situações de exploração e exclusão social locais à ideologias novas, potencialmente renovadoras daquela sociedade.

Por fim, pelo enfrentamento com os deuses e a tentativa de mudar a ordem de um mundo pré-estabelecido à revelia de sua vontade, lembrando-o a todo tempo de sua pequenez e necessidade de obediência, Sísifo fora condenado por toda eternidade a rolar uma grande pedra de mármore com suas mãos até o cume de uma montanha, sendo que toda vez que ele estava quase alcançando o topo, a pedra rolava novamente montanha abaixo, por meio de uma força irresistível, até o ponto de partida, invalidando completamente o duro esforço empreendido até ali. Embora no caso dos ferroviários macaenses a punição tenha sido metaforicamente semelhante, é possível refletir sobre a grandiosidade do trabalho feito ao longo dos anos em desmoronamento frente o ano de 1964. Compreendendo, no entanto, como numa situação mitológica na qual a pedra diária se transformou em um enorme obstáculo no meio do caminho, talvez, o evento mais marcante nas vidas dos ferroviários macaenses.

### **5.3. Memórias em amálgama (ou o tempo das polarizações)**

Ao adentrarmos a década de 1960 uma suposta tranquilidade política parecia ter sido estabelecida no município após a derrubada do Prefeito Eduardo Serrano. No entanto, parece ingenuidade pensar em tranquilidade política a partir de forças sociais em desequilíbrio, posto que, historicamente, a democracia brasileira se baseou no desrespeito à igualdade cidadã (de forma camuflada na maioria das vezes), o que lhe conferiu um contrassenso intrínseco e praticamente inalienável. Portanto, observando a trajetória dos ferroviários na cidade, e todo o transbordamento político-cidadão estabelecido ao longo dos muitos anos do movimento da categoria, podemos considerar a Macaé daquele início de década posicionada em condições menos conformadoras aos abusos e utilizações da dita democracia.

Por razões locais instigantes, em consonância com todo o movimento sindical em efervescência nacional no início dos anos 1960, nos parece que Macaé antecipou o marco histórico que costuma definir o ano de 1961 como a largada para o Golpe civil-militar de 1964. O impedimento imposto ao Vice-Presidente da República, João Goulart, de assumir um governo presidencialista após a inesperada renúncia de Jânio Quadros, repercutiu em toda categoria ferroviária que lhe saiu em defesa democrática. Retumbaram greves, palavras de ordem, movimentos em prol da legalidade governamental frente ao projeto de golpe, parcialmente alcançado, porém não consumado em sua expectativa total.

João Goulart assumiu cargo de Presidente da República em 7 de setembro de 1961, mediante a manobra política que transformou o regime governamental em parlamentarista depois de doze dias de intensa crise no Congresso Nacional e nas instituições republicanas. Crise gerada pelos Ministros Militares que não aceitavam a possibilidade constitucional dele assumir o controle do país mediante sua trajetória política de profunda relação e identidade com as classes trabalhadoras e sindicatos. Situação agravada por uma “coincidente” viagem diplomática do Vice-Presidente à República Popular da China, governada pelo Partido Comunista desde 1949, exatamente no tempo da renúncia de Jânio Quadros.<sup>158</sup> Fatores que contribuíram para precipitarem as conclusões políticas direitistas de cunho persecutório de que o país estaria entrando num caminho sem volta à implantação de uma república sindicalista. Numa espécie de golpe da esquerda, legal e oportunista, mediante as circunstâncias da inesperada vacância da Presidência da República (FAUSTO, 1995).

João Belchior Marques Goulart, ou popularmente, Jango, foi um político construído de acordo com as diretrizes nacionalistas do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) em paridade à icônica figura de Getúlio Vargas. Em 1954, no marcante cenário inflacionário e de expectativas trabalhadoras, Jango, como Ministro do Trabalho do Governo de Getúlio, decretou o aumento de 100% do salário mínimo, fortalecendo-se em identidade junto à base operária nacional. No entanto, recebendo, ao revés, as reservas políticas das classes patronais e de vários setores das Forças Armadas, que exigiram, já nessa época, a renúncia do próprio Presidente Getúlio Vargas. Estava criado aí o mito difamatório do “jovem político comunista” que nunca seria desvinculado de Jango, mesmo após o suicídio de Vargas. Mas, ao contrário disso, essa identidade com os trabalhadores o levaria a ser eleito para o cargo de Vice-Presidente na chapa (PTB – PTB) do Presidente Juscelino Kubitschek, em 1955. E, nas eleições seguintes, novamente a ser eleito Vice-Presidente da República, obrigando-o a compor-se com o Presidente eleito Jânio Quadros, oriundo do Partido Democrata Cristão (PDC) com o amplo apoio da União Democrática Nacional (UDN), de posição antigetulista e proposições tão díspares da trajetória histórica do PTB. O que levou, notadamente, ao Presidente Jânio Quadros assumir uma política econômica conservadora de acordo com as exigências do Fundo Monetário Internacional (FMI), o que não impediu seus “deslizes à esquerda” de condecoração a Ernesto Che Guevara com a Comenda do Cruzeiro do Sul, maior honraria do governo brasileiro e a tentativa de aproximação diplomática e comercial com a

---

<sup>158</sup> Governada pelo Partido Comunista Chinês desde 1 de outubro de 1949 como resultado da Guerra Civil Chinesa após a Segunda Guerra Mundial.

China, missão dada como incumbência ao Vice-Presidente, em execução no momento da renúncia do Presidente eleito.

Se esses fatores controversos foram utilizados como justificativas pelos apoiadores da quebra das regras constitucionais contra João Goulart e o que ele supostamente representava, para os ferroviários macaenses, e por todos os demais partidários da esquerda local que haviam vivenciado a rocambolesca história do *impeachment* do Prefeito Eduardo Serrano no ano anterior, estava claro que as situações de golpes se repetiam e repetiriam quantas vezes os interesses conservadores e do capital internacional associado se sentissem ameaçados. No caso em questão, com ampliação do cenário e, naturalmente, das justificativas para tal.

Somente em 6 de janeiro de 1963, mediante plebiscito nacional após o “calor da hora” da renúncia de Jânio, o regime retornou ao sistema presidencialista, o que conduziu Jango ao seu legítimo posto como Presidente da República, e deu a ele condições de atuar dentro das diretrizes próprias à sua identidade política. Quais sejam, a bandeira do nacional-desenvolvimentismo propalado desde o primeiro governo de Getúlio Vargas, ainda nos anos 1930, e o diálogo com as classes trabalhadoras, uma das principais características dos governos populistas. No entanto, em meio ao novo estremecimento político no país, especialmente demonstrado por sua vitória incontestável no plebiscito que derrubou o parlamentarismo inventado, e à crise econômica vigente, o Governo de Jango debateu-se na tentativa de emplacar um Plano Trienal para equilíbrio da economia, ao tempo que buscava adequar o salário mínimo às perdas impostas pela inflação.

Mediante o ataque das forças de direita e o desejo, quase missionário, de efetivar as necessárias reformas políticas que pudessem atenuar as desigualdades sociais afrontosas no país, Jango recorreu ao apoio dos grupos de esquerda, históricos correligionários capazes de formação de frentes populares para discussão e fortalecimento das reformas de base consideradas por ele imprescindíveis (GOMES, 2013). Estava posto o cenário das dissensões mais acirradas que no ano seguinte levariam seu governo ao fim trágico antecipado.<sup>159</sup>

Numa projeção de reflexos nacionais e ameaças locais, Macaé experimentou nesse tempo uma grave polarização ideológica, que em termos coletivos e institucionais, bem pode ser definida por dois grupos: o grupo no entorno da Associação Comercial e o grupo em associação às diretrizes do Sindicato dos Ferroviários.

---

<sup>159</sup> As discussões sobre as reformas políticas necessárias já haviam sido iniciadas no Governo Juscelino Kubitschek, porém sem condições políticas e temporais para o seu desenvolvimento e implantação.



A Associação Comercial e Industrial de Macaé (ACIM) foi fundada em 13 de maio de 1916, com o nome original de *Associação do Commercio, Industria e Lavoura de Macahé*. Tanto os seus estatutos<sup>160</sup>, quanto seu órgão de comunicação, a *Revista Commercial*<sup>161</sup>, deixavam claro que a Associação tinha “*sentido e eficácia*” como órgão das classes conservadoras do município. Incluindo entre essas, a princípio, os empresários, os comerciantes e os fazendeiros reunidos em torno de ideais semelhantes, quais fossem defender os interesses econômicos desses grupos, sustentá-los em momentos de crises financeiras e, finalmente, trabalhar pelo que entendiam como o progresso de Macaé. Conseqüentemente, reunia entre seus associados e simpatizantes cidadãos com posturas referendadas nas tradições do campo, familiares, e morais. Tornando-se naturais partidários da ordem desigual presente na sociedade local, porém dissimulada no conhecido convívio e cordialidade brasileira que trabalhavam pela sua manutenção.

Por outro lado, o Sindicato dos Ferroviários, produto de uma ordem inversa à Associação, era o resultado e a representação das lutas dos trabalhadores por melhores condições tanto de trabalho, quanto de vida. Agregando no seu entorno não apenas a classe dos ferroviários, mas todos os grupos trabalhadores socialmente oprimidos no município. De modo que a ideologia perseguida pelos ferroviários (fosse ela socialista, comunista, ou cidadã), havia se tornado uma bandeira progressista levantada por eles em Macaé a envolver essas outras categorias, que não possuíam a projeção da classe ferroviária, muito menos um sindicato da sua tenacidade. No entanto, ao contrário de órgãos tradicionais e elitistas como a Associação Comercial, ao Sindicato dos Ferroviários faltam documentos oficiais sobre sua história, perdidos ou destruídos sob a ameaça da ordem ditatorial que se implantaria no país. Restando-lhe as memórias, inacessíveis materialmente, portanto em parte seguras, ainda que incompletas no diálogo estabelecido com o desenrolar das vidas no tempo.

Em entrevista para composição do Relatório da Comissão da Verdade de Macaé, o professor macaense, José Augusto Abreu Aguiar, retomou os conflitos estabelecidos entre as “classes conservadoras” e os ideais de renovação levantados pelos trabalhadores sindicalizados no pré 1964. Segundo ele,

---

<sup>160</sup> VIANNA, João da Silveira. In: Livro 1<sup>a</sup>, p. 1-2. **Modificação dos Estatutos da Associação do Commercio, Industria e Lavoura de Macahé**. 01/05/1929. Cartório do 1º Ofício de Macaé, RJ.

<sup>161</sup> **Revista Commercial**. Órgão da Associação do Commercio, Industria e Lavoura de Macahé. Impressa nas Officinas da Emp. Graphica Campos, junho de 1923. p. 7.

não foi apenas em Macaé. Foi no Brasil como um todo. Não existe lugar nenhum desse país onde o grupo empresarial não apoiou ostensivamente o Golpe de 64. Porque, na verdade, o golpe foi uma ação contra toda proposta que iria impactar, de forma negativa, o capital. E essas reformas todas estavam nesse conjunto que João Goulart propunha. Nesse conjunto de reformas de base, quando ele fala da questão da terra, da reforma agrária, aquilo foi uma “pancada” na elite agropecuária. Como é que eles poderiam, de que forma poderiam apoiar o João Goulart, se ele fazia uma proposição contrária? Então, em Macaé, mesmo que não tivesse grandes empresas (...) havia pequenos e médios comerciantes, sobretudo os médios e os maiorezinhos, eles, realmente, foram pessoas de frente, a favor do Golpe. Essa Associação Comercial, foi evidentemente, foi um espaço de apoio ostensivo e irreversível às pretensões dos golpistas.

(Entrevista do Sr. José Augusto Abreu Aguiar para a Comissão Municipal da Verdade de Macaé – em 10 de novembro de 2014. **Relatório da Comissão Municipal da Verdade de Macaé**. Câmara Municipal de Macaé (RJ): 2016. p. 155 e 156).

Por outro lado, o Prof. José Augusto apontou o posicionamento dos ferroviários no município que levaria Macaé a um cenário, tanto material, quanto político, no mínimo curioso, pelas contradições existentes.

Os ferroviários, nessa época, eram o grupo mais organizado de esquerda, no que diz respeito à luta dos trabalhadores no Brasil. Então, eles tinham uma organização muito forte. Uma organização muito presente. Onde houvesse um estabelecimento ligado à Rede (Ferroviária Federal, nessa época), havia um grupo de ferroviários bastante atuantes. Logicamente, que as proposições dos ferroviários elas iam de encontro (e não ao encontro) às propostas do capital, dos comerciantes, dos empresários. Não podia nunca haver o que? Haver uma paz entre eles – mesmo que os ferroviários dessem sustentação a esses empreendimentos econômicos, aos comerciantes, porque eles é que iam a essas lojas, a esse comércio fazer compras. Mas eles eram grupos distintos, em oposição completamente.

(Entrevista do Sr. José Augusto Abreu Aguiar para a Comissão Municipal da Verdade de Macaé – em 10 de novembro de 2014. **Relatório da Comissão Municipal da Verdade de Macaé**. Câmara Municipal de Macaé (RJ): 2016. p. 156).

Distinção e aproximação são duas caracterizações que sobressaem da análise do Professor macaense ao contextualizar a relação existente entre ferroviários e comerciantes na Macaé daquele tempo. Nesse sentido, a Avenida Rui Barbosa, ou popularmente, a Rua Direita, se transformara em um dos palcos de confrontos ideológicos mais impositivos da região, quando historicamente se definia como a principal via de manifestações de todo tipo na cidade, ao tempo que era também o endereço muito antigo da Associação Comercial e Industrial de Macaé, localizada à Avenida Rui Barbosa, nº 270. Tendo como vizinho, quase

que plenamente de frente, o Sindicato dos Ferroviários de Macaé, localizado à Avenida Rui Barbosa, nº 253, sobreloja.<sup>162</sup>

Das memórias de Dona Valquíria Costa, filha do ferroviário Walter Quaresma, voltam à cena na lembrança as atividades do Sindicato dos Ferroviários, local onde desde criança ela frequentou assiduamente com a família, depois na condição de professora junto com o seu irmão. Um local de referência social no Centro de Macaé, que também representava a força política dos ferroviários da cidade e do Brasil. Segundo ela,

Existiam muitas atividades no Sindicato. Tanto atividades recreativas, quanto atividades culturais, funcionavam escolas de ensino primário e preparatório para admissão do Colégio Luiz Reid. E eu e Valter (Valter Quaresma Costa – irmão) ministrávamos aulas nas salas do sindicato. Existiam salas de corte e costura, artesanato. As senhoras, esposas dos ferroviários, mesmo com remuneração pequena, trabalhavam. Tinha uma senhora, Dona Elmadir, que ensinava corte e costura. Dona Didi. Ensinava corte e costura muito bem. A Secretária funcionava o dia inteiro. Sempre tinha alguém ali, um ferroviário, um filho de ferroviário... Tinha tratamento dentário também. E tinham as atividades consideradas políticas, atividades de força política que traziam aqui em Macaé os líderes políticos da época, como Luiz Carlos Prestes, a filha dele Anita Leocádia, Baptistinha, Aristóteles Melo que dava aqueles cursos, aquelas palestras, passava notícias. Era um prédio movimentado a semana inteira. E fim de semana tinham as atividades consideradas recreativas, mas eram com as visitas desses líderes políticos. E era muita gente para assistir, eram muitos ferroviários, muitas famílias. Aquilo lá lotava, e ainda ficavam pessoas em frente, da rua, porque não cabiam lá dentro.

As atividades eram constantes por ali. Leilão de frango assado em benefício de famílias que estavam precisando; para angariar dinheiro para as “causas”, como eles diziam. Sr. Dandão saía leiloando frango pelo meio do pessoal. Essas coisas todas aconteciam no sindicato. Eram muitas atividades. Isso durante os anos cinquenta e início de sessenta.

Dos acontecimentos mais marcantes naquele prédio do Sindicato, ela lembrou uma vinda a Macaé de Luiz Carlos Prestes, que no seu entendimento misturou uma espécie de aula de história ao vivo, com a afetividade dispensada por Anita Prestes, filha do militante comunista.

A vinda de Luiz Carlos Prestes a Macaé para mim foi o auge. Foi um espetáculo! Ele era baixinho, não era alto, não. Mas ele tinha uma conversa, tinha um discurso, que encantava qualquer um. A filha dele também tinha uma história muito bonita da Segunda Guerra, que ela nasceu num campo de concentração. Aquelas histórias todas ela passava pra gente ali junto com ele ali na conversa, e a gente chegar ali e abraçar Anita Prestes, era como se estivéssemos abraçando um cantor, uma personalidade que é seu ídolo. A gente tinha prazer de abraçá-la, de beijá-la. Ela era carinhosa. A gente ainda era pequeno, ela então era muito carinhosa com a gente. Parece que eu estou

---

<sup>162</sup> A Associação Comercial permanece no mesmo endereço na Avenida Rui Barbosa, embora as numerações tenham sofrido alterações ao longo dos anos. O número atribuído ao Sindicato dos Ferroviários refere-se ao número atual do edifício, hoje ocupado por uma unidade das Lojas Americanas. Podendo, também, haver variações nessa numeração, posto que Macaé se alterou profundamente nos últimos trinta anos.

vendo a criatura com aquele cabelo liso, com aquela blusinha branca de manguinha fofa com um coletezinho por cima. Ela era filha de Prestes com Olga Benário, e o nascimento dela foi num campo de concentração. A gente bebia aquelas histórias, aquele conhecimento como se a gente estivesse estudando história ali ao vivo.

O sindicato propagava esses eventos, passava boletim, ia nas casas convidando. Passava ferroviário de bicicleta nas casas convidando. Aquilo ia mamãe, as mulheres todas... com aqueles vestidos de cinto amarrado... e iam lá para ver Prestes. Os meus irmãos mais novos falavam que queriam ver “Pesti”. *“Mamãe eu também quero ver “Pesti”* (risos). Ia a família toda. Chegava lá tinha um chá, um café, essas coisa.

(Entrevista de com a Sra. Valquíria Costa Amado da Silva, macaense, professora aposentada, filha do ferroviário Walter Quaresma Costa e de sua esposa Carmem Domingues Costa – exclusiva para este trabalho, em 26 de janeiro de 2020. Macaé - RJ).

Aqui retomamos a questão territorial, conforme a propõe Claude Raffestin (1993, p. 144)<sup>163</sup>, no sentido de entendimento da Avenida Rui Barbosa como espaço em disputa. Posto que, sendo tradicionalmente a principal rua de comércio da cidade, reuniu ao longo do século XIX e XX não apenas as principais casas comerciais, como também as agências bancárias, além de importantes residências, referências de famílias abastadas, representações do progresso capitalista feito no município de Macaé.

Se ao longo dos anos as manifestações ferroviárias (como, por exemplo, as citadas no capítulo 3) fizeram da Avenida Rui Barbosa “a vitrine” de exposição de suas ideologias e insatisfações, no limiar dos anos 1960, já com o seu Sindicato instalado na referida via, ela se tornava um espaço de disputas. A considerar que, historicamente, a avenida já havia sido dominada pela concentração de comerciantes, bancos, empresários e etc., que tinham na Rui Barbosa, o centro de suas atividades.

Simbolicamente, à medida que os ferroviários conseguiram estabelecer a sede de seu Sindicato naquele meio, concreta e abstratamente, declararam o poder de mobilidade referente à trajetória da classe ferroviária na cidade, que passava a fazer-se representar vizinha à Associação Comercial, no quarteirão contíguo à Prefeitura do Município em uma de suas extremidades. Triangulava-se, dessa forma, entre o Sindicato, a Associação, e a representação dos Poderes Municipais constituídos, as reverberações da distinção e aproximação, em disputas na *pólis*, e pela própria política.

Em sua entrevista para o Projeto Comemorativo do Centenário da Associação Comercial, o Sr. Luiz Carlos Franco, antigo comerciante no município, relatou que,

---

<sup>163</sup> Sobre a produção do território a partir das relações de poder que antes se estabelecem no espaço, para depois territorializarem-se.

A Rua Direita era o coração da cidade, tudo era na Rua Direita, a Associação era aqui no coração da cidade. Minha loja era (hoje) em frente às Lojas Americanas. O *Belas Artes*<sup>164</sup> era na esquina... A Associação participava bem da vida política, porque todo mundo tinha sua participação. Papai era udenista (União Democrática Nacional), anticomunista ferrenho!

(...)

A Leopoldina mandava em Macaé, a cidade vivia em torno da Leopoldina, o comércio era todo na base da Leopoldina. Você marcava, se você ia assumir um compromisso financeiro, marcava para ser cumprido depois do pagamento dos ferroviários da Leopoldina (CARVALHO, 2016, p. 130-1).<sup>165</sup>

Concebe-se a partir dessa complexa relação de disputas territoriais, a contradição existente entre o comércio e os ferroviários. Visto que, sendo a única grande empresa do município, e a mais importante delas, a Leopoldina depois Rede Ferroviária tornava seus ferroviários os grandes mantenedores da circulação financeira no comércio da cidade através de seus salários. Ao mesmo tempo, que tão indesejados em termos político-ideológicos, por combaterem práticas tradicionais presentes naqueles a quem eles mesmos mantinham em funcionamento.

A conquista política e o avanço sobre os espaços pré-demarcados da cidade, tanto físicos como simbólicos, extrapolava os interesses de classe ferroviária. Com o Sindicato fincado no reduto dos comerciantes e ao lado da Prefeitura, a representatividade da eleição de um ferroviário para a Câmara Municipal transbordava-se na representação de todos os indivíduos e grupos que comungavam do discurso ideológico da classe. Gerando o confronto natural entre o tradicional e as bandeiras políticas da mudança; a continuidade e a expansão dos direitos cidadãos. Eleger, portanto, um ferroviário configurava-se como uma manifestação, de certa forma, inovadora e revolucionária. Mas também podia ser entendido como parte dos resultados do trabalho de cooperação ideológica e material exercido pelos ferroviários sindicalistas em favor de outras categorias trabalhadoras, como por exemplo, os camponeses da região do entorno de Macaé como Careta, Califórnia e Virgem Santa. Essa

---

<sup>164</sup> O *Café Belas Artes* foi um importante café no centro de Macaé, reduto de empresários, comerciantes e políticos do município. Considerando, quase que, uma antessala das questões políticas vigentes enquanto permaneceu em funcionamento.

<sup>165</sup> Entrevista concedida pelo Sr. Luiz Carlos Franco, na sede da Associação Comercial e Industrial de Macaé, no dia 17 de janeiro de 2014, quando à época ele tinha 84 anos.

terceira, parece ter se tornado o caso mais emblemático entre elas, devido à presença marcante do líder camponês Generino Teotônio de Luna.<sup>166</sup>

Generino foi um migrante nordestino, com passagem de trabalho pela Baixada Fluminense, que se transferiu com a família para Macaé, por volta de 1957, a partir da compra de um pedaço de terra na região da Fazenda Virgem Santa na época.<sup>167</sup> Embora aqui não tenhamos a intenção de explorar todos os detalhes dessa longa história, importa dizer que, com o apoio do Sindicato dos Ferroviários, Generino fundou uma associação de camponeses na Virgem Santa, com o intuito de se auto apoiarem e se defenderem das injustiças provocadas pelos fazendeiros à época. Retorna nesse ponto da narrativa de Dona Marta de Luna, filha de Generino, para a Comissão da Verdade de Macaé, as velhas disputas brasileiras entre a tradição do campo e alguma mudança; entre a exploração imposta pelos proprietários de terras e os desvalidos da terra, ao mesmo tempo, que dependentes dela. Contexto de entrada de Generino nesse processo de lutas por melhores qualidades de vidas para seus iguais. O que aconteceu apenas após sua chegada em Macaé, e que, automaticamente, causou a repulsa dos fazendeiros da região. Apesar da semelhança da estrutura do movimento por ele organizado na Virgem Santa com as Ligas Camponesas em Pernambuco<sup>168</sup>, a Associação de Camponeses proposta por Generino tinha um cunho muito específico de sua identidade cristã e senso de justiça posto em prática apenas em Macaé, conforme afirmou sua filha. No entanto, não podemos presumir, negativa ou afirmativamente, que não houvesse alguma influência dos seus conterrâneos nordestinos. Já que o movimento das Ligas Camponesas havia ressurgido no ano de 1954, em Vitória de Santo Antão, Estado de Pernambuco, incentivadas pelo advogado e, então, Deputado Estadual do Partido Socialista Brasileiro (PSB), Francisco Julião. Tendo como lema principal a necessidade de promover a reforma agrária no país, sob o lema “Reforma agrária na lei ou na marra”, que coadunava com os propósitos e aspirações dos camponeses macaenses (PORFÍRIO, 2015). Muito embora, por infeliz semelhança histórica, não seria difícil a coincidência de ideais, frente às gritantes desigualdades no meio rural brasileiro.

Contou Dona Marta de Luna sobre a Virgem Santa que encontraram:

---

<sup>166</sup> Além do testemunho da Sra. Marta de Luna dos Santos para a Comissão Municipal da Verdade de Macaé, uma referência sobre a trajetória desse camponês até a prisão e tortura pela Ditadura civil-militar é o trabalho de: RÉGIS, Marlon Tadeu Dias. **Generino Teotônio de Luna: liderança camponesa em Macaé na República Populista**. Macaé, FUNEMAC (Monografia de Especialização), 2011.

<sup>167</sup> A Virgem Santa hoje é um bairro de Macaé, não é mais fazenda, apesar de manter algumas características de interior.

<sup>168</sup> Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/ligas-camponesas>. Acesso em 10 de janeiro de 2019.

Olha, nós chegamos foi por volta de 1957 a 1958. Ficamos naquele barraco de estuque e quando chovia fora, chovia dentro também, e como a família era grande, meu pai cavou barro e fizemos uma casa grande. Ele montou uma olaria e fez tijolo. E foi o tempo que ele viu e se compadeceu das injustiças que aconteciam aqui. Ele então perguntou se poderiam montar uma associação de lavradores. A história toda foi na Associação (...) Dizem que uma andorinha só não faz verão, está enganado. Uma palavra só pode mover muitas coisas.

Meu pai era uma pessoa que se fazia de analfabeto, ele fazia para enganar os bobos. Sua cultura ele tinha na mente. Lá no Nordeste era massacrado, chega aqui é massacrado pelos fazendeiros. Ele então se pergunta: \_Por que eu não vou fazer um movimento para ver se alguém pudesse honrar? Porque a gente é pobre, mas tem que honrar. (...)

Esse trabalho que meu pai tinha era muito bonito, ele e seus associados que tivessem mais um pouquinho de condições, de dinheiro, dava. E tinha o registro e o tesoureiro controlava aquela quantia. E quando surgia alguém sem condições, eles ajudavam e faziam até mesmo um barraquinho para quem não tinha onde morar. Por isso meu pai continuava com a olaria...

A Virgem Santa era uma estradinha miudinha que só passava carroça.

(...)

O que ele tinha de terra dele ele tirou um pedaço e deu. Esta escola aqui (hoje, Escola Municipal Generino Teotônio de Luna), meu pai fez a doação do terreno. (quando os compradores das terras onde ficava a única escola proibiram o funcionamento da mesma e ameaçou colocar fogo se em 30 dias não saíssem).

Meu pai sempre valorizou a educação, inclusive quando ficava muita lama ele colocava um cavalo na carroça para ir buscar professor lá dentro do lamaçal para botar dentro da sala de aula. Nós todos estudamos, ninguém é analfabeto. Nós todos trabalhávamos na roça de manhã e à tarde estudava, ele sempre nos deixou estudar.

(Testemunho da Sra. Marta de Luna dos Santos para a Comissão Municipal da Verdade de Macaé – em 8 de agosto de 2014. **Relatório da Comissão Municipal da Verdade de Macaé.** Câmara Municipal de Macaé (RJ): 2016. p. 121 e 122).

Do contato com os ferroviários, os ideais que fortaleciam os lavradores na Virgem Santa, também em movimento de apoio, marchavam sobre a Rua Direita a cada 1º de maio, mostrando a força do trabalhador.

(Tratando da fartura da produção que a terra fértil da Virgem Santa dava) Lembro das passeatas que tinham todo ano no dia primeiro de maio, onde os lavradores levavam para mostrar sua produção. (...) No Centro, com Aristótelis e aquele povo todo. Nós tínhamos que segurar umas bandeiras, nós não queríamos, mas pai nos colocava lá na frente. Tentávamos fugir, mas pai não deixava e ainda colocava cachos de arroz pra gente carregar. (risos)

(...)

Com essa Associação, pai começou a conhecer as pessoas, nesta época os ferroviários eram muito humanos, diziam que eram comunistas... (...) E o que é comunista? É uma igualdade. (...)

Tinha o Madeira<sup>169</sup> mesmo, o Aristótelis, Wilson, Naná, Tavarinho...

O que eu aprendi é que o comunismo é uma igualdade, não é este comunismo de hoje em dia de furar o olho do próximo, não. Tem muitos aí que se dizem comunistas para ganhar nome em cima da política.

Meu pai conheceu gente boa.

(Testemunho da Sra. Marta de Luna dos Santos para a Comissão Municipal da Verdade de Macaé – em 8 de agosto de 2014. **Relatório da Comissão Municipal da Verdade de Macaé**. Câmara Municipal de Macaé (RJ): 2016. p. 121 e 122).

Como muitos outros, Generino foi perseguido após estourar o Golpe de 1964. Mesmo tendo conseguido se manter foragido por um tempo, quando sua família começou a ser ameaçada ele acabou se entregando e passou muito tempo preso.

#### 5.4. Malhas da Esquerda - intelectuais macaenses

Ainda considerando a rede do pensamento esquerdista estabelecido em Macaé, perpassando de ferroviários ao grupo denominado pelos próprios ferroviários como "intelectuais", numa clara alusão referência à formação no ensino superior, há três casos interessantes resgatados pela Comissão da Verdade: o do agrônomo José Lyra Madeira, o do médico Ricardo Moacyr Leite e Santos e o do professor Abílio Valentino de Miranda. A citação desses casos não os coloca num lugar de maior importância em relação a outros intelectuais perseguidos pela ditadura na cidade, mas destaca o trabalho da Comissão, ao tomá-los como exemplos acessíveis a partir das memórias familiares registradas em seu relatório final. Ao mesmo tempo em que evidencia o cruzamento de trajetórias pessoais distintas, corroborando ainda, indiretamente, o cenário amplo das perseguições na cidade ferroviária.

As conexões estabelecidas entre esses grupos, numa cidade pequena como era Macaé à época, os colocava numa condição de solidariedade política que, olhada de fora parecia um grande bloco homogêneo de esquerda. Muito embora, como soe acontecer nessas grandes generalizações, haviam inúmeras subdivisões internas. Desde o pertencimento a partidos políticos diferenciados a outras perspectivas diversificadas de contemplação e análise dos

---

<sup>169</sup> José Lyra Madeira, engenheiro agrônomo, preso depois pela Ditadura. Único do grupo citado que não era ferroviário.



paradigmas da esquerda mundial, reunidos em torno do desejo de uma sociedade mais justa e inclusiva, que certamente os igualava nesse grande bloco.

José Lyra Madeira era engenheiro agrônomo, morador em Macaé na Rua Pereira de Souza, junto com sua família, cidade que exercia sua profissão. No campo profissional e ideológico teve um importante papel, junto com os ferroviários, na orientação aos camponeses da Virgem Santa, liderados por Generino Teotônio de Luna. Segundo seu filho, Sr. Ronaldo Tânus Madeira, em testemunho para a Comissão da Verdade, seu pai havia sido um homem de excelente formação, tendo tido a oportunidade de estudar na Bélgica. Oriundo de uma família muito rica, era carioca do bairro da Gávea, na zona sul do Rio de Janeiro. Pelas oportunidades familiares e pela própria formação, seu filho afirmou que o pai era muito bem preparado, fluente no francês e tinha uma expressiva biblioteca. E que embora não fosse comunista, era um homem de mentalidade socialista sim. *"Ou seja, ele queria as mudanças sociais, mas preservando as liberdades.* No entanto, o Sr. Ronaldo afirmou que, pelas suas lembranças de jovem de quatorze anos em 1964, e mesmo pelo que se falou na família em torno do aspecto misto civil e militar do Golpe, Macaé virou uma praça de denúncias, vinganças e projeções de malquerenças. Acompanhando características de um movimento nacional que estimulou denúncias, mesmo que elas não fossem ilustradas pelo obrigatório fundo de verdade.

Macaé, é o que eu falo com você... as pessoas eram presas sem o porquê eram presas. E não eram presas por serem comunistas. Comunistas eram muito poucos. Comunistas (risos). Eram muito poucos já que ser comunista era uma coisa muito difícil, é como você ser cristão hoje. A pessoa entrava num partido, a pessoa era um vereador, fazia um discurso, era considerada de esquerda. Então, houveram prisões profundamente equivocadas (...). E as motivações nem sempre eram políticas, por exemplo, o sujeito que tinha uma suspeição não tinha base nenhuma. Ele não tinha nenhuma sustentação da verdade. Simplesmente por não gostar de você ou de um adversário, um inimigo, ou por um embate de ordem pessoal, aproveitava esse momento e o denunciava.

(Testemunho do Sr. Ronaldo Tânus Madeira para a Comissão Municipal da Verdade de Macaé – em 11 de dezembro de 2014. **Relatório da Comissão Municipal da Verdade de Macaé.** Câmara Municipal de Macaé (RJ): 2016. p. 159).

Notadamente, a partir da aproximação com os ferroviários e todo trabalho e discurso em torno da questão das propriedades rurais como agrônomo, certamente transbordante na questão da reforma agrária, um dos grandes tabus da elite nacional frente as proposições de reformas do Presidente João Goulart, José Lyra Madeira fora um dos denunciados e presos pelo regime. Apesar do impacto financeiro que isso causou na família, o Sr. Ronaldo recordou

a postura do pai na ocasião, que em nenhum momento se arrependera de ter trabalhado em prol do que ele acreditava como um país mais justo.

Ele foi um homem que acreditava no que fazia. Ele sabia que ele estava sujeito a passar pelo que ele passou. Ele foi um homem que foi preso, eu tive que levar comida para ele no Clube Ypiranga. (...) Mas ele nunca enfrentou esse momento assim, de forma humilhante. Ele enfrentou de forma ativa, nunca transmitiu para a gente nenhuma revolta. Ele perdeu muita coisa, já que tinha a vida mais ou menos estável. (...) Meu pai passou algumas privações, foi pro DOPS no Rio, desapareceu um tempo, e coisa e tal... mas nós enfrentamos assim...

(Testemunho do Sr. Ronaldo Tânus Madeira para a Comissão Municipal da Verdade de Macaé – em 11 de dezembro de 2014. **Relatório da Comissão Municipal da Verdade de Macaé**. Câmara Municipal de Macaé (RJ): 2016. p. 160).

Numa análise pessoal, o Sr. Ronaldo destacou a clara relação existente entre capital e trabalho na época, a percepção muito límpida sobre o que era um trabalhador em distinção a um capitalista, condições fundamentais para o estabelecimento do cenário ideológico em projeção às melhorias no país, e mesmo a consciência social clarificada, como apontada em relação ao seu pai, que, segundo ele, nunca se prendeu à questão material à qual esteve vinculado por nascimento, optara pela aproximação e pela igualdade.

O caso do médico macaense Dr. Ricardo Moacyr Leite e Santos poderia ser um dos mais esclarecidos e completos no Relatório da Comissão da Verdade, caso ele se sentisse em condições e no interesse de tratar sobre suas próprias memórias. Pois entre os três intelectuais aqui citados, ele é o único que continua vivo e gozando de saúde. No entanto, das inúmeras tentativas feitas pelo grupo de pesquisa, à época, no sentido de tentar ouvi-lo, sobreveio uma impactante colocação dele, através de sua filha Adriana Bacellar, no testemunho que ela deu para a Comissão da Verdade: *"vocês querendo lembrar o que eu estou há cinquenta anos tentando esquecer"*.<sup>170</sup> Expressão que, eivada de memórias e silêncios, desabafou o incômodo causado pelas marcas profundas provocadas pela prisão na ditadura. Bem como, as justificativas subjetivas que o convocam cotidianamente, ao longo dos muitos anos, à necessidade de tentar esquecer.

A partir das memórias de sua filha mais velha, Adriana Bacellar Leite e Santos, podemos dizer que a experiência vivida pelo Dr. Ricardo Moacyr, apesar de individual em suas peculiaridades, foi praticamente uma experiência familiar e coletiva. Já que tanto ele, quanto seu irmão e pai, ambos também médicos na cidade, foram presos pela ditadura recém-

<sup>170</sup> **Relatório da Comissão Municipal da Verdade de Macaé**. Macaé (RJ): Câmara Municipal de Macaé, 2016. p. 110.

instalada. Três homens pertencentes a uma família extremamente benquista e socialmente posicionada com distinção na cidade. Conhecidos não apenas pela profissão que desempenhavam na íntima relação de convívio com seus pacientes, como também por possuírem ampla cultura, serem sonhadores e amantes das artes e das humanidades, bem como, reconhecidos defensores da justiça social. Adicionado a isso, em termos políticos, eram vinculados ao Partido Socialista Brasileiro, que em Macaé adquirira a conotação de o partido dos comunistas "disfarçados". Considerando a ilegalidade do "Partidão" e o acolhimento de variados ideais de esquerda sob a bandeira do PSB.

Podemos afirmar baseados em outros relatos, que no momento da grave convulsão político-social que se instalou na sociedade, as questões se misturaram de tal forma que até o bom desempenho da medicina e as preocupações com os pacientes que fossem além do consultório, passaram a ser interpretadas como coisas de comunistas. E não de personalidades diferenciadas dentro de uma sociedade tradicional.

No entanto, narrou Adriana que como um dos primeiros médicos de Macaé, seu avô não era apenas um médico: *"Meu avô era também professor, filósofo, mecenas, orquidófilo e amante das artes em geral. Um leitor ávido, como também o meu pai. E isso sempre faz uma diferença na vida de qualquer pessoa."*<sup>171</sup> Características que ela considera terem influenciado exemplarmente a vida dos dois filhos, que além de seguirem a mesma profissão pai, herdaram os mesmos sentidos humanitários presentes na personalidade de seu avó, Moacyr Santos. O que os levou, todos três, a se dedicarem a fazer política com sonhos.

Retornando ao período pré-golpe, o Dr. Ricardo Moacyr ocupava o cargo de vereador na Câmara Municipal de Macaé, tendo passado de suplente à condição de titular por afastamento do vereador ferroviário, Alberto Ramires. Possuindo atuação bastante ativa, num tempo em que as discussões políticas se espraiavam para além o recinto do Legislativo para encontrarem-se com correligionários ou discordantes políticos em instâncias informais, como o Bar Xodó, o Café Belas Artes, os espaços no entorno da Câmara, no movimentado trecho da Avenida Rui Barbosa.

---

<sup>171</sup> **Relatório da Comissão Municipal da Verdade de Macaé.** Macaé (RJ): Câmara Municipal de Macaé, 2016. p. 107.

Em termos pessoais, considerando aquele março de 1964, os pais de Adriana que haviam se casado no ano anterior, esperavam o primeiro bebê (que seria ela própria), quando estourou o Golpe, naquele 31 de março.

No dia 5 de abril, cinco dias depois do golpe militar, meu pai estava com Andrade, Juca e outros amigos da vida inteira, conversando em frente ao Xodó, quando foi abordado pelo Cabo Vulcão, com metralhadora em punho, e foi levado para a antiga Delegacia de Macaé. Lá ele recebeu algumas visitas de Cláudio Ulpiano, seu primo, que lhe prometeu que iria telefonar para seu pai, o advogado Ivair Nogueira Itagiba, para tentar aliviar. Mas não conseguiu aliviar, não. Então um dos primeiros presos em Macaé foi ele, meu pai, e tempos depois meu Tio Roberto Moacyr e meu avô, que a gente chamava de Cici (Moacyr Santos), também foram detidos.

(Testemunho da Sra. Adriana Bacellar Leite e Santos para a Comissão Municipal da Verdade de Macaé – em 16 de janeiro de 2015. **Relatório da Comissão Municipal da Verdade de Macaé**. Câmara Municipal de Macaé (RJ): 2016. p. 108).

Enquanto o avô e o tio permaneceram detidos pelo período de mais ou menos uma semana no Forte Marechal Hermes, o pai de Adriana percorreria uma verdadeira *via crucis* nas prisões da época. Tendo saído da Delegacia de Macaé para uma delegacia em Niterói, de onde na mesma noite fora encaminhado para uma unidade da Marinha, em Ponta da Areia, também em Niterói. Dali, no dia seguinte foi embarcado numa lancha para a Praça Mauá, no Rio de Janeiro de onde foi levado para o Presídio Frei Caneca, no centro da cidade do Rio de Janeiro. Onde após passar entre três a quatro semanas, fora transferido para o Caio Martins, estádio de futebol transformado em prisão, na cidade de Niterói.

Das memórias à conta gotas, como disse Adriana ir recebendo as informações do seu pai ao longo dos muitos anos, ela destacou dois pontos marcantes das memórias da prisão pinçadas por ele: a primeira noite em Niterói, à qual ele se referiu apenas com a expressão "*E que noite!*" De onde se imagina as experiências indizíveis de quem luta para esquecer, e se expressa apenas nessa curta frase sobre aquele dia de abril numa prisão da então capital do Estado do Rio. De volta à Niterói, dessa vez no Caio Martins, o pai contou que a situação melhorara, pois havia uma espécie de prisão especial para pessoas com ensino superior. Foi do Estádio-prisão que a notícia do paradeiro dele se espalhou, chegando a Macaé, e possibilitando o recebimento de visitas da esposa grávida e de outros familiares. Sobressai ainda desse período uma interessante coincidência, pois enquanto esteve preso no Frei Caneca, apesar de ter ficado todo o tempo sozinho na cela e nunca ter sido chamado a depor, na cela em frente, estava preso também sozinho, Bayard de Marie Boiteaux, ex-dirigente do Partido Socialista Brasileiro e um dos principais líderes do Movimento Nacionalista

Revolucionário (MNR), com quem Ricardo Moacyr teve oportunidade de muitas conversas.<sup>172</sup>

Emocionada em seu testemunho registrado, Adriana contou que somente no dia 4 de junho seu pai chegou solto na casa da família em Macaé. Quando as notícias, os cenários e outras situações narradas causaram os impactos que fizeram sua mãe entrar em trabalho de parto, dando à luz antecipadamente à primeira filha do casal, Adriana Bacellar Leite e Santos. Que em suas próprias palavras disse que *"queria logo ver meu pai"*.

Retornando ao ano de 2014 e às tentativas frustradas da CVM de colher um testemunho pessoal do Dr. Ricardo Moacyr, Adriana disse que, *"a família, minha avó, minha mãe, meu avô, sempre me disseram que papai mudou muito depois da prisão. Assim... ele nunca foi uma pessoa esfuziante por natureza. Mas ele virou uma pessoa mais calada."* Quando nos interessa aqui a manutenção do respeito à posição tomada, ao mesmo tempo em que se abre uma constante reflexão sobre esse silenciamento subjetivo que ocorre na vida de tantas pessoas oriundas de situações traumáticas. Nem mesmo voluntário podemos dizer que ele seja. De fato, não o é, quando se quer apagar o sofrido, aquilo que não se desejava ter vivido, e não se pode. Ao mesmo tempo em que se deseja seguir adiante, sobreviver, que a partir de posicionamentos e perspectivas de cada um, também são posições subjetivas.

Finalmente, o terceiro caso, Abílio Valentino de Miranda, Professor de História e Psicologia Educacional no Colégio Luiz Reid, era uma figura aparentemente querida na cidade, gozando de enorme popularidade entre os seus alunos, que o consideravam um exemplo entre seus pares. Notadamente, há que se destacar a deferência social existente em relação aos professores naquela época, tidos como profissionais de extremo respeito, de acordo com a lógica político-cultural daquele tempo. Condição potencializada, considerando o *status* de referência adquirido pelo Colégio Luiz Reid na região.<sup>173</sup>

---

<sup>172</sup> O professor Bayard de Marie Boiteaux foi um dos líderes do Movimento Nacionalista Revolucionário, que tentou enfrentar a ditadura brasileira a partir de um movimento de cunho guerrilheiro rural, tendo como base a região do Parque Nacional do Caparaó, em Minas Gerais. No entanto o movimento foi desarticulado a partir da prisão de alguns líderes, quando outros integrantes compuseram movimentos semelhantes em combate ao regime ditatorial no país. Homem de confiança de Leonel Brizola, comandou a primeira célula do movimento no Rio de Janeiro.

<sup>173</sup> Dois outros casos de prisão de professores figuram entre os mais lembrados em Macaé, muito embora a Comissão da Verdade não tenha conseguido registrar nenhum testemunho direto sobre eles. Nos referimos ao Prof. Miguel Angelo da Silva Santos e do Prof. Roberto Mourão. Embora ainda estivesse vivo em 2014, durante a vigência da CVM, o Prof. Mourão que chegou a ser vereador pelo PSB não quis registrar um testemunho a partir de suas memórias. Ambos eram professores do Colégio Luiz Reid, junto com o Prof. Abílio, quando foram presos na cidade.

Na visão de um de seus "eternos alunos", o também Professor de História, José Augusto Aguiar, ao tomar por análise o acontecido em 1964, declarou que o Professor Abílio era um homem diferente,

"a sua diferença, por incrível que possa parecer, consistia em ser igual a nós. Sua sala de aula era uma grande roda, um grande quintal, onde nós, adolescentes ainda, mesmo sabendo da autoridade do professor, brincávamos aprendendo e aprendíamos brincando. Éramos felizes!"

(Entrevista do Sr. José Augusto Abreu Aguiar para a Comissão Municipal da Verdade de Macaé – em 10 de novembro de 2014. **Relatório da Comissão Municipal da Verdade de Macaé**. Câmara Municipal de Macaé (RJ): 2016. p. 157).

Condição essa desmantelada pela ação do Regime instaurado, não apenas no sentido de prisão do Professor Abílio, ocorrida na primeira fase do Golpe, mas naquilo que o Professor José Augusto considerou "*o mais grave e mais triste de tudo*", que foi o impedimento, após a sua soltura, de exercer "*a profissão de educador, de professor*", que tanto lhe orgulhava, e fornecia ainda o seu sustento pessoal e de toda sua família. Ao que José Augusto recordou que ele, Professor Abílio, "*nunca mais fora o mesmo homem*".<sup>174</sup>

Das memórias de suas filhas, Júlia Miranda Brandão e Cristina dos Santos Miranda, vieram à tona outras informações sobre o pai, injustiçado pela Ditadura. Segundo Júlia, eles formavam uma família grande, composta por seis pessoas, mas a mãe estava grávida daquela que seria a irmã mais nova, Cristina. E moravam na Rua Vereador Manoel Braga, quase na esquina com a Rua Teixeira de Gouvêa, no Centro de Macaé.

Já Cristina, portadora de memórias de família perpassadas pelos próprios irmãos mais velhos, contou que o pai participava de um determinado comitê na cidade, e que embora ela não soubesse exatamente sobre o que era, o pai possuía muitos livros, que foram queimados pela mãe no quintal da casa da família. "*Às vezes ele saía e dizia que ia ao comitê, mas não posso afirmar que seja de algum partido comunista ou outro*." Na verdade, o cidadão Abílio era membro do Partido Socialista Brasileiro (PSB), no qual chegou a condição de suplente de vereador na Câmara Municipal de Macaé, tendo o mandato sido cassado em 20 de abril de 1964, numa sessão extraordinária da Câmara para esse fim. Considerando sua profissão de professor de história, é provável que tivesse uma quantidade considerável de livros que, independente do conteúdo mais ou menos "vermelho", no momento das perseguições e de

---

<sup>174</sup> Entrevista do Sr. José Augusto Abreu Aguiar para a Comissão Municipal da Verdade de Macaé – em 10 de novembro de 2014. **Relatório da Comissão Municipal da Verdade de Macaé**. Câmara Municipal de Macaé (RJ): 2016. p. 152.

toda insegurança instalada na cidade, tornaram-se livros com conteúdos impróprios e, portanto, denunciadores de debates político-educacionais proibidos naquele momento da própria História.

Perguntada pela CVM sobre o desenrolar dos acontecimentos que resultaram na prisão de seu pai, Júlia contou que, *"ele foi denunciado por algumas pessoas que o conheciam. Uma dessas pessoas foi o dono do Bar dos Estudantes que ficava na esquina do Colégio Estadual Luiz Reid, onde ele lecionava."* Sobre a prisão propriamente dita, ela disse que não recordava exatamente o tempo que ele ficou preso, mas afirmou que o local da prisão foi o Forte Marechal Hermes.

Eu ia lá com minha mãe levar comida para ele. Haviam várias pessoas presas lá com ele e conversavam muito. Meu pai conversava com elas, ria, fazia piada... Acho que não tinha muita noção do que estava acontecendo no país ou tinha e tentava descontraír para não chorar. Sei que em agosto, no dia 20, seu aniversário, recebeu uma carta de seu pai orientando ao perdão de seus delatores. Em 7 de outubro de 1964 veio a exoneração do cargo de professor público, ficou desempregado com cinco filhos para criar, não tinha casa própria, mudamos para o bairro Miramar.

(Testemunho da Sra. Júlia Miranda Brandão para a Comissão Municipal da Verdade de Macaé – em 6 de novembro de 2014. **Relatório da Comissão Municipal da Verdade de Macaé**. Câmara Municipal de Macaé (RJ): 2016. p. 104).

A sequência de acontecimentos trágicos no entorno do Professor Abílio alcançaram dimensão imensurável para toda sua família e para qualquer pessoa que acesse sua trajetória. Segundo Júlia, o sentimento de injustiça transmitiu-se do pai para todos eles, e como todos dependiam do trabalho dele, estando o filho mais velho com 12 anos e a caçula para nascer, o impacto da prisão e da demissão foram muito grandes.

Precisamos muito da ajuda de parentes para sobreviver, principalmente após o AVC do nosso pai, sete anos após o Golpe Militar. (...) Minha mãe ficou deprimida (embora na época eu não soubesse o que era depressão). Um dos filhos surtou com esquizofrenia aos 12 anos após o nosso pai ter tido o AVC, passando toda sua juventude com frequentes crises, seguidas de internações, sem que tivéssemos nenhum tipo de recurso ou estrutura para lidar com a situação.

(Testemunho da Sra. Júlia Miranda Brandão para a Comissão Municipal da Verdade de Macaé – em 6 de novembro de 2014. **Relatório da Comissão Municipal da Verdade de Macaé**. Câmara Municipal de Macaé (RJ): 2016. p. 105).

Na opinião de Cristina, que já nasceu em meio ao caos instalado e foi crescendo acompanhada dos graves acontecimentos, as consequências foram muito além das perdas materiais,

o mais doloroso foram as perdas sociais, os danos psicológicos... pois sendo filhos de "um professor com ideias avançadas demais para o seu tempo" ou "um intelectual que falou demais e pagou por isso"... coisas do gênero que ouvíamos. Eu, particularmente, sem entender nada do que acontecia, apenas uma sensação de rejeição por parte das outras famílias da vizinhança, pois a nossa se desabava em caos, nos deixando fora dos padrões aceitáveis para os padrões das famílias da região daquela época.

(Testemunho da Sra. Cristina dos Santos Miranda para a Comissão Municipal da Verdade de Macaé – em 6 de novembro de 2014. **Relatório da Comissão Municipal da Verdade de Macaé**. Câmara Municipal de Macaé (RJ): 2016. p. 105).

Em meio a toda essa situação de dificuldades, quem nem cabem num testemunho, apesar de todas as emoções que o envolveram, das memórias de Cristina sobressaiu um fato pitoresco, que nos faz retornar às redes de solidariedades que não sabemos exatamente se a encaixamos num perfil do pensamento esquerdista, da admiração dos alunos pelo Professor, ou mesmo de uma solidariedade humana, mais ampla. Segundo sua lembrança, *"de vez em quando, entregavam cestas básicas em nossa casa, e quando tinha algum bilhete, era anônimo, dizendo algo assim: "Para o Prof. Abílio, de um amigo". Talvez as pessoas tivessem medo de se expor, ou não quisessem constranger a família."*

Sobre o desfecho desse caso, nos parece que, seja pelas trajetórias para sempre profundamente marcadas, seja pelas "inesquecíveis" memórias, ele nunca se encerra, ecoando, ainda, dolorosamente no silêncio cotidiano e necessário para seguir adiante.

Com a Anistia, em 1979, foi possível entrar com um processo solicitando sua aposentadoria como professor. Segundo Júlia, ele já não tinha mais condições de exercer o seu ofício. E em 1982 o processo de aposentadoria foi concluído, dando a ele o pagamento retroativo somente até ao ano de 1979. E embora das memórias das filhas sobressaia a informação de que ele nunca falou em ter sofrido tortura física enquanto preso, a vida em si já se tornara torturante e desafiadora, talvez numa dimensão extrema como nunca os seus delatores tenham tido a oportunidade de mensurar.

## **5.5. Confrontações - o Golpe em movimento**

Do processo de confrontos territoriais e políticos balizados pelos ferroviários, dois fatos são extremamente icônicos entre muitos outros que representam a violência perpetrada pelo Estado em consonância direta com a sociedade civil conservadora: primeiro, a cassação na Câmara Municipal, em 20 de abril de 1964, do mandato dos vereadores dos ferroviários,



Walter Quaresma Costa, Alberto Ramires da Costa (PSB) e Alcebíades Vieira (PSB); e dos respectivos suplentes, Ricardo Moacyr Leite e Santos, Waldir Curvelo e Abílio de Miranda (PSB). Considerando para isso que os mesmos exerciam atividades contrárias ao Regime Democrático, conforme o Ato Institucional nº 1 em seus artigos 7º e 10º.<sup>175</sup> Segundo: a transformação do Ginásio do Ypiranga Sport Club numa prisão temporária do Regime Militar. Considerando que a pacata cidade de Macaé não tinha estrutura prisional para tantos detentos de uma só vez, tornando então a Delegacia Pública e as celas do Forte Marechal Hermes incompatíveis com o grande número de presos políticos.

Em Macaé, o Golpe Civil Militar de 1964 iniciou retumbante, como expressão tática de sua inconstitucionalidade, com ações rápidas e impactantes sobre vereadores de esquerda com vínculos sindicalistas, militares não partidários do projeto do General Mourão<sup>176</sup>, e trabalhadores janguistas. Esses últimos, com destaque para os ferroviários da antiga Leopoldina, imediatamente colocados sob a ameaça do governo provisório, denunciados por muitos civis e perseguidos e presos pelos militares.

Um caso exponencial em relação aos militares não partidários do golpe ocorreu com o Comandante do Forte Marechal Hermes, Major Costa Braga. O militar, autoridade máxima do Exército na cidade, governista, não aderiu ao grupo das Forças Armadas empenhado em derrubar o governo de João Goulart. Chegando a prestar solidariedade aos ferroviários reunidos em seu Sindicato na Rua Direita, na noite daquele dia 31 de março de 1964. Havia por parte do Major Costa Braga, naquele momento, o interesse em saber o que se passava na Base Aérea Militar de São Pedro da Aldeia além de outras informações conseguidas pelos ferroviários. Pois temia, mediante a falta de comunicação com o Forte, que militares da Base Aérea pudessem vir tomar o quartel em Macaé, considerando a não adesão ao movimento pelo seu Comandante e muitos de seus tutelados. Como se percebe, a falta de informações e as dúvidas repetidas parecem ter feito parte da estratégia do próprio desenrolar do golpe em si.<sup>177</sup>

---

<sup>175</sup> **Ata da Reunião Extraordinária realizada em 20 de abril de 1964.** Livro de Atas da Câmara Municipal de Macaé, 1964-1965. Macaé, 20 de abril de 1964. p. 55. Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Macaé.

<sup>176</sup> General Olímpio Mourão Filho, responsável pela deflagração do Golpe de 1964 a partir das tropas comandadas por ele oriundas de Juiz de Fora sob ordem do Governador do Estado de Minas Gerais, Magalhães Pinto.

<sup>177</sup> Aquela noite em Macaé - Testemunho do Sr. Lauro Martins para a Comissão Municipal da Verdade de Macaé – em 27 de fevereiro de 2015. **Relatório da Comissão Municipal da Verdade de Macaé.** Câmara Municipal de Macaé (RJ): 2016. p. 41.

Ao narrar esse acontecimento para a Comissão da Verdade de Macaé, o ferroviário Lauro Martins reproduziu a fala do Major na ocasião: “*Nunca nos vimos um ao outro, não te conheço, você não me conhece, e acabou... a coisa está feia!*” Mediante o desenrolar dos fatos, naqueles dias tumultuosos, os contatos foram perdidos independente da necessidade de se fazerem desconhecidos. Durante os trabalhos da Comissão da Verdade e o retorno a esses fatos daquele dia 31 de março do ano de 1964, conseguimos as duas últimas notícias vagas sobre o destino do Major. O Jornal A Noite, do dia 20 de abril daquele mesmo ano, anunciou: “*No Supremo, 365 pedidos de habeas corpus para presos políticos*”.<sup>178</sup> Entre os muitos nomes, constavam lá o do Major e o do ferroviário macaense e Deputado Estadual Aristóteles de Miranda Melo. Já o Jornal Correio da Manhã, de 18 de junho de 1964, em matéria intitulada “*Balanço do expurgo excluiu 441 civis e militares da vida pública*”, trouxe incluso entre os referidos nomes o do Major Renato da Costa Braga.<sup>179</sup> Essa foi a última notícia pela Comissão sabida sobre ele.

Ainda sobre as memórias daquele fatídico 1º de abril de 1964, quando as notícias foram se espalhando pelo país e concluiu-se que a situação estava perdida, não havia mais o que fazer, o golpe estava dado, o ferroviário e delegado sindical Aldino Miranda, conhecido como Dandão, lembrou para a composição do livro Estação Bendengó que, “*eram seis e meia da tarde. Lá fora caía uma chuva fininha, quando fizemos nossa última reunião aqui... nessa sede com mais de 330 trabalhadores. Coloquei a turma a par da situação e nós decidimos nos dispersar*” (FONSECA, 1996, p.65). Cenário que, a nosso ver, numa cidade ensolarada e ativa como era a Macaé Ferroviária, parece que a própria chuvinha impunha um tom de tristeza e desânimo frente os novos tempos, a retornar da memória de Dandão.

Em termos de visibilidade nacional e internacional, duas grandes balizas confrontaram-se publicamente, quase numa medição de forças ideológicas, anunciando a precipitação dos tempos de embate aos quais o Brasil havia chegado às vésperas do golpe.

De um lado, o Comício da Central do Brasil, ou o Comício das Reformas, convocado pelo Presidente da República para o dia 13 de março de 1964, que reuniu em torno de cento e cinquenta mil pessoas oriundas de entidades sindicais, órgãos e instituições vinculadas à

---

<sup>178</sup> No Supremo 365 pedidos de “habeas corpus” para presos políticos. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano LII, nº 17591, 24 de abril de 1964. p.3. Acervo Público da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

<sup>179</sup> Balanço do expurgo excluiu 441 civis e militares da vida pública. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 18 de junho de 1964. 1º Caderno, p. 8. Acervo Público da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

classe trabalhadora, grupos esquerdistas, estudantes, servidores públicos e militares. Com um discurso marcadamente nacionalista e reformista, João Goulart tocou em pontos nevrálgicos da constituição histórica do país, destacando processos de desigualdades e perspectivas revisionistas através das suas reformas de base, no sentido de aproximação de uma democracia inclusiva, ao mesmo tempo, que projetava a ideia de uma autonomia potencializada para o Brasil. No entanto, os tabus contidos nos pontos abordados, com destaque para a questão da reforma agrária, fizeram com que as interpretações da direita, da imprensa a serviço dela, corrompessem de tal modo a fala do Presidente a ponto de colocá-lo numa condição de pré-golpista de esquerda, sem que ele nunca tivesse intencionado essa posição. As repercussões do comício se deram por todo território nacional em forma de manifestações contrárias ao governo, em boa parte, patrocinadas pelo empresariado, ou através de representações de grandes corporações dessa classe. Partidos representantes desses grupos, como o Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN) levantaram-se imediatamente a favor do *impeachment* de Jango, que no discurso inflamado do líder udenista Carlos Lacerda, “*o Presidente tinha se tornado subversivo, atentando contra a Constituição e a honra do povo brasileiro*”.<sup>180</sup>

Por outro lado, em reação ao Comício da Central do Brasil, mas também numa necessidade desafiadora e anteriormente vigente de demonstração de forças, o dia 19 de junho de 1964 foi marcado pelas múltiplas ocorrências do movimento denominado *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*. Esse movimento, declaradamente de direita, teve um forte apelo feminino e religioso, inclusive com o seu deslanche tendo ocorrido no dia 19 de março, data que a Igreja Católica dedica a São José, o *pater* da Sagrada Família. Por detrás da defesa das famílias, da moral, dos bons costumes, estava o apoio massivo da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). As milhares de pessoas que foram às ruas, não apenas em São Paulo, mas em várias capitais do país, demonstraram o estado de cooptação muito bem sucedido por instituições financiadas pelo capital estrangeiro desde anos anteriores, como o próprio IPES.<sup>181</sup> Que conseguiram agregar ideologia política à crença religiosa envolvendo a figura humílima de

<sup>180</sup> LAMARÃO, Sérgio. **A conjuntura de radicalização ideológica e o golpe militar - Comício das Reformas.** Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/Comicio\\_das\\_reformas](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/Comicio_das_reformas). Acesso em 20 de janeiro de 2020.

<sup>181</sup> LAMARÃO, Sérgio. **A conjuntura de radicalização ideológica e o golpe militar - A Marcha da Família com Deus pela Liberdade.** Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/A\\_marcha\\_da\\_familia\\_com\\_Deus](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/A_marcha_da_familia_com_Deus). Acesso em 20 de janeiro de 2020.

São José em propósitos de grandes interesses internacionais, em proposições capitalistas jamais presumidas pelo santo. Retornava à tona o que na verdade nunca tinha desaparecido da cultura nacional: o senso de fraternidade vazio propalado pela religião que convivia naturalmente com a desigualdade e a pobreza em aversão a toda possibilidade de mudança que se transpusesse do campo da crença religiosa para o cotidiano da vida prática. Condições contraditórias e permanentes levadas a ponto de promover São José a padroeiro de uma manifestação favorável a um golpe militar. Por outro lado, por reflexões dissonantes já presentes dentro do catolicismo e pelo próprio desgaste gerado na relação Igreja e Ditadura, os meados dos anos 1960 marcam o surgimento das primeiras reflexões estruturadas sobre a Teologia da Libertação.<sup>182</sup> Que embora não tendo sido aceita pelo pontificado romano, contrapôs-se a uma série de dogmatismos convencionais, convocando a uma nova reflexão sobre o papel da Igreja Católica, e mesmo da necessidade de um ecumenismo reflexivo, crítico e necessariamente inovador no contexto das desigualdades próprias à América Latina. Postura extremamente divergente e incômoda ao modelo de uma fé católica de conveniência, como a promotora das "Marchas com Deus" e a condenação de todo questionamento sobre a desigualdade, como as propostas por Jango.

De toda forma, as alianças pré-estabelecidas contra o governo, na prática já haviam aberto um caminho sem volta. Sentido desfavorável ao Presidente da República, considerando que o mesmo não pretendia dar um golpe de estado aprofundando proposições de seu próprio governo. Ingenuidade que o colocou numa condição desfavorável frente à ousadia da direita e o descarte das regras constitucionais vigentes, quando se dissimulava o restauro do país, a recuperação da ordem e da democracia supostamente perdida.

O Golpe se constituiu como a expressão mais propícia de adequação do Estado brasileiro à dinâmica do capitalismo mundial, respondendo e, ao mesmo tempo, efetivando-se como discurso das intenções da política externa dos Estados Unidos para toda a América Latina. Portanto, o movimento se inscreveu dentro da política de favorecimento da economia estadunidense a partir da exploração de países periféricos, afetada diretamente, no caso do Brasil, pela Lei de Remessas de Lucros de 1962, que proibiu às empresas multinacionais o

---

<sup>182</sup> Essa corrente teológica cristã nascida na América Latina sintetiza a crítica de membros da própria Igreja contra suas posturas cômodas e seculares ao lado dos conquistadores, desde a colonização aos dias de exploração operária mais graves, como em meados do século XX. No Brasil, dois grandes expoentes do movimento foram o então Frei Franciscano Leonardo Boff, pertencente à Ordem dos Frades Menores, desligado da Igreja Católica em 1992, após sofrer perseguições e punições internas devido ao seu pensamento libertário; e Frei Betto (Carlos Alberto Libânio Christo), frade dominicano preso duas vezes pela ditadura, que após isso dedicou-se às pastorais e movimentos de base ligado aos Direitos Humanos.

envio de mais de 10% de seus lucros ao exterior. Além do combate à expansão ideológica do socialismo, bem como, dos canais para a sua fomentação, como o diálogo vigoroso aberto entre os governos democráticos e a massa populacional desses países.

Muito embora essas sejam perspectivas recorrentes nos consecutivos golpes de estado ocorridos na América Latina sob o apoio direto dos Estados Unidos, cada regime de exceção implementado teve suas particularidades indo além dos aspectos nacionais e geográficos, em continuidade à própria estrutura administrativa vigente e a cultura mais ampla de cada país (NEVES et al., 2015).

Na expressão de Thomas Skidmore (2010), no Brasil, o Golpe de 64 se estruturou em acordo com a tradição autoritária vigente no país. Tanto em relação à arcaica mentalidade das elites nacionais, quanto em consonância com a estrutura militar também conservadora. Em primeira e segunda instâncias responsáveis pelo fracasso no estabelecimento de instituições nacionais sólidas e, conseqüentemente, com capacidade de conduzirem as mudanças sociais e econômicas necessárias sem colocarem em risco a democracia. De onde se conclui, que no cenário antagônico estabelecido entre a visão político-ideológica de situação, propositora do nacional-desenvolvimentismo e a concepção divergente de progresso para o país, defendida pela perspectiva do desenvolvimento atrelado às grandes potências econômicas, a democracia brasileira relativizava-se como um capricho de expressão socialista. Especialmente, mediante o apoio gradativo e contínuo dos EUA, em fortalecer o conservadorismo militar brasileiro através de cooperação institucional com a Escola Superior de Guerra (ESG), que se tornou um espaço privilegiado de produção ideológica ligado ao Estado Maior das Forças Armadas<sup>183</sup>; e minar a estrutura democrática do país através de financiamento a instituições privadas como o IPES e o IBAD. Cenário contínuo no qual a *Operação Brother Sam* pode ser considerada a expressão culminante e mais ostensiva desse longo processo.<sup>184</sup> Como deixavam claro as conclusões secretas propostas pelo Embaixador Americano no Brasil, Mr. Lincoln Gordon, em relatório ultra-secreto enviado ao seu país em 27 de março de 1964, às vésperas do Golpe:

---

<sup>183</sup> Internamente, é preciso distinguir militares da ESG (esguianos), considerados modernizadores, daqueles que eram considerados conservadores dentro da estrutura militar. Os primeiros, favoráveis à associação com o capital estrangeiro, não eram considerados nacionalistas; já os segundos, embora também não fosse considerados nacionalistas, conservavam uma visão mais estereotipada de extrema direita, anticomunistas e totalmente avessos ao governo de João Goulart. Também chamados de “castelistas” e “linhas-dura”.

<sup>184</sup> A operação Brother Sam foi a estrutura militar secreta montada para dar apoio ao Golpe de 1964 no Brasil, caso o processo tivesse resistência e pudesse estourar uma guerra civil. No entanto, sem resistência nem conflitos mais amplos, o apoio militar americano não foi necessário. A esse respeito, vide: PAES, Maria Helena Simões. **Em nome da segurança nacional: do golpe de 64 ao início da abertura**. São Paulo: Atual, 1995.

Minha conclusão é que Goulart se acha definitivamente envolvido numa campanha para conseguir poderes ditatoriais, aceitando para isso a colaboração ativa do Partido Comunista Brasileiro e de outros revolucionários da esquerda radical. Se tiver êxito, é mais que provável que o Brasil ficará sob o controle comunista, embora talvez se volte contra seus defensores comunistas adotando o modelo peronista, que, a meu ver, é do seu gosto pessoal. (...) Segundo todas as probabilidades, o desenvolvimento mais significativo é a cristalização de um grupo de resistência militar, sob a liderança do General Humberto Castelo Branco (...) um oficial de grande competência, discreto, honesto e profundamente respeitado, com forte dedicação a princípios legais e constitucionais (...) Ele tem a seu redor um grupo de outras altas patentes militares e está agora assumindo o controle e a direção sistemática os inúmeros grupos de resistência militar e civil em todo país (BONAVIDES et al., 1996).

Referindo-se à origem dessa tradição conservadora vigente no país desde o seu processo de colonização, o cientista social Carlos Eduardo Pinho, afirmou que,

A tradição autoritária é uma marca indelével da formação econômica e sociopolítica do Brasil, assentada no regime de apropriação privada da terra, na ausência de relações de solidariedade social, na primazia da autarquia individual, nas ‘lutas de famílias’, no poder incontestável do potentado rural, dos caudilhos da terra bem como no emprego sistemático da mão de obra escrava para sustentar uma produção monocultora orientada fundamentalmente para o mercado externo, evidenciando o verdadeiro ‘sentido da colonização’.<sup>185</sup>

Uma outra interpretação bastante plausível para o Golpe de 64 está referendada na classificação proposta por Guillermo O’Donnell (1990), que atribuiu aos golpes de estado impetrados na América Latina, correlativamente, a partir da década de 1960, a nomenclatura de golpes burocráticos-autoritários.

Embora a análise do cientista político argentino percorra um caminho diferente da proposta pelo americano brasilianista Thomas Skidmore, entendendo que os referidos golpes de estado complementavam um processo em travamento econômico, de acordo com a trajetória desses países periféricos, a relação entre modelo econômico e conservadorismo das elites não se apartam completamente. Mas, pelo contrário, justificam-se e de certa forma se complementam em termos de compreensão.

A necessária ação do Estado à frente de processos de industrialização do país a partir da Era Vargas, reconhecida como a modernização conservadora, denunciava uma espécie de ostracismo por parte das elites econômicas nacionais focadas em grande parte na produção

---

<sup>185</sup> Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/591015-o-autoritarismo-e-seu-peso-na-formacao-economica-social-e-politica-do-brasil-entrevista-especial-com-carlos-eduardo-santos-pinho>. Acesso em 10 de janeiro de 2020.

agrícola e na manutenção da suposta segurança capitalista advinda da posse da terra e de seu controle. O que na análise de Florestan Fernandes foi visto como um pacto existente entre a burguesia e as classes proprietárias tradicionais do país, condicionando essa nova burguesia à uma falta de independência e de um projeto autônomo de desenvolvimento. O que resultou na dependência da ação direta do Estado e do aporte dos países capitalistas centrais (FERNANDES, 2008, p. 87).

Portanto, o lugar assumido pelo Estado em promover a modernização do país ocupando a partir da burocracia pública um lugar não pleiteado pelos capitais particulares, se estabeleceu muito mais a partir da necessidade em fazê-lo do que por um capricho do Estado. Implicando, conseqüentemente, num grave processo de transferência de indivíduos para as áreas urbanas em expansão em detrimento do campo, especialmente após a crise do café nos anos 1930. Porém, o mesmo Estado que se propôs como moderno, ao estabelecer-se assim sem criar nenhuma ruptura com suas velhas elites apoiadoras, manteve-se equilibrado entre o tradicional e o moderno, posição descompensada pelos extremismos dos últimos anos da República Populista. Já que, apesar dos muitos debates no entorno do conceito, o populismo se caracterizou pela inegável presença de líderes carismáticos na política, capazes de promoverem grandes mobilizações das massas populares. Considerando, portanto, um líder tendencioso à esquerda, o impacto do movimento agregado e tendencioso seria naturalmente muito grande, como aconteceu com João Goulart (FERREIRA, 2001).<sup>186</sup>

Considere-se ainda que a gradativa transição que o país vinha passando desde os anos 1930, principalmente com o avanço quantitativo e das próprias ideologias das classes trabalhadoras urbanas, colocavam esse Estado indutor do desenvolvimento capitalista numa espécie de encruzilhada. Nesse lugar decisório, avançar em favorecimento ao diálogo com as classes trabalhadoras implicaria em desatenção e confronto ideológico às elites nacionais, originárias ou por influência da mesma. Especialmente ao revolver a questão da reforma agrária, tabu numa estrutura social cuja origem da riqueza e poder primeiramente estava vinculada à posse de terras (FERREIRA e DELGADO, 2003, p. 336-339). Por outro lado, o discurso elitista avesso ao diálogo, pretendia-se, como na tradição, estabelecer-se como regra, o que o fazia controversa ao equilíbrio possível através das negociações, ou das possíveis concessões aos desejos dos trabalhadores num Brasil que avançava nesse sentido. O que, de

---

<sup>186</sup> Estamos tomando como República Populista o período entre 1945, com o fim do Estado Novo, e o ano de 1964, com a instauração da Ditadura. Já que uma das referências para o entendimento do conceito é o da superação dos regimes oligárquicos, apesar de todos os resquícios continuados deles na política brasileira.

certa forma, promoveu a convergência no discurso vigente favorável ao golpe, desde a posição mais arcaica oriunda da tradição elitista do campo, assim como, as novas predisposições econômicas mundiais, tecnicamente industrializantes e modernizadoras, mas que não conseguiam sua livre inserção nos países periféricos considerando o avanço das ideologias trabalhadoras, em última instância, defensoras de um diálogo obrigatório e um nacionalismo prudente.

Para O'Donnell (1990), portanto, a industrialização gradativa, a urbanização das regiões brasileiras, e o amadurecimento da mobilização popular são elementos fundamentais para compreensão da ruptura imposta em 1964 a partir do viés econômico. Especialmente, quando o avanço do sistema capitalista, naturalmente, exigia no país, o atravessamento de uma fase de produção de bens de consumo, para outra, de bens de capital. Nesse sentido, a categorização do golpe como burocrático-autoritário, procurou dar conta do processo repressivo de combate às ideologias de esquerda, da classe trabalhadora, como o socialismo e o populismo. E, conseqüentemente, compreender o enfraquecimento do populismo (e a necessidade de fortalecer esse enfraquecimento) dentro do dialogismo irrefreável produzido pela dependência econômica e pelas imposições políticas advindas do cenário mundial.

Nesse contexto amplo e tradicionalista, a sedução do progresso paradigmaticada pelas empresas e demais representações do capital internacional nos parecem mais uma vez adequadas à proposição de René Dreifuss ao tratar o Golpe de 64 como um golpe de classe, especificando-o no conceitual de golpe civil-militar ou, ainda, golpe empresarial militar. Nos quais a composição civil e ou empresarial definiram-se a partir das participações diretas e interessadas à classe, composta por empresários, tecnoempresários ou os “dublês” de empresários (MELO e HOEVELER, 2014). Que de acordo com a proposição Dreifuss (1981),

um exame mais cuidadoso desses civis indica que a maioria esmagadora dos principais técnicos em cargos burocráticos deveria (em decorrência de suas fortes ligações industriais e bancárias) ser chamada mais precisamente de empresários, ou, na melhor das hipóteses, de tecno-empresários (p. 417).

Aliança em amplo sentido aderida por demais grupos civis, convencidos pela imprensa, pelo disse-me-disse político do momento, mas antes de tudo isso, em conformação ao sentido tradicionalista vigente na sociedade brasileira. Refletindo a sociedade no modelo de Estado e o Estado se reconstruindo a partir da crise institucional em consenso fiel à mentalidade social brasileira mais ampla.



Assim, o Golpe Civil Militar de 1964 consumou-se da noite de 31 de março para o dia 1º de abril, a partir de uma insurreição, dita revolucionária, comandada pelo General Olímpio Mourão Filho e autorizada pelo banqueiro, e então Governador do Estado de Minas Gerais, José de Magalhães Pinto.

Enquanto o movimento “revolucionário” avançou de Juiz de Fora (MG) em direção ao Rio de Janeiro agregando colaboradores e alterando o cenário de normalidade política do país, o Presidente da República, João Goulart, optou pelo recuo, voando para Brasília em busca de segurança e, talvez, de alguma reação de apoio vinda dos oficiais legalistas. No entanto, o Congresso Nacional tendo aderido à sedição declarando vago o cargo de Presidente foi a “senha” para compreensão da gravidade do momento e da ameaça pessoal a Jango, que decidiu voar direto para o Uruguai, onde se exilaria.

O Presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazilli, assumiu o cargo interinamente, passando-o em seguida ao Comando Supremo da Revolução, composto pelo Brigadeiro Francisco de Assis Ferreira de Melo, o Vice-almirante Augusto Rademaker e o General Arthur da Costa e Silva, desocupados mediante nenhuma organização militar legalista ou popular de resistência mais séria contra o golpe de estado dado (REIS FILHO, 2000, p. 30).

Somente após duas semanas de uma espécie de “choque de ordem”, incluindo cassações de mandatos, prisões e outras negociações mais amenas, o General Humberto de Alencar Castello Branco foi escolhido pelo Congresso Nacional para ser o primeiro presidente militar do novo regime imposto. A esse tempo, as dimensões do golpe e os caminhos a serem percorridos ainda eram uma grande incógnita. A derrubada de Jango estava posta e atendia ao desejo de grupos da sociedade civil, organizações populares, opiniões convencidas do cidadão comum apoiadores do movimento. A partir da implementação do Ato Institucional nº 1 (AI-1)<sup>187</sup>, impactando especialmente pela suspensão dos direitos políticos de inúmeros cidadãos brasileiros, gradativo redimensionamento foi se fazendo em torno da compreensão da extensão e profundidade das mudanças que estavam por vir.

---

<sup>187</sup> Criado em 9 de abril de 1964, o AI-1 determinava que o governo militar poderia cassar mandatos legislativos, suspender os direitos políticos (por dez anos) ou afastar do serviço público todo aquele que pudesse ameaçar a segurança nacional. Além disso, convocou eleições indiretas para presidente e a extensão do mesmo cargo até o ano de 1966. Em abril daquele mesmo ano, o novo governo divulgou uma lista com 102 políticos e funcionários que tiveram seus postos e direitos anulados. "AI-1"; **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.brhttps://brasilecola.uol.com.br/historiab/ai1.htm>. Acesso em 20 de dezembro de 2020.

No âmbito econômico, o projeto nacional-desenvolvimentista defendido por Jango foi varrido da política. Por outro lado, a abertura ao capital estrangeiro de acordo com o modelo liberal irrefreável deu a tônica da economia alinhada às diretrizes do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Concomitantemente à necessidade de avanço do novo regime por caminhos contrários às históricas conquistas da sociedade brasileira, bem como na necessidade de adequação institucional do país ao novo modelo, seguiram-se os Atos Institucionais (AI-2, AI-3 e AI-4),<sup>188</sup> numa espécie de caminho fundo ao desconhecido.

Com o General Arthur da Costa e Silva, segundo presidente militar no poder, o aumento da insatisfação popular ligada ao processo de continuidade do regime e gradativa extinção das liberdades, precipitaria à adesão de muitos cidadãos (arrepentidos ou despertados) a mobilizarem-se em protestos, cada vez mais reprimidos com truculência pelos representantes do Estado. Um Estado desconhecido, sem diálogo, que passava da imagem projetada de “salvador da pátria” à de ameaça interna, conceituada pelos sentidos de cidadania e liberdade experimentados ao longo dos dezoito anos da República Democrática no Brasil entre 1946 e 1964.

Dessas manifestações populares, a Passeata dos Cem Mil, ocorrida em 26 de junho de 1968, no Rio de Janeiro, parece ter acendido uma luz de grande alerta ao governo vigente. Já que, mesmo mediante as incontáveis ações repressoras aos antipartidários do regime, e até uma pequena reação da economia, o nível de impopularidade do regime crescia e atingia patamares inesperados. Cremos que nesse momento, após os quatro primeiros anos de vigência e arbitrariedades, já não era mais possível dissimular sobre a verdadeira identidade do que se passava. Era uma ditadura claramente alinhada aos interesses econômicos do grande capital internacional, que respondia positivamente aos interesses das classes conservadoras nacionais, utilizando-se para isso dos meios necessários, fossem quais fossem, para sua manutenção. Naturalmente adesa à repressão cada vez maior, considerando não contar com o apoio da maioria populacional, como ocorre nas democracias, para manter-se vigente e

---

<sup>188</sup> O AI-2 foi decretado em 27 de outubro de 1965, entre outras ações, definiu a extinção de vários partidos políticos no país, criando o bipartidarismo: Movimento Democrático Brasileiro (MDB) x Aliança Renovadora Nacional (ARENA); o primeiro reuniu os políticos com oriundos dos partidos de tendência esquerdista antes existentes, e o segundo, os partidos de direita, em suma, apoiadores do regime em vigência. O AI-3, de 5 de fevereiro de 1966, tornou as eleições estaduais e municipais indiretas, aumentando o controle sobre as mesmas. E o AI-4, de 7 de dezembro de 1966, teve como principal medida a convocação do Congresso Nacional para decidir sobre a possibilidade de uma nova Constituição. O Congresso foi fechado novamente com o AI-5 devido as oposições internas que reapareceram. BRASIL, Presidência da República. Subchefia de Assuntos Políticos. **Atos Institucionais**. Brasília: Casa Civil/ anos respectivos aos atos.

equilibrada. Contexto adequado para o lançamento do Ato Institucional nº5 (AI-5), que passaria a ser conhecido como o “golpe dentro do golpe”. Ou a face mais cruel da ditadura civil militar no Brasil (SCHWARCZ e STARLING, 2015).<sup>189</sup>

Decretado em 13 de dezembro de 1968, o AI-5 dava poderes absolutos aos generais, além de,

(...) decretar o recesso do Congresso Nacional; intervir nos estados e municípios; cassar mandatos parlamentares; suspender, por 10 anos, os direitos políticos de qualquer cidadão; decretar o confisco de bens considerados ilícitos; e suspender a garantia de habeas corpus. Com vistas a encontrar os meios indispensáveis para a obra de reconstrução econômica, financeira e moral do país.<sup>190</sup>

O AI-5 colocou em evidência, no pior sentido, o trabalho dos setores de inteligência do Exército Brasileiro, como o Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna, fundamentalmente necessários para cumprirem as diretrizes que o Ato Institucional preconizava. Tarefa que parece ter sido cumprida com desvelo e grande eficiência por esses setores militares focados na perseguição a pessoas e com amplo impacto moral sobre o cidadão comum, ou os indivíduos ameaçados pelos militares. O que nos parece ter sido uma diretriz consoante ao projeto de dissolução do grande diálogo estabelecido na sociedade enquanto vigência do regime democrático entre 1946 e 1964. Gerar descontinuidades entre o governo e o povo, entre as pessoas e instituições de modo que não se estruturassem resistências projetadas a partir da força potencial existente no encontro, em ideais elaborados coletivamente pelos cidadãos.

Em ampla análise, as contraditoriedades manifestas pelo Estado ditatorial corroboravam a opressão social, materializada em exílios, censura, assassinatos, desaparecimentos, prisões clandestinas; medo e insegurança vigentes frente o próprio Estado. No entanto, por outro lado, apresentavam-se números altos demonstrando um crescimento inusitado da economia brasileira, conhecido como “Milagre Econômico”, que teve seu ápice entre, 1968 e 1973, coincidindo com o governo do General Emílio Garrastazu Médici.<sup>191</sup> Mais uma grave contradição, posto que um governo de diretrizes impiedosas não poderia coadunar-

<sup>189</sup> Um trabalho sobre esse enfoque, considerando a visão de jornalistas é: CHAGAS, Carlos. **A ditadura militar e os golpes dentro do Golpe (1964-1969)**. Rio de Janeiro: Record, 2014.

<sup>190</sup> D’ARAÚJO, Maria Celina. O AI-5. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>. Acesso em 11 de janeiro de 2020.

<sup>191</sup> VELOSO, Fernando A. VILLELA, André. GIAMBIAGI, Fabio. Determinantes do "milagre" econômico brasileiro (1968-1973): uma análise empírica. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, v. 62, n. 2, p. 221-246, Jun. 2008. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-71402008000200006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71402008000200006&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 20 de janeiro de 2020.

se com milagres, nem metaforicamente. Portanto, o mesmo se justificava em empréstimos internacionais e avanço desmesurado da dívida externa do país camuflados em demonstrativos favoráveis ao governo.

O período do chamado “Milagre Econômico Brasileiro” coincidiu com o governo do General Médici, no entanto, não foi uma ação específica da sua administração. O grande avanço da economia e a aparência de que o país desenvolvia “a olhos vistos” foi o resultado da política econômica posta em prática ainda no governo do General Castelo Branco, entre 1964 e 1967. O Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) englobava uma série de medidas condizentes com o modelo de desenvolvimento acordado pelos militares, e entre os seus três pontos principais estavam: o incentivo às exportações; a abertura da economia brasileira ao capital internacional; e a reforma fiscal, tributária e financeira no país. Como se pode observar, os dois primeiros pontos se relacionam diretamente ao capital internacional, que projetaria grandes avanços momentâneos, no entanto, demarcariam bem o lugar de atraso do Brasil no ranking da economia mundial. Já que, o incentivo à exportação repetia o centenário erro da produção monocultora e dependente; assim como a abertura desregulada ao capital estrangeiro, impunha a “compra casada” dos produtos industriais desses países, sem a possibilidade de gerar uma indústria nacional concorrente. Notadamente, as reformas propostas na estrutura fiscal, tributária e financeira tinham por objetivo adequá-las a esse novo momento, que parecia ser irrefreável. Muito embora o fosse (SÁ EARP et al., 2003).

A aceleração do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) agregou-se a um rápido movimento de industrialização e baixa inflação “encantadores” no país. O governo criou o Banco Central com o objetivo de centralização e controle da economia, tendo como ação imediata o incentivo da abertura do crédito ao consumidor. No aspecto da moradia, um ponto altamente deficitário e talvez por isso, um dos grandes sonhos dos brasileiros, o governo criou o Sistema de Financiamento Habitacional (SFH), composto pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) e pela Caixa Econômica Federal. Já no âmbito da infraestrutura nacional, foram criadas em torno de 274 empresas estatais, além de grandes obras (as chamadas obras faraônicas), como a Rodovia Transamazônica, a Ponte Rio-Niterói, a Usina Hidrelétrica de Itaipu, a Usina Nuclear de Angra dos Reis, entre outras, que levaram a população acreditar que, realmente, vivia-se um tempo novo em termos de progresso. De modo que, apesar da dureza do governo e da repressão vigente, a cooptação da população se dava pelo que se lia nos jornais censurados e se mostrava pela televisão aliada. O Brasil parecia de fato “*o país do futuro*”, como dizia o *slogam* do próprio governo federal (HERMANN, 2005). Alguns

historiadores, como Daniel Aarão Reis, chegaram a qualificar esse momento de retomada do nacional-estatismo devido ao enorme protagonismo do próprio Estado no cenário econômico. Muito embora essa não seja uma opinião unânime no debate sobre o período. O historiador Demian Melo, por exemplo, entende que intervenção estatal nunca deixou de acontecer, muito embora no período militar tivesse acontecido de forma extremamente controlada pelas intenções e características ditatoriais do governo (MELO, 2012, p. 12).<sup>192</sup>

Fato é que por detrás da cortina do progresso estavam processos públicos de pouquíssima transparência, conseqüentemente levando a gastos superfaturados nas imensas obras públicas espalhadas por todo país; favorecimento de enormes concentrações de rendas, além do achatamento de salários e o descomunal aumento dos acidentes de trabalhos nas inúmeras obras, levando o Brasil a ser recordista em acidentes na área da construção civil. Sem que os sindicatos das categorias pudessem fazer qualquer manifestação contrária a isso devido à intervenção imposta pelo governo (CAMPOS, 2017).

Referindo-se ao período de seu governo, é do Presidente Médici o famoso discurso que diz:

Sinto-me feliz todas as noites quando ligo a televisão para assistir ao jornal. Enquanto as notícias dão conta de greves, agitações, atentados e conflitos em várias partes do mundo, o Brasil marcha em paz, rumo ao desenvolvimento. É como se eu tomasse um tranquilizante após um dia de trabalho.<sup>193</sup>

Uma declaração, no mínimo, desrespeitosa considerando as reais condições de vida do povo brasileiro, o aumento da desigualdade social, a repressão e a violência dissimulada impetrada pelo Estado, e o endividamento do país a níveis nunca antes imaginados.

O reverso e imediato abalo de todo esse processo de crescimento forçado calcado no atrelamento com a economia estrangeira iniciou-se com a crise mundial do petróleo de 1973. Com a alta dos preços e impacto em toda economia mundial, os EUA que era o principal parceiro do “Milagre Brasileiro”, quase que uma espécie de sócio do regime militar, revisou seu posicionamento na parceria, naturalmente, no sentido de defesa interna de sua própria economia. O aumento dos juros e o corte dos empréstimos desferiram-se como golpe certo no futuro do Brasil. E poderíamos nos perguntar, refletindo sobre o *slogan* do governo, se

---

<sup>192</sup> Melo, Demian Bezerra de. “Ditadura civil-militar”? controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. **Espaço Plural**. Paraná, nº 27, p. 39-53, 2012. p. 12.

<sup>193</sup> Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-ditadura/medici/>. Acesso em 20 de janeiro de 2020.

perdido naquele momento presente, qual a qualidade de futuro que se poderia esperar do Brasil? A alta da inflação, o achatamento cada vez maior do salário mínimo, a queda do poder de compra da população, o emperramento do sistema de modo geral foram consequências do suposto progresso feito. A crise mundial espalhou, como numa espécie de maldição à ditadura civil militar brasileira, o cinza plúmbeo e dissimulado dos anos de chumbo sobre o brilho, agora opaco, de suas grandes realizações.

Notadamente, com a crise mundial, o modelo nacional de desenvolvimento ancorado no apoio da economia americana entrava num processo de ficar à deriva. Se por um lado isso significou o esgotamento do regime ditatorial, por outro abriu espaço para a retomada da defesa democrática, muito embora o cenário de desgaste político e econômico, que faziam do país, tecnicamente, uma espécie de “terra arrasada”. Apesar, e ainda, da esperança vigente numa Nova República.

Com o gradativo retorno das manifestações populares e os confrontamentos internos no Congresso que demonstravam a saturação do regime, em 31 de dezembro de 1978 o governo do quarto General- Presidente, Ernesto Geisel, extinguiu o AI-5 ao mesmo tempo em que concedeu Anistia a todos que se envolveram ou praticaram crimes contra o Estado ou em nome dele. Estava deflagrada a lenta e gradativa abertura política que ainda contaria com um último governo militar de transição, o do General João Baptista Figueiredo.

Apesar de muitos fatos significativos terem ocorrido no final dos anos 1970, apontando o esgotamento do regime, dentro do campo de uma visão panorâmica como a que estamos propondo, cremos que nenhum fato tenha sido tão importante, no sentido estrito e amplo, como a promulgação da Lei de Anistia. Apesar de já ter sido tratada no capítulo 1 desse trabalho, importa recordar nesse momento de enfoque sobre a chamada *abertura lenta, gradual e segura*, que a Anistia estabelecida sem nenhuma vinculação à noção de responsabilidade e justiça, corroborou processos de esquecimento, de passar ao passado, fatos com gravidade e implicações sobre os direitos humanos, que não poderiam ser ignorados (SKIDMORE, 1988). No sentido mais amplo, a Lei de Anistia funcionou como uma ponte para a construção de uma democracia de acordos, caracterizada mais por continuidades do que propriamente por rupturas geradoras de algo novo. O modelo era novo, mas a alma do modelo estava contaminada dos velhos modos vigentes. Finalmente, o retorno ao pluripartidarismo e a campanha para eleições diretas, as Diretas Já, corroboraram algum avanço democrático, muito mais emotivo do que cidadão.

Oficialmente, em 15 de março de 1985, encerrava-se a Ditadura civil-militar no Brasil, uma noite escura que durou vinte e um anos.

### **5.6. Penélopes Macaenses**

Da memória coletiva macaense sobressaem histórias envolvendo as esposas dos ferroviários detidos pela ditadura que lhe complementam o sentido de uma ditadura também “civil”. Não civil no âmbito dos grandes empresários, comerciantes e banqueiros que lhe patrocinaram as ações em parte, conforme propôs René Dreifuss. Mas civil no sentido do cotidiano, das micro relações sociais nas quais cidadãos anônimos lhe apoiaram o sentido de existência e continuidade, em pequenos gestos condenáveis, devido à dimensão do seu alcance e os impactos negativos sobre os direitos humanos, gradativos e profundos como se aplicam nas tradicionais torturas chinesas.

Entre algumas dessas histórias, muitas nem comprovadas, outras não autorizadas, por um tipo de vergonha inversa ou algum ressentimento duradouro, ressurge um acontecimento icônico, muito conhecido e tratado em Macaé, considerando a ofensa contida no gesto do dono da mercearia localizada entre a Rua Tiradentes (reduto ferroviário) e a Avenida Rui Barbosa (a Rua Direita), no bairro de Imbetiba.

Tendo o Golpe militar ocorrido e inúmeros ferroviários levados à condição de prisioneiros de uma hora para outra, numa ação cotidiana, a esposa do Sr. Walter Quaresma, Dona Carmem Costa, pediu aos filhos mais novos que se dirigissem ao comércio de sempre, o da conta da família, do convívio diário, para comprarem pão, como era o costume de quase todos os dias. O dono do comércio, numa ação de identidade com a ditadura e contrariedade aos clientes mais legítimos, ou de negativa coincidência, embrulhou um par de sapatos velhos, e enviou pelas crianças à esposa do ferroviário preso.

À princípio, um silêncio se faz na leitura, seguido de um pensamento de indignação, considerando a frustração imaginada na casa “abalada” da família do Sr. Walter. Quando sua esposa mais precisava da solidariedade supostamente construída na proximidade física e cotidiana ao longo dos anos com o comerciante, ela descobriu por mensagem subliminar, que não havia sentimentos de continuidade entre eles naquele momento de ruptura ideológica na cidade.

Embora com o mesmo enredo impactante, a versão de Dona Valquíria, filha de Dona Carmem e do Sr. Walter Quaresma, aponta para um desfecho praticamente suprimido do conhecimento público, no qual o comerciante afirma ter enviado os sapatos por distração. Versão nunca aceita por sua mãe, que envelheceu e morreu reafirmando a postura de afronta e humilhação à qual foi submetida.

Meus irmãos foram comprar pão numa venda onde se vendia todos os tipos de alimentos, e pão também. Foram comprar pão. Nesse tempo papai estava preso fazia poucos dias. E chegou na minha casa, pelas mãos dos meus irmãos menores, um embrulho com um par de sapatos velhos. E eles entregaram à minha mãe como se fosse o pão. Minha mãe quando abriu aquilo e se sentiu ofendida. Achou que o comerciante mandou para ela o sapato velho no lugar do pão, como se nós merecêssemos comer aquele sapato velho. Se ofendeu. Mas se ofendeu muito bravamente.

Eu acho que ela foi lá no comércio para tirar satisfação com o dono da venda. Então, o comerciante disse que ele não fez aquilo de propósito, que se enganou ao enviar os embrulhos. Então ficou a palavra dele contra a da minha mãe e dos meus irmãos, que apenas entregaram o que ele havia enviado.

(Entrevista com a Sra. Valquíria Costa Amado da Silva, macaense, professora aposentada, filha do ferroviário Walter Quaresma Costa e de sua esposa Carmem Domingues Costa – exclusiva para este trabalho, em 26 de janeiro de 2020. Macaé - RJ).

Embora a necessidade de também se considerar a versão posterior do comerciante, informando que o par de sapatos tinha sido enviado por engano no lugar dos pães, essa justificativa nos parece uma desculpa de ocasião. Considerando que muitos outros comerciantes e outras pessoas inimaginadas posicionaram-se, à época, a favor do golpe, em confronto social, estabelecendo o clima público da cidade em tempos de perseguição e vinganças. O que fortaleceu a manutenção do regime que concorria para a imposição da ordem no referenciado caos gerado pelos ferroviários, personificada sobre indivíduos e extensiva a seus dependentes.

Desse momento específico da história macaense, em episódios como o anteriormente descrito, sobressaem as esposas dos ferroviários, tornadas sós com as prisões de seus maridos, a darem conta da gestão e continuidade das vidas em meio à gravidade da situação política e social estabelecida.

Apenas quatro mulheres aqui selecionadas, metodologicamente em continuidade aos seus respectivos maridos ferroviários, aos quais dedicamos o tratamento das trajetórias no primeiro capítulo desse trabalho. Dona Carmem Domingues Costa, esposa do Sr. Walter Quaresma; Dona Helena Camargo Certório, esposa do Sr. Alberto Certório; Dona Maria José



Corrêa Martins, esposa do Sr. Lauro Martins; e Dona Joselita Tavares, esposa do Sr. Waldir Tavares.

Aqui, mais uma vez, atuamos pelo sentido de representação dessas senhoras em relação às muitas outras, de histórias conhecidas ou inimagináveis, vivenciadas e sofridas durante a ditadura. Não apenas em relação à condição de esposas de ferroviários, mas também esposas de professores, de camponeses, médicos, e outras categorias perseguidas pelo regime de exceção na região de Macaé naquele ano de 1964 e posteriores.

Através dos quatro exemplos a seguir (Carmem, Helena, Maria José e Joselita)<sup>194</sup>, adentramos ao campo da vida privada, impactados por ações do Estado de exceção, no entanto, esquecidos e desvalorizados, mais ainda do que as histórias protagonizadas pelos homens, os maridos. Reflexo dos anos anteriores a 1964 e em continuidade a este, quando o próprio Código de Defesa Civil brasileiro apontava as mulheres como cidadãs de segunda categoria, conformando, portanto, desde a falta de igualdade jurídica à desigualdade formal. Que, por sua vez, refletia no campo social, onde os postos de trabalho de projeção, os postos políticos e mesmo os de lutas democráticas eram, então, ocupados pelos homens. Reduzindo a ação das mulheres, de maneira quase que absoluta numa sociedade conservadora como a macaense, ao espaço do lar, do cuidado com os filhos, das questões religiosas ou a pequenas ações sociais sem grandes impactos aparentes. Quando muitas não se “metiam” nos assuntos dos homens, como dos ferroviários sindicalistas ou, ainda, preservavam ingenuamente o lugar do conservadorismo, simplesmente por seguirem as regras sociais estabelecidas, e por se conformarem com a condição atribuída a elas apenas por serem mulheres.<sup>195</sup>

Apesar do cenário posto e do destaque do conservadorismo vigente, é preciso refletir sobre posições marcadas advindas da vizinha Bolívia no mesmo período, quando Domitila Barrios, mulher de mineiro e representante do seu extrato social, tanto feminino, quanto o economicamente explorado, propôs uma luta coletiva a favor de melhores condições de vidas para a classe dos mineiros bolivianos, mas também para toda a sociedade explorada, da qual sobressaiu a expressão: “*sem as mulheres a revolução fica pela metade*”.<sup>196</sup>

---

<sup>194</sup> Dona Carmem, falecida, tinha 43 anos em 1964; Dona Helena, 96 anos, tinha 41 em 1964; Dona Maria José, 78 anos, tinha 23 anos; Dona Joselita, falecida, não conseguimos descobrir a idade exata dela em 1964. Estava na faixa dos vinte e poucos anos. O marido tinha 30.

<sup>195</sup> Realidade das mulheres. In: Mulheres, Memórias da Ditadura. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/mulheres/>. Acesso em 21 de janeiro de 2020.

<sup>196</sup> Disponível em: <http://averdade.org.br/2012/05/domitila-barrios-de-chungara-sem-mulheres-revolucao-fica-pela-metade/>. Acesso em 15 de janeiro de 2020.

Longe do cenário político de resistência pública empreendido por Domitila em seu país, nos parece fundamental a compreensão do papel das mulheres macaenses, esposas e mães, a resistirem de forma aparentemente tímida e restrita, no entanto, fundamentais ao padrão próprio de politização e espaços sociais permitidos por aquela sociedade, de modo geral, a elas.<sup>197</sup>

Não é de se estranhar, portanto, que mesmo os trabalhos acadêmicos referentes às mulheres no referido período se preocuparam mais com aquelas que lutaram ostensivamente contra a ditadura, que se juntaram a movimentos revolucionários e construíram grandes trajetórias, como o caso da própria Ex-Presidente Dilma Rousseff, referenciada no primeiro capítulo desse trabalho. Poucos ou quase nenhum trabalho acadêmico se importaram, até agora, em focar a análise sobre as mulheres dos “revolucionários”, dos que foram presos, torturados, e até desaparecidos.<sup>198</sup> Ou, quando o fizeram, acabaram retornando ao lugar comum do evento público, como se coubesse a essas mulheres “donas de casas, esposas e mães” o lugar menor da complementação, seja das próprias mulheres que se aventuraram ao espaço público masculino, ou em continuidade aos próprios maridos, politizados e ativos. Permanecendo, portanto, esquecidas ou invisibilizadas, mesmo sendo fundamentais às trajetórias desenvolvidas pelos seus maridos. Parecendo-nos, num olhar por alto, que até para a análise acadêmica, as histórias das mulheres que resistiram em casa, que atuaram no campo da vida privada, não se tornaram um assunto de interesse. A vida das mulheres, no lugar reservado a elas pela cultura patriarcal daquela sociedade e não exclusivamente por suas escolhas, tornou o lar um lugar sem graça e de menor interesse para ser compreendido.<sup>199</sup>

A partir da observação do objeto de estudo desse trabalho, quais sejam as memórias ferroviárias macaenses com destaque para os dias do golpe militar, quando as marcas se

<sup>197</sup> A trajetória autobiográfica de Domitila Barrios de Chuncharra é contada por testemunho, dela própria, na obra autobiográfica narrada a Moema Viezzer. A luta empreendida por Domitila alcançou um gigantesco impacto político coletivo, acabando por derrubar o governo ditatorial do General Hugo Banzer em 1978. Sobre sua trajetória ver: VIEZZER, Moema, BARRIOS, Domitila. **Se me deixam falar**. São Paulo: Global Editora, 1981.

<sup>198</sup> ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. O direito à memória: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964-84). In: **Revista Tempo e Argumento**. Volume 5, nº 10, ano 2013. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180305102013108/2867>. Acesso em 20 de janeiro de 2020.

<sup>199</sup> Dois trabalhos trazem reflexões interessantes sobre o papel das mulheres durante a ditadura, importando e dar visibilidade a elas mesmo no exercício de funções consideradas “menos revolucionárias”, mas ao mesmo tempo de suma importância: COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Ventos, 1997. / RIBEIRO, Maria Cláudia Badan. **Experiência de luta na emancipação feminina: mulheres da ALN**. 2011. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo.

estabeleceram mais profundas nas vidas dos indivíduos, essas mulheres tiveram papéis fundamentais. Seja na resistência interna e no cuidado com suas famílias na ausência dos maridos; seja nos atravessamentos do âmbito privado à esfera da própria cidade, e vice-versa, em continuidade e complemento à elaboração da própria vida e os atravessamentos que culminaram com a construção das memórias coletivas. Numa teia de sentidos e significados do privado ao público como se fossem Penélopes modernas, às quais aqui denominamos de Penélopes Macaenses (ROBLES, 2019).

Ao se pensar no lugar mitologicamente ocupado por Penélope, vamos encontrá-la no ambiente restrito de seu palácio, no contexto de uma sociedade definitivamente patriarcal, na qual os homens estando em guerra, às mulheres cabiam esperar sofredamente o seu retorno incerto. Embora inserida nesse cotidiano tradicional no qual o lugar do combate pertencia aos homens, no domínio interno do lar, nas brechas sociais através das quais elas se inseriam, cabia às mulheres gregas as ações complementares do convívio e da resistência, a lhes satisfazerem as vontades femininas e alimentarem os sonhos de tempos renovados de felicidade, que independem de gênero (CAMPBELL, 2015).

Refletir sobre a resistência feminina, muitas vezes, necessita de um reposicionamento pessoal mediante os imperativos comportamentais próprios aos costumes de cada sociedade. Quando o padrão mais comum pressupõe o enfrentamento, posturas de resistências que divergem desse sentido exposto podem não ser compreendidas como tal, ou simplesmente, serem classificadas como atos de covardia ou inanição. Resistir em sociedades opressoras, depende de ações inovadoras, capazes de driblarem as regras e seus resultados pré-definidos, abrindo campo para condições novas, produzidas no entre, não imaginadas anteriormente pelos que se fixaram nas regras e não em suas exceções.

Um tapete comum, indiferente de outros tantos elaborados também por mulheres gregas na intimidade de seus afazeres domésticos. Tecido com afincos dias após dias, e destecido também, em parte, durante as muitas noites. Que projetava em seu término inalcançável o marco temporal para o fim de um prazo estipulado e a concessão da mão de Penélope a um novo pretendente a marido. Regras postas e indiscutíveis, eis que Penélope

resiste à espera de seu amado, na inteligência e sagacidade, de elaborar um tapete e adiar sua desdita driblando o próprio destino imposto com sua engenhosidade e sua arte.<sup>200</sup>

Retomando a guerra silenciosa estabelecida a partir de denúncias e prisões políticas no Brasil, uma enorme quantidade de senhoras se tornaram também “Penélopes” tecendo o fio da esperança da volta do marido, sob as ameaças do entorno. Porém, ao contrário da mitologia, sonhando com a obra pronta, com o tempo da tranquilidade e presença do esposo, então preso, desaparecido ou perseguido politicamente.

Naturalmente, retrançar esses fios pelo campo da memória não comporta imagens e situações exatas, posto que o ato de retrançar das vidas já marcadas não recupera o padrão do heroísmo histórico, aos quais mentes e olhos, por décadas, foram acostumados. Porém, as memórias sobre as Penélopes recuperam a tessitura do prosseguimento da vida, da manutenção dos filhos na tentativa de amenizar um tempo de ameaças e perseguições. Tempo do qual sobressaem vidas paralelas, estabelecidas lado a lado, como se fossem as próprias linhas dos trens. Histórias de pessoas que se tocaram e se construíram em redes de sociabilidades.

Aqui queremos entender sociabilidades a partir da interpretação do sociólogo Georg Simmel ao definir a sociedade como uma interação de indivíduos guiada por impulsos ou finalidades comuns. Elementos que em ação também estabelecem a tônica relacional, de aproximação ou repelência, a partir dos interesses sensoriais, das ideias momentâneas ou duradouras, movidas pela causalidade ou teleologicamente determinadas. Mantendo, no entanto, a tônica de conjunto e a realização de interesses (SIMMEL, 2006, p. 60). Sentido fundamental para compreensão da solidariedade encontrada por Dona Carmem Costa ao ter seu marido preso e passar dezessete dias sem nenhuma notícia de seu paradeiro. De modo que sua condição de esposa de ferroviário refletisse em outras mulheres, em situação idêntica, ou potencialmente parecida. Já que a ameaça pairava sobre todas que ainda não tinham tido seus maridos envolvidos na trama militar.

Ao ser perguntada sobre as lembranças que tinha do dia da prisão do seu pai e de como os dias se seguiram em sua casa, de como a vida se reorganizou e se de fato se reorganizou, Dona Valquíria Costa (filha de Dona Carmem) recordou emocionada daquele dia

---

<sup>200</sup> Referência ao verso de abertura do poema épico *Os Lusíadas*, de Luis Vaz de Camões, provavelmente concluída em 1556 e publicada em 1572: “*Por onde eu for, cantarei por toda parte, se a isso me permitir, o meu engenho e a minha arte*”. CAMÕES, Luis Vaz. **Os Lusíadas**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

de abril de 1964. Quando já era quase hora do almoço e um carro da polícia parou em frente à casa de sua família trazendo seu pai para se despedir e pegar alguns pertences a serem levados para algum lugar na condição de ferroviário preso.

Meu pai foi preso na Oficina Ferroviária e foi trazido de lá para nossa casa. Não foi um dos primeiros a ser preso, coisa que a gente estranhou um pouco. Veio pra casa com a concessão de se despedir da família, pegar algumas roupas, e contar pra gente o que estava acontecendo. A gente morava na Travessa dos Ferroviários, nº 65, nos Cajueiros, conhecida como Vila Operária. Ele chegou em casa mais ou menos na hora do almoço, muito abatido, muito nervoso e conversou com a minha mãe. Ela que conversou com a gente depois. Ele muito nervoso, muito pálido. Mas o carro de polícia ficou na frente da casa, respeitaram ele, não entraram. Ele pegou uma pequena quantidade de roupas e saiu. Pra gente foi um abalo muito grande, porque ver o nosso pai sair de casa preso, foi um abalo muito grande. Um estado emocional que tomou conta da família inteira, inclusive da minha mãe, que teve um abalo muito grande. Mas depois ela se recompôs, conversou com a gente, explicou tudo e nós fomos obrigados a entender. Não tinha outra alternativa. Mas nós já éramos maiores, sabíamos das atividades do nosso pai, sabíamos que aquilo estava acontecendo com todo mundo, então para nós não foi uma grande surpresa. Mas, mesmo assim, a gente ficou muito abalado.

(Entrevista com a Sra. Valquíria Costa Amado da Silva, macaense, professora aposentada, filha do ferroviário Walter Quaresma Costa e de sua esposa Carmem Domingues Costa – exclusiva para este trabalho, em 26 de janeiro de 2020. Macaé - RJ).

Rememorando aqueles dias de agonia e solidariedade, Dona Valquíria, contou-nos que,

Uma coisa que dava muita força, durante a prisão do papai, é que todo mundo era muito solidário com a gente. Com a mamãe principalmente. Então as esposas dos ferroviários iam muito lá pra casa. Tanto as dos ferroviários que estavam presos, quanto as dos ferroviários que não estavam presos ainda, e que futuramente acabaram sendo presos. Mas elas iam muito lá em casa. Mamãe fazia café e a mesa ficava cheia das mulheres. E o assunto era o momento vivido, esperando a situação. Quando uma estava fraquejando a outra dava esperança que ia dar certo, para ficar calma... e vamos tomar um cafezinho. Mamãe mesmo esquecia um pouco aquela coisa, e ficava naquela alegria. Ela era uma pessoa super alegre. Ficava naquela alegria com as colegas todas ali conversando. Eu me lembro, que tinha a mulher do Naná, Dona Zélia, ela era Presidente da Associação das Mulheres do Sindicato, ela era uma pessoa muito pra frente. Uma mulher magrinha, mas muito decidida. Ela, então, quando chegava levantava a moral de todo mundo. Dizia que tudo ia dar certo, que tudo ia melhorar, que aquilo ia ficar assim pra sempre. Passava aquela fortaleza para todas as mulheres.

(Entrevista com a Sra. Valquíria Costa Amado da Silva, macaense, professora aposentada, filha do ferroviário Walter Quaresma Costa e de sua esposa Carmem Domingues Costa – exclusiva para este trabalho, em 26 de janeiro de 2020. Macaé - RJ).

Referindo-se ainda àquela época, sobre a interação entre a casa e a rua, Dona Valquíria lembrou que a porta da casa de sua família estava sempre aberta. Então, a postura de

receptividade fazia parte da dinâmica cotidiana, que ao mesmo tempo, estabelecia-se em profícuo diálogo com a vizinhança, ou com o que poderíamos considerar o âmbito público da cidade naquele entorno, considerando a casa como referência do privado (DaMATTA, 1997).

Referindo-se à postura da mãe durante a prisão do Sr. Walter, ela recordou que,

o papel da minha mãe foi primordial, porque apesar de ser uma pessoa nervosa, ela foi muito forte. E ela era muito a favor da bandeira que meu pai levantava, ela era completamente entendida daquilo que ele queria, aceitava e achava que era justo. E lutava junto com ele, estimulando e ajudando. Então, ela levantava para nós essa bandeira. Dentro da nossa casa a gente sabia que ele era um cara bacana e que estava sendo injustiçado, e que as coisas iam melhorar. E ela mostrou uma fortaleza que até eu ignorava, porque ela era muito dependente do meu pai, mas quando ele esteve fora, ao contrário, ela conversava com a gente, dizia que a gente não ia esmorecer, que ia dar tudo certo com o nosso pai, que aquilo tudo ia acabar. *‘Isso não pode continuar... ninguém vai deixar de ir ao colégio, ninguém vai deixar de fazer nada!’* Então foi isso que ela passava pra gente. Ela passou pra gente uma fortaleza. Talvez nem tanta segurança, mas uma fortaleza. A gente se sentia forte, mudava roupa e ia pro colégio, pra onde fosse fazer as coisas.

(Entrevista com a Sra. Valquíria Costa Amado da Silva, macaense, professora aposentada, filha do ferroviário Walter Quaresma Costa e de sua esposa Carmem Domingues Costa – exclusiva para este trabalho, em 26 de janeiro de 2020. Macaé - RJ).

Apesar da solidariedade dos vizinhos, da presença constante das esposas de outros ferroviários em casa, há memória de alguma dificuldade financeira, excetuando os elementos de primeiras necessidades. Já que existiu o que ela chamou de uma *“corrente de solidariedade”*, mantida pelos ferroviários, em consideração ao seu pai, e mesmo, parte da ideologia política à qual eles estavam vinculados, cuja característica principal era o bem comum da classe. Ser solidário tinha uma conotação ideológica e política estabelecida no cunho da cidade como sociabilidade ferroviária, de vizinhos de cidade pequena. Mesmo considerando a cidade ideologicamente dividida e a sensação de insegurança que pairava no ar, e que fazia a jovem Valquíria andar pelas ruas com muito medo. Medo por ser mulher, por ser a mais velha na ausência do irmão que tinha ido estudar na Rússia, por se sentir responsável, junto com a mãe, para que tudo desse certo enquanto seu pai continuava preso. Um medo que marcou suas memórias manifestado em duas situações de preconceitos que ela viveu, que advertiram que os tempos de fato não eram normais, situações que para ela também se tornaram inesquecíveis.

Eu andava na rua com muito medo, com muita preocupação de acontecer alguma coisa. Meu irmão não estava no país, meu pai preso, eu me tornei a mais velha dentro de casa. Então eu tinha aquela preocupação de que tudo desse certo.

Na escola (Colégio Luiz Reid) eu cheguei a sofrer preconceito, numa situação que eu passei mal, não me lembro se era uma prova ou algo assim, então eu me senti mal e

não consegui fazer, tive tipo um desfalecimento. Aí a professora chamou as outras crianças, todo mundo em volta, e aí ela disse para as crianças: \_tá vendo, é isso que acontece com as pessoas que não acreditam em Deus, o pai dela é comunista, não acredita em Deus. Por isso ela não tem condições de passar as coisas da vida de outra maneira, ela passa desse jeito, sofrendo porque não acredita em Deus.

Numa outra ocasião, eu fui na casa da minha sogra (Marieta Amado), era mãe do meu namorado na época, e eu fui visitá-la. Fui lá para conversar um pouco com ela e tal, mas quando eu cheguei lá, ela estava recebendo umas pessoas em casa, ela não queria que aquelas pessoas soubessem de quem eu era filha, porque meu pai era comunista. Então ela me afastou do pessoal, me deixou lá no quintal escondida para que as pessoas não me vissem. Ela tinha medo e escondia daquelas pessoas que o marido dela (Benildo Amado) também estava preso. As amigas da filha que estavam na sala eram umas moças da elite macaense, filhas de comerciantes conhecidos na cidade.

(Entrevista com a Sra. Valquíria Costa Amado da Silva, macaense, professora aposentada, filha do ferroviário Walter Quaresma Costa e de sua esposa Carmem Domingues Costa – exclusiva para este trabalho, em 26 de janeiro de 2020. Macaé - RJ).

São inúmeras as memórias narradas por Dona Valquíria, sem nenhuma mágoa, mas numa postura de entendimento e equilíbrio muito grande, apesar de toda emoção que retorna ao recontar os fatos analisando as profundas cicatrizes, e, talvez, essa seja a palavra mais certa. Porque as marcas existem, embora elas estejam, na concepção de “filha”, agora curadas.

Agregam, ainda, essas memórias a ida do seu irmão mais velho, Valter Domingues Costa<sup>201</sup>, para estudar Física na Rússia. Uma situação pré-organizada, antes do Golpe Militar, através de uma bolsa de estudos recebida, mas que coincidia com a gravidade daquele momento político do Brasil, da ausência do pai, e logo em seguida, do irmão mais velho. Uma situação socialmente confusa, mesmo entre os “companheiros” ferroviários, que viam em Valter a esperança de uma imersão no socialismo soviético enquanto o seu objetivo na Rússia era exclusivamente o Curso de Física.

Sobre a ida do irmão para a Rússia, Dona Valquíria recordou o impacto sofrido.

Para mim foi muito triste, para minha mãe, mais ou menos. Porque como eu disse a você, minha mãe era uma pessoa forte. E apesar de ter sentido muito também, procurou não demonstrar tanto, porque ela aprovava ele ir estudar na Rússia. Ela achou ótimo, que ele não poderia perder aquela oportunidade. Eu também achava isso, mas eu senti demais, porque a gente era muito ligado, como a gente ainda é. Era um irmão que a gente fazia tudo junto, e quando ele foi para a Rússia eu fiquei de cama. Eu fiquei quinze dias de cama, como se estivesse doente. A falta que eu senti de meu irmão foi demais.

Entre os companheiros ferroviários houve uma confusão entre estudo e socialismo. Achavam, tinham essa esperança, que Valter trouxesse de lá algum cabedal com mais consciência, com mais capacidade, com mais força para eles continuarem os movimentos que foram iniciados e que passavam por aquela situação. Mas isso não

<sup>201</sup> Testemunhou para o Relatório da Comissão Municipal da Verdade de Macaé, cujas memórias compõem em parte o primeiro capítulo desse trabalho.

aconteceu, porque ele não foi lá para isso. Ele foi para estudar física. Ele já estudava no Rio, e de lá ele já foi direto para a Rússia. E nós aqui tentando esconder que ele tinha ido estudar física na Rússia, porque todos iam achar que ele foi para ser comunista. E papai já preso, aquela situação toda. Mas essa bolsa de estudos ele já tinha conseguido antes do golpe militar ser dado. Então dizíamos que ele tinha ido para a França estudar, disfarçando de que ele tinha ido estudar na Rússia. Mas todo mundo sabia, porque a notícia já tinha sido contada antes do golpe.

Aí os “companheiros” e todo mundo que era amigo achou melhor a gente contar uma história de que ele tinha ido para a França. A gente tinha medo dele ser pego por lá, ser morto, ser consumido e a gente nem ficar sabendo aqui.

Ele era o irmão mais velho, era mais esclarecido politicamente, e na ausência do papai ele ter ido para a Rússia foi muito triste pra gente, especialmente para mim. Fez muita falta pra gente.

Naquele tempo a comunicação era muito difícil. A gente para receber uma carta dele demorava um tempão. Ele mandava muitas cartas, cartões, mas demorava muito pra chegar. Perdemos dois irmãos enquanto ele estava para lá, e ele só ficou sabendo muito tempo depois.

(Entrevista com a Sra. Valquíria Costa Amado da Silva, macaense, professora aposentada, filha do ferroviário Walter Quaresma Costa e de sua esposa Carmem Domingues Costa – exclusiva para este trabalho, em 26 de janeiro de 2020. Macaé - RJ).

As impressões sobre o tempo da prisão do pai, da distância do irmão, dos percalços daqueles dias fizeram parecer que, depois de quase cinquenta dias corridos de prisão, o retorno do Sr. Walter para casa se dava depois de um tempo longuíssimo, uma espécie de fosso que dividiria para sempre as memórias da família entre o antes e o depois daqueles tempos assombrosos. O que reforçou o sentimento impactante da ditadura, manifestado pelo sentimento de busca, quando presos e desaparecidos; ou de constantemente ameaçados, quando já de volta ao lar. Algo presente na ausência produzida pelo silenciamento, ou nas lacunas perceptíveis entre as expressões dos corpos antes presos e das narrativas que não se complementavam (KUCINSKI, 2011).

Quando eu fui visitar ele preso no (Estádio) Caio Martins, em Niterói, eu não conseguia falar nada, não conseguia perguntar nada a ele. Eu tinha uma crise de nervos, que eu ficava assim parada. Não conseguia falar nada, nem perguntar... perdia a voz completamente.

No Caio Martins era muita gente, mas muita gente. Além desses presos que eram nossos conhecidos, tinham de outros lugares que a gente nem sabia de onde. Então aquilo estava lotado de gente, senhoras, mães, crianças, avós, tinha todo mundo ali. E as pessoas agarrando os parentes, sabe como?! Uma cena deprimente! E aqueles homens jogados no chão, muitos doentes. Sr. Valdir, muito magro, fumava muito. Seu Alcendino, Alcendino Silva, tinha passado mal quando nós fomos, ele era tuberculoso. Tinha tido várias crises de hemoptizela na prisão. E eles socorreram ali mesmo, sem ninguém ajudar, sem nada. Papai que contou isso. Disse que foi horrível, aquela sangueira. E ele era um camarada muito bacana, um sujeito muito bom.

Quando meu pai voltou da prisão, nós perguntamos muito se ele havia sofrido tortura física, mas ele negou sempre. Ele voltou da prisão muito mal, muito magro, muito



pálido. Assim com um rosto cavernoso, muito abatido. Mas muito pálido, não tinha cor. E não comentava o que aconteceu com ele lá, sempre que a gente perguntava, ele dizia: \_Deixa isso pra lá, não aconteceu nada... é assim mesmo.

(Entrevista com a Sra. Valquíria Costa Amado da Silva, macaense, professora aposentada, filha do ferroviário Walter Quaresma Costa e de sua esposa Carmem Domingues Costa – exclusiva para este trabalho, em 26 de janeiro de 2020. Macaé - RJ).

E apesar das lembranças sobre o pai reforçarem que ele nunca deixou de falar o que pensava, de exprimir suas opiniões ideológicas, a própria memória de Dona Valquíria afirma, indiretamente, a existência de um silêncio permanente sobre o que era dito, talvez, sobre o que pudesse ser dito. De modo que, até os dias atuais, muita coisa vivenciada continua sem ter sido narrada, entre silêncios e esquecimentos integrados ao “amargo” ato de lembrar de todas essas coisas.

As memórias de família, perpassadas pela narrativa de Márcia Certório, transitam do cenário público ao cenário privado, ou mais ou menos privado, de uma cidade pequena surpreendida com a prisão de dois “pais de famílias” de moral ilibada, a considerar a expressão da época. Contou Márcia Certório, que seu pai (Alberto Certório) estava conduzindo o trem que saiu de Santa Maria Madalena com destino a Estação Conde de Araruama, em Quissamã. E que chegando na Estação de Conceição de Macabu, foram impedidos de prosseguirem viagem por um grupo de militares do Rio de Janeiro. Um cenário de surpresa e de um certo apavoramento em confronto com a dinâmica de tranquilidade cotidiana do serviço no trem na Conceição de Macabu daquela época.

Os demais funcionários deixaram o trem. Meu pai Alberto Certório e o seu companheiro Luiz Peruzzi resolveram ficar para proteger o patrimônio da Rede Ferroviária. Até que chegou uma tropa do Exército de Macaé que os levou para Macaé e de lá para o Rio de Janeiro, sem que a família soubesse de nada. O desespero tomou conta das famílias envolvidas, bem como de toda a cidade de Trajano de Moraes.

(Entrevista virtual com o Sra. Márcia Certório - filha de Alberto Certório – em 16 de dezembro de 2019, Macaé- RJ).

Do momento em diante que a prisão foi efetuada e a notícia tornada pública, considerando as circunstâncias e as dúvidas em relação ao paradeiro dos ferroviários presos, é possível imaginar o desespero sobre as famílias envolvidas, as considerações favoráveis às prisões, e notadamente, a solidariedade dos que consideraram a prisão um absurdo, prestada por vizinhos e familiares às famílias diretamente envolvidas na situação.

Em seu testemunho para a Comissão da Verdade de Macaé<sup>202</sup>, Márcia contou que, na ocasião, a casa de sua família, em Trajano de Moraes, ficou muito cheia de gente em solidariedade à sua mãe, Helena Camargo Certório<sup>203</sup>, que se via naquelas condições em extensão aos seus 10 filhos. Envolvida no desespero de, tal como Dona Carmem, não saber nem para onde o marido tinha sido levado, de imediato.

Márcia recordou que, de acordo com as histórias que passaram dos seus irmãos mais velhos aos mais novos, sua mãe não precisou de ajuda financeira porque o pai tinha uma reserva satisfatória de dinheiro que era um resguardo para qualquer situação de eventualidade, jamais imaginada como a prisão dele próprio. No entanto, o apoio moral e emocional de parte da família que residia em Trajano de Moraes, principalmente do seu tio José Lopes, foram fundamentais para a estruturação da resistência familiar. Assim como, para o processo de intervenção política e legal, no sentido de encontrar o pai preso e desaparecido, e tratar da sua soltura.

Recordou que o pai sempre fora muito dedicado à família. E que a mãe sempre fora muito zelosa, dedicada também à família e ao próprio marido, *“se ele tinha que pegar o trem pela madrugada, minha mãe acordava de madrugada e fazia a comida dele fresquinha, para ele levar. Era assim a vida deles: de dedicação.”* Com a prisão inesperada do pai, no entanto, era como se tivesse esfacelado um sistema próprio de funcionamento familiar, e todos ficassem, em maior ou menor intensidade um tanto perdidos. Cenário físico e psicológico no qual a solidariedade familiar, ou dos amigos de Trajano de Moraes, passou a ajudar a recompor a firmeza familiar, muito embora a falta traumática de um dos seus membros fundamentais: o pai de família.

As mesmas memórias familiares remontam à casa em Trajano novamente cheia, quando do retorno inesperado do pai após a prisão. Segundo ela, por intervenção política e do advogado macaense, Cláudio Moacyr, *“foram soltos e colocados no ônibus com destino à cidade de Nova Friburgo, onde meu pai foi com o companheiro Luiz Peruzzi até a casa da*

---

<sup>202</sup> Testemunho da Sra. Márcia Certório para a Comissão Municipal da Verdade de Macaé – em 24 de setembro de 2014. **Relatório da Comissão Municipal da Verdade de Macaé**. Câmara Municipal de Macaé (RJ): 2016. p.81.

<sup>203</sup> A família Certório estava estabelecida nessa época no Município de Trajano de Moraes, aqui utilizamos a nomenclatura “Penélopes Macaense” em extensão à Dona Helena, considerando a lógica da ferrovia, da prisão, das relações contínuas com Macaé e da própria mudança depois da família para cidade.

*irmã, minha tia Darcília Sartori Tozzato. Lá tomaram banho, alimentaram-se e comroupa dos meus primos chegaram a Trajano de Moraes.”<sup>204</sup>*

Márcia admite que o assunto virou uma espécie de tabu em sua casa, o que poderíamos chamar de memórias incômodas, dolorosas, sobre as quais seus pais resolveram, no seu entendimento particular, colocar uma espécie de véu. De onde se conclui ainda que, mediante a transparência do véu, essas memórias ficaram quase totalmente encobertas, porém, nunca tendo deixado de estarem presentes nas posturas de vida de sua mãe e de seu pai, para sempre.

Do encontro com Dona Maria José Martins sobrevieram memórias e emoções do início da ditadura em Macaé e dos anos que se seguiram, implicando em grandes mudanças na vida de toda família. Ainda muito jovem à época, com apenas vinte e três anos de idade e apenas o primeiro filho, ela recordou da atmosfera de medo que se impôs na cidade, e do quanto pessoalmente ela foi impactada com isso.

Naquela época a gente ficava meio apavorada sabendo que podia ser procurada a qualquer hora, e na época, meu marido (Sr. Lauro) se escondeu no sítio, mas não teve como ficar lá. Deve ter ficado agoniado com tudo que estava acontecendo aqui. Então ele veio e se entregou.

Eu passei as dificuldades da atmosfera pesada à nossa volta, do medo que pairava no ar. Quando eu dormia, eu acordava com batidas na porta. Mas batidas fortes, como se fossem assim policiais que não respeitavam mesmo... aí eu pensava: \_Meu Deus, quem está batendo na porta? Eu não abria, mas eu ficava muito apavorada. Pensando que pudessem ter vindo fazer alguma coisa com a gente. A gente ficava com muito medo.

Então foi mais o medo, porque além de ter sido acolhida pela minha família quando o Lauro foi preso, financeiramente nós não sentimos tanto porque eu trabalhava, já era professora no Grupo Escolar 1º de Maio.

(Entrevista com a Sra. Maria José Corrêa Martins, macaense, professora aposentada, esposa do ferroviário Lauro Martins – exclusiva para este trabalho, em 1 de fevereiro de 2020. Macaé -RJ).

O processo de mudanças de casas que começou dentro da própria cidade, a princípio em busca de acolhimento familiar e segurança, complementou-se na necessidade de uma transferência do marido para o Estado da Bahia, quando o processo de desmantelamento de toda estrutura ferroviária em Macaé se iniciou, e houve o fechamento das Oficinas e o encerramento das atividades do SENAI. De modo que as mudanças familiares eram reflexos daquele tempo novo em todos os sentidos: medo vigente, projetos familiares adiados, transição de uma Macaé ferroviária e esperançosa para uma cidade amedrontada. Como se ao

---

<sup>204</sup> Entrevista virtual com o Sra. Márcia Certório - filha de Alberto Certório – em 16 de dezembro de 2019, Macaé- RJ.

perseguir os ferroviários e outros grupos que comungavam da ideia de um país mais justo, desejassem também esterilizar todas as perspectivas e esperanças de mudanças sociais para melhor. De modo que, apesar de conhecer as ideias e a causa de toda luta dos ferroviários, mediante o sofrimento experimentado por ela e por toda família frente àquela situação, Dona Maria José nos contou que, por vezes, chegava a se questionar o porquê de seu marido ter se metido com aquilo tudo. Quando a violência direta ou indireta projetada pelo novo regime abatia-se sobre sua individualidade, e levava ao questionamento das convicções pessoais mais embasadas.

Nós morávamos num apartamento no bairro Miramar, foi o primeiro apartamento que nós compramos depois de casados. Mas dada essa situação dele ter sido preso e eu ter de ficar sozinha, eu fui morar na casa de mamãe. Nessa mesma Rua Teixeira de Gouveia, mas na parte do bairro Cajueiros. Moramos um bom tempo na casa da minha mãe com medo de voltar para o apartamento do Miramar. E acabamos alugando uma casinha do lado da casa dela, e alugamos o apartamento para ajudar a pagar o aluguel. Nessa época ele já tinha sido liberado e já estava comigo. Pelo que eu lembro, ele não chegou a ser levado para fora de Macaé. Quando ele foi preso no Ypiranga, a minha sogra (Edith Azevedo) é que ia lá. Eu nunca fui. Aliás, eu fui uma vez, mas fiquei do lado de fora. Ela ia lá levar comida para ele. Mas eu não fui (pausa na entrevista, chora emocionada). Mas foi horrível aquela época, a gente ficava sempre apavorada, achava que estava sempre sendo perseguida. Muita coisa eu não me lembro, acho que eu apaguei da memória por uma defesa. Eu acho que eu era até um pouco alienada de tudo que estava acontecendo.

(Entrevista com a Sra. Maria José Corrêa Martins, macaense, professora aposentada, esposa do ferroviário Lauro Martins – exclusiva para este trabalho, em 1 de fevereiro de 2020. Macaé -RJ).

Aqui se torna interessante observar a colocação de Dona Maria José em dois sentidos. O primeiro deles trata-se da forma de recepção pessoal de toda a atmosfera de violência do período. O grande medo vigente por várias vezes registrado por ela como incômodo, levando-a, à época, ao questionamento do envolvimento do marido com aquilo tudo. E, por conseguinte, o apagamento de algumas daquelas memórias, como se fosse uma forma de defesa. Ao mesmo tempo em que ela se auto classifica como “*um pouco alienada de tudo*”, mais uma vez trazendo para si a incapacidade de lidar com tantas informações e com tudo que estava acontecendo, mesmo em boa parte as coisas tendo se dando em um nível não acessível ao cidadão comum de maneira geral. Quase tudo era velado, seja no sentido de um golpe de estado, seja no sentido de proteção às próprias famílias. Já que o próprio Sr. Lauro, seu esposo, afirmou na mesma ocasião da entrevista dela que muitas coisas eles ferroviários não levavam para casa. Mantinham em segredo da classe, do sindicato, dos companheiros que faziam parte daquele núcleo mais fechado no sentido de protegerem suas famílias caso alguma coisa de ruim acontecesse, como de fato aconteceu. De onde se conclui que, em

grande parte, em tempos de golpe ou revolução, a alienação, seja de um grupo ou de outro, faz parte do processo em desenvolvimento. Muito embora os resultados desse processo, negativos ou positivos, impactem a todos, sem exceção.

Com o fim do SENAI aqui, meu marido foi transferido para a Bahia. Uma cidade chamada Alagoinhas. Ele primeiro fez um curso, em Arcozelo (Aldeia de Arcozelo – RJ), equiparado a um curso de terceiro grau, uma especialização do ensino industrial. Depois desse curso, ele precisava optar em se transferir para o Sul ou para o Nordeste, e ele preferiu a Bahia. Ele chegou a ir visitar Santa Maria (RS), mas não gostou de lá porque disse que via muito preconceito em todo lugar que ele ia. Então optou pela Bahia. Ele foi primeiro, eu fui bem depois. Foi em 1973, eu já tinha três filhos. A terceira tinha nascido em 1970, uma menina, Cíntia. Uma verdadeira saga daqui até a Bahia. (...)

(Entrevista com a Sra. Maria José Corrêa Martins, macaense, professora aposentada, esposa do ferroviário Lauro Martins – exclusiva para este trabalho, em 1 de fevereiro de 2020. Macaé -RJ).

Perguntada sobre o clima político encontrado em Alagoinhas em 1973, dentro do que foi considerada a época mais agressiva do regime ditatorial com o Presidente Garrastazu Médici, Dona Maria José disse que lá não sentiu o peso da atmosfera de insegurança e medo que experimentavam em Macaé. E que a mudança teve um clima de recomeço.

Eu não me lembro de ter sofrido preconceito aqui em Macaé, talvez eu não tenha percebido. Também não fiquei com vergonha do meu marido ter sido preso, porque a gente sabia que eles estavam presos por defenderem uma causa nobre. Ter ficado sozinha me deixou muito preocupada na época. Tanto quando ele foi preso, quanto quando ele foi primeiro para a Bahia. Lá eu não percebia muito a atmosfera da ditadura. Já aqui em Macaé foi muito forte, tanto que eu tive que sair pra casa da minha mãe.

(Entrevista com a Sra. Maria José Corrêa Martins, macaense, professora aposentada, esposa do ferroviário Lauro Martins – exclusiva para este trabalho, em 1 de fevereiro de 2020. Macaé -RJ).

É preciso considerar que o grande medo ao qual ela se referiu em Macaé se deu imediatamente após o golpe, quando a implantação da ditadura prendeu, torturou e impactou a todos, direta ou indiretamente, numa ação tática de implantação. Passando a seguir a uma postura de vigilância para sua continuidade, sem, no entanto, continuar a agir a partir de violência explícita. Estrategicamente, desmantelou gradativamente os serviços da Rede Ferroviária na cidade, concluindo por encerrar a circulação de trens na década de 1980.

Dona Joselita, já falecida, foi a esposa do ferroviário Waldyr Tavares. Sobre ela, nossa última Penélope Macaense, temos o menor número de informações. Procuramos, no entanto, nos conformar com o pouco no sentido de preservação do Sr. Waldyr, já bastante idoso, ao

invés de retornarmos a ele e forçarmos essas lembranças desconfortáveis para composição desse trabalho. Busca que nos pareceu um capricho acadêmico frente o desconforto e a emoção dos entrevistados.

Como narrado no primeiro capítulo desse trabalho, o seu esposo não foi preso imediatamente após o Golpe ter sido dado. Durante algum tempo o Sr. Waldyr manteve-se escondido, fugindo do destino que, em mais ou menos dias se cumpriria: a prisão, por várias vezes.

Pais de uma menina recém-nascida em março de 1964<sup>205</sup>, o casal viveu entre a perseguição e o enfrentamento protagonizado por Dona Joselita que assumiu a casa desde o momento que o marido precisou se esconder pela primeira vez por ocasião do Golpe, até o tempo no qual ele foi de fato julgado e preso no Rio de Janeiro, no dia 19 de junho de 1967. Na residência da Rua Antero Perlingeiro, nº 03, com o bebê de colo, ainda em abril de 1964 ela recebeu pela primeira vez os policiais em busca de seu marido, ocasião na qual ocorreu o curioso incidente dos livros emparedados; os livros de cunho ideológico que o Sr. Waldyr cimentou dentro da parede, deixando do lado de fora apenas uma coleção de livros de História, para a curiosidade e desconfiança dos policiais que o procuravam, mas que recuaram mediante a postura firme e materna de Dona Joselita. Quando o bebê também se tornava uma espécie de escudo, inversamente construído, pela sua fragilidade.

Considerando, portanto, a lacuna imposta sobre o conhecimento dos fatos, as interações sobrepostas pelo tempo e a própria imaginação do leitor também como componentes finais das memórias, é possível perceber a carga de responsabilidade e afeto atribuída à esposa e mãe dos filhos, num movimento de esforço para tornar inteligível a situação vivenciada. Especialmente quando convocado para o comparecimento à 1ª Auditoria da 1ª Região Militar no Rio de Janeiro, em situação de julgamento naquele mês de junho de 1967. E que ao ser condenado, no verso do próprio telegrama convocatório, o ferroviário Waldyrescreveu o seguinte bilhete para a esposa:

---

<sup>205</sup> Foram pais de 3 filhos ao todo, duas meninas e um menino.

Joselita,

Fomos condenados, não importa firmeza e não lamente o ocorrido, conforte a todos, me substitua junto aos filhos, principalmente a ADELINA.

Beijos

Waldyr

18 Horas – 19- 06 -1967 1ª AUDITORIA DA 1ª R.M. Rio.<sup>206</sup>

As lacunas da memória que aqui se impõem entre os acontecimentos com o ferroviário Waldyr Tavares em extensão à sua família, notadamente, seriam impossíveis de, nas condições atuais de elaboração desse trabalho, serem lembradas completamente. No entanto, nos afigura que, em termos subjetivos, ou mesmo, sentimentais, a tônica estabelecida entre a firmeza e a maternidade parecem ter sido, por ideal e estímulo, os elementos essenciais para a atuação de Dona Joselita em ancoramento à situação familiar, mediante a gravidade dos acontecimentos impactantes sobre mais um lar ferroviário macaense.


Refletindo sobre Macaé e o caso dessas mulheres, diferente do que observou Svetlana Aleksiévitich sobre as mulheres russas participantes da Segunda Guerra Mundial<sup>207</sup>, naturalmente, tomando por identidade a condição feminina, mas, respeitando a grande diferença dos contextos; enquanto a escritora percebeu pelos testemunhos que muitas daquelas mulheres, em situações extremas, precisaram animalizar seus sentimentos para sobreviverem aos horrores da guerra, a condição das mulheres macaenses avançou no sentido da potencialização do lado humano, representado, nesse caso, pelo senso de proteção e defesa da família, sem abrir mão ou questionar a condição de ser mulher. E, embora aparentemente, essa seja uma posição menos heróica e em parte incompreendida pela nossa sociedade patriarcal, simbolicamente, a imensa força dispensada pela resistência dessas mulheres, inclusive em sustentação aos seus maridos ferroviários após o golpe, consolidou-se em amálgama fundamental na conjunção da condição de mulher às lutas democráticas travadas naquele Brasil esperançoso.<sup>208</sup>

<sup>206</sup> Transcrição do bilhete do ferroviário Waldyr Tavares para a esposa, Dona Joselita. **Relatório da Comissão Municipal da Verdade de Macaé**. Câmara Municipal de Macaé (RJ): 2016. p. 76 e 77.

<sup>207</sup> ALEKSIÉVITCH, Svetlana. **A guerra não tem rosto de mulher**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

<sup>208</sup> Aqui faço referência à condição feminina, tanto no sentido de potência quanto de impotência cultural causada por essa condição. Tomei como inspiração o trabalho poético da escritora Angélica Freitas, contido no livro: FREITAS, Angélica. **Um útero é do tamanho de um punho**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

**Figuras 25 e 26** - (frente) Telegrama de intimação a Waldyr Tavares para julgamento militar no Rio de Janeiro, 1967; (verso) Bilhete de Waldyr Tavares informando à esposa da condenação.

UNION TELEGRAMS AND CABLES		TELEGRAM	
NUMERO DE EXPEDICAO	1440	CARIMBO	OFF. SR. Waldyr Tavares Rua Antero Perlinguere 3.
Recebido:	WTT		
De	9:00		
às	horas		
por	575		
<p>PREAMBULO</p> <p>2022. NRI - DPS - 150 - RJNX - CY - 9BDP - 047</p> <p>D. O preâmbulo contém as seguintes indicações de ordem: 2022. NRI - DPS - 150 - RJNX - CY - 9BDP - 047</p>			
<p>Habitue-se a indicar no recibo do seu telegrama a hora em que o receber, com essa providência, auxiliara o departamento na fiscalização da entrega dos telegramas.</p>			
ASSINATURA	<p>NR. 175 25/5/67 de seis campos</p> <p>rec. 1ª Auditoria 1ª RM.</p> <p>dia dezesseis junho PV Vg</p> <p>1300 Horas mg. Acompanhado</p> <p>seu advogado mg. fins</p> <p>Julgamento pt. Penas da lei</p>		
	TEXTO	<p>pt. Abel Azevedo caminha</p> <p>juiz Auditor 1ª Auditoria</p> <p>1ª RM.</p>	
<p> <b>LINHAS DENICOR</b> CORES FIRMES</p> <p>Consideradas as mais bonitas do Brasil</p> <p>RUA VELHO DA SILVA, 30 ☆ TEL. 89 ☆ MACAÊ - EST. DO RIO</p>			



Poselita  
 Fomos condecorados, não im-  
 porta fimega e não lamente o ocorri-  
 do, conforto a todos, me substitua junto  
 aos filhos principalmente a ADELINA.  
 Beijos  
 Waldyr  


---

 18 HORAS - 19-6-64 1ª AUDITORIA DA 1ª R.M.  
 210

## 6. Capítulo V – Lugares e memórias em dias de esquecimentos

E depois das memórias vem o tempo  
 trazer novo sentimento de memórias,  
 até que, fatigado, te recuses  
 e não saiba se a vida é ou foi.  
 (Carlos Drummond de Andrade)<sup>209</sup>

Partindo da tragicidade do golpe registrado a partir da história e das muitas memórias individuais, que compartilhadas se estabelecem em comum, passamos a refletir mais detidamente sobre o cenário da cidade. Os lugares marcados pelas experiências coletivas em processo de desleixo pelo poder público e o conseqüente apagamento dessas memórias sociais.

Em seu *Minima Moralia*, Theodor Adorno (2001) comparou as primeiras manifestações de cunho fascista que marcaram a sua infância como representações de um conquistador distante que enviava os seus primeiros emissários a lhe abrirem o caminho. Embora esses emissários se fizessem representar através de gestos infantis maliciosos dos tempos da escola, ao retomar o fio da memória da própria vida, Adorno recordou em continuidade à juventude que aquelas ações infantis se potencializariam em profundidade e exclusão próprios à identidade mais perversa com a qual o “fascismo-conquistador” se apresentaria pessoalmente mais tarde.

A obra do filósofo alemão se inscreve dentro de uma lógica trajetorial em relação ao nazismo marcada por início, meio e proposta aberta de finalização que só se concretizaria a partir de um diálogo profícuo com a própria cultura. Já que à cultura é reputada a condição de elaboração de toda experiência de um povo, seja essa constituída do que poderia ser considerada uma herança positiva ou herança negativa, como na avaliação da sociedade alemã de sua época, marcada pelas imposições da experiência fascista.

Ao propor o restabelecimento entre passado e presente mediados pela cultura, o filósofo reconhece a plasticidade própria ao campo da memória e as correlações contínuas provenientes de seu manuseio em relação ao tempo presente. Que identificamos como proposta aberta em processo de finalização ou não dentro da gradação de sua obra crítica. Já

<sup>209</sup> Do poema “Versos à boca da noite”. In: ANDRADE, Carlos Drummond. Op. Cit. p. 42.

que para Adorno (1995) a neutralização dos resquícios da Alemanha nazista dependeriam, obrigatoriamente, do reconhecimento das forças sociais que produziram aquela situação de barbárie e, conseqüentemente, da sua elaboração em termos culturais progressistas. Elaborar o passado corresponderia, portanto, ao desencantamento do ocorrido, à identificação imparcial das situações propícias ao surgimento e desenvolvimento daquela ideologia de massa, e a geração de um sentimento de inconformação com o esquecimento passivo ou o que ele chamou de culpa estéril.

Dessa forma, sobressai das reflexões de Adorno uma grande valorização do passado elaborado dentro do campo da memória. Posto que a articulação da memória com o presente corrobora processos de neutralização do passado rememorado ou a alimentação das “sementes sazoadas” desse mesmo passado indesejado, capazes de germinarem a qualquer momento na continuidade dos tempos. Dentro dessa lógica, a crítica às experiências do Estado nazista só encontram sentido à medida que se vinculem à memória daquele período. Razão pela qual o apagamento da memória é entendido muito mais como um ato consciente e intencional do que propriamente uma manifestação do acaso ou da incapacidade de manutenção da consciência. Se há predisposição em esquecer o nazismo ou quaisquer outras ações provenientes de Estados de violência e exceção, há inferências desses Estados em continuidade na sociedade que não deseja lembrá-los.

Lembrar, portanto, no sentido de elaboração do passado respalda-se em consonância com a cultura, posto que a cultura, independente da lembrança compreensiva ou do esquecimento intencional, carrega-se de todas as experiências sociais vivenciadas, que embora possam ser esquecidas, não podem ser profundamente apagadas. E perpetuamente continuarão a existirem de alguma forma registrada.

Ao apostar na educação como um caminho para elaboração do passado, pressupõe-se o estabelecimento de uma relação do sujeito com o conhecimento inscrito na experiência da própria sociedade da qual ele é parte integrante. Essa, ao optar em trabalhar contra o esquecimento, estabelece gradativamente, nos vários níveis educacionais, o estado de autoconsciência como distinção daquilo que não se deseja para o futuro. Condição possível apenas através da conjugação entre memória e educação. Ou seja, essa relação consciencial educativa pressupõe obrigatoriamente o distendimento do presente em relação com o passado e com o futuro, contrapondo-se, portanto, ao tempo rápido e desenraizado do consumo de massa afeito à lógica atemporal burguesa. Já que a rapidez dessa última pressupõe o

desenraizamento, a falta de identidade e a concentração das intenções no tempo curto e estéril do presente, contraditório à noção de memória e de auto reconhecimento dentro da composição própria das trajetórias. Sejam elas nacionais, ou individuais.

Partindo dessas reflexões iniciais sobre a memória no processo de elaboração do passado em Adorno, avançamos às analogias e a algumas reflexões possíveis sobre o nosso caso em particular. Qual seja a Macaé atravessada por todos os efeitos danosos correspondentes ao Golpe civil-militar de 1º de abril de 1964 e as consequências correspondentes ao desdobramento do mesmo em vinte e um anos do regime ditatorial no país.

Se para a realidade de Adorno as posturas dos colegas da infância, as pequenas ações dissonantes da normalidade, até então em curso, puderam ser entendidas mais tarde como prelúdio do conquistador de províncias distantes, no Brasil não podemos dizer que esses “embaixadores da conquista” também não se apresentaram gradativamente ao longo de todo o período da República Populista, entre 1945 e 1964. Dissimulados, porém ativos, essas representações estiveram presentes à espreita da democracia, em infiltração na estrutura governamental, em geração e distribuição de conteúdos que, paulatinamente, foram abalando o Estado Democrático de Direito vigente no país. Em consonância com os interesses do capital internacional associado, numa espécie de diplomacia civil, mas também institucional, o Brasil foi dando assento a essas representações, num misto de ingenuidade e malícia, de auto favorecimento e irresponsabilidade. Numa permissividade arcaica ao estrangeiro e vinculada a uma ordem desgastada e tradicional dentro do que havia de mais velho na trajetória de sua própria história. Nesse sentido, há que se resgatar as reflexões das quais sobressaem o desejo da elite econômica, especialmente, de manutenção das classes dominadas na condição histórica da imobilidade (JESSOB, 2009). Objetivo perseguido a despeito da utilização do próprio poder econômico, bem como, do aparelho ideológico e repressivo. Considerando o desenvolvimento econômico do país e os jogos de forças em questão, podemos imaginar essas construções como gradativas dentro do cenário nacional, e mundial. De onde se estabeleceu o espaço, também gradativo, para as representações da conquista que estaria por vir vitoriosa em 1964.

Dessa nova ordem de imposições, considerando os lugares e a perda da memória política na cidade de Macaé, é possível verificá-los a partir de duas perspectivas distintas, como se fossem movimentos tectônicos convergentes, impondo o desfazimento da realidade

tradicional pelo choque. Ao mesmo tempo, que possibilitando a construção de um novo cenário socioeconômico e político-cultural, no entanto, esvaziado de sentido e identidade profundos, posto sua natureza fluida dentro do arranjo econômico mundial sem enraizamento local.

### 6.1. Primeiro Movimento (ditadura e rodoviarismo)

O primeiro movimento se inscreve em referências macro, nas quais, para todo país, estabeleceu-se a normatização de um “novo progresso” em detrimento das ferrovias. Em entrevista do início dos anos 1990, já citada em parte no terceiro capítulo desse trabalho, Demisthóclides Batista, o Batistinha, fez questão de frisar em suas colocações sobre a memória do transporte público no país e a conseqüente desvalorização da ferrovia, dizendo, que desde a época do Governo Dutra (1946-1951),

os americanos já estavam desalojando os ingleses, ocupando o espaço que era deles aqui. E qual a forma que os americanos começaram a usar? Foram as rodovias. Faziam empréstimos ao governo brasileiro, (...) e para o Brasil comprar toda a linha, desde o petróleo bruto, os caminhões, os tratores (...). Então acabaram com as ferrovias, que foram abandonadas em detrimento das rodovias.”

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves (coord.). **Batistinha, o combatente dos trilhos.** Rio de Janeiro: Arquivo de Memória Operária IFCS/UF RJ & Centro de Memória Ferroviária do Sindicato dos Ferroviários da Central do Brasil, 1994.

De acordo com a percepção de Batistinha e o conhecimento de domínio público da nação brasileira, a mudança do modal de transporte ferroviário para o rodoviário no país passou por um projeto de pressão e escolha política. Que não levou em consideração, ao longo prazo, fatores econômicos favoráveis à ferrovia, a dimensão geográfica do país, muito menos fatores socioculturais fomentados pela ramificação ferroviária em locais que, por desinteresse econômico, as rodovias não chegariam. Causando, em consequência disso, o aprofundamento da decadência econômica e o esvaziamento dessas regiões. Cenário no qual se apresentou o primeiro movimento tectônico convergente, com o vasto apoio dos governos militares, os impactos por ele causados e o silêncio imposto. Já que o grande impulso desse progresso ocorria em plena ditadura, quando os sindicatos, os trabalhadores, os movimentos de esquerda estavam totalmente desconfigurados sob a perseguição do Estado “progressista”.

Em seu trabalho intitulado *Fim de linha – a extinção de ramais da Estrada de Ferro da Leopoldina (1955-1974)*, a historiadora Dilma Andrade de Paula (2000) apontou algumas causas-consequências desse processo, a começar também pela indicação da implantação de uma nova política de transportes definidas pelo Estado brasileiro entre 1955 e 1975, que se inscreveu em acordo com o novo padrão de acumulação capitalista baseado na industrialização e na urbanização em detrimento da economia agrária do café. Que, originalmente, havia sido em grande parte indutora da implantação dos ramais ferroviários no Brasil. Portanto, por trás da ideologia modernizante perseguida pelo país, o Estado era colocado a serviço de poderosas forças em jogo, atuando em favorecimento a interesses privados geradores de desequilíbrios regionais e graves crises sociais internas. É neste último ponto que a autora percebeu em sua pesquisa que, as extinções dos muitos ramais ferroviários no país extrapolaram em muito a questão econômica, para finalmente refletirem em crise na política, na cultura, nas implicações entre os vários sujeitos envolvidos nesse processo, a partir de então, vigente no país.

Se em termos políticos a crise macro do populismo representava o fim do equilíbrio perseguido por este modelo em relação às várias forças e interesses vigentes no cenário nacional, como operários, empresários, fazendeiros, classe média e até o capital internacional; o rodoviarismo representaria perfeitamente esse desequilíbrio pondo em funcionamento o benefício de grupos de interesses e regiões em detrimento de um esforço em prol do equilíbrio nacional como um todo. Embora o papel do Estado não deixasse de se avolumar na consecução do novo modelo político em estruturação, ele já não compartilhava sua presença de forma equilibrada, mas, totalmente tendenciosa.

A lógica de um país moderno se estabeleceu com todas as forças no Brasil dos anos 1950. E o entendimento prático da modernidade não pode ser apartado de um longo processo de mudanças iniciadas com o iluminismo do século XVII, culminante com a dominação da ordem burguesa já no século XX. Houve, portanto, naquela época, uma configuração social e política impregnada de nova concepção de mundo. Balizada pela necessidade de reconfiguração, readequação, remodelação, que são condições concernentes ao novo, metáforas do progresso como solução para a continuidade plena das sociedades. Que, conseqüentemente, predispunham-se ao rompimento com as tradições do passado em busca do sonho inédito vislumbrável apenas do presente em direção ao futuro próximo. Visto que, naquele momento também, não caberiam as projeções em longo prazo. Abrindo, portanto, o

campo das interações sociais marcadas pelo novo, esvaível também com muita facilidade (KOSELLECK, 2016).

Assim, podemos pensar a modernidade como as influências e determinações hegemônicas a partir dos países centrais que fizeram da ordem burguesa a lógica primordial de suas organizações a partir da segunda metade do século XIX ou início do XX. Assumindo o controle mundial das representações de identidade moderna, ultrapassando, para isso, a cartografia das próprias nacionalidades. De modo que as percepções de modernidade nos países periféricos dificilmente pudessem ser construídas a partir de elementos tradicionais nativos e contínuos em suas trajetórias (SEVCENKO, 2003). Já que o epicentro dessa nova lógica além de não estar situada inicialmente nessas periferias, impunha a convergência do sentido modernizante a partir do tropismo centralizador proporcionalizante de bem estar, no entanto, subliminarmente, gerador de dominação.

Ao pensarmos num Brasil moderno automaticamente nos remetemos a um pacote modernizante posto em prática nos anos 1950, no qual se incluiu o próprio governo do Presidente Juscelino Kubitschek (1955-1960), a chegada das montadoras de automóveis estrangeiras e a conseqüente cultura rodoviária. Com a criação do GEIA (Grupo Executivo da Indústria Automobilística), em 1956, além do fortalecimento de uma política favorável às indústrias de automóveis, houve o corporativismo dessa indústria favorável ao gradativo desmonte das ferrovias no país (LIMONCIC, 1997).

Embora esse processo tenha se iniciado no governo JK, foi durante a Ditadura civil-militar que ele ganhou força, caminhando para o *status* de hegemonia. Os países dominantes das indústrias automobilísticas em instalação no Brasil souberam criar o *lobby* necessário à vinculação do seu produto ao consenso de progresso. Enquanto estrategicamente praticavam a política mercadológica de dominação, na qual se alinharam com as multinacionais de petróleo e borracha, bem como com as empreiteiras nacionais, junção-escudo mediante a qual toda concorrência possível deveria ser retirada da competição então estabelecida pelo viés capitalista ínsito no projeto modernizante. Nesse contexto, “*enquanto as chamadas ferrovias estratégicas foram priorizadas para transporte de grãos e minérios, extinguíram mais de 10 mil quilômetros de trilhos de ramais de passageiros no interior*” (PAULA, 2010) a partir da justificativa da modernização econômica, da substituição das ferrovias deficitárias, e da Lei de Segurança Nacional.

Macaé, que sempre ocupara um lugar de destaque dentro da logística ferroviária do Estado do Rio de Janeiro, sofrera um grave impacto com essas novas medidas, já que, somente da Estrada de Ferro Leopoldina, a esse tempo já integrante da Rede Ferroviária Nacional S.A., seriam erradicados 22 ramais considerados deficitários, chegando a um total de 917 km de ferrovias. E embora a promessa do Governo Federal de que as rodovias substituiriam o lugar ocupado anteriormente pelas ferrovias erradicadas, as novas estradas não conseguiram cumprir essa função plenamente. Já que as mesmas funcionaram como grandes artérias, enquanto as linhas férreas até então existentes, para além de artérias, capilarizavam-se às regiões do interior como se desempenhassem um papel de irrigação indispensável dentro de uma grande “corrente sanguínea”. Sem elas, e com um sistema de transportes altamente deficitário, muitas regiões completaram-se em decadência econômica e o consequente êxodo de seus habitantes.

A partir dessa compreensão, devemos incluir a suposta necessidade de um governo de exceção no país como efeito do processo de modernização aderido, que passaria sobre tudo e sobre todos que se lhe opusessem ou divergissem o modo, configurando-se como um gigantesco obstáculo ao avanço dos processos democráticos inclusivos, humanitários e, mesmo de autonomia, nacionais. Mediante os impactos causados pelas representações dessa modernidade periférica, é possível, inclusive, justificar a escrita desse trabalho, assim como, os escombros materiais dos lugares institucionalizados pelo uso/descarte da ditadura. Bem como, os fragmentos contemporâneos das memórias das atrocidades que soterraram em boa parte os futuros projetados pelos indivíduos vencidos da nossa história (HUYSSSEN, 2014, p.91). De modo que as memórias provenientes desse processo em voga são memórias que cobram justiça ao produzirem algum tipo de luz e de conhecimento sobre o lado obscuro do que grande parte da população festejou socialmente como sendo a nossa modernidade.

## **6.2. Segundo movimento (descoberta de petróleo)**

Tomando como exemplo a velha Guerra de Tróia em um de seus inúmeros episódios mitológicos, vamos encontrar a figura mística do sacerdote Laocoonte anunciando aos seus concidadãos troianos a necessidade misteriosa de incendiar o fabuloso presente representado pelo gigantesco cavalo de madeira plantado pelos gregos às portas da cidade.<sup>210</sup>

---

<sup>210</sup> Disponível em: <https://www.epochtimes.com.br/conheca-historia-laocoonte-cavalo-troia/#.WLI1t1XyvIU>. Acesso em 03 de março de 2017.



Acometido repentinamente de estranha cegueira, como se por volúpia do destino seus olhos fossem fechados para a verdade subcutânea do mundo à sua frente, reafirmava-se intimamente no sacerdote, por outros profundos sentidos ocultos e vastas memórias de guerras, que o presente dos gregos conferiria à Tróia imensa maldição. Percepção que necessitava ser divulgada como forma de persuasão, embora o incômodo e o encantamento também sentido por ele frente à grandiosidade do presente.

Eis, então, como punição dos deuses que imperiosamente necessitavam calar as impressões de Laocoonte castigando-o por divulgar o que via para além do que por todos ordenadamente era visto, que surgem serpentes marinhas envolvendo não apenas a figura do sacerdote, mas as de seus filhos também. Embaraçado à fúria dos monstros marinhos, em movimentos de luta e morte constituídos de realidade e mitologia, o fim de Laocoonte se compunha na dualidade de confronto e ordem, memórias e presente, tempos e percepções ímpares, capazes de materializarem-se na acuidade da visão do sacerdote, sem causar o mesmo impacto na compreensão dos cidadãos comuns de seu tempo.

Temos, em questão, dois pontos de vistas de interesses: por um lado, a percepção planificada da sociedade troiana, adequadamente bem intencionada frente a significação social de um belo presente; por outro, a interpretação individual, eivada de entendimentos subjetivos, que se choca com a visão geral da massa por não se adequar ao que era compreendido por todos. E, finalmente como desfecho, o ato de violência impetrado pelos deuses gregos, que por serem de natureza mitológica, combatiam exatamente no mesmo plano imaterial, de percepções e memórias, no qual se estabeleciam as convicções de Laocoonte.

Numa escala extremamente mais forte e concentrada, o segundo “movimento tectônico”, embora travestido aparentemente de sorte, e sem nenhuma chance de ser refutado, estabeleceu-se em Macaé a partir da descoberta das imensas reservas de petróleo na Bacia de Campos, ainda durante a década de 1960.

Diferente de um processo gradativo de construção lenta e compartilhada como o que se deu na formação da cidade ferroviária e a cultura dos seus movimentos operários e sindicalistas, a descoberta de petróleo em Macaé se estabeleceu a partir de uma lógica própria. Cujas regras, língua, conhecimentos e, mesmo as pessoas (externas), não tinham nada a ver com a natureza ou naturalidade da cidade que havia se construído até aquele tempo de sua história. Muito embora, naquela época, a cidade estivesse com sua identidade muito fragilizada, numa espécie de lugar indefinido entre o passado e o futuro. Mediante a ação ditatorial sobre sua categoria ferroviária e outras categorias em transbordamento da primeira.

O Jornal Diário de Notícias, de 22 de agosto de 1967, trouxe uma matéria interessante sobre o processo de mudanças que estava a caminho, naturalmente, sem imaginar as dimensões de todas as transformações que o município sofreria.

### **Técnicos estão analisando petróleo<sup>211</sup>**

por Armando Barreto

Desde o dia 15, técnicos brasileiros e americanos, na maioria, alojaram-se em algumas salas do hotel de Imbetiba, com inúmeros e complicados aparelhos, para pesquisas relacionadas com o petróleo – segundo se comenta. O Assunto merece a atenção das autoridades macaenses, tanto pela importância dos estudos como pela maneira como surgiu. Conforme a reportagem pôde apurar, até o dia 19, o prefeito não havia recebido qualquer visita ou comunicação a respeito. Assim, para informar a opinião pública, que é nosso dever e principal objetivo, tentamos manter contato com os responsáveis, o que não nos foi possível por não se encontrarem no hotel. Mesmo assim, com a ajuda de um funcionário do hotel, que se encontra no momento em pintura (não há hóspedes), conseguimos chegar até às aparelhagens, instaladas em uma sala no último andar, e nos aposentos dos estranhos, onde, graças a papeletas fixadas nas portas, pudemos obter os seguintes nomes: GeafTuck, Hank Davis e Agenor Caetano Jorge. Sabemos que existem mais pessoas, pois os meios que dispõem revelam isso: caminhão, jipe, helicóptero e aparelhos de sondagem instalados no mar. O fato de o grupo pesquisador estar com autorização do govêrno (sic.) federal não o isenta de dar satisfação ao govêrno (sic.) municipal.

(In: Macaé, **Jornal Diário de Notícias**, 22 de agosto de 1967 – Acervo Particular – Armando Barreto)

A investigativa matéria jornalística de Armando Barreto<sup>212</sup> nos leva a refletir sobre interessantes pontos vinculados ao *modus operandi* dos técnicos-pesquisadores da indústria do petróleo presentes na cidade. Naquele momento, apenas uma potencial indústria interessada nas possíveis reservas existentes em Macaé. Importando ressaltar que em 1958 fora realizado o primeiro furo na região, ainda em sua parte terrestre, com o objetivo de prospectar petróleo. A descoberta do poço 1-RJS-9A, já no mar, deu origem ao Campo de Garoupa e apresentou o que viria a ser a região petrolífera mais importante do país que, seguindo padrões internacionais de referenciamento, foi denominada Bacia de Campos.<sup>213</sup>

Retomando a matéria jornalística, ao escrevermos de um tempo futuro em relação aos fatos citados, torna-se impossível não lermos a reportagem criando comparações com a

<sup>211</sup> Trata-se de um recorte do jornal, cujo título da reportagem não está completo, sem que com isso afete o conteúdo, esse sim, completo. Acervo Particular do Sr. Armando Barreto.

<sup>212</sup> Jornalista macaense, acompanhou desde o advento as grandes transformações ocorridas na cidade com a descoberta e exploração do petróleo.

<sup>213</sup> Disponível em: <https://clickmacae.com.br/petroleo-e-gas/especial/359/a-bacia-de-campos/pagina/256/porque-campos>. Acesso em 01 de fevereiro de 2019.

experiência do convívio cotidiano com a cadeia de produção do petróleo, instalada em Macaé ao longo dos anos, desde aquele tempo até os dias atuais. Tornando-nos, assim, parte, com maior ou menor aproximação, da experiência compartilhada da vida no principal centro de produção de óleo e gás do país, que se tornou a Bacia de Campos. O que nos leva a atentar para pelo menos quatro pontos curiosos no texto, quais sejam:

Em primeiro lugar, há destaque para os *inúmeros e complicados aparelhos*, na avaliação do jornalista. O que nos leva a interpretar que, tanto a quantidade como a estranheza dos mesmos impactaram ou, no mínimo, despertaram a curiosidade daqueles que, de alguma forma, tiveram acesso a eles, já que não eram instrumentos pertencentes à realidade da cidade, nem do cotidiano de seus habitantes.

Em segundo lugar, a matéria chama a atenção para a *desatenção das autoridades*, ou mesmo a *falta de informação oficial* a elas, já que os técnicos se instalaram na cidade sem estabelecerem qualquer tipo de diálogo oficial ou extraoficial com as autoridades locais.

Em terceiro lugar, o jornalista usa o curioso adjetivo *estranhos* para caracterizar os técnicos hospedados na cidade. Chamando ainda a nossa atenção que são americanos em sua maioria. De onde logo concluímos que, naturalmente, não faziam parte da dinâmica local macaense. Portanto eram os forasteiros, os outros, ou simplesmente, os estranhos que começariam a chegar.

E, finalmente, em quarto lugar, há um ponto de atenção em relação à autorização do Governo Federal que, embora reflita críticas do jornalista, fez com que fossem dispensadas, na prática, quaisquer satisfações ao Governo Municipal. O que deixa claro que o assunto em questão era superior a uma suposta ética política local, da qual se serviu o jornalista para escrever seu texto. Talvez, ainda nesse ponto, seja importante ressaltar que o fato se deu em plena Ditadura Civil-Militar iniciada em 1964 e finalizada em 1985, quando estava à frente do Governo Federal o então presidente General Artur da Costa e Silva.

Em 1977, a Petrobras iniciou a construção de suas instalações em Macaé utilizando-se de uma área de quase 200 mil metros quadrados entre a Praia de Imbetiba e a Praia Campista. Curiosamente, a base dessa era industrial literalmente se estabeleceu sobre os alicerces das antigas Oficinas Ferroviárias de Imbetiba, que tiveram suas atividades encerradas pelo

Regime Militar.<sup>214</sup> Tal como se o advento do petróleo no município devesse cimentar para baixo, e mesmo suplantar na paisagem as referências àquela cidade de identidade ferroviária, apagada e corrompida em suas lutas mais dignas.

Nesse movimento, o início dos anos 1980 marca um verdadeiro corte na história do Município de Macaé, que cada vez mais experimentaria a centralização de suas atividades no entorno da produção petrolífera e toda a cadeia de serviços necessários a ela. À medida que os *estranhos* iam chegando e se instalando na cidade, com discursos e posturas tecnológicas potencializados pela força do capital, tornava-se difícil o estabelecimento de diálogos profundos e inteligíveis com as autoridades e os próprios munícipes. Fazendo com que a compreensão dos fatos se desse a partir de entendimentos superficiais dentro das necessidades e vislumbres de cada um dos lados para aquela situação, na qual ninguém sabia o potencial exato das reservas da Bacia de Campos e das dimensões das mudanças que continuamente ainda estariam por vir.

**Figura 27** - Instalações das Oficinas Ferroviárias de Imbetiba já em decadência nos anos 1970.



**Fonte:** Acervo particular de Luiz Cláudio Bittencourt. Macaé (RJ). Fotografia: o próprio. Década de 1970.

---

<sup>214</sup> No início dos anos 1950, sob dificuldades, o Governo Brasileiro encampou a empresa, tornando-a Rede Ferroviária Federal, que encerrou suas atividades em 1975 sob os auspícios do Governo Militar.

**Figura 28** - Obras para instalação da Petrobras em meados dos anos 1970, onde se pode ver ao lado os velhos galpões das Oficinas Ferroviárias de Imbetiba



**Fonte:** Acervo particular de José Martins Fagundes Júnior. Macaé (RJ). Fotografia: o próprio. Década de 1970.

O município ferroviário do interior, agora já com uma população no entorno de 75.863 habitantes em 1980, tornou-se também, geograficamente, um verdadeiro centro de convergência a atrair indivíduos e negócios de toda parte, preconizando a representação própria de um Eldorado no qual os sonhos e as definições de sucesso para uma vida futura passavam a fazer total sentido em meio a saberes técnicos e muitas aventuras.

A esse respeito, anotou Armando Borges (2000) em seu singelo *História da Economia de Macaé*, que:

A Petrobras ofereceu inúmeros empregos em diversas áreas do seu complexo, os quais, em sua maioria, foram preenchidos por imigrantes, por falta de mão-de-obra qualificada local. Contudo, houve rápido aceleração da economia do município, causando euforia no empresariado com a elevação do consumo a qualquer preço. Consequentemente, surgiram problemas habitacionais, com brusca elevação dos valores dos aluguéis.

O comércio teve uma expansão nunca experimentada. Residências, portões de garagens e outras dependências, foram transformadas em pontos comerciais, além de edifícios construídos para escritórios e residências. (...)

A cidade se ressentia do grande movimento de veículos pesados transitando pelo centro. Carretas imensas transportando tubos de um lado para o outro, afundavam as ruas e avenidas, com real prejuízo para o município, sem que houvesse ressarcimentos. Os prefeitos da região, e principalmente o prefeito de Macaé, preconizavam indenizações, porém, não encontravam amparo legal nas leis em vigor (p. 108-9).

Com a grande afluência de pessoas e novos negócios em torno da Petrobras e da cadeia de produção de petróleo e gás que ia se constituindo, o macaense precisou se adaptar à convivência com novas culturas, novos hábitos e costumes cosmopolitas permeados por seus novos habitantes, ou pela população flutuante que acompanhou as atividades ligadas à produção de petróleo. O uso da língua inglesa foi se tornando comum e mesclando-se com as expressões nativas. Tanto no que concernia às operações petrolíferas, quanto para atendimento das necessidades dos “gringos”, então agregados ao cotidiano da cidade.

Junto com o suposto desenvolvimento vinham também os roubos a residências, os assaltos à luz do dia, e outros eventos da violência urbana. No contexto do final dos anos 1970 e início dos 80, a cidade, impactada, perdia vários de seus espaços culturais. Um curioso acontecimento se deu em 31 de dezembro de 1981 quando o Cine-TeatroTaboada foi fechado para dar lugar a uma grande loja de departamentos chamada Brastel. Embora tenha havido protestos da classe artística e indivíduos mais ligados à arte, “*a sociedade civil assistiu aquilo tudo com olhar irônico, supondo que o fim do cine-teatro era inevitável e fazia parte do progresso que chegava a Macaé*” (LOBO JÚNIOR et al, 1990, p. 54). Como essa, muitas outras mudanças foram se estabelecendo. Embora o cenário da cidade fosse o mesmo, já não se reconhecia a Macaé de antes na experiência cotidiana daqueles novos tempos cheios de novidades sem demarcações de limites. Para muitos olhares era o progresso, para outros, uma espécie de ameaça ofertada como presente de grego.

Assim, a depender do olhar, as situações são vistas como extremamente positivas para uns e negativas para outros. Por isso, o nosso entendimento de crise vivida pela cidade perpassa pelo sentido etimológico da palavra grega *krisis*, que embora oriunda do campo da medicina, do tratamento do paciente medicado aguardando a reação corporal para a vida ou morte, estabelece-se num estado de possibilidades, tanto negativas, quanto positivas (KOOGAN e HOUAISS, 2014, p. 463).

Historicamente, crises sociais se estabelecem em interregnos de tempos cujas principais características não são necessariamente aquilo que se avalia como bom ou ruim, mas, sim, como períodos de graves mudanças. Especialmente no que concerne ao modelo sócio-econômico-cultural vigente, abrindo espaço para novos modelos que se constituirão a partir dos encontros e confrontos entre o original e o novo, possibilitando a geração de outras perspectivas dominantes ou, no mínimo, híbridas.

Retomando o movimento como a expressão mais vigorosa do confronto narrado entre Laocoonte e os monstros marinhos, nos aproximamos gradativamente das reflexões de Aby Warburg<sup>215</sup> sobre memórias e sobrevivências. Considerando para isso, o sentido fundamental extraído de *Mnemosyne* enquanto musa grega capaz de “dar a vida novamente”. Warburg utiliza-se da metáfora de uma verdadeira biblioteca para comparar a mente humana ativa na condição de armazenar. E tal como um espaço para essas grandes coleções, ela acumula uma infinidade de saberes e experiências que podem ser apagados pelo tempo; mas que, mantidos em latência, podem ser reencontrados e trazidos à tona pela inusitada experiência do lembrar (DIDI-HUBERMAN, 2013, p. 43-49).<sup>216</sup>

Assim, lembrar ou esquecer, mediados pelo sentido de dormência ou expostos pelo processo de criação, fazem parte da dinâmica da própria existência do homem, balizado em seu cotidiano pela atividade de sua mente em consonância com os fatos externos, sejam eles inéditos, ou repetitivos.

Imanente ao humano a memória identifica-se com a trajetória de vida do indivíduo que, no entanto, por ignorar regras externas na construção desse processo corrobora o sentido de indefinição própria de sua natureza, reconfigurando-se a cada estímulo, seja ele socialmente plausível ou não. Ou seja, *Mnemosyne* fluida e espiritual sopra indisciplinada onde quer. Não há barreiras ou critérios dados para sua ação. É de sua natureza ser livre. Portanto, numa sociedade ordenada sob temática forçadamente fixa e nova, o sentido *denachleben* acroniza-se, exatamente pela sua falta de continuidade dentro da perspectiva do enquadramento. Como se a cada dia, a perspectiva do progresso novo, dos novos homens, fossem se desfazendo da velha biblioteca memorial, ou relegando-a ao lugar dos detritos, onde se colocam os restos de tudo o que se considera não mais prestar e fazer sentido.

---

<sup>215</sup> Abrahan Moritz Warburg (1866 – 1929), mais conhecido como Aby Warburg, foi um célebre historiador da arte alemão que deu grandes contribuições ao refletir sobre os processos criativos em arte, tomando como elementos fundamentais as memórias e as subjetividades.

<sup>216</sup> Georges Didi-Huberman coloca *Nachleben* no centro de uma leitura de conjunto da obra de Warburg, traduzindo o termo por “sobrevivência”.

Podemos pensar então essa memória que sobrevive com aspectos ambivalentes entre o que se espera socialmente controlar na dinâmica do lembrar e esquecer; e o que de fato se produz através desses registros de trajetórias quando inseridos na dinâmica do jogo. De modo que ordenação e caoticidade caminham lado a lado quando se trata da memória ao longo dos tempos, especialmente quando se adentra a um tempo demarcado pela fluidez da pós-modernidade (BAUMAN, 1999). No qual se fazem ainda mais necessárias as memórias políticas, atuando de forma intencional sobre a necessidade de se lembrar, projetando ainda o efeito dessas recordações nas ações dos homens que compartilham os espaços urbanos, sob os efeitos do convívio coletivo [*demos*] e do poder [*cracia*] (LIFSCHITZ, 2018).

### **6.3. Cidade, cultura e ambivalências**

A se conjugar os movimentos convergentes que sobrepueram-se a Macaé, seja na dimensão ditatorial, seja na perspectiva da corrida petrolífera, percebe-se um esgarçamento nas relações entre a cidade e as próprias memórias que a compuseram. De modo que, refletindo as disputas de poder implicadas entre sindicalistas e os governos militares, ou, ainda, a instalação da Petrobras e toda a cadeia do petróleo no seu entorno, há uma redundância entre as desconexões provocadas pelo capitalismo mundial, a história e as memórias locais, estabelecendo na prática cotidiana a existência de duas cidades. A primeira, alicerce para a segunda, suplantada, ferroviária, esquecida. Desconhecida! A segunda, petrolífera, expoente, diversificada. Expressão mais impactante da atividade de garimpo, argamassada por muitos sonhos e por inúmeras desilusões.

Seria então um erro imaginar que uma cidade pujante como a que se formou pudesse não deter memórias. Mesmo porque, se há esquecimento ou desconhecimento, conclui-se que há um passado pré-existente, sobreposto e relegado pela força ativa do presente. Quando na cidade do petróleo a profusão de memórias produzidas pela diversidade tão expressiva de sua nova gente, tornou impossível, pelo menos ao longo das primeiras duas ou três décadas de exploração de óleo, se entender ou pelo menos classificar a partir do olhar convencional, a quais identidades essa nova cidade estava vinculada. Muito embora, petróleo e multiplicidade sejam, certamente, pontos iniciais dessa tentativa.

É importante esclarecer que o nosso objetivo nesse ponto não é traçar uma radiografia da sociedade que se estabeleceu em Macaé em torno da economia do petróleo. Mas, sim, chamar atenção para a convergência do petróleo e dos efeitos oriundos da política do Governo



Federal em torno da desativação de ramais ferroviários e desmonte da estrutura sindical no país, afetando diretamente a Moscouzinho Brasileira. Os impactos gerados por essas medidas, de qualquer forma, desestruturariam profundamente o município, não apenas em termos econômicos, mas, especialmente, na fragilização de sua identidade legítima como cidade. Como aconteceu com vários municípios marcados pela passagem da ferrovia ou possuidores de alguma estrutura logística de apoio a ela no tempo de seu ocaso. No entanto, somada a essa situação de crise, a descoberta das reservas de petróleo e a escolha do município para sediar a principal base da Petrobras no Norte Fluminense, impactaram ainda mais as identidades locais que já estavam em processo de decadência. De modo que o resultado mais efetivo foi o apagamento de sua memória social, capaz, entre outros elementos, de fomentar identidade e a relação coletiva de pertencimento.

A nova era que se abriu para Macaé baseada em valores transnacionais globalizados, exerceu uma espécie de tropismo hegemônico sobre cidadãos, instituições e trabalhadores. Como se fosse possível estabelecer o recomeço, de um novo tempo, sem tomar como referência as trajetórias sociais locais que se constituíram anteriormente. Portanto, embora para muitos a história da cidade tenha se iniciado na década de 1970 com a cultura do petróleo, a cidade completa, com sua trajetória no todo, pode ser comparada à metáfora de uma velha senhora. Generosa em suas ações, de "filhos legítimos e agregados" que, no entanto, respeita e sofre, silenciosamente, a divergência entre suas próprias gerações. Como se os discursos dos mais velhos não pudessem ser entendidos pelos mais novos, ou que houvesse pouquíssimo interesse entre eles; ao ponto que o discurso dos mais novos, volátil, se estabelecesse após um recomeço tático, propício à perda da memória e ao esvaziamento da cidadania coletiva. Dentro de uma lógica comum, culturalmente empobrecida e externamente modelada pelo capitalismo do petróleo. E sem que, de fato, a cidade tenha recomeçado, vivesse eternamente no ínterim do presentismo, reduzido espaço de tempo condenatório, próprio às sociedades que se descontinuaram. E que submetem ao desleixo a própria ascendência, e tudo aquilo que se remete ao passado, como memórias e histórias "familiares".

Nesse contexto de sobreposições entre a sociedade recomeçada e a sociedade pertencente à Macaé ferroviária, os processos de descontinuidade se manifestam de diversas formas sobre o mesmo cenário modificado.<sup>217</sup> Das quais queremos chamar atenção, especialmente, para o apagamento da memória social e a falta de preservação do patrimônio

---

<sup>217</sup> É importante considerar que a lógica mundial da cadeia de petróleo, naturalmente, se sobrepõe e ignora processos sócio-culturais de ordem local. O volume do capital e interesses envolvidos não se submetem a valores locais, considerados menores. A sociedade vive uma espécie de febre que a coopta e a transforma.

cultural correspondente, carregados de sentidos inteligíveis inscritos e decodificados apenas pelo conhecimento da trajetória da urbana. Quando entendemos por preservação os processos continuados estabelecidos na dinâmica entre o presente e o passado, configurando-se, na prática, em ações de reconhecimento de valor social e histórico, de conservação, de restauro e outras reabilitações cabíveis aos dias atuais. Possibilitando a fruição social enquanto processo pedagógico favorável à autorreflexão e ao aprendizado. Levando, ainda, em consideração que o habitante da cidade, seja em qual tempo for se torna o principal sujeito em relação dialética com a cultura local, os bens culturais tanto se inscrevem enquanto possibilidade do diálogo já construído, quanto ao diálogo fomentado e em processo de construção.<sup>218</sup>

Porém, a própria dimensão consumível do bem ou patrimônio cultural é consolidada a partir de tensões políticas, inscritas na dinâmica social. Talvez aqui, possamos mediar nossa reflexão sobre bens culturais e patrimônio referindo-nos à descontínua Macaé ferroviária a partir de alguma proposição de Richard Sennett (2003). Já que para esse sociólogo a geografia das cidades ocidentais põem em evidência os corpos humanos, mas, também, esses corpos transferem seus valores para as cidades. Ainda que, contraditoriamente, nas cidades construídas pela imposição do poder sobre corpos macerados, persista, com certa naturalidade, a exclusão da cultura no ambiente cotidiano. O que na prática faz com que se estabeleçam políticas culturais em detrimento do dia a dia, reservado e referente ao tempo da produção, à ocupação pelo trabalho. De modo que, na elaboração das cidades, esses espaços sejam proporcionalmente distintos: muito trabalho/pouca cultura; espaço de trabalho *versus* espaço de cultura.

Também no transbordamento dessa lógica, original e tradicionalmente descontínua na cidade, se torna difícil consagrar espaços (ao público) que favoreçam à memória, à cultura e se classifiquem como zeladores de bens ou se referenciem como patrimônio a partir de relações do trabalho. Não há o costume, e tampouco o interesse, de se criar tais referências numa sociedade onde, desde os processos de escravização e exaustão dos corpos, a busca por melhores condições de vida e o valor à liberdade são classificados como ladinagem, confusão ou qualquer coisa fora da ordem. Mas que ordem?

Embora as estratificações sociais presentes também no modo de entendimento das pessoas, e que precisa ser considerado, numa sociedade em que civis coadunados com militares apoiaram as imposições de torturas sobre os corpos dos trabalhadores, dos

---

<sup>218</sup> BEZERRA DE MENESES, Ulpiano Toledo. A cidade como bem cultural. Áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance na preservação do patrimônio ambiental urbano. Disponível em: <https://patrimonioconservacao.files.wordpress.com/2017/11/a-cidade-como-bem-cultural-ulpianotoledobezerra.pdf>. Acesso em 18 de dezembro de 2019.

estudantes e de “outros” seres humanos; que através de violência extinguiram vidas, desapareceram com corpos, e perseguiram famílias inteiras em busca da docilidade desses mesmos corpos, é mister que nessa sociedade se deseje e se reinvente a utilidade do esquecimento ao invés da abertura de espaços para o diálogo com o passado, nos quais se insiram a criação e a conservação de espaços que celebrem amemória e a história dessa sociedade injusta que precisa se assumir, ou apenas não ser esquecida.

Portanto, é no que permanece da tradição do país e não no que muda que raramente os espaços públicos da cidade referenciarão as atitudes da classe trabalhadora, ou celebrarão a cultura dos que se estabelecem por debaixo. Ou que, em consonância a eles, promova algum tipo de resgate das memórias permitindo que vozes que foram caladas, retomem os espaços públicos de diálogo. Muito embora, o preço da exclusão e do silêncio forçado seja cotizado por toda sociedade contemporânea, direta ou indiretamente.

#### **6.4. Lugares, passado (restos)**

Dos lugares da cidade marcados pelas experiências da primeira fase da ditadura, o Clube Ypiranga sobressai como a principal referência nas memórias daqueles que, de alguma forma, compartilharam sua utilização como prisão temporária do regime instalado. Seja pelo fato de terem estado presos dentro dele, ou por terem participado de tal situação impactante como filhos, parentes ou expectadores municipais do maior atentado público e coletivo contra a liberdade e os direitos humanos na cidade de Macaé naqueles dias.

O dilapidado prédio do Clube, atualmente fechado e sem utilização prática, localiza-se na esquina da Rua Tenente Coronel Amado com a Avenida Presidente Sodré, no centro da cidade. Com uma longa história iniciada na década de 1920, o Clube dos Abaet s que teve projeto arquitet nico de Joaquim Murteira, autor de imponentes edifícios no município, fora mandado construir pela abastada família Paes, e inaugurado em 19 de maio de 1926. Compondo-se, a partir de então, como uma destacada referência na cidade, tanto no quesito das sociabilidades da elite local, quanto da prática esportiva. Já que o mesmo surgiu, primeiramente, como um clube de regatas.<sup>219</sup>

---

<sup>219</sup> Disponível em: <http://www.macaé.rj.gov.br/noticias/leitura/noticia/prefeito-investe-no-resgate-historicocultural-de-macaé>. Acesso em 03 de março de 2020. O Clube, mesmo em condi es razoáveis, chegou a ser utilizado como sede da Coordenadoria Especial Macaé 200 Anos, que preparava os festejos para o

Com a proibição dos jogos de azar pelo Governo Dutra em 1946, os primeiros proprietários venderam o imponente prédio ao empresário macaense Lacerda Agostinho, que apaixonado por futebol e proprietário de seu próprio time, renomeou o clube com o nome de sua equipe de futebol, passando o mesmo a se chamar Ypiranga Futebol Clube, cujas cores da bandeira eram vermelha e preta.

A mudança de nomes, no entanto, não implicou em nenhuma perda social. O Ypiranga continuou sendo referência para o convívio da alta sociedade local, dos disputados concursos de belezas (Miss Macaé), da elegância dos grandes bailes e shows com artistas nacionalmente consagrados. Foi dentro dessa trajetória socialmente seletiva que ele chegou ao ano de 1964, tendo sido oferecido pelo seu então presidente, Sr. Rômulo Lago Leite, para que seu ginásio servisse de prisão temporária da Ditadura civil-militar. Em um significativo exemplo da parceria e contribuição de uma parcela da sociedade civil ao novo regime instalado.

Considerando lugares como o Ypiranga, impregnados de memórias locais, importa destacar que nos referimos por esquecimento ao esvaziamento do sentido histórico ou o apagamento memorialístico referentes a tais lugares, e não propriamente a reutilização dos mesmos para o atendimento de alguma função social ou administrativa. Já que na atividade do reuso não há necessariamente a valorização das memórias ali referendadas, portanto, não os compatibilizam como lugares de memória, de acordo com a acepção de Pierre Nora (1993). Para Nora, dentro de longa discussão reflexiva, caberia ao Poder Público assegurar a manutenção da significância social desses lugares, mediante os processos de intervenção e estratégias de manutenção.

Tomando como exemplo específico a perspectiva de lugares que representam as graves disputas entre o regime democrático e a Ditadura civil-militar, no amplo cenário da história do país, o resguardo da memória no entorno desses lugares deveria ser encarado como um dever da própria sociedade, quando do retorno à Nova República e os anos que lhe seguem em continuidade. Já que o conhecimento dessa memória do passado, como proposto por Adorno, corrobora essencialmente no fomento à educação e à cidadania nacionais. Quando ao tornar-se memória política, favorece a liberdade e a democracia, implicando na cena política dos dias atuais (LIFSCHITZ, 2014).

Dos testemunhos ferroviários de Waldyr Tavares e Lauro Martins para a Comissão da Verdade de Macaé, emergem lugares cheios de referências memorialísticas a se chocarem com os mesmos lugares nesses dias de esquecimentos. Muito embora, tanto em suas memórias, como nas explicações para os esquecimentos, haja o cruzamento com as perspectivas próprias da cidade.

Perguntado pela CVM se ele havia sido preso, o Sr. Waldyr Tavares respondeu:

Uma “porrada” de vezes. Só depois que foi todo mundo preso. Depois do incidente do Clube Ypiranga. Agora na Anistia, vieram visitar o Ypiranga – que eu chamo de *campo de concentração*. Eu não estive preso aí nesse clube, mas eu me proponho a nunca mais entrar nele, a não ser para salvar alguma vida. Aí então, com o pessoal da Anistia, eu disse: “\_Mas o companheiro Amorim vai levar o senhor até lá dentro.” E eles fotografaram tudo lá.

(Testemunho do Sr. Waldyr Tavares para a Comissão Municipal da Verdade de Macaé – em 19 de junho de 2014. **Relatório da Comissão Municipal da Verdade de Macaé**. Câmara Municipal de Macaé (RJ): 2016. p. 74).

O referido incidente citado por Waldyr foi a transformação do clube da elite em prisão temporária do regime militar, experiência compartilhada por uma enorme quantidade de ferroviários, além de intelectuais, funcionários públicos, dentre outros grupos que supostamente representavam alguma conspiração contra os poderes então em voga.

Das memórias do ferroviário Lauro Martins, ao contrário da decadência dos dias atuais, surge o prédio do clube cheio, ativo à serviço no novo regime.

Tinha um ginásio, que está em ruínas agora, pois é um lugar amaldiçoado. Éramos jogados ali ao relento, dormíamos no chão, nas marquises ou nos lugares onde ficavam os assistentes, não comíamos, não deixavam que a gente levasse colchões ou cobertores e passávamos frio, a privada era uma coisa horrível e o banho somente frio, nós que éramos mais jovens corríamos e pulávamos afim de conseguir tomar a ducha gelada, mas companheiros, já idosos, não conseguiam fazer isto e ficavam sem banho. Era horrível, horrível mesmo!

(Testemunho do Sr. Lauro Martins para a Comissão Municipal da Verdade de Macaé – em 27 de fevereiro de 2015. **Relatório da Comissão Municipal da Verdade de Macaé**. Câmara Municipal de Macaé (RJ): 2016. p. 70)

Da subjetividade como componente fundamental das memórias sobressaem duas expressões marcantes em relação ao Clube Ypiranga como prisão temporária da Ditadura civil-militar: a expressão *campo de concentração*, no testemunho de Waldyr Tavares; e a expressão *lugar amaldiçoado*, no testemunho de Lauro Martins.

Essas expressões utilizadas por esses “velhos” ferroviários da Leopoldina para adjetivarem o antigo clube macaense se complementam em termos de sentido. Certamente, independente de profundas avaliações subjetivas, para uma sociedade com o mínimo de noção e respeito aos direitos humanos, um campo de concentração se torna um lugar amaldiçoado pela profusão de sofrimentos ali impetrados a outrem, mortes pré-concebidas, vergonha, medo e insegurança produzidos. Condições capazes de gerarem profundas marcas psicológicas e traumas imensuráveis em suas vítimas, inalcançáveis, substancialmente, mesmo por aqueles que lhes dividem os dias de terror. Já que, nesse caso, retoma-se a força do subjetivo, fazendo com que a dor de cada um não seja exatamente a dor do próximo. De modo, ainda, que campo do trauma como expressão de algum estado de exceção, toda memória do sofrimento alheio, embora possa ser um pouco coletiva, é, antes de mais nada, de cunho individual. Porém, partindo do campo das subjetividades para o campo do Direito, nele sim, todo desrespeito aos direitos humanos deveria ser considerado um problema de ordem coletiva. Já que, expressão política da trajetória de um país, portanto herança direta ou indireta de todos seus filhos, torna-se elemento fundamental à construção de seus cidadãos, no sentido da não repetição do desrespeito a novas vidas. Conforme o *slogam* de favorecimento às memórias da ditadura proposto repetidamente pela CVM onde se lia: *"Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça."*

No entanto, a considerar as conveniências temporais geradas pelo medo da ditadura naquele tempo, a mesma ditadura que transformara o clube social em prisão; e a considerar as insensibilidades geradas pelo distanciamento temporal e a enorme valorização do presente desenraizado dos dias atuais, há uma tendência em diminuir a dor do outro, a reclassificar para menos os traumas alheios, e a investir na continuidade desconexa e ambivalente, dentro da qual não produz nenhum sentido a expressão campo de concentração, muito menos a imaterialidade própria ao estado de maldição. De modo que o prédio do clube em estado de desleixo não encontra nenhuma classificação a não ser a que o diminui materialmente e o esvazia de sentidos na sociedade atual, qual seja a de um prédio velho. E nesses dias petrolíferos e desenraizados, de materialidade trópica, para que serviria uma coisa velha, passada?

A literatura referente a sobreviventes dos campos de concentração traz vastas referências ao peso subjetivo que acompanha os poucos indivíduos que sobreviveram aos extermínios, quando a política desses locais se estabelecia intimamente em consonância com a

morte, e diametralmente à vida.<sup>220</sup> De modo que, no senso comum, há uma conseqüente e maior valorização da morte em referência a campos de concentração ou regimes de exceção, do que, propriamente, a preocupação com a vida que se continuou. Daqueles que sobreviveram. Como se o fato estar vivo bastasse e pronto. Mas, ao contrário do que comumente se acredita no senso comum, estar vivo não necessariamente é uma dádiva, quando manter-se como testemunho de tamanhas injustiças e ter tido a oportunidade de continuar se torna uma condição disparitária em relação àqueles entes próximos que pereceram (LEVI, 1990).

Muito embora o campo de concentração macaense não tenha gerado mortes imediatas \_ ninguém foi torturado a ponto de morrer imediatamente lá dentro\_, muitos trabalhadores que foram presos, ao saírem de lá e voltarem para suas vidas cotidianas não estavam mais plenamente vivos, apenas sobreviveriam por mais algum tempo. Visto que, feridos em seus valores mais íntimos, profundamente envergonhados mediante a sociedade macaense, perdiam totalmente o desejo de viver.

Em incursão ao interior do velho Clube Ypiranga, cumprindo diligência da Comissão da Verdade de Macaé, o ferroviário e então presidente da Comissão, Lauro Martins, apontou e se emocionou profundamente no que ele chamou de “o canto dos velhos”. Um dos cantos da quadra, que segundo ele, os ferroviários mais velhos ficavam concentrados, profundamente abatidos naquela situação de prisão. Esses senhores, considerados os “ferroviários velhos” por Lauro Martins que estava com vinte e cinco anos na ocasião do golpe, ao serem liberados, foram morrendo um a um, segundo as memórias do presidente da Comissão. *“Ficaram em profunda melancolia, e só se ouvia notícia da morte de um e de outro”*. Nos parece, que em termos subjetivos, o clima frio, registrado em testemunhos, que fazia naqueles dias impregnou o íntimo desses velhos senhores, que não mais conseguiram se aquecer, nem achar mais graça na vida. Deixavam-se morrer vencidos pela humilhação, porque ao contrário da reputação imputada a eles pela ditadura, eram apenas homens comuns, pais de famílias, trabalhadores conhecidos de todos naquela pequena Macaé.

Ao que o ferroviário aposentado Venício de Oliveira corroborou o sentimento de indignação ao nos contar em entrevista para este trabalho que, *“uma grande injustiça com muitos que nem tinham nada a ver com sindicato, nem movimento, foram presos. Eu, ou mal*

---

<sup>220</sup> Faço aqui referência especialmente à obra de Primo Levi e Márcio Selligman-Silva, que tratam não apenas da sobrevivência, mas dos traumas subjetivos.

*ou bem, participava junto com os companheiros na luta sindical, apoiando o sindicato."* Destacando a sua colaboração com as atividades sindicais que, de maneira alguma, eles consideravam ilegais. Pleiteavam condições mais justas para a sociedade que vivenciavam, como ele destacou: *"A gente se ocupava no sindicato com essas lutas nossas, lutas democráticas, mas os militares não queriam nem saber se a luta era democrática. Muitos companheiros saíram do Ypiranga e perderam a saúde. Por causa do choque que tomaram em terem sido presos."*

Sobre sua trajetória de trabalhador ferroviário à prisioneiro no Clube Ypiranga, o Sr. Venício contou que:

Me procuraram na minha casa, eu estava trabalhando num terreno que eu tinha perto da Estação. Quando eu cheguei em casa a notícia era que a polícia tinha estado ali atrás de mim. Eu tinha sido denunciado por uma pessoa que nem gosto de pronunciar o nome. Então eu tomei um banho, me aprontei e fui me apresentar. \_O que é que está havendo comigo? Vocês tiveram lá em casa? Depois de uma série de interrogatórios, inclusive me acusando de coisas que eu nunca tinha feito, me deixaram preso. Eu já saí de casa avisando a minha família que não me esperasse de volta, porque muitos companheiros já estavam presos. Nós fomos dedurados, aí vieram fazendo uma limpeza nos ferroviários.

(Entrevista com o Sr. Venício de Oliveira, ferroviário aposentado, macaense, ex-presos político, em 03 de março de 2020. Macaé -RJ).

A postura de Venício, à época com trinta e dois anos de idade, demonstra bem o senso de solidariedade entre os "companheiros" ferroviários, posto que muitos deles já tendo sido presos, não caberia a ele, Venício, não ir tomar contas do que estava acontecendo, porque haviam ido procurá-lo em sua casa, ainda que isso pudesse levá-lo à prisão também, como de fato aconteceu. Numa outra perspectiva, interessa-nos o senso de destemor presente na ação daqueles ferroviários, como no caso de Venício, que ao agir a partir de uma ética vigente, encararia uma nova perspectiva ética (se assim podemos dizer) divergente, da qual foi se descobrindo que podiam esperar tudo. Afinal, estava em vigência um golpe de exceção.

Das percepções divergentes sobre a qualidade do tratamento interno, o Sr. Venício narrou um interessante episódio, que inclusive recupera a natureza do local da prisão na qual eles se encontravam: um ginásio poliesportivo. Segundo ele,

jogaram a gente no Ypiranga e ficamos lá uns quinze dias. Mas o tratamento não foi de todo ruim. Ficamos ali aguardando. A gente fez um time de preso político lá dentro contra os policiais. Veio até um jogador que jogava contra o Botafogo, um ponta direita, bom pra caramba. Mas eu disse assim, é hoje que eu vou me vingar aqui. Aí eu adiantei uma bola e botei na canela dele, o cara saiu na mesma hora mancando. Nunca mais eu vi. Os companheiros ferroviários me falaram que eu era doido. Mas eu nem



sei se foi por maldade, eu sei que eu fiz (risos). Os caras estavam vindo pra cima, dando paulada a beça na gente, no jogo (risos).

(Entrevista com o Sr. Venício de Oliveira, ferroviário aposentado, macaense, ex-presos político, em 03 de março de 2020. Macaé -RJ).

Apesar dessas últimas lembranças terem sido narradas com muitos risos, percebe-se que, tanto na pressão que os policiais colocavam no jogo, quanto na "vingança" executada pelo ferroviário, existia uma forte tensão no ar. Mesmo que o momento fosse de uma partida "amistosa" de futebol. Havia lados bem definidos, prisioneiros versus policiais, e essa condição, tal como as memórias que sucederiam, não poderiam ser esquecidas.

Venício foi um ferroviário-atleta, um bom jogador de futebol entre muitos outros oriundos da ferrovia, como ele próprio ressaltou em sua entrevista. Segundo ele, havia uma tradição futebolística na cidade e os ferroviários eram grandes participantes dos vários clubes que existiam em Macaé, como o Flamengo, o Americano, o Fluminense e o próprio Ypiranga. No entanto, nunca houve o fechamento da categoria ferroviária em apoio a um clube exclusivamente, era uma participação pessoal. Já havia, por parte dos ferroviários, a preocupação em misturar as disputas esportivas com as questões sindicais, que na opinião dele, estavam muito acima dos campeonatos de futebol. *"Os ferroviários aplaudiam seus companheiros que jogavam futebol, que modéstia a parte, tinham muitos craques, mas não era um envolvimento de classe."* Dentre os muitos jogadores ferroviários, o maior craque de todos sobressaiu em sua memória, *Geraldo Cara Suja*, seu compadre.

Ainda sobre futebol e o Clube Ypiranga, numa época de liberdades e tensões sociais dissimuladas, Venício lembrou que:

O time do Ypiranga era um time mais elitista, mas eles precisavam compor com pessoas mais simples, que fossem bons de bola. Eu, como jogador, ajudei a inaugurar o Flamengo de Macaé. O Flamengo tinha as mesmas cores do Clube Ypiranga. Tanto é que tinha uma polêmica que, uma época, que Dr. Djalma, que sempre foi Ypiranga e era presidente da Liga de Esportes, discriminava o Flamengo (risos). Ele era Ypiranga "doente" que tinha as mesmas cores do Flamengo! (risos). Mas o Flamengo era melhor de bola!

(Entrevista com o Sr. Venício de Oliveira, ferroviário aposentado, macaense, ex-presos político, em 03 de março de 2020. Macaé -RJ).

Retornando ao ano de 1964 e as prisões executadas em Macaé, passamos ao testemunho da Sra. Elizabeth Franco de Azevedo, ao tratar da defesa feita pelo seu tio e padrinho, o jovem advogado Cláudio Moacyr de Azevedo. Único profissional a ousar

defender ostensivamente àqueles presos políticos sobrepondo-se ao medo que afastara da situação os advogados “bem estabelecidos” na cidade. Sobressai de seu testemunho, das suas impressões de criança, a imagem externa elaborada sobre os presos, e a imagem desmistificada, por ela mesma, ao entrar no clube pelas mãos do tio.

Ao mesmo tempo que a minha avó queria que o filho (Cláudio Moacyr) defendesse os presos políticos, ela tinha medo de perder esse filho para a ditadura. Quando o exército prendeu e levou todos para o Ypiranga, a única arma que minha avó tinha para tirar o meu tio lá de dentro era me colocar chorando, aos 7 anos, na porta do Ypiranga, e ele vinha me acalmar. E o Exército ali, todo armado. E a minha avó mandava eu continuar chorando. Eu chorava copiosamente. E, às vezes, ele tinha que levar e buscar cartas para as famílias, que era um trabalho muito árduo (Macaé x Rio x Macaé) para descobrir quem estava no Rio e trazer outras para os familiares. E o Exército todo ali, cheio de armas. Até que um dia, o meu tio Cláudio se cansou daquilo tudo e pediu licença ao Exército para que eu pudesse entrar no Ypiranga, e ele me mostrou tudo: as pessoas, o ambiente, e me acalmou dizendo que ali não tinha bandidos. Que todos eram pessoas conhecidas e até amigos do meu pai, “*são nossos amigos*”. E eu vi que a minha avó exagerava e me colocava para chorar. Dali em diante eu ia à porta do clube, mas não conseguia mais chorar.

(Testemunho da Sra. Elizabeth Franco de Azevedo para a Comissão Municipal da Verdade de Macaé – em 12 de agosto de 2014. **Relatório da Comissão Municipal da Verdade de Macaé**. Câmara Municipal de Macaé (RJ): 2016. p. 112).

Se para a menina de sete anos a não existência de bandidos foi um alívio, percebendo que seu tio defendia pessoas próximas à sua família, amigos de seu pai; por outro lado, no contexto da cidade e dimensões subjetivas da moral do interior, de uma honra própria aos respeitáveis pais de família, essa condição de não bandidos, porém presos e humilhados, se tornava uma das mais sutis armas de morte. Apesar de todas as armas materiais do Exército marcadas nas memórias da menina Elizabeth.

Em entrevista com Sérgio de Souza Valente, macaense, filho de ferroviário, e com apenas nove anos na ocasião do golpe militar, sobressaiu a transição da tranquilidade da vida cotidiana para os dias de exceção na cidade, embora como criança ele não pudesse entender muito bem o que estava acontecendo. Mas alguma coisa tinha mudado, quando o pai precisara fugir de casa para não ser preso, e o seu padrinho se encontrava preso junto com tanta gente no Clube Ypiranga.

O nome do meu pai é Washington de Souza Valente, macaense, criado em por uma madrinha, depois que a mãe dele faleceu. Não teve irmãos por aqui.

Ele era caldeireiro na Leopoldina. Ele era sozinho e não tinha mais irmãos. Mas a família da minha mãe tinha outros ferroviários, como o Zé Branco, o João, que chamavam de João Coragem. Tinha o Orlando também. Todos esses parentes da minha mãe eram funcionários da Leopoldina, como o meu pai.

Nós sempre moramos na Avenida Papa João XXIII, e no entorno tinham outros ferroviários. Inclusive o meu padrinho, que era muito amigo do meu pai, era ferroviário também. Acho até que ele era encarregado do meu pai lá na Leopoldina.

(...)

Eu não sei se meu pai era envolvido com sindicato, com partido político. Mas me lembro que meu pai tinha uns livros, e esses livros ficavam escondidos no forro da casa. Tinha um alçapão, tipo um buraco e ele empurrava para cima e abria aquele quadrado, e lá ele escondia alguns livros.

(Em 1964) O meu pai não chegou a ser preso, ele se escondeu, saiu de casa e não sei para onde ele foi. Eu era criança e não sei para onde ele foi, mas muitas pessoas foram presas. Inclusive o meu padrinho “Onec” foi preso também. Mas meu pai não chegou a ser preso. Onec e a Dona Maria, esposa dele, eram meus padrinhos. E ele era o encarregado do meu pai lá na ferrovia. Ele foi preso. Eles iam muito na nossa casa, nós na casa deles. Eram muito amigos. Eles moravam ali no Cajueiros, terceira rua depois da nossa casa no sentido do Cajueiros, na direção do Morro do Carvão.

Quando meu padrinho foi preso, ele foi levado para o Ypiranga. Aí a gente ia lá ver ele. A gente ia pela Rua Direita, o Clube Ypiranga tinha duas entradas. Mas a entrada que eles ficavam era a da quadra, perto do posto de gasolina. Ali era a entrada para a quadra do clube. E eles ficaram presos ali, muita gente ficou preso ali. Eu cheguei a ir lá visitar, minha mãe também foi. Os guardas deixavam a gente entrar. Lá tinham as arquibancadas e o pessoal ficava todo sentado lá, também pelo meio da quadra. Muita gente sentada lá, presa. Era bastante gente. Nós fomos lá visitar ele umas três vezes.

Em volta do Ypiranga, eu me lembro que na primeira entrada, no portão, tinham uns guardas do Exército, com aquelas roupas, capacete na cabeça, com armas, e aí você entrava por um corredor e quando chegava na quadra, tinham mais guardas que ficavam ali vigiando. Fazendo revistas nas pessoas, as mulheres e crianças eles liberavam, mas paravam, faziam perguntas. Pessoas que iam visitar o pessoal lá dentro.

Tinha caminhão do Exército ali fora também, uns dois ou três caminhões do lado de fora.

Eu me lembro que tinha muita gente visitando, mas não entrava todo mundo junto. Eles barravam uns, esperavam sair um pouco para entrarem outros.

Eu era criança, não lembro de tudo muito bem. Como eu era criança, antes desse fato eu não me lembro do Ypiranga. Era longe de casa, a gente não tinha o que fazer lá.

Um dia minha mãe falou que meu padrinho tinha sido solto, que a gente não ia mais visitar ele lá. Foram soltando as pessoas aos poucos. Meu pai voltou para casa, e eu acabei esquecendo desses fatos. Eu não fiquei com o pensamento nisso, eu era muito criança. Mas eu me lembro que na época o Exército queria tomar conta da Leopoldina, por isso a gente achava que eles tinham sido presos. Pegou todo mundo para fazer perguntas, queria saber coisas deles, mas eu era criança e não entendia direito como era a situação.

(Entrevista com o Sr. Sérgio de Souza Valente, macaense, aposentado, filho de ferroviário— exclusiva para este trabalho, em 25 de dezembro de 2019. Macaé -RJ).

Além das referências sobre a cidade ferroviária, e o clube cheio de pessoas presas, interessa-nos chamar a atenção para o antes e o depois. Já que, antes das prisões, o Clube Ypiranga não fazia parte do conhecimento, da realidade vivida pelo menino filho do

ferroviário. No entanto, após aqueles acontecimentos, as imagens do lugar, a quantidade de pessoas presas, a presença do Exército, a referência que o Ypiranga passara a ocupar na cabeça da criança, e das outras crianças, e das pessoas de modo geral, não podia mais ser apagada. Por algum tempo, aquela era uma prisão, embora a compreensão dos motivos fosse superficial para as crianças com idades semelhantes à de Sérgio.

Da entrevista com a Profa. Ivânia Ribeiro, grande conhecedora do universo cultural em torno dos ferroviários agregada à sua militância política e sindical, pois que nascida e crescida no Bairro Miramar, numa casa em frente a antiga Estação de Trens, sobressaíram três importantes lugares que condensam parte dessas memórias ferroviárias macaenses. O primeiro, e talvez um dos mais óbvios em uma cidade ferroviária, destaca-se a própria Estação de Trens, que diferente de muitos outros lugares, não possui um prédio com arquitetura com apelo esteticamente expressivo, e que por outros motivos nunca foi oficializada como um lugar de memória. Muito embora, permaneça existindo “desvirtuada”, como repartição pública da Prefeitura Municipal de Macaé.

Já o segundo lugar rememorado, a Associação dos Aposentados e Pensionistas da RFFSA, ou “Sindicato dos Ferroviários” como é popularmente conhecido, continua ativo na lembrança e na existência. Um lugar de memória reconhecido pela categoria de seus trabalhadores e pelas referências coletivas do cidadão macaense, mesmo no pós-ditadura, por transbordar em sentido ao atendimento à classe ferroviária, como é possível perceber nas lembranças de Ivânia:

Inúmeras tentativas aconteceram, após a ditadura para que a estação de trem se tornasse um lugar de memórias da história da RFFSA e dos trabalhadores dessa área. Por razões burocráticas, políticas e até de logística não foi possível realizar essa tarefa. Nesse sentido, a sede da atual Associação dos Aposentados e Pensionistas da Rede Ferroviária é, de fato, um lugar de memórias da resistência empreendida pela classe trabalhadora em Macaé. Já em 1960, a Câmara Municipal de Macaé considerou o “Sindicato” dos Ferroviários como de utilidade pública, o que significava que o local tinha um caráter comunitário e social. Mais tarde, ali começou a luta pelo SUS (Sistema Único de Saúde), através das conferências municipais de saúde. Ali começou a organização da Associação de Mulheres Macaenses. Ali se reuniam os grupos políticos de esquerda. Ali teve início a organização dos servidores públicos municipais. Ali ocorriam as assembleias dos professores particulares grevistas que fundaram o Sindicato dos Professores. Ali foram colhidos depoimentos para o conteúdo do livro Estação Bendengó. Ali se reúne o movimento dos ex-alunos do SENAI, que produz um boletim mensal, resgatando a memória das antigas lideranças... Enfim, a Associação com toda a sua simplicidade (pois foi construída em mutirão) e mesmo com um número já bem reduzido de ferroviários, ainda concentra lutas trabalhistas da categoria profissional e continua sendo ponto de encontro da família ferroviária. Talvez, a maior marca dessa categoria tenha sido o fato de extrapolar a questão interna profissional e avançar na luta pelo espaço político-institucional, chegando a decidir eleições de nomes progressistas no município e no Estado. As forças reacionárias nunca esconderam a rejeição, o desprezo e até o

preconceito a certos ferroviários. Certa vez, uma alta funcionária da Rede (no período da ditadura) afirmou que não gostava desses “comunistas”, pois eram antissociais. Mas mesmo com todos os embates, não se pode contar a história de Macaé, sem falar nos ferroviários, pois eles influenciaram novas lideranças, inclusive de outras categorias profissionais; e marcaram uma época.

(Entrevista da Profa. Ivânia Ribeiro, macaense, militante sindical, ex-vereadora do Partido dos Trabalhadores e com muitas memórias sobre a Macaé ferroviária – exclusiva para este trabalho, em 27 de dezembro de 2019. Macaé -RJ).

O terceiro lugar recordado, o menos óbvio deles por ser a sede de uma banda de música, foi a Lyra dos Conspiradores. A Lyra, como é conhecida, faz parte da tradição musical da cidade oriunda do século XIX. Dissidência da primeira banda da cidade, a Nova Aurora, sempre mudou para um sentido menos tradicional e, conseqüentemente, mais progressista em termos políticos e ideológicos. Muito embora, sua atividade primeira se inscrevesse dentro de um quadro de tradições, ou seja, as bandas de músicas, hoje em processos de decadências dentro das atuais trajetórias dos municípios brasileiros. Mais do que lugar de referência musical, a Lyra aparece na memória da Profa. Ivânia e das pessoas que a conhecem em Macaé como um lugar abolicionista e de resistências continuadas.

Um lugar que também resguarda grandes referências de luta e que contou com dezenas de ferroviários na presidência da instituição é a Lyra dos Conspiradores. A Lyra é uma banda de música, criada em 25 de dezembro de 1882, não só para ser uma sociedade musical, mas também para combater a escravidão e lutar contra todas as formas de preconceito racial. Situada no Bairro Imbetiba, a Lyra foi local de reuniões, debates, palestras contestava a atuação da Banda Nova Aurora, formada por escravocratas e personalidades antiabolicionistas. Nos desfiles (por ocasião do aniversário da cidade, ou nas apresentações, nas festas do padroeiro do município) a divergência ficava explícita. No século XX, a Lyra dos Conspiradores congregou lideranças intelectuais, sociais, ferroviárias (muitos afrodescendentes) que defendiam uma visão de mundo popular, democrática e progressista. Dos 42 presidentes da sociedade musical, mais de 15 foram ferroviários. A Lyra enfrentou muita resistência e discriminação por parte de uma elite formada por usineiros, fazendeiros, comerciantes... Mas continua sendo um espaço comunitário que preserva muito dessa história de resistência.

(Entrevista da Profa. Ivânia Ribeiro, macaense, militante sindical, ex-vereadora do Partido dos Trabalhadores e com muitas memórias sobre a Macaé ferroviária – exclusiva para este trabalho, em 27 de dezembro de 2019. Macaé -RJ).

Do lugar mais circunscrito em termos de violências do Estado implantado pelo Golpe de 1964, o Clube Ypiranga, aos demais lugares do cotidiano ferroviário na cidade, há um peso em relação ao passado ao reconhecermos, em todos eles, os processos de decadência causados pelo desaparecimento gradativo da categoria dos ferroviários, o envelhecimento de seus líderes em consonância ao desconhecimento das pessoas, o desuso ou o descontexto social no sentido genuíno relacionado às memórias.

Ainda na cidade, sobressaem das memórias perseverantes lugares marcantes como o Coreto da Praça Veríssimo de Melo, onde tantas lideranças sindicalistas proferiram discursos em coletivização de ideologias classistas em consonância aos seus trabalhadores; as muitas ruas dos “bairros ferroviários”, como o Miramar, o Visconde de Araújo, Cajueiros e Imbetiba, que homenageiam esses trabalhadores. Hoje, lugares esvaziados de sentido para cidade mas com amplas histórias em esforços coletivos ao passado de Macaé.

Como referência mais traumática de lugar, retomamos aqui a expressão *lugar amaldiçoado* em consonância às discussões em curso, quando cremos que a maldição esteja presente não apenas nos fatos acontecidos no Clube Ypiranga em 1964, mas especialmente, em continuidade e descontinuidade a eles, quando, nos dias atuais, a força do esquecimento, em expressões políticas no reverso da democracia se impõe sobre esses momentos trágicos de forma consideravelmente mais forte do que qualquer tentativa esporádica de lembrança. Por essa razão, mais do que memória individual, esses testemunhos e lugares se colocam aqui como ações políticas de memórias, em movimento contrário aos apagamentos, sejam esses alimentados por ação política ou pela ação econômica sobre a cidade.

É assim que lembrar, no sentido de reflexão e tomada de consciência, tem o papel fundamental de desencantar qualquer versão que amenize as ocorrências brutais impelidas pelo estado ditatorial a partir de 64, que classifiquem os fatos fora dos limites inaceitáveis da barbárie. É imperioso lembrar que a ação dos trabalhadores nunca foi de violência social, nem de gratuidade de intenções. Combatia-se as desigualdades sociais e buscava-se consolidar os direitos fundamentais e basilares para consolidação de uma sociedade mais justa, dentro da tradição de injustiças normatizadas desde a colonização do Brasil.

Dentro das necessidades mínimas de conhecimento da história completa da nação, é fundamental lembrar as injustiças, refletir sobre os direitos humanos a fim de se produzir algum movimento que impulse os cidadãos a não permanecerem estacionados e ignaramente satisfeitos no esquecimento passivo, ou na culpa estéril.

Ao vincularmos as memórias ferroviárias macaenses a lugares de comprovada importância histórica na trajetória política do município, como o Clube Ypiranga, a Estação Ferroviária, a Associação dos Ferroviários e a Lyra dos Conspiradores, entre outros, devemos refletir sobre as discussões no entorno dos lugares de memórias, como propôs Pierre Nora (1993). Muito embora, no caso em questão, estejamos tratando de lugares históricos, sem a devida importância histórica conferida pelo Estado ou pelos poderes que o representem. O

que não nos impede de considerarmos a fluidez dos lugares que, mesmo materiais, decaem, imolam-se. Quando, então, abrimos um parêntese ao considerarmos a imaterialidade das memórias, *"abertas à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas e vulneráveis a todos os usos e manipulações, suscetíveis de longas latências e de repentinas vitalizações"* (NORA, 1993, p.9).

Assim, pois, para Nora, embora fronteiras bem definidas existam, a elaboração do que ele chamou de lugares de memórias apenas é possível a partir de um jogo contínuo e estratégico entre memória e história. Como se no *ludus* ambas se colocassem num contributo amistoso, a dar sentido a essa partida que só se completaria no encontro de uma com a outra. Já que, se o caráter da memória social está no permanente deslocamento e na multiplicidade das vozes de seus variados atores, a contribuição da história passa pelo chancelamento dessas vozes através da atuação oficializante do Estado, no sentido de corroboração de perspectivas sobre o passado e deferência a esses lugares de importância.

Por outro lado, sem a intervenção das ações políticas intencionais de resgate, como partes de um passado recente com forte apelo no embate político atual, esses lugares se configuram na atualidade apenas como restos obsoletos de outras épocas. Figurando como espécies de satélites “soltos” na conformação da sociedade para a qual “progredimos”. Da qual sobressaem duas posturas clássicas sobre o passado, ou os restos do passado, como propomos a seguir.<sup>221</sup>

A primeira, presenteísta, potencializada, conforma-se com o descaso do passado, distanciando-se cada vez mais dele em favor da realidade presente. Nesse caso, favorece-se o sacrifício de tudo o que é velho, não cabendo, portanto, nenhum espaço para os processos de conservação. A noção de desfazer-se em prol de algo mais novo e moderno vai ao encontro de uma frágil ideia de futuro, já que de acordo com uma visão que se faz estanque, o próprio presente é o consumidor dessas coisas restantes do passado.

A segunda, diz respeito a uma postura conservadorista, que dialoga com o olhar ou intenções museológicas clássicas. Organizando-se, por isso mesmo, dentro da lógica protetiva, de guardar para o futuro em vínculo estabelecido com o passado. Prevalecendo nesses casos, o questionamento vigente concomitante ao ato de guardar, sobre a utilidade dessas referências de outro tempo: o que fazer com esses restos? Posto que, desafiadores, como representações sociais de outras épocas passadas, os lugares, os objetos, as histórias e memórias se

---

<sup>221</sup> DEBARY, Octave. Dejetos e memórias: **O que fazer dos restos da história? Da lixeira ao museu.** Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Unirio (Tópicos Especiais). Outubro, 2016.

distanciam da realidade do tempo atual. Impondo ao homem do presente em contato com esses elementos, uma espécie de atraso na sua própria compreensão completa. O que envolve esses elementos numa temporalidade melancólica, uma espécie de nostalgia entre a mensagem que eles permitem transbordar e o vazio daquilo que fica sem ser dito, incompleto, numa espécie de não lugar, ou de vácuo (AGAMBEN, 2008).

**Figura 29** - Ginásio em decadência do Clube Ypiranga, local utilizado como prisão de presos políticos em 1964. Ao fundo, Sr. Lauro Martins (Presidente da Comissão da Verdade de Macaé à época), sob forte emoção, reverencia o “canto dos velhos”.



**Fonte:** Acervo da Comissão Municipal da Verdade de Macaé. Macaé (RJ). Fotografia: Meynardo Rocha de Carvalho, 2014.



Tanto para Nora, quanto para Agamben, embora essas sobras do passado também possam ser entendidas como restos, elas podem assumir a postura de testemunhas de outros tempos, alcançando, em consequência disso, a função de promotoras potenciais, tanto de histórias, quando das memórias das quais se fazem impregnadas.

Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. [...] São os rituais de uma sociedade sem ritual; sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza; fidelidades particulares de uma sociedade que aplaina os particularismos; diferenciações efetivas numa sociedade que nivela por princípio; sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos (NORA, 1993, p 12-13).

A essas histórias e memórias em tensão social, ou melhor, a quais grupos elas se vinculam, têm um papel importante na configuração da definição do próprio sentido do lugar e às suas respectivas memórias. Isso porque, conforme observou Nora, esses lugares se estabelecem a partir de alguma intencionalidade em referência às suas duas manifestações, histórica e memorialística, nenhuma delas espontânea. Assim, aos lugares de memória estabelecidos, por atenção, interesse, ou poder, cabem a função de bloquear a ação do esquecimento, fixando um estado permanente de coisas, e permitindo a interação do espectador do tempo presente o estabelecimento de relações dialógicas com um tempo, agora em parte, passado. Então relativizado pelos meios de acesso produzidos pela sociedade em consonância com o próprio tempo. O que possibilita ainda, a materialização de eventos simbólicos dentro de uma lógica de continuidade, raramente percebida como contínua. Nesse trabalho quase mágico exercido por esses lugares, *“a memória se cristaliza e se refugia”* (NORA, 1993, p.7).

Como as imposições de cada época transbordam das ações humanas para impregnarem-se no seu entorno, subjetiva e coletivamente, esses lugares de memória compõem-se do objeto material concreto ao elemento abstrato, simbólico e também funcional. Transmitindo ritos para a sociedade presente, ou comunicando o horror da barbárie, quando se estabelece como memórias-restos da Ditadura civil-militar brasileira.

A se tomar o caso de Macaé, no qual o fluxo de continuidade com o passado e a tradição fora quebrado tanto pelo Estado ditatorial, quanto pela nova ordem mundializada da economia do petróleo, como refletir sobre os lugares de memória, como se importar com eles, quando a própria cidade se tornou local de transitoriedade, e as memórias coletivas se fazem desconexas e, conseqüentemente, abstratas? Esse questionamento, de certa forma, se preenche de um grande vazio. O vazio gerado pelo fosso entre a Macaé Ferroviária \_ Moscouzinho

Brasileira\_, e o silêncio imperativo imposto pela ditadura militar; a geração de um grande esquecimento forçado, não porque as memórias lá não mais estavam, mas porque morriam abafadas pelo medo de revelá-las. Ou mesmo pelo desinteresse em ouvi-las, quando tornadas opacas no cenário da história nacional, diluídas e anistiadas pelo agente perseguidor vitorioso em 1964. Suplantadas cada vez mais para o passado em decorrência ainda de outros interesses, agora também tão petrolíferos. Quando, a partir de então, esse passado ferroviário, de uma maneira ou outra, antes compartilhado, se tornava cada vez menos comum, e, portanto, mais circunscrito ao pequeno grupo de ex-trabalhadores da ferrovia, cada vez mais velhos, reduzidos, e desconexos em relação ao tempo presente.

Os ferroviários vivos hoje representam menos de dez por cento do total existente na época da ditadura (em torno de 1200 na época, para uma população de 68 846 habitantes em 1975). Alguns guardam profundos traumas decorrentes das prisões e das perseguições. Seus familiares apresentam posicionamentos diversos: uns são revoltados, achando que seus parentes se sacrificaram “por nada”, pois a opressão continua; alguns guardam uma certa indiferença, talvez por autodefesa, para evitar lembranças negativas; outros porém absorveram os valores de seus pais e fazem da luta pela justiça e pela democracia um fator motivacional, em suas vidas.

(Entrevista da Profa. Ivânia Ribeiro, macaense, militante sindical, ex-vereadora do Partido dos Trabalhadores e com muitas memórias sobre a Macaé ferroviária – exclusiva para este trabalho, em 27 de dezembro de 2019. Macaé -RJ).

Tornando-se, em consequência disso, gradativamente mais improvável a categorização dessas trajetórias, lugares, histórias e memórias dentro da concepção de bem comum ou herança coletiva. Portanto, dentro do que poderíamos qualificar, com amplitude e identificação, de patrimônio cultural da sociedade macaense.

A permanência do hiato, no entanto, não implica em um impacto negativo e de desinteresse apenas à categoria dos antigos ferroviários. Embora esses sejam os mais vilipendiados pelo desprezo à memória da classe, da cidade perdida, o substantivo classe traz em si o gérmen do coletivo. De modo que, todo impacto a ele, objetiva e metaforicamente, implica em reverberações muito mais amplas, de efeitos sociais.

Se o desleixo com a história e as memórias locais reproduz-se numa espécie de maldição perpetuada, anestesiante e desidentitária, é preciso lembrar que a cultura que se impõe como alta cultura, vinculada aos grupos dominantes ou aos seus projetos bem sucedidos, bem como as tradições às quais desejam celebrar, são verdadeiros aliados de outras classes, expressões cooptadas pelo capitalismo de alcance mundial, transfigurados em

qualidade de vida, oportunidades e, acima de tudo, de um sentido de progresso inexplicável, mesmo por aqueles que em parte supõem desfrutar-lhe.

É nesse sentido das perdas, que qualquer resgate das trajetórias das lutas de classes, em consonância com o trabalho anônimo de milhares de indivíduos na conquista de direitos e perspectivas de democratização da sociedade brasileira, configura-se como ação conscientizante, posto que em movimento contrário e a fundo do que se deseja passar e “cimentar” para baixo (LÖWY, 2011). Embora a importância silenciosa e sustentadora do que se identifica numa grande construção como alicerce.

Se o esquecimento é agente potencializador do passado oprimido, estabelecendo o ambiente de possível continuidade entre o presente e a barbárie, a memória dos trabalhadores oprimidos pela Ditadura civil-militar reivindica a dignificação dos seus lugares na história. Enquanto processo pedagógico e revolucionário contra o esquecimento, porém, não revolucionário no sentido no senso comum, mas subjetivo e perspicaz.

O direito à memória e à verdade histórica se constituem como caminhos seguros para o autorreconhecimento do indivíduo na trajetória inseparável da do seu país, com algum protagonismo e senso de cidadania, em espelhamento nas posturas individuais, e, obrigatoriamente, nas coletivas, pelo imbricamento social cotidiano ao qual não se pode se furtar.

**Figura 30** – Sede do Ypiranga Futebol Clube - década de 1970.



**Fonte:** Acervo Particular de Luiz Cláudio Bittencourt. Macaé (RJ). Autor: o próprio. Década de 1970.

**Figura 31** – Ypiranga Futebol Clube - Sr. Lauro Martins, Presidente da Comissão da Verdade de Macaé em entrevista paraco canal de TV Globonews. Destaque do muro lateral pixado em protestos contra a Ditadura-2014.



**Fonte:** Acervo da Comissão Municipal da Verdade de Macaé. Macaé (RJ). Fotografia: Meynardo Rocha de Carvalho, 2014.

**Figura 32** – Avenida Rui Barbosa - Centro de Macaé - década de 1970.



**Fonte:** Acervo Particular de Luiz Cláudio Bittencourt. Macaé (RJ). Autor: o próprio. Década de 1970.



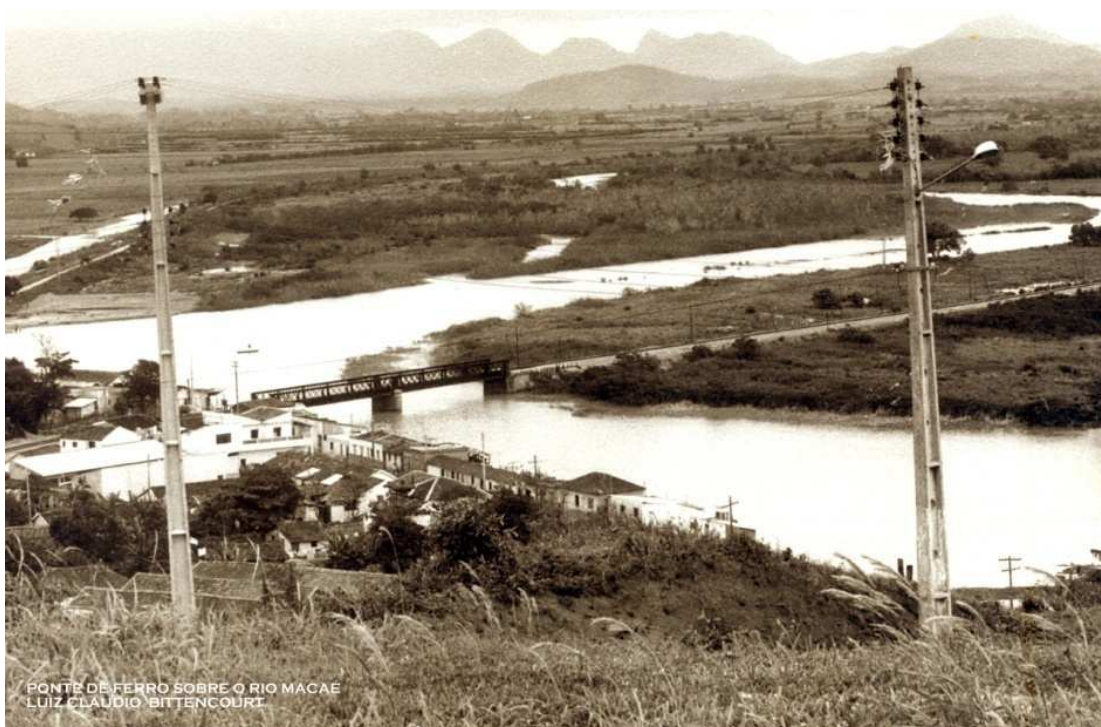
**Figura 33** – Avenida Rui Barbosa - Em destaque, no primeiro plano no lado esquerdo, o prédio (sobrelaja) onde funcionava o Sindicato dos Ferroviários da Leopoldina.



**Fonte:** Cartão Postal "1754 - MACAÉ - RIO DE JANEIRO - BRASIL / Av. Rui Barbosa / Rui Barbosa Avenue". AMBROSIANA Cia. Gráfica e Editorial, São Paulo. Acervo: Collecção D. Rosa Joaquina, Macaé - RJ.



**Figura 34** – Ponte de Ferro sobre o Rio Macaé - década de 1970.



**Fonte:** Acervo Particular de Luiz Cláudio Bittencourt. Macaé (RJ). Autor: o próprio. Década de 1970.

**Figura 35** – Coreto da Praça Veríssimo de Melo - década de 1940.



**Fonte:** Acervo Particular de Luiz Cláudio Bittencourt. Macaé (RJ). Autor: Sem registro. Década de 1940.

**Figura 36** – Delegacia de Polícia Municipal - década de 1970.



**Fonte:** Acervo Particular de Luiz Cláudio Bittencourt. Macaé (RJ). Autor: o próprio. Década de 1970.



**Figura 37** – Forte Marechal Hermes.



**Fonte:** Acervo Particular de Meynardo Rocha de Carvalho. Macaé (RJ). Autor: o próprio. 2020.



**Figura 38** – Estação Ferroviária de Macaé - década de 1970 - década de 1970.



**Fonte:** Acervo Particular de Luiz Cláudio Bittencourt. Macaé (RJ). Autor: o próprio. Década de 1970.

**Figura 39** – Vagões sucateados ao lado da antiga Estação Ferroviária.



**Fonte:** Acervo Particular de Meynardo Rocha de Carvalho. Macaé (RJ). Autor: o próprio. 2017.

**Figura 40** – Placa identificatória do popular "Sindicato dos Ferroviários".



**Fonte:** Acervo Particular da Comissão Municipal da Verdade de Macaé. Macaé (RJ). Autor: Meynardo Rocha de Carvalho. 2014.

**Figura 41** – Galeria dos Ferroviários Imortais - Associação dos Aposentados, Pensionistas e Ex-ferroviários da RFFSA.



**Fonte:** Acervo Particular da Comissão Municipal da Verdade de Macaé. Macaé (RJ). Autor: Meynardo Rocha de Carvalho. 2014.

## 7. CONCLUSÃO

O presente é tão grande, não nos afastemos.

Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas.

(Carlos Drummond de Andrade)<sup>222</sup>

Procuramos construir este trabalho em continuidade e deferência ao projeto da Comissão Municipal da Verdade de Macaé, interrompido sem prévias explicações em janeiro de 2015, pelo menos seis meses antes do prazo final previsto em seu calendário. Portanto, nesse sentido, utilizamos vários testemunhos colhidos pela equipe de pesquisa da CVM e buscamos analisá-los numa reflexão mais ampla do que poderia ser feita em um Relatório Final. Agregando ainda, a esses testemunhos, outras entrevistas e documentos complementares, capazes de esclarecê-los e redimensioná-los.

Considerando os objetivos da Lei nº 3.982/2013, que criou a Comissão Municipal, que eram os de subsidiar a Comissão Nacional da Verdade na construção de sua própria pesquisa, assim como, esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas por agentes do Estado no âmbito do município de Macaé, entre 1961 e 1985, obrigatoriamente nos referimos a um trabalho a ser construído em perspectiva de diálogo com o passado. Assim, procuramos fazê-lo a partir do contributo amistoso entre os campos da História e da Memória Social, no sentido de logarmos a sua consecução.

Importa, no entanto, dizer, que independente de um caminho único compartilhado, tanto a História, quanto a Memória poderiam perfazê-lo de maneira independente no sentido do resgate do passado local, considerando a carência de reflexões acadêmicas sobre a Macaé ferroviária, assim como de outros períodos de sua longa trajetória como município até os dias atuais.

Refletindo, porém, sobre a opção e a experiência dos caminhos compartilhados, cremos que o trabalho deixe claro o protagonismo da Memória, devido à grande ausência de registros formais, livros e documentos de época sobre o período estudado, em boa parte desaparecidos por aqueles que se sentiram ameaçados pela iminente presença da ditadura, quando não pela ação dos próprios agentes do Estado ditatorial.

---

<sup>222</sup> Do poema “Mãos dadas”. In: ANDRADE, Carlos Drummond. Op. Cit. p. 158.

Se nessas condições, a metodologia da História Oral a coloca no *status* de interseção capaz de fornecer o acesso legítimo ao passado tanto para o campo da História, quanto para o da Memória, os efeitos dessa mediação nesses campos não se consolidam da mesma forma. Posto que, se para a primeira a História Oral é mais uma opção entre as várias formas canônicas através das quais o campo se consolidou, para a segunda, ela é um caminho de referência, posto seu caráter inclusivo fortemente consolidado a partir da segunda metade do século XX. Quando em derivação de graves processos políticos que assolaram aquele século, e a conseqüente geração de milhares de vítimas, ela emergiu em caráter prático associada ao campo da memória, muitas vezes, como única opção existente de registro de experiências e acesso democrático à verdade dos fatos.

Um desses cenários políticos gerador de marcas profundas para a posteridade foi notadamente a Ditadura civil-militar brasileira, estabelecida a partir o Golpe de Estado de 31 de março de 1964. Contexto sobre o qual se referiram tardiamente as Comissões da Verdade criadas no Brasil a partir de 2012 em perspectiva de reparação e reconhecimento dos descaminhos políticos adotados no país, ecoados diretamente durante o longo período de vinte e um anos de sua vigência direta, fora os demais efeitos continuados indiretos.

Assim, empreendemos um trabalho baseado na proposição de resgate e reconstrução de alguma memória política ferroviária, gradativamente consolidada a partir do senso de identidade da categoria e da formação da classe ferroviária macaense. Perspectivas diretamente vinculadas à condição de funcionários das Oficinas Operárias de Imbetiba, mas que transcenderam, ao longo das décadas, o lugar produtivo e circunscrito de operários, para se transformarem em posturas ativas e em transbordamento como cidadãos políticos e politizados. Condição lograda a partir dos confrontos e desafios com o capitalismo internacional representado, primeiramente, pelas posturas dos ingleses proprietários da *The Leopoldina Railway*. Mais tarde, pelo próprio Estado brasileiro ao encampar a Leopoldina e, junto com outras malhas férreas, formar a RFFSA. Num dos momentos mais agudos das lutas ferroviárias, considerando as polarizações entre a direita e a esquerda no país, bem como, as decisões governamentais desfavoráveis ao modal ferroviário, em benefício do modal rodoviário, assumido sob o viés da propaganda estrangeira e do clamor do desenvolvimentismo para o Brasil. O que levaria à agonização da malha férrea nacional durante o período de exceção e a perseguição a inúmeros trabalhadores ferroviários, enquanto classe a ser diluída.

As vozes que ouvimos e as outras que utilizamos indiretamente na construção dessas memórias locais, em cruzamento com o contexto nacional, partiram de diversos pontos da cidade: de dentro da própria oficina, dos bancos da escola ferroviária, do Sindicato da Rua Direita, dos partidos políticos em associação aos ferroviários, dos cidadãos de Macaé, que direta ou indiretamente, viveram a essencialidade da trajetória de uma cidade ferroviária. Demarcada, no âmbito do subjetivo, ao longo dos muitos anos, pelo convívio, pelo amor, pela dor, mas essencialmente, pelos traumas dos idos de 1964, que ainda ressaltam das memórias, não podendo ser esquecidos.

Assim, em primeiro lugar, procuramos registrar essas vozes por elas mesmas. Como marcos do conhecimento de um tempo passado, das experiências de vida, das trajetórias de pessoas e da cidade, como poderia ser feito em qualquer cidade em transição para o tempo presente ou futuro. Por outro lado, procuramos tratá-las com o distintivo de "memórias ferroviárias", identificadas a uma cidade específica, com características e ideologias próprias à categoria dos ferroviários, que lhe marcaram um tempo e construíram história.

Nesse segundo sentido, subliminar e propositalmente, procuramos destacar essas memórias evidenciando-as como *monumentum*. Na acepção original e própria à condição de fazerem recordar um tempo fundamental à consolidação da democracia no país, agregada à questão das conquistas trabalhistas, e do Estado Democrático de Direito. Perdidos, em quase toda sua totalidade, durante os anos ditatoriais, no "pesadelo" da longa noite que durou vinte e um anos. E postergou-se em efeitos nocivos e continuados nas instituições nacionais, como uma espécie de herança maldita, à qual não se pode deslindar, muito menos esquecer.

Nesse segundo sentido, torna-se função inalienável ao monumento a condição de fazer lembrar. Não apenas uma lembrança vazia e plastificada em datas comemorativas da nação, mas um tipo de lembrança ativa, que ilumina a conscientização da população brasileira, instrui sobre o valor da liberdade e das conquistas cidadãs mais dignas. De modo que reelaboradas, essas lembranças monumentais se convertam em processos culturais e educativos, em continuidade às proposições de Adorno, para quem a elaboração do passado só se efetiva a partir dessa integração da memória à cultura. E dessa à conscientização a partir de processos educativos continuados nos quais a negação imposta a quaisquer sombras totalitárias se estabeleçam conscientemente tornando inférteis quaisquer possibilidades de ressurgimentos a partir dessas sementes passado-presentes.



Ainda nesse sentido, alcançamos o terceiro ponto em relação à monumentalidade do resgate dessas memórias. Não apenas pelas memórias em si, mas pela assimilação de seu sentido através da educação, quando o efeito extraído delas se perpetua por gerações, não apenas como memória (dissolúvel), mas como senso consolidado de uma refinada consciência de respeito ao outro, igualdade jurídica, justiça social.

Numa entrevista concedida em 2012, o historiador alemão Andreas Huyssen relembrou uma expressiva frase do escritor austríaco Robert Musil, na qual ele afirmou que *"nada é tão invisível quanto um monumento"*.<sup>223</sup> Considerando, no entanto, o sentido inverso de monumento que esse trabalho credits às memórias ferroviárias, sua visibilidade se estabelece por anseio democrático no tempo presente, no qual a condição de visibilidade se materializa não apenas pelos registros fixos dessas memórias, mas na maleabilidade subjetiva assumida por elas ao contato potencializador com as trajetórias individuais ou coletivas daqueles que a elas tiverem acessos.

Somente assim é possível valorizá-las com responsabilidade histórica, distinguindo-as honestamente como registros de acontecimentos singulares aos quais a sociedade brasileira tem o direito de acesso, na conformação gradativa do movimento em prol da memória, da justiça e da verdade. Já que emergem dos escombros do passado recente com um importante papel a desempenhar, que entre outras referências, pode ser resumido na expressão *"para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça"*.

Retornam, portanto, à tona essas memórias ferroviárias derivadas da memória social, mas no recorte intencional das memórias políticas. Já que o sentido de seu uso não se estabeleceu apenas no intuito de fazer lembrar. Mas ressurgiram instigadas pela condenação internacional da Corte Interamericana de Direitos Humanos ao Estado brasileiro, potencializado-as a questionar a esse mesmo Estado, e a toda população do país, sobre a necessidade da justiça, de forma inovadora, a se inscrever nas perspectivas da Justiça de Transição. Único modelo dialético e pedagógico que, pelo próprio histórico de seu surgimento, talvez seja capaz de atuar para além da materialidade da justiça tradicional, constituindo uma ponte de verdadeiro acesso à intimidade dos indivíduos perseguidos, presos; e, ainda, com as subjetividades marcadas por graves traumas gerados pela violência de Estado, irrecompensáveis a partir da análise e das sentenças tradicionais.

---

<sup>223</sup> Disponível em: <http://redeglobo.globo.com/globouniversidade/noticia/2012/08/andreas-huyssen-discute-relacoes-entre-politicas-da-memoria-e-direitos.html> . Acesso em 28 de abril de 2020.

Assim, cabe às memórias políticas a recuperação de valores políticos e ideológicos na perspectiva dos direitos cidadãos em interpelação ao Estado sobre responsabilidades e reparações. Mas acima de tudo, cabe a essas memórias a oportunidade de fazerem refletir intencionalmente, contrapondo-se ao esquecimento, também intencional, gerador de novos processos políticos descontinuados de memórias recentes, portanto, de rumos hegemonicamente repetíveis e incertos a partir dos espelhamentos negativos do passado no presente.

Finalmente, na perspectiva da contribuição à reflexão libertária e da resistência, mas também da esperança em um país melhor, paradigma das lutas ferroviárias do século XX, disponibilizamos esse trabalho conscientes dos jogos de forças do tempo presente e dos embates próprios ao campo da memória, aqui refletidos e registrados, em parte, em consonância a essas vidas para sempre marcadas.

**Figura 42** – Resistentes linhas férreas.



**Fonte:** Acervo Particular de Meynardo Rocha de Carvalho. Macaé (RJ). Autor: o próprio. 2020.



## 8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Regina, CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e Patrimônio**. Ensaio contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ACANDA, Jorge Luis. **Traducir a Gramsci**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2007.

ADELMAN, Miriam. Visões da Pós-modernidade: discursos e perspectivas teórica. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, p. 184-217.

ADORNO, Theodor W. “O que significa elaborar o passado”. In ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

\_\_\_\_\_. **Minima Moralia: reflexiones desde la vida dañada**. Buenos Aires: Taurus, 2001.

AGAMBEM, Giorgio. **A imagem sobrevivente**. História da arte e tempo dos fantasmas segundo Aby Warburg. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

\_\_\_\_\_. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

\_\_\_\_\_. **O que resta de Auschwitz**. O arquivo e a testemunha. São Paulo: Boitempo, 2008.

AGGIO, Alberto, LAHUERTA, Milton (Orgs.). **Pensar o século XX: problemas políticos e história nacional na América Latina**. São Paulo: Ed. UNESP, 2003.

AGUIRRE, C. Cárcere e sociedade na América Latina, 1800-1940. In: MAIA, Clarissa Nunes, NETO, Flávio de Sá, COSTA, Marcos, BRETAS, Marcos Luiz (orgs.). **História das prisões no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009. Vol. I.

ALEKSIÉVITCH, Svetlana. **A guerra não tem rosto de mulher**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

ALLOA, Emmanuel (org.). **Pensar a imagem**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ALMEIDA, Thomaz José Coelho de (Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas). **Relatório Apresentado á Assembléa Geral Legislativa**. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1877.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado**. Lisboa: Presença, 1970.

ALVES, Paulo César.(org.). **Cultura, múltiplas leituras**. São Paulo: EDUSC, 2010.

ANDRADE, Carlos Drummond. **Antologia Poética**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.

AQUINO, Rubim Santos Leão de. **Um tempo para não esquecer**. 1964-1985. Rio de Janeiro: Achiamé, 2010.

ARAÚJO, Maria Paula. **História e memória: reflexões sobre a literatura testemunhal.** Texto apresentado no Seminário “Judeus e Ditadura Militar” (UFRJ).

ARENDT, Hannah. **Da violência.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: nunca mais.** Petrópolis: Vozes, 1985.

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo.** Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: UNESP, 1996.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

AZEVEDO, Antonio Carlos do Amaral. **Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

AZEVEDO, Débora Bithiah, RABAT, Márcio Nuno. **Parlamento mutilado. Deputados federais cassados pela ditadura de 1964.** Brasília: Câmara dos Deputados, Editora da Câmara, 2012.

BACKSO, Bronislaw. **Enciclopédia 5 - Anthropos - Homem.** Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1985.

BASBAUM, Leoncio. **História Sincera da República.** São Paulo: Editora Alfa Ômega, 1986.

BATALHA, Cláudio M, SILVA, Fernando T. da, FORTES, Alexandre (orgs.). **Cultura de Classe.** Campinas: Unicamp, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1999.

BELIEIRO JÚNIOR, José Carlos Martines, LIVACIC, Gaston Ernesto Passic. Estados autoritários na América Latina: uma revisão crítica ao conceito de Estado Burocrático-Autoritário em Guillermo O’Donnell. **REBELA**, v.7, n.2. mai./ago. 2017. p. 261-287.

BENEDICT, Ruth. **O crisântemo e a espada.** São Paulo: Perspectiva, 1971.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, W. **Magia e técnica e história e cultura.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERGSON, Henri. **A energia espiritual.** São Paulo: WMF/Martins Fontes, 2009.

BETHELL, Leslie, CARVALHO, José Murilo de. O Brasil da Independência a meados do século XIX. In.: BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina. Da Independência à 1870.** Vol.III. São Paulo: EdUSP, 2009.

BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello. **Açúcar e Modernização: O Caso de Vila Franca.** In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.** Brasília/Rio de Janeiro: IHGB, (outubro-dezembro) 1985, n. 349, p. 91-114.

- BLOCH, Marc. **Apologia da História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.
- BONAVIDES, Paulo e AMARAL, Roberto. **Textos políticos da história do Brasil**. Brasília: Editora do Senado Federal, 1996.
- BORDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- BORGES, Armando. **História da Economia de Macaé**. Itaperuna, RJ: Damadá Artes Gráficas, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Histórias e lendas de Macaé**. Itaperuna, RJ: Damadá Artes Gráficas e Editora Ltda., 2005.
- BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**. Lembrança de velhos. São Paulo: Cia das Letras, 1999.
- BRANDÃO, Junito de Souza. **Mitologia Grega**. Vol. III. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Filipe II**. São Paulo: EdUSP, 2016.
- BULFINCH, Thomas. **O livro de ouro da mitologia. História de deuses e heróis**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.
- BURCKHARDT, Jacob. **Reflexões sobre a História**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961.
- BURKE, Peter (org.). **A escrita da história**. Novas perspectivas. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.
- \_\_\_\_\_. **A Escola dos Annales – 1929-1989. A Revolução Francesa da historiografia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Testemunha ocular**. História e Imagem. Bauru/SP: EDUSC, 2004.
- BURKET, Willian. **Mito e mitologia**. Lisboa: Edições 70, 1991.
- BUSTAMANTE, Regina Maria C., MOURA, José F. (orgs.). **Violência na história**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.
- BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- CAMÕES, Luis Vaz. **Os Lusíadas**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- CAMPBELL, Joseph. **Deusas: os mistérios do divino feminino**. São Paulo: Palas Athenas, 2015.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **Estranhas Catedrais. As empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988.** Niterói: Eduff, 2017.

CANCLINI, Nestor García. **Culturas híbridas.** Estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: EdUSP, 2008.

CANO, Wilson. **Reflexões sobre o papel do capital mercantil na questão regional e urbana do Brasil.** Texto para discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n. 177, maio 2010.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Populismo em América Latina: propaganda política y formas de manipulación de massas. In: **História Política del siglo XX.** Quito: Ed. Nacional, 1992.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

\_\_\_\_\_. **Os bestializados: O Rio de Janeiro e a república que não foi.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

\_\_\_\_\_. O historiador e os morcegos. In: **Nossa História**, ano 1, nº 10, agosto de 2004, publicação da Biblioteca Nacional, p. 98.

CARVALHO, Meynardo Rocha de (coord.). **Comércio & Prosperidade: memórias, textos e documentos – Centenário da Associação Comercial e Industrial de Macaé.** Macaé: Grafítusa, 2016.

CASTILLO, R. A imagem de satélite como estatística da paisagem: crítica a uma concepção reducionista da geografia. **Ciência Geográfica**, Bauru VIII, v. 1, n. 21, jan./abr. 2002.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano.** Petrópolis: Vozes, 1998.

CHAGAS, Carlos. **A ditadura militar e os golpes dentro do Golpe (1964-1969).** Rio de Janeiro: Record, 2014.

CHARTIER, Roger. **A história cultural.** Entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 2002.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia.** São Paulo: Editora Ática, 1997.

COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil.** Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Ventos, 1997.

**Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia.** Feitas e ordenadas pelo Ilustríssimo e Reverendíssimo Senhor D. Sebastião Monteiro da Vide, 5º Arcebispo do dito Arcebispado e do Conselho de Sua Majestade: propostas e aceitas em sínodo diocesano que o dito senhor celebrou em 12 de junho d 1707. São Paulo: na Typographia 2 de Dezembro, de Antonio Louzada Antunes. 1853.

CORREA, Hércules. **A classe operária e seu partido.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.

DaMATTA, Roberto. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil.** Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DEBARY, Octave. Dejetos e memórias: **O que fazer dos restos da história? Da lixeira ao museu.** Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Unirio (Tópicos Especiais). Outubro, 2016.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Comando Geral dos Trabalhadores do Brasil - 1961-1964.** Petrópolis: Vozes, 1986.

DEREZENSKY, Ernesto (orgs.). **A violência: sintoma social da época.** Belo Horizonte: Scriptum, 2013.

DIAS, Rose. **Nietzsche, vida como obra de arte.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **A imagem sobrevivente.** História da arte e tempo dos fantasmas segundo Aby Warburg. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

DODEBEI, Vera; FARIAS, Francisco Ramos de; GONDAR, Jô. (Org.) **Por que memória social?** Rio de Janeiro: Híbrida, 2016.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do estado.** Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1982.

\_\_\_\_\_. **O jogo da direita na Nova República.** Petrópolis: Vozes, 1989.

DUTRA, Eloy. **Ibad, Sigla da Corrupção.** Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1963.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano. A essência das religiões.** São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ENGELS, Friedrich. **Do Socialismo Utópico ao Científico.** Rio de Janeiro: Global, 1982.

FALCÃO, Luiz Felipe, SOUZA, Pedro de. (orgs.). **Michel Foucault: perspectivas.** Rio de Janeiro: Achiamé, 2005.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder.** Formação do patronato político brasileiro. Rio de Janeiro: Globo, 1998.

FARIAS, Francisco Ramos de (2008). Pensando a memória social a partir da noção de "a posteriori" de Sigmund Freud. **Morpheus**, 8, 13.

FAUSTO, Boris (org.). **O Brasil Republicano: economia e cultura (1930-1964).** tomo 3, vol.4. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1995.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento.** São Paulo: Global, 2008.

FERRAZ, Cristiano Lima. Marxismo e teoria das classes sociais. **Politeia** - história e sociedade. vol. 9. 2009. Vitória da Conquista, nº1. pp. 271 - 303.

FERREIRA, Jorge. (Org.). **O populismo e sua história: debate e crítica.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_. **Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)**. Rio de Janeiro: Eduff: Mauad, 2002.

\_\_\_\_\_. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_, DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERRY, Luc. **A sabedoria dos mitos gregos**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

FICO, Carlos. **Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar**. São Paulo: Record, 2004.

FONSECA, Eilton. **Estação Bendegó**. Uma trilha das lutas dos ferroviários macaenses. Rio de Janeiro: Achiamé, 1996.

FORTES, Alexandre, LIMA, Henrique Espada, XAVIER, Regina Célia Lima, PETERSEN, Silvia Regina (orgs.). **Cruzando fronteiras - novos olhares sobre a história do trabalho**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

\_\_\_\_\_. “Miríades por toda a eternidade”: a atualidade de E. P. Thompson. **Tempo Social**, 18(1), 2006, p. 197-215.

\_\_\_\_\_. O direito na obra de E. P. Thompson. **História Social**, 2, 1995, p. 89-111.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **Cocanha**. A história de um país imaginário. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREITAS, Angélica. **Um útero é do tamanho de um punho**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

FREITAS, Marcos Cezar de. **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.

FREUD, Sigmund. **A interpretação dos sonhos**. vol. 1. Porto Alegre: L&PM, 2012.

\_\_\_\_\_. Carta 52. In: **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud** (Vol. 1, p. 281-287) Rio de Janeiro: Imago, (1896/1996).

FROSSARD, Larissa, GAVINHO, Vilson (orgs.). **Tonito – Antonio Alvarez Parada: o fio de uma história**. Macaé, RJ: Prefeitura de Macaé, 2007.

FRY, Peter, MACRAE, Edward. **O que é homossexualidade**. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985.

FURTADO, Celso. **O Brasil pós-milagre**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2010.

GARCIA, Cyro. Violência e movimentos sociais: opressão, repressão e resistência. In: BUSTAMANTE, Regina Maria C., MOURA, José F. (orgs.). **Violência na história**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

GINZBURG, Carlo. **Olhos de madeira. Nove reflexões sobre a distância**. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

GOMES, Ângela de Castro (org.). **Olhando para dentro: 1930-1964**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

\_\_\_\_\_. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GOMES, Luiz Flávio; PIOVESAN, Flávia (Orgs.). **O Sistema Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos e o Direito Brasileiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In.: ABREU, Regina, CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e Patrimônio**. Ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2003.

GONDAR, Jô. Cinco proposições sobre memória social - **Morpheus: revista de estudos interdisciplinares em memória social**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, 2016.

\_\_\_\_\_, DODEBEI, Vera (orgs.). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

\_\_\_\_\_, BARRENECHEA, M. A. (Org.). **Memória e espaço: trilhas do contemporâneo**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.

GORDON, Daniel. **Citizens without sovereignty**. Equality and sociability in French thought, 1670-1789. Princeton: Princeton Legacy Library, 1994.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **O Império das Províncias. Rio de Janeiro, 1822-1889**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

\_\_\_\_\_. "A história política no campo da história cultural".in.:**Revista Regional de História - UEPG**, vol. 3, nº1, 1998.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. Vol. I.

GUATARI, Félix, ROLNIK, Suely. **Micropolítica: Cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1999.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HANNAH, Arendt. **Sobre violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

HERMANN, Jennifer. Reformas, Endividamento Externo e o “Milagre Econômico” (1964-1973). In: GIAMBIAGI, Fabio, VILLELA, André, CASTRO, Lavínia Barros, HERMANN, Jennifer. (Orgs). **Economia Brasileira Contemporânea (1945- 2004)**. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

HOBBSBAWM, Eric J. “A formação da cultura da classe operária britânica”. In *Mundos do trabalho. Novos estudos em história operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUYSSSEN, Andreas. **Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas de memória**. Rio de Janeiro: Contraponto/Museu de Arte do Rio, 2014.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano. 2000.

IANNI, Octavio. **O populismo na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

JESSOP, Bob. O Estado, o poder, o socialismo de Poulantzas como um clássico moderno. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, vol. 17, nº 33, p. 133-144, junho/2009.

JOUTARD, Philippe. **História e memória, conflitos e alianças**. Paris: La Découverte, 2013.

KNAUSS, Paulo (coord.). **Macaé: história e memória**. Macaé: Prefeitura Municipal de Macaé, 2001.

\_\_\_\_\_ (Coord.). **Roteiro Documental para a História de Macaé**. Macaé, RJ: Prefeitura Municipal de Macaé; Fundação Macaé de Cultura, 2004.

KOOGAN, Abrahão, HOUAISS, Antonio. **Enciclopédia e Dicionário Ilustrado**. Rio de Janeiro: Seifer, 2000.

KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês**. Rio de Janeiro: EDUERJ/Contraponto, 2016.

KOSSOY, Boris. **Dicionário histórico-fotográfico brasileiro: fotógrafo e ofício da fotografia no Brasil (1833-1910)**. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2002.

KUCINSKI, Bernardo. **K \_ Relato de uma busca**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

LAMEGO, Alberto. **Macaé à luz dos documentos inéditos**. In: **Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro**. Niterói: Estado do Rio de Janeiro, 1948.



LANNA, Ana Lúcia Duarte. Ferrovias no Brasil 1870 – 1920. **Revista história econômica & história de empresas**. Vol. VIII.1 (2005), 7-40 I 7.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. O município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.

LE MOS, Renato. Anistia e crise política no Brasil pós-64. **Topoi**, Rio de Janeiro, pp. 287-313, dezembro 2002.

LENZI, Eduardo Barboza, VICENTINI, Max Rogério. **Vico e a História como ciência** – Acta Scientiarum. Maringá, v. 24, n. 1, p. 201-210, 2002.

LÉRY, Jean de. **História de uma viagem feita à Terra do Brasil, também chamada América**. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2009.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEVI, Primo. **Os afogados e os sobreviventes: Os delitos, os castigos, as penas, as impunidades**. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

\_\_\_\_\_. **É isto um homem?** São Paulo: Rocco, 2013.

LIFSCHITZ, Javier Alejandro. Em torno da memória política - **Morpheus: revista de estudos interdisciplinares em memória social**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, 2016.

\_\_\_\_\_. **La memoria política y sus espectros**. El terrorismo de Estado en América Latina. Editorial Académica Española, 2015.

\_\_\_\_\_. Los espectros de las dictaduras militares en América Latina. **Estudios Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 44, n. 2, p. 340-353, maio-ago. 2018.

\_\_\_\_\_. Os agenciamentos da memória política na América Latina. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 29, nº 85, junho 2014. p. 145-225.

LIMONCIC, Flávio. **A civilização do automóvel: a instalação da indústria automobilística no Brasil e a via brasileira para uma improvável modernidade fordista, 1956-1961**. Dissertação de Mestrado em História. IFCS, UFRJ, Rio de Janeiro. 1997.

LINDEN, Marcel van der. Globalizando a historiografia das classes trabalhadoras e dos movimentos operários: alguns pensamentos preliminares. **Trajetos – Revista de História da UFC**, 1(2), 2002, p. 9-24.

LINZ, Juan, STEPAN, Alfred. **A transição e a consolidação da democracia: a experiência do sul da Europa e da América do Sul**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

LÔBO JÚNIOR, Dácio Tavares (et al). **Macaé – Síntese Geo-Histórica**. Rio de Janeiro: 100 Artes Publicações/Prefeitura Municipal de Macaé, 1990.

LÖWY, Michael. “A contrapelo”. A concepção dialética da cultura nas teses de Walter Benjamin (1940). **Lutas Sociais**, São Paulo, n.25/26, p.20-28, 2º sem. de 2010 e 1º sem. de 2011.

MACEDO, Nylson, SILVA, Leonardo de Vasconcellos. **A Ferrovia Agrícola de Quissaman e suas conexões regionais**. Quissamã/ RJ: Prefeitura Municipal de Quissamã, 2012.

MALERBA, Jurandir. **Lições de História**. O caminho da ciência no longo século XIX. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Edi-PUCRS/Editora FGV, 2010.

\_\_\_\_\_. O que narram os historiadores? Por uma genealogia da questão narrativa em história. **Topoi**. Rio de Janeiro, v. 17. Nº 33, p. 399-418, jul/dez. 2016.

MARTIN, James. **The Poulantzas Reader. Marxism, Law and the State**. London: Verso, 2008.

MARX, Karl. **O dezoito Brumário de Luis Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_, ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

\_\_\_\_\_. **Sagrada Família**. São Paulo: Boitempo, 2003.

MATTOS, Marcelo Badaró. “Os trabalhadores e o golpe de 1964.” in.: **História e luta de classes**. Nº 1, Rio de Janeiro, março de 2005.

\_\_\_\_\_. **Reorganizando em meio ao refluxo: ensaios de intervenção sobre a classe trabalhadora no Brasil atual**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2009.

\_\_\_\_\_. Trabalhadores e sindicatos na conjuntura pré-64: a experiência carioca. **Revista do Núcleo de Estudos de Ideologia e Lutas Sociais (NEILS)**. SP. Nº 06, 1999.

MAXIMIANO, Liz Abad. Considerações sobre o conceito de paisagem. **Revista RA´E GA**, Curitiba, n. 8, p. 83-91, 2004.

MELO, Demian Bezerra de. “Ditadura civil-militar”? controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. **Espaço Plural**. Paraná, nº 27, p. 39-53, 2012.

\_\_\_\_\_, HOEVELER, Rejane Carolina. Muito além da conspiração: uma reavaliação crítica da obra de René Dreifuss. **Tempos Históricos**. Volume 18. 1º Semestre de 2014.

MENDES, Ricardo Antonio Souza. Ditaduras civil-militares no Cone Sul e a Doutrina de Segurança Nacional – algumas considerações sobre a Historiografia. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n. 10, a. 2013. p. 06 – 38.

MERCHI, Patricia Sposito. **Os protagonistas do Araguaia: trajetórias, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha (1972-1974)**. 2012. 401 páginas. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

MIAILLE, Michel. **Introdução Crítica ao Direito**. Lisboa: Estampa, 1989.

MICHAUD, Philippe-Alain. **Aby Warburg e a imagem em movimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

MORAES, Vinicius. **Novos Poemas II**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1959.

MOREL, Edmar. **O golpe começou em Washington**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

MOTTA, Lia. Patrimônio urbano e memória social – práticas discursivas e seletivas de preservação cultural, 1975 a 1990. **Dissertação** (Mestrado em Memória Social e Documento) – UNIRIO, Rio de Janeiro, 2000.

NASCIMENTO, Flavia Brito do; SCIFONI, Simone. Preservación del patrimonio cultural y participación social: las experiencias en Iguape y Registro (San Pablo, Brasil). **Revista America Patrimonio**, Santiago, n. 7, p. 127-137, jul.-dez. 2015

NEVES, Ozias Paese, LIEBEL, Vinicius. Os Regimes Militares no Brasil e na América do Sul - Historiografia e Perspectivas. In: **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, Nº. 18, p. 56-86, jan./jul. 2015.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **A genealogia da moral**. São Paulo: Centauro Editora, 2002.

\_\_\_\_\_. **O nascimento da tragédia ou helenismo e pessimismo**. São Paulo: Cia. das Letras, 1972.

\_\_\_\_\_. **Segunda consideração intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

NOGUEIRA, Fernanda Sarkis Torre Lima Franchi. **As marcas da tortura sou eu – Análise das fontes de informação na cobertura jornalística da Comissão Nacional da Verdade pela Folha de São Paulo**. 2019. 258 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Ciências da Comunicação). Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal, 2019.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo: PUC, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

O'DONNELL, Guillermo. **Análise do autoritarismo burocrático**. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

\_\_\_\_\_. **Reflexão sobre os estados burocráticos-autoritários**. São Paulo: Ed. Vértice, 1987.

OAKESHOTT, Michael. **Sobre a história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Toopbooks, 2003.

OLIVEIRA, Helianna Barcellos de. **Mascate de sonhos, memórias de uma quissamaense**. Quissamã: Espaço Cultural José Carlos de Barcellos, 2011.

OSCAR, João. **Escravidão e Engenhos: Campos, São João da Barra, Macaé, São Fidélis**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1985.

PAES, Maria Helena Simões. **Em nome da Segurança Nacional: do golpe de 64 ao início da abertura**. São Paulo: Atual, 1995.

PARADA, Antonio Alvarez. **Histórias Curtas e Antigas de Macaé**. Rio de Janeiro: Artes Gráficas, 1995, vol. II.

\_\_\_\_\_. **Histórias Curtas e Antigas de Macaé**. Rio de Janeiro: Artes Gráficas, 1995. vol. I.

\_\_\_\_\_. **Histórias da Velha Macaé**. Macaé/RJ: Edição do Autor, 1980.

\_\_\_\_\_. **O Barão de Monte de Cedro**. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Brasília/Rio de Janeiro: IHGB, (outubro-dezembro) 1982, n. 337, p. 83-103.

PASSERINI, Luisa. **A memória entre política e emoção**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

PAULA, Dilma Andrade de. **Fim de linha**. A extinção de ramais da Estrada de Ferro Leopoldina, 1955-1974. Tese (doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, 2000.

\_\_\_\_\_. Estado, sociedade civil e hegemonia do rodoviarismo no Brasil. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 142-156, jul | dez 2010.

PAYEN, Pascal. A constituição da história como ciência no século XIX e seus modelos antigos: fim de uma ilusão ou futuro de uma herança. **História e Historiografia**. Ouro Preto, nº 6, março 2011, p. 103-122.

PENHA, Ana Lúcia Nunes. **Nas águas do Canal. Política e poder na construção do canal Campos-Macaé – 1835-1875**. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2014.

PEREIRA, Roberto Mendes Ramos. Os desafios da história (política) do tempo presente. **OPIS**, v. 7, nº 9, p. 151-165, jul/dez. 2007.

PINHO, Carlos Eduardo Santos. **Planejamento Estratégico Governamental no Brasil: autoritarismo e democracia (1930 – 2016)**. Curitiba: Appris, 2019.

PIOVESAN, Flávia. Introdução ao Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos: A convenção Americana de Direitos Humanos. In: GOMES, Luiz Flávio; PIOVESAN, Flávia (Orgs.). **O Sistema Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos e o Direito Brasileiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

POLANYI, Karl. **A grande transformação – as origens de nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989, p. 3-15.

PORFÍRIO, Pablo Francisco de Andrade. Escritos políticos de Francisco Julião no processo de redemocratização do Brasil (1981-1985). **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, p. 616-640, jul./dez. 2015.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se: feminismos, escritas de si e invenções da subjetividade**. São Paulo: Unicamp, 2013.

RANCIÈRE, Jacques. **A noite dos proletários. Arquivos do sonho operário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

\_\_\_\_\_. **A partilha do sensível. Estética e política**. São Paulo: Exo experimental/Editora 34, 2005.

\_\_\_\_\_. **O ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

RANKE, Leopold von. Heródoto e Tucídides. **História e Historiografia**. Ouro Preto, nº 6, março de 2011, p. 252-259.

Regina, CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e Patrimônio**. Ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2003.

RÉGIS, Marlon Tadeu Dias. **Generino Teotônio de Luna: liderança camponesa em Macaé na República Populista**. Macaé, FUNEMAC (Monografia de Especialização), 2011.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerda e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2000.

\_\_\_\_\_. **Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

\_\_\_\_\_. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In. FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

REIS, José Carlos. **O desafio historiográfico**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2010.

**Relatório da Comissão Municipal da Comissão da Verdade de Macaé**. Macaé: Câmara Municipal de Macaé, 2016.

**Revista Commercial**. Órgão da Associação do Comercio, Industria e Lavoura de Macahé. Impressa nas Offcinicas da Emp. Graphica Campos, junho de 1923.

RIBEIRO, Maria Cláudia Badan. **Experiência de luta na emancipação feminina: mulheres da ALN**. 2011. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo.

ROBLES, Martha. **Mulheres, mitos e deusas: o feminismo através dos tempos**. São Paulo: Goya, 2019.

ROLLEMBERG, Denise, QUADRAT, Samantha Viz (orgs). **A construção social dos regimes autoritários. Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Brasil e América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ROLLIN, Charles. Histoire Ancienne. ROLLIN, Charles. **OEuvres complètes**: nouvelle édition accompagnée d'observations et d'éclaircissements historiques par M. Letronne. Paris: Firmin Didot, 1821-1825, vol. I-XII. livro 27, tomo IX, p. 208 (citado na reedição de 1846, em 10 volumes). Apud. **A constituição da história como ciência no século XIX e seus modelos antigos: fim de uma ilusão ou futuro de uma herança** – Pascal Payen. História e Historiografia. Ouro Preto, nº 6, março 2011, p. 103-122.

ROUSSO, Henry. **A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo**. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. O direito à memória: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964-84). In: **Revista Tempo e Argumento**. Volume 5, nº 10, ano 2013.

SÁ EARP, Fábio, PRADO, Luiz Carlos Delorme. O Milagre Brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967- 1973). In: FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucilia (orgs.). **O tempo da Ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Coleção o Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol 4, 2003.

SALVATICI, Silvia. Memória e gênero: reflexões sobre história oral de mulheres. **Revista de História Oral**. Vol. 8, nº 1, p. 29-42. Jan./jun. 2005.

SANTANA, Marco Aurélio. **Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil**. São Paulo, Boitempo Editorial/UFRJ, 2001.

SANTOS, Cecília MacDowell. Memória na Justiça: A mobilização dos direitos humanos e a construção da memória da ditadura no Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. 88-2010. p. 127-154.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Sessenta e quatro: anatomia da crise**. São Paulo: Vértice, 1986.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e Concepções de Território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**. Cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Cia. das Letras/Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. No fio da navalha: ditadura, oposição e resistência. In: **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Cia das Letras, 2015.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma – A questão dos testemunhos de catástrofes históricas. In.: **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, vol. 20, nº 1, p. 65-82, 2008.

\_\_\_\_\_. (Org.). **História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes**. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

SENNETT, Richard. **Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, João José Carneiro da (Barão de Monte de Cedro). **Notícia Descritiva do Município de Macahé**. Rio de Janeiro: Typografia Perseverança, 1881.

SILVA, Kalina Wanderlei, SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2006.

SILVA, Leonardo de Vasconcellos. **Memória visual e afetiva de Quissamã**. Quissamã: Prefeitura Municipal de Quissamã, 2006.

SILVA, Margareth (Coord.). **Guia Do Patrimônio Documental do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Justiça e Interior; Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1997.

SILVA, Marinete dos Santos. **O caso Eduardo Serrano: onde se cruzam política e homossexualidade**. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.

SILVA, Scheila Ribeiro de Abreu e, CARVALHO, Meynardo Rocha de (orgs.). **Macaé, do caos ao conhecimento: olhares acadêmicos sobre o cenário de crise econômica**. Macaé: Prefeitura Municipal de Macaé, 2019.

SILVA, Tomaz Tadeu, HALL, Stuart, WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2004.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

SIQUEIRA, Jorge Picanço. **Cartas à Françoise**. Niterói: Editora Cromos, 1990.

SKIDMORE, Thomas E. A lenta via brasileira para a democratização: 1974-1984. In: STEPAN, Alfred (Org). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

\_\_\_\_\_. **Brasil: de Getúlio a Castello (1930-1964)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOFSKY, Wolfgang. **Tratado sobre la violencia**. Madrid: Abada, 2006.

SOUZA, Willian Eduardo Righinide, CRIPPA, Giulia. Limites e contribuições da história oral: a memória e a história das interseções entre o individual e o coletivo. **SAECULUM - Revista de História** 23; João Pessoa, jul./dez. 2010. pp. 75 a 89.

STEPAN, Alfred (Org). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

TAVARES, Alice F., CAUTIERO, Gisele Muniz dos Santos, FRANCO, Maria da Conceição Vilela. (orgs.). **Relatos e personagens na História de Macaé**. Prefeitura Municipal de Macaé – Macaé: Solar dos Mellos, 2014.

TAVARES, Flávio. **Memórias do Esquecimento**. São Paulo: Globo, 1999.

TEITEL, Ruti (2003), “Transitional Justice Genealogy”, **Harvard Human Rights Journal**, 16, 69-94. Apud. SANTOS, Cecília MacDowell. Memória na Justiça: A mobilização dos direitos humanos e a construção da memória da ditadura no Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. 88-2010. p. 127-154.

THEVET, André. **Singularidade da França Antártica, a que chamam de América**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1944.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa. A árvore da felicidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. História oral e contemporaneidade. In: **História oral**, v. 5, 2002, p. 9-28.

TODOROV, Tzvetan. **A Conquista da América**. A questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

TORRES, Antonio, LEE, Anna, ORLEANS E BRAGANÇA, D. João de. **A riqueza vem do fundo do mar**. Rio de Janeiro: Caringi, 2008.

TURNER, Victor W. **O processo ritual**. Estrutura e Antiestrutura. Petrópolis: Vozes, 1974.

TYLOR, Edward. **Primitive culture**. New York: Harper Torchbooks, 1958.

VAINFAS, Ronaldo (direção). **Dicionário do Brasil Colonial. 1500-1808**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

VALENTE, Evelyn Soares. **O Jornal O Rebate enquanto palco de produção de sentido: o caso do prefeito de Macaé Eduardo Serrano**. Monografia (Curso de Pós-Graduação Lato Sensu – Especialização em Literatura, Memória Cultural e Sociedade). Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos, Campos dos Goytacazes. 2005.

VELHO, O. G.; PALMEIRA, M. G. S.; BERTELLI, A. R. (Org.). **Estrutura de classe e estratificação Social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

VERNANT, Jean-Pierre. **A morte nos olhos**. Figuração do outro na Grécia Antiga, Ártemis e Gorgó. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

\_\_\_\_\_. **O universo, os deuses, os homens**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.



\_\_\_\_\_. **Mito e pensamento entre os gregos: estudos de psicologia histórica.** Rio de Janeiro: paz e Terra, 1990.

VICO, Giambattista. **A Ciência Nova.** Tradução de Marco Lucchesi. São Paulo: Record, 1999.

VIEIRA, Andréa Lopes da Costa, GOMES, Edlaine Campos. Novos contextos, antigas questões em memória. In: **Morpheus: Revista de Estudos Interdisciplinares em Memória Social**, Rio de Janeiro, vol. 9, nº 15, 2016, p. 263-275.

VIEZZER, Moema, BARRIOS, Domitila. **Se me deixam falar.** São Paulo: Global Editora, 1981.

WEFFORT, Francisco Corrêa. **O populismo na política brasileira.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

ZANOTTO, Gizele (2007), **Tradição, família e propriedade (TFP): as idiossincrasias de um movimento católico (1960-1995)**, Tese de Doutorado, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. 2007.

ZIZEK, S. (org.). **Um mapa da ideologia.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

## 9. REFERÊNCIAS ARQUIVÍSTICAS, JORNALÍSTICAS E MULTIMEIOS

ALMANAK ADMINISTRATIVO MERCANTIL E INDUSTRIAL DA CÔRTE E PROVINCIA DO RIO DE JANEIRO [Almanaque Laemmert]. Rio de Janeiro: Casa de Eduardo e Henrique Laemmert/Typographia Universal: (1876, p. 168), (1877, p. 179), (1878, p. 166), (1879, p. 202-3), (1880, p. 149) (1883, p. 401), (1885, p. 961-2). **Collecção D. Rosa Joaquina - Macaé - RJ.**

ALMEIDA, Thomaz José Coelho de (Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas). **Relatório Apresentado á Assembleia Geral Legislativa.** Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1877, p. 27-9.

**Contratos Pendentes de Execução.** Rio de Janeiro. Typ. Do Correio Mercantil de M. Barreto, Filhos & Octavianno, Rua da Quitanda, n. 55, 1873, p. 24. **Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro - RJ.**

Ata da Reunião Extraordinária realizada em 20 de abril de 1964. **Relatório da Comissão Municipal da Verdade de Macaé.** Câmara Municipal de Macaé (RJ): 2016. p. 47 e 48). (Original) **Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Macaé - Macaé - RJ.**

Augusto de Carvalho - “Alfândega de Macahé” – série de artigos publicados em o jornal “**O Século**” em 20/02, 27/02, 06/03, 08/05 e 15/05/1887. **Collecção D. Rosa Joaquina - Macaé - RJ.**

Balanço do expurgo excluiu 441 civis e militares da vida pública. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 18 de junho de 1964. 1º Caderno, p. 8. **Acervo Público da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro - RJ.**

**Boletim Informa CUT** – Publicação semanal da Executiva Nacional da Central Única dos Trabalhadores destinada à informação das CUTs estaduais, regionais, departamentos e entidades filiadas. nº 222, 1 a 15 de julho de 1993. p. 10.

Esriptura Ante-nupcialPacticia”, datada de 29 de junho de 1881. Livro de Escrituras, n.<sup>o</sup> 47, fls. 26/27. **Cartório do Primeiro Ofício de Registros de Protestos, Títulos e Documentos e Tabelionato de Macaé - RJ.**

No Supremo 365 pedidos de “habeas corpus” para presos políticos. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano LII, nº 17591, 24 de abril de 1964. p.3. **Acervo Público da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro - RJ.**

PEREIRA, Rubem de Almeida. Viagem Presidencial a Macaé. **Jornal O Debate**, jul. de 1978. Dados incompletos.

**Prefeitura Municipal de Macaé**. Ofício nº38, 27 de janeiro de 1938, Macaé. Peixoto, Ernani do Amaral. Ofício expedido pela PMM solicitando intervenção para a construção de uma nova estação de trens e consonância com o desenvolvimento da cidade. **Solar dos Mellos - Macaé - RJ.**

Processo Administrativo da Câmara Municipal de Macaé contra o prefeito Eduardo Serrano. Comissão Especial, ano 1959-60. **Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Macaé.**

SOUZA, Antonio Otto. Porque Glicério e não Crubixais. **Academia** – Órgão Oficial da Academia Macaense de Letras, nº 14, p. 17, jul. 1967. **Solar dos Mellos - Macaé - RJ.**

**UMA FESTA EM CONDE DE ARARUAMA** [panfleto promocional]. 1934. Impresso. **Collecção D. Rosa Joaquina- Macaé-RJ.**

URURAHY, Visconde de. **Relatorio Apresentado à Assembléa Geral dos Accionistas – Companhia Engenho Central de Quissaman**. Rio de Janeiro: Typographia Pereira Braga & C., 1894, p. 11-2. **Collecção D. Rosa Joaquina - Macaé - RJ.**

VIANNA, João da Silveira. In: Livro 1ª, p. 1-2. **Modificação dos Estatutos da Associação do Commercio, Industria e Lavoura de Macahé**. 01/05/1929. **Cartório do 1º Ofício de Macaé - RJ.**

### **Andreas Huyssen discute relações entre políticas da memória e direitos**

Disponível em: <http://redeglobo.globo.com/globouniversidade/noticia/2012/08/andreas-huyssen-discute-relacoes-entre-politicas-da-memoria-e-direitos.html> . Acesso em 28 de abril de 2020.

### **Ato Institucional nº 5.**

Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-foi-ai-5.htm> . Acesso em 20 de dezembro de 2019.

### **BEZERRA DE MENESES, Ulpiano Toledo. A cidade como bem cultural. Áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance na preservação do patrimônio ambiental urbano.**

Disponível em: <https://patrimonioeconservacao.files.wordpress.com/2017/11/a-cidade-como-bem-cultural-ulpianotoledobezerra.pdf>. Acesso em 18 de dezembro de 2019.

### **Campanha da Câmara dos Deputados, 2014. “Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça.” Câmara dos Deputados. Brasília (DF).**

Disponível em: <http://marceloauler.com.br/para-que-nao-se-esqueca-para-que-nunca-mais-aconteca/> Acesso em: 06 de novembro de 2016.

CANO, Wilson. “Reflexões sobre o papel do capital mercantil na questão regional e urbana do Brasil.” Texto para discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n. 177, maio 2010, p.1. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.phd?id=1807tp=a> Acesso em 5 de setembro de 2019.

### **CARAPUNARLA, Emmanuel Deodato. Lei da Anistia: criação política em detrimento aos direitos fundamentais.**

Disponível em: <file:///C:/Users/Cliente/Downloads/5822-Texto%20do%20artigo-29279-4-10-20140819.pdf>. Acesso em 25 de outubro de 2019

### **Coleção de Leis do Brasil - 1898, Página 137 Vol. 1 pt. II (Publicação Original).**

Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2797-14-janeiro-1898-525228-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 15 de agosto de 2019.

### **Comissões da Verdade no mundo.**

Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/373460-comissoes-da-verdade-no-mundo/>. Acesso em 30 de novembro de 2019.

### **D’ARAÚJO, Maria Celina. O AI-5.**

Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>. Acesso em 11 de janeiro de 2020.

**Decreto nº 2.896, de 9 de Maio de 1898.** Transfere á The Leopoldina Railway Company, Limited as concessões, privilegios, garantia de juros e demais favores de que gosava a Companhia Estrada de Ferro Leopoldina em referencia às vias ferreas abaixo mencionadas. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2896-9-maio-1898-524601-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 19 de agosto de 2019.

#### **Demistóclides Baptista.**

Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/batista-demistoclidides>. Acesso em 05 de dezembro de 2019.

#### **Discurso da Presidente da República, Dilma Rousseff, por ocasião de implantação da Comissão Nacional da Verdade.**

Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/institucional-acesso-informacao/a-cnv/57-a-instalacao-da-comissao-nacional-da-verdade.html>. Acesso em 26 de outubro de 2019.

#### **"STM aponta equívocos e critica o Relatório da Comissão Nacional da Verdade".**

Disponível em: <http://agenciabrasil.etc.com.br/direitos-humanos/noticia/2014-12/stm-aponta-equivocos-e-critica-relatorio-da-comissao-nacional-da-verdade>. Acesso em 25 de outubro de 2019.

#### **"Dilma Rousseff é primeira mulher eleita presidente do Brasil".**

Disponível em: <http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/10/dilma-rousseff-e-primeira-mulher-eleita-presidente-do-brasil.html>. Acesso em 23 de outubro de 2019.

#### **"Prefeito investe no resgate histórico e cultural de Macaé (Clube Ypiranga)".**

Disponível em: <http://www.macaerj.gov.br/noticias/leitura/noticia/prefeito-investe-no-resgate-historicocultural-de-macaerj>. Acesso em 03 de março de 2020.

#### **"A Bacia de Campos".**

Disponível em: <https://clickmacaerj.com.br/petroleo-e-gas/especial/359/a-bacia-de-campos/pagina/256/porque-campos>. Acesso em 01 de fevereiro de 2019.

#### **Domitila Barrios: "Sem as mulheres a revolução fica pela metade".**

Disponível em: <http://averdade.org.br/2012/05/domitila-barrios-de-chungara-sem-mulheres-revolucao-fica-pela-metade/>. Acesso em 15 de janeiro de 2020.

Entrevista ao Prof. Dr. José Maria Gómez, publicada originalmente em **Rio Pesquisa**, Ano IX, Nº 34 (Março de 2016).

Disponível em: <http://memoriasreveladas.gov.br/index.php/ultimas-noticias/178-para-nao-repetir-o-passado>. Acesso em 10 de agosto de 2019.

#### **Ernâni do Amaral Peixoto.**

Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/peixoto-ernani-do-amaral>. Acesso em 20 de outubro de 2019.

Evandro Éboli e Jailton de Carvalho **"Documentos da Ditadura dizem que Dilma 'assessorou' assaltos a bancos."**

Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/documentos-da-ditadura-dizem-que-dilma-assessorou-assaltos-bancos-2922841>. Acesso em 23 de outubro de 2019.

**FRANCO, Bernardo Mello. Corte condena Brasil por 62 mortes no Araguaia.**

Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po1512201020.htm>. Acesso em 25 de outubro de 2019.

**Justiça de Transição**, segundo o Dicionário de Direitos Humanos da Escola Superior do Ministério Público a partir do entendimento da Organização das Nações Unidas.

Disponível em: <http://escola.mpu.mp.br/dicionario/tiki-index.php?page=Justi%C3%83%C2%A7a%20de%20transi%C3%83%C2%A7%C3%83%C2%A3o>. Acesso em 30 de outubro de 2019.

**LAMARÃO, Sérgio. A conjuntura de radicalização ideológica e o golpe militar - Comício das Reformas.**

Disponível em:

[https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/Comicio\\_das\\_reformas](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/Comicio_das_reformas). Acesso em 20 de janeiro de 2020.

**Laocoonte e o Cavalo de Tróia.**

Disponível em: <https://www.epochtimes.com.br/conheca-historia-laocoonte-cavalo-troia/#.WLIInt1XyvIU>. Acesso em 03 de março de 2017.

**LEI Nº 6.683, DE 28 DE AGOSTO DE 1979.** Concede Anistia e dá outras providências.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/03/leis/L6683.htm>. Acesso em 25 de outubro de 2019.

**Ligas Camponesas.**

Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/ligas-camponesas>. Acesso em 10 de janeiro de 2019.

**Memórias da ditadura. Biografias da resistência (Dilma Rousseff).**

Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/dilma-rousseff/>. Acesso em 25 de outubro de 2019.

**Memórias da Ditadura: General Emílio Garrastazu Médici.**

Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-ditadura/medici/>. Acesso em 20 de janeiro de 2020.

**Memórias Reveladas: a Comissão Nacional da Verdade.**

Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/institucional-acesso-informacao/a-cnv.html>. Acesso em 26 de outubro de 2019.

**O autoritarismo e seu peso na formação econômica, social e política do Brasil.**

Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/591015-o-autoritarismo-e-seu-peso-na-formacao-economica-social-e-politica-do-brasil-entrevista-especial-com-carlos-eduardo-santos-pinho>. Acesso em 10 de janeiro de 2020.

### **O movimento sindical urbano e o CGT.**

Disponível em:

[https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O\\_movimento\\_sindical\\_urbano\\_e\\_o\\_CGT](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_movimento_sindical_urbano_e_o_CGT) . Acesso em 30 de novembro de 2019.

### **Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade.**

Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/institucional-acesso-informacao/a-cnv.html>. Acesso em 25 de outubro de 2019.

### **Partido Comunista Brasileiro.**

Disponível em:

<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/QuestaoSocial/PartidoComunista> . Acesso em 20 de outubro de 2019.

### **Partido Socialista Brasileiro.**

Disponível em: <http://www.psb40.org.br/quem-somos/nossa-historia-2/>. Acesso em 10 de novembro de 2019.

### **Propaganda oficial do Governo Brasileiro, 2014: “Para que nunca se esqueça, para que nunca mais aconteça.”** Governo Federal. Brasília (DF).

Disponível em: <http://www.scoopnest.com/tag/DitaduraNuncaMais/> Acesso em: 06 de novembro de 2016.

### **Realidade das mulheres. In: Mulheres, Memórias da Ditadura.**

Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/mulheres/>. Acesso em 21 de janeiro de 2020.

### **Revolução que derrubou o Estado Absolutista Czarista na Rússia e implementou o Socialismo no país. Para uma discussão mais aprofundada, consultar: SECCO, Lincoln. O centenário da Revolução Russa.**

Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142017000300081](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142017000300081). Acesso em 30 de outubro de 2019.

### **SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, criado pelo decreto-lei nº4.084, de 22 de janeiro de 1942.**

Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/senai/institucional/>. Acesso em 02 de setembro de 2019.

### **STM publicou nota apontando “inverdades” no relatório final da Comissão.**

Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2014-12/stm-aponta-equivocos-e-critica-relatorio-da-comissao-nacional-da>. Acesso em 25 de outubro de 2019.

### **TEITEL, Ruth. Transitional Justice.**

Disponível em: [https://www.nyls.edu/faculty/faculty-profiles/faculty\\_profiles/ruti\\_g\\_teitel/](https://www.nyls.edu/faculty/faculty-profiles/faculty_profiles/ruti_g_teitel/). Acesso em 20 de outubro de 2019.

### **Variação da população macaense ao longo dos anos.**

Disponível em: [https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/23584/23584\\_4.PDF](https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/23584/23584_4.PDF). Acesso em 2 de setembro de 2019.

VELOSO, Fernando A. VILLELA, André. GIAMBIAGI, Fabio. Determinantes do "milagre" econômico brasileiro (1968-1973): uma análise empírica. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 62, n. 2, p. 221-246, Jun. 2008.

Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-71402008000200006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71402008000200006&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 20 de janeiro de 2020.

**Wileman's Brazilian Review.** The Brazilian review: a weekly record of trade and finance. Vol. 11, nº 30, 28 de julho 1908, Rio de Janeiro, pp. 787-810.

Disponível em:

[http://memoria.org.br/ia\\_visualiza\\_bd/colecao\\_wileman/wileman\\_numeros.php?c=950011908](http://memoria.org.br/ia_visualiza_bd/colecao_wileman/wileman_numeros.php?c=950011908). Acesso em 15 de agosto de 2019.